

# Índice

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	2

## 2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	3
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	5

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	6
3.2 - Medições não contábeis	7
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	17
3.4 - Política destinação de resultados	18
3.5 - Distribuição de dividendos	21
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	22
3.7 - Nível de endividamento	23
3.8 - Obrigações	24
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	25

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	27
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	64
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	70
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	82
4.5 - Processos sigilosos relevantes	83
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	84
4.7 - Outras contingências relevantes	89
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	90

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	91
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	100
5.3 - Descrição - Controles Internos	105
5.4 - Programa de Integridade	109
5.5 - Alterações significativas	117

## Índice

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	118
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	119
6.3 - Breve histórico	120
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	123
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	124
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	125
7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista	139
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	140
7.3 - Produção/comercialização/mercados	144
7.4 - Principais clientes	150
7.5 - Efeitos da regulação estatal	151
7.6 - Receitas relevantes no exterior	157
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	158
7.8 - Políticas socioambientais	159
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	161
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	173
8.2 - Alterações na condução de negócios	174
8.3 - Contratos relevantes	175
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	177
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	178
9.1.a - Ativos imobilizados	199
9.1.b - Ativos Intangíveis	200
9.1.c - Participação em sociedades	201
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	204
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	205
10.2 - Resultado operacional e financeiro	249
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	255

## Índice

10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	256
10.5 - Políticas contábeis críticas	258
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	261
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	263
10.8 - Plano de Negócios	265
10.9 - Outros fatores com influência relevante	267
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	268
11.2 - Acompanhamento das projeções	270
<b>12. Assembléia e administração</b>	
12.1 - Estrutura administrativa	272
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	287
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	292
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	296
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	297
12.7/8 - Composição dos comitês	306
12.9 - Relações familiares	311
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	312
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	319
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	320
<b>13. Remuneração dos administradores</b>	
13.1 - Política/prática de remuneração	323
13.2 - Remuneração total por órgão	329
13.3 - Remuneração variável	333
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	336
13.5 - Remuneração baseada em ações	341
13.6 - Opções em aberto	344
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	345
13.8 - Precificação das ações/opções	347
13.9 - Participações detidas por órgão	349
13.10 - Planos de previdência	350

## Índice

13.11 - Remuneração máx, mín e média	351
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	352
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	354
13.14 - Remuneração - outras funções	356
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	357
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	358
<b>14. Recursos humanos</b>	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	359
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	373
14.3 - Política remuneração dos empregados	374
14.4 - Relações emissor / sindicatos	375
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	376
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 2 - Posição acionária	377
15.3 - Distribuição de capital	383
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	384
15.5 - Acordo de Acionistas	385
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	388
15.7 - Principais operações societárias	389
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	391
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	393
16.2 - Transações com partes relacionadas	398
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	406
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	408
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações - Capital social	409
17.2 - Aumentos do capital social	415
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	419
17.4 - Redução do capital social	420
17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	421
<b>18. Valores mobiliários</b>	

## Índice

18.1 - Direitos das ações	422
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	423
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	424
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	425
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	426
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	429
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	430
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	431
18.8 - Títulos emitidos no exterior	432
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	433
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	434
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	435
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	436
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Descrição - planos de recompra	437
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	438
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	439
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	440
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	441
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	443
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	446
21.3 - Responsáveis pela política	448
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	449

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Stéphane Maquaire**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente/Relações com Investidores

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores

### DECLARAÇÃO

**Stéphane Samuel Maquaire**, francês, casado, administrador, portador do RNM nº F421605N, inscrito no CPF/ME sob nº 900.046.978-39, com endereço comercial na Rua George Eastman, nº 213, Vila Tramontano, CEP 05690-000, na qualidade de Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil do **ATACADÃO S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169, Vila Maria, CEP 02170-901, inscrita no CNPJ/ME sob nº 75.315.333/0001-09, com seu estatuto social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.043.154 (“Companhia”), declara que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 31 de maio de 2022

---

**Stéphane Samuel Maquaire**  
Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil

**2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	418-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	KPMG Auditores Independentes
<b>CPF/CNPJ</b>	57.755.217/0001-29
<b>Data Início</b>	16/08/2010
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços profissionais, incluindo: (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, de 2019 e de 2018; (b) revisão de nossas informações intermediárias individuais e consolidadas; (c) serviços de impostos relacionados à revisão de cumprimento da legislação tributária e outros serviços de impostos; (d) procedimentos pré-acordados; e (e) outros serviços relacionados à auditoria em relação ao nosso processo de consolidação.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração dos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 é igual ao montante acumulado de R\$ 9.695.000,00, incluindo: auditoria das demonstrações financeiras e revisão de nossas informações financeiras trimestrais no montante de R\$ 8.960.000,00 e serviços de impostos no montante de R\$ 735.000,00
<b>Justificativa da substituição</b>	
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não se aplica

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Carlos Eduardo Paulino da Silva	01/01/2017	106.568.978-05	Rua Arq. Olavo Redig de Campos,, 105, Ch Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403122, e-mail: cepaulino@kpmg.com.br
Fernando Rodrigues Nascimento	01/04/2018	268.583.388-96	Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, Ch Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403705, e-mail: fnascimento@kpmg.com.br

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	385-9
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	49.928.567/0001-11
<b>Data Início</b>	14/04/2021
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Serviços profissionais, incluindo: (a) auditoria de nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (b) revisão de nossas informações intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração dos auditores independentes para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 será igual ao montante de R\$5.503.700,00, referente à auditoria das demonstrações financeiras e revisão de nossas informações financeiras trimestrais.
<b>Justificativa da substituição</b>	A substituição de auditores independentes foi motivada pelo término do contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e KPMG.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	

Nome responsável técnico		CPF	Endereço
Vagner Ricardo Alves	01/01/2021	084.811.888-08	Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240, 4º ao 12º andares, Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861000, e-mail: valves@deloitte.com

**2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**

A fim de evitar a existência de conflito de interesses na contratação do auditor independente, a Companhia observa regras aplicáveis ao Grupo Carrefour para a contratação de serviços extra-auditoria, que envolvem (i) a pré-aprovação pelo Comitê de Auditoria; (ii) a pré-aprovação da contratação de determinados serviços pelo departamento financeiro em contratações de menor valor; (iii) o reporte regular dos serviços extra-auditoria para o Comitê de Auditoria; e (iv) a vedação de contratação de: (a) serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou tomada de decisão da Companhia; (b) escrituração e preparação de registros contábeis ou demonstrações financeiras; e (c) desenvolvimento e implementação de procedimentos de controle interno ou de gerenciamento de riscos relacionados à elaboração ou controle de informações financeiras ou ao desenvolvimento e implementação de sistemas de TI financeiros.

Responsável técnico de 01/01/2021 até o período corrente: Fernando Stolf Litwin CPF: 123.764.098-96 Avenida Doutor Chucri Zaidan, 1.240, Vila São Francisco, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-130, Telefone (11) 51861000, e-mail: [fstolf@deloitte.com](mailto:fstolf@deloitte.com)

Responsável técnico de 30/03/2018 até 31/12/2020: Fernando Rodrigues Nascimento CPF: 268.586.388-96 Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, Ch Santo Antônio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39403122, e-mail: [fnascimento@kpmg.com.br](mailto:fnascimento@kpmg.com.br)

**3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras - Consolidado**

<b>(Reais Unidade)</b>	<b>Exercício social (31/12/2021)</b>	<b>Exercício social (31/12/2020)</b>	<b>Exercício social (31/12/2019)</b>
Patrimônio Líquido	18.396.000.000,00	17.045.000.000,00	14.705.000.000,00
Ativo Total	58.924.000.000,00	51.824.000.000,00	44.912.000.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	77.751.000.000,00	71.191.000.000,00	60.064.000.000,00
Resultado Bruto	14.876.000.000,00	13.918.000.000,00	12.449.000.000,00
Resultado Líquido	3.366.000.000,00	2.844.000.000,00	1.328.000.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria Unidade	1.985.339.550	1.985.199.050	1.984.655.599
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	9,270000	8,590000	7,410000
Resultado Básico por Ação	1,580000	1,350000	0,670000
Resultado Diluído por Ação	1,58	1,35	0,67

**3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis****a. o valor das medições não contábeis**

A tabela abaixo apresenta os valores de EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado por segmento, EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustado, Lucro Líquido Ajustado, Fluxo de Caixa Livre e Dívida Financeira Líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

(em milhões de R\$, exceto percentual)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Segmento de Varejo</b>			
EBITDA	1.737	1.405	61
EBITDA Ajustado	1.114	1.502	948
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>5,58%</b>	<b>7,30%</b>	<b>5,18%</b>
<b>Segmento Atacado</b>			
EBITDA	4.005	3.755	2.746
EBITDA Ajustado	3.925	3.605	2.706
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>7,32%</b>	<b>7,66%</b>	<b>7,08%</b>
<b>Segmento de Soluções Financeiras</b>			
EBITDA	861	639	1.046
EBITDA Ajustado	930	698	1.100
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
<b>Segmento de Funções corporativas</b>			
EBITDA	(232)	(172)	(144)
EBITDA Ajustado	(232)	(172)	(144)
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
<b>Consolidado</b>			
EBITDA	6.349	5.604	3.853
EBITDA Ajustado	5.715	5.610	4.754
<b>Margem EBITDA Ajustado</b>	<b>7,77%</b>	<b>8,29%</b>	<b>8,41%</b>
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> (atribuível aos acionistas controladores)	2.399	2.758	1.927
<b>Margem EBITDA Ajustado</b> (atribuível aos acionistas controladores)	3,26%	4,08%	3,00%
<b>Fluxo de Caixa Livre</b>	<b>2.059</b>	<b>2.426</b>	<b>962</b>
<b>(Dívida líquida) / ou Caixa líquido</b>	<b>(4.484)</b>	<b>(1.560)</b>	<b>(1.380)</b>

**EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

**EBITDA / LAJIDA:** o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA ("Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações") é uma medida financeira não-contábil

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM nº 527"), conciliada com nossas demonstrações financeiras auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e consiste no "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo "Resultado financeiro líquido", pelo "Imposto de renda e contribuição social" e pela despesas de "Depreciação e amortização". Com base na demonstração do resultado, o EBITDA também corresponde ao "Lucro antes das (despesas) receitas financeiras líquidas e impostos" menos a "Depreciação e amortização".

*EBITDA/LAJIDA Ajustado:* calculamos o EBITDA Ajustado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados. Nós acreditamos que os ajustes complementares aplicados na apresentação do EBITDA Ajustado são apropriados para fornecer informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais. O EBITDA Ajustado (LAJIDA Ajustado) é definido como o EBITDA (LAJIDA) ajusto da linha "Outras receitas (despesas)" da demonstração do resultado.

Também calculamos a "Margem EBITDA Ajustado" como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do respectivo exercício ou período, expressa em percentual.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA, EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem um significado padrão, e nossas definições podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras companhias.

Calculamos o "Lucro líquido ajustado como o "Lucro líquido do exercício" (ou período) ajustado pelo saldo de outras receitas e despesas (compreendendo perdas ou ganhos na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a demandas judiciais, e o reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores), acrescido ou reduzido dos respectivos impactos na rubrica de receitas e despesas financeiras relativas a itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados e acrescido ou reduzidos dos impactos dos respectivos impactos na despesa de imposto de renda do exercício. O Lucro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido ou como uma medida de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O Lucro líquido ajustado não tem um significado padronizado, e nossa definição pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas.

Calculamos a margem de lucro líquido ajustado como o lucro líquido ajustado atribuível aos acionistas controladores dividido pelas vendas líquidas para o período relevante, expressa em porcentagem

#### **Fluxo de Caixa Livre**

Calculamos "fluxo de caixa livre" como caixa líquido gerado por nossas atividades operacionais, menos os juros recebidos em investimentos de curto prazo, mais caixa utilizado (resgatado) em variações de depósitos judiciais, menos caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos caixa utilizado em adições ao imobilizado e ativos intangíveis. O fluxo de caixa livre não é uma medida do desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS. O fluxo de caixa livre não tem significado padronizado, não deve ser considerado como uma medida de liquidez, e nossa definição de fluxo de caixa livre pode não ser comparável

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

com aquelas utilizadas por outras empresas. Para uma conciliação do EBITDA Ajustado com nosso fluxo de caixa livre para o período relevante, consulte o Relatório da Administração das nossas demonstrações financeiras auditadas.

Entendemos que o Fluxo de Caixa Livre pode ser considerado como complemento do lucro líquido como uma medida de nosso desempenho e caixa líquido gerado pelas nossas atividades operacionais como uma medida de nossa liquidez.

#### **Dívida Financeira Líquida (ou Caixa líquido, se positivo)**

Definimos “Dívida Financeira Líquida” como ““Empréstimos e financiamentos” circulantes e não circulantes acrescidos dos “Instrumentos financeiros derivativos” passivos circulantes e não circulantes menos “Caixa e equivalente de caixa”, “Títulos e valores mobiliários” e “Instrumentos financeiros derivativos ativos circulantes e não circulantes.

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06 (R2), a dívida de aluguel compõe a “Dívida Financeira Líquida” a partir desta data.

A Dívida Financeira Líquida não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS. A Dívida Financeira Líquida não tem significado padronizado e nossa definição de Dívida Financeira Líquida pode não ser comparável com aquelas usadas por outras empresas

Também calculamos os seguintes índices:

- Índice de ‘**Dívida Financeira Líquida / Patrimônio líquido**’ de acordo com o seguinte cálculo: Dívida Financeira Líquida dividida pelo “patrimônio líquido”, expresso em percentual.
- Índice de ‘**Dívida Financeira Líquida / EBITDA Ajustado LTM**’ (*last twelve months* ou “LTM”, pela sigla em inglês) de acordo com o seguinte cálculo: “Dívida Financeira Líquida” dividida pelo “EBITDA Ajustado LTM”, que corresponde ao “EBITDA Ajustado” dos últimos doze meses, expresso em percentual.

#### **b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas**

##### **EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado**

A reconciliação do lucro líquido para o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 está demonstrado na tabela abaixo:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Lucro líquido</b>	<b>3.366</b>	<b>2.844</b>	<b>1.328</b>
(+) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	965	1.081	951
(+) Despesas financeiras, líquidas	786	579	502

**3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

(+) Depreciação e amortização	1.223	1.092	1.072
(+) Resultado de equivalência patrimonial	9	8	
<b>(=) EBITDA</b>	<b>6.349</b>	<b>5.604</b>	<b>3.853</b>
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	(634)	6	901
<b>(=) EBITDA Ajustado (a)</b>	<b>5.715</b>	<b>5.610</b>	<b>4.754</b>
Vendas líquidas (b)	73.552	67.640	56.519
<b>Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)</b>	<b>7,77%</b>	<b>8,29%</b>	<b>8,41%</b>

*(\*) As outras despesas (receitas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.*

As outras receitas totalizaram R\$634 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo os maiores impactos derivados do ajuste a valor justo dos ativos recebidos na operação de permuta de ativos do Projeto Pinheiros, de reversões das provisões após o pagamento de acordos de anistias em diversos estados, de reversões tributárias relativas à decadência de Cesta Básica e de decisão favorável de autos de infração relativas ao imposto sobre cupons cancelados.

As outras despesas totalizaram R\$6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo a maior parte do impacto referente à provisão baseada em decisões desfavoráveis dos autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e a provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS.

As outras despesas totalizaram R\$901 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a maior parte do impacto está relacionada com a provisão para os créditos fiscais do ICMS sobre a Cesta Básica, conforme anunciado em Fato Relevante do dia 12 de maio de 2019. A decisão judicial desfavorável à Companhia ainda pode ser recorrida. Não houve nenhum impacto caixa significativo até o momento, e o impacto caixa final depende do resultado final e dos prazos do processo.

**EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem de EBITDA Ajustado, por segmento:**

Também apresentamos nosso EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado por segmento operacional. Não apresentamos nosso resultado financeiro e imposto de renda por segmento, uma vez que estes são mensurados e revisados pela administração de forma consolidada. Portanto, nossa reconciliação do EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado por segmento é apresentada a partir de nosso Lucro antes do resultado financeiro líquido e impostos.

Não apresentamos a Margem EBITDA Ajustado do segmento de soluções financeiras, uma vez que este gera outras receitas, não vendas líquidas.

Os quadros abaixo mostram a reconciliação do lucro antes do resultado financeiro líquido e dos impostos com o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por segmento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

**Segmento de Varejo**

**3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos</b>	<b>1.134</b>	<b>814</b>	<b>-541</b>
(+) Depreciação e amortização	594	583	602
(+) Resultado de equivalência patrimonial	9	8	
<b>(=) EBITDA</b>	<b>1.737</b>	<b>1.405</b>	<b>61</b>
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	(623)	97	887
<b>(=) EBITDA Ajustado (a)</b>	<b>1.114</b>	<b>1.502</b>	<b>948</b>
Vendas líquidas (b)	19.957	20.582	18.299
<b>Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)</b>	<b>5,58%</b>	<b>7,30%</b>	<b>5,18%</b>

(\*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras receitas totalizaram R\$623 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo os maiores impactos derivados do ajuste a valor justo dos ativos recebidos na operação de permuta de ativos do Projeto Pinheiros, de reversões das provisões após o pagamento de acordos de anistias em diversos estados, de reversões tributárias relativas à decadência de Cesta Básica e de decisão favorável de autos de infração relativas ao imposto sobre cupons cancelados.

As outras despesas totalizaram R\$97 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo a maior parte do impacto referente à provisão baseada em decisões desfavoráveis dos autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e a provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS, e decisão favorável em causa civil.

As outras despesas totalizaram R\$887 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a maior parte do impacto está relacionada com a provisão para os créditos fiscais do ICMS sobre a Cesta Básica, conforme anunciado em Fato Relevante do dia 12 de maio de 2019. A decisão judicial desfavorável à Companhia ainda pode ser recorrida. Não houve nenhum impacto caixa significativo até o momento, e o impacto caixa final depende do resultado final e dos prazos do processo.

Segmento Atacadão

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos</b>	<b>3.420</b>	<b>3.282</b>	<b>2.310</b>
(+) Depreciação e amortização	585	473	436
<b>(=) EBITDA</b>	<b>4.005</b>	<b>3.755</b>	<b>2.746</b>
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	(80)	(150)	(40)
<b>(=) EBITDA Ajustado (a)</b>	<b>3.925</b>	<b>3.605</b>	<b>2.706</b>
Vendas líquidas (b)	53.595	47.058	38.220
<b>Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)</b>	<b>7,32%</b>	<b>7,66%</b>	<b>7,08%</b>

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

(\*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas totalizaram R\$80 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, , sendo os maiores impactos derivados de reversões das provisões após o pagamento de acordos de anistias em diversos estados, de reversões tributárias relativas à decadência de Cesta Básica.

As outras despesas totalizaram R\$150 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a maior parte do impacto está relacionada à reversão dos pagamentos de provisões após o pagamento sob a anistia e outras reversões tributárias devido à decadência de Cesta Básica.

As outras despesas totalizaram R\$40 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a maior parte do impacto está relacionada com a provisão para os créditos fiscais do ICMS sobre a Cesta Básica, conforme anunciado em Fato Relevante do dia 12 de maio de 2019. A decisão judicial desfavorável à Companhia ainda pode ser recorrida. Não houve nenhum impacto caixa significativo até o momento, e o impacto caixa final depende do resultado final e dos prazos do processo e créditos tributários decorrentes da decisão final sobre exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

#### Segmento de Soluções Financeiras

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Resultado antes do resultado financeiro líquido e impostos</b>	817	603	1.012
(+) Depreciação e amortização	44	36	34
<b>(=) EBITDA</b>	<b>861</b>	<b>639</b>	<b>1.046</b>
(+/-) Outras despesas (receitas) (*)	69	59	54
<b>(=) EBITDA Ajustado (a)</b>	<b>930</b>	<b>698</b>	<b>1.100</b>
Vendas líquidas (b)	n/a	n/a	n/a
<b>Margem EBITDA Ajustado = (a) / (b)</b>	n/a	n/a	n/a

(\*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras despesas totalizaram R\$69 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compostas principalmente por resultados líquidos na alienação de ativos e por despesas de PIS/COFINS sobre Juros sobre Capital Próprio.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as outras despesas referem-se principalmente a resultados líquidos na alienação de ativos e totalizaram R\$ 59 milhões e R\$ 54 milhões, respectivamente.

#### Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado (Atribuíveis aos acionistas controladores)

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis

A reconciliação do lucro líquido para o Lucro Líquido Ajustado e Margem Lucro Líquido Ajustado (atribuíveis aos acionistas controladores) da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 está demonstrado na tabela abaixo:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Lucro líquido (Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores))</b>	<b>3.144</b>	<b>2.671</b>	<b>1.013</b>
(+/-) Outras receitas (despesas) (*)	(635)	6	901
(+/-) Impacto financeiro de itens não recorrentes	(4)	67	-
(+/-) Efeito de equivalência patrimonial	19	-	-
(+/-) Reconhecimento excepcional de impostos diferidos	17	(40)	(30)
(+/-) Imposto de renda sobre Outras receitas (despesas) e itens não recorrentes do resultado financeiro	(141)	54	43
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado (a)</b>	<b>2.399</b>	<b>2.758</b>	<b>1.927</b>
Vendas líquidas (b)	73.552	67.640	56.519
<b>Margem Lucro Líquido Ajustado = (a) / (b)</b>	<b>3,26%</b>	<b>4,08%</b>	<b>3,41%</b>

(\*) As outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados por função em outra linha da demonstração de resultado e podem incluir itens cujo número de ocorrência seja limitado, claramente identificável, não usual e que têm impacto material nos resultados da controladora e do consolidado.

As outras receitas totalizaram R\$634 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo os maiores impactos derivados do ajuste a valor justo dos ativos recebidos na operação de permuta de ativos do Projeto Pinheiros, de reversões das provisões após o pagamento de acordos de anistias em diversos estados, de reversões tributárias relativas à decadência de Cesta Básica e de decisão favorável de autos de infração relativas ao imposto sobre cupons cancelados.

As outras despesas totalizaram R\$6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo a maior parte do impacto referente à provisão baseada em decisões desfavoráveis dos autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e a provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS.

As outras despesas totalizaram R\$901 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a maior parte do impacto está relacionada com a provisão para os créditos fiscais do ICMS sobre a Cesta Básica, conforme anunciado em Fato Relevante do dia 12 de maio de 2019. A decisão judicial desfavorável à Companhia ainda pode ser recorrida. Não houve nenhum impacto caixa significativo até o momento, e o impacto caixa final depende do resultado final e dos prazos do processo.

#### **Fluxo de Caixa Livre**

Abaixo apresentamos uma reconciliação de nosso caixa gerado pelas atividades operacionais para nosso Fluxo de Caixa Livre para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

Exercício findo em 31 de dezembro de

**3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>	2021	2020	2019
<b>Fluxo de caixa bruto das operações</b>	<b>5.543</b>	<b>5.416</b>	<b>4.553</b>
<i>Imposto de renda pago</i>	(1.144)	(1.201)	(916)
<b>Fluxo de caixa bruto das operações, líquido de imposto de renda</b>	<b>4.399</b>	<b>4.215</b>	<b>3.637</b>
<i>Varição nas exigências de capital de giro de mercadoria</i>	(286)	342	640
<i>Varição em Contas a pagar</i>	693	2.371	1.687
<i>Varição em Estoques</i>	(1.079)	(1.760)	(817)
<i>Varição em Contas a receber</i>	100	(178)	(485)
<i>Varição em Outros Ativos e Passivos Circulantes</i>	333	(178)	(485)
<i>Varição no crédito ao consumidor, líquido concedido por empresa de serviços financeiros</i>	109	(393)	(1.101)
<b>Varição do Capital de Giro</b>	<b>156</b>	<b>(229)</b>	<b>(946)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Operações</b>	<b>4.555</b>	<b>3.986</b>	<b>2.691</b>
<i>Capex (excluindo ágio)</i>	(2.784)	(1.683)	(1.769)
<i>Varições em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos</i>	277	81	37
<i>Alienação de ativos fixos</i>	11	42	3
<b>Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais</b>	<b>(2.496)</b>	<b>(1.560)</b>	<b>(1.729)</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre (*)</b>	<b>2.059</b>	<b>2.426</b>	<b>962</b>
<i>Lease operacional (IFRS16)</i>	(339)	(290)	(254)
<i>Custo da dívida</i>	(193)	(275)	(292)
<b>Fluxo de Caixa Livre Acionista</b>	<b>1.527</b>	<b>1.861</b>	<b>416</b>

**Dívida Financeira Líquida (ou Caixa líquido)**

Abaixo apresentamos uma reconciliação de nossos empréstimos totais com nossa Dívida Financeira Líquida, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019:

<i>(em milhões de R\$)</i>	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	2021	2020	2019
<i>(-) Empréstimos – circulante</i>	(3.019)	(574)	(19)
<i>(-) Empréstimos – não circulante</i>	(3.973)	(3.344)	(2.837)
<i>(-) Instrumentos financeiros derivativos - passivo</i>	(85)	(13)	-5
<b>Total empréstimos</b>	<b>(7.077)</b>	<b>(3.931)</b>	<b>(2.861)</b>
<i>Caixa e equivalente de caixa</i>	6.945	5.672	5.322
<i>Títulos e valores mobiliários – circulante e não circulante</i>	497	358	297
<i>Instrumentos financeiros derivativos – ativo</i>	202	301	-
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>7.644</b>	<b>6.331</b>	<b>5.619</b>
<b>(Dívida Financeira Líquida) ou Caixa líquido</b>	<b>567</b>	<b>2.400</b>	<b>2.758</b>
<i>(-) Desconto de recebíveis</i>	(3.013)	(2.100)	(2.510)
<b>(Dívida Financeira Líquida) ou Caixa líquido</b>	<b>(2.446)</b>	<b>300</b>	<b>248</b>
<i>Dívida com aluguéis (IFRS16)</i>	(2.038)	(1.860)	(1.628)
<b>(Dívida Financeira Líquida) ou Caixa líquido pós IFRS16</b>	<b>(4.484)</b>	<b>(1.560)</b>	<b>(1.380)</b>

**c. o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

A Companhia entende que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são indicadores úteis, uma vez que nos permitem verificar a margem operacional dos nossos negócios. No entanto, o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são indicadores de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou IFRS e não pode servir de base para comparação com indicadores com o mesmo nome apresentados por outras empresas, que podem calculá-lo de forma diferente da Companhia.

Portanto, o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não devem ser considerados isoladamente ou como indicadores indiretos para mensurar o lucro operacional ou o lucro líquido. O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado possuem limitações e devem ser analisados em conjunto com as Demonstrações Financeiras para ter uma visão completa da rentabilidade da Companhia, na medida em que não considerem determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, os quais podem afetar significativamente os lucros líquidos da Companhia, tais como resultado financeiro, líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas apropriadas para uma compreensão dos resultados das operações da Companhia, uma vez que as despesas de depreciação, amortização, imposto de renda e contribuição social e resultados financeiros líquidos não estão incluídas no seu cálculo. Portanto, não é afetada pelas flutuações nas taxas de juros (aplicadas à dívida ou à remuneração dos equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários aplicados), mudanças na carga tributária do imposto de renda e da contribuição social, bem como a despesa de depreciação e amortização. Adicionalmente, a Companhia calcula seu EBITDA Ajustado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados. Nós acreditamos que os ajustes complementares aplicados na apresentação do EBITDA Ajustado são apropriados para fornecer informação adicional aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.

A Companhia segue também o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado por segmento, sendo que as operações de cada um dos segmentos apresenta características e aspectos diferentes, e constituem as componentes do nosso EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado consolidado, que são analisados individualmente para a gestão de cada segmento.

A Companhia acredita que o Lucro Líquido Ajustado e a Margem Lucro Líquido Ajustado são medidas apropriadas para uma compreensão dos resultados das operações da Companhia, uma vez que seu cálculo, após a exclusão de ocorrências de número limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados acompanhada de seus respectivos efeitos nos resultados financeiros e imposto de renda são apropriados para fornecer informação adicional aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.

A Companhia utiliza o Fluxo de Caixa Livre como uma medida da sua capacidade de pagar os investimentos necessários (sejam de gestão corrente ou de expansão) e gerar caixa adicional de nossas atividades, e acredita que este é útil para avaliar o desempenho financeiro da Companhia e a capacidade de honrar os compromissos financeiros assumidos. Em particular, o Fluxo de Caixa Livre evidencia a capacidade da Companhia a pagar os juros gerados por sua dívida, bem como dividendos para os acionistas.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

Acreditamos que a Dívida Financeira Líquida dá uma visão melhor do endividamento da Companhia, na medida em que ela soma várias linhas espalhadas no balanço, para mostrar o compromisso líquido da Companhia. A Dívida Financeira Líquida é um indicador útil de liquidez da Companhia e permite estabelecer uma relação mais fácil com o Patrimônio Líquido ou com a geração de caixa da Companhia.

Acreditamos que a Dívida Financeira Líquida incluindo o desconto de recebíveis reflete melhor a relação entre o endividamento do Grupo e a despesa financeira.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs

#### Captação de empréstimo

No mês de janeiro de 2022, a Companhia contratou empréstimo no montante de R\$ 2,2 bilhões junto à sua coligada Carrefour Finance, na França. A taxa de juros do empréstimo é de 12% a.a. com vencimento em março de 2023.

Em janeiro de 2022, a companhia também contratou empréstimos junto às instituições financeiras no exterior que totalizaram R\$ 2,9 bilhões (US\$ 520 milhões). Os contratos têm vencimento em 16 e 17 meses, com taxas de juros que variam de 1,08% a 1,71% a.a.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de hedge.

#### Aquisição do Grupo BIG

Em 25 de janeiro de 2022 foi emitido o Despacho SG nº 85/2022 pela Superintendência-Geral do CADE (“SG”), com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo BIG Brasil S.A. (“Grupo BIG”) pela Companhia (“Transação”), mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”).

A proposta de ACC negociada pela SG com a Companhia e com o Grupo BIG prevê o desinvestimento de algumas lojas, mas em patamar inferior àquele divulgado na declaração de complexidade emitida pela SG em 12 de novembro de 2021 (i.e. menos de 10% dos estabelecimentos do Grupo BIG), conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia naquela mesma data.

A Transação foi analisada pelo Tribunal do CADE, que decidiu, de forma definitiva, em 25 de maio de 2022, aprová-la de forma condicionada à celebração e cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações que inclui obrigações de desinvestimento de 14 lojas (11 hipermercados/atacarejo e 3 supermercados/soft discount). A Companhia poderá realizar os referidos desinvestimentos após o fechamento da operação, quando também iniciará o trabalho de integração das duas companhias, o que inclui a conversão de diversas lojas do Grupo Big.

Em 19 de maio de 2022, foi aprovada (com condição suspensiva), em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Transação, com o conseqüente aumento de capital da Companhia, de R\$7.660.725.261,16 para R\$9.910.725.262,96, mediante a emissão de 116.822.430 novas ações, que se tornará válido na data de fechamento da Transação, com efeitos a partir da satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças (*Share Purchase, Merger Agreement and Other Covenants*), celebrado em 23 de março de 2021.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

	<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018</b>
<b>(a) regras sobre retenção de lucros</b>	A retenção de lucros da Companhia é regulada pela Lei das Sociedades por Ações e pelo artigo 42 do Estatuto Social da Companhia, vigente desde a abertura de capital da Companhia, que ocorreu em 18/07/2017. Além da reserva legal, da reserva para contingências, e da reserva de incentivos fiscais (artigos 193,195 e 195-A da Lei das Sociedades por Ações), o Estatuto Social prevê que uma parcela não superior à diferença entre (i) 99,9% do lucro líquido anual ajustado e (ii) a reserva de incentivos fiscais poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro.		
<b>(a.i) valores das retenções de lucros e percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	<p><u>Reserva legal</u> R\$ 133.619.725,90 (equivalente a 5% do lucro líquido do exercício)</p> <p><u>Reserva de investimento / capital de giro</u> R\$ R\$ 1.297.675.624,21 (equivalente a 48,53% do lucro líquido do exercício)</p> <p>As retenções referentes ao exercício de 2020 estão fundamentadas em proposta da administração submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de abril de 2020.</p>	<p><u>Reserva legal</u> R\$ 50.646.387,21 (equivalente a 5% do lucro líquido do exercício)</p> <p><u>Reserva de investimento / capital de giro</u> R\$ 480.281.357,00 (equivalente a 47,42% do lucro líquido do exercício)</p> <p>As retenções referentes ao exercício de 2019 estão fundamentadas em proposta da administração submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2019.</p>	<p><u>Reserva legal</u> R\$ 83.007.852,26 (equivalente a 5 % do lucro líquido do exercício)</p> <p><u>Reserva de investimento / capital de giro</u> R\$ 1.107.149.192,87 (equivalente a 59,43% do lucro líquido do exercício)</p> <p>As retenções referentes ao exercício de 2018 estão fundamentadas em proposta da administração submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018.</p>
<b>(b) regras sobre distribuição de dividendos</b>	Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Estatuto Social da Companhia assegurava aos acionistas o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,1% do lucro líquido ajustado apurado no exercício. Nos termos do Estatuto Social, o saldo líquido pode ser ajustado pelas reservas legais, e de incentivos fiscais.		
<b>(c) periodicidade da distribuição de dividendos</b>	Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o Estatuto Social da Companhia garantia a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, a Companhia poderia levantar balanços semestrais ou intermediários e o Conselho de Administração poderia deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderia, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.		
<b>(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	<p>Conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido pode ser utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido com base em reservas ou orçamento de capital, conforme deduções legais e destinações previstas na Lei de Sociedades por Ações e em nosso estatuto social, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.</p> <p>Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite que uma companhia como a nossa possa suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, se nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a nossa condição financeira. Se isso acontecer, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.</p> <p>A distribuição de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso tal distribuição ocorra estando o Emissor em mora em valor superior a R\$ 100 milhões com as obrigações previstas nos títulos de dívida emitidos pela Companhia (debêntures), pode ensejar o vencimento antecipado destes títulos.</p>		

Vale notar que as regras acima destacadas são as regras aplicáveis após a abertura de capital da Companhia que ocorreu em 18 de julho de 2017.

Antes da abertura de capital, as regras aplicáveis eram as descritas abaixo:

- Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

- Após realizadas as deduções mencionadas acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma:
  - (i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) de nosso capital social da Companhia; (ii) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item “vi” abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (v) uma parcela não superior à diferença entre (a) 99,9% (noventa e nove inteiros e nove décimos por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (b) a reserva indicada no item “iii” acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) de nosso capital social; e (vi) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,1% (um décimo por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.
- Adicionalmente, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é permitido:
  - I. distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços intermediários;
  - II. levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;
  - III. distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou intermediário; e
  - IV. creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

A Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados, mas o Estatuto Social já traz o conteúdo mínimo que seria esperado de tal política, a saber, a periodicidade do pagamento de dividendos (anual, sendo possível, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos inferiores a um semestre, a distribuição de dividendos intermediários, ou, ainda, o pagamento, em periodicidade a ser definida, de juros sobre capital próprio) e o parâmetro de referência a ser utilizado para a definição do respectivo montante (no caso, lucro líquido ajustado).

Vale ressaltar que, a despeito de o estatuto social assegurar a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,1% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

S.A., a Companhia tinha por histórico, até o exercício social de 2020, distribuir 25% do lucro líquido anual ajustado. Para o exercício social de 2021, a Companhia optou por aumentar tal percentual para 45%.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos**

(Reais Unidade)	Últ. Inf. Contábil 01/01/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Lucro líquido ajustado		2.986.894.076,08	2.537.206.020,99	962.281.357,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)		36,150000	48,920000	50,100000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)		17,090000	79,010000	35,590000
Dividendo distribuído total		1.079.900.832,14	1.241.099.167,86	482.000.000,00
Lucro líquido retido		1.906.993.243,94	1.296.106.853,13	480.281.357,00
Data da aprovação da retenção		26/04/2022	12/02/2021	14/04/2020

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária			2.986.894.076,08	11/06/2021				
<b>Juros Sobre Capital Próprio</b>								
Ordinária					2.537.206.020,99	23/11/2020	962.000.000,00	29/11/2019

**3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**

Juros sobre capital próprio distribuídos a conta de	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019
Retenção de lucros	-	-	-

**3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2021</b>	40.528.000.000,00	Índice de Endividamento	2,20000000	

**3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações**

Exercício social (31/12/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Descrever outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Empréstimo	Quirografárias		549.000.000,00	952.000.000,00	200.000.000,00	0,00	1.701.000.000,00
Financiamento	Quirografárias		2.470.000.000,00	2.821.000.000,00	0,00	0,00	5.291.000.000,00
Total			3.019.000.000,00	3.773.000.000,00	200.000.000,00	0,00	6.992.000.000,00
<b>Observação</b>							
Garantia Quirografárias - referem-se principalmente a empréstimos 4131 e linhas RCF com Carrefour Finance							

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

Apresentamos abaixo alguns esclarecimento sobre as informações prestadas nos subitens deste item 3 acima.

#### 3.4 - Política de Destinação dos Resultados

Vale notar que as regras destacadas são as regras aplicáveis após a abertura de capital da Companhia que ocorreu em 18 de julho de 2017.

Antes da abertura de capital, as regras aplicáveis eram as descritas abaixo:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

• Após realizadas as deduções mencionadas acima, o lucro líquido deverá ser alocado da seguinte forma:

(i) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) de nosso capital social da Companhia; (ii) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.; (iii) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (iv) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item “vi” abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (v) uma parcela não superior à diferença entre (a) 99,9% (noventa e nove inteiros e nove décimos por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A. (incluindo, portanto, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (b) a reserva indicada no item “iii” acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) de nosso capital social; e (vi) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, assegurada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,1% (um décimo por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A.

• Adicionalmente, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia, é permitido:

- I. distribuir dividendos com base em lucros apurados nos balanços intermediários;
- II. levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros nele apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º da Lei das S.A.;
- III. distribuir dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existente no último balanço anual ou intermediário; e
- IV. creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá- los para todos os efeitos legais.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras

A Companhia não tem uma política específica de destinação de resultados, mas o Estatuto Social já traz o conteúdo mínimo que seria esperado de tal política, a saber, a periodicidade do pagamento de dividendos (anual, sendo possível, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos inferiores a um semestre, a distribuição de dividendos intermediários, ou, ainda, o pagamento, em periodicidade a ser definida, de juros sobre capital próprio) e o parâmetro de referência a ser utilizado para a definição do respectivo montante (no caso, lucro líquido ajustado).

Vale ressaltar que, a despeito de o estatuto social assegurar a distribuição do dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 0,1% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A., a Companhia tinha por histórico, até o exercício social de 2020, distribuir 25% do lucro líquido anual ajustado. Nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 2022 e 2021, que aprovaram, respectivamente, as contas dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2021, a Companhia optou por aumentar tal percentual para 45%.

#### 3.5 – Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

Esclarecemos que os valores apresentados na tabela do item 3.5 acima, referentes ao “*Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado*” e “*Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor*” para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estão indicados em percentuais.

Parte do valor apresentado, referente ao lucro distribuído de 2021, compreende o dividendo mínimo obrigatório e o dividendo adicional que foram distribuídos em forma de juros sobre capital próprio, e que foram aprovados pela administração da companhia em 11 de junho de 2021 e pagos em 30 de junho de 2021 aos acionistas que faziam parte da composição acionária do dia 18 de junho de 2021. A outra parte do valor, referente ao lucro distribuído de 2021, compreende o dividendo mínimo obrigatório e o dividendo adicional que foram distribuídos em forma de juros sobre capital próprio e dividendos, e que foram aprovados pela administração da companhia em 09 de novembro de 2021 e pagos em duas parcelas, sendo uma em 25 de novembro de 2021 e outra em 15 de dezembro de 2021, aos acionistas que faziam parte da composição acionária do dia 12 de novembro de 2021.

O valor apresentado, referente ao lucro distribuído de 2020, compreende o dividendo mínimo obrigatório e o dividendo adicional que foram distribuídos na forma de juros sobre o capital próprio, e que foram aprovados na assembleia geral ordinária / extraordinária de 13 de abril de 2021 e pagos em 24 de junho de 2021 aos acionistas que faziam parte da composição acionária do dia 16 de abril de 2021.

#### 3.8 - Obrigações

Com relação aos valores indicados no item 3.8 apresentado acima, importante notar que as tabelas não incluem os valores relativos às operações com cartão de crédito do Banco Carrefour, uma vez que tais valores referem-se principalmente a contas a pagar comerciais, e compõem (i) repasse a lojistas e adquirentes; (ii) valores a repassar a bancos referentes a créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda.; (iii) outros saldos credores em faturas de cartões referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes; e (iv) valores a repassar à cessionária referentes a recuperação de créditos cedidos, onde o Banco Carrefour atua como mandatário de cobrança. Estes passivos de operações com cartões de crédito são dívidas que não incidem juros financeiros.

Importante ressaltar também que os valores informados não consideram os juros acumulados e portanto diferem dos valores apresentados em nossas Demonstrações Financeiras.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

### Descrição dos fatores de risco

Neste item estão expostos, em ordem de relevância (do mais relevante para o menos relevante), os fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia, em especial, aqueles relacionados com a própria Companhia, seus controladores, seus acionistas, suas controladas e coligadas, seus fornecedores, seus clientes, os setores da economia nos quais a Companhia atua e sua respectiva regulação, os países estrangeiros onde a Companhia atua e questões socioambientais.

As nossas expectativas quanto ao aumento ou redução da exposição aos fatores de risco, assim como as ações implantadas visando à redução de sua exposição, estão informadas no item 5.4 deste Formulário de Referência.

As matérias constantes das letras “a” a “j” consistem em uma lista exemplificativa. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia de forma material e adversa. Riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados menos relevantes pela Companhia também poderão afetar a Companhia adversamente.

#### a. Riscos relacionados ao emissor

***O nosso negócio depende de marcas altamente reconhecidas. Podemos não conseguir manter e melhorar o reconhecimento de nossas marcas ou podemos receber avaliações desfavoráveis de consumidores, bem como podemos ser alvo de publicidade negativa, o que poderia afetar adversamente nossas marcas.***

Acreditamos que o sucesso do nosso negócio depende de nossas marcas *Atacadão, Carrefour, Carrefour Bairro, Express, Banco Carrefour, Drogarias Carrefour, Carrefour.com, Carrefour Market e Carrefour Postos*, entre outras. Manter e melhorar o reconhecimento dessas marcas é fundamental para manter e expandir a nossa base de consumidores, fornecedores e vendedores do nosso *marketplace* e isso dependerá, em grande parte, da nossa capacidade de continuar proporcionando a melhor experiência de compra aos consumidores, através de um ambiente agradável em todos nossos pontos de venda, preços competitivos, grande variedade e alta qualidade dos produtos e serviços que oferecemos, inclusive dos produtos Marca Própria, além da variedade e conveniência das opções de entrega de nossos produtos. Se não conseguirmos cumprir as questões acima descritas, nosso negócio e resultado financeiro podem ser adversamente afetados.

Reclamações de consumidores ou publicidade negativa dos produtos que vendemos, dos preços que cobramos ou do atendimento que prestamos, tanto em relação à produtos do nosso estoque próprio quanto do estoque de terceiros (*marketplace*), podem, no futuro, reduzir a confiança dos consumidores e, conseqüentemente, as nossas vendas, afetando adversamente o nosso negócio. Além disso, alguns dos produtos que vendemos podem nos expor a reclamações decorrentes de danos pessoais, envolvendo, em alguns casos, doenças ou morte, podendo exigir *recalls* ou outras ações. Para manter um bom relacionamento com os nossos consumidores, precisamos treinar e gerenciar adequadamente os colaboradores que trabalham em nossas lojas e que estão em contato diário com os nossos consumidores. Devemos também ter uma equipe de atendimento ao consumidor pronta para resolver irregularidades e conflitos de forma eficiente e

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

rápida. Um atendimento ao consumidor eficaz exige investimentos significativos em nossos colaboradores, em programas de desenvolvimento e em infraestrutura de tecnologia, para propiciar à equipe de atendimento as ferramentas necessárias para bem desempenhar as suas funções. A incapacidade de gerenciamento ou treinamento de nossos representantes de atendimento ao consumidor pode comprometer nossa capacidade de lidar com suas reclamações de maneira eficaz. Se não administrarmos de maneira eficaz as reclamações, nossa reputação e o nosso negócio poderão ser afetados, assim como a confiança que temos de nossos consumidores.

A publicidade e cobertura da mídia geralmente exercem uma influência significativa sobre o comportamento e ações dos consumidores. Se formos alvo de publicidade negativa, que possa fazer com que nossos consumidores mudem seus hábitos de compras, seja em relação às nossas lojas, seja em relação aos produtos que vendemos, inclusive como resultado de *recall* de tais produtos ou de escândalos relacionados ao manuseio, preparação ou armazenamento de produtos alimentícios em nossas lojas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.

Novas tecnologias, tais como mídias sociais, são cada vez mais usadas para a divulgação de produtos e serviços. O uso de mídias sociais requer uma atenção específica, bem como um conjunto de diretrizes de gerenciamento e monitoramento que podemos não conseguir desenvolver e implementar de forma eficaz. Publicações ou comentários negativos sobre nós, nossos negócios, nossas operações, nossos Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a nossa reputação. Além disso, os nossos colaboradores e representantes poderão usar ferramentas de mídia social e tecnologias móveis de forma inadequada, o que poderá causar prejuízos, inclusive com a divulgação de informações confidenciais. Eventual publicidade negativa que prejudique significativamente a reputação de uma ou mais de nossas marcas poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as nossas marcas, o que poderá impactar adversamente nossas vendas.

Além disso, somos atualmente controlados por Carrefour S.A. e CNBV, que detém algumas das marcas que usamos em nossos negócios e atividades no Brasil, tais como as marcas “Carrefour”. Dada nossa estreita relação societária com o Carrefour S.A. e o uso por nós, e por outras empresas do Grupo Carrefour, de marcas que são amplamente conhecidas e reconhecidas no Brasil, qualquer publicidade negativa ou comentários negativos com relação ao Carrefour S.A. e/ou outras empresas controladas, ou coligadas ao Carrefour S.A., no mundo todo, poderá ter um efeito adverso em uma ou mais marcas Carrefour que usamos em nossos negócios e atividades no Brasil, podendo ocasionar, assim, um efeito adverso no valor de tais marcas e, conseqüentemente, em nossos resultados operacionais. Adicionalmente, qualquer evento social, político ou econômico negativo relativo à França, país onde o Carrefour S.A. foi fundado e que é normalmente associado, no Brasil, à marca Carrefour, poderá ter um efeito adverso em uma ou mais marcas Carrefour que utilizamos em nossas atividades no Brasil, podendo afetar adversamente o valor de tais marcas e, conseqüentemente, nossos resultados operacionais.

***O fato das nossas lojas serem espaços de grande circulação de pessoas, e/ou por terem alguns serviços terceirizados, como é o caso da segurança das lojas, pode gerar conseqüências que fogem do controle, ou cuja reação da administração das respectivas lojas seja insuficiente, o que pode causar***

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

***eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas, além de danos graves materiais e à imagem das nossas lojas, além de causar eventual responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas.***

As nossas lojas, por serem espaços de grande circulação de pessoas, e/ou por terem alguns serviços terceirizados, como é o caso da segurança das lojas, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle, ou cuja reação da administração das respectivas lojas seja insuficiente e, conseqüentemente, podem causar danos aos seus frequentadores. No caso da ocorrência de quaisquer incidentes causados por colaboradores e/ou terceirizados, seja por ação ou omissão, podem ocorrer lesões ou morte de clientes e/ou funcionários, que podem acarretar sérios danos de imagem, bem como danos materiais, como ocorreu em novembro de 2020, na loja Carrefour localizada em Porto Alegre, onde ocorreu uma situação trágica – dois funcionários de uma empresa terceirizada contratada para realizar a segurança da loja se envolveram em um ato de violência que causou a morte de um cliente. O incidente foi filmado por testemunhas e divulgado em mídias sociais e em rede nacional e levou a Companhia a celebrar um TAC assumindo compromissos relacionados à promoção da igualdade racial e dos direitos humanos em geral no acesso ao emprego e à educação, bem como no ambiente de trabalho. Para mais informações, vide item 4.7 do Formulário de Referência. A ocorrência desses incidentes pode nos sujeitar à imposição de responsabilidade civil e/ou criminal, obrigação do ressarcimento às vítimas ou pagamento de indenizações, causando um efeito material adverso para nossos negócios, além da assunção de compromissos decorrentes de tais eventos.

***Nossas vendas dependem da eficácia das campanhas de propaganda e marketing, o que pode afetar nossas vendas e lucratividade.***

É parte inerente do nosso negócio o empenho de recursos significativos para campanhas de propaganda e *marketing*, principalmente na televisão, mídia de alcance mais efetivo às nossas atividades, com o intuito de promover a atratividade e movimento em nossos canais de vendas. Caso tais campanhas não alcancem as metas e objetivos esperados, podemos ter impactos negativos em nossas vendas e rentabilidade ou não gerar a desejada valorização de nossa marca.

Conseqüentemente, nosso resultado operacional pode ser afetado negativamente. Adicionalmente, como exposto, considerando-se que grande parte das nossas campanhas são veiculadas com propagandas em televisão, podemos ter nossa rentabilidade impactada caso seja verificada elevação de custos deste tipo de publicidade. Além disso, as vendas da Companhia poderão ser adversamente afetadas diante do desafio por ela enfrentado na identificação das mudanças de comportamento e preferência de seus consumidores.

***Podemos vir a enfrentar dificuldades na abertura e desenvolvimento das nossas atuais e futuras lojas, galerias e shopping centers.***

O nosso crescimento está intimamente ligado à nossa capacidade de abrir novas lojas, desenvolver as lojas existentes, renovar e converter algumas das lojas já existentes em novos formatos, bem como identificar e aproveitar novas oportunidades de negócios com sucesso. A nossa capacidade de abrir novas lojas e desenvolver as lojas existentes com êxito depende de vários fatores, que incluem, entre outros, a

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

disponibilidade de recursos financeiros ou de financiamento em termos aceitáveis, nossa capacidade de identificar locais apropriados para novas lojas, por meio da coleta e análise de dados demográficos e de mercado para determinar o lugar ótimo para a abertura de uma loja, bem como a aquisição de imóveis ou a negociação de contratos de locação em termos aceitáveis.

A legislação local referente a imóveis, uso do solo, zoneamento, dentre outras, pode vir a restringir a construção ou revitalização dos imóveis em que operamos os nossos diversos formatos. Ademais, determinadas leis locais que restrinjam as nossas operações, bem como alterações urbanísticas ou de infraestrutura nos arredores de nossas lojas existentes ou em processo de planejamento ou construção, podem afetar negativamente a nossa capacidade de abrir novas lojas, renovar, realocar ou expandir unidades existentes em certas cidades ou estados, incluindo áreas de mercado em que ainda não possuímos operações. Consequentemente, isso pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

Ademais, se os consumidores nos mercados em que tivermos a possibilidade de expandir ou construir lojas de novos formatos não forem receptivos aos nossos conceitos de varejo ou à nossa presença em tais mercados, poderemos sofrer efeitos adversos relevantes.

Faz parte do nosso negócio modernizar e renovar as nossas lojas, galerias e outros imóveis, bem como desenvolver projetos imobiliários. Devemos concluir qualquer obra para a modernização e renovação das nossas lojas existentes bem como para o desenvolvimento de projetos imobiliários sem atrasos significativos, interrupções ou aumentos dos custos. Pela sua natureza, tais projetos enfrentam riscos associados a atividades de construção, incluindo custos excedentes, escassez de aço, concreto ou outros materiais, escassez de trabalho, disputas legais, imprevistos ambientais ou de engenharia, paradas de trabalho, desastres naturais e a incapacidade de obter seguros a preços razoáveis, sendo que qualquer um deles pode atrasar a construção e resultar em um aumento substancial nos nossos custos para esses projetos.

Além disso, estamos suscetíveis a riscos de performance, qualidade de produto e condição financeira das empresas de construção contratadas, cuja atuação pode ser prejudicada pelos efeitos decorrentes de crises políticas e econômicas ou de outros fatores, como a pandemia da COVID-19 e/ou eventos similares, afetando a capacidade da Companhia de inaugurar e operar novas lojas. Como exemplo, a capacidade das empresas de construção contratadas de prestar serviços e fornecer recursos essenciais, adequada e pontualmente, aos nossos projetos imobiliários pode ser afetada se eles estiverem enfrentando restrições financeiras ou momentos de crise financeira ou de redução da atividade econômica em geral. Não temos como garantir que não iremos nos deparar com interrupções em seus serviços no futuro ou que conseguiremos substituir, em tempo hábil, tais empresas que não conseguirem atender às nossas necessidades, o que poderá afetar negativamente a execução oportuna e bem-sucedida dos nossos projetos e, consequentemente, nossos resultados operacionais e condição financeira.

Também poderemos sofrer atrasos decorrentes de mudanças na legislação, burocracia governamental, imprevistos ou eventos de força maior, o que poderia resultar em custos maiores e inesperados, que não estão incluídos em nossos orçamentos. Ademais, poderemos enfrentar uma maior dificuldade no desenvolvimento dos nossos projetos imobiliários, especialmente durante os períodos de desaceleração econômica no Brasil, e não podemos garantir que conseguiremos lançar os nossos empreendimentos imobiliários nas datas previstas

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

de lançamento. Em particular, no que diz respeito à construção de *shopping centers* e galerias, poderemos não conseguir cumprir as nossas datas de lançamento, se enfrentamos dificuldades para encontrar o que acreditamos ser o *mix* ideal de locatários para as propriedades que serão locadas por nós em cada empreendimento.

Qualquer interrupção ou atraso na construção ou lançamento dos nossos projetos, ou aumento dos custos, poderia prejudicar o nosso negócio, diminuir a nossa receita prevista no plano de negócios e nos afetar negativamente.

***A nossa dependência das empresas de cartão de crédito para as vendas e financiamento de consumidores é uma tendência crescente.***

O nosso negócio é relativamente dependente de cartões de crédito, pois é um dos métodos de pagamento preferidos de nossos consumidores. Para viabilizar as vendas com cartão de crédito, devemos aderir às políticas das empresas de cartão de crédito, incluindo as taxas que tais empresas nos cobram. Qualquer alteração nas políticas das emissoras de cartão de crédito, incluindo, por exemplo, a taxa de administração cobrada dos comerciantes, pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Uma parte das nossas vendas de produtos alimentícios e não alimentícios é realizada através de pagamentos parcelados, utilizando os planos oferecidos pelas emissoras de cartão de crédito. Dependemos das emissoras de cartão de crédito para continuar oferecendo aos nossos consumidores a possibilidade de pagarem suas compras em prestações. Uma mudança nas políticas das empresas de cartão de crédito, com relação ao parcelamento ou taxas mais altas de juros, pode ter um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados operacionais.

***Podemos não conseguir executar a nossa estratégia de fornecer volume e variedade suficientes de produtos a preços competitivos ou gerenciar adequadamente o abastecimento do nosso estoque, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nós.***

O nosso negócio depende da nossa capacidade de fornecer volume e variedade de produtos a preços competitivos. Especialmente no nosso segmento de negócio Atacadão, podemos comprar produtos em grandes quantidades que, talvez, não consigamos vender de forma eficiente e rentável. Além disso, podemos criar um estoque excessivo de produtos com baixa aceitação e, conseqüentemente, ser forçados a dar descontos significativos em tais produtos. Não podemos garantir que continuaremos a identificar adequadamente a demanda de nossos consumidores e nos aproveitar de oportunidades de compra, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

Ademais, produtos com um estoque excessivo em nossas lojas podem ficar obsoletos ou ter o seu prazo de validade expirado. O manuseio inadequado pode resultar em quebra ou avaria de nossos produtos. Também estamos sujeitos a roubos e furtos de mercadorias em nossos centros de distribuição, durante seu transporte até nossas lojas bem como dentro delas. Nossos investimentos em sistemas de segurança podem não ser suficientes para evitar tais roubos ou furtos de mercadorias. A materialização de qualquer um desses riscos pode ocasionar um efeito adverso relevante sobre os nossos negócios e resultados financeiros.

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

***Se não formos capazes de renovar nossas linhas de crédito atuais, ter acesso a novos financiamentos, descontar recebíveis ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, poderemos sofrer um efeito adverso relevante.***

Nossa capacidade de captar recursos é fundamental para as nossas operações, a implementação da nossa estratégia e o nosso crescimento.

Atualmente, contamos, principalmente, com notas promissórias, letras financeiras, debêntures, empréstimos *intercompany*, e descontos de recebíveis para financiar as nossas necessidades de curto e longo prazo. Podemos não conseguir renovar nossas linhas de crédito atuais, ter acesso a novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais em condições atrativas, para atender às nossas necessidades de financiamento, capital de giro ou obrigações em geral. Além disso, não há nenhuma garantia de que poderemos continuar contando com empréstimos, financiamentos por notas promissórias ou debêntures, nem que os contratos de financiamentos serão renovados em termos e condições semelhantes ou mais atrativas do que os termos e condições que foram originalmente acordados.

Na eventualidade de não conseguirmos obter financiamentos, emitir valores mobiliários no mercado de capitais ou refinar o nosso endividamento, quando necessário, ou se não conseguirmos obter ou renovar empréstimos *intercompany*, fianças bancárias, seguros garantia, ou se tais instrumentos somente estiverem disponíveis mediante condições desfavoráveis, podemos não conseguir satisfazer às nossas necessidades de caixa e obrigações financeiras, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

Além disso, no curso normal de nossas operações, descontamos recebíveis perante instituições financeiras a fim de obter capital de giro para as nossas atividades operacionais. Não há nenhuma garantia de que esse tipo de instrumento de financiamento continuará disponível para nós e em termos aceitáveis. Se não tivermos capital de giro suficiente, talvez não seja possível implementar nossa estratégia de crescimento, manter nossa competitividade ou financiar iniciativas estratégicas importantes, o que poderá causar um efeito adverso relevante nos nossos negócios e resultados financeiros.

***Podemos enfrentar desafios no desenvolvimento da nossa estratégia omnicanal e na expansão das nossas operações para o e-commerce.***

A operação coordenada da nossa rede de lojas físicas e da plataforma de e-commerce é fundamental para o sucesso da nossa estratégia omnicanal. Se não conseguirmos alinhar e integrar as estratégias dos nossos diversos canais de venda, ou se os nossos respectivos canais de venda competirem entre si, poderemos não conseguir nos beneficiar plenamente das vantagens que uma estratégia multiformato e omnicanal pode oferecer, o que poderá nos causar um efeito adverso relevante.

Em julho de 2016, lançamos nossa plataforma de e-commerce, a *carrefour.com.br*, que atualmente foca em produtos alimentares e não-alimentares vendidos por nós e por outros vendedores. Apesar de contarmos com a experiência de e-commerce global do Grupo Carrefour, com a continuidade de nossa expansão em operações de e-commerce, enfrentaremos riscos associados à expansão para um formato de negócios no qual

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

temos uma experiência limitada no Brasil e no qual somos menos conhecidos pelos consumidores.

Podemos não conseguir atrair um número suficiente de consumidores e outros participantes, não conseguir prever as condições de mercado ou enfrentar dificuldades de condução de uma operação eficiente desse novo formato de negócio, além de estarmos sujeitos a utilizações ilegais e fraudulentas de nossa plataforma de e-commerce. Consequentemente, quaisquer esforços para expandir as nossas operações de e-commerce podem não lograr êxito, o que pode limitar a nossa capacidade de aumentar nossa receita, lucro líquido e rentabilidade, afetando adversamente nossos resultados operacionais.

***Problemas nos nossos sistemas de tecnologia da informação podem afetar adversamente as nossas operações.***

Dependemos em grande parte da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional de vários *data centers* e sistemas, incluindo sistemas de ponto de venda nas lojas, sistemas de comunicação e de logística de crédito, diversos *softwares* usados para controlar o estoque e gerar relatórios de desempenho financeiro e comercial. Contamos com os nossos sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para nos comunicar com consumidores e fornecedores. Os nossos sistemas de informação podem sofrer interrupções devido a fatores que estão além do nosso controle, tais como desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, *softwares* maliciosos, entre outros fatores.

Na eventualidade de falhas ou interrupção dos nossos sistemas de tecnologia da informação, podemos perder dados, ficar sujeitos à violação de dados ou não conseguirmos realizar transações comerciais e, dessa forma, deixarmos de ganhar receitas de vendas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante. Quaisquer falhas de tais sistemas ou *softwares* também podem afetar a disponibilidade e precisão do nosso processamento de transações e relatórios de contabilidade financeira, bem como a nossa capacidade de administrar o nosso negócio de maneira adversa relevante, afetando negativamente nossos resultados operacionais. Além disso, os nossos sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações. Na eventualidade de não conseguirmos atualizá-los corretamente, as nossas operações poderão ser prejudicadas, o que pode nos ocasionar um efeito adverso relevante.

***A perda de membros de nossa administração, o enfraquecimento da nossa cultura corporativa e/ou a incapacidade de atrair e reter pessoal qualificado poderá ocasionar um efeito adverso relevante.***

A nossa capacidade de manter uma posição competitiva depende significativamente dos serviços prestados por nossa administração e da cultura corporativa que a nossa administração promove. A perda de membros de nossa administração pode prejudicar nossas operações e ter um efeito adverso em nossos negócios. Em caso de renúncia de membros da nossa administração, podemos não ser capazes de manter nossa cultura ou substituí-los por indivíduos com a mesma experiência e qualificação. Colaboradores-chave podem nos deixar por uma série de razões e o impacto dessas perdas é difícil de prever, o que pode dificultar a implementação de nossos planos estratégicos e ocasionar um efeito adverso.

Além disso, o nosso futuro sucesso também depende de nossa capacidade de identificar, atrair, contratar,

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

treinar, reter, motivar e gerenciar outros colaboradores com conhecimentos e habilidades específicas. A concorrência por esses colaboradores é intensa e podemos não ser capazes de atrair, contratar, treinar, reter, motivar e gerenciar colaboradores suficientemente qualificados, o que pode afetar adversamente nossos negócios. Também enfrentamos diversos desafios inerentes à administração de um grande número de colaboradores em uma grande área geográfica (todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal).

***Decisões desfavoráveis ou desdobramentos de investigações em processos judiciais ou administrativos podem ter um efeito adverso relevante sobre nós.***

Atualmente, somos parte em uma série de processos judiciais e administrativos relacionados a questões cíveis, consumeristas, ambientais, trabalhistas, administrativas, tributárias, entre outras. Adicionalmente, figuramos no polo passivo de duas ações civis públicas em decorrência do evento ocorrido na loja Carrefour em Porto Alegre, anteriormente citado. Não podemos garantir que não seremos objeto de mais ações relacionadas a este evento e, ainda, que esses processos judiciais serão decididos em nosso favor. Constituímos provisões em relação aos processos em que a probabilidade de perda foi classificada pelos nossos advogados externos e departamento jurídico como provável. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais não temos nenhuma provisão ou temos provisão significativamente inferior ao montante da perda em questão, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos sofrer um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

Além das provisões contábeis e de honorários advocatícios relacionados a esses processos judiciais, podemos ser compelidos a realizar depósitos judiciais ou oferecer garantias em tais processos, o que poderá afetar adversamente nossa liquidez e condição financeira.

Ademais, administradores e/ou os acionistas da Companhia podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos e judiciais que não tenham relação com a Companhia, porém cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, afetando a reputação da Companhia direta ou indiretamente, e especialmente caso sejam condenados em processos de natureza criminal, eventualmente impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

Também não temos como prever se surgirão futuras investigações, desdobramentos de eventuais investigações em curso ou alegações envolvendo a Companhia, ou quaisquer de nossas afiliadas, diretores, empregados ou membros do Conselho de Administração. Caso surjam investigações, alegações ou desdobramentos, a nossa reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, bem como a cotação das nossas ações, poderão ser adversamente afetados.

***Podemos ser afetados substancialmente por violações à Lei Anticorrupção e leis anticorrupção semelhantes.***

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) introduziu o conceito de responsabilidade objetiva para pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a penalidades cíveis e administrativas. Semelhante à *Foreign Corrupt Practice Act* dos Estados Unidos da América, a Lei Anticorrupção considera sanções administrativas a serem aplicadas em consequência de um ato lesivo à

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

administração pública. O não cumprimento de leis de combate à corrupção ou quaisquer investigações de má conduta ou execução de ações contra nós pode nos levar a multas, perda de alvarás de funcionamento e danos à reputação, bem como a outras penalidades, podendo nos afetar de modo adverso relevante. As multas aplicadas em decorrência da Lei Anticorrupção às pessoas jurídicas podem chegar a até 20% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, ou, caso não seja possível estimar o faturamento bruto, entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00. As violações também podem ocasionar a suspensão temporária à obtenção de novos financiamentos públicos para empreendimentos, a perda imediata ao direito de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios concedidos pelo poder público e o direito de participar de licitações.

O cumprimento da legislação e regulamentação, a observação de normas contábeis ou de exigências governamentais e de governança, podem ser insuficientes para impedir penalidades regulatórias e prejuízos à reputação da Companhia, podendo nos afetar de modo adverso relevante.

***Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos da Companhia poderão afetar adversamente os negócios da Companhia.***

As políticas e procedimentos da Companhia para identificar, analisar, quantificar, avaliar, monitorar e gerenciar riscos podem não ser eficazes. Os métodos de gerenciamento de riscos podem não prever exposições futuras ou não ser suficientes contra riscos desconhecidos e/ou não mapeados e que poderão ser significativamente maiores do que aqueles indicados pelas medidas históricas que a Companhia utiliza. Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados. As informações em que a Companhia se baseia ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos podem ser incompletas ou insuficientes, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre seus negócios.

Se a Companhia não for capaz de manter seus controles internos operando de maneira efetiva, a Companhia poderá não ser capaz de elaborar suas demonstrações e informações financeiras de maneira completa e suficiente, reportar seus resultados de maneira precisa, prevenir a ocorrência de fraudes ou a ocorrência de outros desvios. Dessa forma, a falha ou a ineficácia nos seus controles internos poderá ter um efeito adverso significativo nos negócios da Companhia. Adicionalmente, os procedimentos de compliance e controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes, atos de corrupção ou violações de leis aplicáveis por parte de seus funcionários e membros de sua administração ou de terceiros agindo em seu nome.

***Podemos não conseguir renovar ou manter os contratos de locação das nossas lojas alugadas de terceiros em termos aceitáveis ou independentemente dos termos e, talvez, tenhamos que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação relativos às lojas que decidirmos fechar.***

Parte da nossa receita líquida operacional derivaram de atividades desempenhadas em imóveis que alugamos de terceiros. A localização estratégica dessas lojas é fundamental para o desenvolvimento da nossa estratégia de negócios e, como resultado, podemos ser afetados adversamente, caso (1) um número significativo de

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

nossos contratos de locação seja rescindido, ou não seja renovado em termos aceitáveis ou independentemente dos termos, ou (2) tais contratos de locação não estejam devidamente registrados junto a cartórios de registro de imóveis, o que significaria que não teríamos o direito de preferência para adquirir a propriedade pertinente, caso o seu proprietário decida vender o imóvel durante a vigência do contrato de locação. Nesse caso, o comprador não estaria legalmente vinculado aos termos do contrato de locação e poderia requerer a desocupação do imóvel em 90 dias sem qualquer penalidade, ficando ainda a locatária impossibilitada de adjudicar o imóvel.

Não há nenhuma garantia de que conseguiremos alugar os imóveis nos quais estamos interessados. Devido ao fato da localização dos nossos imóveis representar um fator importante na nossa estratégia de vendas, se um número significativo das nossas locações atuais não for renovado ou se não conseguirmos celebrar novos contratos de locação com condições satisfatórias, poderemos ter nossos negócios afetados substancialmente e negativamente. Um aumento significativo no valor do aluguel dos imóveis que alugamos também pode nos afetar negativamente. Além disso, se decidirmos fechar qualquer uma das nossas lojas físicas, localizadas em imóveis alugados de terceiros, antes do fim do prazo contratual da locação, poderemos ser obrigados a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. A quantidade de tais multas poderia, no total, nos afetar adversamente.

***Desastres, pandemias ou surtos de doenças em humanos, tais como o coronavírus (COVID-19), além de eventos imprevisíveis podem afetar os padrões de consumo e de comercialização, cadeias de suprimentos e processos produtivos, o que poderia atrapalhar as nossas operações e impactar os resultados operacionais da Companhia.***

Eventos imprevisíveis, que vão além do nosso controle, incluindo guerras, epidemias, pandemias, atividades de terrorismo e desastres naturais como inundações, incêndios e condições de seca severa afetam os preços dos produtos que vendemos, os alugueis e encargos locatícios que cobramos de nossos locatários, alteram os regimes dos contratos de trabalho, reduzem o contingente na operação, aumentam o índice de absenteísmo e afastamentos, causam revisão das políticas para concessão de crédito aos clientes do segmento financeiro pertencentes ao Grupo Carrefour, entre outros, e podem prejudicar as nossas operações e as dos nossos fornecedores, locatários e prestadores de serviços, além de ter um efeito negativo sobre o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica. Esses eventos podem causar o fechamento temporário ou definitivo de algumas de nossas lojas e/ou centros de distribuição, lojas de nossos locatários, atrasar ou afetar a nossa capacidade de distribuir produtos para as nossas lojas e nossos consumidores finais, inclusive nas entregas de vendas *online*, reduzir a demanda dos produtos que vendemos, aumentar o seu preço e diminuir as nossas vendas, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais.

A disseminação mundial da COVID-19 impôs a implementação de medidas significativas por parte dos governos e entidades do setor privado que, por sua vez, afetaram os padrões de consumo e de comercialização, cadeias de suprimento e processos produtivos em escala global e especificamente aqueles relacionados com o negócio da Companhia. As consequências da pandemia podem também resultar na desestabilização dos preços de commodities ou as economias e mercados financeiros de vários países, resultando em uma desaceleração econômica que poderia impactar a demanda pelos produtos da Companhia, com efeito adverso sobre seus resultados operacionais. Qualquer deterioração no ciclo de crédito dos clientes

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

da Companhia como resultado da pandemia ou medidas implementadas para contê-la poderá afetar adversamente os resultados e fluxo de caixa da Companhia no futuro.

Desde o início da pandemia global, a Companhia continua operando suas unidades de negócio, centros de distribuição, logística, cadeia de suprimentos e escritórios administrativos. No entanto, as operações da Companhia foram afetadas pela pandemia do COVID-19 através da contratação de mão de obra temporária para repor a força de trabalho que estava afastada, redução de disponibilidade de alguns produtos específicos por determinados períodos, devido à menor disponibilidade de fornecedores terceiros e/ou de matéria prima do produto.

A pandemia do COVID-19 é um evento em andamento, cuja duração é incerta e as medidas adotadas em reação a ela pelas autoridades públicas (em nível nacional ou escala local) estão em constante evolução. O alastramento da pandemia de COVID-19 continua sendo uma preocupação para a economia global, apesar da diminuição das taxas de infecção e das vacinas distribuídas em todo o mundo.

Um novo surto de infecções decorrente, por exemplo, de novas variantes do vírus e qualquer evento que poderia impedir os governos de controlarem a disseminação da COVID-19, como atrasos na distribuição de vacinas ou vacinas ineficazes, podem levar os governos a manterem restrições de mobilidade na tentativa de conter o alastramento da doença, o que levaria à supressão da atividade econômica.

A Companhia entende que o impacto da pandemia do COVID-19 no Grupo, no contexto brasileiro, em particular no comportamento de consumo dos clientes, é muito imprevisível e pode variar rapidamente dependendo da evolução da pandemia e da implementação de medidas locais, que podem variar a depender das medidas adotadas pelo Município ou Estado (como o prazo de confinamento, por exemplo).

#### ***Uma paralisação ou greve significativa da nossa força de trabalho pode afetar as nossas operações.***

Os nossos empregados são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por convenções coletivas, acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou movimentos trabalhistas que perturbem qualquer um dos nossos fornecedores terceirizados, podem ter um efeito adverso relevante sobre nossas operações e nossos negócios.

#### ***Alterações na disponibilidade e nos custos de energia e de outros serviços públicos podem nos afetar substancialmente.***

As nossas operações consomem quantidades consideráveis de energia e outros serviços públicos. Os preços de energia elétrica e serviços públicos têm variado significativamente no passado recente do Brasil, inclusive como resultado de condições climáticas, o que poderá ocorrer novamente no futuro. Como exemplo, os preços elevados de energia elétrica durante um período prolongado de seca, bem como mudanças regulatórias e tributárias no setor elétrico em determinadas áreas geográficas, podem resultar em um efeito negativo na receita operacional e potencialmente afetar negativamente a nossa rentabilidade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos repassar o aumento dos custos de energia elétrica e serviços públicos para os nossos

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

consumidores.

***A nossa cobertura de seguro pode não ser suficiente para cobrir perdas substanciais resultar em prejuízos e na dificuldade para contratação de apólices, o que poderá gerar efeitos adversos sobre os negócios.***

Não podemos garantir que a nossa cobertura de seguro estará sempre disponível ou será sempre suficiente para cobrir quaisquer danos decorrentes de qualquer tipo de sinistro. Além disso, existem certos tipos de riscos que podem não estar cobertos por nossas apólices, tais como guerra, força maior ou certas interrupções de negócios.

No caso dos eventos segurados, a cobertura de apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá nos colocar em uma situação de risco, dados que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Também não podemos garantir que, quando as nossas apólices de seguro atuais expirarem, poderemos renová-las em termos favoráveis e suficientes. Sinistros que não são cobertos pelas nossas apólices ou a incapacidade de renovar as nossas apólices de seguro podem nos afetar adversamente e substancialmente.

***Podemos não conseguir proteger os nossos direitos de propriedade intelectual ou utilizá-los de forma eficaz.***

O nosso sucesso depende significativamente da nossa capacidade de utilizar de forma eficaz, de proteger as nossas atuais e futuras marcas (incluindo as nossas marcas próprias) e de defender os nossos ativos intangíveis, especialmente os direitos de propriedade intelectual incluindo, sem limitação, marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how*. Há também o risco de podermos, ainda que por omissão, não conseguir renovar o registro de uma marca em tempo hábil ou que os nossos concorrentes invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras licenciadas para nós. Não temos como garantir que as medidas para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente de direitos de propriedade intelectual e os custos necessários para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual, seja pela via extrajudicial ou por meio de processos legais ou administrativos, podem ser significativos. A convivência de marcas colidentes (como por exemplo, que utilizem palavras de uso comum) pode levar consumidores à confusão e trazer impactos reputacionais à nossa marca. Além disso, se não conseguirmos proteger os nossos direitos de propriedade intelectual contra a violação ou apropriação indevida, poderemos sofrer prejuízos financeiros ou reputacionais.

***Podemos vir a buscar aquisições estratégicas ou investimentos, e a incapacidade de produzir os resultados esperados de uma aquisição ou investimento, ou de integrar plenamente uma empresa adquirida, pode ter um impacto adverso em nossos negócios.***

Podemos eventualmente adquirir ou investir em empresas ou negócios. A efetivação de aquisições ou parcerias envolve uma série de riscos, que incluem: (i) superestimar o valor do negócio objeto de

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

aquisição/parceria, proporcionando um retorno financeiro aquém do esperado; (ii) possibilidade de aumento da nossa alavancagem financeira; (iii) alocação de recursos humanos e financeiros para as finalidades de integração, as quais podem não ser bem-sucedidas; (iv) impactos financeiros e contábeis em nossas demonstrações financeiras referentes a custos não antecipados/previstos; (v) não capturar, capturar parcialmente e/ou tardiamente as sinergias esperadas, impactando o nosso resultado; (vi) falha no processo de integração de cultura empresarial e de colaboradores; (vii) celebrar contratos e/ou documentos societários nas parcerias estratégicas e aquisições, que devido à passagem do tempo, podem conter termos e condições não compatíveis com os nossos redirecionamentos estratégicos; (viii) não ter mapeado de forma exaustiva as autorizações de terceiros, regulatórias ou de outra natureza, necessárias às operações das sociedades adquiridas ou em processo de aquisição, podendo sofrer sanções administrativas, incluindo o pagamento de multas; (ix) falha no monitoramento adequado dos riscos relacionados a aderência de sociedades em processo de aquisição ou já adquiridas em relação às regras de integridade corporativa (compliance, anticorrupção e outras); (x) falha em auditorias ou no mapeamento de riscos, incluindo relacionados a passivos (por exemplo, passivos contingenciais) a que as sociedades adquiridas estão expostas; (xi) falhas na integração de sistemas e demais mecanismos de tecnologia da informação das sociedades adquiridas; (xii) exposição frente às contingências (judiciais, administrativas ou arbitrais), materializadas ou não, das sociedades adquiridas.

O sucesso das aquisições ou investimentos se baseia na nossa capacidade de estabelecer premissas precisas relativas a avaliação, operações, potencial de crescimento, integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios e aos riscos acima destacados.

Não podemos garantir que as nossas aquisições ou investimentos produzirão os resultados que esperamos no momento em que celebramos ou concluímos uma determinada transação. Além disso, as aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio do nosso capital e da atenção da nossa administração de outras questões e oportunidades de negócios. Podemos não conseguir integrar com sucesso as operações que adquirimos, incluindo os seus colaboradores, sistemas financeiros, distribuição ou procedimentos operacionais. Se não integrarmos com êxito as aquisições, o nosso negócio poderá sofrer consequências. Além disso, a integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus resultados financeiros pode afetar os nossos resultados operacionais de maneira adversa.

Por fim, a celebração de contratos de aquisição ou de parcerias poderá conter cláusulas de condições suspensivas ou condições precedentes, as quais, se não satisfeitas dentro do prazo e nos termos acordados obstarão a efetivação da operação de aquisição ou de parceria. Essas condições suspensivas poderão decorrer de acordo entre as partes ou de lei, incluindo, a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, conforme alterada (“Lei Concorrencial”) que estabelece a obrigação de submissão prévia ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (o “SBDC”, que inclui o CADE) de determinadas operações de concentração econômica. Nesse sentido, aquisições ou parcerias podem não ser aprovadas ou podem ser condicionadas a certas restrições ou à tomada de medidas específicas, como condição para aprovação pelo CADE, incluindo restrições e remédios que reflitam na estrutura da operação, ou que demandem desembolsos financeiros diretos ou indiretos significativos, cujos impactos nos negócios a Companhia pode avaliar como impeditivos e resultar na não efetivação da operação. Caso a aquisição ou parceria não seja efetivada, podemos ser obrigados a reestruturar nosso plano de crescimento orgânico e inorgânico. Nesta situação, não conseguimos garantir que seremos capazes de reestruturar nosso plano de crescimento em condições favoráveis e/ou

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

dentro de um tempo razoável. Adicionalmente, caso a falha na efetivação da transação não seja consensual, podemos estar sujeitos a procedimentos litigiosos envolvendo as partes da transação, o que poderá culminar com desembolso adicional de caixa.

***O processo de aquisição de empresas e/ou combinação de negócios pela Companhia, pode trazer riscos, uma vez que a Companhia possui um conhecimento limitado acerca de todas as contingências.***

No âmbito dos processos de aquisição e combinação de negócios entre empresas, são realizados procedimentos de auditoria contábil e jurídica nas companhias alvo. No entanto, tais procedimentos usualmente têm escopo limitado, não abrangendo a integralidade da potencial exposição a riscos existente, de modo que a materialização desses riscos e de contingências mapeadas durante as aquisições podem impactar a situação patrimonial da Companhia, bem como gerar danos reputacionais, a depender da matéria tratada.

Além disso, os valores depositados e a serem depositados em contas garantia, caso aplicáveis, bem como os valores retidos, podem não ser suficientes para cobrir todas as contingências, o que impactará negativamente a situação patrimonial da Companhia podendo também prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia também não pode garantir que as empresas adquiridas ou parceiras estejam totalmente adimplentes com licenças, alvarás e autorizações governamentais necessárias às suas respectivas operações. A estratégia comercial pode ser afetada negativamente em caso de não obtenção ou não renovação de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia.

Ainda, a depender das estratégias definidas, a Companhia pode realizar novas aquisições e parcerias estratégicas e, dessa forma, estar sujeita a riscos relativos a essas transações. Esses riscos incluem: (a) a possibilidade de existirem passivos e/ou contingências inesperados relacionados aos negócios adquiridos ou às parcerias estratégicas realizadas; e (b) a Companhia, como sucessora dos negócios dessas instituições objeto de aquisição, ser responsabilizada pelos seus passivos, inclusive aqueles cujos fatos geradores ocorreram antes da transação, assim como (c) a Companhia estar sujeita aos riscos relacionados aos atos dos administradores anteriores e à responsabilização por potenciais passivos dos atos ocorridos antes da transação. Caso haja a materialização dos riscos dispostos acima, a Companhia poderá ser impactada negativamente do ponto de vista financeiro e reputacional.

**Desafios e incertezas geopolíticas e outros devidos ao conflito militar em curso entre a Rússia e a Ucrânia podem ter um efeito adverso relevante na economia global, alguns preços de materiais e commodities e nos negócios da Companhia.**

Os mercados globais estão atualmente operando em um período de incerteza econômica, volatilidade e interrupção após a invasão em larga escala da Ucrânia pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022. Embora a duração e o impacto do conflito militar em curso sejam altamente imprevisíveis, o conflito na Ucrânia e quaisquer outras tensões geopolíticas podem ter um efeito adverso sobre a economia e a atividade empresarial globalmente e levar a:

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

- impactos no mercado de crédito e de capitais;
- volatilidade significativa nos preços das commodities (como grãos, insumos de fertilizantes, petróleo e gás);
- aumento das despesas relacionadas a materiais diretos e indiretos utilizados no processo produtivo (ou seja, embalagens, logística e insumos, entre outros) da Companhia;
- aumento dos custos de recursos (como energia, gás natural e carvão) para as operações da Companhia;
- desaceleração ou impactos na cadeia de suprimentos global e local, o que pode levar à escassez e falta de materiais, commodities e produtos críticos no mercado;
- potencial valorização do dólar americano;
- aumento das taxas de juros e inflação nos mercados em que atuamos, o que pode contribuir para novos aumentos nos preços de energia, petróleo e outras commodities; e
- crescimento global mais baixo ou negativo.

Qualquer evento desse tipo pode aumentar os custos e afetar adversamente os negócios da Companhia se não for capaz de repassar esse aumento de custos aos seus clientes.

Além disso, a anexação anterior da Crimeia pela Rússia, o recente reconhecimento de duas repúblicas separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk da Ucrânia e as subseqüentes intervenções militares na Ucrânia levaram a sanções e outras penalidades impostas pelos Estados Unidos, União Europeia e outros países contra a Rússia, Bielorrússia, a região da Crimeia da Ucrânia, a chamada República Popular de Donetsk e a chamada República Popular de Luhansk, incluindo o acordo para remover certas instituições financeiras russas do sistema de pagamento Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, ou SWIFT. Potenciais sanções e penalidades adicionais também foram propostas e/ou ameaçadas. As ações militares russas, as sanções resultantes e as contramedidas russas ou ações de retaliação (incluindo ciberataques e espionagem) podem afetar adversamente a economia global e os mercados financeiros e levar a mais instabilidade e falta de liquidez nos mercados de capitais. O impacto dessas medidas, bem como as possíveis respostas a elas por parte da Rússia, são atualmente desconhecidos e, embora a exposição da Companhia à Rússia e à Ucrânia seja limitada, medidas atuais e futuras podem afetar significativa e adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais. Os riscos geopolíticos e econômicos também aumentaram nos últimos anos como resultado das tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, o Brexit e o aumento do populismo. As crescentes tensões podem levar, entre outros, a uma desglobalização da economia mundial, um aumento do protecionismo ou barreiras à imigração, uma redução geral do comércio internacional de bens e serviços e uma redução na integração dos mercados financeiros, qualquer um dos quais poderia afetar material e adversamente os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia continua a monitorar a situação na Rússia, Ucrânia e globalmente e avaliando seu impacto potencial em seus negócios. Qualquer um dos fatores mencionados acima pode afetar os negócios, perspectivas, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia. A extensão e duração da ação militar, sanções e rupturas de mercado resultantes são impossíveis de prever, mas podem ser substanciais. Quaisquer interrupções podem ampliar o impacto de outros riscos descritos neste Formulário de Referência.

***A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre nós.***

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados cambiais duplos e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e resultar em um efeito adverso relevante sobre nós. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das nossas ações ordinárias em dólares norte-americanos.

***Podemos não conseguir renovar, em condições satisfatórias, as nossas operações de hedge, o que pode aumentar o custo do serviço da nossa dívida e do câmbio sobre importações e, conseqüentemente, afetar negativamente o nosso desempenho financeiro.***

A Companhia poderá ser exposta a riscos de mercado decorrentes, direta ou indiretamente, das taxas de câmbio, flutuações nas moedas e das taxas de juros, por exemplo. Com o objetivo de mitigar esses riscos, a Companhia poderá, quando necessário, realizar operações com instrumentos financeiros derivativos no Brasil ou no exterior. Estas operações de proteção (*hedge*) podem ser firmadas para resguardar a Companhia contra a variação desses índices.

Contudo, o derivativo contratado pode não oferecer uma proteção perfeita da operação, causando descasamento de preços entre a exposição protegida e seu derivativo, o que poderá afetar negativamente os resultados da Companhia. Essas operações de *hedge* também poderão expor a Companhia a riscos de perdas financeiras em situações em que a outra parte do contrato de *hedge* não cumpra suas obrigações contratuais.

Também não podemos garantir que continuaremos com a nossa prática de contratar operações de hedge. Além disso, a liquidez no mercado de derivativos pode ficar escassa, o que dificultaria a contratação de *hedge* da nossa dívida ou de nosso fluxo de importações, em condições satisfatórias e, conseqüentemente, poderia afetar negativamente o nosso desempenho financeiro global no caso de uma desvalorização do Real ou movimentos relevantes das taxas de juros.

***A desvalorização em condições econômicas e de mercado, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes, pode afetar negativamente a economia brasileira e o preço de mercado de valores mobiliários brasileiros.***

O preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros é afetado por condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros. Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, ou B3, por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as nossas ações ordinárias. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias, restringir o nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer a nossa capacidade de financiar as nossas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Os Estados Unidos possuem considerável influência sobre o cenário internacional, o que pode afetar material e adversamente a economia global e a estabilidade política. A Companhia não pode garantir que o governo norte-americano adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal, bem como o investimento interno e externo. Se tais política não forem implementadas, o preço de negociação dos títulos de emissores brasileiros, incluindo as ações ordinárias da Companhia, poderá ser afetado de forma material e adversa. A crescente incerteza econômica e as notícias de uma economia potencialmente recessiva nos Estados Unidos também podem criar incerteza na economia brasileira. Em 4 de maio de 2022, o Fed (Banco Central dos EUA) decidiu aumentar a taxa básica de juros do país em 0,5 ponto percentual, para uma faixa de 0,75% a 1%. É o maior aumento desde 2000, e constitui uma tentativa para combater a alta nos preços. O Fed também anunciou planos de reduzir seu balanço patrimonial de 9 trilhões de dólares (R\$ 44,1 trilhões) para lidar com o rápido aumento dos preços. Esses desenvolvimentos, bem como crises potenciais e instabilidade política deles decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento ainda imprevisível, podem afetar adversamente os negócios e os resultados das operações da Companhia.

Além disso, a crise e as condições econômicas desfavoráveis na França, causando um efeito adverso sobre o nosso acionista controlador, Carrefour S.A., também podem afetar adversamente o preço de mercado das nossas ações ordinárias.

Na medida em que problemas econômicos em países de mercados emergentes ou em outros lugares afetem o Brasil negativamente, o nosso negócio e o preço de mercado das nossas ações ordinárias também podem ser afetados negativamente. Além disso, não podemos garantir que, em caso de ocorrências adversas em economias de mercados emergentes, os mercados de capitais internacionais manterão as suas portas abertas para empresas com operações significativas no Brasil ou que as taxas de juros resultantes nesses mercados serão vantajosas para nós. A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, pode ter um impacto negativo sobre os nossos negócios.

A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

***Qualquer queda adicional no rating de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.***

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Os *ratings* de crédito afetam a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de *rating* avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores.

Na data deste Formulário de Referência, a perspectiva para o *rating* brasileiro pela Standard and Poors era "BB-", com perspectiva "estável". pela Moody's, perspectiva "estável", com nota de crédito soberano em 'Ba2; para a Fitch, por sua vez, a perspectiva para o rating era "negativa", com nota "BB-".

Como resultado, o Brasil perdeu a sua condição de grau de investimento de todas as três agências de *rating* principais e, conseqüentemente, os preços de negociação de valores mobiliários do mercado brasileiro de dívidas e patrimônio líquido foram afetados negativamente. Uma recessão da economia brasileira ou mundial pode levar a mais rebaixamentos de *rating*.

Qualquer queda adicional no *rating* de crédito soberano do Brasil pode aumentar a percepção de risco dos investidores e, conseqüentemente, aumentar o custo futuro de emissão de dívidas e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.

***Os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.***

De acordo com o nosso estatuto social, devemos pagar aos nossos acionistas, um dividendo mínimo obrigatório, não inferior, em cada exercício, a 0,1% do nosso lucro líquido anual ajustado, na forma prevista na Lei de Sociedades por Ações. Esse percentual de nosso lucro líquido ajustado é significativamente menor e bem inferior ao costumeiramente previsto nos estatutos sociais da maioria das companhias abertas brasileiras, que é de 25% do lucro líquido ajustado. Dividendos intermediários e juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social podem ser imputados e integrados ao nosso dividendo mínimo obrigatório. Nosso lucro líquido para o exercício social poderá ser utilizado para absorver prejuízos ou, de outra forma, retido com base em reservas ou orçamento de capital, conforme deduções legais e destinações previstas na Lei de Sociedades por Ações e em nosso estatuto social, e poderá não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, a Lei de Sociedades por Ações permite que uma companhia como a nossa possa suspender a distribuição dos dividendos obrigatórios em qualquer exercício social específico, se nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que tal distribuição seria desaconselhável, tendo em vista a nossa condição financeira. Se isso acontecer, os titulares das nossas ações ordinárias poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderão ser revistas a qualquer momento pelas autoridades e, tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

***A Companhia pode não ser capaz de cumprir com índices financeiros a serem eventualmente previstos em contratos que venham a compor o seu endividamento.***

A Companhia pode vir a ter compromissos de manutenção de índices financeiros em contratos que venham a compor o seu endividamento no futuro. Esses compromissos podem afetar a capacidade da Companhia de reagir a mudanças na economia ou no seu setor de atuação ou sua capacidade de aproveitar novas oportunidades de negócios lucrativos.

Adicionalmente, caso os eventuais índices financeiros sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores, e o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de maneira relevante e adversa. Além disso, os eventuais contratos financeiros a serem celebrados pela Companhia poderão conter cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-acceleration* ou *cross-default*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia.

***No caso de a Companhia vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, poderá haver uma diluição da participação de seus acionistas.***

A Companhia pode ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos por meio de distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações poderá ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, incluindo os investidores nas suas ações, o que pode resultar na diluição da participação dos referidos acionistas no capital social da Companhia, ocasionando a imediata diluição no valor patrimonial de seu investimento. Adicionalmente, ainda que a Companhia emita ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis em ações de emissão da Companhia sujeitos ao direito de preferência, os investidores que optarem por não participar de qualquer oferta prioritária poderão sofrer uma diluição de sua participação no capital social da Companhia.

***A Companhia pode enfrentar potenciais conflitos de interesses envolvendo transações com partes relacionadas.***

A Companhia possui receitas, custos ou despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência. A Companhia não pode garantir que sua Política de Transações com Partes Relacionadas (descritas no item 16.1 deste Formulário de Referência) e outros regulamentos, princípios, cuidados e documentos sobre o tema adotados pela Companhia sejam eficazes para evitar situações de potencial conflito de interesse, e ainda que seus acionistas controladores ou os administradores por eles eleitos prestaram ou prestarão estrita observância às boas práticas de governança

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

e/ou normas existentes para dirimir situações de conflito de interesses, incluindo, mas sem se limitar, a observância do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas, o pagamento compensatório adequado ou a abstenção de votação em deliberações envolvendo situações de conflito.

Caso as situações de conflito de interesses com partes relacionadas se configurem, elas poderão causar um impacto adverso nos negócios, resultados operacionais, bem como causar impacto nos valores mobiliários da Companhia e/ou sua reputação ou ainda ocasionar processos e sanções perante a CVM. Adicionalmente, caso a Companhia celebre transações com partes relacionadas em caráter não comutativo, trazendo benefícios às partes relacionadas envolvidas, os acionistas da Companhia poderão ter seus interesses prejudicados.

##### **b. riscos relacionados ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

***Continuaremos sendo controlados pelo nosso acionista controlador, cujos interesses poderão divergir dos nossos demais acionistas.***

Após a conclusão da nossa abertura de capital, continuamos sendo controlados pelo Carrefour S.A. e pelo Carrefour Nederland B.V., que na data deste formulário detêm um total 71,64% de participação em nosso capital social. O nosso acionista controlador poderá exercer os seus direitos de voto para eleger ou destituir a maioria dos membros do nosso Conselho de Administração, controlar a nossa administração e políticas, determinar o resultado de quase todas as matérias que exigem a aprovação dos acionistas, incluindo, entre outras, transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições, venda de ativos, parcerias e o pagamento e prazo de dividendos futuros, o que poderá conflitar com os interesses dos demais acionistas.

O nosso acionista controlador poderá estar interessado em realizar aquisições, venda de ativos, parcerias ou financiamentos adicionais, entre outras transações, que podem conflitar com os interesses dos demais acionistas. Além disso, o nosso acionista controlador poderá conseguir evitar ou retardar determinadas transações ou estratégias de negócio que os demais acionistas podem, de outra forma, considerar favoráveis. Adicionalmente, contratamos e poderemos continuar contratando uma variedade de operações com nossos acionistas controladores e outras companhias do Grupo Carrefour, incluindo, licenciamento de direitos de propriedade intelectual, fornecimento de uma variedade de produtos, contratos de *cost-sharing*, distribuição de produtos e negociação com fornecedores internacionais e, eventualmente, empréstimos e financiamentos *intercompany*, dentre outros. Não podemos garantir que, no futuro, continuaremos a nos beneficiar dos serviços, financiamento e outras operações que, historicamente, o Carrefour S.A. disponibiliza aos nossos negócios.

***Usamos marcas que pertencem a um de nossos acionistas controladores, Carrefour S.A. O Carrefour S.A. poderá rescindir este contrato de licenciamento em caso de mudança do controle do CCI***

Um de nossos acionistas controladores, Carrefour S.A., é o titular das marcas “*Carrefour*”, que estão entre as marcas mais importantes utilizadas por nós em nossos segmentos de Varejo e de Soluções Financeiras, que foram licenciadas em nosso favor por meio de um contrato de licenciamento. De acordo com os termos desse contrato de licenciamento, caso haja uma mudança no controle do CCI, direta ou indiretamente, esse contrato de licenciamento deixará de produzir efeitos e, portanto, seremos impedidos de utilizar as marcas Carrefour em

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

nossas operações, o que poderá ter um efeito adverso sobre nós. Adicionalmente, nosso contrato de licenciamento com o Carrefour S.A. prevê que, se forem atingidos determinados parâmetros financeiros trimestrais, conforme ali estabelecidos, seremos obrigados a pagar royalties trimestralmente. Poderemos, no futuro, atingir tais parâmetros financeiros trimestrais estabelecidos no contrato de licenciamento, o que requereria o pagamento de tais *royalties* ao Carrefour S.A. Para maiores informações acerca do contrato de licenciamento de marca, veja os itens 16.2 e 16.4 deste Formulário de Referência.

##### **c. riscos relacionados aos acionistas**

Acreditamos que não estamos expostos, atualmente, a quaisquer riscos relacionados aos nossos acionistas, além dos riscos relacionados ao acionista controlador que já foram tratados no item anterior.

##### **d. riscos relacionados as controladas e coligadas**

Acreditamos que não estamos expostos, atualmente, a quaisquer riscos relacionados às nossas controladas e coligadas que já não tenham sido tratados nos demais itens deste formulário, dos quais vale ressaltar o fator de risco intitulado “Estamos expostos a riscos relacionados a empréstimos e financiamento concedidos a consumidores”, no item 4.1.f deste Formulário de Referência.

##### **e. riscos relacionados aos fornecedores**

***Nosso negócio depende de uma cadeia de suprimentos e, conseqüentemente, enfrenta riscos relacionados à logística.***

Os produtos destinados às nossas lojas são entregues diretamente pelos nossos fornecedores, em nossos 15 centros de distribuição e/ou plataformas, ou diretamente em nossas 492 lojas Carrefour, 692 se considerados postos e drogarias, localizadas em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. Se a operação em um desses centros de distribuição for afetada negativamente por fatores fora do nosso controle, tais como incêndios, desastres naturais, falta de eletricidade, falhas nos sistemas, entre outros, e caso nenhum outro centro de distribuição consiga atender à demanda da região afetada, a distribuição de produtos às nossas lojas atendidas pelo centro de distribuição afetado será afetada, o que poderá nos afetar negativamente. A nossa estratégia de crescimento inclui a abertura de novas lojas, que pode exigir a abertura de novos centros de distribuição ou a expansão dos nossos centros de distribuição existentes, para abastecer e atender à demanda das lojas adicionais. As nossas operações poderão ser afetadas negativamente se não conseguirmos abrir novos centros de distribuição ou expandir os nossos centros de distribuição existentes para atender às necessidades de abastecimento dessas novas lojas.

Além disso, quaisquer alterações, problemas ou interrupções significativas na infraestrutura de logística que nós ou os nossos fornecedores usem para entregar produtos em nossas lojas ou centros de distribuição podem impedir a entrega oportuna ou bem-sucedida dos produtos que vendemos em nossas lojas e afetar negativamente nossas operações. Por exemplo, a nossa rede de distribuição é sensível à flutuação dos preços do petróleo, e qualquer aumento no preço, interrupção do fornecimento ou falta de combustível poderá resultar no aumento dos custos de frete e afetar negativamente nossos negócios e resultados operacionais. Além

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

disso, caso normas rigorosas para combater o trânsito de rua forem promulgadas e impuserem mais restrições na entrega de produtos para as nossas lojas, em determinadas horas do dia, em determinados municípios em que atuamos, a nossa capacidade de distribuir produtos em tempo hábil para as nossas lojas poderá ser afetada. Um aumento geral no trânsito de rua também pode afetar a nossa capacidade de distribuir produtos em nossas lojas em tempo hábil. Ademais, o nosso negócio de e-commerce está sujeito a riscos semelhantes e, conforme expandimos a nossa plataforma de e-commerce, esses riscos podem afetar a nossa capacidade de entregar produtos aos nossos consumidores finais em tempo hábil. A partir do lançamento de nossa estratégia de venda de produtos alimentícios, por meio da nossa plataforma de e-commerce, podemos enfrentar riscos adicionais que poderão afetar negativamente a implementação dessa estratégia, incluindo os riscos intrínsecos à entrega de produtos congelados e perecíveis, além de outros riscos inesperados. Qualquer impossibilidade de entregar os produtos que nós vendemos prontamente e com sucesso aos nossos consumidores por meio da nossa plataforma de e-commerce pode resultar na perda de negócios e afetar negativamente a nossa reputação, o que pode causar um impacto adverso nas nossas vendas.

***Não podemos garantir que os nossos fornecedores, prestadores de serviços, locadores e locatários não se envolvam com práticas irregulares.***

Não podemos garantir que os fornecedores, prestadores de serviços, locadores e locatários cumpram todas as suas obrigações, leis, regulamentos aplicáveis, inclusive obrigações regulatórias específicas, respeito aos direitos fundamentais, práticas éticas, leis contra o trabalho infantil ou análogo ao escravo, leis de proteção ambiental, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e de condições mínimas de segurança, conforme o caso, ou que eles não usarão práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos e serviços. A Companhia poderá ser considerada responsável, subsidiária e/ou solidária, por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos de verbas e outras sanções, bem como publicidade negativa. Além disso, a Companhia também pode ser responsabilizada por lesões corporais ou morte de, ou causada por colaboradores terceirizados que estejam prestando serviços para a Companhia dentro das suas instalações ou durante a construção de estabelecimentos da Companhia. Essas situações podem afetar adversamente a imagem da Companhia e de seus negócios, além de eventual responsabilidade solidária e/ou subsidiária.

Se nossos fornecedores, prestadores de serviços, locadores ou locatários, se envolverem com essas práticas, a nossa reputação poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos consumidores em relação a nós, poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na receita e nos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das nossas ações, e ainda, causar dano à reputação da nossa marca.

***Podemos ser responsabilizados por obrigações e atos de fornecedores terceirizados ou, ainda, por danos ambientais causados por fornecedores.***

Em conformidade com as leis trabalhistas, se os prestadores de serviços terceirizados que prestam serviços para nós não cumprirem com as suas obrigações trabalhistas e leis relacionadas à previdência social, podemos ser considerados responsáveis subsidiários e/ou solidários, por qualquer descumprimento, resultando em multas, pagamentos destas verbas e outras sanções que podem nos afetar substancialmente e negativamente. Também podemos ser responsabilizados, subsidiária e/ou solidariamente, por atos praticados

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

por empregados ou representantes de nossos prestadores de serviços terceirizados, bem como, por lesões corporais ou morte, decorrentes de atos ou omissões de colaboradores de terceiros que estejam prestando serviços para nós dentro das nossas instalações, o que pode afetar adversamente nossa imagem e nossos negócios, além de ocasionar o eventual pagamento de indenizações e ressarcimentos.

Adicionalmente, na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental, independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, reformas ou disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados pelo fornecedor contratado pela Companhia. Caso a Companhia seja responsabilizada por eventuais danos, seus resultados e sua imagem poderão ser adversamente afetados.

***Algumas categorias de produtos que vendemos são adquiridas, em grande parte, de poucos fornecedores.***

Algumas categorias de produtos que vendemos (tais como bebidas) são adquiridas, em grande parte, de poucos fornecedores. Se algum fornecedor não for capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência em que normalmente os adquirimos e não conseguirmos substituir o fornecedor com termos aceitáveis ou independentemente dos termos, podemos não conseguir manter o nosso nível habitual de vendas na categoria afetada de produtos, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados operacionais. Além disso, estamos expostos ao risco de aumento de custos com relação aos fornecedores, por exemplo no caso de os fornecedores alterarem a sua atual política de comercialização e de interrupções na cadeia de fornecimento, por exemplo em razão de medidas governamentais restritivas impostas em decorrência da pandemia da COVID-19, entre outras hipóteses.

***Podemos ser responsabilizados pelo inadimplemento de vendedores parceiros cadastrados em nossa plataforma de marketplace, podendo sofrer danos as nossas marcas e em nossos resultados financeiros.***

Por meio de nossa plataforma de *marketplace*, possibilitamos que vendedores parceiros se cadastrem e ofereçam seus produtos dentro de nossos canais de e-commerce. Por meio deste modelo, nós somos intermediários das transações de venda, não estando sob nosso controle o cumprimento das obrigações e responsabilidades dos vendedores parceiros perante os respectivos clientes. Caso algum desses vendedores parceiros não cumpram com suas obrigações perante os clientes, nós podemos ser obrigados a arcar com custos perante os clientes que adquiriram seus produtos por meio da plataforma de *marketplace*, afetando adversamente nossos resultados operacionais, nossa imagem e reputação.

#### **f. riscos relacionados aos clientes**

***As restrições na oferta de disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil podem afetar***

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

##### ***adversamente os nossos volumes de vendas.***

As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil, para produtos não-alimentícios. O aumento na taxa de desemprego, acrescido a altas nas taxas de juros, pode resultar em restrições maiores na disponibilidade de crédito aos consumidores no Brasil. Em 2021, a taxa média de desemprego no Brasil foi de 11,1%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou o IBGE. Os nossos volumes de vendas e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional podem ser afetados negativamente, se a disponibilidade de crédito aos consumidores diminuir ou se as políticas implementadas pelo Governo Federal restringirem ainda mais a concessão de crédito aos consumidores.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional (ou CMN) e do Banco Central do Brasil, periodicamente edita normas com o objetivo de regular a disponibilidade de crédito, a fim de reduzir ou aumentar o consumo e, conseqüentemente, controlar a taxa de inflação. Essas normas incluem, entre outras ferramentas (1) modificar os requisitos impostos aos depósitos compulsórios incidentes sobre empréstimos, depósitos e outras transações; (2) regular o prazo máximo dos financiamentos; e (3) impor limitações sobre o montante que pode ser financiado. Essas normas podem reduzir a capacidade dos nossos consumidores de obter crédito nas instituições financeiras e, algumas delas, podem afetar o mercado financeiro e de crédito por longos períodos. Não podemos garantir que, no futuro, o Governo Federal não adotará novas normas que reduzam o acesso dos consumidores ao crédito nas instituições financeiras.

Reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas adotadas por nós ou por outras empresas de cartão de crédito podem afetar as nossas vendas negativamente. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil, ou condições econômicas desfavoráveis globais que impactem a economia brasileira, podem reduzir significativamente os gastos dos consumidores e a renda disponível, particularmente em classes mais baixas, que têm relativamente menos acesso ao crédito que classes mais altas, condições mais limitadas de refinanciamento de dívidas e estão mais suscetíveis a aumentos da taxa de desemprego. Essas condições podem ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

##### ***Estamos expostos a riscos relacionados a empréstimos e financiamento concedidos a consumidores.***

Detemos uma participação de 51% no capital social do Banco CSF. O Banco CSF oferece cartões de crédito, empréstimos e outros produtos e serviços financeiros aos nossos consumidores.

O Banco CSF está sujeito aos riscos normalmente associados ao fornecimento desses tipos de financiamento, incluindo o risco de inadimplência no pagamento do principal e juros e qualquer descasamento de custo com o vencimento do nosso financiamento com relação ao custo e vencimento do financiamento para os seus consumidores, o que pode ter um efeito adverso relevante para nós. O risco é representado pela possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo consumidor ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras.

Nos baseamos em informações fornecidas por nossos consumidores para avaliar o risco de crédito dos clientes com relação ao seu endividamento, patrimônio líquido, renda, fluxos de caixa e outros fatores. Não há nenhuma garantia de que as informações fornecidas pelo referido consumidor são precisas e não contêm nenhum erro, omissão ou elementos de fraude, incluindo falsidade ideológica, ou que a solução de financiamento oferecida terá um bom desempenho ou será rentável para nós. Se formos incapazes de identificar inconsistências nas informações fornecidas a nós por nossos consumidores em busca de soluções financeiras, ou se os nossos indicadores de solvência não funcionarem corretamente, os nossos resultados operacionais poderão ser afetados negativamente.

***O nosso negócio está sujeito a flutuação substancial devido aos padrões sazonais de compra dos nossos consumidores.***

Vivenciamos flutuações sazonais em nossas vendas líquidas e resultados operacionais que podem variar de trimestre para trimestre. Historicamente, geramos mais vendas líquidas no quarto trimestre de cada ano, que inclui as semanas que antecedem e imediatamente após a *Black Friday* e a temporada de vendas de Natal. Consequentemente, uma redução na confiança dos consumidores nas semanas que antecedem e imediatamente após a *Black Friday* e a temporada de vendas de Natal teria um impacto significativo no nosso negócio. Além disso, no quarto trimestre geralmente aumentamos as despesas com colaboradores e publicidade, devido à previsão de volumes de vendas maiores. A sazonalidade também influencia os nossos padrões de compra, já que compramos a mercadoria para atividades sazonais antes de uma estação, o que impacta diretamente os nossos fluxos de caixa, níveis de contas a pagar e estoque. Ademais, a sazonalidade afeta o nível das nossas dívidas e capital de giro, pois geralmente incorremos em mais dívidas durante a primeira metade do ano para financiar o aumento das nossas necessidades de fluxo de caixa, em consequência (1) do vencimento dos pagamentos aos nossos fornecedores pelos estoques adquiridos antes das altas estações de vendas e (2) de uma diminuição no volume de vendas, que normalmente ocorre após a temporada de vendas do Natal que se prolonga até o primeiro semestre no ano subsequente. Se calcularmos mal a demanda da quantidade de produtos que venderemos ou da variedade de produtos durante o quarto trimestre, as nossas vendas líquidas podem cair e, consequentemente, prejudicar o nosso desempenho financeiro. Se as vendas líquidas do quarto trimestre não forem altas o suficiente para recuperarmos totalmente as nossas despesas com colaboradores e publicidade ou forem menores que as metas usadas para determinar os níveis de estoque, esse déficit pode afetar negativamente os nossos resultados operacionais.

Os nossos resultados operacionais trimestrais também poderão variar significativamente em consequência de vários outros fatores, incluindo, entre outros, o momento da apresentação e publicidade de novos produtos e alterações na nossa variedade de produtos, bem como as datas em que o feriado de Páscoa geralmente cai (em março ou abril). Como resultado dessas flutuações sazonais e trimestrais, acreditamos que a comparação dos nossos resultados operacionais entre diferentes trimestres dentro de um único ano não é necessariamente válida. Quaisquer flutuações sazonais ou trimestrais que relatarmos no futuro podem não corresponder às expectativas dos investidores e analistas de mercado, e isso poderá afetar negativamente o preço das nossas ações.

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

***Podemos não identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às tendências ou preferências dos consumidores, o que pode afetar negativamente o nosso relacionamento com os consumidores, a demanda dos produtos que vendemos e a nossa participação de mercado.***

Competimos com outros varejistas com base no preço, gama ou variedade de produtos, serviços, localização e *layout* das lojas. Os hábitos de consumo estão mudando constantemente e podemos não conseguir prever e responder rapidamente a essas mudanças. A incapacidade de identificar em tempo hábil ou responder de forma eficaz às mudanças nos gostos, preferências e padrões de consumo dos consumidores pode afetar negativamente o nosso relacionamento com os consumidores, a demanda dos produtos que vendemos e a nossa participação de mercado. Além disso, a mudança dos hábitos dos consumidores pode exigir investimentos adicionais para que possamos abordar, de forma eficaz, as mudanças nas necessidades dos consumidores.

Se não conseguirmos adaptar o nosso modelo de negócio, variedade ou *layout* das lojas, identificar locais e abrir lojas em áreas preferenciais, rapidamente ajustar a nossa variedade e produtos ou preços em cada uma de nossas bandeiras, implantar adequadamente a nossa plataforma de e-commerce ou, de outra forma, não conseguirmos nos ajustar às mudanças nas preferências dos consumidores, os nossos negócios e resultados operacionais poderão ser afetados substancialmente e negativamente.

***A divulgação não autorizada de informações sensíveis ou confidenciais de consumidores, ou a nossa incapacidade ou a percepção dos nossos consumidores de que não conseguimos cumprir com as leis de privacidade ou administrar corretamente os problemas de privacidade, podem prejudicar o nosso negócio e reputação perante os nossos consumidores.***

Coletamos, armazenamos, processamos e usamos determinadas informações pessoais e outros dados de usuários no nosso negócio. Um risco significativo relacionado aos nossos negócios e comunicações em geral é a transmissão segura de informações confidenciais em redes públicas. A percepção de problemas de privacidade, com fundamento, ou sem fundamento, pode nos afetar adversamente. Devemos garantir que qualquer processamento, coleta, uso, armazenamento, disseminação, transferência e eliminação de dados pelos quais somos responsáveis esteja em conformidade com as leis pertinentes à proteção e privacidade de dados. A proteção dos dados dos nossos consumidores, colaboradores e empresas é fundamental para nós. Atualmente, vários de nossos usuários nos autoriza a faturar diretamente nos seus cartões de crédito. Contamos com sistemas, *softwares*, ferramentas e monitoramento comercialmente disponíveis para oferecer o processamento, transporte e armazenamento seguro de informações confidenciais dos consumidores, tais como informações de cartão de crédito e outras informações pessoais.

Apesar das medidas de segurança que temos em vigor, as nossas instalações e sistemas, seja da nossa plataforma de *e-commerce* ou das nossas lojas físicas, bem como as dos nossos prestadores de serviços terceirizados, podem estar vulneráveis a violações de segurança, fraude, atos de vandalismo, vírus de computador, dados perdidos ou extraviados, erros de programação ou humanos, ou outros eventos semelhantes. Qualquer violação de segurança ou qualquer falha percebida que envolva a apropriação indevida, perda ou outra divulgação não autorizada de informações confidenciais, bem como qualquer falha,

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

inclusive percebida no cumprimento de leis, políticas, obrigações legais ou padrões do setor em matéria de privacidade e proteção de dados, seja por nós ou nossos fornecedores em nossa plataforma de mercado *on-line*, pode prejudicar a nossa reputação, nos expor à responsabilidade e risco de litígio, nos submeter à publicidade negativa, perturbar as nossas operações e prejudicar o nosso negócio. Não podemos garantir que as nossas medidas de segurança impedirão violações de segurança ou que a não prevenção das mesmas não terá um efeito adverso relevante sobre nós.

***A divulgação não autorizada de dados ou o comprometimento da integridade da tecnologia da informação, causados por falhas ou ataques cibernéticos, bem como a não conformidade com leis e regulamentos relacionados a privacidade e a segurança de dados, podem sujeitar a Companhia a relevantes penalidades e impactar negativamente suas operações, reputação e resultados financeiros.***

A Companhia obtém, armazena, processa e utiliza informações confidenciais, tais como dados de usuários e clientes, no âmbito das suas operações comerciais. É preciso garantir que qualquer tratamento de dados pessoais, tais como, processamento, utilização, armazenagem, disseminação, transferência ou eliminação sob responsabilidade da Companhia seja realizada de acordo com as leis de proteção de dados e privacidade aplicáveis. A proteção dos dados de clientes, funcionários e fornecedores é fundamental para a Companhia. A Companhia depende de alguns terceiros para o tratamento e proteção dos dados dos usuários, tais como fornecedores de sistemas, softwares, ferramentas e monitoramentos. O governo brasileiro promulgou, em 14 de agosto de 2018, a Lei nº. 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – “LGPD”) que entrou em vigor em 16 de agosto de 2020 com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, de forma a trazer mais transparência e autonomia para os proprietários de dados pessoais. O texto da lei dispõe sobre limites e condições para tratamento de dados pessoais, tanto por meio físico ou eletrônicos, por pessoa jurídica de direito público ou privado, e, portanto, impactará a Companhia. Entende-se por tratamento de dados pessoais, assim classificado pela lei como toda operação que envolva coleta, utilização, acesso, reprodução, processamento, armazenamento e transferência de dados que identifiquem ou torne identificável determinada pessoa. Falhas de segurança cibernética da informação devido a ações externas, intencionais ou não, como malwares, hackers, ciberterrorismo, ou internas, tais como negligência ou má conduta dos funcionários e prestadores de serviços da Companhia podem gerar impacto negativo na reputação da Companhia, prejuízo material que a marca pode sofrer em decorrência de má publicidade e impactos no relacionamento com entes externos (governo, órgãos reguladores, consumidores, fornecedores, entre outros), prejuízos financeiros decorrentes de multas por órgãos fiscalizadores e ações judiciais que os donos dos dados pessoais que se sentirem lesados moverem contra a Companhia. Além disso, a Companhia poderá incorrer em penalidades em função do descumprimento da LGPD. Se não formos capazes de adequar nossos processos e implantar as medidas requeridas para o pleno atendimento da LGPD, estaremos sujeitos às sanções administrativas aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) previstas em lei, que são (i) advertência com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere ao item imediatamente anterior; (iv) publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a infração.

***Poderemos ser considerados responsáveis por incidentes com consumidores que envolvam reações adversas após o consumo dos nossos produtos.***

Os produtos vendidos em nossas lojas, inclusive medicamentos vendidos em nossas drogarias, podem causar reações adversas em nossos consumidores. Incidentes envolvendo esses produtos podem ter um efeito adverso relevante sobre nós. Processos judiciais ou administrativos relacionados a esses incidentes podem ser propostos contra nós, sob as alegações, entre outras, de que os nossos produtos estavam defeituosos, danificados, estavam adulterados, contaminados, não possuíam as propriedades anunciadas ou informações adequadas sobre os possíveis efeitos colaterais ou riscos de interações com outras substâncias químicas. Qualquer risco real ou possível para a saúde associado a esses produtos, incluindo a publicidade negativa relacionada a esses riscos, pode levar a uma perda da confiança dos nossos consumidores com relação à segurança, eficácia e qualidade dos produtos vendidos em nossas lojas. Qualquer alegação dessa natureza contra as nossas marcas ou produtos vendidos em nossas lojas pode ter um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e resultados financeiros.

#### **g. riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue**

***O nosso mercado é altamente competitivo e ações estratégicas dos nossos concorrentes podem enfraquecer a nossa competitividade e afetar negativamente a nossa rentabilidade.***

Nós, juntamente a outros varejistas e atacadistas e instituições financeiras de crédito ao consumidor, competimos por capital, consumidores, colaboradores, produtos, serviços e outros aspectos importantes do nosso negócio. Na maioria dos segmentos de negócios em que atuamos, geralmente competimos com uma série de grandes redes de atacado de entrega e atacado de autosserviço, varejistas brasileiros e multinacionais, bem como com pequenas empresas nacionais.

Esses concorrentes, alguns dos quais têm uma participação de mercado maior em determinadas regiões geográficas, formatos de loja e/ou categorias de produtos, incluem varejistas tradicionais e *off price*, empresas de vendas por catálogo e *e-commerce*, empresas de vendas diretas, supermercados e outras formas de comércio de varejo. Alterações de preços e outros termos negociados, condições contratuais ou práticas desses concorrentes podem nos afetar de forma substancial e adversa.

Além disso, o aumento da concorrência pode resultar na redução de margens brutas, num declínio do capital de giro e perda de participação de mercado, o que pode nos afetar de forma substancial e adversa. Adicionalmente, os nossos concorrentes podem conseguir captar mais recursos do que nós para investir no desenvolvimento de seus negócios. Os nossos concorrentes podem ser adquiridos por, receber investimentos de, ou firmar outros tipos de relacionamentos comerciais com empresas maiores, bem estabelecidas e com uma boa situação financeira. Ademais, a abertura de novas lojas próximas às nossas, pelos nossos concorrentes atuais ou por novos concorrentes, pode afetar a rentabilidade de cada uma de nossas lojas, o que pode reduzir o nosso fluxo de caixa e o nosso lucro operacional. Podemos ser afetados, também, substancialmente e negativamente na medida em que não conseguirmos competir com êxito com os nossos

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

concorrentes.

As decisões de compra dos consumidores são afetadas por fatores que incluem o reconhecimento da marca, qualidade e desempenho do produto, disponibilidade de crédito, preço e preferências subjetivas dos consumidores. Alguns dos nossos concorrentes podem ter investimentos em *marketing* substancialmente maiores que os nossos. Se as nossas estratégias de *marketing*, propaganda e promoções não forem bem-sucedidas e se não conseguirmos oferecer novos produtos para atender às demandas do mercado, poderemos ser afetados de forma adversa. Se não conseguirmos introduzir novos produtos em tempo hábil, ou se os nossos consumidores finais acreditarem que os produtos dos nossos concorrentes são melhores, as nossas vendas, rentabilidade e resultados operacionais poderão ser afetados de forma negativa.

Além disso, os consumidores estão cada vez mais aderindo a compras on-line e através de aplicativos de *smartphones*. Como resultado, uma parcela maior dos gastos totais do consumidor com varejistas e atacadistas pode ocorrer *on-line* e por meio de aplicativos de *smartphones*. Se não conseguirmos manter ou aumentarmos a nossa posição no mercado por meio da integração da nossa plataforma de *e-commerce* e presença física de varejo, as nossas vendas líquidas e o desempenho financeiro poderão ser afetados negativamente. Além disso, uma maior concentração de vendas de varejo e atacado no comércio *on-line* e móvel pode resultar na redução do movimento nas nossas lojas físicas. As condições no mercado de vendas *on-line* também podem mudar rapidamente e significativamente como resultado de avanços tecnológicos. Novas *startups* e grandes concorrentes que estão fazendo investimentos significativos em *e-commerce* podem criar tecnologias e plataformas de *e-commerce* semelhantes ou superiores à nossa, que serão problemáticas tanto para as nossas operações de *e-commerce* quanto para as nossas operações em nossas lojas físicas.

***O mercado de varejo é sensível a quedas no poder de compra dos consumidores e a ciclos econômicos desfavoráveis.***

Historicamente o mercado de varejo sofreu períodos de desaceleração econômica, graças à queda dos gastos dos consumidores. O sucesso das nossas operações na maioria dos segmentos de negócios em que atuamos depende de vários fatores relacionados às despesas e à renda dos consumidores, incluindo as condições comerciais gerais, taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário.

Desde 2014, o Brasil tem sofrido com a desaceleração econômica. Depois de ter encolhido um total de 6,9% em 2015 e 2016, o produto interno bruto do Brasil, ou o PIB, cresceu a uma taxa de apenas 1,0% em 2017 e fechou 2018 com um crescimento também de apenas 1,1%. Em 2019 cresceu a uma taxa baixa, de 1,1%, em 2020, encolheu um total de 4,1% e em 2021 cresceu 4,6%.

Os nossos resultados operacionais e condições financeiras têm sido e continuarão sendo afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro. Não podemos garantir que o PIB aumentará ou permanecerá estável. A evolução da economia brasileira pode afetar as taxas de crescimento do Brasil e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional.

***Além disso, dependemos da taxa de crescimento da população urbana do Brasil e seus diferentes***

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

***níveis de renda. Qualquer diminuição ou desaceleração do ritmo de tal crescimento pode afetar negativamente as nossas vendas e os nossos resultados operacionais. Riscos para a saúde relacionados à indústria alimentícia podem afetar adversamente a nossa capacidade de vender produtos alimentícios.***

Estamos sujeitos a riscos que afetam a indústria alimentícia em geral, incluindo os riscos apresentados pela contaminação ou deterioração de alimentos, a evolução das preocupações nutricionais e de saúde, adulteração de produtos e a percepção pública da segurança dos produtos para a indústria alimentícia como um todo, incluindo, entre outros, como resultado de surtos de doenças ou o medo de tais surtos.

Mesmo que os produtos que vendemos não sejam afetados pela contaminação, a indústria alimentícia poderá enfrentar publicidade negativa, se os produtos de produtores alimentícios ou de outros varejistas ficarem contaminados, o que pode resultar na percepção pública negativa sobre a segurança dos produtos alimentícios e em uma redução da demanda de produtos alimentícios na categoria afetada. A perda generalizada da confiança dos consumidores na segurança e qualidade dos produtos alimentícios, além de quaisquer riscos reais ou percebidos para a saúde relacionados a isso, pode ter um impacto adverso e material sobre nós.

***O armazenamento de combustível é uma atividade inerentemente perigosa.***

As atividades que desempenhamos em nossos postos de gasolina envolvem riscos para a segurança e outros riscos operacionais, incluindo o manuseio de materiais altamente inflamáveis, explosivos e tóxicos. Tais riscos podem resultar em lesões corporais ou morte, danos ou destruição de instalações e equipamentos, além de danos ambientais irreversíveis ou irreparáveis. Um grande acidente em qualquer um dos nossos postos de gasolina ou instalações, tal como um vazamento significativo de combustível, pode nos obrigar a suspender, por um período indeterminado, as nossas atividades no local, resultando em custos significativos de remediação dos danos e redução da receita líquida operacional.

***Historicamente, o Governo Federal exerceu e continua exercendo significativa influência na economia brasileira. A conjuntura política e econômica brasileira pode nos prejudicar e afetar adversamente o preço de negociação das nossas ações ordinárias.***

As condições políticas e econômicas afetam diretamente os nossos negócios e podem nos afetar adversamente. Políticas macroeconômicas impostas pelo Governo Federal podem ter impactos significativos sobre as companhias brasileiras, inclusive sobre nós, bem como nas condições de mercado e preços de valores mobiliários no Brasil.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, bem como por ciclos econômicos instáveis. Neste sentido, o Governo Federal tem frequentemente modificado as políticas monetárias, de crédito, fiscal, entre outras para influenciar a condução da economia do Brasil. As ações do Governo Federal para controlar a inflação envolveram, por vezes, o controle de salários e preços, a restrição ao acesso a contas bancárias, o bloqueio de contas bancárias, controles no fluxo de capital

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

e determinados limites sobre importações e exportações de mercadorias.

Não temos qualquer controle ou como prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá tomar no futuro, nem podemos fazer qualquer previsão nesse sentido. Nosso negócio, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas, bem como o preço de mercado de nossas ações poderão ser prejudicados pelas alterações da política pública nas esferas federal, estadual e municipal, que afetem:

- inflação;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- controles de câmbio e restrições sobre remessas para o exterior (incluindo no que diz respeito ao pagamento de dividendos), como as impostas em 1989 e no início de 1990;
- taxas de juros;
- liquidez de mercados nacionais financeiros, de crédito e capital;
- expansão ou contração da economia brasileira, conforme medida pelas taxas de crescimento do PIB;
- políticas fiscais; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetam o Brasil.

Medidas e políticas governamentais para combater a inflação, em conjunto com a especulação pública sobre tais políticas e medidas, muitas vezes tiveram efeitos adversos sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica no Brasil e o aumento da volatilidade do mercado de ações brasileiro. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação geralmente envolveram controles de preços e salários, desvalorizações cambiais, controles do fluxo de capital, limites sobre as importações e outras ações. Se a inflação aumentar a uma taxa maior que a das nossas vendas líquidas, os nossos custos poderão aumentar e as nossas margens operacionais e líquidas diminuirão.

Outras políticas e medidas adotadas pelo governo brasileiro, incluindo ajustes das taxas de juros, intervenção nos mercados de câmbio ou ações para ajustar ou fixar um valor do real podem afetar adversamente a economia brasileira, o nosso negócio e o preço das nossas ações ordinárias.

Em março de 2021, a fim de permitir o pagamento de auxílio emergencial para a população de baixa renda, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional que alterou as regras orçamentárias do governo. A partir de 2022, os estados, cidades e municípios brasileiros que atingirem o limite de endividamento de 95% de sua renda terão que reduzir em 10% os incentivos fiscais e financeiros concedidos. Além disso, em dezembro de 2021, o Congresso Nacional aprovou uma emenda constitucional para mudar as regras de pagamento de crédito entre estados, cidades e municípios brasileiros. O prazo de pagamento foi adiado para até quinze anos. Considerando o cenário econômico e fiscal no Brasil e a iminência das eleições presidenciais de 2022, pode ser que não ocorra um aumento imediato dos impostos federais, mas a pressão no governo local permanecerá, podendo levar a um aumento dos impostos federais e estaduais no futuro próximo. Como em qualquer ano eleitoral, o cenário político no Brasil para 2022 pode trazer incertezas que poderão impactar negativamente os negócios da Companhia. A Companhia não pode garantir que o cenário eleitoral não causará dificuldades na recuperação econômica do país, acarretando volatilidade do mercado, redução no montante de investimentos, bem como incerteza sobre as políticas econômicas a serem implementadas por uma nova administração federal.

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

***A Instabilidade política pode afetar adversamente os nossos negócios e resultados operacionais, bem como o preço de mercado de nossas ações. Adicionalmente, investigações relacionadas a corrupção podem resultar em riscos reputacionais.***

Historicamente, o cenário político do Brasil influenciou e continua influenciando o desempenho da economia do país. Crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, o que resultou na desaceleração econômica e aumentou a volatilidade dos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

Os mercados brasileiros viveram um aumento na volatilidade, primeiramente devido às incertezas decorrentes da operação Lava Jato e do cenário de corrupção institucionalizada, e seu impacto sobre a economia e o cenário político do Brasil, e recentemente após a decisão do Supremo Tribunal Federal de anular algumas condenações no âmbito da referida operação (os Ministros declararam a incompetência da vara de Curitiba nas condenações do ex-presidente por aquele juízo). Não podemos assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à nossa Companhia, sejam empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços ou subcontratados não estão ou não estarão envolvidos em investigações de corrupção que possam adversamente impactar nossa imagem e reputação.

O possível resultado das investigações da operação Lava Jato ainda é incerto, mas elas já tiveram um impacto negativo na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não podemos prever se os desdobramentos da operação levarão a mais instabilidade política e econômica, nem os seus efeitos sobre a economia brasileira. O desenvolvimento dos casos pode nos afetar de maneira negativa.

***A inflação e as medidas do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil e podem ter um efeito adverso sobre nós e sobre o preço de mercado das nossas ações ordinárias.***

Historicamente, o Brasil passou por altas taxas de inflação. A inflação, bem como medidas governamentais criadas para combatê-la tiveram um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira. Pressões inflacionárias persistem e medidas tomadas em um esforço de conter a inflação, juntamente da especulação pública sobre possíveis medidas governamentais futuras, contribuíram, no passado, para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. A taxa de inflação no Brasil, conforme medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicada pelo IBGE, foi de 4,31% em 2019, 4,52% em 2020 e de 10,06% em 2021.

Como resultado de pressões inflacionárias e da instabilidade macroeconômica, historicamente, o Governo Federal adotou políticas monetárias que resultaram em uma das taxas de juros mais altas do mundo. O Banco Central do Brasil determina as taxas básicas de juros geralmente disponíveis no sistema bancário brasileiro com base na expansão ou contração da economia brasileira, taxas de inflação e outros indicadores econômicos. Em 2015, a taxa básica de juros (Sistema Especial de Liquidação e Custódia, ou a taxa SELIC) definida pelo Banco Central do Brasil atingiu 14,25%, ficando nesse valor até 2016, e passando a ser reduzida desde então. Em 2017 a taxa atingiu 7%. O mesmo ocorreu nos anos seguintes e reduções gradativas fizeram

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

a SELIC chegar ao patamar de 2% no final de 2020. Em 2021, a taxa SELIC voltou a ser aumentada, tendo em vista o cenário macroeconômico brasileiro. Na data deste Formulário de Referência, a taxa SELIC atingiu o patamar de 11,75%. As taxas de juros brasileiras podem impactar negativamente a nossa rentabilidade e resultados operacionais, bem como aumentar os custos associados a operações de financiamento.

A inflação e as medidas governamentais para combater a inflação, juntamente da especulação sobre possíveis medidas governamentais futuras, tiveram e deverão continuar a ter efeitos negativos e significativos sobre a economia brasileira, incluindo o aumento na volatilidade no mercado brasileiro de valores mobiliários. Além disso, muitas vezes as medidas para controlar a inflação incluíram manter uma política monetária rígida com altas taxas de juros restringindo, dessa forma, a disponibilidade de crédito e limitando o crescimento econômico. Por outro lado, essas políticas podem não conseguir impedir o aumento da taxa de inflação. Além disso, a ausência de tais políticas pode provocar aumentos na taxa de inflação e, dessa forma, afetar negativamente a estabilidade econômica. Na eventualidade de um aumento da inflação, podemos não conseguir ajustar os preços que cobramos dos nossos consumidores para compensar os efeitos deste aumento em nossa estrutura de custos, o que pode nos afetar adversamente.

#### **h. riscos relacionados a regulação dos setores em que o emissor atue**

***Enfrentamos riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a instalação e a operação das nossas lojas e centros de distribuição.***

Dependemos de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e a localização dos nossos centros de distribuição, atacado de autosserviço e de entrega e lojas de varejo (hipermercados, supermercados e lojas de conveniência), bem como nossas drogarias e postos de gasolina (todos doravante denominados nossas lojas). As nossas licenças de funcionamento em diversas localidades possuem prazos de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido à burocracia para obter e renovar registro, licenças, alvarás e autorizações, incluindo o tempo que precisamos para implementar planos corretivos de ações para cumprir com as novas regulamentações e/ou exigências das autoridades competentes, juntamente com o tempo de resposta de determinados órgãos públicos, podemos não conseguir obter, em tempo hábil, todas os registros, licenças, alvarás e autorizações necessárias ou renovar tais registros, licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento de nossas lojas. Além disso, em alguns casos, não possuímos ou ainda estamos no processo de renovação de alguns desses registros, licenças, alvarás e autorizações.

A não obtenção ou a não renovação das nossas licenças poderá (i) resultar em autos de infração, (ii) nos sujeitar ao pagamento de multas, (iii) nos impedir de abrir e operar as lojas e centros de distribuição, e (iv) resultar no fechamento das nossas lojas e centros de distribuição. Ademais, a não obtenção ou a não renovação das licenças em algumas de nossas lojas tempestivamente poderá nos expor a riscos adicionais em caso de um acidente ou de um evento similar que possa afetar essa loja enquanto a licença estiver pendente. A nossa estratégia de negócio poderá ser substancialmente e adversamente afetada se não conseguirmos abrir e operar novas lojas e centros de distribuição ou se tivermos que suspender ou fechar algumas das nossas lojas e centros de distribuição existentes, em consequência da nossa incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás ou se um acidente afetar adversamente uma loja enquanto essa

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

estiver com uma licença pendente.

##### ***Instituições financeiras, incluindo o Banco CSF, estão sujeitas a mudanças na regulamentação pelo Banco Central do Brasil.***

O Banco CSF é uma instituição financeira regulada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e, portanto, está sujeita a uma ampla regulamentação. A estrutura regulatória do sistema financeiro nacional está em constante mudança. A intervenção e regras das autoridades governamentais podem afetar adversamente as nossas operações e rentabilidade, mais que as de um varejista sem operações financeiras. As alterações regulatórias relacionadas a operações de crédito, ao sistema de arranjo de pagamento e ao Open Banking influenciam diretamente no planejamento estratégico da instituição e, portanto, são acompanhadas em diversos fóruns de discussão.

Normativas atinentes a liquidez e plano de capital também interferem de forma direta em nossa operação e são constantemente acompanhadas de forma a garantir a conformidade e reportes tempestivos ao regulador.

##### ***Alterações na legislação tributária, incentivos fiscais, benefícios ou diferentes interpretações da legislação tributária podem afetar adversamente os resultados das nossas operações.***

As autoridades tributárias têm frequentemente realizado alterações nos regimes fiscais que podem nos afetar e, em última análise, afetar a demanda dos nossos consumidores pelos produtos que vendemos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas e na criação de tributos, temporárias ou permanentes.

Algumas dessas mudanças podem aumentar a nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos pelos produtos que vendemos, restringir a nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados atuais e, portanto, afetar de forma adversa e relevante a nossa lucratividade. Não há nenhuma garantia de que conseguiremos manter o nosso fluxo de caixa projetado e a lucratividade, após qualquer aumento nos tributos que se aplicam a nós e às nossas operações.

Além disso, recebemos atualmente determinados benefícios fiscais. Não podemos garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados. Ademais, dado o atual ambiente político e econômico no Brasil, não há como garantir que os benefícios fiscais que recebemos não serão contestados judicialmente como inconstitucionais.

Se não conseguirmos renovar os nossos benefícios fiscais, tais benefícios poderão ser modificados, limitados, suspensos ou revogados, o que poderá nos afetar adversamente.

Adicionalmente, determinadas leis tributárias podem estar sujeitas à interpretação controversa por parte das autoridades tributárias. Caso as autoridades tributárias venham a interpretar as leis tributárias de maneira que seja inconsistente com as nossas interpretações, poderemos ser afetados de forma adversa relevante.

##### ***Risco de restrições à venda de produtos e serviços regulamentados, bem como controles de preços, podem ter um efeito adverso significativo em nós.***

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

Vendemos alguns produtos que são aprovados e controlados por órgãos reguladores. Eventuais atos ou decisões desses órgãos reguladores, incluindo a imposição de controles de preços, podem afetar ou restringir a venda de tais produtos e serviços, cuja receita é importante para nós.

Por exemplo, a maioria dos medicamentos vendidos mediante apresentação de receita médica oferecidos nas nossas drogarias está sujeito a controles de preços pelo Governo Federal e os preços que podemos cobrar por esses produtos estão sujeitos a reajustes anuais, pela inflação, nos termos da legislação federal. Esses controles de preços podem resultar em margens de lucro menores para os medicamentos prescritos que vendemos, em comparação aos outros produtos que não estão sujeitos a controles de preços, podendo afetar adversamente a nossa lucratividade.

Não podemos garantir que controles de preços para medicamentos prescritos oferecidos em nossas drogarias não irão continuar ou que o governo não realizará tentativa de ingerência no controle de preço sobre os produtos derivados do petróleo, e não temos como prever se os órgãos reguladores brasileiros imporão controles de preços sobre qualquer outro produto que vendemos, o que pode resultar em um efeito adverso relevante em nossos resultados operacionais.

**A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão vir a prejudicar o nosso negócio.**

Estamos sujeitos a regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet e o comércio eletrônico. De acordo com as leis brasileiras, não há atualmente distinção entre as leis relativas ao comércio eletrônico e ao comércio de varejo. Essas leis e regulamentos atuais e futuros poderão vir a impedir o crescimento da Internet ou de outros serviços online. Essas regulamentações e leis podem englobar tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online, acesso residencial à Internet em banda larga e características e qualidade de produtos e serviços. Ainda está incerto como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos, difamação e privacidade pessoal se aplicariam à Internet e ao comércio eletrônico. Uma resolução desfavorável com relação a estas questões poderá prejudicar nosso negócio, ocasionando uma diminuição na demanda por nossos produtos e serviços e um aumento nas nossas despesas operacionais.

#### **j. riscos relacionados a questões socioambientais**

***Estamos sujeitos a leis e regulamentações ambientais e descumprimentos a tais normas pode afetar adversamente a reputação e a posição financeira.***

Estamos sujeitos a uma série de diferentes leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente, especialmente no que diz respeito aos postos de gasolina que operamos. Entre outras obrigações, essas leis e regulamentações estabelecem padrões e exigências de licenciamento ambiental para o despejo de efluentes, emissões de poluentes atmosféricos, gestão de resíduos

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

sólidos, manuseio de materiais potencialmente perigosos para o meio ambiente e áreas de proteção.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode nos submeter a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar os danos causados ou indenizar terceiros.

Não podemos garantir que essas leis e regulamentações não ficarão mais rigorosas. Caso fiquem mais rigorosas, poderemos ter que aumentar, talvez significativamente, os nossos gastos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais. Investimentos ambientais não previstos podem reduzir os recursos disponíveis para outros investimentos e podem nos afetar substancialmente e negativamente.

***O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos gerados em nossos estabelecimentos e o risco de eventual contaminação em razão das atividades desenvolvidas pode afetar adversamente o negócio da Companhia.***

A Companhia está sujeita ao gerenciamento de seus resíduos sólidos, nos termos da Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 ("Política Nacional de Resíduos Sólidos"), a qual tem por objetivo reunir o conjunto de princípios, instrumentos, diretrizes, metas e ações para viabilizar a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

Tendo em vista que os resíduos sólidos gerados poderão, em função de sua natureza, gerar impactos à atmosfera, solo, águas subterrâneas e superficiais, e ecossistema, durante todo seu ciclo de vida, seja nas dependências do local do empreendimento, seja, principalmente, no local de sua destinação final, a Companhia é responsável pela segregação, armazenamento, transporte e destinação final de resíduos ou disposição final de rejeitos de forma ambientalmente adequada, podendo também ser obrigada a reparar qualquer sorte de danos ambientais decorrentes da gestão inadequada de tais resíduos.

Dessa forma, sendo a Companhia proprietária ou possuidora de imóvel no qual há identificação de contaminação de solo e água subterrânea, poderá incorrer na responsabilidade para remediação de tal contaminação e em arcar com custos envolvidos, visto que a legislação ambiental determina que o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir com as responsabilidades impostas nesse sentido, poderá se tornar alvo de processos de remediação perante os órgãos competentes, e ainda, objetivamente responsáveis pela sua integral recuperação, promovendo a remoção de substâncias nocivas ou tóxicas fora dos parâmetros exigidos pela legislação aplicável existentes em tais propriedades.

Tais processos de remediação tendem a se prolongar por períodos relevantes e podem ensejar o desembolso de valores significativos até a conclusão da remediação, os quais podem afetar os nossos negócios, resultados operacionais e imagem.

Ademais, a contratação de terceiros para serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta a Companhia da

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos resíduos ou rejeitos. O descumprimento de quaisquer obrigações relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos ou à implementação de logística reversa e/ou causar poluição de qualquer natureza, poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa, a qual pode variar entre R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), conforme estabelecido no Decreto Federal nº 6514/2008, sem prejuízo de eventuais obrigações e penalidades estabelecidas em nível estadual ou municipal.

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Os principais riscos de mercado a que estamos sujeitos, em linha com as demonstrações financeiras da Companhia divulgadas, são os riscos de liquidez, taxa de juros, câmbio e crédito.

Devido à sua especificidade e à existência de um conjunto específico de regulamentos fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN), os riscos financeiros decorrentes de nossas atividades bancárias (Banco CSF) são administrados separadamente daqueles relacionados aos segmentos de negócios de Varejo e Atacado.

### 4.2.1 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não poder liquidar seus passivos financeiros quando vencerem.

Liquidez envolve a necessidade de dispor, na medida do possível, em qualquer momento, de ativos líquidos disponíveis suficientes para liquidar, considerando nossas linhas de crédito e nossos passivos quando de sua data de vencimento, quaisquer que sejam as condições de mercado. Nossas fontes de financiamento são, dentre outras, a contratação de empréstimos e a venda de recebíveis, junto a instituições financeiras.

Não se pode garantir que (i) a receita da Companhia não será afetada por questões macroeconômicas e de mercado que alterem o fluxo de caixa; e (ii) que haverá recursos suficientes em caixa ou recursos de financiamentos para o pagamento dos compromissos financeiros. Sendo assim, qualquer redução na receita líquida ou no lucro líquido e qualquer deterioração da situação econômico-financeira da Companhia poderá afetar adversamente a sua capacidade de cumprir com suas obrigações.

Em 31 de dezembro de 2021, nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa e valores mobiliários atuais totalizaram R\$7.442 milhões (R\$6.030 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$5.619 milhões em 31 de dezembro de 2019) e para enfrentar necessidades inesperadas de liquidez de curto prazo, nós também detínhamos duas linhas bancárias comprometidas de, respectivamente, € 450 milhões e € 657 milhões (Atacado) com sua coligada Carrefour Finance. Os empréstimos da Companhia são detalhados no quadro abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado		Taxa de juros	Vencimento final
	31/12/2021	31/12/2020		
<b>Circulante</b>				
<i>Em moeda estrangeira</i>				
Carrefour Finance	1.588	480	VC + 0,6% a.a.	12/2021 e 01/2022
Resolução n.º 4131	858	6	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução n.º 4131	6	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
<i>Em moeda local</i>				
Debêntures	8	2	106% CDI	04/2023
Debêntures	461	3	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução n.º 4131	18	-	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras financeiras	80	83	106% CDI	12/2023
	<b>3.019</b>	<b>574</b>		
<b>Não circulante</b>				
<i>Em moeda estrangeira</i>				
Resolução n.º 4131	830	1.667	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução n.º 4131	1.371	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
<i>Em moeda local</i>				
Debêntures	500	500	106% CDI	04/2023
Debêntures	550	1.000	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução n.º 4131	620	-	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras financeiras	102	177	106% CDI	12/2023
	<b>3.973</b>	<b>3.344</b>		
<b>Total</b>	<b>6.992</b>	<b>3.918</b>		

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, nenhum dos empréstimos estava sujeito a quaisquer cláusulas de *covenants* financeiros e todas as obrigações contratuais estavam cumpridas pela Companhia.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais, assim como os

**4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado**

fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2021.

<b>Em 31 de dezembro de 2021</b> <i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>					<b>Total</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Dentro de 1 ano</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	
Fornecedores	15.449	15.449	-	-	-	15.449
Empréstimos	6.992	3.213	2.466	2.785	-	8.464
Passivo de arrendamento	2.038	385	410	927	4.046	5.768
Operações de cartão de crédito	9.515	8.249	1.266	-	-	9.515
Outras contas a pagar	558	551	3	-	4	558
Instrumentos financeiros derivativos	85	85	-	-	-	85
<b>Total do passivo</b>	<b>34.637</b>	<b>27.932</b>	<b>4.145</b>	<b>3.712</b>	<b>4.050</b>	<b>39.839</b>

<b>Em 31 de dezembro de 2020</b> <i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>					<b>Total</b>
	<b>Valor contábil</b>	<b>Dentro de 1 ano</b>	<b>1 a 2 anos</b>	<b>2 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	
Fornecedores	14.423	14.423	-	-	-	14.423
Empréstimos	3.918	577	1.514	2.117	287	4.495
Passivo de arrendamento	1.860	348	357	894	3.545	5.144
Operações de cartão de crédito	7.757	7.534	223	-	-	7.757
Outras contas a pagar	433	410	14	-	9	433
Instrumentos financeiros derivativos	13	13	-	-	-	13
<b>Total do passivo</b>	<b>28.405</b>	<b>23.305</b>	<b>2.109</b>	<b>3.011</b>	<b>3.841</b>	<b>32.265</b>

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Empréstimos</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019</b>	<b>1.913</b>
Captação de empréstimos	3.088
Amortização de empréstimos	(2.088)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(292)
<b>Variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>708</b>
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	295
Outras variações não caixa	(60)
<b>Total variação não caixa</b>	<b>235</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.856</b>

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Empréstimos</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>2.856</b>
Captação de empréstimos	3.177
Amortização de empréstimos	(2.641)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(275)
<b>Variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>261</b>
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	801
<b>Total variação não caixa</b>	<b>801</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3.918</b>

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Empréstimos</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>3.918</b>
Captação de empréstimos	6.620
Amortização de empréstimos	(3.671)
Juros pago sobre empréstimos e cessão de recebíveis	(193)
<b>Variações nos fluxos de caixa de financiamento</b>	<b>2.756</b>
Juros e variação cambial sobre empréstimos e cessão de recebíveis	334
Instrumentos financeiros derivativos	(16)
<b>Total variação não caixa</b>	<b>318</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.992</b>

#### 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Passivo de arrendamento</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2019 (reconhecimento inicial)</b>	<b>887</b>
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	109
Adições de financiamento	998
Baixa na revisão de vida útil de contratos	(86)
Outras variações não caixa	(16)
<b>Total variação não caixa</b>	<b>995</b>
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(152)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(102)
<b>Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento</b>	<b>(254)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.628</b>

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Passivo de arrendamento</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2020</b>	<b>1.628</b>
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	183
Adições e baixas de financiamento	344
Outras variações não caixa	(5)
<b>Total variação não caixa</b>	<b>522</b>
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(109)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(181)
<b>Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento</b>	<b>(290)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.860</b>

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Consolidado</b>
	<b>Passivo de arrendamento</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2021</b>	<b>1.860</b>
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	211
Adições e baixas de financiamento	306
<b>Total variação não caixa</b>	<b>517</b>
Amortização de principal – contratos de arrendamento	(131)
Amortização de juros – contratos de arrendamento	(208)
<b>Variações nos fluxos de caixa de atividades financiamento</b>	<b>(339)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.038</b>

#### Segmento Soluções Financeiras

Cabe ressaltar que, assim como as empresas do segmento de Varejo e do Atacadão, o Banco CSF precisa refinanciar seus financiamentos quando eles vencem. Além disto, o Banco CSF pode precisar aumentar rapidamente e significativamente o volume de seus financiamentos haja vista que determina um limite de crédito para cada cliente e, portanto, fica exposto à possibilidade de um número significativo de clientes pedirem crédito ao mesmo tempo.

#### 4.2.2. Risco de taxa de juros

Possuímos ativos e passivos financeiros expostos ao risco de variação de taxa de juros. Uma análise de sensibilidade foi desenvolvida utilizando como premissa uma taxa base do CDI de 9,15% na data destas demonstrações financeiras. A análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros sujeitos à sensibilidade da taxa de juros está apresentada conforme segue. Exclusivamente para fins de análise de sensibilidade, a Administração avalia internamente uma diminuição e um aumento da taxa de juros do CDI de 10%, 25% e 50%, respectivamente, no risco variável até a data de vencimento de tais instrumentos financeiros.

#### 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Em 31 de dezembro de 2021

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Exposição	Consolidado					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	6.244	(49)	(123)	(246)	49	123	246
Títulos e valores mobiliários	497	(5)	(11)	(23)	5	11	23
Empréstimos	(1.701)	26	66	131	(26)	(66)	(131)
<b>Exposição líquida</b>	<b>5.040</b>	<b>(28)</b>	<b>(68)</b>	<b>(138)</b>	<b>28</b>	<b>68</b>	<b>138</b>

Em 31 de dezembro de 2020

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Exposição	Consolidado					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	5.059	(8)	(21)	(42)	8	21	42
Títulos e valores mobiliários	358	(1)	(2)	(3)	1	2	3
Empréstimos	(1.765)	3	9	17	(3)	(9)	(17)
<b>Exposição líquida</b>	<b>3.652</b>	<b>(6)</b>	<b>(14)</b>	<b>(28)</b>	<b>6</b>	<b>14</b>	<b>28</b>

Em 31 de dezembro de 2019

<i>(Em milhões de Reais)</i>	Exposição	Consolidado					
		Baixo			Alto		
		10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	4.567	(24)	(61)	(121)	24	61	121
Títulos mobiliários	297	(2)	(4)	(9)	2	4	9
Empréstimos	(2.856)	18	44	88	(18)	(44)	(88)
<b>Exposição líquida</b>	<b>2.008</b>	<b>(8)</b>	<b>(21)</b>	<b>(42)</b>	<b>8</b>	<b>21</b>	<b>42</b>

Na hipótese de elevação da taxa de juros, haverá aumento nos custos da dívida líquida e das despesas financeiras líquidas originadas, o que poderá causar impacto na nossa condição financeira e nos resultados de nossas operações.

Ainda, eventual elevação da taxa básica de juros estabelecida pelo Banco Central poderá impactar negativamente o nosso resultado na medida em que podem inibir o crescimento econômico e, consequentemente, a demanda pelos nossos produtos.

#### 4.2.3. Risco de câmbio

Em 2021 e 2020 a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira (Euros) junto à sua coligada Carrefour Finance, na Bélgica e junto a instituições financeiras no exterior (Euros e Dólares).

Além disso, o Grupo, através da controlada CCI, efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares para as quais existem NDFs. Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R\$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 142 milhões em 31 de dezembro de 2019.

A desvalorização do Real em relação ao Dólar cria pressões inflacionárias no Brasil e causa aumento nas taxas de juros, o que, por sua vez, afeta negativamente o crescimento da economia brasileira de modo geral e prejudica tanto nossa situação financeira como nossos resultados operacionais, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos de outros países, sobretudo em economias desenvolvidas, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários globais, dentre eles o preço de mercado das nossas ações.

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

### 4.2.4. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber.

A exposição estimada do Grupo ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Nossa exposição ao risco de crédito está apresentada abaixo:

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.267	2.131	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	47	-
Contas a receber	7	1.031	907	1.298	1.330
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	11.038	9.417
Estoques	9	6.343	5.238	8.788	7.709
Impostos a recuperar	10	792	310	1.294	721
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	-	30	106
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	93	116	95	116
Empréstimos a controladas	29	1.079	-	-	-
Adiantamento Aquisição Grupo BIG	3	900	-	900	-
Outras contas a receber		60	98	403	342
		<b>13.565</b>	<b>8.800</b>	<b>30.838</b>	<b>25.413</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	7	-	-	9	4
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras	8.1	-	-	485	457
Instrumentos financeiros derivativos	28.8	107	185	107	185
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	450	358
Impostos a recuperar	10	1.664	2.495	2.812	4.101
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		73	-	107	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.2	-	-	633	482
Despesas antecipadas		10	16	48	40
Depósitos e bloqueios judiciais	11	131	106	2.570	2.401
Empréstimos a controladas	29	-	1.019	-	-
Outras contas a receber		17	29	142	87
		<b>2.002</b>	<b>3.850</b>	<b>7.363</b>	<b>8.115</b>
Estoques	9	-	-	300	-
Propriedades para investimentos	13.1	-	-	560	397
Investimentos	12	7.707	6.721	104	111
Imobilizado	13.2	13.414	11.371	17.417	15.465
Intangível	14	1.424	1.414	2.342	2.323
		<b>24.547</b>	<b>23.356</b>	<b>28.086</b>	<b>26.411</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>38.112</b>	<b>32.156</b>	<b>58.924</b>	<b>51.824</b>

### Segmento de Varejo e Atacadão

#### Contas a receber

As contas a receber correspondem principalmente a valores a receber de clientes (para produtos entregues e cartões de crédito), fornecedores (principalmente descontos) e inquilinos de unidades de shopping centers (aluguel).

As perdas por *impairment* são reconhecidas, quando necessário, com base na estimativa da capacidade do devedor de pagar o montante devido e a idade do crédito a receber.

#### 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

A tabela abaixo indica a composição consolidada do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer:

##### Composição do saldo de contas a receber e vencidas e a vencer

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Vencido</b>				
Até 30 dias	16	10	39	31
30-90 dias	2	1	15	77
91-180 dias	2	-	26	35
Acima de 180 dias	11	13	104	162
<b>Total vencidos</b>	<b>31</b>	<b>24</b>	<b>184</b>	<b>305</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>841</b>	<b>773</b>	<b>966</b>	<b>926</b>
<b>Total de Contas a receber de clientes</b>	<b>872</b>	<b>797</b>	<b>1.150</b>	<b>1.231</b>
Verbas comerciais a receber	175	125	290	220
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(16)	(15)	(133)	(117)
<b>Total de Contas a receber</b>	<b>1.031</b>	<b>907</b>	<b>1.307</b>	<b>1.334</b>

##### **Investimentos (equivalentes de caixa e outros ativos financeiros correntes)**

No que diz respeito ao risco de crédito relativo aos títulos e valores mobiliários, nossa Administração entende que este é limitado, uma vez que as instituições financeiras envolvidas receberam elevadas notas das agências de risco de crédito, conforme demonstrado na tabela abaixo.

(Em milhões de Reais)	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AAA	3.094	1.811	6.082	4.865
AA+	151	113	761	113
AA	-	207	-	689
Sem Rating	22	-	102	5
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3.267</b>	<b>2.131</b>	<b>6.945</b>	<b>5.672</b>

##### **Segmento de soluções financeiras**

##### **Classificação e provisões da carteira de empréstimos ao consumidor**

A carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três níveis, conforme indicado pelo CPC 48/IFRS 9, com base no estágio de cada instrumento relacionado ao seu nível de risco de crédito. A composição da carteira, por estágio, em 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:

(Em milhões de Reais)	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %	Crédito ao consumidor	PCLD	PCLD %
Estágio 1	9.873	(416)	10,1%	7.852	(367)	9,2%
Estágio 2	1.681	(474)	11,5%	1.912	(269)	6,8%
Estágio 3	3.798	(2.939)	71,3%	3.771	(3.025)	76,0%
<b>Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras</b>	<b>15.352</b>	<b>(3.829)</b>	<b>24,9%</b>	<b>13.535</b>	<b>(3.661)</b>	<b>27,0%</b>
Provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro	(3.829)			(3.661)		
<b>Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras, líquido</b>	<b>11.523</b>			<b>9.874</b>		
Compromissos contingentes	(291)			(317)		
Provisão para perdas de crédito e compromissos contingentes	(4.120)			(3.978)		

## 4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

### 4.3 – Processos não sigilosos relevantes

Somos parte em diversos processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, regulatórias, consumeristas e cíveis no curso normal de nossos negócios. Para a descrição dos processos relevantes a seguir, selecionamos os processos que acreditamos, com base na análise e avaliação de nossos assessores jurídicos, bem como no nosso julgamento de negócios, que poderiam influenciar decisões de investimento.

Consideramos relevantes todos os processos envolvendo um montante superior a R\$ 100 milhões ou considerados relevantes em razão dos riscos envolvidos.

#### I. Casos tributários

Somos parte em diversos processos tributários (administrativos e judiciais), incluindo discussões relacionadas ao pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“IRPJ/CSLL”) e Contribuições sociais (“PIS/COFINS”). Nossa administração constitui provisões em montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais decisões desfavoráveis, quando nossos assessores jurídicos internos e externos consideram a possibilidade de perda como provável. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava envolvida num total de 1.344 processos. Os principais processos tributários, que individualmente representam discussões independentes e superam R\$ 100 milhões, estão listados abaixo:

#### (A) ATACADÃO

Ação Anulatória nº 501753824.2017.4.03.6100 (Processo Administrativo nº 16561-720.053/2013-58)	
Juízo	Judicial
Instância	Primeira Instância da Justiça Federal
Data de instauração	10/2017
Partes no processo	Atacadão (Autor) e Receita Federal do Brasil (Réu)
Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.039.583.456,54 (valor atualizado em 31.12.2021)
Principais fatos	<p>Auto de infração lavrado em junho de 2013 contra o Atacadão para cobrança IRPJ/CSLL relativos aos anos calendários de 2008 a 2011, em decorrência da aquisição do Atacadão pelo grupo Carrefour. Em termos gerais, o principal questionamento das autoridades fiscais é a dedutibilidade da amortização do ágio para fins fiscais pelo Atacadão, e refere-se à estrutura societária, uma vez que, a aquisição foi realizada por meio de uma empresa posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, as autuações também reivindicam valores de IRPJ/CSLL relacionados à (a) despesas financeiras transferidas ao Atacadão, decorrentes de operação de empréstimo transferida e (b) juros sobre o capital próprio (JCP) pagos pelo Atacadão aos seus acionistas, de forma desproporcional à participação no capital social.</p> <p>Em julho de 2013, a Companhia apresentou defesa contra o auto de infração em comento. Em primeira instância, a decisão manteve a cobrança. Em fevereiro de 2014, o Atacadão apresentou Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (“CARF”). No julgamento do recurso, em 1 de março de 2016, o CARF cancelou a glosa das despesas financeiras (item “a” acima) e reduziu a multa qualificada de 150% para a multa regular de 75%. Por outro lado, a glosa relacionada à amortização de ágio e às despesas com juros sobre capital próprio (JCP) foi mantida pelo Conselho. Em novembro de 2016, o Atacadão apresentou Recurso Especial de Divergência contra a parte desfavorável da decisão, o qual foi aceito apenas na parte relacionada ao ágio. As autoridades fiscais também apresentaram Recurso Especial para discutir a redução da multa qualificada de 150%, o qual não foi aceito pelo Presidente do CARF. Não houve recurso fazendário em relação à dedução das despesas de juros, de modo que o Atacadão obteve decisão final favorável quanto a este ponto. A decisão final do Recurso Especial foi desfavorável em relação aos demais pontos do Atacadão e a discussão prosseguiu para a esfera judicial.</p> <p>Considerando que a Receita Federal desmembrou a discussão de JCP dos demais temas (ágio, multa isolada e juros de mora sobre multa de ofício) o Atacadão possui dois processos judiciais que tratam</p>

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

	<p>desses temas, com apresentações de seguros garantia para suspensão da exigibilidade dos débitos: (i) Ação Anulatória nº 501753824.2017.4.03.6100 – que trata da amortização fiscal de ágio dos anos de 2008 a 2011, da multa isolada por suposta falta de pagamento de estimativas mensais e dos juros de mora sobre a multa de ofício, o qual se encontra, atualmente, aguardando sentença (primeira instância judicial); e (ii) Mandado de segurança nº 0024505-10.2016.403.6100 que trata de JCP, no qual o Atacadão obteve decisão judicial desfavorável em Primeira Instância e, em outubro/2018, apresentou Recurso de Apelação pendente de julgamento.</p> <p>Posteriormente, em outubro de 2017 foi distribuída Execução Fiscal nº 0031806-19.2017.4.03.6182, contra a qual foram opostos os Embargos à Execução nº 0001276-95.2018.403.6182. Diante da possibilidade de haver decisões conflitantes nos casos, o juízo da Execução Fiscal sobrestou o feito até que seja finalizado o julgamento de mérito da Ação Anulatória.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia sofrerá um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Ação Anulatória nº 5010645-12.2020.4.03.6100 (Processo administrativo nº 16561-720.021/2016-03)</b>	
<b>Juízo</b>	Judicial
<b>Instância</b>	Primeira Instância da Justiça Federal
<b>Data de instauração</b>	06/2020
<b>Partes no processo</b>	Atacadão (Autor) e Receita Federal do Brasil (Réu)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 725.469.617,44 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de infração lavrado em junho de 2013 contra o Atacadão para cobrar IRPJ/CSLL relativos aos anos calendários 2012 e 2013, em decorrência da aquisição do Atacadão pelo grupo Carrefour. Em termos gerais, o principal questionamento das autoridades fiscais é a dedutibilidade da amortização do ágio para fins fiscais pelo Atacadão e refere-se à estrutura societária, uma vez que, a aquisição foi realizada por meio de uma empresa, posteriormente, incorporada pelo Atacadão. Além disso, os autos de infração também reivindicam valores de IRPJ/CSLL relacionados à (a) despesas financeiras transferidas ao Atacadão, decorrentes de operação de empréstimo e (b) juros sobre o capital próprio (JCP) pagos pelo Atacadão aos seus acionistas, de forma desproporcional à participação no seu capital social.</p> <p>Em julho de 2016, o Atacadão apresentou defesa contra o Auto de Infração em comento. Em 30 de março de 2017, a decisão de primeira instância manteve parcialmente a cobrança, reduzindo a multa qualificada de 150% a 75%. Atacadão apresentou Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF). Contra a parte desfavorável da decisão. Em fevereiro de 2018, o Atacadão obteve decisão parcialmente favorável no CARF quanto à: (i) dedução das despesas de juros; e (ii) redução da multa qualificada de 150% para 75%. No entanto, o CARF manteve o posicionamento desfavorável quanto à amortização do ágio e a distribuição dos juros sobre capital próprio (JCP). O acórdão foi publicado em abril de 2018 e o Atacadão apresentou recurso. Em dezembro de 2019 a companhia, em sede de Recurso Especial no CARF, ganhou definitivamente a redução da multa qualificada de 150% para 75%, mantendo a discussão para os demais temas. Esta decisão resultou em uma redução de R\$ 120 milhões de reais no mencionado caso. O Atacadão segue discutindo em esfera judicial a parte da decisão administrativa que lhe foi desfavorável, por meio da Ação Anulatória 5010645-12.2020.4.03.6100, atualmente aguardando sentença em primeira instância.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia sofrerá um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Processos Administrativos nº 10805.724232/2019-63, 10805.723719/2019-29, 10805.724283/2019-95</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Primeira Instância
<b>Data de instauração</b>	12/2019
<b>Partes no processo</b>	Atacadão (Réu) e Receita Federal do Brasil. (Autor)

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 132.998.470,28 - R\$ 145.474.417,39 (Total: 278.472.887,67) (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de Infração lavrado para cobrar valores de IRPJ e CSLL relativos ao ano-calendário de 2015. Discute-se a possibilidade de o Atacadão reconhecer os efeitos da variação cambial de acordo com o regime de competência, tendo em vista que até então, o Atacadão vinha adotando o regime de caixa, e não formalizou sua opção pela aplicação do regime de competência quando da entrega da DCTF. Por isso, as autoridades fiscais recalcularam a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, realizando apenas os ajustes de variação cambial devidos apenas de acordo com o regime de caixa, o que gerou um valor de IRPJ e CSLL recolhido a menor. Além de cobrar as diferenças de IRPJ e CSLL devidas, também são cobradas: (i) multa de 75% sobre os valores de principal; (ii) multa isolada de 50% pela falta de recolhimento de estimativas mensais em alguns meses do ano; e (iii) juros moratórios de acordo com a SELIC.</p> <p>Existem dois outros processos administrativos conexos ao processo 10805.724232/2019-63: (i) um processo administrativo nº 10805.723719/2019-29 decorrente de um Despacho Decisório que não homologou pedidos de compensação efetuados pelo Atacadão, entre fevereiro e abril de 2016, com o saldo negativo de IRPJ e CSLL decorrente do ano de 2015. O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2021, dos débitos compensados pela empresa é de R\$ 382.031.529,21. Considerando que os débitos compensados eram apenas estimativas mensais de IRPJ e CSLL para os meses entre fevereiro e abril de 2016, eles deverão ser examinados conjuntamente com o resultado dos demais meses de 2016 para se verificar a existência de eventual valor efetivamente devido para aquele ano calendário. Note-se também que ainda não foi formalizada nenhuma exigência das autoridades fiscais em relação a este processo; e (ii) processo administrativo nº 10805.724283/2019-95 baseado em Auto de Infração com multa isolada de 50% sobre o valor das compensações não homologadas no ano de 2016. Todos os processos listados têm como base o mesmo fato gerador.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

Processos Administrativos nº AI 125149630021537 / AI 125149630021561 / 125149630024625 / 125149630024641 / 125149630026920 / 125149630027101	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Primeira Instância
<b>Data de instauração</b>	09/2019; 10/2019 e 11/2019
<b>Partes no processo</b>	Estado do Piauí (Autor) e Atacadão S.A. (Réu)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 130.762.425,65 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	Trata-se de autos de infração lavrados contra o Atacadão pelo Estado do Piauí. Em termos gerais, os fiscais estaduais apuraram supostas inconsistências no controle de estoque do Atacadão o que, em consequência acarretaria menor recolhimento de ICMS-ST e ICMS. O Atacadão apresentou defesa administrativa contra os referidos autos de infração, juntando documentação hábil a provar a regularidade de seus procedimentos, de modo a afastar as cobranças fiscais. Pendente de análise final na esfera administrativa.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Ações Anulatórias nº 5004419-88.2020.4.03.6100 (Processo Administrativo nº 19515.720.666/2016-81) e 5006901-09.2020.4.03.6100 (Processos Administrativos nº 19515.720.348/2014-59 e 16151.720.082/2020-71)</b>	
<b>Juízo</b>	Judicial
<b>Instância</b>	Ação 5006901-09.2020.4.03.6100 (Primeira Instância) e Ação 5004419-88.2020.4.03.6100 (Segunda Instância) Primeira Instância e Segunda
<b>Data de instauração</b>	04/2014; 04/2019; 03/2020 e 04/2020
<b>Partes no processo</b>	Atacadão (Autor) e Receita Federal do Brasil (Ré)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 111.655.612,01 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	Trata-se de Ações Anulatórias intentadas em 2020 com o objetivo de anular a glosa de créditos de PIS e COFINS apurados e compensados pelo Atacadão no ano de 2009, relativos aos encargos e despesas de depreciação das máquinas e equipamentos contabilizados em seu ativo imobilizado, uma vez que foram utilizados em seu processo produtivo/prestação de serviço e/ou são essenciais/relevantes à sua atividade desenvolvida, portanto, à geração de suas receitas

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

	operacionais. Defende-se a aplicação precedente do E. STJ sobre o conceito de insumo, bem como, em última análise, aplicação do princípio da não-cumulatividade previsto no artigo 195, § 12, da CF. A Ação Anulatória nº 5006901-09.2020.4.03.6100 está em fase de produção de provas e, na sequência, seguirá para decisão em primeira instância. Por sua vez, os autos da Ação 5004419-88.2020.4.03.6100 aguardam em segunda instância o julgamento de Recurso de Apelação.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	O eventual impacto financeiro, com o pagamento dos valores envolvidos, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

**(B) CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. ("CCI")**

Processo administrativo nº 16561.720140/2012-24 / 16561.720128/2014-81 / 16561.720109/2018-89	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Segunda Instância (CARF)
<b>Data de instauração</b>	1/2013
<b>Partes no processo</b>	CCI (autuado) e Receita Federal do Brasil (autuante)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 203.135.548,93 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>No decorrer de suas atividades econômicas, o CCI adquiriu nove cadeias de supermercados nos anos de 1998 a 2001, que foram posteriormente transferidas para o CCI. Essas transações geraram um ágio, que foi amortizado para fins fiscais. Nesse contexto, os processos administrativos acima discutem a legitimidade da amortização dos ágios pelo CCI, após a aquisição dos supermercados, considerando os fundamentos legais estabelecidos pela Lei nº 9.249/1995, Decreto nº 1.598/1977 e normas contábeis. O ponto principal da discussão é a prova do pagamento pelo CCI para adquirir as companhias e a alocação econômica do ágio.</p> <p>Assim, os autos de infração foram lavrados para cobrar IRPJ/CSLL supostamente devidas pela empresa nos anos de 2007 a 2013, relacionadas com (1) as despesas de amortização de ágio reconhecidas e levadas a efeito pelo Grupo Carrefour Brasil na aquisição de nove redes de supermercados, (2) despesas não dedutíveis de provisões e (3) suposta omissão de receitas no reconhecimento de bonificações recebidas de fornecedores. Contra o auto de infração a companhia apresentou suas Impugnações.</p> <p>Em primeira instância, o CCI obteve decisão parcialmente favorável no processo administrativo nº 16561.720140/2012-24, revertendo o auto de infração relacionado com duas aquisições e respectivas amortizações de ágio. Em novembro de 2013, a empresa interpôs recurso voluntário contra a parte desfavorável da decisão. No julgamento do recurso do CCI, o CARF decidiu pelo parcial provimento do recurso para manter a decisão de primeira instância, cancelando apenas o auto de infração com relação aos dois ágios, e também para cancelar parte substancial da autuação referente à omissão de receitas em bonificações. Em setembro de 2017, o Conselho Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do CARF ratificou a decisão parcialmente favorável ao Carrefour quanto ao cancelamento do Auto de Infração sobre a amortização do ágio referente a duas empresas adquiridas, bem como sobre a suposta omissão de receita. Considerando que se trata de decisão final na esfera administrativa, que se encerrou em março de 2018, o Carrefour seguiu com a discussão, da parte que lhe foi desfavorável, na esfera judicial e em setembro de 2018 ajuizou Ação Anulatória nº 5022827-98.2018.4.03.6100 com oferecimento de seguro garantia para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Já o Processo administrativo nº 16561.720128/2014-81 aguarda julgamento no CARF após decisão desfavorável à CCI em primeira instância.</p> <p>Em dezembro de 2018, o Carrefour recebeu um auto de infração sobre o mesmo assunto relacionado ao ano calendário de 2013. Nesse caso, considerando que o Carrefour tinha prejuízo fiscal, a autoridade fiscal identificou o valor que não deveria ter sido amortizado no período de 2013. (68,6 milhões) e determinou que o Carrefour fizesse os ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL. A defesa administrativa foi apresentada em janeiro de 2019 e todos os fundamentos suscitados na Impugnação foram rejeitados pela Primeira Instância Administrativa. Assim, em 12 de setembro de 2019 foi apresentado Recurso Voluntário o qual está pendente de julgamento em segunda instância administrativa.</p>

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

	Em abril de 2019, a subsidiária Carrefour obteve decisão favorável no caso de amortização de ágio decorrente da aquisição da companhia "Eldorado". Neste caso, a Câmara Superior do CARF aceitou nosso recurso em última instância cancelando totalmente o auto de infração no montante de R\$ 62 milhões.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Processo administrativo nº 16561.720161/2012-40</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Segunda instância (CARF)
<b>Data de instauração</b>	1/2012
<b>Partes no processo</b>	CCI (autuado) e Receita Federal do Brasil.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 299.214.063,54 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de infração lavrado para cobrar as contribuições ao PIS/COFINS supostamente devidas sobre descontos comerciais recebidos (bonificações) pela CCI no ano de 2008. Como prática comum no varejo, a CCI recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais créditos como redução de custos e despesas. A autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveriam ser tratados como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS. Foram apresentados documentos contábeis e Laudo de Avaliação comprovando as alegações da defesa.</p> <p>O julgamento do caso foi convertido em diligência fiscal, oportunidade em que os argumentos apresentados pela CCI foram parcialmente acolhidos, com uma redução dos valores originalmente exigidos no auto de infração. A decisão de primeira instância ratificou as conclusões do procedimento de diligência e decidiu parcialmente em favor da CCI. Contra a parte desfavorável da decisão, a CCI apresentou um recurso voluntário em novembro de 2015. Em setembro de 2017, o CARF decidiu converter o julgamento do Recurso Voluntário em diligência para que a autoridade fiscal responsável pudesse esclarecer alguns pontos contábeis considerados importantes para o julgamento do caso. Em março de 2018, a autoridade fiscal apresentou o resultado da diligência, de modo que ela apenas ratificou o entendimento presente na autuação e não trouxe nenhuma novidade ao caso.</p> <p>Diante disso, em outubro de 2018, o CARF decidiu que uma nova diligência seria necessária para que o Carrefour demonstrasse os efeitos das transações contábeis nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em janeiro de 2019 o Carrefour apresentou os argumentos e documentação pertinentes ao caso e aguarda novo julgamento no CARF.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Processo administrativo nº 16561.720008/2012-12</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Segunda instância (CARF)
<b>Data de instauração</b>	1/2013
<b>Partes no processo</b>	CCI (Autuada) e Receita Federal do Brasil (Autuante)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 197.417.714,66 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de infração lavrado para cobrar as contribuições PIS/COFINS devidos por uma suposta omissão de receita sobre os descontos (bonificações) recebidos pelo CCI no ano de 2007. Como prática comum no varejo, a CCI recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais descontos como redução de custos e despesas. A autoridade fiscal considerou que parte destes descontos deveriam ser tratados como receita e consequentemente sujeitos à tributação de PIS e COFINS. Foram apresentados documentos contábeis e Laudo de Avaliação comprovando as alegações da defesa.</p> <p>Após uma decisão desfavorável em primeira instância e protocolo do respectivo recurso voluntário pelo CCI, o julgamento do caso foi convertido em diligência fiscal, oportunidade em que os argumentos apresentados pela CCI foram parcialmente acolhidos, com uma redução substancial (74%) dos valores originalmente exigidos no auto de infração. A decisão de segunda instância (CARF,</p>

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

	em fevereiro de 2017) ratificou as conclusões do procedimento de diligência e decidiu parcialmente em favor do CCI (74% da apuração foi cancelada). Em outubro de 2019, tanto o CCI quanto a procuradoria apresentaram Recurso Especial no caso.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Processo Administrativo nº 10880.721.950/2022-81</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Primeira Instância
<b>Data de instauração</b>	1/2022
<b>Partes no processo</b>	CCI (Autuado) e Receita Federal do Brasil (Autuante)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 486.667.780,50 (valor de causa)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de infração lavrado para cobrança das contribuições ao PIS/COFINS supostamente devidas sobre descontos comerciais recebidos (bonificações) e glosa dos créditos envolvidos nas atividades consideradas como essenciais para o desempenho das atividades da CCI (produção e atividades comerciais), ambos relacionados ao ano calendário de 2017.</p> <p>Quanto às bonificações, como prática comum no varejo, a CCI recebe descontos comerciais de seus fornecedores e considera tais créditos como redução de custos e despesas. A autoridade fiscal considerou que parte destes créditos deveria ser tratada como receita e consequentemente estaria sujeita à tributação de PIS e COFINS. Foram apresentados documentos contábeis comprovando as alegações da defesa. Já com relação aos créditos glosados, a CCI mantém discussão judicial sobre o tema, reafirmando a essencialidade e relevância das atividades em discussão para a empresa. Em fevereiro de 2022 foi apresentada impugnação ao auto de infração, ainda pendente de julgamento.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível.
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Processo Administrativo nº 19311-720.250/2015-79</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Segunda instância (CARF)
<b>Data de instauração</b>	12/2015
<b>Partes no processo</b>	CCI (Autuado) e Receita Federal do Brasil (Autuante)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 1.009.059.008,15 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de infração lavrado para cobrar as contribuições ao PIS/COFINS relacionadas a (i) aplicação indevida de alíquota zero na venda de determinados produtos que, segundo a fiscalização, deveriam ser tributados entre os períodos de abril de 2012 e dezembro de 2013; (ii) glosa de créditos de PIS/COFINS apropriados pelo CCI durante o período de 2011 e 2013, com base no argumento de que empresas essencialmente comerciais não têm direito ao crédito no regime não cumulativo das referidas contribuições; e (iii) glosa de créditos de PIS/COFINS apropriados pelo CCI durante o período de 2011 e 2013, sob a alegação de que o CCI teria apropriado indevidamente créditos sobre as despesas incorridas na aquisição de produtos sujeitos à alíquota zero ou a regimes monofásicos. A CCI apresentou sua Impugnação em dezembro de 2015.</p> <p>A decisão de primeira instância converteu o julgamento em diligência, para examinar os argumentos/documentos trazidos ao processo pelo CCI. Em maio de 2016, as autoridades fiscais emitiram um relatório de diligência fiscal para reduzir o crédito tributário, acolhendo parcialmente os fundamentos apresentados pelo CCI. A decisão de primeira instância ratificou o relatório das autoridades fiscais e reduziu parcialmente o auto de infração. O CCI apresentou recurso voluntário contra a parte desfavorável da decisão (Abril 2017).</p> <p>Em novembro de 2018 o CARF julgou o caso e decidiu que há vínculo entre as questões discutidas neste processo administrativo e os dois mandados de segurança impetrados pelo Carrefour que discutem a ilegalidade / inconstitucionalidade das exceções ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS presentes nos artigos 3º das Leis 10.637/02 e 10.833/03. Com isso, a tramitação do caso fica suspensa até o trânsito em julgado dos mandados de segurança (Processos de nºs 2004.61.00.010884-0 e nº 2004.61.00.01885-1). Em janeiro de 2019 este caso foi convertido em diligência a fim de aguardar a decisão final nos processos judiciais vinculados.</p>
<b>Chance de perda</b>	Possível

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.
--	---

<b>Mandados de segurança nº 2004.61.00.010884-0 e nº 2004.61.00.01885-1</b>	
<b>Juízo</b>	Judicial
<b>Instância</b>	Instâncias especiais (Supremo Tribunal)
<b>Data de instauração</b>	9/2004
<b>Partes no processo</b>	CCI (impetrante) e União Federal (impetrada).
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 1.360.735.163,67 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Trata-se de mandados de segurança impetrados no ano de 2004 visando a obtenção de decisão judicial para afastar as limitações impostas pelas Leis 10.833/03 e 10.637/02 a respeito da utilização dos créditos de PIS/COFINS, nas atividades consideradas como essenciais para o desempenho normal das atividades do CCI (produção e atividades comerciais). Inicialmente, a liminar foi negada e a decisão de primeira instância foi desfavorável ao CCI. Neste sentido, o CCI apresentou recurso de Apelação ao Tribunal Federal. A apelação foi julgada de forma desfavorável nos tribunais, de forma que o CCI apresentou recursos especial e extraordinário aos Tribunais Especializados ("STJ" e "STF"), discutindo os aspectos legais e constitucionais relacionados à sistemática não-cumulativa das contribuições. Atualmente, a CCI aguarda os julgamentos dos recursos. Nesses casos, o CCI também efetuou uma provisão dos valores envolvidos e realizou depósitos judiciais mensalmente para determinados tipos de créditos discutidos no processo.</p> <p>Em setembro de 2018, o Carrefour deixou de reconhecer créditos de PIS e COFINS sobre determinados itens em disputa, cessando assim a necessidade de reconhecimento de provisão adicional e respectivos depósitos judiciais.</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Eventual perda do processo poderá gerar um prejuízo financeiro relevante para a Companhia, com a conversão de depósitos judiciais e desembolsos de caixa, favorecendo as autoridades fiscais.

**(C) Banco CSF S.A. ("Banco CSF")**

<b>Processo administrativo nº 16327.720049/2016-13</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Primeira instância
<b>Data de instauração</b>	2/2016
<b>Partes no processo</b>	Banco CSF (Autuado) e Receita Federal (Autuante)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 461.787.978,28 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	Auto de infração lavrado para cobrar os valores de IRPJ/CSLL e contribuições sociais (PIS/COFINS) relacionadas ao período de 2011, devido à alegação de suposta omissão de receitas, decorrente da não tributação das receitas dos encargos financeiros (juros) relativos às faturas em atraso. O Banco CSF apresentou Impugnação contra o auto de infração, sustentando que a empresa reconheceu os juros recebidos de seus clientes após o vencimento dos créditos como uma receita, com a devida tributação pelo IRPJ-CSLL-PIS-COFINS e que os documentos contábeis e fiscais, anexados ao processo, demonstraram a legitimidade dos procedimentos adotados pela empresa em 2011. Além disso, o Banco CSF demonstrou que o auto de infração contém graves erros (descrição dos fatos, fundamentação legal e valores envolvidos) que invalidam o auto de infração. O caso está aguardando a decisão administrativa de primeira instância.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá o, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

<b>Mandado de segurança nº 2008.61.00.012400-0</b>	
<b>Juízo</b>	Judicial
<b>Instância</b>	Instâncias especiais (Supremo Tribunal Federal)
<b>Data de instauração</b>	9/2008
<b>Partes no processo</b>	Banco CSF (impetrante) e União Federal

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 582.053.456,80 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Trata-se de mandado de segurança impetrado pelo Banco CSF para discutir a constitucionalidade e a legalidade do aumento da alíquota da CSLL para as instituições financeiras, de 9% para 15%. Em primeira instância, o Banco CSF obteve decisão favorável, que reconheceu o direito de pagar a CSLL à alíquota de 9%. No entanto, as autoridades federais recorreram desta decisão e obtiveram decisão favorável no Tribunal Federal, revertendo a decisão de primeira instância. Foram interpostos recursos às cortes superiores pelo Banco CSF. Para suspender a exigibilidade dos débitos de CSLL discutidos no âmbito do processo judicial, o Banco CSF deposita mensalmente os montantes envolvidos.</p> <p>O tema foi julgado de forma desfavorável aos Contribuintes pelo Supremo Tribunal Federal. Aguarda-se a aplicação do mesmo entendimento ao processo do Banco CSF.</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Eventual perda no processo implicará na conversão em renda da União, dos depósitos judiciais.

<b>Processo administrativo nº 16327-721.097/2019-63</b>	
<b>Juízo</b>	Administrativo
<b>Instância</b>	Primeira Instância (DRJ)
<b>Data de instauração</b>	12/2019
<b>Partes no processo</b>	Banco CSF (réu) e Receita Federal do Brasil (autor)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 107.868.076,44 (valor atualizado em 31.12.2021)
<b>Principais fatos</b>	<p>Auto de infração lavrado para cobrar valores relativos ao IRPJ e CSLL relativamente ao ano-calendário de 2014. As discussões referem-se a dois temas principalmente: (a) dedutibilidade de valores que eram discutidos judicialmente e foram incluídos no REFIS; e (b) dedutibilidade de descontos concedidos aos clientes em processos de renegociação de dívidas. No que se refere ao tema (a), os fatos são os seguintes: o Banco discutia judicialmente a exigibilidade de certos valores de PIS e COFINS, e depositava judicialmente os valores controversos para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Quando esses depósitos eram feitos em atraso, o Banco adicionava multa e juros ao valor depositado. Em 2014, o banco resolveu aderir à anistia trazida pela Lei 13.043/14, que concedia aos participantes uma redução de 45% no valor dos juros de mora, e de 100% do valor das multas de mora e encargos legais devidos pelo contribuinte. Um dos requisitos para a anistia era a desistência dos processos judiciais em que se discutia o crédito tributário objeto da anistia. Assim, o Banco CSF desistiu dos processos judiciais. Como a desistência dos processos judiciais implica o reconhecimento da existência da dívida em seu valor integral (e sua exigibilidade plena), o Banco reconheceu uma despesa dedutível de valor equivalente à totalidade do montante discutido judicialmente (ou seja, valores de principal, multa, juros e encargos legais). Todavia, as autoridades fiscais entenderam que o procedimento seguido pelo Banco foi incorreto, implicando indevida redução da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, pois: (i) a multa moratória e os encargos legais e 45% dos juros eram objeto de anistia e, portanto, não podiam ser consideradas despesas incorridas, dedutíveis para o contribuinte; e (ii) os valores não perdoados na anistia (ou seja, o valor de principal e 55% dos juros moratórios) não poderiam ter sido deduzidos naquele momento, mas apenas após a homologação do pedido de desistência da ação pelo Poder Judiciário. O Banco discorda do entendimento da Fiscalização, cujas exigências não possuem base legal. No que se refere ao tema (b), a discussão versa sobre a dedutibilidade de despesas relativas a descontos concedidos a clientes no contexto de processos de negociação de dívidas. O Banco entende que a concessão de descontos a clientes endividados é necessária para reduzir a inadimplência, e que os descontos em questão configuram perdas definitivas que devem ser consideradas dedutíveis, não se sujeitando às regras de PDD. Todavia, as autoridades fiscais discordam, entendendo que as despesas em questão estão sujeitas às regras de PDD, e sua dedutibilidade não atendeu ao disposto na legislação sobre o tema. Impugnação administrativa apresentada em 20/12/2019.</p>
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda, a Companhia na esfera administrativa, a Companhia judicializará a questão, de modo que poderá sofrer um impacto financeiro com o pagamento dos valores envolvidos acima destacados. No entanto, isso somente deverá ocorrer, somente ocorrerá após decisão definitiva na esfera judicial.

**II. Processos cíveis e regulatórios**

## 4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

<b>Ação Civil Pública nº 0009023-55.2006.8.19.0001</b>	
<b>Juízo</b>	3º Vara Cível do Rio de Janeiro/RJ
<b>Instância</b>	Segunda Instância.
<b>Data de instauração</b>	11 de setembro de 2012
<b>Partes no processo</b>	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (autor) e CCI e outros (réus).
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos (Atualizado)</b>	R\$ 4.804.042,69
<b>Principais fatos</b>	<p>O Ministério Público ajuizou ação civil pública por ato de improbidade administrativa contra funcionário do Município do Rio de Janeiro e contra a CCI, alegando que o primeiro teria ilegalmente alterado a tipologia de imóvel da CCI (Sulacap) de "loja" para "galpão", o que teria beneficiado a CCI, que pagou IPTU (imposto sobre imóvel urbano) em um percentual inferior por diversos anos. Na petição inicial, o Ministério Público requer, (a) com relação ao funcionário público: (a.i) a perda do cargo e (a.ii) a suspensão de seus direitos políticos, e (b) com relação à CCI: (b.i) a restituição da diferença de IPTU apurada, (b.ii) a aplicação de multa a ser arbitrada judicialmente e, finalmente, (b.iii) a proibição de contratar com a Administração Pública ou de receber qualquer benefício ou incentivo pelo prazo de 5 (cinco) anos. Em 08.08.2011, foi proferida sentença julgando os pedidos procedentes, condenando, assim, a CCI à devolução da diferença apurada a título de IPTU, com correção monetária e juros de mora de 1%, acrescida de multa de 15%. A CCI também foi proibida de contratar e de pleitear e receber qualquer benefício ou incentivo da Administração Pública por 5 (cinco) anos, direta ou indiretamente, ou por sociedade da qual seja sócio. O referido funcionário público foi condenado à pena de perda do cargo e à suspensão, por 5 (cinco) anos, de seus direitos políticos, bem como a devolver, solidariamente com o Carrefour, a diferença de IPTU apurada. Em 26.07.2012, a CCI apresentou apelação, na qual reiterou os seus agravos retidos – contra a decisão saneadora que rejeitou suas preliminares e contra a decisão que indeferiu o pedido de prova pericial - e requereu a nulidade/reforma da sentença, por (i) sua ilegitimidade passiva; (ii) impossibilidade jurídica do pedido; e (iii) cerceamento do seu direito de defesa. Sustentou, ainda, (iv) não haver nexos causal entre os atos que praticou e a alteração da tipologia do imóvel; (v) configurar bis in idem a sua condenação ao pagamento da diferença de IPTU; e (vi) haver litispendência entre a presente ação e a execução fiscal promovida pelo MRJ, que também discute as diferenças do IPTU. Em 25.06.2013, foi proferido o acórdão da apelação, o qual (i) desproveu os agravos retidos que foram reiterados na apelação; (ii) rejeitou as preliminares; (iii) indeferiu as razões de mérito do recurso, confirmando, ao final, as penas aplicadas pela sentença. Contra o acórdão da apelação, que manteve as penas da sentença, a CCI, em 16.09.2013, interpôs Recurso Especial, alegando (a) prescrição quinquenal; (b) ausência de dolo; (c) bis in idem e litispendência; (d) cerceamento de defesa; e (e) aplicação não proporcional de penalidades. Na sequência, interpusemos AREsp (nº 479.311/RJ) contra a decisão que inadmitiu o Recurso Especial, alegando (i) nulidade da decisão da 3ª Vice-Presidência por deficiência de fundamentação; (ii) inaplicabilidade da Súmula 7/STJ; (iii) inequívoco dissídio jurisprudencial; e (iv) reiteramos os argumentos do REsp.</p> <p>O Recurso Especial foi rejeitado monocraticamente, mantendo-se as penalidades. Houve apresentação de Embargos de Declaração para sanar omissões e contradições da decisão, que foi monocraticamente rejeitado. Carrefour apresentou Agravo de Instrumento e aguarda decisão.</p> <p>Status Atual: Aguarda-se julgamento do Agravo de Instrumento contra decisão que rejeitou os Embargos de Declaração para, posteriormente e se possível, apresentar Agravo Regimental. A diferença de IPTU já foi objeto de pagamento pela CCI em Execução Fiscal, com descontos previstos em Lei Municipal, tendo o Município dado quitação e a execução fiscal foi extinta.</p>
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	<p>Eventual perda do processo poderá ocasionar (i) a aplicação de multa a ser arbitrada judicialmente, e (ii) a proibição de contratar com a Administração Pública ou de receber qualquer benefício ou incentivo pelo prazo de 5 (cinco) anos (sanção independente, não é influenciada pelo pagamento da diferença de IPTU).</p> <p>O Valor Envolvido atualizado (R\$ 4.804.042,69) corresponde à multa de 15% sobre o valor da condenação fixada na sentença e mantida em sede de apelação, sendo esse o único valor ainda em discussão na ação civil pública, tendo em vista que o montante referente ao IPTU foi objeto de acordo com o Município do Rio de Janeiro no âmbito da Execução Fiscal nº 0233554-27.2006.8.19.0001.</p>
<b>Ação de Cobrança nº 0189753-50.2012.8.26.0100</b>	
<b>Juízo</b>	3º Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
<b>Instância</b>	Segunda Instância. 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo
<b>Data de instauração</b>	11.9.2012
<b>Partes no processo</b>	<p><b>Autora/Reconvinda:</b> Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. ("CAC")</p> <p><b>Réus/Reconvintes:</b> Verpar S.A. João Alves Veríssimo, Maria Helena Cechelli de Paiva Veríssimo, Adelino Alves Veríssimo, Manuel Marques Martins e Maria do Céu Alves Martins e outros</p>

## 4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<b>Valor da condenação (se a ação principal for julgada procedente):</b> R\$44.114.618,00 (valor histórico) <b>R\$196.467.384,54</b> (valor atualizado para fevereiro de 2021 pelo índice de correção monetária do TJSP e juros de 1% ao mês incidentes desde a citação, conforme determinado pela sentença, acrescido dos honorários sucumbências)
<b>Principais fatos</b>	<b>Pedido da CAC:</b> CAC busca a condenação dos acusados a pagarem o montante de R\$ 44.114.618,00 relacionado ao valor não coberto pela conta <i>escrow</i> , criada pela Verpar S.A. e pelos demais réus, com a finalidade de garantir as contingências envolvendo a Eldorado, companhia adquirida pelo grupo Carrefour Brasil, atual CAC. A CAC também busca a declaração da existência da obrigação, por parte dos réus, de pagamento das contingências garantidas pendentes com terceiros. <b>Pedido de Reconvenção dos Réus:</b> Os réus apresentaram sua defesa em conjunto com um pedido de reconvenção contra a CAC, alegando a existência de um crédito em seu nome, no montante de R\$107.221.198,79 (valor histórico). Os réus alegaram que a CAC falhou na atualização do montante registrado no balanço patrimonial da Eldorado para contingências cíveis e trabalhistas e, portanto, o valor não foi suficiente para cobrir as contingências que se materializaram ao longo dos anos. Os réus também alegam que, já que o montante registrado no balanço patrimonial não foi suficiente para cobrir as contingências, a CAC começou a consumir antes o montante da conta <i>escrow</i> . Alegam, por fim, que por conta do acordo firmado entre CAC e IRB somente após o início do processo de cumprimento de sentença, os Réus teriam perdido a chance de firmar o acordo por valor menor que teria sido negociado no passado pelos Réus com o IRB (teoria da perda de uma chance). Em 30.10.2014 os pedidos formulados pela CAC foram julgados procedentes e os pedidos formulados pelos Réus foram julgados improcedentes. Os réus foram condenados a pagar o valor atualizado do pedido formulado pela CAC (montante histórico de R\$ 44.114.668,00). Em 2.2.2015 os Réus interpuseram apelação e em 7.4.2015 a CAC apresentou contrarrazões ao recurso de apelação. Em 11 de novembro de 2018, o recurso da Verpar foi parcialmente provido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, exclusivamente para reduzir os honorários do advogado da CAC. Em 30 de novembro de 2018 a Verpar opôs embargos de declaração que foram rejeitados. Posteriormente, Verpar interpôs recurso especial que acabou sendo inadmitido. Em novembro de 2020 ocorreu o trânsito em julgado. CAC iniciou o cumprimento de sentença e aguarda localização de bens para satisfação da dívida. Em 13 de outubro de 2021 foi assinado um Instrumento de Transação e Outras Avenças entre a Companhia e a Verpar S.A. colocando fim a todas as disputas judiciais existentes entre as empresas, incluindo a Ação de Cobrança em referência. Com a transação Verpar S.A. pagará a Companhia o valor de R\$ 86 milhões em parcelas mensais e consecutivas nos próximos 10 anos. Em 28 de outubro de 2021 o acordo foi homologado e o processo suspenso até o efetivo cumprimento.
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Instrumento de transação e Outras Avenças assinado entre as partes e homologado pelo Poder Judiciário.

<b>Ação de Rescisão Contratual cumulada com Perdas e Danos.</b>	
<b>Processo n. 0526652-91.2000.8.26.0100 (ID 123953)</b>	
<b>Juízo</b>	6º Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
<b>Instância</b>	Primeira Instância.
<b>Data de instauração</b>	14.03.2000
<b>Partes no processo</b>	<b>Autora:</b> Verpar S.A. ("Verpar") <b>Réus:</b> Banco BBA Creditanstalt S/A ("BBA") e Rio Bonito Assessoria de Negócios Ltda. ("Rio Bonito")
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<b>Valor da ação (histórico):</b> R\$13.200.000,00 <b>Laudo pericial:</b> apurou lucros cessantes entre R\$ 225.284.039,76 e R\$ 10.583.933,81, bem como danos materiais no montante de R\$ 1.188.929,59.
<b>Principais fatos</b>	<b>OBJETO:</b> Verpar ajuizou ação contra a Rio Bonito e BBA solicitando a anulação do contrato de compra e venda das ações da Verparinvest S.A. (proprietária do imóvel de Pamplona) firmado entre Eldorado S.A. (vendedora), Rio Bonito e BBA (adquirentes). Verpar se diz cessionária dos direitos de propriedade das ações da Verparinvest e, conseqüentemente, do imóvel localizado na Rua Pamplona, na cidade de São Paulo, onde o Carrefour construiu um shopping center (Shopping Pamplona). Em sede de defesa, Rio Bonito e BBA sustentam a ilegitimidade ativa da Verpar para reivindicar ações e propriedades da Verparinvest, uma vez que Verpar jamais figurou como parte no contrato em que Eldorado vendeu para Rio Bonito e BBA as ações da Verparinvest, mas apenas como garantidora. No mais, contestam a validade do contrato de cessão supostamente celebrado entre a Verpar e Eldorado

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

	<p>segundo o qual a Eldorado teria atribuído à Verpar seus direitos e também a posição contratual no contrato de compra e venda celebrado entre Eldorado e BBA e Rio Bonito.</p> <p>Paralelamente, houve a realização de perícia requerida pela Verpar que apurou eventual lucros cessantes entre R\$ 225.284.039,76 e R\$ 10.583.933,81, bem como supostos danos materiais no montante de R\$ 1.188.929,59.</p> <p>No dia 13/03/2019, foi realizada audiência de instrução e na sequência apresentação das alegações finais.</p> <p>No dia 30/05/2019 foi prolatada sentença declarando, mais uma vez, a extinção do processo sem julgamento do mérito, tendo em vista ilegitimidade de Verpar para requerer a anulação do negócio jurídico,</p> <p>Em 13 de outubro de 2021 foi assinado um Instrumento de Transação e Outras Avenças entre a Companhia e a Verpar S.A. colocando fim a todas as disputas judiciais existentes entre as empresas, incluindo a Ação de Rescisão Contratual cumulada com Perdas e Danos em referência. Com a transação Verpar S.A. pagará a Companhia o valor de R\$ 86 milhões em parcelas mensais e consecutivas nos próximos 10 anos.</p> <p>Em 16 de outubro de 2021 foi apresentada petição pela Companhia requerendo a homologação do acordo e encerramento definitivo do processo.</p> <p><b>Situação atual:</b> Aguardando homologação do acordo.</p>
<b>Chance de perda</b>	Remota
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Instrumento de transação e Outras Avenças assinado entre as partes. Aguardando a homologação e acompanhando o cumprimento do acordo, cujos pagamentos já se iniciaram

<b>Ação Civil Pública nº5106733-42.2020.8.21.0001</b>	
<b>Juízo</b>	16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
<b>Instância</b>	Primeira Instância.
<b>Data de instauração</b>	25.11.2020
<b>Partes no processo</b>	<p><b>Autor:</b> Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul</p> <p><b>Réus:</b> Carrefour Comercio e Indústria Ltda.; Comercial De Alimentos Carrefour Ltda.; Adriana Alves Dutra; AldecirGeusemin; Simone Aparecida Tognini; Giovane Gaspar Da Silva; Magno Braz Borges; Vector Seguranca Patrimonial.</p>
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<p><b>Valor da Causa:</b> R\$ 200.000.000,00(Valor histórico) R\$ 283.598.370,05 (Valor atualizado)</p> <p><b>Valor disputado:</b> R\$ 200.000.000,00 a título de danos coletivos, além de eventual custo das obrigações de fazer.</p>
<b>Principais fatos</b>	<p><b>OBJETO:</b>Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria do Estado do Rio Grande do Sul visando à condenação do Carrefour e das demais pessoas envolvidas no incidente ocorrido no dia 16.11.20 junto ao hipermercado Carrefour localizado em Porto Alegre, que acabou por ocasionar o falecimento do Sr. João Alberto Freitas. Com a medida judicial a Defensoria pleiteia (i) pagamento de danos morais coletivos e danos sociais no valor de R\$ 200 milhões; ao Carrefour especificamente, (ii) a adoção de uma série de obrigações de fazer relacionadas ao combate à discriminação racial.</p> <p>Em 11 de junho de 2021 o Carrefour assinou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho e Associações Cívicas prevendo o investimento de 115 milhões de reais em prol da diversidade e da inclusão social, ações visando a promover uma política de tolerância zero sobre o racismo, e ações visando a favorecer a contratação e a aceleração de carreira de pessoas negras.</p> <p>Em 28 de fevereiro de 2022 foi proferida decisão que homologou o TAC e conferiu às Associações Cívicas o poder de fiscalização das obrigações assumidas pelo Carrefour, diferente do que restou acordado junto ao TAC.</p> <p><b>Situação atual:</b> Recurso apresentado pelo Carrefour foi recebido no efeito suspensivo. Aguardando julgamento do mérito do recurso.</p>
<b>Chance de perda</b>	Remota

#### 4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	A manutenção da decisão judicial irá atribuir às Associações Civas o poder de fiscalização, diferentemente do que restou acordado no Termo de Ajustamento de Conduta, sendo que ., em caso de descumprimento, haverá um risco associado à imagem da Companhia (reputacional).
--	---

<b>Ação Civil Pública nº5105506-17.2020.8.21.0001</b>	
<b>Juízo</b>	16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de Porto Alegre
<b>Instância</b>	Primeira Instância.
<b>Data de instauração</b>	23.11.2020
<b>Partes no processo</b>	<b>Autor:</b> Centro Santo Dias De Direitos Humanos Educafro – Educação E Cidadania De Afrodescendentes E Carentes  <b>Réus:</b> Carrefour Comercio e Indústria Ltda.; Comercial De Alimentos Carrefour Ltda.; e Vector Seguranca Patrimonial.
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	<b>Valor da Causa:</b> R\$ 100.000.000,00 (Valor histórico) R\$ 141.799.185,03 (Valor atualizado em 31.12.2021)  <b>Valor disputado:</b> R\$ 100.000.000,00 a título de danos coletivos, além de eventual custo das obrigações de fazer.
<b>Principais fatos</b>	<b>OBJETO:</b> Ação Civil Pública ajuizada por Centro Santo Dias de Direitos Humanos (Educafro) visando a condenação do Carrefour e da empresa de segurança Vector (i) no pagamento de danos morais coletivos e danos sociais no valor de R\$ 100 milhões; (ii) na obrigação de fazer consistente na implementação de um sistema/programa de <i>compliance</i> interno em Direitos Humanos, em razão do incidente ocorrido no dia 16.11.20 que levou ao falecimento do Sr. João Alberto Freitas.  Em 11 de junho de 2021, o Carrefour assinou um Termo de Ajustamento de Conduta ("TAC") com o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho e Associações Civas prevendo o investimento de 115 milhões de reais em prol da diversidade e da inclusão social, ações visando a promover uma política de tolerância zero sobre o racismo, e ações visando a favorecer a contratação e a aceleração de carreira de pessoas negras. No TAC restou ajustado que eventuais honorários sucumbenciais seriam arbitrados pelo Poder Judiciário,  Em 21 de julho de 2021 foi proferida sentença homologando o TAC e condenando o Carrefour ao pagamento de 3% de honorários sucumbenciais sobre o valor do acordo, o que corresponde à R\$3.450.000,00 (três milhões quatrocentos e cinquenta mil reais).  Em 27 de abril de 2022 o recurso apresentado pelo Carrefour foi julgado procedente para afastar a necessidade de pagamento de qualquer valor à título de honorários.  <b>Situação atual:</b>  Aguardando apresentação de recurso pela Educafro.
<b>Chance de perda</b>	Possível
<b>Análise do impacto em caso de perda</b>	Em caso de perda o Carrefour poderá ser condenado a pagar o montante pleiteado pela parte autora à título de honorários sucumbenciais.

##### 4.3.1 – Valor provisionado para os processos descritos no item 4.3.

Em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 registramos provisões nos valores de R\$1.961.135.182,25, R\$1.778.949.008,02, R\$1.775.189.179,56 respectivamente, para os processos descritos neste item 4.3 e cujo risco de perda foi avaliado como provável.

#### **4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**

Na data deste Formulário de Referência não havia nenhum processo não sigiloso, seja judicial, administrativo ou arbitral, cujas partes contrárias sejam nossos administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores.

##### **4.4.1 – Valor provisionado para os processos descritos no item 4.4.**

Considerando que não havia nenhuma ação judicial e/ou processo a ser relatado no item 4.4, não havia nenhum valor provisionado para ser mencionada neste item.

#### **4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Além do que foi divulgado e discutido acima, na data deste Formulário de Referência não há nenhum processo relevante sob sigilo no qual sejamos parte.

## 4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

### I. Processos tributários

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia ou suas controladas eram parte em processos repetitivos ou relacionados, não confidenciais, judiciais, administrativos ou arbitrais que são considerados relevantes, relacionados aos seguintes impostos:

- (A) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS");
- (B) contribuições sociais ("PIS / COFINS"),
- (C) Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana ("IPTU"); e
- (D) Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis ("ITBI").

#### **(A) Cesta Básica | ICMS:**

Determinados Estados foram autorizados a sujeitar transações envolvendo produtos alimentícios da cesta básica com redução de alíquota (como, por exemplo, 7%). As vendas interestaduais ainda estão sujeitas à alíquota de 12% de ICMS. Assim, a aquisição de mercadorias de um fornecedor localizado em outro Estado gera um crédito (de 12%) superior ao imposto pago anteriormente por ele no Estado de origem. Neste sentido, os casos de cesta básica (administrativos e judiciais) discutem a possibilidade do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. ("Carrefour") e empresas relacionadas, se valerem do crédito integral (12%) neste tipo de transação.

Em 16 de outubro de 2014, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela constitucionalidade do estorno de parte de créditos tributários originados na aquisição de produtos da cesta básica e, portanto, o contribuinte envolvido na demanda judicial não poderia beneficiar-se da integralidade dos referidos créditos. Esta decisão foi publicada pelo STF em 13 de fevereiro de 2015, com efeito de repercussão geral, que impacta todos os contribuintes, que tinham se aproveitado da integralidade dos créditos. No entanto, os advogados de defesa dos contribuintes em questão entraram com recurso de embargos de declaração visando, inclusive, a modulação dos efeitos da referida decisão, para que esta produzisse efeitos a partir da conclusão final do recurso.

Neste contexto, em 2018 o Carrefour decidiu pagar R\$ 105,5 milhões, referente a 29 casos nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com as reduções previstas nos programas de anistia instituídos naquele ano pelos mencionados estados. Em maio de 2019, o STF rejeitou todos os embargos de declaração opostos no âmbito do Recurso Extraordinário nº 635688, e, portanto, não acatou o pedido de modulação dos efeitos.

A Companhia está atualmente definindo estratégia jurídica a ser seguida nos processos em andamento, os quais estão em diferentes fases processuais e serão concluídos gradualmente ao longo dos próximos anos. O impacto no caixa da Companhia dependerá do êxito e do cronograma destes processos. Não obstante, a Companhia durante o período de 2019 revisou a probabilidade de êxito dos processos em andamento e decidiu, em uma abordagem cautelosa, constituir provisão. Tais provisões foram refletidas no balanço patrimonial em 30 de junho e 30 de julho de 2019. Importante comentar ainda que o Grupo Carrefour Brasil aderiu a programas de anistias lançados pelos governos dos

#### 4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

estados de Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e de São Paulo. Assim, atualmente, o Grupo Carrefour Brasil tem 61 casos, no montante total de R\$ 88.557.547,23

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
61	88	108	Atualmente, existem 42 casos na esfera administrativa e 19 casos na esfera judicial.

##### **(B) Cupons fiscais cancelados | ICMS/SP:**

O Carrefour recebeu vários autos de infração no estado de São Paulo, devido à suposta falta de pagamento de ICMS, relacionados a cupons de caixa declarados como cancelados. Tais cancelamentos resultam de situações em que os clientes do Carrefour desistem de levar os produtos na fila de caixa ou então quando clientes se valem de um programa oferecido pelo Carrefour - chamado "*Compromisso Público Carrefour*" - que consiste no reembolso da diferença aos clientes se eles encontrarem, em um produto idêntico, um preço mais baixo do que o preço que eles pagaram no Carrefour. As autoridades fiscais estaduais alegam que o Carrefour não teria demonstrado o cancelamento dos itens nos cupons fiscais, razão pela qual lavrou autos de infração relacionados a essa discussão. Sobre esse assunto, vale destacar que a companhia obteve uma decisão final favorável na esfera judicial, na qual o juiz reconheceu que os documentos exemplificativamente apresentados pela companhia demonstraram que os cancelamentos ocorreram.

Até 31 de dezembro de 2021, além dos casos com decisões finais favoráveis, o Carrefour obteve decisões em mais 01 (um) processo administrativo e outros 8 (oito) processos judiciais, sendo 6 (seis) decisões judiciais favoráveis, já confirmadas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, restando o julgamento dos recursos do Estado de São Paulo. Há ainda 01 (uma) decisão parcialmente favorável e 01 (uma) decisão desfavorável. Há recurso do Carrefour para ambos os casos indicados, os quais estão pendentes de decisões pelos órgãos judiciários competentes.

O Carrefour tem atualmente 37 casos (R\$ 1.576.955.757,02) neste tópico, e a discussão aborda uma questão estritamente probatória. Além da comprovação dos cancelamentos, também temos obtido êxito parcial quanto às multas aplicadas ao patamar de 150% com a redução para 100%, bem como êxito quanto a limitação dos juros à taxa SELIC.

Não obstante, o Carrefour durante o ano de 2020 revisou a probabilidade de êxito dos processos em andamento e decidiu manter a avaliação de risco estimada como possível para 40 (quarenta) dos processos e ajustar o risco para provável em outros 02 (dois) casos, em razão do momento processual destes. O Carrefour também constituiu provisão sobre o valor atualizado envolvido nestes processos, levando em consideração as decisões já proferidas, ainda que não definitivas (R\$ 127.979.890,58). Tais provisões foram refletidas no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021. Assim, em 31 de janeiro de 2022, o montante de provisão para o tema era de R\$ 57.522.941,16, já levando em consideração as novas decisões favoráveis proferidas.

#### 4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
37	1.577	5	Atualmente, existem 6 casos na esfera administrativa e 31 casos na esfera judicial.

##### **(C) Créditos indevidos | ICMS:**

A legislação permite a utilização de determinados créditos de ICMS quando ocorre o registro nos documentos fiscais - Guia de Informação e Apuração do ICMS de valores a título de "Outros créditos". Tais créditos resultam de várias causas, tais como tributos pagos indevidamente em razão de diferencial de alíquotas ou de base tributável, reversão de dívidas, regimes especiais, etc. No entanto, existem alguns créditos de outras origens que são apresentados como "Outros Créditos" nas demonstrações, os quais devem ser evidenciados por documentos. Em alguns casos, as autoridades fiscais questionaram a origem desses créditos e lavraram autos de infração para reverter o crédito não comprovado pela companhia. Importante comentar ainda que o Grupo Carrefour Brasil aderiu a programas de anistias lançados pelos governos dos estados de Amazonas, Distrito Federal, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Assim, atualmente, o Grupo Carrefour Brasil tem 109 casos (R\$ 870.953.187,61) neste tópico, e a discussão aborda uma questão estritamente probatória. A avaliação de risco é estimada como possível quando os documentos comprobatórios são apresentados no processo.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
109	870	128	Atualmente, existem 89 casos na esfera administrativa e 20 casos na esfera judicial.

##### **(D) Alíquota e Base de Cálculo (Lei nº 9.718/98) | COFINS:**

A Lei 9.718/98 aumentou a base de cálculo do COFINS e, também, a alíquota aplicável. Neste sentido, o Grupo Carrefour apresentou ações judiciais buscando o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 (base de cálculo e alíquota). Em 2007, o Supremo Tribunal decidiu favoravelmente aos contribuintes sobre o aumento da base de cálculo, mas a decisão no que se refere às alíquotas aplicáveis foi desfavorável. Não obstante a companhia tenha obtido decisões favoráveis em relação à questão da base de cálculo da contribuição, as autoridades fiscais lavraram alguns autos de infração para cobrar valores devidos a título das contribuições (de 1999 a 2004) com base em algumas questões pontuais (declarações inconsistentes, multas por atraso sobre depósito judicial, dentre outros). Vale frisar que o grupo obteve uma decisão favorável (março de 2017) que reverteu aproximadamente 90% dos valores exigidos em um dos casos. O saldo remanescente do processo parcialmente favorável foi incluído no REFIS 2017. O Grupo Carrefour Brasil tem 4 casos referentes a esse tema, que perfazem o montante de R\$ 123.442.489,46.

Durante o ano de 2020 o Grupo revisou a probabilidade de êxito dos processos em andamento e decidiu, constituir provisão integral para 02 (dois) dos seus casos, após decisões desfavoráveis sobre o mérito em discussão. Desta forma, a avaliação de risco foi estimada como perda provável para os citados processos e perda possível e remota para os casos remanescentes, este último tendo em vista

**4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

sentença favorável determinando o cancelamento do débito. A Fazenda Nacional interpôs recurso, o qual ainda está pendente de julgamento.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
04	123	77	Atualmente, existe 4 casos na esfera judicial.

**(E) IPTU (Amazonas, Rio de Janeiro/São Paulo):**

O Grupo Carrefour Brasil tem 29 processos judiciais e administrativos (R\$ 185.481.109,35 ) nos municípios de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro, relacionados com a cobrança dos valores de IPTU sobre determinadas propriedades detidas pela Companhia. A avaliação de risco deve ser analisada caso a caso.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
29	185	31	Atualmente, existem 12 casos na esfera administrativa e 17 casos na esfera judicial.

**(F) ITBI (São Paulo):**

Os municípios de São Paulo e Campinas, através de 11 processos por um valor de R\$ 239.942.733,26, cobram do Carrefour o ITBI supostamente incidente na transferência de imóveis realizadas através do aumento de capital (integralização de capital). Basicamente, o ponto principal de discussão é a imunidade fiscal referente ao ITBI prevista na Constituição Federal (artigo 156) às operações de transferência imobiliária, através de aumento de capital das empresas. Em sua defesa, o Carrefour demonstrou que todas as propriedades foram transferidas como aumento de capital e que tais transferências não estão sujeitas à tributação do ITBI. A avaliação do risco é definida, caso a caso, entre possível e remota.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
11	240	Sem provisão	Atualmente, existe 1 caso na esfera administrativa e 10 casos na esfera judicial.

**(G) ICMS Multas (diversos estados):**

O Grupo Carrefour Brasil tem 71 processos administrativos ou judiciais (R\$ 143.934.534,04) em vários estados da federação, relacionados com as cobranças de multas pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias previstas nas diversas legislações tributárias estaduais. Foram incluídos em parcelamento, com modalidade pagamento à vista, diversos casos no Estado da Paraíba. Durante 2020 e 2021, o Grupo Carrefour optou por realizar o pagamento de casos administrativos nos Estados de Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraíba, Pernambuco, Minas Gerais, Goiás e Espírito Santo. A avaliação de risco deve ser analisada caso a caso.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
71	143	3	Atualmente, existem 70 casos na esfera administrativa e 1 caso na esfera judicial.

**4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos****(H) Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação:**

Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação: O Atacadão possui 2 processos judiciais (R\$ 111.655.612,01) relativos à apropriação de créditos de PIS e COFINS sobre encargos e despesas de depreciação de máquinas e equipamentos contabilizados em seu ativo imobilizado, referentes ao ano de 2009. De modo geral, tais despesas estão diretamente ligadas ao processo produtivo ou prestação de serviço da sociedade e são essenciais ou relevantes à sua atividade desenvolvida, ou seja, são relacionadas à geração de suas receitas operacionais. As ações judiciais visam à aplicação de precedente do E. STJ sobre o conceito de insumo, bem como, em última análise, aplicação do princípio da não-cumulatividade previsto no artigo 195, § 12, da CF.

Nº de casos	Total (R\$ milhões)	Provisão (R\$ milhões)	Situação atual
2	112	21	Atualmente, existem 2 casos na esfera judicial.

**4.6.1. Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6.**

	Cível Varejo	Trabalhista Varejo	Cível Atacado	Trabalhista Atacado	Cível Banco CSF	Trabalhista Banco CSF	Total Fiscal	Total Cível	Total Trabalhista
Valor Total envolvido/reclamado	1.178.474.326,90	2.683.688.691,09	147.062.703,53	220.357.931,72	100.491.671,12	59.813.646,36	3.117.855.811,53	1.426.028.701,55	2.963.860.2,17
Quantidade de ações	8.012	6.285	1.493	2.539	5.005	226	244	14.510	9.050
Provisão dos valores para os casos indicados no item 4.6	258.283.841,34	254.278.611,42	33.117.714,69	45.757.669,19	20.129.143,23	6.176.687,58	70.631.515,79	311.530.699,26	306.212.969,9

## **4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes**

### **Caso Porto Alegre**

Em virtude do incidente ocorrido em Porto Alegre no dia 19 de novembro de 2020, a Companhia assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal, Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério Público do Trabalho e Associações Civis prevendo o investimento de 115 milhões de reais em prol da diversidade e da inclusão social, ações visando a promover uma política de tolerância zero sobre o racismo, e ações visando a favorecer a contratação e a aceleração de carreira de pessoas negras.

### **Investigações Conduzidas por Autoridades**

Conforme Fato Relevante publicado no dia 22 de agosto de 2019, a Companhia tomou conhecimento da existência de dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) iniciados pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (GEDEC) contra funcionários públicos do Município de São Paulo, funcionário e ex-funcionários do Atacadão S.A., referentes às condições para a renovação de licenças de operação de sua sede e duas lojas. Os processos investigatórios e o processo criminal decorrente não envolvem a Companhia.

Em 27 de junho de 2020 e 25 de maio de 2021, o Município de São Paulo notificou o Atacadão S.A. acerca da abertura de processos administrativos de responsabilização instaurados com base nos procedimentos investigatórios descritos acima. Esses processos se encontram ainda em fase inicial, aguardando análise das defesas apresentadas pelo Atacadão S.A.

Pelas características do processo administrativo e análise de risco elaborada pelo escritório especializado responsável pelo acompanhamento dos processos, a Companhia não provisionou valores relativos a tais procedimentos.

#### **4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante**

Somos uma empresa devidamente constituída sob as leis do Brasil com valores mobiliários custodiados exclusivamente no Brasil, portanto, este item não se aplica a nós.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos (“Política”), atualizada e aprovada pelo nosso Conselho de Administração em 27 de julho de 2021 e disponível nos sites da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia, na área de Relações com Investidores (<https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos/>), prevê as diretrizes e as responsabilidades pelo estabelecimento, manutenção e direcionamento dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos no Grupo Carrefour Brasil.

A Política se aplica a todas as sociedades no Brasil, incluindo o Atacadão S.A. – Divisão Holding, Atacadão S.A. – Divisão Atacadão, Carrefour Comércio e Indústria Ltda., BSF Holding S.A. e todas as demais controladas (“**Grupo Carrefour Brasil**”).

Adicionalmente à Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, o emissor possui outros documentos com diretrizes de gerenciamento de riscos, a exemplo do Código de Conduta para colaboradores.

O Código de Conduta da Companhia fixa as diretrizes de conduta que devem ser observadas por todos os colaboradores, incluindo conselheiros, diretores e funcionários da Companhia, e expressa os princípios que a Companhia espera que os indivíduos e entidades que agem em nome do Grupo Carrefour Brasil sigam.

### **b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos**

Nosso sistema de gerenciamento de riscos e controles internos é composto por um conjunto de recursos, padrões de conduta, procedimentos e ações, e contribuem para o monitoramento e para a realização dos objetivos do Grupo Carrefour Brasil de acordo com nossos valores, leis e regulamentações aplicáveis.

O sistema de gerenciamento de riscos tem como objetivo:

- i) apoiar no alcance dos objetivos do Grupo Carrefour, através de informações que favoreça o entendimento de oportunidades e ameaças aos negócios da Companhia;
- ii) Apoiar a liderança do Grupo Carrefour na definição e revisão de seu apetite, tolerância aos riscos, bem como das métricas para avaliação de riscos em âmbito corporativo;
- iii) Apoiar as Unidades de Negócio e Operações na identificação, análise, avaliação, priorização, tratamento e monitoramento de riscos com impacto nos negócios;
- iv) Apoiar as Unidades de Negócio e Operações na definição e acompanhamento de planos de ação para tratamento dos riscos corporativos;
- v) Oferecer a liderança do Grupo Carrefour uma visão consolidada e holística dos riscos associados ao alcance de objetivos estratégicos e/ou a continuidade dos negócios;
- vi) Promover identificação de oportunidades, incluindo oportunidades de natureza socioambiental, que deverão ser analisadas conforme procedimento de gerenciamento de aspectos e impactos ambientais;
- vii) Promover o aproveitamento das oportunidades identificadas como parte integrante do processo de gerenciamento de riscos, por meio de investimentos em sistemas de gestão, capacitação de pessoas e melhorias de processos se aplicável, além da divulgação para partes interessadas internas e externas;

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- viii) Promover identificação de riscos socioambientais e minimizar eventuais impactos ambientais negativos;
- ix) Manter atualizados: metodologia, processos e ferramentas associadas ao processo de Gestão de Riscos; buscando alinhamento constante com boas práticas e tendências de mercado sobre o tema;

O sistema de gerenciamento de riscos e controles internos, apresentado neste Formulário de Referência, está implementado no Grupo Carrefour Brasil e não é limitado a um conjunto de procedimentos ou simplesmente a processos contábeis e financeiros.

### **(i) Riscos contra os quais procuramos proteção:**

Por meio de nossos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, nós buscamos proteção contra os riscos aos quais estamos expostos, conforme descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, e que podem ser agrupados, de acordo com sua natureza, em riscos estratégicos, operacionais, regulatório e socioambiental.

A avaliação permanente de riscos e dos controles internos permitem estabelecer um plano de tratamento para as ameaças e oportunidades relacionadas aos temas de alta relevância para os negócios do Grupo Carrefour, tais como:

- i) Segurança e saúde das pessoas;
- ii) Direitos humanos e ao meio ambiente;
- iii) Impactos socioambientais;
- iv) Conformidade legal e regulatória;
- v) Qualidade e segurança alimentar;
- vi) Segurança patrimonial;
- vii) Corrupção, fraude interna e externa;
- viii) Segurança da informação;
- ix) Proteção de dados das pessoas;
- x) Crises e planos de continuidade de negócios.

### **(ii) Instrumentos utilizados para proteção**

Os instrumentos utilizados para a proteção variam de acordo com a natureza dos riscos: estratégicos, operacionais, regulatório e socioambiental.

O Grupo Carrefour estabeleceu a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos e controles internos, de modo a cobrir os principais riscos inerentes às nossas atividades e que afetam potencialmente a segurança das pessoas, nossos ativos, sistemas e dados, nossos objetivos, o cumprimento das leis e de nossos valores ou a nossa capacidade a atingir resultados, sendo sua implementação obrigatória.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, o tratamento dos riscos é realizado no contexto de troca

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

entre as oportunidades a serem capturadas e o custo das medidas a serem implementadas: redução da probabilidade de ocorrências e de impactos por meio de mecanismos de prevenção, transferência pelos mecanismos de seguro sempre que possível, prevenção de riscos e/ou aceitação.

### Atividades de controle que abrangem esses riscos

No Brasil, as atividades de controle são desenvolvidas para garantir que sejam tomadas as medidas necessárias para mitigar a exposição aos riscos que possam afetar a consecução de nossos objetivos.

As atividades de controle ocorrem em toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções e são regularmente avaliadas e testadas pelas áreas de defesa, como controles internos, Compliance e auditoria interna, de forma que a Companhia tem razoável conforto de que os controles são consistentes e satisfatórios.

Nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, o gerenciamento de riscos e os sistemas de controles internos complementam o controle das atividades do Grupo Carrefour Brasil. Nesse sentido, o sistema de controles internos baseia-se no sistema de gestão de riscos para identificar os principais riscos a serem geridos. Assim, os controles internos contribuem também para o tratamento dos riscos a que estão expostas as atividades do Grupo Carrefour Brasil, mediante a implantação de procedimentos e controles para assegurar o cumprimento das leis e regulamentos, a aplicação das instruções e diretrizes estabelecidas pela Diretoria, o funcionamento correto dos processos internos e a confiabilidade da informação financeira. Ao final desse processo de implantação de procedimentos e controles, é realizada uma autoavaliação dos controles internos, permitindo, assim, uma avaliação das principais vulnerabilidades e riscos.

O sistema de gerenciamento de risco é composto por 3 linhas, sendo os gestores de riscos como primeira linha, na segunda, a Diretoria de Gestão de Riscos e a Diretoria de Controles Internos e Compliance e a terceira, Auditoria Interna.

A organização formalizada lida com os principais cenários passíveis de afetar a continuidade das operações. Em 2021, dentre as principais iniciativas, destacam-se as descritas a seguir.

- i) **Formalização do Sistema de Integridade e lançamento do Novo Código de Conduta:** Em 2021, a Companhia revisou seus principais normativos de conduta, com destaque para o Código de Conduta para Colaboradores e para o Código de Ética de Fornecedores e Parceiros. Os documentos foram aprovados pelo Conselho de Administração do emissor em 27 de julho de 2021.

Dentre outras alterações, o Código de Conduta estabeleceu a estrutura do Sistema de Integridade, composto pelo Sistema de Compliance e o Sistema Social e Ambiental. O Sistema de Integridade organiza e estabelece regras e premissas que permeiam todos os processos e devem nortear a tomada de decisões estratégicas e de inovação na Companhia. Essas estruturas têm por objetivo promover um ambiente organizacional íntegro, de modo a garantir a conformidade com as legislações e normas aplicáveis aos negócios da companhia, bem como atender aos compromissos sociais e ambientais do emissor, gerando valor e considerando todas as partes interessadas do Grupo Carrefour Brasil.

Para mais informações sobre o Sistema de Integridade e Código de Conduta da Companhia, vide resposta ao **item 5.4**.

- ii) **Mapeamento e monitoramento de riscos corporativos:** foram conduzidos, como regra de governança do Grupo Carrefour França, mapeamento de riscos, considerando riscos por meio do *Risk Assessment* e do *Self Assessment* relacionados ao ambiente de negócios, à estratégia e à governança. A implementação de planos de ação é monitorada e está sujeita a avaliações críticas de comitês de riscos de cada Unidade de Negócio.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

iii) **Programa de Anticorrupção:** Como parte do Sistema de Integridade, o Programa Anticorrupção foi reforçado com os padrões ISO 37001 nos mecanismos de prevenção, detecção e remediação de riscos de corrupção. Em 2021, dentre esses mecanismos, foram especialmente aprimorados os pilares de gestão de terceiros, treinamentos, políticas e procedimentos internos.

Para mais informações sobre as iniciativas anticorrupção da Companhia, vide resposta ao **item 5.4**.

iv) **Prevenção às fraudes:** No ano de 2021, o Grupo Carrefour Brasil deu um grande salto tecnológico investindo muito em sua marca nas plataformas digitais e com isso houve a necessidade da implementação de uma estratégia para detectar transações fraudulentas e ações não conformes à política da empresa, seja de clientes, terceiros ou parceiros, a fim de impedir que essas ações causassem danos financeiros e reputacionais. Com isso foi criada a área de Prevenção a Fraudes, com foco de atuação, em um primeiro momento, nos processos online. Foram criados sistemas para análises de dados e tomada de decisão, e a equipe vem atuando nos processos de antifraude, pós-venda e proteção de imagem da empresa e com análises de produtos não homologados ou impróprios para estarem no site.

v) **Cibersegurança:** Em 2021, o Grupo Carrefour Brasil, em conjunto com sua governança de Cibersegurança Global, adotou o NIST Cybersecurity Framework como guia para avaliação de maturidade de seus processos, bem como o direcionamento de ações complementares para atender padrões internacionais de segurança cibernética. Durante o ano, o Grupo Carrefour Brasil executou uma série de medidas, como exemplo, a contratação de uma equipe dedicada a aprimorar a governança e sinergia local, estabelecer um comitê para desenvolver diretrizes e endereçar potenciais riscos entre as unidades de negócios, sendo elas Carrefour Comercio e Industria (operação do varejo), Banco Carrefour (operação financeira) e Atacadão (operação de atacado).

O comitê de cibersegurança é executado de forma periódica, e no mesmo participam representantes de cada uma das unidades de negócio local, contando com a participação e mediação do time de cibersegurança global. Os principais indicadores e temas discutidos são levados aos membros do Comitê Executivo do Grupo Carrefour Brasil.

vi) **Privacidade e proteção de dados:** Desde 2020, a área de Privacidade e Proteção de Dados do Grupo vem realizando periodicamente o Fórum de Privacidade para entendimento dos atuais cenários, desafios e ameaças; os planos para identificação e mitigação de riscos; além das recomendações estratégicas para que consigamos alcançar um alto padrão ético no processamento de dados pessoais e criar a sinergia necessária entre as empresas do Grupo. A companhia também realiza a revisão e análise recorrente de seus processos de forma a ter uma visão integrada e multidisciplinar das áreas: Privacidade, Jurídico, TI/SI, Governança de Dados, CRM, Compliance e Controles Internos, entre outras que fomentam nossa cultura de gestão de riscos. Destacamos ainda em 2020, a criação da Central de Privacidade que demonstra de forma simples e transparente o posicionamento das nossas empresas assim como a criação do canal de atendimento das solicitações de titulares, monitorado pela área de Privacidade desde então.

Em relação à cultura e conscientização, são realizados de forma contínua, treinamentos com as áreas, o disparo de diversas pílulas de conhecimento e disponibilização de uma trilha obrigatória de LGPD na plataforma de treinamento do Grupo para todos os novos colaboradores.

vii) **Gerenciamento de Perdas.** Durante 2021 foram mantidas as ações de monitoramento do sortimento ativo de cada unidade para avaliação da qualidade do estoque e redução dos percentuais de quebra em função do abastecimento de produtos perecíveis. O mesmo conceito de análise de sortimento com foco

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

em redução do índice de quebra foi aplicado nos produtos de PGC e Perecíveis.

**viii) Saúde, Segurança e Meio Ambiente.** Durante 2020, foram mantidos os programas relacionados à saúde dos colaboradores, terceiros e clientes, à segurança do trabalho, à segurança contra incêndios e riscos vinculados ao meio ambiente, com a manutenção de processos e padrões para garantir a conformidade legal reduzindo multas e autuações.

(i) Em relação à saúde, a Companhia adota um calendário de exames e programas ocupacionais, e se é identificada alguma alteração nos exames, são feitas as devidas orientações necessárias. O controle dos exames é feito através de um sistema de saúde ocupacional, que possui relatórios que demonstram o status de cada unidade quanto a vencimentos e prazos. A Companhia realiza, anualmente, auditoria interna a fim de verificar se os exames e programas estão sendo realizados, se estão dentro dos prazos e se a unidade possui todos os documentos de saúde necessários.

(ii) Quanto à Segurança do Trabalho, a Companhia utiliza técnicas de percepção de risco, que são aplicadas para o bom andamento dos negócios por meio de políticas, procedimentos padronizados e rotinas de verificações que visam à qualidade de vida dos colaboradores e o atendimento à Legislação com o objetivo de prevenção de acidentes, reputação da empresa e prevenção de perdas. Como caráter educacional e fiscalizador, a Companhia realiza treinamentos e palestras e acompanha as práticas seguras dos colaboradores através de inspeções periódicas nas unidades, reportando esse processo para as áreas que são responsáveis pela resolução das possíveis irregularidades. Mensalmente os engenheiros participam de reuniões com o time de operação e manutenção para apresentar a evolução dos KPI's da área.

(iii) Quanto à segurança contra incêndios, a Companhia define os padrões dos equipamentos e sistemas de proteção e combate a incêndio, bem como políticas com os requisitos e especificações mínimas que as unidades devem atender, e, ainda, procedimentos de operação para mitigação dos riscos de acidentes às pessoas e ao patrimônio da empresa. A Companhia adota rotinas e procedimentos definidos para realização de inspeções periódicas nos sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio nas unidades para verificação das condições dos equipamentos/sistemas, e tomada de ações corretivas. Adicionalmente, a Companhia realiza auditorias com empresas terceirizadas para avaliação dos Sistemas de Incêndio, Instalações Elétricas e para-raios em todas as unidades, além das regularizações das licenças de Bombeiros de todas as unidades.

(iv) Por fim, quanto à questão de riscos vinculados ao Meio Ambiente, a Companhia define os procedimentos e processos para garantir a correta separação e destinação dos resíduos, homologação de fornecedores e definição dos padrões de instalações a serem adotados para atendimento às legislações vigentes, por meio de um PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) para cada unidade, e realiza monitoramento e gestão dos riscos relacionados a vegetação, poços artesianos, qualidade do solo e de água subterrânea das unidades.

Adicionalmente, em relação aos compromissos relacionados à valorização da diversidade e medidas antirracistas formalizadas publicamente e no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado com o Ministério Público em junho de 2021, foram concluídos os seguintes processos:

### 1. Transformação radical do modelo de segurança do Carrefour Brasil

Desde 2020 o Carrefour Brasil que adotou o compromisso de internalizar 100% das equipes de fiscalização que atuam dentro das lojas, tem aprimorado constantemente os protocolos de abordagem com a transformação do modelo de segurança proposta; incentiva a formação de Mulheres e Negros como agentes de fiscalização/prevenção; e instituiu o uso de bodycams nos hipermercados.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 2. Aculturação da política de tolerância zero à discriminação

Em 2021 o Grupo intensificou ostensivamente a comunicação sobre a Política de Tolerância Zero. Para além da ampla divulgação em todos os canais da Companhia, foram estabelecidas trilhas de treinamento e sensibilização, sendo que foram treinados pelo menos 2000 colaboradores em todas as Unidades do Grupo.

Os fornecedores de segurança e fiscalização foram capacitados e foram estabelecidos protocolos de reciclagem permanente nos temas de direitos humanos, diversidade, tolerância zero e protocolo de abordagem.

### 3. Mecanismos de Denúncia e Medidas de aplicação da Política de Tolerância Zero

Como resultado do reforço contínuo para aplicação da Política de Tolerância Zero à qualquer forma de violência e nossa política de valorização da diversidade, foram mantidos e reforçados os mecanismos de prevenção e tratamento, como a:

- Aprovação da Política de Diversidade e da Política de Gestão de Consequências;
- Criação de um canal confidencial exclusivo para registros de denúncias de qualquer forma de discriminação amplamente divulgado para todos os stakeholders <https://www.canalconfidencial.com.br/antidiscriminacao/>
- Revisão da metodologia de apuração dos casos de discriminação e calibração de medidas disciplinares em fóruns colegiados formalizados em Comitês de Conduta e Consequências no Carrefour e no Atacadão; e
- Revisão do modelo de avaliação dos fornecedores de compras de indiretos, incluindo terceiros, além da manutenção de cláusulas socioambientais e antirracistas, em todos os contratos ativos com fornecedores.

### **(iii) estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos**

O modelo de gerenciamento de riscos do Grupo Carrefour Brasil contempla três linhas e cada uma das empresas conta com uma estrutura preparada para atender as diferentes dinâmicas de seus negócios e as exigências regulatórias de cada segmento. Sem prejuízo das atribuições específica e detalhadamente descritas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, seguem, abaixo, as estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos, suas linhas de reporte e principais atribuições.

A **primeira linha** conduzida pelos gestores operacionais, detém a responsabilidade primária no gerenciamento de riscos nos seus respectivos processos organizacionais. Os responsáveis pelas áreas de negócios são os responsáveis pela administração cotidiana de riscos e implementação diária de controles internos. Assim, cabe à primeira Linha identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relacionados às suas respectivas áreas de atuação e, por isso, os gestores operacionais devem ser capazes de identificar os riscos que podem afetar os negócios, reportar à administração, assegurar a tempestiva implementação dos planos de ação para mitigação ou eliminação do risco, manter a integridade e a confiabilidade dos ativos e assegurar a conformidade com leis e regulamentos, Código de Conduta, princípios éticos e políticas e normas internas, bem como conhecer profundamente os protocolos de Gestão de Crise e Planos de Continuidade de Negócio para os riscos sob sua responsabilidade.

A **segunda linha**, gerida pela Diretoria de Gestão de Riscos e pela Diretoria de Compliance e Controles Internos, têm a atribuição e a responsabilidade de suportar a primeira Linha no entendimento dos riscos aos quais o negócio está exposto, bem como atuar nas respectivas avaliações e definição de ações de resposta (tratamento). A segunda linha se reporta aos seguintes órgãos colegiados: Os reportes da segunda Linha devem considerar

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

os seguintes órgãos colegiados do Grupo Carrefour: (i) Conselho de Administração e seu Comitê de Auditoria; (ii) Comitês de Riscos; (iii) Comitês de Ética; (iv) Comitê de Gestão de Crises; (v) Comitê de Investimentos Brasil (CIB); e (vi) qualquer outra reunião do comitê ad hoc convocado de acordo com as necessidades identificadas pela Companhia.

A segunda Linha deve fornecer a metodologia, processos e ferramentas para que os gestores gerenciem seus riscos, ambiente de controles e comportamentos éticos alinhados com a expectativa e apetite do Grupo Carrefour. Além disso, a segunda Linha deve fornecer reporte periódico com panorama de riscos, controles e ações de resposta ao Conselho de Administração, respectivos comitês de assessoramento e fóruns internos de liderança das Unidades de Negócio e Operações.

A **Diretoria de Gestão de Riscos** atua diretamente na prevenção de perdas e na proteção dos ativos da Companhia (pessoas, processos e sistemas) e no desenvolvimento da estrutura de gerenciamento e resposta a crises e apoiar o funcionamento dos planos de continuidade e tem como principal atribuição monitorar e gerenciar os níveis de exposição aos Riscos Operacionais, incluindo:

- a. Prevenção de perdas e fraudes;
- b. Segurança patrimonial;
- c. Segurança do trabalho;
- d. Segurança da informação;
- e. Socioambientais;
- f. Proteção de Dados;
- g. Qualidade de mercadorias; e
- h. Quaisquer outros temas que impactem a imagem e reputação da Companhia.

A **Diretoria de Controles Internos** tem como principal atribuição, no âmbito dos controles internos, promover ambiente de controles internos efetivos, para apoiar no gerenciamento de Riscos Corporativos, na mitigação de fraude, na exatidão e a fidedignidade dos seus dados contábeis, na eficiência operacional e no cumprimento regulatório.

A área de controles internos coordena as atividades dos Comitês de Riscos e acompanha a implementação e a efetividade das recomendações e mantém reporte à alta administração.

Por sua vez, a **Diretoria de Compliance**, no âmbito das atividades de compliance, promove e monitora a aderência da estrutura organizacional e dos processos às leis e regulamentos, Código de Conduta, princípios éticos e políticas internas e promove processos de prevenção, detecção e tratamento de suborno, tráfico de influência e corrupção. A área de Compliance coordena as atividades dos Comitês de Conduta e Consequências, os de Ética e Conformidade e mantém reporte à alta administração.

No Banco Carrefour, a segunda linha, que tem a mesma competência e atribuição do que nas outras Unidades de Negócio, é composta pelas áreas de:

- i) Gerenciamento de Risco (Liquidez, Mercado, Crédito e Risco Operacional);
- ii) Controles Internos;
- iii) Compliance
- iv) Segurança da Informação e
- v) Privacidade e Proteção de dados.

A **terceira linha** é composta pela equipe de Auditoria Interna, responsável por realizar uma avaliação independente do ambiente de controles internos, de acordo com padrões reconhecidos de auditoria.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

O Grupo Carrefour Brasil tem um Departamento de Auditoria Interna, reportando para o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia desde maio de 2017, baseado em São Paulo, e que conduz auditorias financeiras e operacionais nos seguimentos de Varejo e Atacadão, incluindo TI e Imobiliário. A auditoria interna é uma atividade independente e objetiva, com tenha estrutura e orçamento considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada pelo conselho de administração em 27 de setembro de 2021; e, que proporciona ao conselho de administração e à direção geral do grupo garantia, aconselhamento e pontos de vista, com base numa abordagem baseada no risco, sobre a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da companhia, auxiliando a Diretoria Executiva e a Conselho de Administração na realização de avaliações abrangentes e independentes conforme Plano de Auditoria Interna aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de setembro de 2021. A missão da auditoria interna é aumentar e preservar o valor e a reputação da organização e agregar valor no alcance de seus objetivos estratégicos.

A Auditoria Interna do Banco Carrefour responde para o Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Carrefour, que, desde março de 2019, conta com a participação de membro independente que atua como especialista financeiro, e reporta para o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia. Esse reporte duplo nos garante a independência necessária para desenvolver as atividades de auditoria interna.

Os detalhes dos procedimentos de controles internos relacionados à preparação e processamento de informações contábeis e financeiras para as demonstrações financeiras são fornecidos na seção 5.3 desta seção.

Além das áreas específicas de gerenciamento de riscos, a Diretoria Executiva realiza sessões para priorização de Riscos Corporativos, monitora a evolução dos níveis de Riscos Corporativos do Grupo Carrefour e a efetividade das medidas de controle e mitigação, e propõe, ao Conselho de Administração, os Riscos Corporativos que serão priorizados e uma pauta recorrente de reporte e os níveis de apetite ao risco. Ainda, cada Unidade de Negócio tem um Comitê de Riscos específico, com o fim de apoiar e assessorar a liderança das Unidades de Negócio no acompanhamento da efetividade da gestão de riscos em linha com as respectivas diretrizes e apetite à risco, monitorar as exposições de Riscos Corporativos e a variação dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas; e monitorar a implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências que importem riscos altos e as deficiências identificadas pela Auditoria Interna e Externa;

Por último, a Companhia tem um Comitê de Auditoria Estatutário estabelecido pelo Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento e . Suas competências, alinhadas às estabelecidas pelo Regulamento do Novo Mercado, são definidas pelo nosso Estatuto Social, conforme abaixo, sendo que maiores detalhes são apresentados no item 12.1 deste Formulário de Referência.

- I. opinar ao Conselho de Administração sobre a contratação ou destituição dos serviços de auditoria independente da Companhia, e aconselhar ao Conselho de Administração na contratação da empresa de auditoria independente para realizar serviços que não sejam de auditoria;
- II. acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia, monitorando a efetividade e adequação de sua estrutura, e a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo recomendações de melhorias ao Conselho de Administração, se assim necessário;

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

- III. supervisionar os departamentos de controles internos da Companhia e de reporte financeiro (financial reporting) e consolidação e quaisquer outros departamentos responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras da Companhia;
- IV. avaliar as informações financeiras trimestrais, as demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia;
- V. monitorar a qualidade e integridade (i) dos mecanismos de controles internos; e (ii) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis e não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, propondo recomendações, se assim necessário;
- VI. avaliar e monitorar as exposições de risco incorrido pela Companhia, com poderes para requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (i) a remuneração da administração; (ii) a utilização de ativos da Companhia; e (iii) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- VII. avaliar e monitorar e recomendar à administração a correção e o aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas.
- VIII. possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção de prestador e confidencialidade de informação.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política**

A estrutura operacional e de controles internos desenvolvida tanto no nível do Grupo Carrefour Brasil quanto no nível Grupo Carrefour nos permite monitorar e avaliar periodicamente os riscos relacionados aos nossos negócios e os impactos possíveis nas operações ou nas demonstrações financeiras.

Acreditamos que nossa estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da nossa Política de Gerenciamento de Riscos (Grupo Carrefour Brasil) e da Política do Grupo Carrefour.

A Política de Gerenciamento de Riscos assim como as demais políticas do Grupo Carrefour estão disponíveis no seguinte link: <https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos/>

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

**a. e o emissor possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de aprovação e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Em 19 de maio de 2017, nossa Diretoria estatutária aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado ("Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado"), que visa a implementação de um processo formal de gerenciamento de riscos de mercado para todas as sociedades do Grupo Carrefour Brasil.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado é parte de uma estrutura detalhada comum, alinhada à Política de Gerenciamento de Riscos integrada, aprovada por nosso Conselho de Administração, e às políticas internas de gerenciamento de risco de mercado do Grupo Carrefour ("Política do Grupo").

O Banco Carrefour gerencia seus riscos de mercado separadamente daqueles relacionados aos nossos segmentos de negócio de Varejo e Atacado, devido à dinâmica de seu negócio de soluções financeiras e à necessidade de cumprir os regulamentos e legislações de seu órgão regulador, o Banco Central do Brasil ("BACEN").

**b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

Os objetivos e estratégias de nossa Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado são: (a) proteção contra risco cambial; (b) a escolha do melhor método de proteção (*hedging*) para cada transação em caso de exposição cambial; (c) reforçar a estrutura de gerenciamento financeiro da companhia; (d) permitir um grau adequado de flexibilidade no gerenciamento financeiro; e (e) reforçar as práticas de governança corporativa.

**(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Gerenciamos os principais riscos aos quais estamos expostos, conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência:

### **Risco cambial**

O risco cambial financeiro é o risco de uma evolução desfavorável da taxa de câmbio deteriorar o valor de ativos ou passivos financeiros denominados em moeda estrangeira ou que possam impactar negativamente o fluxo de caixa comercial denominado na moeda estrangeira. Nosso risco de câmbio transacional é oriundo de nossas importações de mercadorias em moeda estrangeira, bem como da captação de empréstimos em moeda estrangeira (Euros) junto à sua coligada Carrefour Finance, na França e junto a instituições financeiras no exterior (Euros e Dólares).

### **Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros é o risco de uma evolução desfavorável das taxas de juros impactar negativamente nossos lucros e perdas.

### **Risco de contraparte**

O risco de contraparte decorre da possibilidade de não recebermos os valores registrados em investimentos correntes, em contas a receber de consumidores, títulos negociáveis, instrumentos financeiros derivativos e outras contas a receber.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Para o Banco Carrefour, o risco de crédito é principalmente o risco de inadimplência dos clientes, o que constitui uma parte estratégica da condução de suas atividades.

### Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de não podermos liquidar nossos passivos financeiros quando vencerem.

### (ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

#### Risco cambial

Nossa política é a de proteger sistematicamente nossas operações comerciais e de captação de recursos denominadas em moeda estrangeira.

Sempre que necessário, para ajustar o nosso perfil de risco e reduzir a volatilidade de nossos fluxos de caixa futuros, estratégias de mitigação de risco de mercado são avaliadas e implementadas em conformidade com esses objetivos. Algumas dessas estratégias utilizam instrumentos financeiros, incluindo derivativos, nos quais a estrutura de proteção patrimonial adotada por nós procura neutralizar a variação da cotação da moeda estrangeira, conforme destacado no item (iii) abaixo.

Os instrumentos financeiros derivativos associados a essa estrutura buscam compensar riscos decorrentes da exposição à variação dos fluxos de caixa futuros do item objeto de contratação de operações, para cada exposição adquirida. Sempre que aplicável, adotamos nas sociedades do Grupo Carrefour Brasil (exceto o Banco Carrefour), a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) de fluxo de caixa, com o propósito de proteger contratos de empréstimo em moeda estrangeira.

#### Risco de taxa de juros

Também gerenciamos nossa exposição ao risco da taxa de juros para atingir um equilíbrio ideal entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros.

Embora a Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado não estabeleça limites entre taxas de juros pré ou pós-fixadas, monitoramos regularmente o nível de taxas de juros no Brasil e asseguramos um balanceamento equilibrado entre taxas de juros pré e pós-fixadas.

#### Risco de contraparte

Nós monitoramos nosso risco de contraparte em ativos financeiros com foco no nível de concentração entre contrapartes. A concentração máxima por instituição (contrapartes) se dá pelo somatório das aplicações financeiras, saldos em contas correntes e da exposição às posições com derivativos (MtM). Os limites são definidos e monitorados utilizando metodologias proprietárias do Grupo Carrefour Brasil, em base às classificações das agências de ratings nacionais e internacionais.

O Banco Carrefour estabeleceu sistemas e processos para verificar a qualidade e capacidade de pagamento de seus clientes, incluindo (a) ferramentas de tomada de decisão, como aplicativos de pontuação de crédito (*credit score*), ferramentas de simulação de renda/dívida e procedimentos de verificação de histórico de crédito, (b) pesquisa de bancos de dados de histórico de crédito positivo e negativo, quando existentes, (c) gerenciamento ativo de processos de cobrança e (d) sistemas de monitoramento e controle de risco de crédito. O Departamento de Risco de Crédito é responsável pela implementação, manutenção e monitoramento de todos esses processos, sob a supervisão do Comitê de Gerenciamento de Risco de Crédito. O Conselho de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Administração do Banco Carrefour é atualizado em cada reunião, sobre os principais indicadores de risco de crédito.

### Risco de liquidez

Gerenciamos o risco de liquidez de nossos ativos financeiros monitorando diariamente nossa posição de liquidez e garantindo a disponibilidade de ativos líquidos suficientes e disponíveis e/ou linhas de crédito confirmadas e não utilizadas, visando assegurar liquidez quaisquer que sejam as condições de mercado. Nossas linhas de financiamento são, em parte, recursos *intercompany* contratados junto ao Carrefour Finance, braço de finanças interno do Grupo Carrefour em Paris, linhas bilaterais e debêntures emitidas no mercado brasileiro.

O risco de liquidez do Banco Carrefour é monitorado dentro da estrutura de sua estratégia de liquidez pré-aprovada. A necessidade de refinanciamento do Banco Carrefour é avaliada com base em normas internas, indicadores de alerta antecipado e índices regulatórios. A estratégia de liquidez do Banco Carrefour consiste em investir em títulos públicos, mantendo um nível de liquidez adequado, que ofereçam um retorno satisfatório e estejam disponíveis para venda, se necessário. Adicionalmente, o Banco Carrefour pode emitir Letras Financeiras para financiar sua operação de médio e longo prazos.

### (iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

#### [Nota LdR:

Instrumentos derivativos como swaps e futuros a termo (*forwards*) podem ser usados para nos proteger do risco cambial e de taxa de juros.

### Risco cambial

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial. Por exemplo, para a importação de mercadorias em Euros e Dólares, existem NDFs. Os fornecedores a pagar (importações) denominados em moeda estrangeira eram de R\$ 124 milhões em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 111 milhões em 31 de dezembro de 2020). O Grupo estabeleceu o índice de cobertura de 1:1 para as relações de *hedge*, uma vez que o risco subjacente do swap de taxa de juros é idêntico ao componente de risco protegido. Para testar a efetividade do *hedge*, o Grupo usa o método do derivativo hipotético e compara as alterações no valor justo do instrumento de *hedge* com as alterações no valor justo do item protegido atribuíveis ao risco coberto.

Além dos empréstimos em moeda estrangeira, a controlada Carrefour Comercio e Indústria efetua importação de mercadorias em Euros e Dólares e utiliza instrumentos financeiros derivativos como *hedge* de fluxo de caixa. Os valores justos destes instrumentos derivativos são apresentado no quadro abaixo:

Consolidado – 31 de dezembro de 2021							
Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM – milhões de reais
Euro	NDF	De 20/01/2021 a 23/12/2021	De 05/01/2022 a 05/01/2023	12	Média 6,5446	Média 6,5531	(1)
Dólar	NDF	De 20/01/2021 a 23/12/2021	De 05/01/2022 a 16/02/2023	59	Média 5,7170	Média 5,7233	3
				<u>71</u>			<u>2</u>
Consolidado – 31 de dezembro de 2020							
Moeda	Natureza	Início	Vencimento	Valor nominal	Taxa de fechamento do contrato	Taxa Termo	MTM – milhões de reais
Euro	NDF	De 19/06/2020 a 29/12/2020	De 06/01/2021 a 15/12/2021	10	Média 6,4078	Média 6,4771	-
Dólar	NDF	De 31/01/2020 a 29/12/2020	De 05/01/2021 a 16/12/2021	51	Média 5,4109	Média 5,4265	(13)
				<u>61</u>			<u>(13)</u>

### Risco de taxa de juros

Para *hedge* do nosso risco de taxa de juros, nossas posições podem ser protegidas por meio da captação de instrumentos em taxas pré-fixadas ou em taxas pós-fixadas, ajustando o portfólio, ou pelo uso de derivativos. Nos termos da política de contabilidade de *hedge*, descrita nas Demonstrações Financeiras Anuais referentes

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, os empréstimos relativos à Lei 4.131/1962 possuem operações de hedge, na forma de swaps (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto à troca de taxas pré-fixadas para taxas pós-fixadas em CDI, como a troca de moeda, euros e dólares para reais, sendo assim a designação para contabilidade de hedge de valor justo. Estes swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação complementar entre si, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

As operações com instrumentos derivativos são contratadas com os bancos de relacionamento do Grupo Carrefour.

Para os empréstimos 4131 captados em abril de 2020 e setembro de 2021, a Companhia contratou instrumentos derivativos como instrumento de hedge de valor justo para a variação nas taxas de câmbio e juros. Os instrumentos derivativos tem os mesmos prazos de vencimento e valores que os contratos de empréstimos, a relação do hedge é demonstrada no quadro abaixo:

Objeto de Hedge (empréstimos)						Controladora – 31 de dezembro de 2021									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Instrumento de Hedge		Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo		
						Contra parte	Natureza SWAP								
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	4	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	(1)	(4)	(15)	48
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	(6)	(6)	(10)	45
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	3	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	(3)	(6)	(14)	48
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(28)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI + 1%	(1)	31	(10)	31
20/09/2021	20/09/2024	Reais	620	N/A	-	BNP Paribas	Juros	20/09/2021	20/09/2024	R\$ (Pré 10,484%)	CDI + 0,88%	-	-	-	-
20/09/2021	20/09/2023	Euro	43	6,1950	(6)	Banco Itaú	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	0,9059% a.a.	CDI + 1,21%	-	6	(6)	-
20/09/2021	20/09/2024	Dólar	150	5,2700	(47)	Rabobank	Moeda	20/09/2021	20/09/2024	1,8235% a.a.	CDI + 1,05%	-	34	(14)	20
20/09/2021	20/09/2023	Dólar	50	5,2800	(15)	JP Morgan	Moeda	20/09/2021	20/09/2023	1,8706% a.a.	CDI + 1,31%	-	14	(6)	8
					<b>1.138</b>	<b>(86)</b>					<b>(11)</b>	<b>101</b>	<b>(75)</b>	<b>200</b>	

Objeto de Hedge (empréstimos)						Controladora – 31 de dezembro de 2020									
Início	Vencimento	Moeda	Valor nominal em milhões	Taxa de fechamento do contrato	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Instrumento de Hedge		Ativo	Passivo	Alterações no valor do instrumento reconhecido em ORA	Alterações no valor justo reconhecidas no resultado do período	Custo reconhecido no resultado do período	Valor justo		
						Contra parte	Natureza SWAP								
16/04/2020	14/04/2022	Euro	68	5,5500	(56)	Société Générale	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,5059% a.a.	CDI + 0,68%	5	56	(3)	60
16/04/2020	14/04/2022	Euro	67	5,5900	(52)	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2022	1,1741% a.a.	CDI + 0,65%	4	52	(4)	55
16/04/2020	14/04/2023	Euro	67	5,5900	(53)	Credit Agricole	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	1,3294% a.a.	CDI + 0,85%	7	53	(4)	59
16/04/2020	14/04/2023	Dólar	73	5,1250	(5)	BNP Paribas	Moeda	16/04/2020	14/04/2023	2,4000% a.a.	CDI + 1%	6	5	(2)	11
					<b>275</b>	<b>(166)</b>					<b>22</b>	<b>166</b>	<b>(13)</b>	<b>185</b>	

### (iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Para o gerenciamento de nosso risco cambial, o parâmetro utilizado é a exposição cambial. Dessa forma, para cada exposição comercial e cambial das sociedades do nosso grupo, um derivativo é contratado. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é medido por meio da atualização do valor nominal em taxas futuras do mercado até a data de vencimento, incorporando o spread embutido na transação e descontando o valor atual a taxas de mercado.

Monitoramos de perto nossa posição de liquidez em vários horizontes temporais: no curto prazo, pelo monitoramento diário da posição da tesouraria, a antecipação de saídas de recursos, certas ou incertas no médio prazo, pela análise das necessidades financeiras mensais com base em novas previsões de orçamento e planificação estratégica.

No que diz respeito ao risco de crédito relacionado a títulos e valores mobiliários, monitoramos o nosso risco de crédito com base na análise do perfil da contraparte e classificações de crédito.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

O Banco Carrefour gerencia seu risco de crédito pela análise do prazo das carteiras de empréstimos. O fornecimento de modelos é desenvolvido de acordo com um processo de duas etapas: (a) classificação dos empréstimos é aberto em categorias de risco uniformes, com base na probabilidade de inadimplência e, (b) em seguida, modelagem da possível perda em função das taxas de inadimplência e recuperação com base em dados históricos.

### **(v) se o emissor opera instrumentos patrimoniais com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

O Grupo Carrefour Brasil opera instrumentos financeiros somente para os fins de proteção patrimonial (*hedge*) descritos acima. Nossa política proíbe estritamente posições especulativas.

### **(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado**

Os riscos de mercado compõem o rol de riscos corporativos controlados e gerenciados pela Companhia, que conta com a estrutura organizacional já descrita no item 5.1 (b) (iii) deste Formulário de Referência.

Assim, conforme descrito no mencionado item e abaixo, fazem parte da estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado: (i) a Diretoria Executiva do Grupo Carrefour Brasil; (ii) o Departamento de Riscos & Compliance do Grupo Carrefour; (iii) as equipes de Gestão do Grupo Carrefour Brasil, incluindo a Diretoria de Tesouraria e Financiamentos e a Diretoria Financeira da Holding e de cada unidade de negócio e operação; (iv) Departamentos de Controle Interno do Atacadão S.A., do Carrefour Comércio e Indústria Ltda e do Banco CSF S.A.; (v) Departamento de Reporte e Consolidação do Grupo Carrefour Brasil; e (vi) o Comitê de Auditoria Estatutário.

Especificamente quanto aos riscos de mercado, a estrutura organizacional é composta pelas seguintes áreas:

O Diretor Vice-Presidente de Finanças Grupo Carrefour Brasil é o responsável estatutário pela gestão financeira do Grupo Carrefour Brasil.

O Diretor de Tesouraria e Financiamentos Brasil, reporta-se diretamente ao Diretor Vice-Presidente de Finanças – Grupo Carrefour Brasil, sendo responsável por gerenciar a exposição consolidada a riscos de mercado no nível do Grupo Carrefour Brasil, de acordo com os limites e critérios estabelecidos na Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado, bem como o uso de instrumentos de proteção de derivativos quando necessário. A gestão das necessidades financeiras e recursos no nível do Grupo Carrefour Brasil também ficam sob responsabilidade da diretoria.

Adicionalmente, cada uma das três principais sociedades do Grupo Carrefour Brasil (Atacadão, Carrefour Comércio e Indústria e Banco Carrefour) possui um Tesoureiro, sob a gestão do Diretor de Tesouraria e Financiamentos Brasil.

### **c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Nossa estrutura operacional e controles internos nos níveis do Grupo Carrefour e do Grupo Carrefour Brasil nos permite monitorar e avaliar periodicamente as posições consolidadas de instrumentos financeiros utilizados para mitigar nossos riscos de mercado e os correspondentes impactos nos resultados financeiros e no fluxo de caixa. Nesse sentido, entendemos que nossa estrutura operacional e os controles internos são adequados para verificação da efetividade da política adotada.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e manutenção de mecanismos de controles internos efetivos sobre a elaboração e divulgação das informações financeiras.

Os controles internos da Companhia são estabelecidos com o objetivo de fornecer segurança razoável à confiabilidade do processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e que as operações sejam registradas para permitir a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis aplicáveis. Os valores e o sistema de gestão da Companhia, incluindo o Código de Conduta Ética e todas as suas políticas internas e externas, são a base do ambiente de controle.

Os princípios contábeis do Grupo Carrefour Brasil são derivados dos princípios contábeis do Grupo Carrefour e das práticas contábeis adotadas no Brasil ("**BR GAAP**"). Eles são especificados em um documento revisado duas vezes por ano (antes de cada fechamento anual e semestral), o qual é transmitido a todos os envolvidos no processo. Eles são validados pelos Diretores Estatutários e pelo Departamento de Consolidação e Reporting do Grupo Carrefour Brasil, bem como são apresentados aos auditores independentes. As alterações, adições ou exclusões significativas no material são apresentadas ao Comitê de Auditoria Estatutário.

No Brasil, o estabelecimento das Demonstrações Financeiras se baseia principalmente em uma organização de dois níveis:

- o Departamento de Consolidação e *Reporting* define os princípios de contabilidade aplicáveis ao Grupo Carrefour Brasil, bem como fornece liderança e supervisão da produção das demonstrações financeiras consolidadas e relatórios da administração;
- os Segmentos de Negócio são responsáveis pela produção e controle das contas de suas sociedades e demonstrações financeiras consolidadas. Elas também são responsáveis por implantar um sistema de controles internos dentro de seu escopo adaptado aos seus desafios e riscos específicos, levando em consideração as recomendações e diretivas do Grupo.

O departamento de Consolidação e *Reporting* do Grupo Carrefour Brasil realiza também procedimentos adicionais:

- verificar os relatórios de consolidação em cada fechamento mensal: se necessário, são realizadas correções nos relatórios de consolidação;
- gerenciar a implementação de novas normas contábeis em todas as entidades legais do Grupo de forma consistente;
- gerenciar os testes de *impairment* de ágio com base nas projeções preparadas em relação ao plano estratégico que é atualizado anualmente, e avaliar os testes de *impairment* que são realizados pelos segmentos de negócio, sobre os itens do ativo imobilizado; e
- apresentar trimestralmente uma análise das principais estimativas contábeis (como por exemplo: provisões e riscos) e os impactos de mudanças de normas contábeis (quando aplicável).

### **Processo de consolidação, emissão das Demonstrações Financeiras e controles principais**

Cada área de negócios é responsável por reportar seus dados financeiros. O Departamento de Consolidação e *Reporting* monitora este processo e é responsável pela produção das Demonstrações Financeiras consolidadas

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

do Grupo Carrefour Brasil. A moeda utilizada na preparação de nossas Demonstrações Financeiras é o real. O Departamento de Consolidação e *Reporting* faz uso de controles numa ferramenta de consolidação, verifica a consistência e realiza uma análise e reconciliação no final de cada trimestre.

As principais políticas e estimativas contábeis estão sujeitas à análise dos Diretores Estatutários da divisão Holding, do Diretor de *Reporting* Financeiro e do Diretor Financeiro do Grupo Carrefour Brasil.

As demonstrações financeiras anuais e trimestrais são revisadas por auditores independentes e pelo Comitê de Auditoria Estatutário, que revisa a minuta das demonstrações, pede detalhes à Diretoria Estatutária sobre determinados assuntos e ouve os auditores independentes, a fim de emitir um parecer para o Conselho de Administração sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reúne periodicamente, com o objetivo de monitorar o processo de preparação das informações contábeis e financeiras e garantir que as políticas contábeis pertinentes ao Grupo sejam aplicadas. O regimento interno do Comitê de Auditoria Estatutário prevê, no mínimo, seis reuniões anuais.

Considerando os mecanismos e procedimentos adotados, a Administração da Companhia acredita ter razoável segurança quanto à qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. A Administração da Companhia está atenta às novas tecnologias e a Companhia investe em seus controles a fim de aprimorá-los continuamente.

### b. estruturas organizacionais envolvidas

Especificamente quanto a controles internos, como previsto no Estatuto Social, compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças de ambas as Divisões – Carrefour e Atacadão, supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos, tributária, consolidação e reporte financeiro (*financial reporting*) da Companhia e de suas subsidiárias.

Na Diretoria de Finanças, fica alocada a estrutura da Diretoria de Controles Internos, responsável por coordenar as atividades de conformidade e controles internos. Esta Diretoria tem reporte periódico ao Comitê de Auditoria Estatutário, órgão colegiado vinculado ao Conselho de Administração da Companhia.

Dentre as principais atividades da Diretoria de Controles Internos estão incluídas as avaliações de processos e controles, bem como a revisão anual de efetividade e maturidade, com auto avaliação destes controles (*Self-Assessment*).

Ainda quanto aos mecanismos de controles internos, inclui-se o acompanhamento das recomendações fornecidas pelos auditores externos e independentes. O departamento de Auditoria Interna, dentre outras atribuições, supervisiona a implementação dessas recomendações.

Todo o processo é supervisionado e monitorado pelo Comitê de Auditoria Estatutário.

De acordo com o nosso Estatuto Social, as responsabilidades primárias do Comitê de Auditoria Estatutário, que tem seu próprio Regimento Interno, incluem:

- (i) supervisão dos departamentos de controles internos da Companhia e de reporte financeiro (*financial reporting*) e consolidação e quaisquer outros departamentos responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras da Companhia;
- (ii) avaliação das informações financeiras trimestrais, as demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- (iii) monitoramento da qualidade e integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; e (b) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis e não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, propondo recomendações, se assim necessário.

Ao final, o Conselho de Administração é responsável por aprovar as demonstrações financeiras e submetê-las à aprovação por Assembleia Geral de Acionistas, avaliando, ainda, a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade.

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Como previsto no Estatuto Social, as atividades de monitoramento de controles internos são coordenadas pela Vice-Presidência de Finanças das duas divisões - Carrefour e Atacadão, por intermédio da área de Controles Internos, gerida pela Diretoria de Controles Internos. O Banco Carrefour, possui sua própria estrutura de controles internos também reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário.

A área de Auditoria Interna, independente das operações e com reporte hierárquico e funcional à Diretoria de Auditoria Interna do Grupo Carrefour, dentre de suas atividades, avalia o ambiente de controles internos da Companhia.

O Comitê de Auditoria Estatutário se certifica de que o Departamento de Auditoria Interna seja independente e controla a adequação entre as atribuições e os recursos alocados, incluindo a alocação de auditores especializados para complementar o time permanente nas áreas mais técnicas, tais como tecnologia da informação.

O plano de auditoria anual é estabelecido pelo Departamento de Auditoria Interna do Grupo Carrefour, com base no universo de objetos auditáveis estabelecido pelo Grupo, no resultado das auditorias de anos anteriores e do *questionnaire d'auto évaluation (self-assessment)*, considerando pedidos específicos do Comitê Executivo. Este plano e o orçamento do Departamento de Auditoria Interna do Grupo Carrefour Brasil são submetidos ao Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia.

Um relatório final formalizado é preparado para cada auditoria, incluindo os pontos de atenção, seus respectivos planos de ação corretivos, e as eventuais observações dos Diretores e/ou Gerentes das áreas auditadas. Este relatório é transmitido ao Diretor Executivo e ao Diretor Vice-Presidente de Finanças da unidade de negócios auditada, bem como aos Diretores Estatutários. Os planos de ação corretiva especificam a síntese das ações, o responsável pelas suas execuções e o calendário de implementação.

#### Especificamente em relação ao Banco Carrefour:

Além da estrutura mencionada acima, o Banco Carrefour conta com a seguinte organização:

- um Departamento de Auditoria Interna que é subordinado ao Conselho de Administração do Banco Carrefour e a seu Comitê de Auditoria Estatutário;
- o plano anual de auditoria interna é criado com base em uma matriz de análise de riscos e visa identificar os processos críticos principais a serem auditados. Tal plano de auditoria e sua evolução são apresentados e validados pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Carrefour;
- as alterações no plano anual de auditoria devem ser validadas pelo Comitê de Auditoria Estatutário do Banco Carrefour; e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- a implementação das recomendações relativas às deficiências identificadas é monitorada pelo departamento de auditoria interna do Banco Carrefour.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Resumimos abaixo os pontos significativos destacados pelos auditores independentes na carta de comunicação referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2021:

#### **LANÇAMENTOS CONTÁBEIS MANUAIS**

Aprovação dos lançamentos contábeis manuais

Lançamentos manuais criados pelo departamento de contabilidade não estão sujeitos à aprovação do fluxo de trabalho, conseqüentemente sendo registrados diretamente no sistema contábil sem um processo de revisão prévio. Ademais, identificamos que apesar dos lançamentos manuais criados por outros departamentos estarem sujeitos à aprovação do fluxo de trabalho, não existe estabelecido no sistema Delegação de Autoridade (DOA).

Classificação de lançamentos contábeis

O sistema contábil não está configurado para impedir que lançamentos manuais sejam lançados usando a identificação (tipo de documento) reservada para lançamentos automatizados.

#### **RESTRIÇÃO DE ACESSOS PRIVILEGIADOS NO SISTEMA**

Em análise ao controle de restrição de acesso às transações do sistema, foram notadas a existência de usuários que não necessitam do acesso a tais privilégios para execução de suas atribuições.

Adicionalmente, foi identificado que as contas emergenciais (“firefighter”), que concentram os acessos do sistema, e que devem ser utilizadas de forma pontual e apenas em caso de necessidade, não são monitoradas (revisão de logs) como forma de garantir que apenas as atividades solicitadas e autorizadas foram realizadas.

#### **SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES**

O controle de segregação de funções não está implementado de forma automática para alguns dos sistemas financeiros e contábil.

### **e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nos termos do Ofício-Circular nº 1/2022-CVM/SNC/GNA, item 16, os Auditores Independentes possuem um prazo de até 60 dias contados da data da emissão do relatório do auditor para emitir o relatório circunstanciado mencionado neste item. Por esta razão, a Companhia informa que está em processo de obtenção da referida carta, observados os prazos legais. Tão logo as deficiências formalizadas sejam compartilhadas com a Companhia, esta fará a devida divulgação por meio deste item.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**a) se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

O Grupo Carrefour Brasil possui regras, políticas, procedimentos e práticas efetivas de prevenção, detecção e resposta ao risco de fraudes, ilícitos praticados contra a administração pública e conflitos éticos em geral, em atendimento às leis aplicáveis, especificamente, no Brasil, a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção Brasileira, e, ainda, a Lei Sapin II – Lei Anticorrupção Francesa.

Juntos, esses mecanismos e procedimentos compõem o Programa Anticorrupção do Grupo Carrefour Brasil, que faz parte do Sistema de Integridade da Companhia e é gerido pelo Departamento de Compliance, posicionado na divisão Holding, com reporte ao Comitê de Ética da Holding e ao Comitê de Auditoria estatutário que assessora o Conselho de Administração, atendendo a todas as unidades de negócio do emissor.

As estruturas do Programa Anticorrupção e do Sistema de Integridade do Grupo Carrefour Brasil foram remodeladas em 2021, em substituição ao anterior Programa de Ética e Integridade, como resultado do ganho de maturidade na governança da Companhia.

A estrutura do Sistema de Integridade, composto pelo Sistema de Compliance e o Sistema Social e Ambiental, estabelece regras e premissas que têm por objetivo promover um ambiente íntegro, para garantir a conformidade regulatória e atender aos compromissos sociais e ambientais do Grupo em todos os processos, em toda tomada de decisão, de modo a gerar valor e considerando todas as partes interessadas.

Essa revisão de estruturas, aplicável a todos os negócios do Grupo Carrefour Brasil, ocorreu a nível de entidade e consolidou ainda mais a sincronia entre as unidades de negócio da companhia.

**(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Os principais mecanismos e procedimentos do Programa Anticorrupção, desenhados em nível de entidade e performadas por todas as unidades de negócio são:

- A. Mapeamento e avaliação de riscos de corrupção
- B. Códigos, políticas e normativos de compliance
- C. Mecanismos de gestão de terceiros
- D. Acultramento e treinamentos
- E. Controles Contábeis
- F. Canal de Ética, Apurações Internas e Gestão de Consequências
- G. Monitoramento contínuo e auditoria de compliance

**A. Mapeamento e avaliação de riscos de corrupção:** Em 2021, em conformidade com a Metodologia global para avaliação de riscos de Corrupção e Tráfico de Influência do Grupo Carrefour, a matriz de riscos de corrupção do Grupo Carrefour Brasil foi revisitada, considerando cenários de risco do Atacadão, Carrefour e Carrefour Soluções Financeiras, o que permitiu identificar e avaliar cenários de risco, vulnerabilidades e controles existentes a nível de entidade, para o apropriado e uniforme tratamento e gestão dos riscos de corrupção pública, privada e tráfico de influência associados aos processos dos negócios da Companhia.

As avaliações seguiram estritamente as diretrizes da Agência Francesa Anticorrupção sobre a Lei Sapin II, além das normas de padrões internacionais e normas ISO 31000:2009 e ISO 37001:2007.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Todos os mecanismos, controles e procedimentos do Programa Anticorrupção do Grupo Carrefour Brasil são desenhados a partir dos riscos identificados neste mapeamento e avaliação, que será revisado novamente em 2022.

**B. Códigos, políticas e normativos de Compliance:** O emissor possui um Código de Conduta Ética para Colaboradores, que é o centro de seu Sistema de Integridade e se estrutura em 4 pilares: Nossas Pessoas, Segurança, Desenvolvimento Sustentável e Transparência. O Código de Conduta Ética do emissor foi revisado em 2021 e aprovado em 27 de julho de 2021 por seu Conselho de Administração.

Dentre as alterações de conteúdo, as principais inovações do Código de Conduta Ética para Colaboradores foram a estruturação do Sistema de Integridade do Grupo, o destaque dado à política de Tolerância Zero a qualquer violação de Direitos Humanos e discriminação e ao tema de Desenvolvimento Sustentável, que se tornou um pilar do documento. Do ponto de vista de forma, as novidades mais relevantes foram (i) o lançamento de versão em áudio do Código (em português), para maior acessibilidade às diretrizes da empresa e (ii) a priorização da divulgação do documento em sua versão digital, por meio dos QR Codes nas unidades da Companhia, reduzindo a utilização de papel e o impacto ao meio ambiente. O documento está disponível em português e inglês na página de Relações com Investidores do emissor (<https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos/>).

Além do Código de Conduta Ética para colaboradores, em 2021 o emissor revisou sua Política Anticorrupção e de Prevenção ao Tráfico de Influência e publicou Manuais de Interação com Agentes Públicos para Colaboradores e para Fornecedores (documentos disponíveis em: <https://conexaoeticacarrefour.com.br/#anticorrupcao>), os quais apresentam diretrizes de conduta práticas para funcionários e terceiros. Adicionalmente, compõem o arcabouço de normas internas do emissor os seguintes documentos: Política de Due Diligence de integridade; Política de Registros e Controles Contábeis, Política de Gestão de Consequências, Política de Doações e Patrocínios. As políticas internas estão disponíveis para todos os colaboradores e são objeto de treinamentos anual.

O emissor possui também Código de Ética para Fornecedores e Parceiros de Negócios, que foi igualmente objeto de revisão em 2021, e apresenta os padrões de conduta e diligência que o Grupo Carrefour espera de seus fornecedores e parceiros tanto nas interações com o Carrefour e ecossistema, quanto na sua própria cadeia produtiva e de fornecimento. Este documento é amplamente divulgado para os fornecedores e parceiros de negócios da Companhia.

Todos os normativos mencionados estão sujeitos a revisão, que ocorre pelo menos anualmente para as políticas, sendo que os Códigos serão sujeitos à atualização a cada três anos ou a qualquer momento, se necessário.

Para maiores informações a respeito do Código de Conduta Ética, vide resposta ao **item 5.4 “a” (iii)**.

**C. Mecanismos de gestão de terceiros:** Para assegurar que os princípios e valores éticos que norteiam o Grupo Carrefour Brasil sejam projetados nas suas relações de negócios e seguidos por seus fornecedores e parceiros, o emissor possui mecanismos de gestão de terceiros.

Dentre os mecanismos de gestão de terceiros, destacam-se a realização de avaliação de integridade de fornecedores e parceiros classificados como de maior exposição a riscos e a adesão de todos os fornecedores ao compromisso de desenvolverem práticas comerciais transparentes, honestas e justas, por meio da assinatura da Carta Social e Ética no momento do cadastro e/ou renovação de cadastro, bem como a adesão à cláusulas socioambientais e anticorrupção na assinatura de termos e contratos.

Em continuidade ao ganho de maturidade observado nos últimos anos, em 2021, além da revisão do Código de Ética para Fornecedores e Parceiros de Negócios, alguns processos de gestão de terceiros foram igualmente aprimorados, notadamente com a automatização do fluxo de avaliação de integridade de fornecedores e

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

parceiros; o lançamento de treinamento anticorrupção para fornecedores e parceiros e a construção da matriz de criticidade socioambiental dos fornecedores de compras diretas e indiretas da Companhia.

Em 2021, foi conduzida uma avaliação de risco e de impacto de fornecedores de todas as Unidades de negócio e estão sendo desenhados controles específicos de gestão de fornecedores com maior exposição ao risco regulatório e socioambiental.

**D. Aculturação e treinamentos:** As normas e diretrizes da Companhia são continuamente divulgadas a colaboradores e parceiros de negócios para que todos possam desempenhar suas funções de acordo com os padrões éticos do Grupo Carrefour.

Ao serem contratados, todos os colaboradores são submetidos a treinamentos que abordam o Código e os princípios éticos da Companhia, assinam Termo de Ciência e Acordo ao Código de Conduta e preenchem Formulário de Declaração de Conflito de Interesse, que a partir de Dezembro/2021 começou a ser coletado digitalmente.

Adicionalmente, o emissor publica pílulas de Compliance quinzenais nos meios de comunicação internos da Companhia, realiza campanhas de reforço ético com cartazes e wallpapers com QR Codes, vídeos e realiza sessões de treinamentos e eventos voltados à discussão de temas como corrupção pública, privada, tráfico de influência, conflito de interesse, responsabilidade dos gestores e prevenção à lavagem de dinheiro.

Em 2021, com a revisão do Código de Conduta Ética para colaboradores e da Política Anticorrupção e de Prevenção ao Tráfico de Influência, foram lançados treinamentos em formato *e-learning* e sessões presenciais com divulgação de vídeos e dinâmicas de sensibilização nas unidades de negócio do emissor. Também para o engajamento dos colaboradores lotados nas operações do Grupo Carrefour Brasil, em 2021 foi lançado o Programa de Embaixadores da Ética.

**E. Controles Contábeis:** Como um dos mecanismos para detecção e remediação de irregularidades que possam ter reflexos na contabilidade da Companhia, o Grupo Carrefour Brasil possui controles contábeis que são periodicamente testados e monitorados, em conformidade com diretrizes globais do Grupo Carrefour.

**F. Canal de Ética, Apurações Internas e Gestão de Consequências:** O emissor possui canais de comunicação e reporte de qualquer violação ao Código de Conduta Ética e demais políticas. O canal é operado por empresa externa e independente e garante a quem denuncia o sigilo absoluto e proteção contra retaliações.

O Canal de Ética está disponível tanto para colaboradores quanto para fornecedores e parceiros de negócios, e todas as denúncias são acompanhadas pela Diretoria de Compliance, que supervisiona seu funcionamento. As apurações são conduzidas pela área de Compliance e pela área de Inteligência Corporativa, conforme política interna. Em todos os casos, as apurações são feitas apenas por colaboradores treinados e certificados em apuração de fraudes e suborno e de acordo com metodologia de apuração da Companhia. Os resultados são reportados periodicamente ao Comitê de Ética.

Em setembro de 2021, o Grupo Carrefour Brasil lançou um canal de denúncias exclusivo para casos de discriminação e racismo (<https://www.canalconfidencial.com.br/antidiscriminacao/>) e aperfeiçoou sua metodologia de apuração de casos deste tipo, tendo lançado formulários digitais de investigação e reporte no mesmo período. Todo caso é avaliado cuidadosamente e as potenciais consequências são deliberadas em Comitês de Conduta e Consequências de cada Unidade de Negócio, para observância de Política de Tolerância Zero e Gestão de Consequências publicada em março de 2021.

Para mais informações sobre o Canal de Ética, vide resposta ao **item 5.4 “b”**.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**G. Monitoramento contínuo e auditoria de compliance:** Para acompanhar a eficiência dos mecanismos adotados no âmbito do Programa Anticorrupção, o emissor possui plano anual de monitoramento contínuo, elaborado a partir dos resultados obtidos na atividade de avaliação de riscos de corrupção.

Nas atividades de monitoramento, são realizados testes periódicos nos mecanismos de controles, para melhoria contínua dos processos da Companhia.

**(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.**

Os mecanismos que compõem o Programa Anticorrupção do Grupo Carrefour Brasil estão sob a coordenação do departamento de Compliance da divisão Holding da Companhia, que possui autoridade, autonomia e recursos necessários para condução de suas atividades e reporta ao Comitê de Ética da Holding e ao Comitê de Auditoria que assessora o Conselho de Administração.

Com a estruturação das áreas de Compliance do Carrefour Varejo e do Atacadão iniciada em 2020, elas serão responsáveis por operacionalizar o Programa Anticorrupção nas respectivas Unidades de negócio, sob a supervisão de seus respectivos Comitês de Ética.

A responsabilidade pelo monitoramento do funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos de integridade de todas as Unidades de Negócio no Grupo Carrefour Brasil é do *Chief Compliance Officer (CCO)*, que divide tal atribuição com o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Ética da Holding. Em conjunto, cabe a eles a definição dos objetivos e estratégias necessários para suportar a gestão ética na Companhia.

O emissor conta com uma área de Auditoria Interna, com reporte ao Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos das regras do Novo Mercado, cuja responsabilidade é garantir a efetividade e eficiência dos controles internos, do cumprimento dos processos, inclusive de Compliance.

O CCO, que tem sua independência garantida em razão do reporte formal e direto ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração (além de outros níveis que se julgue pertinentes), é também o responsável por coordenar os trabalhos do Comitê de Ética da Holding.

Os Comitês de Ética da Holding e das Unidades de Negócios recebem reportes a respeito das atividades realizadas pelo departamento de Compliance e da gestão ética, incluindo os eventos de que o departamento de Compliance tenha tido conhecimento, os resultados das análises e investigações realizadas, bem como as decisões tomadas.

Para informações mais detalhadas sobre as Diretorias de Controles Internos e Compliance, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

**(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Carrefour possui Código de Conduta Ética, com efetiva utilização e atualização realizada em 12 de julho de 2021, e devidamente aprovado pelo Conselho de Administração em 27 de julho de 2021.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço,**

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### agentes intermediários e associados

O Código de Conduta Ética do Grupo Carrefour Brasil se aplica a todos os colaboradores do Grupo Carrefour Brasil, independentemente de sua posição na empresa.

Além desse documento, a Companhia também possui Código de Ética para Fornecedores e Parceiros de Negócios (<https://conexaoeticacarrefour.com.br/#documentos>), que se aplica aos todos os terceiros, incluindo aqueles que agem em nome do Grupo Carrefour Brasil, como fornecedores, prestadores de serviços, representantes, parceiros, entre outros. Esses terceiros são informados das diretrizes e princípios estabelecidos no Código de Ética por meio de cláusulas contratuais, [da assinatura da Carta Ética e Social] e, no caso de fornecedores sensíveis, por meio de treinamentos.

O Código estabelece os princípios e diretrizes internas de conduta, bem como os parâmetros de referência que norteiam colaboradores de todos os níveis hierárquicos, incluindo membros do Comitê Executivo e do Conselho de Administração.

Em concordância com a aplicabilidade interna e externa do Código de Conduta Ética, o documento é disponibilizado na intranet e no website do Grupo Carrefour Brasil na área de Relações com Investidores (<https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos/>), de modo a proporcionar mais transparência, coerência e idoneidade nas interações com acionistas e investidores, colaboradores, clientes, fornecedores, prestadores de serviço e comunidade em geral. Além disso, ele fica disponível no website da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Além dos treinamentos realizados quando da integração de novos colaboradores, treinamentos relacionados ao Código de Conduta e a temas anticorrupção são obrigatórios e ministrados no Grupo Carrefour Brasil anualmente.

No que diz respeito à liderança do emissor, em setembro de 2021 foi conduzida sessão de treinamento especialmente preparada para esse grupo, por meio do evento “Café com Compliance”. Durante o evento, além do lançamento oficial do Código de Conduta Ética (então recém revisado), os gestores do Carrefour, Atacadão e Carrefour Soluções Financeiras foram instruídos a respeito das diretrizes éticas do Grupo e política de tolerância zero à corrupção, das exigências das leis anticorrupção aplicáveis e, ainda, da responsabilidade dos gestores pela ocorrência de ilícitos de integridade. O evento contou com a presença de palestrantes convidados e de membros do Conselho de Administração.

Em 2021, assim como no ano anterior, foi realizada a “Semana de Compliance”, que ocorreu simultaneamente no Carrefour, Atacadão e Carrefour Soluções Financeiras e se destinou aos funcionários dos três negócios. Durante o evento, além do Código de Conduta, foram realizadas 27 sessões de treinamentos obrigatórios, em ambiente online, que abordaram temas como combate a corrupção e prevenção ao tráfico de influência, prevenção ao assédio moral e sexual, Compliance concorrencial, privacidade, Compliance tributário e Compliance consumerista.

Em setembro de 2021, foram lançados os novos treinamentos *e-learning* e em formato de vídeo sobre o Código de Conduta e sobre a Política Anticorrupção, com vistas a atualizar os colaboradores a respeito dos normativos revisados no ano. Em 2021, os treinamentos do Código de Conduta alcançaram mais de 70 mil colaboradores, e os da Política Anticorrupção mais de 65 mil colaboradores, em todos os negócios.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em 2021, além dos treinamentos para colaboradores, foi igualmente lançado treinamento anticorrupção para fornecedores do Grupo Carrefour Brasil, realizado durante o processo de homologação dos parceiros do emissor. Como dito, dentre os processos e mecanismos internos de gestão de terceiros, a Companhia adota também um Código Ética para Fornecedores e Parceiros de Negócios e uma Carta Social e Ética, ficha preenchida no cadastro, documentos que indicam aos terceiros, fornecedores e parceiros de negócios, os comportamentos esperados deles pela Companhia, e cuja ciência é por eles formalizada.

Além dos padrões de qualidade de produção, fornecedores e parceiros de negócio do Grupo Carrefour Brasil devem desenvolver práticas comerciais livres de qualquer forma de corrupção, e devem ter respeito incondicional a todos os direitos humanos, dos trabalhadores e do meio ambiente, condições que também são formalizadas em contrato.

O Código de Ética para Fornecedores e Parceiros revisado em 2021 apresenta cláusulas específicas de comprometimento rigoroso das normas da legislação trabalhista vigente e de observância da Política de Tolerância Zero do Grupo Carrefour Brasil a qualquer tipo de discriminação, violação a direitos humanos ou atos de corrupção pública ou privada. Além disso, para mitigar os riscos de inconformidades nas cadeias de fornecimento, o Grupo realiza um monitoramento por meio de diversos processos e ferramentas.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta prevê expressamente que violações as suas disposições são consideradas faltas graves que, se identificadas, ensejam a aplicação de medidas disciplinares aos responsáveis, aplicadas conforme Política de Gestão de Consequências, que estabelece critérios para a aplicação das consequências e medidas disciplinares no Grupo Carrefour.

As sanções previstas, aplicadas considerando o grau de responsabilidade do envolvido de maneira proporcional, podem variar de advertências verbais e escritas, transferências de unidade, suspensões, demissões com e sem justa causa para colaboradores e, ainda, a descontinuidade da relação de negócios para parceiros e fornecedores.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética para Colaboradores foi aprovado em 27 de julho de 2021 pelo Conselho de Administração do emissor.

O documento está disponível em português e em inglês no website de RI (<https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/governanca-corporativa/estatutos-politicas-e-codigos/>) e no canal web <https://conexaoeticacarrefour.com.br/#documentos>, em suas versões escrita e audiobook (português).

### **b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

O Grupo Carrefour Brasil disponibiliza a seus colaboradores e parceiros de negócios o Canal Conexão Ética (via web e telefone, que também é conhecido como “Disque Ética”). O canal é operado por empresa externa e independente, de modo a garantir ao denunciante o sigilo absoluto e a proteção contra retaliações.

Todas as alegações são analisadas e verificadas pelo departamento de Compliance, que supervisiona o funcionamento do canal, acompanha a observância da metodologia de apuração de alegações e reporta periodicamente os resultados e atividades aos Comitês de Ética da Holding e de cada Unidade de Negócio, conforme o caso.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O canal web está disponível no endereço: <https://www.conexaoeticacarrefour.com.br/>.

Em setembro de 2021, o Grupo Carrefour Brasil lançou um canal de denúncias exclusivo para casos de discriminação e racismo (<https://www.canalconfidencial.com.br/antidiscriminacao/>) e aperfeiçoou sua metodologia de apuração de casos deste tipo, tendo lançado formulários digitais de investigação e reporte no mesmo período.

O Comitê de Auditoria Estatutário, recebe um reporte sobre a atividade dos canais de Ética, enquanto o Comitê de Ética recebe reporte semestral (e sempre que necessário).

### **(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros?**

Tanto o Canal Conexão Ética, quanto o canal exclusivo para casos de discriminação e racismo, canais de Denúncias do Grupo Carrefour Brasil, em ambas as suas versões (telefone e endereço web) são operados por consultoria externa e independente.

### **(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados?**

Além do público interno, os canais de denúncia estão abertos ao recebimento de denúncias de terceiros e público externo à Companhia. Os canais são amplamente divulgados aos Parceiros de Negócios do Grupo Carrefour Brasil.

### **(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé?**

O Grupo Carrefour Brasil assegura a proteção aos denunciante de boa-fé contra quaisquer tipos de retaliação e garante a confidencialidade dos reportes feitos em seus Canais de Denúncias.

Para isso, além da gestão dos Canais de Denúncias ser feita por prestador de serviços externo, o emissor realiza treinamentos para os apuradores das alegações que chegam ao Canal, em conformidade com suas Políticas e procedimentos internos de Apuração de Denúncias.

Nesses treinamentos, além de ensinadas técnicas de abordagem e a metodologia de trabalho para o apropriado tratamento das alegações, é enfatizada a importância da abordagem adequada durante as apurações, a guarda do anonimato do denunciante e a proteção contra retaliações. Ao fim das sessões, todos os apuradores treinados assinam Termos de Confidencialidade e de Compromisso quanto à guarda do sigilo das informações às quais terão acesso durante as apurações e à imparcialidade no tratamento das denúncias.

### **(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

De acordo com a Política de Apuração de Denúncias do Grupo Carrefour Brasil, o responsável pela apuração de alegações é definido a partir do nível de complexidade de cada denúncia e dos sujeitos potencialmente envolvidos.

Os incidentes éticos sensíveis são tratados exclusivamente pela área de Inteligência Corporativa, enquanto que alegações que sejam relacionadas ao descumprimento de Políticas Anticorrupção são tratadas exclusivamente pela equipe de Compliance da Holding e/ou por consultores externos especializados.

Em todos os casos, no entanto, os apuradores são orientados a conduzir as atividades de apuração respeitando

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a confidencialidade, imparcialidade e independência em suas análises.

**c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.**

O Carrefour Brasil adota procedimentos de avaliação de riscos em processos que envolvem fusões, aquisições e reestruturações societárias e, ainda, nos casos de contratos associativos, incluindo *joint ventures*.

Nesses casos, os riscos avaliados abrangem as categorias de riscos jurídicos e de integridade, ambientais, prediais, de mercado, políticos, financeiros, reputacionais e técnicos e as análises são realizadas por equipe interna (departamento de Compliance) e externa (consultorias e escritórios de advocacia especializados).

De acordo com a Política de Due Diligence de Integridade, o processo de avaliação dos parceiros em operações societárias e contratos associativos é inserido nos fluxos de trabalho e rotinas do emissor, de sorte que, atualmente, todos os processos deste tipo se sujeitam a Due Diligence de Integridade.

**d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Não se aplica.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que estamos expostos.

Em 27 de julho de 2021, o nosso Conselho de Administração aprovou a atualização da nossa Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, conforme detalhado no item 5.1, visando reforçar as diretrizes e responsabilidades relacionadas a este tema.

### **Caso Loja Porto Alegre**

No fim do ano de 2020 e início de 2021, a Companhia reviu seus processos internos e políticas relacionados à gestão de riscos após a tragédia ocorrida no dia 19 de novembro de 2020, na loja Carrefour de Porto Alegre, suscitando no Grupo o desejo de ir além das medidas que já eram adotadas. Destacam-se as medidas abaixo, detalhadamente descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência:

1. Adoção de medidas de tolerância zero ao racismo e à discriminação

2. Transformação radical do modelo de segurança do Carrefour Brasil

3. Divulgação da política de tolerância zero à discriminação

4. Mecanismo de denúncia de preconceito e discriminação

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações que julgamos ser relevantes para este item 5.

**6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	13/08/1980
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Constituída por meio de subscrição particular de ações, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado.
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	18/07/2017

## 6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

Somos uma sociedade anônima, de razão social “Atacadão S.A.” que, hoje, atua com o nome fantasia “Grupo Carrefour Brasil”, constituída em 13 de agosto de 1980, por prazo indeterminado.

Somos controlados indiretamente pelo Carrefour S.A., sociedade controladora do Grupo Carrefour, com sede na França, o segundo maior varejista alimentar da Europa, presente em mais de 30 países, e representamos uma das marcas mais reconhecidas nos formatos de atacado de autosserviço e de hipermercado no Brasil<sup>1</sup>, junto à marca Carrefour.

Apresentamos abaixo a evolução do histórico do Grupo Carrefour Brasil, destacando os principais eventos das histórias das marcas Atacadão e Carrefour:

- Em 1959, o Grupo Carrefour iniciou suas atividades na França, na cidade de Annecy.
- Em 1975, o Carrefour S.A., depois de 16 anos de atividade na França, abriu sua primeira loja brasileira na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, por meio de uma subsidiária, a Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (“CCI”).
- Em 1976, três meses após sua chegada ao Brasil, as atividades foram ampliadas e foi aberta a primeira loja de hipermercado no estado do Rio de Janeiro.
- Em 1980, foi registrado em cartório o “Compromisso Público Carrefour”, que garantia o menor preço ou a devolução da diferença em dinheiro ao cliente, caso outra loja oferecesse o mesmo produto por um preço menor.
- Em 1992 foi iniciado um processo de expansão que permitiu que, até 1999, triplicássemos o número de lojas com a bandeira Carrefour em todo Brasil, com uma média de 6 novas lojas por ano.
- Em 1994, houve uma expansão dos negócios e foi aberto, na cidade de Santo André, estado de São Paulo, o primeiro posto de combustíveis com a bandeira Carrefour.
- Em 1999, foi criado o certificado de “Garantia de Origem do Carrefour”.
- Em 2005, a centésima loja com a bandeira Carrefour foi inaugurada. Neste mesmo ano, a primeira drogaria Carrefour foi aberta na cidade de São Paulo.
- Em 2006, foi lançada a linha de produtos “Linha Viver”, composta por produtos orgânicos, diet e light com a bandeira Carrefour. Neste mesmo ano, iniciaram-se as operações do Banco Carrefour.
- Em 2007, o Carrefour S.A. adquiriu a rede Atacadão, tornando-se um varejista com dois modelos de negócios: varejo e atacarejo.
- Até 2010, o número de lojas de atacado e de autosserviço com a bandeira Atacadão passaria de 34 para 70 e o número de funcionários, de 10.246 para 19.932, quase o dobro.
- Em abril de 2014, foi aberta a centésima loja Atacadão na cidade de Camaragibe, estado de Pernambuco. Seguindo o conceito de proximidade, foi aberta a primeira unidade do Carrefour Express, no bairro do Tatuapé, na cidade de São Paulo.

---

<sup>1</sup> De acordo com uma pesquisa preparada pela ELABE, CSA, em março de 2016.

## 6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

- Em outubro de 2014, a Brepa Comércio e Participação Ltda., holding que até então controlava o Atacadão e o Carrefour, foi incorporada pelo Atacadão, que passou assim a ser uma *holding* mista e a ter, como nome fantasia, Grupo Carrefour Brasil. Como resultado, nossas atividades operacionais foram reorganizadas e passaram a ser desenvolvidas por duas divisões: **(i)** a Divisão Atacadão, responsável pelas atividades do Atacadão; e **(ii)** a Divisão Holding, responsável pelo Carrefour, Banco Carrefour e demais sociedades do Grupo Carrefour Brasil.
- Em dezembro de 2014, a Península II Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento brasileiro com forte histórico e amplo conhecimento do mercado de varejo brasileiro, adquiriu uma participação minoritária em nosso capital.
- Em 2014 foi criado o Instituto Carrefour Brasil, com três linhas de ação principais: inserção no mercado de trabalho, educação para inclusão e geração de renda. Ainda em 2014, foi lançado o Relatório de Sustentabilidade, detalhando as ações do Grupo Carrefour Brasil com relação a ações de responsabilidade social e ambiental, bem como ações com relação a cadeia produtiva.
- Em 2015, depois da abertura da loja número 121 do Atacadão na cidade de Boa Vista, em Roraima, o Grupo Carrefour Brasil conquistou o feito de se tornar o primeiro varejista presente em todos os 26 estados e no Distrito Federal do Brasil, confirmando sua liderança.
- Em 2016, celebramos com Itaú Unibanco S.A., contratos que resultaram na expansão das soluções financeiras fornecidas pelo Banco Carrefour aos nossos clientes. Assim, o Banco Carrefour começou o desenvolvimento de novas soluções financeiras voltadas aos clientes do Atacadão.
- Além disso, no mesmo ano de 2016, o Grupo Carrefour Brasil lançou site de e-commerce para produtos não-alimentares.
- Em 2017, lançamos o e-commerce de alimentos, serviço disponível inicialmente apenas na cidade de São Paulo. Nossa plataforma online é única e fica sob a marca pela qual somos mais conhecidos: Carrefour.com.
- Em 2017, o controlador Grupo Carrefour decidiu realizar a abertura de capital de uma subsidiária integral em bolsa fora do seu país de origem. O IPO na bolsa brasileira (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão) ocorreu em julho 2017, sob o ticker CFRB3 a um preço inicial de R\$15,00, atingindo um volume total R\$ 5 bilhões.
- Em outubro de 2017 foi implementado o programa Meu Carrefour. Juntamente com a sinalização nas lojas, com etiquetas roxas, das promoções relacionadas ao programa, no mesmo ano foi desenvolvida uma ampla gama de soluções digitais pelo Grupo Carrefour Brasil para sua atividade no varejo, o que está formando a espinha dorsal do nosso programa de relacionamento com clientes (CRM Carrefour).
- Outro destaque do ano 2017 foi o lançamento do Cartão Atacadão pelo Grupo Carrefour Brasil, cartão de crédito “co-branded” com benefícios exclusivos para os clientes do Atacadão. Juntamente com o cartão Carrefour, é o único cartão de crédito aceito nas lojas do Atacadão e pode ser utilizado dentro e fora da nossa rede.
- Em 2018 o Grupo Carrefour Brasil adquiriu o controle da e-Mídia, empresa de Foodtech, focada em conteúdo digital que controla os sites Cyber Cook, Vila Mulher e Mais Equilíbrio. A operação visa à integração do conteúdo do Cyber Cook com o nosso e-commerce alimentar através do qual será possível comprar produtos citados nas receitas, assim como acessar receitas do portal ao adquirir alimentos no e-commerce, ampliando o tráfego e a experiência de compra dos nossos clientes.

## 6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

- Outro destaque do ano de 2018 foi a abertura de 20 novas lojas do formato Atacadão, confirmado o novo ritmo de expansão anunciando no início do ano. As aberturas foram bem distribuídas ao longo de ano e gerou 5.000 novos empregos diretos e 5.000 indiretos e contribuiu com o aumento de 13% em nossa área de vendas no segmento de atacado.
- Em janeiro de 2019 foi criada a nova unidade de negócios: o Carrefour eBusiness Brasil (CeBB), com o objetivo de acelerar a transformação digital e alcançar o objetivo de se tornar líder de mercado no segmento de e-commerce de alimentos no Brasil
- Em 2019, o Banco Carrefour lançou, no mês de agosto, seu Marketplace de Seguros e Serviços. A plataforma, que possui um processo de contratação do serviço 100% digital, prioriza o empoderamento do cliente ao permitir que ele selecione o produto desejado, a seguradora que melhor atende sua necessidade e a customização das coberturas, com a comparação entre propostas de diferentes seguradoras. Essa foi a primeira iniciativa do Banco Carrefour em mercado.
- Outros destaques do ano de 2019 foram: (i) a aquisição de 49% da empresa Ewally Tecnologia e Serviços S.A, anunciada no mês de outubro, que plenamente alinhada com a estratégia de digitalização da Companhia deu início à atuação no segmento de conta digital, e (ii) o acordo de parceria comercial com o Grupo Super Nosso, anunciado em outubro, no qual 17 supermercados da Grupo Carrefour Brasil do modelo “Carrefour Bairro” de Belo Horizonte (MG) passaram a ter a gestão e padrão de operação do Grupo Super Nosso. Essa foi a primeira parceria no modelo que teve como objetivo melhoria de eficiência operacional dessas lojas.
- Em 2020 o Grupo adquiriu 29 lojas (sendo 22 lojas próprias e 7 lojas alugadas) e 13 postos de combustíveis operados pelo Makro Atacadista S.A., com localização excelentes e complementares às já existentes lojas do Atacadão, essa transação acelerou ainda mais o nosso ritmo de expansão. Ainda no ano de 2020, o Grupo também adquiriu 51% de participação no capital social da Cotabest Informação e Tecnologia SA., plataforma de ecommerce que possibilitou acelerar o ingresso do Atacadão no canal digital, por meio do lançamento de seu marketplace.
- Conforme o fato relevante divulgado em 24 de março de 2021, a Companhia celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. (“Grupo BIG”) A aquisição expandirá a presença do Carrefour Brasil em seus formatos tradicionais (principalmente Atacado e Hipermercados) em regiões onde tem penetração limitada, como o Nordeste e Sul do país, e que oferecem forte potencial de crescimento e complementaridade geográfica. A aquisição também vai reforçar a presença do Carrefour Brasil em outros formatos nos quais tem presença mais limitada, em particular os supermercados (99 lojas Bompreço e Nacional) e soft discount (97 lojas Todo Dia). Além disso, o Grupo Carrefour Brasil atuará em um novo segmento de mercado com o formato Sam's Club, através de um contrato de licenciamento com o Walmart Inc.. Este modelo de negócios único, premium e voltado para o segmento B2C, é baseado em um sistema de associados e tem um forte foco em produtos de marca própria.

O Grupo BIG detém ativo imobiliário de 181 lojas (47% do total) e 38 propriedades adicionais. A complementaridade dos dois grupos enriquecerá o ecossistema de produtos e serviços do Grupo Carrefour Brasil, e ampliará a sua base de clientes.

A consumação da aquisição ainda está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes usuais em transações desta natureza, tais como (i) a obtenção da aprovação dos acionistas da Companhia da estrutura da operação, em Assembleia Geral Extraordinária; e (ii) a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. Para mais informações, vide item 15.7 deste Formulário de Referência.

## **6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**

Não houve e não há, até a presente data, qualquer pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial ajuizada em face do Grupo Carrefour Brasil.

## **6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

### Visão geral

O Grupo Carrefour Brasil é líder de vendas no varejo alimentar brasileiro considerando todos os segmentos, sendo líder absoluto no segmento de atacado de autosserviço (ou “cash and carry”). Até o final do exercício de 2021, foi o único player do segmento com presença de lojas próprias em todo o território nacional, abrangendo os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. Nossa história de mais de 46 anos no mercado brasileiro fez com que nossas marcas *Atacadão* e *Carrefour* se tornassem reconhecidas nos formatos de atacado de autosserviço e de hipermercado, principalmente pelos nossos investimentos em aberturas de lojas físicas, renovação de galerias, operações de e-commerce, transformação digital e novas parcerias.

Comercializamos tanto produtos alimentares quanto não-alimentares por meio de um modelo de negócios multiformato e omnicanal o qual nos gera valor e, por consequência, uma maior base de clientes com a possibilidade de ter diferentes pontos de contato com eles. Tal modelo é formado por uma rede de lojas físicas composta, em 31 de dezembro de 2021, por 779 pontos de venda, além de uma plataforma de e-commerce própria (1P) e marketplace (3P) com cerca mais de 6,557 parceiros cadastrados e mais de 9,1 milhões de SKUs cadastrados em nosso site. Com foco no delivery de produtos alimentares, em 2019, assinamos uma primeira parceria com a plataforma Rappi, permitindo que nossos clientes façam pedidos com tal plataforma em 34 cidades e em 310 lojas, em 31 de dezembro de 2021. Em 2020, assinamos mais parcerias com aplicativos de last mile delivery, como Cornershop e IFood.

Operamos com diferentes formatos de lojas físicas: atacados de autosserviço e atacados de entrega (ambos *Atacadão*); hipermercados (*Carrefour*), supermercados (*Carrefour Bairro* e *Carrefour Market*) e lojas de conveniência (*Carrefour Express*). Como formatos complementares temos: drogarias e postos de combustíveis, os quais se encontram em áreas adjacentes ou dentro dos nossos hipermercados Carrefour. Temos ainda uma robusta gestão de ativos imobiliários próprios podendo alugar áreas comerciais em shoppings e galerias que são administradas pelo *Carrefour Property Division*, área que auxilia o nosso Grupo a aumentar a conexão de clientes com novas lojas, soluções e serviços aprimorados. Operamos também uma frente de crédito ao consumidor, conduzida através do Banco Carrefour.

Temos uma equipe de gestão altamente qualificada, composta por profissionais experientes e com um sólido histórico de resultados e crescimentos, que está preparada para trazer novas soluções para os desafios do mercado. De 2019 a 2021, apesar das desafiadoras condições macroeconômicas no Brasil, abrimos 118 novos pontos de venda, ao passo que nossa receita operacional líquida cresceu 14% ao ano durante este período.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019, registramos receitas operacionais líquidas consolidadas no valor de R\$ 77.751 milhões, R\$ 71.191 milhões e R\$ 60.064 milhões respectivamente, pós IFRS; um EBITDA Ajustado consolidado de R\$ 5.715 em 31 de dezembro de 2021, R\$ 5.610 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 4.754 em 31 de dezembro de 2019; e lucros líquidos consolidados de R\$ 2.399 em 31 de dezembro de 2021, R\$ 2.758 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 1.927 milhões em 31 de dezembro de 2019, respectivamente. De nossas vendas líquidas consolidadas, a venda de produtos alimentares representou, respectivamente, 85%, 83% e 82%.

### Nossos segmentos

Estamos presentes em 3 grandes segmentos de negócios: Atacado, Varejo e Serviços Financeiros.

#### **Atacado:**

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Sob a bandeira Atacadão, seja em lojas ou por meio do nosso site de e-commerce ([atacado.com.br](http://atacado.com.br)), vendemos principalmente produtos alimentares para consumidores finais, revendedores e transformadores do setor de alimentação que buscam menores preços e grande volume de compras. A bandeira Atacadão está entre as maiores e melhores empresas do seu segmento no país, somando 250 lojas de atacado de autosserviço (incluindo um atacado de autosserviço operando sob a bandeira Supeco na cidade de Sorocaba) e apresentando um faturamento bruto de R\$ 58,9 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R\$ 51,8 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 42,1 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Nossas lojas estão localizadas em grandes e médios centros urbanos e possuem uma área média de vendas de aproximadamente 5.394 metros quadrados e com elas nosso Grupo apresenta acelerado ritmo de aberturas, com mais de 44 lojas abertas no exercício social com término em 31 de dezembro de 2021 e 20 lojas abertas no exercício social anterior. Além destas lojas também apresentamos, em 2021, 33 estabelecimentos de atacados de entrega, dedicados a suprir os pedidos dos nossos maiores clientes *business-to-business* por meio de serviços de entrega de altos volumes de produtos de grande consumo (PGC). Dentro deste segmento, os nossos produtos alimentares representaram 96% de nossas vendas líquidas do Atacadão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 96% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 95% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

### **Varejo:**

Através dos (1) hipermercados, sob a bandeira *Carrefour*; (2) supermercados, sob a bandeira *Carrefour Bairro* e *Carrefour Market*; (3) lojas de conveniência, sob a bandeira *Carrefour Express*; (4) drogarias e postos de combustíveis, sob as bandeiras *Carrefour* e *Atacadão*; e (5) loja online por meio do nosso site de e-commerce ([carrefour.com.br](http://carrefour.com.br)) e do nosso aplicativo *Meu Carrefour*, vendemos produtos alimentares e não-alimentares aos consumidores finais.

(1) Abrimos nossa primeira loja, no Brasil, em 1975. Somos pioneiros no formato de hipermercado e temos 100 unidades deste formato nas principais regiões econômicas do Brasil, com uma área média de vendas de aproximadamente 7.002 metros quadrados. Os nossos hipermercados oferecem uma ampla variedade de produtos alimentares e produtos não-alimentares (aproximadamente 44,789 unidades de manutenção de estoque, ou SKUs), sendo que dentre de produtos alimentares estamos crescendo ano a ano a nossa oferta de produtos marca própria e produtos orgânicos. Os produtos alimentares representam 65,5% de nossas vendas líquidas em hipermercados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 60,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 65,3% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Enquanto, em termos de venda de produtos não-alimentares, o hipermercado é o nosso principal formato, representando 34,5% de nossas vendas líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 39,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 34,7% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(2) Nossos supermercados surgiram no Brasil a partir de 2005 com a bandeira *Carrefour Bairro* e em 2017 criamos o nosso mais novo formato *Carrefour Market* com o objetivo de levar mais conveniência e uma oferta mais completa com alimentos mais frescos ao nosso cliente. Temos 54 supermercados que estão localizados no estado de São Paulo e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Brasília. A bandeira *Carrefour Bairro* tem uma área média de vendas de aproximadamente 1.267 metros quadrados e oferece ampla variedade de produtos alimentares, tendo como foco alimentos perecíveis e serviços de transformação (como açougue, padaria, entre

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

outros), assim como produtos voltados para as necessidades básicas do lar, totalizando até 15.857 SKUs. Por serem estrategicamente localizados, acreditamos que a bandeira Carrefour Bairro oferece uma experiência mais moderna de compra e um melhor nível de atendimento aos consumidores que buscam reabastecimento e reposição semanais em bairros residenciais de alta densidade. Já a bandeira *Carrefour Market*, com abertura de 1 loja em 2021, está localizado na cidade de São Paulo em bairros residenciais verticalizados, possuindo uma área de vendas entre 400 a 600 metros quadrados e garantindo praticidade para compras de reposição semanais ou diárias. Esta bandeira busca proporcionar uma experiência mais prazerosa, com excelência de serviço e variedade adequada de produtos (cerca de 7.174 SKUs) e contribui para os objetivos do Grupo relacionados a transição alimentar oferecendo produtos regionais, frescos e saudáveis. Nestas bandeiras, os produtos alimentares representam 97,2% de nossas vendas líquidas em supermercados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 97,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 95,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(3) Em 2014, implementamos a nossa primeira loja de conveniência sob a bandeira *Carrefour Express* e, em 31 de dezembro de 2019, já contávamos com 144 lojas, instaladas essencialmente em áreas comerciais de grande fluxo de pedestres e em algumas áreas residenciais densamente povoadas na região da grande São Paulo, focando em clientes que necessitam realizar uma compra de emergência ou conveniência. Nossas lojas Carrefour Express possuem uma área de vendas entre 100 a 200 metros quadrados e oferecem uma variedade de produtos essenciais de alta qualidade (aproximadamente 4.197 SKUs), com oferta prática em produtos perecíveis. Os produtos alimentares representaram 98,0% de nossas vendas líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 98,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e 98,4% em 31 de dezembro de 2019. Em 2019 fizemos uma parceria com a Zaitt, uma loja conceito, autônoma (sem funcionários), sem caixas e sem filas, que funciona através do aplicativo da própria loja o qual o cliente deve acessá-lo para entrar na loja, realizar suas compras e também o pagamento. É o primeiro mercado autônomo na América Latina e visa a experiência de compra do cliente através de tecnologia. Hoje desenvolvemos nosso próprio modelo de lojas autônomas e estamos expandindo para dentro de condomínios residenciais.

(4) Como serviços complementares aos nossos consumidores, operamos 77 postos de combustíveis e 121 drogarias, das quais 80 estão na plataforma Rappi, Cornershop e outros aplicativos de last mile delivery, em 31 de dezembro de 2021. Em geral, nossas drogarias estão localizadas nas galerias dos nossos hipermercados e supermercados e em nossas lojas de atacados de autosserviço. Com nossos postos de combustíveis estamos majoritariamente presentes dentro da área de nossos hipermercados *Carrefour* e das nossas lojas de atacado de autosserviço *Atacadão*. Tanto nossas drogarias quanto nossos postos de combustíveis reforçam a atratividade de nossas lojas, principalmente imagem e preço competitivo, aumentando o fluxo das lojas e contribuindo para a fidelização de nossos clientes.

(5) Em 2016, nossa plataforma de e-commerce, *carrefour.com.br*, foi lançada e, em outubro de 2017, lançamos o programa "*Meu Carrefour*", o app e a opção de compras online para alimentos. O *carrefour.com.br* oferece a nossos clientes uma grande variedade de produtos através de uma interface moderna de compras online, e de atendimento pós compra pela internet e por telefone. Nossa plataforma continua a receber avaliações muito positivas das principais entidades brasileiras de pesquisa de satisfação do cliente, como exemplo avaliações da E-bit. A força do nosso e-commerce é intensificada principalmente pela renomada marca *Carrefour*, pela sinergia entre nossas lojas físicas e pelas soluções de crédito que oferecemos ao consumidor por meio do segmento Banco Carrefour, também conhecido como Banco Carrefour. A confiabilidade de nossas

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

operações de e-commerce e a nossa marca atraíram mais de 6.557 parceiros ativos para o nosso *marketplace*, até 31 de dezembro de 2021. Através da nossa própria variedade de produtos e da variedade de produtos dos nossos parceiros de *marketplace*, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, alcançamos um sortimento cadastrado de aproximadamente mais de 4,6 milhões itens no site *carrefour.com.br*. O *marketplace* representou uma média de 23,6% do nosso GMV em 2021.

A tabela a seguir apresenta o número de pontos de venda para cada um dos diferentes formatos dos segmentos de Atacado e de Varejo, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Região	Atacadão <sup>1</sup>		Hiper		Super		Conveniência		Drogarias		Postos de combustíveis		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Norte	23	24	4	4	-	-	-	-	3	3	3	2	33	33
Nordeste	64	64	8	8	-	-	-	-	9	9	4	4	85	85
Sudeste	101	92	71	71	48	47	144	130	92	97	54	55	510	492
Sul	33	29	10	10	-	-	-	-	9	9	9	9	57	57
Centro-Oeste	29	27	7	7	6	6	-	-	8	7	7	7	54	54
<b>Total</b>	<b>250</b>	<b>236</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>54</b>	<b>53</b>	<b>144</b>	<b>130</b>	<b>121</b>	<b>125</b>	<b>77</b>	<b>77</b>	<b>721</b>	<b>721</b>

(1) inclui atacado de autosserviço e atacado de entrega.

(2) inclui um atacado de autosserviço operando sob a bandeira Supeco.

Exclusivamente para o segmento de Varejo, temos a nossa área de *Property Division* que administra uma área bruta alugável, ou ABL, de aproximadamente 279 mil metros quadrados do nosso portfólio de imóveis e que é responsável pela gestão de aproximadamente 2.159 locatários dentro das nossas 141 galerias e três shoppings. Ao final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020, 31 de dezembro de 2019 nossa *Property Division* contava com uma receita operacional líquida de R\$214 milhões, R\$ 173 milhões e R\$ 173 milhões, respectivamente, derivada da locação dos nossos imóveis.

### Serviços financeiros:

A bandeira Banco Carrefour foi lançada em 2007 a qual temos 51% do capital social da instituição financeira criada, sendo o Itaú Unibanco nosso acionista estratégico. Com o Banco Carrefour, oferecemos aos nossos consumidores soluções de crédito ao consumidor crédito ao consumidor e seguros de produtos através de cartões de crédito co-bandeirados *Carrefour*, desde 1989, e *Atacadão*, desde 2017. Este segmento nos auxilia nas operações de varejo com soluções de pagamento, ofertas diferenciadas de crédito e descontos em produtos de forma a alavancar as nossas vendas, tráfego e fidelização de clientes. De acordo com a Card Monitor, no terceiro trimestre de 2021, o Banco Carrefour era o sexto maior banco em volume de emissão de cartões, sendo este um mercado controlado pelos principais bancos privados e públicos em atividade no Brasil. Em conjunto com o Banco Carrefour nos tornamos o único grande varejista com operação própria de cartão de crédito no setor de varejo alimentar brasileiro. Nossos cartões, sob as bandeiras Carrefour e Atacadão, são aceitos em todas as nossas lojas, nossos cartões de crédito Atacadão começaram a ser oferecidos no começo de 2017 e, ao final de outubro deste mesmo ano já era oferecido em todas as lojas, levando ao break even já em 2018.

Ainda no segmento de soluções financeiras, em outubro de 2019 adquirimos 49% da fintech Ewally entrando no mercado de contas digitais, o que representa novos passos na estratégia que visa construir um ecossistema interconectado para impulsionar o crescimento com rentabilidade. Esta parceria no segmento de serviços financeiros digitais permite ao Grupo Carrefour Brasil ampliar as soluções aos públicos B2C e B2B com um ecossistema de pagamentos e distribuição de produtos e serviços digitais ao redor do Brasil. A empresa Ewally destaca-se pela tecnologia avançada e uma ampla cesta de serviços já em operação, que tem como foco

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

principal proporcionar uma nova experiência de uso do dinheiro, principalmente para a população que não tem acesso ao sistema financeiro. Além da conta digital que acontecerá por meio de um aplicativo, esta fintech também permitirá aos clientes do Grupo pagar contas, transferir dinheiro, realizar cobranças e recargas.

A tabela a seguir apresenta as principais informações financeiras consolidadas, para os períodos indicados:

<b>Dados financeiros consolidados:</b>				
<i>Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro</i>				
	<b>Pós IFRS16</b>			<b>Pós IFRS16</b>
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Variação 2021/2020</b>
Receita operacional líquida	77.751	71.191	60.064	9%
Vendas líquidas	73.552	67.640	56.519	9%
Atacado	53.595	47.058	38.22	14%
Varejo	19.957	20.582	18.299	-3%
Outras receitas	4.199	3.551	3.545	18%
Passivo circulante	29.076	24.720	20.059	18%
Passivo não-circulante	11.452	10.059	10.148	14%
Lucro bruto	14.876	13.918	12.449	7%
Margem bruta <sup>1</sup>	20,23%	20,58%	22,00%	0,3 p.p
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	5.715	5.610	4.754	2%
Margem EBITDA Ajustada <sup>3</sup>	7,77%	8,29%	8,40%	0,5 p.p
Lucro líquido (atribuível aos acionistas controladores)	3.144	2.671	1.013	18%
Margem do lucro líquido <sup>4</sup> (atribuível aos acionistas controladores)	4,27%	3,95%	1,80%	-0,3 p.p.
Lucro líquido ajustado <sup>5</sup> (atribuível aos acionistas controladores)	2.399	2.758	1.927	-13%
Margem do lucro líquido ajustado <sup>6</sup> (atribuível aos acionistas controladores)	3,26%	4,08%	3,40%	0,8 p.p

- (1) Calculamos a margem bruta como o lucro bruto dividido pelas vendas líquidas para o período relevante, expresso em porcentagem.
- (2) Calculamos o EBITDA Ajustado como o “Lucro líquido do exercício” (ou período) ajustado pelo “Resultado financeiro líquido”, pelo “Imposto de renda e contribuição social” e pela “Depreciação e amortização” (incluindo depreciação e amortização logísticas incluídas nos custos de venda) e excluindo outras receitas e despesas (compreendendo perdas ou ganhos na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a demandas judiciais, e o reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores). Calculamos o EBITDA Ajustado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido ou como uma medida de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA Ajustado não tem um significado padronizado, e nossa definição pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. Para uma conciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado do respectivo período, vide o item 3.2 deste formulário de referência.

**7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas**

- (3) Calculamos a margem EBITDA Ajustado como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas para o período relevante, expressa em percentual.
- (4) Calculamos a margem de lucro líquido como o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores dividido pelas vendas líquidas para o período relevante, expressa em porcentagem.
- (5) Calculamos o “Lucro Líquido ajustado como o “Lucro Líquido do exercício” (ou período) ajustado pelo saldo de outras receitas e despesas (compreendendo perdas ou ganhos na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a demandas judiciais, e o reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores), acrescido ou reduzido dos respectivos impactos na rubrica de receitas e despesas financeiras relativas a itens que no nosso entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em nossos resultados e acrescido ou reduzidos dos impactos dos respectivos impactos na despesa de imposto de renda do exercício. O Lucro líquido ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido ou como uma medida de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O Lucro líquido ajustado não tem um significado padronizado, e nossa definição pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas.
- (6) Calculamos a margem de lucro líquido ajustado como o lucro líquido ajustado atribuível aos acionistas controladores dividido pelas vendas líquidas para o período relevante, expressa em porcentagem

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

### Nossos pontos fortes

Acreditamos que as conexões do ecossistema Carrefour Brasil nos levam a ter vantagens competitivas que nos diferenciam dos nossos concorrentes e que contribuem para o nosso sucesso, são elas:

#### ***Liderança em termos de vendas no varejo alimentar brasileiro***

Com bandeiras reconhecidas pelos consumidores e lojas por todo o território nacional, o Grupo Carrefour Brasil apresenta muitas oportunidades regionais com melhores condições de compras e sinergias do que outros players. A sólida presença nacional e a acelerada expansão do Grupo nos traz um consistente crescimento de market share em determinados estados, principalmente pelo nosso histórico operacional e financeiro acima dos nossos concorrentes durante os últimos anos. O Grupo Carrefour Brasil tem relações robustas e estratégicas com fornecedores que, por sua vez, nos permitem entregar aos nossos consumidores uma oferta diferenciada de produtos junto com preços altamente competitivos.

Até 31 de dezembro de 2021 detínhamos 779 pontos de venda com presença em todos os 26 Estados brasileiros e no Distrito Federal. Logo no início do exercício de 2020, foi anunciado o compromisso de compra de 30 lojas Makro a serem convertidas para a bandeira Atacadão e 14 postos de combustíveis operados pelo Makro, tal operação se concretizou após a aprovação do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) ainda no exercício de 2020, mais uma vez reforçando a liderança de vendas do Grupo Carrefour Brasil, desta vez com um avanço de 1 ano e meio na expansão previamente prevista para a bandeira Atacadão.

Conforme o fato relevante divulgado em 24 de março de 2021, a Companhia celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. ("Grupo BIG"). Em continuidade, em 28 de abril de 2022, a Companhia divulgou outro fato relevante informando a aprovação, pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de abril de 2022, da consumação de tal aquisição. Em 19 de maio de 2022, a operação foi aprovada (com condição suspensiva) em Assembleia Geral Extraordinária. A aquisição expandirá a presença do Carrefour Brasil em seus formatos tradicionais (principalmente Atacado e Hipermercados) em regiões onde tem penetração limitada, como o Nordeste e Sul do país, e que oferecem forte potencial de crescimento e complementaridade geográfica.

A aquisição também vai reforçar a presença do Carrefour Brasil em outros formatos nos quais tem presença mais limitada, em particular os supermercados (99 lojas Bompreço e Nacional) e *soft discount* (97 lojas Todo Dia). Além disso, o Grupo Carrefour Brasil atuará em um novo segmento de mercado com o formato Sam's Club, através de um contrato de licenciamento com o Walmart Inc. Este modelo de negócios único, premium e voltado para o segmento B2C, é baseado em um sistema de associados e tem um forte foco em produtos de marca própria.

O Grupo BIG detém ativo imobiliário de 181 lojas (47% do total) e 38 propriedades adicionais. A complementaridade dos dois grupos enriquecerá o ecossistema de produtos e serviços do Grupo Carrefour Brasil, e ampliará a sua base de clientes.

O grupo Carrefour Brasil identificou ainda potenciais de sinergia significativos após a operação, tais como: (i) ganhos relacionados à maior densidade de vendas e alinhamento de margens para aumentar a rentabilidade das lojas. Esses ganhos irão se materializar após a conversão das lojas BIG, BIG Bompreço e Maxxi para as bandeiras Carrefour e Atacadão, que possuem a melhor oferta comercial em seus respectivos segmentos; (ii) receita relacionada à oferta de serviços financeiros do Banco Carrefour no escopo das novas lojas, alavancando a proposta de valor única do Grupo Carrefour Brasil (cartões de crédito, carteira digital, terminais de pagamento B2B e crédito); (iii). aceleração do crescimento das ofertas digitais do Grupo Carrefour Brasil (e-commerce

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

alimentar e não alimentar, marketplace B2C e B2B, parcerias para serviço de entrega rápida, etc.) por meio da base de clientes do Grupo BIG e sua rede; e (iv) otimização de custos e despesas indiretas, além de maior eficiência na cadeia de suprimentos.

Embora a aquisição tenha sido aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em 19 de maio de 2022, a consumação da aquisição ainda está condicionada às demais condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças (*Share Purchase, Merger Agreement and Other Covenants*), celebrado em 23 de março de 2021.

Nossa posição de liderança, escala, rotatividade de produtos e estreita relação com fornecedores no Brasil contribuem positivamente para o crescimento constante das vendas e da rentabilidade dos negócios do Grupo. Especialmente quando falamos do setor varejista alimentar, que comprovou ser bastante resistente às crises econômicas.

### **Forte sinergia entre serviços financeiros e operação das lojas do Grupo**

O Grupo Carrefour Brasil tem um maior valor agregado ao consumidor por ser o único grande varejista com equipe própria para controle do seu segmento de serviços financeiros, apresentando alinhamento preciso entre a política comercial das nossas lojas e do nosso banco. Controlamos uma operação de crédito ao consumidor atuando de forma integrada com os nossos segmentos de Varejo e Atacado, oferecendo cartões de crédito Atacadão (2017) e Carrefour (2018). Com nossa natureza simbiótica, entregamos uma proposta de valor mais completa ao consumidor, desenvolvendo e implementando promoções de venda com forte foco em suas necessidades reais, acompanhadas por soluções de pagamento e crédito, cujo objetivo é aumentar a fidelização com uma maior satisfação do cliente. Nossa atividade de crédito ao consumidor possui uma equipe de gestão qualificada e totalmente dedicada, com comprovada experiência neste ramo de atividade. Adotamos o que acreditamos ser as melhores práticas de gestão de riscos e análise de crédito, que foram reforçadas ainda mais pelo investimento do Itaú Unibanco no Banco Carrefour em 2012. Ter uma parceria com um dos maiores bancos do Brasil, e o principal operador de cartão de crédito ao consumidor no país, permite-nos ter acesso a seu know-how de análise de crédito e conhecimento do setor brasileiro de cartões de crédito.

Com o Banco Carrefour, propomos: (a) diferentes formas de financiamento (planos de parcelamento) para consumidores que usam nossos cartões de crédito em compras de produtos não-alimentares em nossas lojas e em nossa plataforma de e-commerce, (b) programas de desconto exclusivos como o programa “usou zerou” (2019), programa do Carrefour que oferece isenção de anuidade para clientes que comprarem em qualquer formato do Grupo ao menos uma vez por mês e nos trouxe um aumento de faturamento on-us de 10,5% durante o ano (c) prazos de pagamento estendidos em nossos postos de combustíveis. Em complemento, o cartão de crédito Atacadão, com débito diferido, pode ser utilizado em todas as nossas lojas de atacado de autosserviço e varejo juntamente com o cartão Carrefour que são os únicos cartões de crédito aceitos nas nossas lojas com bandeira Atacadão até pelo menos o fim de 2020, movimento que nos permite desde 2018 aumentar nossa base clientes, incluindo aqueles que consumiam em atacarejos concorrentes com o cartão Carrefour.

Como exposto, em 2019 adquirimos 49% da fintech E-Wally, mais uma vez aumentando a sinergia dos nossos serviços financeiros e lojas. Esta é uma grande oportunidade para facilitar a vida dos nossos clientes e oferecer soluções para pessoas que ainda não têm conta bancária. Diferente de outros players do mercado, o Grupo Carrefour Brasil oferecerá crédito e acesso a outros serviços, que antes eram impossíveis de conseguir para muitos brasileiros, via contas digitais. O Grupo também oferecerá serviços de adquirência para clientes profissionais mantendo suas operações de fluxo de caixa em uma plataforma de pagamento integrada ao

## **7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas**

Carrefour Soluções Financeiras, que por sua vez poderá ofertar com maior segurança e rapidez mais crédito a estes profissionais, e ainda tendo um maior conhecimento dos seus hábitos de compras e de seus recebíveis.

### ***Contínua expansão da base de cliente e de nossos pontos de contato por meio de plataformas multiformato e omnicanais***

O Grupo Carrefour Brasil apresenta uma integração cada vez maior entre a rede física de lojas e a plataforma de e-commerce, alavancada pelo Carrefour Soluções Financeiras. Temos um ecossistema dinâmico e interconectado que recebe contínuos investimentos em tecnologias digitais e serviços omnicanais. Desde 2017, frequentemente aprimoramos nosso programa de CRM para identificar nossos clientes e poder tratá-los de maneira cada vez mais personalizada. No ecossistema Carrefour criamos diversos pontos de retirada de pedidos online em nossas lojas, assim como desenvolvemos opções de pagamento digital e unificamos a nossa central de atendimento para facilitar a jornada de nossos clientes e aumentar sua fidelização conosco. No exercício de 2019, vale ressaltar que nosso serviço de atendimento ganhou reforço com a introdução da Carina, nossa assistente virtual do Carrefour, que está preparada para atender as ligações de nosso call center, responder mídias sociais e conversar via Whatsapp. Em 2019 iniciamos uma parceria com a empresa Rappi, com o intuito de agilizar a entrega dos nossos pedidos de e-commerce alimentar. Ao longo de 2020 e 2021 continuamos expandindo o nosso parque de lojas através da expansão orgânica principalmente dos formatos de Atacado e lojas de proximidade (lojas autônomas em condomínios) e continuamos expandindo as parcerias com outros aplicativos de last mile e delivery para agilizar ainda mais a entrega de nossos produtos.

Temos diferentes formatos e diferentes canais de aproximação, do off-line ao online, e oferecemos ao consumidor do Grupo Carrefour Brasil uma experiência agradável com maior variedade de produtos alimentares e oferta de produtos não-alimentares, a qual nos gera um maior ticket médio e um maior índice de fidelização diante de nossas bandeiras. De acordo com pesquisas internas de imagem de marca, nossos consumidores têm nos reconhecido pela qualidade e variedade do nosso sortimento, pela experiência de compra e pelos serviços oferecidos no momento da venda. Especificamente para o Atacadão, somos também reconhecidos pelos nossos preços e promoções. A força das nossas marcas é um diferencial para a expansão da nossa estratégia omnicanal que tem cada vez mais diferentes pontos de contato com um mesmo cliente que tem apresentado ticket médio cada vez maior.

### ***Criação de valor através do modelo de ativos imobiliários próprios que geram maior controle e estabilidade dos lucros***

Nosso modelo de ativos imobiliários próprios nos garante: (a) ocupação dos imóveis de forma segura e com total controle sobre os principais custos de ocupação; (b) flexibilidade sobre o design e layout de nossas lojas, incluindo a definição do *mix* das galerias dentro de nossos hipermercados e supermercados a qualquer momento; e (c) total poder de tomada de decisão sobre as oportunidades de desenvolvimento do imóvel, resultando na capacidade de capturar por completo o valor potencial dos imóveis. Este modelo nos permite aumentar a atratividade da loja para os consumidores e, portanto, melhorar o movimento de consumidores ao local através da otimização dos nossos espaços. Nos últimos anos, implantamos diversos projetos de desenvolvimento imobiliário com o objetivo de explorar o potencial dos nossos imóveis. Apenas a título exemplificativo, o Carrefour inaugurou em 2017, em São Paulo (SP) o Jardim Pamplona Shopping, que tem mais de 18 mil metros quadrados de área bruta locável (ABL), distribuídos em cinco pavimentos. O empreendimento possui mais de 80 lojas de segmentos variados, incluindo algumas âncoras, uma praça de alimentação com diversas opções de *fast food*, um original *food park*, que oferece oito contêineres itinerantes de diversas opções gastronômicas, e um terraço gourmet com vista para o Parque Ibirapuera.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

Neste empreendimento está o hipermercado *flagship* do Carrefour no Brasil. A loja conta com uma área média de vendas de mais de 5.600 metros quadrados com vasto sortimento (com mais de 25.000 SKUs), que privilegia os produtos frescos, inclusive pelas paredes de vidro para acompanhar a produção em loja. O hipermercado reflete a evolução do modelo desenvolvido pela companhia nos últimos anos e reúne as melhores experiências do conceito Nova Geração, além de agregar uma nova seleção de produtos, serviços especializados e tecnologias, como self-checkout, sortimento estendido do e-commerce e entrega em domicílio. Além deste empreendimento, ainda a título exemplificativo, por conta da flexibilidade que o nosso modelo de ativos imobiliários nos traz, a expansão da omnicanalidade do Grupo é facilitada, principalmente por conta dos nossas 57 lojas com in store picking junto com nossos 775 pontos de contato com nossos clientes para entrega a domicílio. Conforme tabela a seguir, somos proprietários de grande parte das lojas de atacado de autosserviço e de varejo que operamos:

<i>Quantidade de Lojas</i>	<b>Total</b>	<b>Próprias</b>	<b>Alugadas</b>
<b>Total Atacadão</b>	283	217	66
Atacado de Autosserviço	250	195	55
Atacado de entrega	33	22	11
<b>Total Varejo</b>	279	78	201
Hipermercados	100	71	29
Supermercados	54	6	48
Conveniência	125	1	124

### ***Compromisso com o crescimento do Grupo por uma equipe altamente qualificada e apoiada pelo know-how dos acionistas***

Contamos com uma equipe interna de gestão composta por profissionais experientes com uma média de 12 anos de experiência nos setores de Varejo e de Atacado e com um histórico comprovado de resultados excepcionais em crescimento, lucratividade e eficiência operacional. Esta equipe altamente qualificada se mostra complementar devido aos seus diferentes skills adquiridos com vivências singulares, incluindo experiências em cargos dentro de afiliadas do Grupo Carrefour ao redor do mundo. Nossa administração construiu uma cultura de excelência operacional e excelência na experiência ao consumidor. A experiência e o compromisso da nossa equipe de gestão representaram fatores críticos no crescimento e sucesso dos nossos negócios nos últimos anos, apesar das recentes condições macroeconômicas desafiadoras. Nosso novo Diretor-Presidente do Grupo Carrefour Brasil, Stéphane Maquaire, se juntou ao grupo Carrefour em 2021. Formado em Engenharia pela Ecole Nationale des Ponts et Chaussées, Stéphane tem quase 25 anos de experiência. Iniciou sua carreira trabalhando na Arthur Andersen com auditoria contábil e financeira em diversos setores. Em 2008, passou a trabalhar diretamente com o setor de varejo, sendo nomeado COO da divisão de Shopping Centers da Uniball-Rodamco. Desde então, trabalhou para empresas como Monoprix, Vivarte e Manor. Em julho de 2019, foi nomeado CEO do Carrefour Argentina, onde liderou com sucesso um plano de transformação, com foco no cliente e na estratégia digital, levando a melhorias significativas no desempenho financeiro da empresa, aumento substancial da satisfação do cliente e consolidação da liderança, com ganhos significativos de market share e aceleração no e-commerce. Stéphane é um CEO especializado em varejo com amplo conhecimento de imóveis comerciais. Ao longo de sua carreira, Stéphane demonstrou coragem e determinação, além de grande agilidade em situações

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

complexas. Não hesita em correr riscos e enfrentar novos desafios, em continuar a aprender e a juntar as suas competências para ajudar as empresas a evoluir.

Temos também apoio-chave dos nossos acionistas. O Carrefour S.A., nosso acionista controlador e maior varejista da Europa em termos de vendas, contribui significativamente para os nossos resultados, principalmente pelo seu sólido conhecimento sobre o setor varejista em mais de 30 países. Atualmente, temos acesso a um vasto leque de melhores práticas do nosso acionista referente a diferentes áreas de nossa corporação, envolvendo desde modelos comerciais e formatos de loja, até capacidades adicionais de gestão de relacionamento com os consumidores (CRM). Em parceria com o time de executivos especialistas do Carrefour S.A. podemos aprimorar de maneira mais eficiente nossas estratégias locais, englobando desde estratégias digitais até estratégias internas de recursos humanos. Não somente acionistas grandes são importantes para nosso progresso, desde 2014 nosso investidor minoritário, Península II Fundo de Investimento em Participações, um fundo de investimentos brasileiro com forte experiência no varejo e amplo conhecimento do mercado varejista local, desempenha um papel crucial ao compartilhar conosco o seu *know-how* sobre o varejo brasileiro e ao nos ajudar em discussões estratégicas relacionados ao crescimento e à rentabilidade dos nossos negócios.

Buscando à potencialização e uma aceleração da transformação digital, conectamos a nossa plataforma de e-commerce à nossa estratégia de omnicanalidade e transformação digital e já conseguimos responder mais rápido às mudanças do comportamento do consumidor que hoje busca por entregas mais rápidas de pedidos e por produtos com qualidade a um bom custo benefício. Junto com esta nova área, não somente trazemos novas soluções para desafios que identificávamos na jornada de compra do nosso consumidor, como também olhamos além, fortalecendo cada vez mais nosso relacionamento com diferentes parceiros estratégicos, como Rappi, Cornershop, Propz, Zaitt, CyberCook, entre outros.

### **Nossa estratégia**

Como líder do mercado de varejo alimentar brasileiro, conectamos diferentes clientes por meio do nosso ecossistema. Nosso objetivo, dentro deste ecossistema, é elevar a imagem das bandeiras do Grupo ao aumentar o nosso valor percebido e ao intensificar nossa marca por meio de novas lojas e de uma oferta ainda mais adequada de sortimento, qualidade e preço. Desta forma, buscamos prioritariamente:

#### ***Expandir formatos de alto desempenho, potencializando a nossa presença nacional e liderança***

Buscamos avançar continuamente com a expansão do nosso parque de lojas e abriremos um número significativo nos próximos anos, nos beneficiando da demanda e do crescimento potencial de regiões brasileiras, bem como das mudanças demográficas urbanas e relacionadas aos hábitos do consumidor. Pretendemos acelerar os nossos investimentos, privilegiando essencialmente os formatos de alto retorno e rápido crescimento: atacado de autosserviço e varejo de proximidade junto com e-commerce. A título exemplificativo, abríamos de 10 a 12 lojas por ano sob a bandeira Atacadão e desde o exercício social de 2018 temos como plano abrir ao menos 20 novas lojas orgânicas anualmente, duplicando nossa aceleração. Entendemos que não só devemos acelerar, mas que também devemos ter um modelo vencedor adaptável a menores cidades brasileiras para manter uma liderança rentável, e por esse motivo, desenvolvemos modelos de lojas com aproximadamente 6.000 m<sup>2</sup> sendo que a cerca de 5 anos atrás abríamos lojas de 8.000 m<sup>2</sup>.

Vale ressaltar que além de nossa ampliação orgânica de nosso parque de lojas, quando falamos de expansão também incluímos o assunto de parcerias e aquisição de players que poderão nos ajudar a ampliar nossa capilaridade conquistando novas praças e conseqüentemente novos consumidores. Em 2020, realizamos a compra de 29 lojas do Makro que apresentam forte complementariedade com o parque de lojas Atacadão e que serão convertidas ao modelo do nosso Grupo. Estas 29 lojas se encontram em pontos extremamente

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

privilegiados ao redor do país, especialmente pelo fato de que a bandeira Makro era líder atacadista no país antes da forte expansão do Grupo Carrefour Brasil.

Em março de 2021, o grupo deu também um grande e importante passo em relação à sua estratégia de expansão com a aquisição do Grupo BIG Brasil S.A e de todo o seu ativo de lojas e clientes, cuja aprovação se deu (com condição suspensiva) na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e na Assembleia Geral do Grupo Big, ambas realizadas em 19 de maio de 2022. Todavia, a conclusão da Operação, conforme já exposto, ainda depende do cumprimento (ou renúncia, conforme aplicável) demais condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças (*Share Purchase, Merger Agreement and Other Covenants*), celebrado em 23 de março de 2021. Em outubro de 2019, o Grupo Carrefour Brasil anunciou uma parceria com foco na regionalização de 17 supermercados Carrefour Bairro em Minas Gerais que serão operados com a bandeira Super Nosso, ou seja, as lojas continuam fazendo parte do parque de lojas do Carrefour, porém toda a gestão das unidades seguirá os padrões de operação da rede local com o intuito de levarmos aos consumidores mineiros uma experiência de compra diferenciada e que atenda às suas preferências locais.

### ***Aprimorar a experiência do consumidor fortalecendo as conexões do nosso ecossistema***

Visamos facilitar a jornada dos nossos consumidores ao oferecê-los unidades de negócios extremamente interligadas e complementares, desde uma rede de lojas físicas e plataforma online a um banco próprio, que por sua vez é um braço financeiro essencial para a estratégia do nosso ecossistema. Somos o único grande varejista com um banco próprio e devido a ele temos a oportunidade de criar diferentes sinergias dentro do Grupo Carrefour Brasil, agregando valor aos nossos consumidores a partir de uma maior proximidade gerada através de estudos da nossa rica base de dados. Ano após ano, fidelizamos cada vez mais os nossos clientes e por esse motivo temos uma integração entre nossas lojas físicas e online cada vez mais intensa, buscando garantir a todo instante e em qualquer lugar a melhor oferta para nosso cliente identificado. Seguiremos expandindo nossas atividades online e serviços relacionados, para nos tornarmos líderes do e-commerce de alimentos, oferecendo aos clientes um serviço omnicanal cada vez mais confiável com uma ampla oferta de serviços: clique e retire, retire de carro ("Drive"), entrega em domicílio, sortimento estendido e outras experiências a serem anunciadas.

Dito isso, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossos serviços de entrega rápida estavam disponíveis em 775 pontos de venda e em 34 cidades; Não-alimentar: 110 Clique & Retire; 54 Drives e Clique & Retire alimentar. Outro ponto a ser mencionado é que, em busca de fomentar o e-commerce alimentar brasileiro, encerramos o exercício de 2021 com 57 lojas com picking in store substituindo o modelo *side store* para entrega do e-commerce alimentar e simplificando a operação.

Adicionalmente, aspirando uma alta identificação de clientes, desde o lançamento do Meu Carrefour, em outubro de 2017, aumentamos de forma significativa o percentual de clientes identificados em nossa base de dados. Antes do programa tínhamos menos de 40% de identificação e em 31 de dezembro de 2020 já havíamos atingido 90% e em 2021, 70%.

Em outubro de 2020 lançamos o programa de fidelidade Minhas Recompensas, que nos traz mensalmente vendas incrementais e, se comparado ao mesmo período do ano anterior, identificamos que a base instalada de celulares com aplicativo Meu Carrefour se duplicou. Nossa base de clientes que já se cadastraram no Carrefour aumentou de 21 milhões em 2020 para 22 milhões em 2021.

O Carrefour continua aperfeiçoando a sua base de dados, coletando informações operacionais relevantes dos clientes, dentro dos critérios e regulamentos estabelecidos pela LGPD, fortalecendo os relacionamentos, com o intuito de aumentar a fidelização dos seus clientes. Para aprimorar ainda mais a experiência do cliente, com a aquisição da empresa e-Mídia, que gerencia o site [www.cybercook.com.br](http://www.cybercook.com.br), parceiro que promove diversas receitas em uma página da web, em 2018 agregamos oportunidades tanto de marketing quanto de vendas,

## **7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas**

viabilizando a promoção da nossa marca e nossos produtos através da implementação do botão de compra, que leva o consumidor, de dentro da receita, diretamente ao nosso site para comprar os ingredientes necessários para as receitas anunciadas no site, recurso que foi adicionado em setembro de 2019. Também em 2019 criamos o link do “Aproveite o que sobrou da receita” através do qual incentivamos a redução de desperdício mostrando opções para aproveitar ingredientes que sobraram.

Por último, mas não menos importante, temos a intenção de alavancar o nosso marketplace e evoluir a nossa plataforma de e-commerce alimentar como Grupo Carrefour Brasil. Dessa forma, a título exemplificativo vemos o Atacadão entrando em nossa expansão omnicanal ao adquirir, em 2020, 51% de um marketplace que reúne os maiores fornecedores e atacadistas do Brasil e que permite ao usuário cadastrado comparar preços e realizar suas compras sem intermediários. Em 2021 o marketplace do Carrefour implementou o portal do seller para que o mesmo possa ter mais autonomia ao realizar promoções sem precisar de interação humana e mudança de da plataforma para a Vtex onde a companhia passa a ter tecnologias que permitem escalar ainda mais o 3P.

### ***Aprimorar a excelência operacional e atendimento ao consumidor com programas de produtividade e competitividade***

A excelência da execução e a melhoria contínua da operação é essencial para o nosso negócio. Com a melhora da nossa operação, queremos ter ganhos de produtividade em nossas lojas e funções de suporte, gerando uma melhor experiência de compra ao cliente e impactando diretamente no aumento de sua frequência de compra, o que alavanca os nossos resultados operacionais e nosso fluxo de caixa. Como iniciativas para alcançar esta melhora, temos: (1) o aumento de produtividade em loja com a melhoria na qualidade de atendimento e redução de custos, exercendo rígido controle sobre nosso número de funcionários, despesas de frete e despesas gerais; (2) a otimização das compras diretas; (3) o aumento da eficiência operacional da cadeia de suprimentos junto com a adaptação ao novo mix de formatos, que visa prioritariamente aumentar a disponibilidade de produtos nas prateleiras e reduzir os níveis de estoque, melhorando a gestão de produtos perecíveis; (4) a racionalização das compras indiretas aproveitando as economias de escala e *benchmarks* internos do Grupo e (5) a simplificação das estruturas de matriz para reduzir os custos de *overhead*. Nossos investimentos futuros serão cada vez mais seletivos e eficazes, focando nas ambições de transformação. Além disso, a fim de melhorar a geração de caixa, implantaremos uma gestão ativa da necessidade de capital, principalmente por meio da otimização dos níveis de estoque. Em 2021 tivemos uma melhora em nossos indicadores de NPS em todos os nossos formatos (hipermercado, supermercado, conveniência e atacado) em relação à 2020. Para nossos formatos de varejo também encerramos 2021 com a percepção de nossos clientes de que somos melhores que nossos concorrentes, conforme pesquisas internas.

### ***Consolidar a liderança na transição alimentar oferecendo a todos os nossos clientes, em qualquer dia e lugar, alimentos confiáveis e de qualidade a um preço justo***

Uma das bases do plano de transformação Carrefour 2022, anunciado pelo Grupo Carrefour em janeiro de 2018, é o pilar de liderança nos processos de transição alimentar. Temos como compromisso conquistar a confiança do consumidor ao garantir a qualidade e procedência dos nossos produtos, o sabor e a saudabilidade, os preços acessíveis e a disponibilidade onde e quando eles quiserem. O pilar de transição alimentar é de grande importância para nós, pois o coração do nosso negócio é a distribuição de alimentos e vemos que a busca por alimentos tem se transformado. Assim, para materializar este pilar, em outubro de 2018 lançamos a campanha “Act for Food” ([www.actforfood.carrefour.com.br](http://www.actforfood.carrefour.com.br)) que concretiza a transição alimentar do Grupo em uma oferta para o consumidor.

Por ser um assunto de grande importância, demos prioridades a algumas ações para os próximos anos, são elas: 1) o desenvolvimento de produtos com garantia de origem e rastreabilidade via QR code, 2) a valorização de produtos e produtores locais trazendo maior frescor ao nosso portfólio, 3) a expansão e democratização dos produtos orgânicos com aumento do nosso sortimento junto ao desenvolvimento de um corredor saudável dentro

## **7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas**

de nossos hipermercados 4) desenvolvimento de nossas marcas próprias que também amplia nosso sortimento 5) nossas parcerias com fornecedores adotando as opções de compra com o melhor custo-benefício. Como resultado, em 2020 tivemos corredores de alimentos saudáveis presentes em 98 dos 100 hipermercados, incremento de aproximadamente 1,360 SKUs de produtos orgânicos e saudáveis 2.139 SKUs de produtos de marca própria.

### ***Fortalecer nossos funcionários com uma cultura mais ágil, retendo e atraindo diferentes talentos que são parte essencial do nosso ecossistema***

Encerramos 2021 com cerca de 100,500 funcionários somando as três unidades de negócio. Nossa equipe sustenta a diversidade do nosso negócio, ela age com colaboração, responsabilidade e paixão, cuidando da nossa gente e de todos os detalhes para encantar o nosso cliente. Buscamos sempre melhorar nossas relações com os colaboradores. A partir destes valores, juntos todos os nossos colaboradores visam tornar o Grupo Carrefour Brasil o varejista mais querido e preferido do Brasil, reconhecido pela sua excelência e inovação, com uma equipe que atua de forma colaborativa, responsável e apaixonada, cuidando de cada detalhe para o prazer dos nossos consumidores. Temos uma cultura corporativa focada em resultados por meio de metas bem definidas, encorajando a atração e integração de talentos, o trabalho em equipe, a capacitação com responsabilidade, a meritocracia e a diversidade.

A Companhia já outorgou 2 programas de LTI (long term incentives) aos seus executivos chave: 1) plano de ações do Grupo (França), em fevereiro; e 2) plano de stock options (Brasil), em setembro, atualizado em 2020 para incluir possibilidade de outorga de ações restritas aos respectivos beneficiários, conforme determinados termos e condições, alinhando as práticas de incentivo de longo prazo adotadas pela Companhia com as proporcionadas pelo Grupo Carrefour a seus integrantes no exterior. Nossa área de Recursos Humanos reforça diariamente a nossa cultura, visando garantir o desenvolvimento de todos os nossos profissionais, que são altamente talentosos e, conseqüentemente, consolidando a nossa posição de liderança nos segmentos de Atacado e de Varejo no Brasil.

### **Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças**

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

## **7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**

### **(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

### **(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

### **(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que não somos uma sociedade de economia mista.

## 7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

### a. produtos e serviços comercializados

#### Nossos Produtos

O nosso portfólio de produtos alimentares e não-alimentares contempla marcas líderes nacionais e internacionais para cada categoria de produto, assim como as nossas marcas próprias: 'Carrefour', 'Carrefour Classic', 'Carrefour Selection', 'Carrefour Viver', 'Carrefour Veggie', 'Carrefour Expert', 'Carrefour My Baby', 'Carrefour Soft', 'Carrefour Essential', 'Carrefour Mercado', 'Carrefour Tex', 'Carrefour Campanino', 'Carrefour Home', 'Únicos' e 'Sabor & Qualidade' além das nossas marcas exclusivas: 'Nauta', 'Beckers', e 'Terroirs Du Monde'. Nossos produtos de marca própria e exclusiva são vendidos em nossas lojas físicas, através de nossa plataforma de e-commerce, aplicativos de *last mile e delivery* e pelo App "Meu Carrefour". Em 31 de dezembro de 2021, oferecíamos aos nossos consumidores mais de 3.238 SKUs ativos de marca própria e exclusiva. Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, nossas marcas próprias representaram 17%, 15% e 13% de nossas vendas líquidas, respectivamente. Com exceção dos itens transformados nas lojas que temos controle de origem e caderno de especificação técnica, ainda não produzimos os produtos vendidos sob nossas marcas próprias, que hoje são fabricados e embalados por empresas terceiras, devidamente licenciadas para comercializar nossas marcas em nossos canais de venda.

Dentro do nosso portfólio de produtos alimentares, vendemos categorias perecíveis e não-perecíveis, tais como frutas, vegetais, bebidas, carnes, pães, produtos lácteos, comidas prontas, lanches, doces, entre outros. Já dentro do nosso portfólio de produtos não-alimentares, temos: produtos de limpeza, bens duráveis, móveis, equipamentos para a casa, eletrodomésticos, assim como remédios, produtos de cuidado pessoal, combustíveis, lubrificantes e serviços, os quais podem ser encontrados em nossas drogarias ou postos de gasolina.

Nossa oferta até 31 de dezembro de 2021, chegou a cerca de 8.316 SKUs dentro das nossas lojas de atacados de autosserviço, 3.025 SKUs nos atacados de entrega; 44.800 SKUs nos hipermercados, 15.900 SKUs nos supermercados e cerca de 4.200 SKUs nas lojas de conveniência, além dos mais de 9.1 milhões de SKUs nas plataformas de e-commerce.

#### Nossas Soluções Financeiras

O Banco Carrefour, instituição financeira que detemos 51% do capital social, sendo o Itaú Unibanco o outro acionista estratégico, é o nosso braço financeiro e auxilia as nossas atividades de vendas, fornecendo soluções de crédito aos nossos consumidores. Desde 1989, já oferecemos soluções financeiras atraentes em todos os nossos formatos e bandeiras de varejo e esta oferta se consolidou através do Banco Carrefour em 2006. Em 2011, firmamos a parceria com Itaú Unibanco e em 2017, iniciamos o processo de estender nossos serviços de crédito também para consumidores do *Atacadão*. Até o final de 2021, vimos a necessidade de expandir o leque de opções de pagamentos devido a grande demanda dos clientes e hoje a bandeira opera todos cartões de crédito.

O Banco Carrefour oferece aos nossos clientes financiamento de crédito ao consumidor através de seus cartões de crédito, o que nos permite acessar nossos consumidores do varejo que estão em busca de crédito e outros produtos e soluções financeiras. Em nossas lojas físicas do segmento de varejo e em nossa plataforma de e-commerce, nossos cartões de crédito *Carrefour* oferecem condições de pagamento atraentes, tais como vendas a crédito sem juros em até 15 parcelas (e vendas com juros quando os clientes decidem pagar em mais de 15 parcelas) e programas de desconto. Em nossas lojas de atacado de autosserviço, nosso cartão de crédito *Atacadão* oferece aos nossos clientes a flexibilidade de poder fazer compras a prazo, e em breve, programas exclusivos de desconto. Clientes que já sejam titulares dos nossos cartões de crédito *Carrefour* têm acesso a outros produtos financeiros disponíveis, tais como seguros de crédito, refinanciamento dos saldos pendentes do cartão de crédito e empréstimos pessoais.

Temos em funcionamento ferramentas de gestão de risco e sistemas para avaliar o risco de crédito dos clientes que estão em busca de nossas soluções financeiras, que incluem a verificação de dados públicos dos nossos

## 7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

clientes em relação ao seu nível de endividamento, patrimônio e renda, entre outros. As soluções de crédito do Banco Carrefour também são oferecidas aos clientes em nossas lojas físicas, onde o processo de aprovação de crédito é realizado no local em estandes próprios instalados nas nossas lojas, no qual os clientes podem receber um cartão de crédito temporário ou um vale para fazer compras imediatamente. O Banco Carrefour também oferece soluções de crédito para clientes pré-aprovados através de contato ativo de *call center*. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a taxa de inadimplência média (ou seja, faturas não pagas e devidas por mais de 90 dias) dos nossos cartões de crédito foi de 10,7%, 9,3% e 9,9%, respectivamente.

O Banco Carrefour emite cartões de crédito co-bandeirados com Visa e Mastercard que podem ser usados tanto dentro como fora dos nossos pontos de venda. O número de titulares de cartão de crédito tem crescido constantemente desde que lançamos este produto em 1989. Em 31 de dezembro de 2020, tínhamos aproximadamente 6,1 milhões de contas de cartões de crédito ativas (entende-se por contas ativas aquelas usadas pelo menos uma vez nos últimos doze meses).

Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, aproximadamente 24% das nossas vendas em lojas de varejo e 26% de nossas vendas na plataforma de e-commerce foram feitas através do Cartão Carrefour, e 12% das vendas nos atacados de autosserviço foram feitas através do Cartão Atacadão, lançado no início de 2017. Acreditamos que há um grande espaço para expansão adicional de serviços de crédito e outros serviços financeiros que oferecemos aos nossos clientes.

### Nossos Ativos Imobiliários

O nosso portfólio de ativos imobiliários próprios incluía, em 31 de dezembro de 2021, 217 estabelecimentos de lojas de atacado de autosserviço e atacado de entrega, 71 hipermercados, 6 supermercados, 1 conveniência e 3 shoppings, estacionamentos, terrenos a serem desenvolvidos e 141 galerias em torno de nossos hipermercados, alguns supermercados e das nossas lojas Atacadão. Nossa *Property Division*, com 151 funcionários, é responsável pelo gerenciamento de nosso portfólio de imóveis próprios, utilizado em nossa operação do segmento de Varejo e, também, pela administração de nosso portfólio de aproximadamente 2.159 inquilinos em nossas galerias e shoppings, com um total de área bruta locável, ou ABL, de aproximadamente 279 mil metros quadrados. O prazo de vigência da maioria dos contratos de locação que assinamos com os nossos inquilinos variam de 5 a 10 anos, dependendo do tamanho da loja e alguns contratos são de prazo indeterminado.

As 66 lojas de atacado de autosserviço e estabelecimentos de atacado de entrega restantes, 29 hipermercados, 48 supermercados, e 124 lojas de conveniência, que operamos até 31 de dezembro de 2021 foram alugadas de terceiros e possuem uma área total de aproximadamente 495 mil metros quadrados. Nossos contratos de aluguel estabelecem o pagamento de aluguéis mensais com base em (i) com relação aos nossos centros de distribuição, um valor fixo por metro quadrado e (ii) com relação a algumas de nossas lojas de atacado de autosserviço e a maioria das lojas de Varejo, um percentual sobre as vendas totais do locatário, tendo um aluguel mínimo mensal garantido.

O Carrefour Property é a área de negócios em real estate do Grupo Carrefour Brasil e gerencia as iniciativas de modernização e renovação das nossas lojas, coordenando e executando projetos de desenvolvimento e obras de construção, e tem a importante tarefa de otimizar o nosso portfólio de imóveis e criar valor, aumentando o potencial das nossas propriedades, inclusive por meio de parcerias com terceiros em alguns projetos, com o objetivo principal de aumentar o movimento e a satisfação dos consumidores em nossas lojas.

Com foco em projetos multiuso, a área desenvolve e valoriza seus ativos, aumentando a atratividade dos empreendimentos e alavancando as empresas do ecossistema do Grupo. Busca aprimorar a jornada do consumidor, promovendo opções de compra e serviços com mais qualidade de vida, facilidade de locomoção, conveniência e sustentabilidade.

## 7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais

Atualmente, possui mais de 141 galerias, além de três shoppings, incluindo o Butantã Shopping, Jardim Pamplona Shopping, ambos administrados pelo CRF em São Paulo, e um em Brasília, locado e não administrado pelo CRF. Considerando todos os empreendimentos, possui mais de 2.159 lojistas.

Dentre os diversos projetos em desenvolvimento, destaca-se o Alto das Nações, um novo marco para a cidade de São Paulo e que traz integração entre urbanização, parque, praça e espaços de convivência.

O Grupo Carrefour Brasil e o Grupo WTorre celebraram uma parceria para a construção deste complexo multiuso com 320 mil m<sup>2</sup> de área privativa na cidade de São Paulo, que abrigará a torre corporativa mais alta do Brasil, com 216 metros de altura, um centro comercial de 6 mil m<sup>2</sup>, uma torre mista com 20 mil m<sup>2</sup> e uma torre residencial com mais de 35 mil m<sup>2</sup> e cerca de 216 unidades.

Localizado no eixo Berrini/Chucri Zaidan, importante polo comercial de São Paulo, o Alto das Nações será construído no terreno do Grupo Carrefour onde hoje está localizado o hipermercado da Avenida das Nações Unidas.

Um dos grandes destaques será o hipermercado Carrefour que, após a conclusão, ganhará um novo conceito de loja, com soluções e experiências modernas e diferenciadas, e um centro comercial com restaurantes, praça de alimentação, farmácia e outros serviços. A população terá à disposição, ainda, um parque com mais de 32 mil m<sup>2</sup> - um grande espaço aberto de uso público que incentivará a interação com o ambiente, social, recreação, descanso e atividades físicas ao ar livre. Em relação ao fluxo viário, o projeto que já tem o termo definitivo de recebimento da CET da conclusão das diretrizes urbanas, emitidas pela SMT (Secretária Municipal de Transportes).

O projeto prevê, ainda, integração com os diversos modais de transporte público da região, incentivando a redução do uso de veículos e as emissões de gases de efeito estufa, poluição e outros prejuízos ambientais. Além disso, toda a área contará com infraestrutura completa para bicicletas e outros transportes alternativos. Mais de 300 árvores de espécies nativas serão plantadas, garantindo a restauração da faixa de proteção ambiental da margem do rio Pinheiros, preservando a permeabilidade do solo e o recobrimento verde no terreno. O projeto ajudará a colaborar com a qualidade do ar e do microclima interno do empreendimento e do entorno.

O novo complexo tem previsão de seis anos para ser finalizado e as entregas serão divididas em duas fases. Prevista para Dezembro de 2022, a primeira etapa contemplará a nova loja Carrefour e um centro comercial. Já a segunda fase, com entrega das torres corporativa e residencial, está programada para ser finalizada até 2026.

### b. receita proveniente dos segmentos e sua participação na nossa receita líquida

A tabela abaixo apresenta a nossa receita operacional líquida proveniente de cada um dos nossos segmentos de negócio e a porcentagem que ela representa em nossa receita operacional líquida consolidada para cada período indicado:

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA						
	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro					
	2020		2019		2018	
	(Em milhões de R\$)	% da Receita Operacional Líquida	(Em milhões de R\$)	% da Receita Operacional Líquida	(Em milhões de R\$)	% da Receita Operacional Líquida
Varejo	20.503	26%	21.076	30%	18.759	31%
Atacado	53.773	69%	47.205	66%	38.360	64%

**7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**

Soluções Financeiras	3.497	4%	2.933	4%	2.945	5%
Eliminação intragrupo	-22	-	-23	-	-20	-
<b>Total da receita operacional líquida</b>	<b>77.751</b>	<b>100%</b>	<b>71.191</b>	<b>100%</b>	<b>60.044</b>	<b>100%</b>

**c. lucro ou prejuízo dos segmentos e sua participação no lucro líquido**

Divulgamos o Resultado por Segmentos operacionais até o “Resultado antes do resultado financeiro e impostos”. Não apresentamos nosso resultado financeiro e imposto de renda por segmento, uma vez que estes são mensurados e revisados pela administração de forma consolidada.

Sendo assim, a tabela abaixo apresenta o nosso “Resultado antes do resultado financeiro e impostos”, proveniente de cada um dos nossos segmentos de negócio e a porcentagem que eles representam na visão consolidada, para cada período indicado abaixo. Os nossos segmentos operacionais são Varejo, Atacado e Soluções Financeiras. Nós também incorremos em custos classificados como "Funções Corporativas", que incluem despesas de centros de custos compartilhados relacionados às nossas funções centrais e à sede. Estes custos são compostos principalmente por custos de funções suporte e *holding* e custos da nossa controladora que não podemos alocar de maneira objetiva a cada um de nossos segmentos operacionais.

RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS						
	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro					
	2021		2020		2019	
	(Em milhões de R\$)	% do Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(Em milhões de R\$)	% do Resultado antes do resultado financeiro e impostos	(Em milhões de R\$)	% do Resultado antes do resultado financeiro e impostos
Varejo	1.134	22%	814	18%	-495	-18%
Atacado	3.366	66%	3.228	72%	2.354	85%
Soluções Financeiras	871	17%	657	15%	1.066	39%
Funções Corporativas	-232	-5%	-172	-4%	-144	-5%
Eliminação intragrupo	-22	0%	-23	-1%	-20	-1%
<b>Total resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>	<b>5.117</b>	<b>100%</b>	<b>4.504</b>	<b>100%</b>	<b>2.761</b>	<b>100%</b>

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

### a. Características do processo de produção

Nosso portfólio nos segmentos de Varejo e Atacado contempla em sua maioria produtos alimentares e não alimentares prontos para venda, que são comprados pelo Grupo e revendidos aos nossos consumidores finais. Sobre os nossos produtos não-alimentares, eles são produtos prontos que são disponibilizados para venda pelos seus fabricantes, como grande parte do nosso portfólio, estes produtos são adquiridos por nós e revendidos para os consumidores. O restante do nosso portfólio é composto por produtos alimentares para o segmento de Varejo que são preparados em nossas próprias lojas por meio da utilização de técnicas de preparação de perecíveis desenvolvidas por nossa equipe técnica ou, em determinadas circunstâncias, são produtos semiprontos que são finalizados em nossas lojas a partir de parcerias firmadas com fornecedores que nos entregam estes produtos.

### b. Características do processo de distribuição

#### Nossos canais de vendas

Para atender às necessidades de todos os nossos consumidores e a evolução dos seus hábitos de compra, operamos sobre uma plataforma multiformato e omnicanal composta por uma rede de 779 pontos físicos de venda em 31 de dezembro de 2021, complementada por uma plataforma de e-commerce e *marketplace* em rápida expansão. Nosso segmento de Atacado consiste na venda, sob nossa bandeira *Atacadão*, de alimentos e produtos não-alimentares selecionados aos consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços de alimentação. Nosso segmento de Varejo opera sob diferentes formatos e bandeiras e consiste na venda de produtos alimentares e não-alimentares para consumidores finais em: (1) hipermercados sob a bandeira *Carrefour*; (2) supermercados sob a bandeira *Carrefour Bairro* e *Carrefour Market*; (3) lojas de conveniência sob a bandeira *Carrefour Express*; (4) drogarias e postos de combustíveis sob as bandeiras *Carrefour* e *Atacadão* e, com relação aos postos de combustíveis, também sob a bandeira de uma empresa distribuidora petrolífera; e (5) nosso aplicativo "*Meu Carrefour*" e nosso site de e-commerce [carrefour.com.br](https://carrefour.com.br).

#### Lojas Físicas:

*Lojas Atacadão:* Nossas 250 lojas de atacado de autosserviço estão localizadas em grandes áreas urbanas, com uma área de venda média de aproximadamente 5.394 metros quadrados. Além das nossas lojas de atacado de autosserviço, operamos também 33 estabelecimentos de atacado de entrega dedicados a suprir os pedidos dos nossos maiores consumidores B2B por meio de serviços de entrega, e ainda e nosso site de e-commerce [atacado.com.br](https://atacado.com.br). Em 31 de dezembro de 2021, chegamos a oferecer para nossos consumidores cerca de 8.316 SKUs, em nossas lojas de atacado de autosserviço e aproximadamente 3.025 SKUs em nossos atacados de entrega. As vendas de produtos alimentares representaram 96% das vendas líquidas do Atacadão no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, 96% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 95% para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

*Hipermercados:* Nossos 100 hipermercados estão localizados nas principais regiões econômicas do Brasil e possuem uma área média de vendas de aproximadamente 7.002 metros quadrados. Em 31 de dezembro de 2021, nossos hipermercados ofereciam aproximadamente 44.789 SKUs.

*Supermercados:* Nossos 54 supermercados estão localizados no estado de São Paulo e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Brasília. Nossos supermercados *Carrefour Bairro* têm uma área média de vendas de aproximadamente 1.300 metros quadrados, oferecendo até 15.900 SKUs, enquanto o *Carrefour Market* que foi aberto em dezembro de 2017 tem uma área de vendas média de vendas entre 400 e 600 metros quadrados com aproximadamente 7.200 SKUs.

*Lojas de Conveniência:* Nossas 144 lojas de conveniência *Carrefour Express* estão localizadas essencialmente em áreas comerciais de grande fluxo de pedestres e em algumas áreas residenciais densamente povoadas na região da grande São Paulo e têm uma área média de vendas entre 100 a 200 metros quadrados, com foco na oferta prática de produtos perecíveis e alimentares. Em 31 de dezembro de 2021, nossas lojas de conveniência *Carrefour Express* ofereciam aos nossos consumidores um sortimento inteligente com cerca de 4.200 SKUs.

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

*Drogarias:* Nossas 121 drogarias estão localizadas principalmente nas galerias em torno dos nossos hipermercados e têm uma área média de vendas de aproximadamente 64 metros quadrados. Em 31 de dezembro de 2021, nossas drogarias ofereciam cerca de 13.964 SKUs aos nossos consumidores.

*Postos de combustíveis:* Dos nossos 77 postos de combustíveis, todos, com a exceção de um, estão localizados nas áreas dos estacionamentos de nossos hipermercados *Carrefour* e das lojas de atacado de autosserviço *Atacadão*.

Em março de 2021, o grupo deu também um grande e importante passo em relação à sua estratégia de expansão com a aquisição do Grupo BIG Brasil S.A e de todo o seu ativo de lojas e clientes, cuja conclusão, conforme já exposto, ainda depende do cumprimento (ou renúncia, conforme aplicável) das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças (*Share Purchase, Merger Agreement and Other Covenants*), celebrado em 23 de março de 2021.

*E-commerce:* Lançamos com sucesso nossa plataforma de e-commerce, *carrefour.com.br* em julho de 2016 com a oferta de uma grande variedade de produtos não-alimentares para o consumidor e, ao final de 2021, a plataforma já é responsável pela venda de 77% do total não alimentar (no quarto trimestre de 2020). Em outubro de 2017, junto com o lançamento do programa "Meu Carrefour", lançamos nosso App e, com ele, a opção da venda de alimentos on-line. Em 31 de dezembro de 2021, a nossa plataforma de e-commerce oferecia, diretamente aos nossos consumidores, aproximadamente 21 mil SKUs, bem como aproximadamente 4,6 milhões de SKUs relativos a produtos de terceiros através de nosso *marketplace*. Como parte da nossa iniciativa estratégica de atender a evolução dos hábitos de compra dos nossos consumidores, estamos atualmente focados em: (1) crescer a oferta de produtos não-alimentares por meio do sortimento próprio e do *marketplace*; (2) expandir nossa venda de produtos alimentares oferecendo o melhor nível de serviço do mercado; e (3) aumentar a fidelização de nossos clientes a partir do programa de fidelidade minhas recompensas. Adicionalmente, o Grupo Carrefour Brasil se tornou, com grande êxito, parceiro da startup Rappi, Cornershop e outros parceiros.

### Distribuição e Logística

Temos sistemas separados de distribuição e logística para nossos segmentos de negócio de Atacado e de Varejo. Para atender às necessidades logísticas de nossa ampla rede nacional de pontos de venda e de e-commerce, temos para o varejo 17 centros de distribuição, e destas 16 operações são terceirizadas. Já para o e-commerce, temos até o momento 57 lojas com picking in store novo método de coleta substituindo as sides stores buscando simplificar o processo e 1 dark store. Além disso, todas as nossas lojas de atacado de autosserviço e alguns dos nossos hipermercados têm grandes áreas e capacidade de armazenamento. Acreditamos que a localização estratégica de nossos centros de distribuição, bem como a grande capacidade de armazenamento de nossas lojas de atacado de autosserviço e hipermercados nos permite administrar, de forma eficiente, o nosso estoque em loja e o nosso processo geral de fornecimento, e, conseqüentemente, abastecer as nossas lojas de forma eficiente e ágil, com redução dos custos de estoque e do risco de ruptura dos produtos.

As localizações estratégicas dos nossos centros de distribuição nos permitem realizar entregas regulares para lojas, o que, no caso dos nossos supermercados e lojas de conveniência, reduz a necessidade de espaço de estoque em loja, limitando, portanto, os seus estoques não-produtivos. Nossos centros de distribuição são controlados por uma plataforma de tecnologia B2B, que liga o nosso sistema de ressuprimento automático aos nossos centros de distribuição e fornecedores a fim de repor automaticamente nosso estoque.

A logística para a compra e distribuição dos produtos que serão vendidos em nossas lojas físicas varia de acordo com o nosso segmento de negócio. Nas nossas lojas físicas de Varejo cada loja envia os pedidos de compra, que são transmitidos para os nossos centros de distribuição. Estes, por sua vez, consolidam todos os pedidos de compra feitos pelas lojas. Nosso departamento de logística fica então responsável pela comunicação com os

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

fornecedores e pelo agendamento das entregas para cada loja de Varejo, nas quantidades necessárias para manter volume e variedade de produtos disponíveis para nossos consumidores.

Por outro lado, as nossas lojas do segmento Atacadão enviam o pedido de compras de produtos para a divisão regional de compras, que é responsável por monitorar os níveis de estoque de cada loja, aprovar o pedido e retransmiti-lo para os fornecedores.

Nossa estrutura logística nacional permite o crescimento futuro dos formatos tradicionais, bem como o lançamento de lojas de conveniência e da plataforma de e-commerce. Nossos processos de logística e de distribuição são organizados de acordo com os produtos e serviços vendidos sob cada uma de nossas bandeiras. Nesse sentido, eles são guiados pelos procedimentos descritos abaixo.

**Atacadão:** Até 31 de dezembro de 2021 tínhamos 33 estabelecimentos de atacado de entrega com ofertas para grandes consumidores B2B e para as nossas próprias lojas de atacado de autosserviço operando sob a bandeira *Atacadão*, em casos de falta de estoque. O uso de nossos estabelecimentos de atacado de entrega como centros de distribuição das nossas lojas de atacado de autosserviço promove economias de escala em relação ao transporte e ao manuseio de cargas e à gestão das capacidades de armazenagem e transporte. O processo de distribuição de nossos estabelecimentos de atacado de entrega para nossas lojas de atacado de autosserviço é realizado principalmente por uma frota terceirizada. Em 31 de dezembro de 2021, nossa taxa de centralização no formato de atacado de autosserviço (a porcentagem de receita proveniente de produtos enviados para nossas lojas diretamente dos nossos estabelecimentos de atacado de entrega) era de 29%. Em 2020 foi 26% e em 2019, 26%. Pedidos não-centralizados são entregues diretamente pelos nossos fornecedores às nossas lojas seguindo o modelo de fornecimento conhecido como "Entrega Direta". Em 31 de dezembro de 2021, 71% das nossas vendas de lojas de atacado de autosserviço correspondiam a produtos de "Entrega Direta", em 2020, 74% e em 2019, 75%.

- **Hipermercados, Supermercados e Lojas de Conveniência:** Em 31 de dezembro de 2021, a infraestrutura logística de fornecimento destas lojas é composta por 17 centros de distribuição sendo 16 operados por terceiros. Após recebermos produtos alimentares e não-alimentares dos nossos fornecedores, nosso processo de distribuição é realizado por uma frota terceirizada.

- **Postos de combustíveis:** Nossos postos de combustíveis são atualmente abastecidos por duas companhias petrolíferas, cada uma fornecendo produtos para nossos postos de combustíveis que são operados sob sua bandeira, junto com a nossa. As ordens de fornecimento são feitas individualmente por cada posto, e o combustível é solicitado através de ordens de compra ou fornecimentos diários pré-acordados, no âmbito dos contratos de serviços celebrados por cada posto de combustível. O transporte de combustível é realizado exclusivamente por nossos fornecedores, enquanto as operações de descarga nos nossos postos são supervisionadas de perto pelos nossos empregados por razões de segurança e de controle de qualidade.

- **Drogarias:** Nossas drogarias são abastecidas com medicamentos cosméticos e outros produtos de cuidados de saúde. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, todos os produtos vendidos em nossas drogarias foram entregues diretamente a cada drogaria por distribuidores farmacêuticos no Brasil que haviam celebrado acordos de fornecimento conosco.

- **E-Commerce:** O fornecimento de serviços de atendimento eficientes e confiáveis e de opções de entrega rápidas e convenientes são peças-chave do nosso modelo de negócio de e-commerce. Oferecemos aos consumidores uma gama de opções de transporte e entrega. Também estamos focados na prestação de serviços de atendimento eficientes e confiáveis que, em 31 de dezembro de 2021, para produtos não alimentares, tínhamos 110 Clique & Retire e para a distribuição de alimentos 54 Drives e Clique & Retire além de 57 lojas com picking in store e 1 dark store, que absorveram 48% das vendas totais do e-commerce alimentar, o que nos permitiu sustentar um índice completo de pedidos superior a 70%, reduzindo significativamente os níveis de ruptura dos estoques e as taxas de rotatividade. Temos sistemas de rastreamento em funcionamento que

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

forneem aos nossos consumidores atualizações sobre o status de seus pedidos em diferentes etapas do processo de entrega.

### c. Características dos mercados de atuação, em especial

#### (i) participação em cada um dos mercados

#### (ii) condições de competição nos mercados

##### (i) Varejo

A indústria varejista de alimentos brasileira é altamente competitiva com grandes players multinacionais. Em 1975, o Carrefour se tornou o primeiro varejista internacional do ramo alimentar no mercado brasileiro; 20 anos mais tarde, em 1995, a cadeia norte-americana Walmart chegou no Brasil ao adquirir, principalmente, cadeias do varejo doméstico alimentar e, em junho de 2018, 80% da rede, no Brasil, foi adquirida pelo fundo de investimento Advent, e passaram a se chamar, em 2019, Grupo Big. Em 1999, o grupo francês Casino entrou neste mercado, e em 2012 se tornou acionista controlador da Companhia Brasileira de Distribuição ou Grupo Pão de Açúcar (GPA).

O restante do mercado é majoritariamente detido por varejistas de alimentos concentrados em regiões e/ou estados específicos do Brasil. Os nossos concorrentes variam dependendo da localização e do formato das lojas, e a participação de mercado pode variar substancialmente de uma região para outra. Os principais concorrentes dos hipermercados Carrefour são os Atacados Assaí que opera lojas em todo Brasil. Os principais concorrentes dos nossos 40 supermercados localizados no Estado de São Paulo e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Brasília são empresas regionais, como os Supermercados BH e a Epa Supermercados. Os principais concorrentes das nossas lojas de conveniência *Carrefour Express* localizadas na cidade de São Paulo são as marcas do Grupo Pão de Açúcar, quais sejam, Minuto Pão de Açúcar e Extra Mini, e das lojas do grupo Dia, embora também concorramos com várias bandeiras locais.

A indústria varejista de alimentos é muito fragmentada no Brasil. De acordo com o Ranking ABRAS 2021 (Associação Brasileira de Supermercados), há mais de 1.000 varejistas de alimentos no Brasil e os 10 maiores varejistas representaram mais de 50% do faturamento total do mercado.

##### (ii) Atacadão

O mercado brasileiro de atacado com foco no segmento alimentar também é altamente competitivo. O segmento abrange a distribuição de produtos primordialmente alimentícios e outros bens (e.g., utensílios descartáveis) a pequenos varejistas, hotéis, churrascarias, açougues, lojas de conveniência, entre outros perfis de clientes.

Os atacados são capazes de atender clientes em todo o território nacional e a expansão para uma nova região não exige investimentos expressivos, podendo ser atingida com a realização de desvios de rotas e/ou aluguel de galpões ou centros de distribuição

No Brasil, o Grupo Carrefour opera o segmento por meio de 33 estabelecimentos dedicados ao atendimento de clientes B2B. Adicionalmente, está presente fisicamente em 26 estados brasileiros e DF.

Assim, há diversos concorrentes, tanto aqueles pertencentes a redes nacionais reconhecidas como Assaí, (empresa do Grupo Pão de Açúcar), Mercantil Rodrigues (empresa do Grupo Ceconsud) e Makro, quanto importantes players regionais. Outros concorrentes de destaque são Roldão e Tenda.

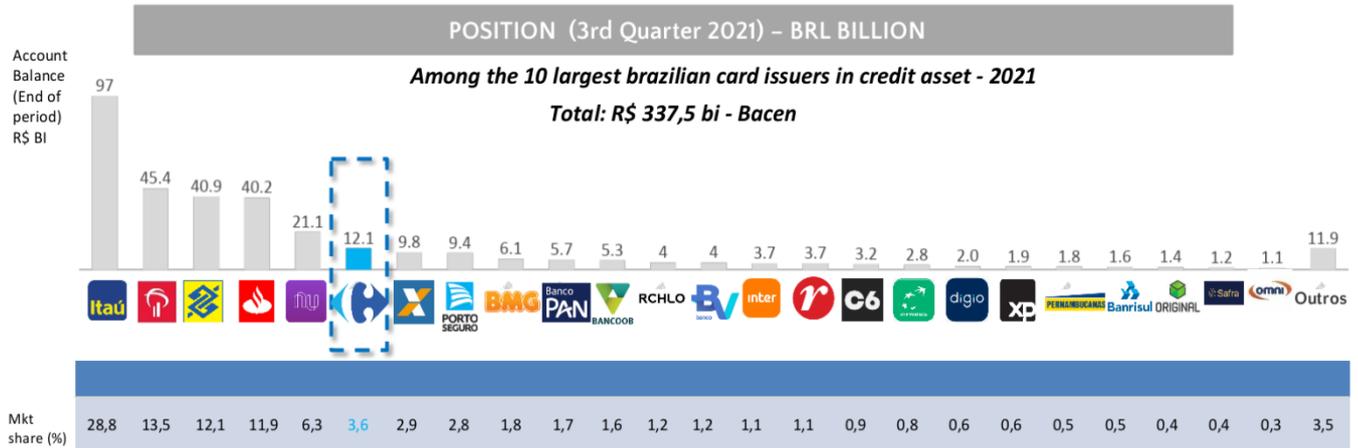
##### (iii) Banco Carrefour

No segmento do Banco Carrefour, somos o maior operador de cartões de crédito associado a um varejista,

## 7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados

sendo este um mercado controlado pelos principais bancos privados e públicos em atividade no Brasil, como demonstrado na tabela abaixo.

Somos o 6º maior banco em volume de emissão de cartões.



Fonte: Análise CardMonitor, emissores que fecharam o 3º trimestre de 2021 com saldo superior a 1 bilhão. Dados Bacen, posição em Dez/2021 sobre saldo a receber.

### d. Características da demanda por sazonalidade

Como a maioria das companhias de varejo, experimentamos flutuações sazonais em nossas vendas líquidas e nossos resultados operacionais. Historicamente, geramos maiores vendas líquidas no quarto trimestre de cada ano, como resultado da campanha promocional da *Black Friday*, da temporada de vendas de Natal e do recebimento do décimo terceiro salário. Por outro lado, o primeiro trimestre do ano é geralmente nosso período mais baixo de vendas. Também experimentamos forte sazonalidade em nossos resultados nos meses de março ou abril, dependendo de quando cai o feriado de Páscoa. Em 2021, o primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres representaram 22,3%, 24,0%, 25,6% e 28,1% das nossas vendas líquidas consolidadas. A sazonalidade relativa à disponibilidade de alguns dos nossos produtos (tais como frutas e vegetais) não afeta nossos resultados devido à grande e diversificada seleção de produtos que oferecemos aos nossos consumidores.

### e. Principais insumos e matérias primas

- i. **Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável**
- ii. **Eventual dependência de poucos fornecedores**
- iii. **Eventual volatilidade em seus preços**

Compramos a maioria dos nossos produtos alimentares e não-alimentares de vários fabricantes e produtores diferentes e, portanto, não há nenhuma dependência material em relação a qualquer um dos nossos fornecedores individuais para os produtos que vendemos para nossos consumidores. Nossos fornecedores devem atender a condições rigorosas, particularmente a respeito da qualidade dos produtos, confiabilidade e entrega. Em 2021, tivemos aproximadamente 4.600 fornecedores de mercadoria para nossas lojas de varejo, 1.700 fornecedores para nossas lojas de atacado e 1.300 para nosso e-commerce alimentar e não-alimentar.

Para certas categorias limitadas de produtos alimentares (como bebidas) e produtos não-alimentares, tais como eletrônicos, medicamentos e combustível, mesmo havendo um número limitado de fornecedores, não

## **7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**

consideramos ter uma dependência material em relação a nenhum deles, uma vez que acreditamos que podemos substituir esses fornecedores por outros fornecedores que atuam nos mercados altamente competitivos do qual eles fazem parte. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, nenhum fornecedor individual representou mais de, aproximadamente, 7,0% das nossas vendas brutas e nossos dez maiores fornecedores representaram em 2021 conjuntamente cerca de 29% das nossas vendas brutas.

Buscamos obter descontos por volume desses fornecedores para diminuir nossos custos variáveis numa base de custo por unidade. Acreditamos que a escala de nossas operações muitas vezes nos dá uma posição mais forte de negociação nas discussões contratuais com produtores e fabricantes, resultando em preços mais baixos e em termos e condições mais favoráveis para os produtos adquiridos. Além disso, não compramos nossos produtos através de contratos de longo prazo em qualquer um dos nossos formatos, o que nos permite manter a flexibilidade em nossas compras.

Em relação ao nosso segmento Banco Carrefour conta atualmente com um contrato de longo prazo, até 2024, com a TSYS Serviços de Transações Eletrônicas Ltda (TSYS), que fornece serviços de processamento de pagamento de cartão de crédito para dar suporte às operações em nossas lojas físicas e plataforma de e-commerce. O Banco Carrefour poderia contratar outros prestadores de serviço para substituir a TSYS, se necessário, sem consequências operacionais, mas a complexidade desse tipo de operação de processamento de pagamento e o nível de integração necessário entre nós e o prestador de serviço para que tudo funcione bem pode fazer com que a substituição do atual prestador de serviços seja penosa.

## **7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**

### **a. montante total de receitas provenientes do cliente**

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

### **b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente**

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

### **a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.**

Estamos sujeitos a um número significativo de regulamentações estatais, federais, estaduais e municipais, que são geralmente aplicáveis às companhias que atuam no Brasil, tais como leis trabalhistas, de saúde pública e ambientais, dentre outras. Também estamos sujeitos a leis e regras que são aplicáveis às companhias em setores e segmentos de negócios específicos, como detalhado abaixo

#### Regulamentação para nossos segmentos de negócio de Varejo e Atacado

Para a operação de um negócio no segmento de varejo e atacado, a legislação e regulamentação estatal exigem uma série de licenças e autorizações desde a fase inicial de implantação do negócio até a operação propriamente dita. Estas licenças e autorizações são concedidas por órgãos distintos após a devidas análises e estudos de viabilidade, são elas: alvará de construção ou reforma, habite-se, licença de funcionamento, auto de vistoria do corpo de bombeiro (AVCB), licença sanitária, dentre outras.

A legislação ambiental brasileira determina, ainda, que a instalação de empreendimentos e atividades potencialmente poluidoras, isto é, que de qualquer forma causem, ou possam causar, impacto ao meio ambiente está condicionada ao prévio licenciamento ambiental, como é o caso do segmento Varejo e Atacado, classificados como grandes geradores de resíduo. Esse procedimento é necessário tanto para as fases de instalação inicial do empreendimento, quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazos determinados de validade: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador.

No âmbito operacional, nossos segmentos de negócios de Varejo e Atacado estão sujeitos a um conjunto de regras de proteção e defesa do consumidor. Tais regras estabelecem direitos básicos e que precisam ser observados em nossas operações, destacando-se entre eles o direito à informação prévia, clara e precisa sobre todos os produtos e serviços oferecidos em nossos estabelecimentos, especificando de forma visível as características, informações nutricionais (destacando-se os alergênicos), restrições de uso, preços e condições de pagamento, entre outros. Essas regras também devem ser observadas nas ações promocionais e de publicidade utilizadas para promoção da marca.

A proteção e correta utilização dos dados pessoais nos estabelecimentos físicos também deve ser observado e segue uma série de regras, como a necessidade de aprovação prévia pelo consumidor (*opt-in*). O consumidor tem direito ao livre acesso a esses dados, podendo solicitar alteração ou até mesmo o cancelamento do cadastro.

#### E-commerce

Nosso negócio de e-commerce está sujeito a um número significativo de leis e regulamentos aplicáveis às companhias que realizam negócios na internet. No entanto, a legislação e a regulamentação sobre esse tema estão em franca evolução, tanto em relação aos seus textos como em relação à sua interpretação, a exemplo das novas regras do Banco Central que passou a considerar alguns operadores de *marketplace* como subcredenciadores e, portanto, sujeitos a regras específicas.

Embora seja difícil apurar plenamente em que medida os novos desenvolvimentos no campo jurídico afetarão nossos negócios, há uma tendência no sentido do aumento na proteção da privacidade de dados do consumidor, conforme a Lei Geral de Proteção de Dados, n. 13.709/2018. É possível que regulamentos

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

e leis gerais de negócios, ou aqueles que regem especificamente a Internet ou e-commerce, possam ser interpretados e aplicados de uma forma que possam vir a colocar restrições sobre a condução dos nossos negócios.

### Drogarias

Nos termos da lei nº 5.991/1973, conforme alterada, e legislações correlatas, que dispõem sobre o controle sanitário de medicamentos, o comércio varejista de medicamentos é uma atividade econômica que só pode ser exercida por drogarias devidamente autorizadas e licenciadas. Além de autorização federal, emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ou ANVISA, as drogarias devem também manter uma licença emitida pela autoridade sanitária local.

A operação de drogarias sem as permissões acima mencionadas ou sem a presença de um farmacêutico em tempo integral no local que seja responsável pela sua operação técnica, bem como qualquer outra violação das leis e regulamentos relativos à vigilância de saúde Federal, Estadual ou Municipal, resulta em penalidades como advertência por escrito, multas, suspensão de atividades e cancelamento da autorização ou registro junto às autoridades de vigilância de saúde.

### Postos de combustíveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou ANP, é responsável pelo controle, supervisão e implementação das políticas do governo brasileiro no que diz respeito às atividades relacionadas com petróleo, gás natural e biocombustíveis. A ANP regula todos os aspectos da indústria, incluindo a exploração, produção, transporte e venda desses produtos aos consumidores.

Nos termos da Resolução da ANP nº 858/2021, os postos de combustíveis devem obter aprovação prévia da ANP antes de iniciar suas operações. Os requisitos mínimos para a emissão da autorização compreendem a prévia inscrição do candidato na Receita Federal do Brasil e a obtenção da permissão municipal necessária, de licença ambiental e do respectivo Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

Os postos de combustíveis autorizados têm permissão para vender combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, graxas e aditivos para consumidores finais na forma de varejo. Eles sempre deverão adquirir combustíveis derivados do petróleo e querosene de distribuidores autorizados pela ANP e todos os outros produtos comercializados deverão ser registrados na ANP. A mistura de combustíveis derivados do petróleo e o comércio de produtos com outros revendedores de varejo são práticas estritamente proibidas. A ANP também fiscaliza preços e qualidade do combustível, capacidade de armazenamento e horário de funcionamento. Cada posto de combustível deve exibir claramente a marca registrada dos distribuidores exclusivos.

### Regulamentação para o nosso segmento de Soluções Financeiras

Nossas Soluções Financeiras são operadas pelo Banco CSF, que é uma Instituição Financeira sujeita à regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN). O Banco CSF é um banco múltiplo regulado pelo BACEN para operar duas carteiras: (i) investimento e (ii) crédito, financiamento e investimento.

A Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, estabelece, entre outros, requisitos e procedimentos a serem observados para a (i) constituição; (ii) autorização para funcionamento; e (iii) operação de instituições financeiras, tais como o Banco CSF. Em conformidade com o disposto pela norma, a autorização prévia do BACEN é exigida para qualquer mudança de controle de instituições financeiras e outros atos societários, tais como alterações ao estatuto social, reorganizações societárias, aumentos de capital, entre outros.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

Ainda, de acordo com o Regulamento anexo II à Resolução CMN nº 4.122, a eleição ou a nomeação de membros de cargos estatutários das instituições financeiras deve ser submetida ao BACEN para aprovação dentro de 15 dias antes da data da eleição ou nomeação.

Os bancos no Brasil estão sujeitos a uma rígida regulamentação e constante supervisão por parte do BACEN. Tal supervisão se estende a uma série de áreas operacionais que pode afetar o dia a dia das instituições financeiras, tais como o Banco CSF.

No que se refere ao Capital, de acordo com o disposto na Resolução CMN nº 2.607, de 27 de maio de 1999, as instituições financeiras reguladas pelo BACEN devem observar permanentemente os requisitos mínimos de capital próprio e patrimônio líquido de R\$12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais) para os bancos de investimento e correspondentes carteiras de banco múltiplo.

Certas regras de natureza bancária, emitidas pelo BACEN e CMN, se aplicam aos cartões de crédito e incluem, entre outros, dispositivos relativos a cobrança de tarifas de cartão de crédito e divulgação de informações obrigatórias.

O BACEN fiscaliza o sistema bancário brasileiro em conformidade com as diretrizes do Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, ou Comitê da Basileia, e outros regulamentos aplicáveis, incluindo o Acordo de Capital da Basileia II, ou Basileia II, que foi implementado na íntegra no Brasil, e o Acordo de Capital da Basileia III, ou Basileia III, que complementa e altera o Basileia II e está em processo de implementação no Brasil. Para esse fim, os bancos fornecem ao BACEN as informações necessárias para que este desempenhe as suas funções de supervisão, que incluem supervisionar as alterações na posição de solvência e a adequação de capital dos bancos pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional.

O princípio central que guia as diretivas previstas no Basileia II e Basileia III é que os recursos próprios de um banco devem cobrir os seus riscos principais, incluindo os riscos de crédito, de mercado e operacionais. Após a crise de 2008, ficou evidente a necessidade de se ajustar a regulação prudencial, o que deu início à reforma do acordo de Basileia II e à implementação das recomendações do acordo de Basileia III.

As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas à medição de capital e padrões baseados em uma proporção de ativos ponderados pelo risco.

Os parâmetros dessa metodologia se assemelham à estrutura internacional baseada no acordo regido pelo Comitê de Basileia (Basileia III), ao qual o Brasil aderiu e busca a implementação de forma progressiva. Destaca-se, entre as principais mudanças de Basileia III, a redefinição do conceito de Patrimônio de Referência (PR). O acordo aprimorou o uso de instrumentos para reforçar o capital das instituições financeiras, de forma que essas consigam melhor absorver perdas inesperadas.

O índice mínimo do Patrimônio de Referência (PR) em relação aos ativos ponderados pelo risco está sendo reduzido gradualmente do patamar de 11% em 2013 para 8% no final do processo de implantação em 2019. Não obstante, a regulação passou a exigir um capital extra denominado de Adicional de Capital Principal, o qual pode ser dividido em: Adicional Contracíclicos, Sistêmico e de Conservação. Atualmente, o índice mínimo de Patrimônio de Referência exigido ao Banco CSF considerando as parcelas de Adicional de Capital Principal é 10,5%. No entanto, bancos sistemicamente relevantes devem manter um índice de 11,5%. A reforma também implementa indicadores de liquidez de curto prazo (LCR) e de longo prazo (NSFR), e ainda indicadores de alavancagem apurados pela relação entre Ativos Totais e Patrimônio de Referência. Importante mencionar que o Banco CSF atende a todos os requisitos regulatórios de Basileia III e reporta os indicadores mensalmente ao seu regulador, o Banco Central do Brasil.

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

### **b. política ambiental e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e adoção de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.**

O Grupo Carrefour cumpre a legislação ambiental vigente, exigindo de seus parceiros e fornecedores, esse mesmo princípio. Mantém, no âmbito de sua plataforma de gestão da sustentabilidade, ferramentas e controles que visam mitigar riscos ambientais nas suas atividades de acordo com suas diretrizes mundiais para o tema e de acordo com a legislação vigente.

Nesse sentido, cada um dos funcionários do Grupo Carrefour é responsável por seguir o Programa de Responsabilidade Social Empresarial (*Corporate Social Responsibility Program*), que é baseado nos seguintes três pilares: (i) trabalhar para eliminar qualquer tipo de desperdício, (ii) proteger a biodiversidade, e (iii) fornecer um suporte contínuo aos nossos parceiros.

No que se refere ao primeiro pilar – eliminar qualquer tipo de desperdício – desde 2016 o Grupo Carrefour tem incentivado as suas diferentes linhas de negócios, fornecedores e consumidores a aderirem ao Plano Antidesperdício. Simbolizado pela imagem de uma abelha, o plano tem por objetivo combater todo o tipo de desperdício em todo o ciclo de produção, desde o momento que o produto é plantado ou produzido à sua venda e consumo. O Plano *antidesperdício* cobre cinco pontos principais: alimentos, resíduos, clima/energia, embalagem e água.

Com relação ao segundo pilar – proteção da biodiversidade, o Grupo Carrefour está comprometido a integrar os princípios da agroecologia na produção dos produtos ao longo de sua cadeia de produção. Nesse sentido, desenvolveu e vem implantando sua plataforma de pecuária sustentável para carne bovina *in natura*, o qual tem como objetivo mitigar o risco de esses produtos serem provenientes de áreas de crimes ambientais e sociais. Mantém também o Programa Rama, parceria com a ABRAS - Associação Brasileira de Supermercados, por meio do qual possibilita o controle de defensivos agrícolas nas frutas, legumes e verduras comercializados. Desenvolveu também a linha de produtos de Marca Própria com o selo “Garantia de Origem”, para assegurar uma produção ambientalmente correta e socialmente justa.

O Grupo Carrefour trabalha, ainda, juntamente, e de forma colaborativa, com determinados fornecedores para produzir produtos usando práticas inovadoras que protegem o meio ambiente e a biodiversidade. Atualmente, o Grupo Carrefour Brasil conta com aproximadamente 61 cadeias de produtos e 215 SKUs na marca Sabor e Qualidade.

Já o terceiro pilar, que consiste no fornecimento de um suporte contínuo aos nossos parceiros, tem por objetivo garantir a qualidade dos produtos de marca própria, através da adoção de normas mais rígidas, de forma a garantir uma melhor qualidade aos produtos de marca própria.

A nossa acionista controladora, Carrefour S.A., juntamente de outras 38 companhias, assinou o *Business Climate Pledge* em novembro de 2015, para demonstrar o seu apoio ao presidente da COP21 e aos governos presentes na assinatura desse acordo global. O *Business Climate Pledge* define a ação para a redução de gases de efeito estufa que se equipara ao objetivo de um aumento máximo de 2°C na temperatura mundial, como parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Em 2015, a nossa acionista controladora, Carrefour S.A., anunciou o seu compromisso com a assinatura da plataforma “*Caring for climate*”, lançada em 2007 pelo Pacto Global das Nações Unidas. As companhias signatárias assumiram compromissos em várias questões relativas, por exemplo, à redução da emissão do gás CO<sub>2</sub>, à adoção de metas e à publicação dos números de desempenho anual. Nesse âmbito, a Carrefour S.A. se comprometeu, especificamente, com o estabelecimento de um preço interno sobre carbono, a fim de influenciar nas decisões de investimento que incentivam a redução de CO<sub>2</sub>. Além disso, em dezembro de 2015, a Carrefour

## 7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal

S.A. assinou as Iniciativas de Metas Baseadas na Ciência, juntamente de 190 companhias de todo mundo. O objetivo dessa iniciativa, conduzida pelo projeto de divulgação do Carbono, pela WRI, pela WWF e pelo Pacto Global, é o incentivo às companhias a se comprometerem com objetivos baseados em medidas científicas, e de verificar e validar as metas de emissão de CO<sub>2</sub> das companhias, com base em critérios rigorosos e cientificamente reconhecidos.

Adicionalmente, o Grupo Carrefour Brasil tornou-se, em fevereiro de 2021, a primeira empresa brasileira a adotar um parque no bioma Amazônia. No programa do Governo Federal, apoiado pelo Ministério do Ambiente e Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio), a Companhia se comprometeu com o investimento de R\$ 3,7 milhões para a área do Resex do Lago do Cuniã, no Estado de Rondônia. A iniciativa agirá em prol da proteção ambiental de uma área de 75 mil hectares, prevenindo e monitorando queimadas, ações de desmatamento e restaurando áreas degradadas.

### **c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.**

Contamos com uma combinação de marcas e de outras leis de propriedade intelectual, bem como acordos de confidencialidade com nossos empregados e fornecedores, com o propósito de proteger os direitos de propriedade associados às nossas marcas, às marcas que nos são licenciadas e aos produtos com marcas próprias. Temos trabalhado intensamente para definir as características de cada uma das nossas bandeiras (Carrefour, Banco Carrefour, Carrefour Bairro, Carrefour Express, Express, Carrefour Drogaria, Carrefour.com, Carrefour Market e Atacadão) no que diz respeito às expectativas, aos padrões de consumo e ao poder de compra dos níveis diferentes de renda no Brasil. Acreditamos que os consumidores brasileiros associam cada uma das nossas bandeiras a uma combinação específica de produtos, serviços e níveis de preços.

No Brasil, para se obter o registro de uma marca é necessário registrá-la oficialmente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, ou o INPI. Este registro dá ao seu proprietário o direito exclusivo de uso da marca em todo o Brasil por um período renovável de tempo.

Em 31 de dezembro de 2021, as marcas mais importantes que utilizamos (*Atacadão, Carrefour, Banco Carrefour, Carrefour Bairro, Carrefour Drogaria, Carrefour Market, Carrefour.com, Carrefour Express, Sabor e Qualidade*, entre outras), bem como aproximadamente 122 outras marcas que utilizamos estavam devidamente registradas no INPI, tanto no nosso nome, no que diz respeito às marcas "*Atacadão*", como no nome do Carrefour S.A., no que diz respeito às marcas "*Carrefour*". O CCI tem também um contrato de licenciamento com um de nossos acionistas controladores, Carrefour S.A., que nos permite usar as suas marcas "*Carrefour*" no Brasil nos segmentos de Varejo e de Soluções Financeiras. Esse contrato de licenciamento não se aplica às marcas "*Atacadão*".

Nosso contrato de licenciamento com o Carrefour S.A. prevê que o valor dos *royalties* pelo uso das marcas "*Carrefour*" descrito acima deverá ser calculado mediante a aplicação de um percentual que varia de 0% à 0,125% (dependendo da margem do EBIT ajustado atingida pelo CCI) das vendas líquidas do nosso segmento de Varejo (excluindo postos de combustível), deduzido de um valor equivalente a 8% dos custos de publicidade incorridos no Brasil para o desenvolvimento das marcas "*Carrefour*".

Desde que esse contrato de licenciamento entrou em vigor, em janeiro 2015, nenhum valor de *royalty* foi devido ou pago pelo CCI ao Carrefour S.A., uma vez que o valor dedutível de 8% dos custos de publicidade incorridos no Brasil para o desenvolvimento das marcas "*Carrefour*" tem sido, pelo menos, duas vezes superior ao valor dos *royalties* teóricos.

Nosso negócio se baseia na propriedade intelectual, que inclui o conteúdo dos sites, dos nomes de domínio



## **7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**

A receita líquida consolidada da Companhia é inteiramente gerada em território nacional.

### **b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há receita atribuída a outros países.

### **c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor**

Não há receita atribuída a outros países.

## **7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**

Desde 2017, entidades francesas devem observar as obrigações impostas pela Lei Francesa Anticorrupção - Sapin II em suas operações diárias, tanto na França, quanto no exterior.

Segundo os termos que compõem a regulamentação, um programa de integridade, com medidas de combate à corrupção, precisa ser implementado em empresas francesas, ou pertencentes a grupos com sede na França, que tenham faturamento consolidado superior a 100 milhões de euros e com mais de 500 funcionários. A inobservância da aplicação às regras sujeita as entidades a multas impostas na França de até 1 milhão de euros para pessoas jurídicas e 200 mil euros para pessoas físicas.

Os princípios da Lei Francesa Anticorrupção são seguidos pelo Grupo Carrefour Brasil e trazem mais referências em melhores práticas no combate à corrupção, reforçando o Programa de Integridade que já era adotado pelo Grupo Carrefour Brasil. De forma semelhante à Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846/2013), a Lei Sapin II determina como principais medidas: (i) a adoção de código de conduta com descrição dos atos a serem prevenidos; (b) a criação de canal de denúncias e de mecanismos de tratamento de ocorrências; (c) a realização de mapeamento de riscos de corrupção por zona geográfica e por negócio; (d) adoção de mecanismos de avaliação de integridade de terceiros (clientes, fornecedores, intermediários); (e) controles contábeis; (f) treinamento de pessoas expostas aos riscos; e (g) avaliação e revisão constante das medidas implementadas.

Mais detalhes no Programa de Integridade do Grupo Carrefour Brasil estão descritos no item 5.4 deste Formulário.

## 7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais

Como signatário do Pacto Global, o Grupo Carrefour Brasil busca contribuir efetivamente para o cumprimento da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU). As estratégias e ações que a companhia tem adotado para gerenciar suas cadeias críticas de fornecimento, fomentar a alimentação saudável, combater o desperdício de alimentos e minimizar a geração de resíduos estão vinculadas a sete ODS:

1. Fome Zero e Agricultura Sustentável
2. Saúde e Bem-Estar
3. Indústria, Inovação e Infraestrutura
4. Consumo e Produção Responsáveis
5. Vida na Água
6. Vida Terrestre
7. Parcerias e Meios de Implementação

A empresa apoia iniciativas que levam ao desenvolvimento sustentável, a fim de contribuir com a sociedade como um todo. As práticas de responsabilidade social corporativa adotadas nos mercados em que atua envolvem uma série de iniciativas na cidade, no campo e também em questões mais abrangentes como na luta contra o trabalho análogo ao escravo e promoção e valorização da diversidade, entre colaboradores e demais stakeholders.

Para manter a transparência na comunicação com seus stakeholders, o Grupo Carrefour Brasil mantém o site institucional (<https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/sustentabilidade-2/>) e o site focado em investidores (<https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/>). Além disso, anualmente, publica o relatório de sustentabilidade, sendo que a versão mais atualizada está disponível no link: <https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/wp-content/uploads/2021/06/f5385572-relato%CC%81rio-anual-de-sustentabilidade-de-2020-port.pdf>

Em 2021, pelo 3º ano consecutivo, a companhia publicou esse documento seguindo duas metodologias como base para a prestação de contas e para criar valor para a sociedade: as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão Standards, opção Essencial, e os princípios e elementos preconizados pela estrutura (framework) determinada pelo International Integrated Reporting Council (IIRC) para Relatos Integrados. Nesse formato, o objetivo é explicar como a organização gera valor ao longo do tempo e faz a alocação de capital.

O material ainda indica como a companhia tem contribuído, por meio de sua atuação, para o alcance das metas estabelecidas por movimentos globais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas, e o Pacto Global, iniciativa também da ONU, à qual a Companhia é signatária, além de apresentar os resultados econômico-financeiros do ano. Indicadores possibilitam mensurar os avanços anualmente. O relatório referente à 2021 já está em curso e deve ser publicado no primeiro semestre de 2022.

As demonstrações contábeis seguem as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Limited. A exemplo do relatório divulgado em 2020, o de 21 também contou com uma versão complementar em gibi, direcionada ao público interno.

As principais ações socioambientais também constam do relatório de administração anual do Carrefour S.A, que é submetido a uma auditoria e verificação por um auditor independente. O Relatório de Auditoria (referente à governança e à campanha RSE do ano fiscal 2020), emitido em março de 2021, foi auditado pelo auditor independente Mazars.

Também vale informar que, em 2021, o Grupo Carrefour Brasil produziu sua política de sustentabilidade, cujo objetivo é reforçar os compromissos da companhia com o desenvolvimento sustentável, tomando como base a

## **7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**

Agenda 2030, a aproximação com stakeholders e o movimento global Act for Food, trazendo em seu conteúdo as grandes diretrizes para todas as nossas atividades.

No ano passado, também desenvolvemos nosso manual de materialidade estratégica, política de engajamentos com partes interessadas e política de investimento social privado, firmando as bases para uma governança socioambiental ainda mais sólida no grupo, com total transparência e comunicação com os públicos com os quais estamos conectados.

Outra política que vale ser mencionada, criada ainda em 2021, foi a de pequenos produtores, focada em simplificar processos para atuais e novos produtores que desejam trabalhar com o Grupo, facilitando o procedimento para essas parcerias. Para o Grupo, valorizar a produção local faz com que a economia da região seja fortalecida, com que produtores familiares sejam incluídos socialmente e com que alimentos diversificados e frescos sejam comercializados. Além disso, com maior controle e proximidade junto aos fornecedores, o risco de desconformidade com diretrizes de trabalho decente é reduzido, combatendo a informalidade e estimulando oportunidades justas de trabalho e renda.

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

A Companhia apresenta abaixo outras informações relevantes referentes a suas atividades.

### Informações Operacionais

A tabela abaixo apresenta determinadas informações operacionais para os períodos indicados:

Informações operacionais:	Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de			Variação 2021/2020	Variação 2020/2019
	2021	2020	2019		
	(em milhões, a menos que indicado de outra forma)				
Número total de lojas	779	721	692	8%	4%
# Atacado de Autosserviço	250	206	186	21%	11%
# Atacado de entrega	33	30	28	10%	7%
# Hipermercado	100	100	100	0%	0%
# Supermercado	54	53	53	2%	0%
# Conveniência	144	130	125	11%	4%
# Drogeria	121	125	124	-3%	1%
# Posto de combustível	77	77	76	0%	1%
Área total de vendas ('000m2)	2181	1972	2006	11%	-2%
Atacado de Autosserviço ('000m2)	1349	1137	1170	19%	-3%
Hipermercado ('000m2)	701	705	705	-1%	0%
Supermercado ('000m2)	68	68	69	1%	-2%
Conveniência ('000m2)	24	23	23	3%	0%
Drogeria ('000m2)	8	8	8	-3%	0%
Posto de combustível ('000m2)	32	32	31	0%	3%

### Formas de Pagamento

Aceitamos várias formas de pagamento em nossos diferentes canais de venda:

Hipermercados, Supermercados, lojas de Conveniência, Postos e Drogerias:

- Cartões de Crédito: Rotativo e Parcelado Sem Juros
- Cartão de Débito
- Vale Alimentação, Refeição e Combustível
- PBM (Pharmacy Benefit Management)

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

- Dinheiro
- Cheque
- Cartão Carrefour Rotativo e Parcelado (Com e Sem Juros)
- Cartão Presente (Próprio e Terceiros)
- PIX

### Atacados e Atacarejos:

- Cartão de Crédito Atacadão
- Cartão de Crédito Carrefour (em todas as lojas desde Janeiro 2019)
- Demais cartões de crédito
- Cartão de Débito
- Dinheiro
- Boleto Bancário (apenas para Atacado)
- Cheque
- Vale Alimentação (desde maio 2020)
- PIX

### E-commerce:

- Cartões de Crédito Rotativo e Parcelado
- Cartão Carrefour Rotativo e Parcelado Sem Juros
- Cartão Presente Próprio
- Boleto Bancário

### Vendas a crédito

Nossas vendas líquidas consolidadas consistem em vendas a crédito, principalmente sob a forma de vendas com cartão de crédito, vendas parceladas e vale alimentação, conforme descrito abaixo:

- *Vendas com cartão de crédito (sem parcelamento):* Com certas limitações relacionadas às nossas lojas *Atacadão*, todos os nossos formatos de loja e nossa plataforma de e-commerce aceitam pagamento para compras com as principais bandeiras de cartões de crédito, tais como Mastercard, Visa, Diners Club, American Express e os cartões de crédito emitidos pelo Banco CSF. Em 2017, começamos a aceitar pagamentos com cartão de crédito emitidos pelo Banco CSF (Cartão Atacadão) para consumidores em nossos atacados de autosserviço, e em dezembro de 2018 começamos também a aceitar pagamentos com cartão de crédito emitidos pelo Banco CSF (Cartão Carrefour) para consumidores em nossos atacados de autosserviço em 2021 começamos a aceitar cartões de créditos de terceiros no autosserviço.
- *Vendas com cartão de crédito parceladas:* Oferecemos condições de financiamento atrativas aos nossos consumidores para comprar produtos alimentares e não-alimentares de forma parcelada através dos nossos cartões de crédito privados e de marca compartilhada, bem como de cartões de crédito de terceiros.
- *Vale-alimentação:* Aceitamos como forma de pagamento em nossas lojas de varejo vales emitidos por terceiros para companhias participantes que os fornecem para os seus funcionários como um benefício adicional.

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

### Marketing e Publicidade

Nossa política de marketing visa atrair e reter nossos consumidores, através do entendimento e satisfação das necessidades de nossos clientes. Para tal fim, realizamos campanhas de marketing integradas, a fim de comunicar a marca Carrefour e uma solução completa de formatos e canais que facilitem a vida de nossos clientes e posicionem a marca Carrefour como referência no varejo alimentar. Nossas equipes de marketing são especialistas em mídia dedicadas a desenvolver campanhas de marketing de qualidade para enfatizar nossos pontos fortes em termos de qualidade, variedade, frescor e procedência de nossos alimentos. As principais iniciativas de marketing para nossas lojas físicas geralmente incluem (1) a modernização e o aumento do apelo visual das nossas lojas, (2) a ênfase à ampla variedade de produtos e serviços oferecidos; (3) o destaque aos nossos preços competitivos e (4) a oferta de promoções (particularmente próximo aos feriados). Desde o lançamento da nossa plataforma de e-commerce em julho de 2016, também focamos uma parte substancial dos nossos esforços de marketing para nossa plataforma de e-commerce, a fim de garantir uma experiência com visão única dos clientes (“*Omnicustomer*”) através de uma solução omnicanal.

Além disso, para aprimorar ainda mais a experiência do cliente, em 5 de novembro de 2018 adquirimos a empresa e-Mídia, que gerencia o site [www.cybercook.com.br](http://www.cybercook.com.br), parceiro que promove diversas receitas em uma página da web. Dentro deste modelo, vemos oportunidades tanto de marketing quanto de vendas, pois temos possibilidades de promover nossa marca e nossos produtos, assim como gerenciar campanhas que levem o consumidor a comprar os produtos de uma determinada receita diretamente no nosso e-commerce.

### Seguro

A nossa estratégia de seguro baseia-se principalmente na identificação de riscos seguráveis, por meio de uma revisão regular dos riscos existentes e emergentes. Acreditamos que a nossa cobertura de seguro é adequada quanto ao valor e consistente com a natureza das nossas atividades, riscos envolvidos em nossas operações e padrões da indústria em que atuamos. Acreditamos que as nossas apólices de seguro se baseiam em condições e termos padrão e que o valor e a abrangência da nossa cobertura são considerados adequados pelos nossos consultores de seguro e gestão.

Beneficiamo-nos de programas abrangentes e mundiais que foram colocados em prática pelo Grupo Carrefour para danos à propriedade e seguro de responsabilidade civil, que fornecem uma cobertura uniforme para todos os formatos. No Brasil, tais apólices são adotadas pelas seguradoras locais, em conformidade com os requisitos da lei brasileira aplicável, sob a cobertura global do Grupo Carrefour. A nossa cobertura de danos à propriedade protege os nossos ativos por meio de uma apólice de "todos os riscos, com exceções" e cobre riscos tradicionais para esse tipo de cobertura, que incluem incêndio, roubo, entre outros, e prejuízos operacionais subsequentes. A nossa cobertura de responsabilidade civil é destinada a cobrir as nossas atividades contra as consequências financeiras decorrentes de responsabilidade por danos, incluindo poluição acidental e/ou danos corporais causados a terceiros. Também temos apólices de seguro em vigor, tais como as de responsabilidade civil profissional (D&O), transporte nacional, transporte internacional/importação e seguro de vida coletivo, que foram adotadas por companhias de seguros brasileiras respeitáveis e foram obtidas por nós de forma independente. As franquias são estabelecidas conforme apropriado para cada um dos nossos vários formatos de loja, e os limites e exclusões de cobertura em vigor em todas as nossas apólices de seguro são compatíveis com as práticas de mercado.

### Investimentos

Com o nosso orçamento de investimento de capital para o exercício finalizado em 31 de dezembro de 2021, realizamos (1) abertura de novas lojas a fim de potencializar a nossa liderança e presença nacional com nossos formatos de alto desempenho: Atacadão, Market e Express; (2) renovação e modernização das lojas e galerias existentes; (3) melhorias dos nossos sistemas de tecnologia da informação. Outro ponto importante está no desenvolvimento da omnicanalidade entre a nossa rede física e online, visando uma melhor experiência para nossos clientes com a automação do novo processo picking in store que simplifica o processo de coleta dos

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

produtos diretamente na loja e distribuem no comércio eletrônico alimentar. Tais investimentos serão financiados por meio da nossa geração de caixa operacional e empréstimos contratados no mercado.

### Setor

#### ***Economia e demografia brasileiras***

O Brasil é a maior economia da América Latina e a décima segunda maior economia do mundo em termos de produto interno bruto (PIB) com aproximadamente 1,6 trilhões de dólares para o ano 2021, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O Brasil também tem uma população considerável com aproximadamente, 213,3 milhões de habitantes em 2021, sendo o sexto país mais populoso do mundo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o FMI.

O Brasil se caracteriza por áreas urbanas densamente povoadas onde se concentra a maioria da população total. Conseqüentemente, o interesse do varejo alimentar tende a se concentrar nessas áreas. De acordo com o IBGE, em 31 de dezembro de 2011, a população de cidades com menos de 500.000 habitantes havia crescido mais rapidamente do que nas grandes cidades nos dez anos anteriores. Acreditamos que isto evidencia o potencial de crescimento e as oportunidades existentes nas cidades de médio porte no Brasil, adicionalmente às grandes cidades. Para aproveitar essas oportunidades, nossa estratégia leva em consideração a abertura de lojas físicas não só nas maiores regiões metropolitanas, como também em cidades de médio porte com crescimento acelerado, tornando-nos o primeiro varejista moderno de produtos alimentares com operações em todos os estados do Brasil e no Distrito Federal.

#### ***Perspectivas macroeconômicas***

Como todas as nossas operações estão no Brasil, nossos resultados são bastante afetados pelo contexto econômico brasileiro, como variações no crescimento do PIB, nas taxas de juros e na inflação, entre outros indicadores. Após o cenário macroeconômico difícil entre os anos de 2014 a 2016, a economia brasileira começou a apresentar sinais de uma recuperação gradual, com um crescimento do PIB de +1,1% nos três últimos anos, até 2019. Apesar desse cenário mais otimista, dada a recente crise global provocada pelo COVID-19, passamos por uma acentuada queda de crescimento no PIB brasileiro de -4,1%. Todavia tivemos uma recuperação no ano de 2021 de 4,6% e segundo o relatório FOCUS do BACEN de 25 de Março de 2022, a previsão é de que teremos uma pequena retomada do crescimento alcançando +0,5% no PIB brasileiro para o fim do exercício de 2022.



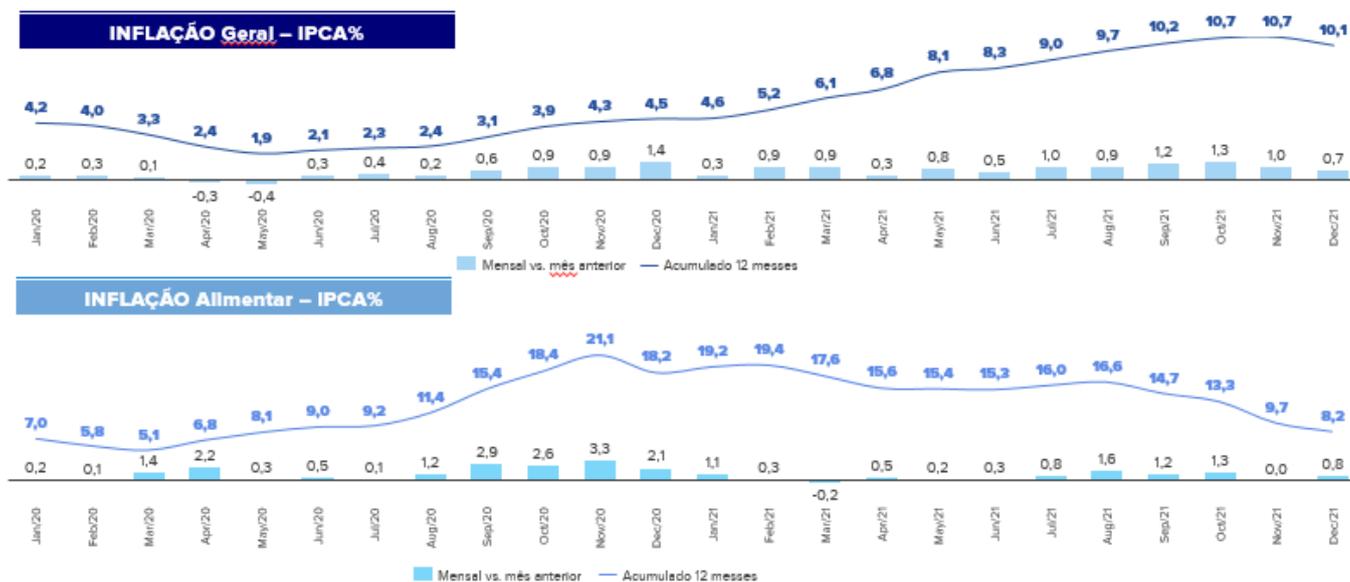
Fonte: PIB - BACEN – Relatório Focus (24 de Março de 2022).

A taxa básica de juros da economia (*Sistema Especial de Liquidação e Custódia*, ou taxa Selic) diminuiu de 13,75% no final do ano de 2016 para 2,0% em dezembro de 2020. Já em 2021 tivemos novamente um forte aumento da taxa para 9,3%. De acordo com as estimativas do BACEN (Relatório Focus) de 25 de Março de

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

2022, espera-se que essa taxa cresça ainda mais atingindo 13% ao final de 2022 devido ao agravamento da economia com a guerra na Ucrânia.

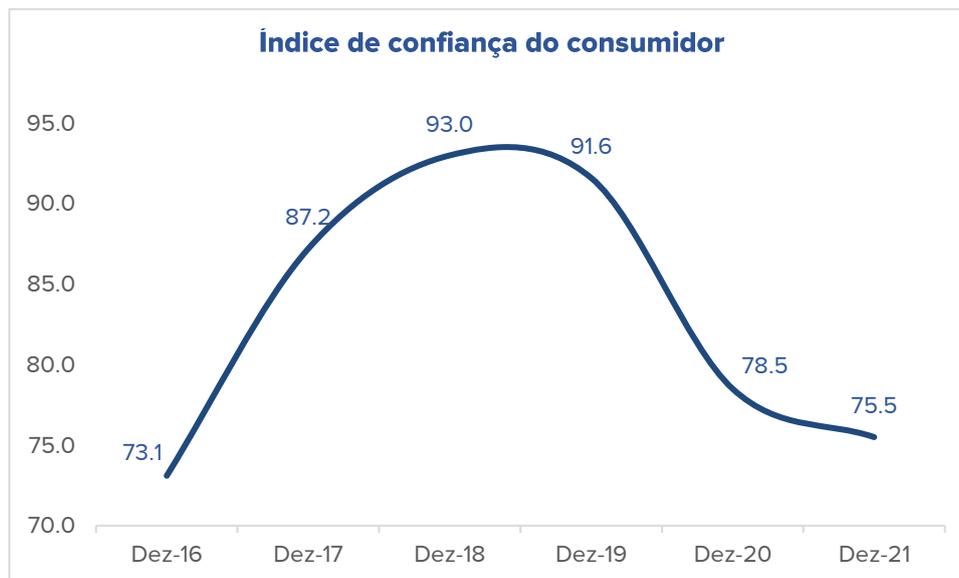
O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (o índice de inflação mais utilizado no Brasil para mensurar mensalmente o custo de vida nas principais áreas metropolitanas) teve uma forte retração em 2017, mas vem gradativamente subindo nos últimos anos, chegando a 10,1% em 2021. Dada a situação macroeconômica que nos encontramos hoje, com a crise provocada pelo COVID-19, as projeções estimam uma leve recuperação em 2022 atingindo 6,9% ao final do ano. Já a inflação de alimentos mostrou forte volatilidade nos últimos anos, com uma acentuada baixa entre 2016 e 2019, com uma tendência de alta nos últimos meses de 2021 para inflação geral e redução da inflação alimentar.



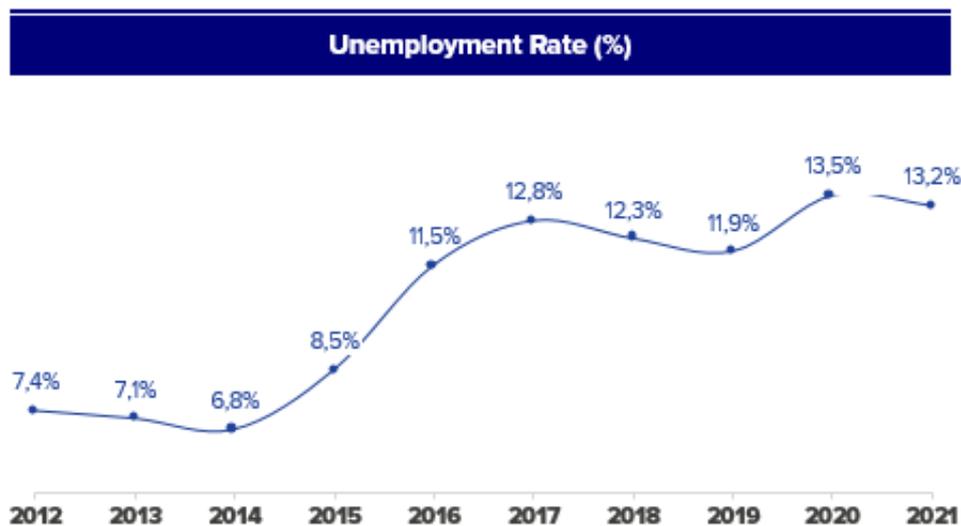
Fonte: (i) IBGE

Além disso, observamos uma piora no nível de confiança dos consumidores, devido a uma forte volatilidade nos últimos meses de 2021 devido às incertezas advindas do cenário de pandemia e possível guerra na Ucrânia. A taxa de desemprego teve uma queda acentuada entre os anos de 2017 e 2020, porém segundo as estimativas do Itaú a taxa de desemprego tende a melhorar no final de 2022 chegando a 12,3%, com uma estabilização para os anos seguintes.

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades



Fonte: (i) FGV



Fonte: (i) IBGE

A pandemia de COVID-19 trouxe graves consequências para a economia global e o Brasil começou a sentir os efeitos da crise do COVID-19 em meados de março de 2020, com o confinamento nas grandes cidades brasileiras e com o fechamento do comércio. O Grupo Carrefour Brasil desenvolve uma atividade essencial à população na distribuição de alimentos e, portanto, continuou com suas operações durante a crise provocada pelo COVID-19.

O Grupo Carrefour Brasil adotou desde o início medidas pioneiras no Brasil, em suas lojas e centros de distribuição, tendo como prioridade a saúde e maior segurança de colaboradores e clientes, tais como: adoção de painéis em acrílico, máscaras e luvas para todos os funcionários, distribuição de álcool em gel, cabines de raio UV de higienização, câmaras térmicas para medição automática de temperatura e protocolos de testagem constante de colaboradores, bem como o estabelecimento de distanciamento seguro dentro das lojas. Além disso, aumentou o estoque de produtos prioritários e sensíveis e acelerou o desenvolvimento digital e o aumento

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

de capacidade do seu e-commerce. Adicionalmente, congelou os preços, por 2 meses, de 200 itens de sua marca própria e negociou com fornecedores para evitar aumentos abusivos. Fez doação de R\$ 22 milhões em produtos da cesta básica para pessoas em situação de vulnerabilidade por meio de parceria com ONGs atuantes no tema. Por fim, ajudou parceiros locatários em galerias e shopping centers a enfrentar os impactos do fechamento destes espaços, postergando os aluguéis conforme termos e condições estabelecidos.

Por outro lado, o Banco CSF adotou medidas mais conservadoras na análise de crédito frente às consequências econômicas da pandemia, principalmente no início, medidas estas que puderam ser gradativamente revertidas principalmente em vista do programa de auxílio emergencial do governo.

Como resultado, o grupo figurou como o único varejista na lista das 10 marcas mais lembradas pelos brasileiros durante a pandemia, conforme pesquisa divulgada na Revista Exame, e apresentou um resultado sólido e recorde de vendas e de rentabilidade, mesmo diante de um cenário mundial desafiador e sem precedentes.

### O setor de varejo alimentar no Brasil

#### Dimensão do setor de varejo alimentar no Brasil

Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS), as vendas no setor de varejo alimentar do Brasil apresentaram crescimento contínuo de 2000 até 2020, com uma taxa média de crescimento anual composta (CAGR) de 8,6% durante o período.



Fonte: ABRAS 2021

De acordo com o IBGE, em 2021 o setor do varejo alimentar teve um crescimento no volume de vendas de 1,4% em termos reais, enquanto o PIB brasileiro cresceu em 4,6%.

#### Visão geral da concorrência do setor de varejo alimentar no Brasil

##### Varejo tradicional versus varejo moderno

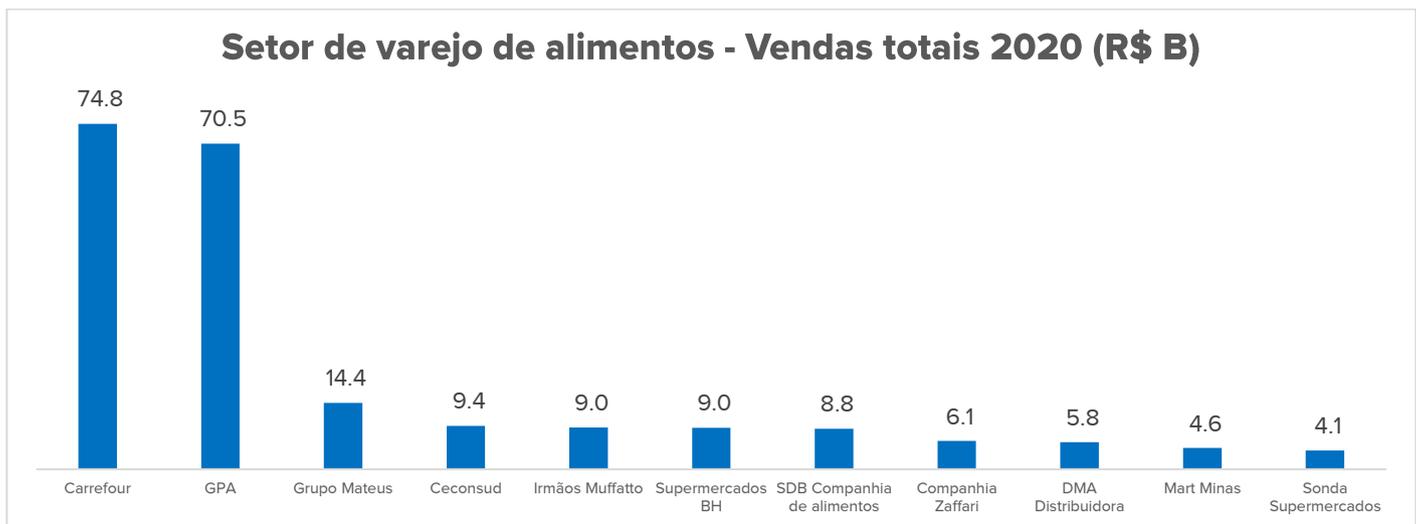
Os varejistas modernos de alimentos consistem principalmente em redes organizadas de lojas de varejo, operando hipermercados, supermercados e lojas de conveniência, com complexos e sofisticados processos de

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

cadeia de suprimentos. Por outro lado, os agentes tradicionais do varejo alimentar consistem em diversos canais de venda alimentar que já existiam antes do surgimento das redes varejistas modernas. Tradicionalmente, são representados por pequenas e médias empresas, pertencentes e gerenciados por famílias ou indivíduos, e cujos processos de cadeia de suprimentos dependem da compra de produtos vendidos por pequenos distribuidores e armazéns.

### *Varejistas de alimentos nacionais vs. regionais*

A indústria varejista de alimentos brasileira é altamente competitiva e a maioria dos principais varejistas de alimentos do Brasil é controlada por companhias estrangeiras. O Carrefour foi o primeiro varejista alimentar internacional a se estabelecer no Brasil, quando abriu seu primeiro hipermercado, em 1975. Vinte anos mais tarde, em 1995, a rede norte-americana Walmart entrou no mercado brasileiro, principalmente através da aquisição de redes locais, e em junho de 2018 vendeu o controle de sua participação (80%) para o fundo de investimentos Advent Internacional e passaram a se chamar Grupo Big. Em 1999, o grupo francês Casino também entrou no mercado e, em 2012, tornou-se o acionista controlador da Companhia Brasileira de Distribuição, ou Grupo Pão de Açúcar (GPA). Em dezembro de 2020, os dois maiores participantes do mercado com cobertura nacional representavam, juntos, 40% do total de vendas no varejo alimentar (o Carrefour detinha uma participação de mercado de 20,6%, enquanto a do GPA era de 19,4%), segundo a ABRAS. O restante do mercado é majoritariamente composto por varejistas regionais ou estaduais.



Fonte: (I) ABRAS 2021

Os nossos concorrentes variam dependendo da localização e do formato das lojas, e a participação de mercado pode variar substancialmente de uma região para outra. O principal concorrente nacional do Atacadão até o momento é o Assaí, uma bandeira do Grupo Pão de Açúcar, que opera no segmento de atacado de autosserviço. Outros concorrentes de destaque são o Makro, Roldão e Tenda. No formato de hipermercados, o principal concorrente do Carrefour é o Assaí também, após a vendas dos hipermercados Extra para o Assaí, eles operam lojas em quase todo o Brasil. Nossos supermercados localizados no Estado de São Paulo e nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e Brasília tendem a competir com empresas regionais, como os Supermercados BH e a Epa Supermercados. As nossas lojas de conveniência *Carrefour Express*, localizadas na cidade de São Paulo, concorrem, principalmente, com as bandeiras Minuto Pão de Açúcar, Extra Mini, do Grupo Pão de Açúcar e com a bandeira Dia, embora também concorra com várias bandeiras locais.

A indústria varejista de alimentos ainda é muito fragmentada no Brasil. De acordo com o Supermercado Moderno, há mais de 160 varejistas de alimentos no Brasil com mais de 100 milhões de reais em vendas no varejo.

### **Hábitos de consumo e formatos do setor de varejo de alimentos**

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

Os hábitos de consumo dos brasileiros têm evoluído e têm induzido mudanças na proposta de valor e de compras dos formatos do varejo alimentar. Atualmente, os consumidores tendem a realizar compras em diversos formatos. A recente desaceleração econômica brasileira fez com que os consumidores ficassem mais sensíveis aos preços e cada vez mais dispostos a trocar a conveniência e um maior nível de serviços na loja a fim de economizar, o que favoreceu o formato atacado de autosserviço. Por outro lado, alterações nas características demográficas urbanas, como famílias menores, maior expectativa de vida e mobilidade mais desafiadora nas grandes cidades, têm incentivado a demanda por experiências de compra mais curtas e próximas de casa, favorecendo os formatos supermercado e conveniência.

Outro ponto importante na mudança dos hábitos de consumo dos brasileiros está na conscientização em consumir alimentos frescos e saudáveis. Nossa campanha “Act for Food” busca desenvolver produtos com garantia de origem e rastreabilidade via QR code, valorizar produtos e produtores locais trazendo maior frescor ao nosso portfólio, expandir nosso sortimento de produtos orgânicos, desenvolver um corredor saudável dentro de nossos hipermercados e ampliar nossas parcerias com fornecedores.

### **Formatos de loja**

Atualmente, existem quatro principais formatos de lojas no varejo alimentar brasileiro - (1) atacado de autosserviço, (2) hipermercados, (3) supermercados e (4) lojas de conveniência.

- Atacado de autosserviço. Os atacados de autosserviço são caracterizados principalmente por preços competitivos em todas as categorias de alimentos básicos. Oferece os produtos alimentares básicos, adquiridos em larga escala por consumidores que querem se beneficiar de preços mais baixos, reforçando a oferta de valor do formato, no sentido de satisfazer decisões de consumo orientadas por preços.
- Hipermercados. Os hipermercados são caracterizados principalmente por sua ampla variedade de produtos alimentares e seleção de produtos não-alimentares. Historicamente, os preços competitivos têm sido a principal força dos hipermercados quando comparados aos supermercados, mas, atualmente, para concorrer com os atacados de autosserviço, os hipermercados têm atraído os consumidores pela ampla e diversificada oferta de produtos e serviços.
- Supermercados. Os supermercados são caracterizados principalmente por sua variedade de produtos frescos de qualidade, localização conveniente e alto nível de serviço ao cliente, especialmente em relação às necessidades de reposição.
- Conveniência. As lojas de conveniência são caracterizadas pelo sortimento de produtos alimentares básicos oferecidos em lojas convenientemente localizadas próximas aos consumidores, tais como áreas residenciais de alta densidade e ruas comerciais movimentadas. O formato também favorece as oportunidades de consumo no local, como bebidas refrigeradas, alimentos prontos para o consumo e lanches, entre outros.

### **Varejo não-alimentar**

O varejo de produtos não-alimentares em nossas lojas consiste principalmente em bens duráveis, como eletrodomésticos, eletroeletrônicos, dispositivos móveis e equipamentos de informática.

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

As vendas de produtos não-alimentares, especificamente de bens duráveis, experimentaram fortes taxas de crescimento no Brasil até 2013, mas o agravamento dos indicadores sociais e macroeconômicos contribuiu para um declínio nas vendas nos últimos anos.

Nossos principais concorrentes no varejo de produtos não-alimentares são tipicamente os varejistas existentes, incluindo as operações em lojas físicas e em plataformas de comércio eletrônico, como Via Varejo, Magazine Luiza, Máquina de Vendas, Lojas Americanas, Fast Shop, Ricardo Eletro, B2W, além de grandes e modernos varejistas de alimentos, como o Grupo Pão de Açúcar.

### **E-commerce**

Os varejistas no Brasil vêm adotando cada vez mais uma abordagem omnicanal por meio do desenvolvimento e lançamento de plataformas de e-commerce para complementar sua oferta de produtos e serviços em lojas físicas. No Brasil, o e-commerce representa uma grande oportunidade com inúmeros fatores sustentando sua expansão, tais como: (1) o grande número e a evolução crescente na quantidade de usuários de internet no país, (2) a pequena, mas acelerada penetração do varejo on-line e (3) uma crescente oferta de produtos alimentares on-line.

#### *Usuários de internet numerosos e em crescimento*

O Brasil tem o quinto maior número de usuários de internet do mundo (162 milhões, de acordo com a Statista 2021). Entretanto, eles representam aproximadamente 70% da população no Brasil, porcentagem que ainda é considerada baixa se comparada a outros países.

#### *Crescente penetração do varejo na internet*

As vendas do e-commerce têm crescido rapidamente no Brasil, com um CAGR de 27% projetado de 2020 a 2024 pela BCG. De acordo com o EBIT, os adeptos do e-commerce no Brasil cresceram 40%, chegando a 41 milhões no total, visto a necessidade e o aumento na confiança sobre os pagamentos online. Ainda pelas estimativas do EBIT, para autosserviço, as vendas online tiveram o dobro de novos consumidores no Brasil.

#### *Crescente oferta de produtos alimentares na internet*

Segundo estudos, atualmente, apenas 18 das 50 maiores redes de supermercado no Brasil têm e-commerce alimentar. Apesar deste cenário, as vendas de produtos alimentares na internet deverão crescer significativamente devido à demanda de jovens consumidores urbanos de classes altas, bem como à crescente popularidade do canal entre grupos de consumidores mais velhos e à possibilidade de comprar a qualquer hora e em qualquer lugar uma variedade ilimitada de produtos, somados a crescente demanda que a pandemia e o consequente isolamento físico impuseram nos consumidores. Desde 2018, o Carrefour realiza o comércio de produtos alimentares no site [www.carrefour.com.br](http://www.carrefour.com.br), antes disponível somente via aplicativo, e continuará destinando esforços na aceleração digital e aumento de capacidade de seu e-commerce. Com a demanda gerada na pandemia do COVID-19 e a vantagem com o que o setor de varejo alimentar teve durante a pandemia, fez com que diversas empresas varejistas entrassem no ramo alimentício em busca de uma maior recorrência e estabilidade, aumentando ainda mais a oferta de produtos na internet.

### **As Soluções Financeiras como Pilar Fundamental para o Varejista**

Os varejistas do Brasil vêm desenvolvendo parcerias com instituições financeiras para expandir as ofertas de crédito e fornecer aos clientes outros produtos e serviços relacionados. As soluções financeiras normalmente

## 7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades

disponibilizadas incluem cartões de crédito de marca própria ou com bandeira, empréstimos pessoais e seguros, oferecendo taxas diferenciadas bem como descontos e benefícios, para compras realizadas em suas próprias lojas. A oferta de uma gama bem desenvolvida de soluções financeiras permite aos varejistas aumentar suas vendas e promover a fidelização dos consumidores, reduzindo simultaneamente os custos operacionais, aproveitando receitas adicionais e captando parte da receita que, não fosse a oferta de soluções financeiras próprias do varejista, seria de outra forma paga aos operadores de cartões ou às agências de financiamento.

De acordo com dados da ABECS, no Brasil, os pagamentos por cartões de crédito e débito chegaram a representar 54% do consumo das famílias no ano de 2021.

Mesmo em um ano atípico de pandemia o faturamento total do Banco CSF se manteve estável em 2020, alcançando o posto de 6º maior banco em volume de emissão de cartões de crédito.

Iniciativas para ampliar a base de clientes do cartão Carrefour, como a proposta de isentar a taxa de anuidade do cartão para clientes que comprassem no Carrefour (em qualquer formato) ao menos uma vez por mês, criada em janeiro de 2019, trouxe ganhos consideráveis na captação de novos clientes e em nosso faturamento.

### Serviços Complementares (Drogarias e Postos de Combustível)

Acreditamos que drogarias e postos de combustível são ofertas complementares atraentes para varejistas alimentares, aumentando o apelo das lojas ao oferecer aos consumidores a possibilidade de adquirir vários produtos em um único ponto de atendimento (*one-stop shop*), contribuindo para (i) o aumento do movimento, (ii) aumento da fidelização do cliente e (iii) imagem de preço competitiva.

As drogarias são as principais fornecedoras de produtos farmacêuticos no Brasil. No país temos cerca de 82 mil drogarias privadas no Brasil em 2021, a maior parte das quais voltadas à venda de medicamentos prescritos, produtos sem receita e produtos de cuidados pessoais. Por outro lado, nos Estados Unidos e em outros países, as drogarias oferecem uma grande variedade de produtos, incluindo alimentos e produtos de higiene pessoal. Acreditamos que esse setor tem potencial para um crescimento contínuo, principalmente devido ao envelhecimento da população, ao maior acesso a medicamentos, em especial devido à crescente proeminência dos medicamentos genéricos, aos níveis mais altos de renda disponível no longo prazo, ao aumento do mercado formal e do foco em cuidados com a saúde por parte dos consumidores. Concorremos principalmente com as grandes redes nacionais de drogarias, como a Raia Drogasil, a DPSP e Pague Menos, além de drogarias locais e regionais.

Os postos de combustíveis são o principal canal de distribuição de combustíveis no Brasil. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ou ANP, existem cerca de 41.8 mil postos de combustíveis automotivos no Brasil em 2020. Os postos de combustíveis no Brasil são impactados pela alta dependência do modal rodoviário na matriz de transportes do país. Quando comparado a outros países com grande extensão territorial, fica claro que o Brasil é mais dependente do transporte rodoviário do que de outros tipos de sistemas de transporte, como ferrovias, hidrovias e dutos. O aumento do número de postos de combustíveis foi diretamente influenciado pelas taxas de crescimento do PIB e pelo aumento da frota de veículos, principalmente leves, que influenciam a venda de gasolina, etanol e gás natural. Este, por sua vez, está altamente associado à disponibilidade de crédito e à renda disponível. De acordo com o último dado do IBGE, havia mais de 107 milhões de veículos no Brasil em 2020, dos quais 58 milhões eram automóveis. As mudanças legislativas e o aumento da fiscalização no setor de distribuição de combustível ocorridas nos últimos anos restringiram progressivamente a concorrência desleal, criando igualdade de condições no mercado de distribuição brasileiro. Com o passar do tempo, essas melhorias devem beneficiar o mercado formal, por meio da captura de volume de postos de bandeira branca. Concorremos, principalmente, com as grandes redes nacionais de postos de

**7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades**

combustíveis, como BR e Ipiranga, bem como com os postos de combustíveis localizados nas adjacências das lojas de alguns dos nossos concorrentes do setor de varejo alimentar.

## 8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante

Não houve aquisições ou alienações de quaisquer ativos relevantes, que não se enquadrassem como operação normal em nossos negócios, nos últimos três exercícios sociais.

No dia 24 de março de 2021, a Companhia anunciou a assinatura de contrato de compra e venda de ações e outras avenças com Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S., companhia controlada pelo Walmart Inc., para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. pelo montante total de R\$ 7,5 bilhões, sujeito aos demais ajustes nos termos do acordo. Do valor total da transação, foi pago a título de antecipação pela Companhia o valor equivalente a R\$ 900 milhões.

Em 25 de janeiro de 2022 foi emitido o Despacho SG nº 85/2022 pela Superintendência-Geral do CADE (“SG”), com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo BIG Brasil S.A. (“Grupo BIG”) pela Companhia (“Transação”), mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”).

A proposta de ACC negociada pela SG com a Companhia e com o Grupo BIG prevê o desinvestimento de algumas lojas, mas em patamar inferior àquele divulgado na declaração de complexidade emitida pela SG em 12 de novembro de 2021 (i.e. menos de 10% dos estabelecimentos do Grupo BIG), conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia naquela mesma data.

Em 19 de maio de 2022, a Transação foi aprovada (com condição suspensiva) pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, com o conseqüente aumento de capital da Companhia, de R\$7.660.725.261,16 para R\$9.910.725.262,96, mediante a emissão de 116.822.430 novas ações, que se tornará válido na data de fechamento da Operação, com efeitos a partir da satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças (*Share Purchase, Merger Agreement and Other Covenants*), celebrado em 23 de março de 2021.

A Transação foi analisada pelo Tribunal do CADE, que decidiu, de forma definitiva, em 25 de maio de 2022, aprová-la de forma condicionada à celebração e cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações que inclui obrigações de desinvestimento de 14 lojas (11 hipermercados/atacarejo e 3 supermercados/soft discount). A Companhia poderá realizar os referidos desinvestimentos após o fechamento da operação, quando também iniciará o trabalho de integração das duas companhias, o que inclui a conversão de diversas lojas do Grupo Big.

## **8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios**

Não houve nenhuma alteração significativa na forma como conduzimos nossos negócios, nos últimos três exercícios sociais.

## **8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes**

Não há nenhum contrato relevante, firmado por nós ou por nossas controladas, que não esteja diretamente relacionado às nossas principais atividades.

## **8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes**

## **8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não há outras informações relevantes que a Companhia julgue relevante com relação a esta seção.

## 9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante

### a. Ativos imobilizados, incluindo aqueles objeto de aluguel ou arrendamento, identificando sua localização.

Entendemos que nossos principais ativos relevantes são ativos imobilizados, os quais compreendem os imóveis nos quais nossas lojas estão localizadas (sejam estes próprios ou alugados), incluindo todas as benfeitorias e demais melhorias na edificação, além dos demais ativos fixos que compõem nossa operação, tais como equipamentos, construções, instalações e mobiliário, todos também localizados em nossos imóveis.

Somos proprietários da maioria dos terrenos em que nossas lojas, postos de gasolina, drogarias e galerias estão localizadas, tendo uma área total de aproximadamente 14 milhões metros quadrados, distribuído por todo o país. Estes ativos incluem nossa sede, centros de distribuição, nossos hipermercados e lojas de atacado de autosserviço e estabelecimentos de atacado de entrega.

Nossos hipermercados normalmente estão localizados em áreas estratégicas das cidades onde operamos, enquanto as lojas de atacado de autosserviço e estabelecimentos de atacado de entrega estão, em sua maioria, localizadas em áreas periféricas das cidades, com um bom potencial de valorização a médio e longo prazo. Tanto os hipermercados quanto as lojas de atacado de autosserviço e estabelecimentos de atacado de entrega são construídos em grandes áreas (“terrenos”), sendo a maior parte de nossa propriedade, conforme abaixo descrito. Tal característica nos permite ter um melhor controle do ambiente comercial do imóvel, dos custos de ocupação, e também nos permite explorar outros segmentos de negócios, como galerias, postos de gasolina, drogarias e outros potenciais empreendimentos imobiliários.

Uma parte dos terrenos e prédios (aproximadamente 18%, da área total utilizada em 31 de dezembro de 2021) são utilizados para a operação de atacado, supermercados, alguns hipermercados e, essencialmente, para as lojas operadas sob a bandeira Express, são suportadas por contratos de locação, normalmente padronizados. Além de outras garantias, tais contratos de locação também estabelecem a possibilidade de renovação do prazo de locação, a fim de garantir a continuidade de nossa operação.

A tabela abaixo lista os ativos imobilizados que consideramos relevantes, com base nos seguintes critérios: (i) imóveis onde se localizam a sede da Companhia, CCI e Banco CSF; (ii) as lojas de atacado de autosserviço e estabelecimentos de atacado de entrega; e (iii) os hipermercados do CCI. Além disso, a tabela também indica a cidade e estado onde se localiza o ativo imobilizado, o tipo de negócio operado no imóvel, o endereço, bem como a informação se o imóvel é de propriedade da Companhia ou locado à Companhia e, por fim, a área total de terreno, quando possível indicar.

#### (A) Principais ativos imobilizados da Companhia

Cidade	Estado	Tipo de negócio	Endereço	Próprio ou Alugado	Área do terreno (m <sup>2</sup> )
02 Campo Grande-AT	MS	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Cônsul Assaf Trad, nº 3.671 (Loja 01) - Coronel Antonino - Campo Grande/MS - CEP: 79.013-545	Próprio	37.560,00
03 Campo Grande Cel. Antonino	MS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Cônsul Assaf Trad, nº 3.671 - Coronel Antonino - Campo Grande/MS - CEP: 79.013-545	Próprio	32.063,80
04 São José do Rio Preto America	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Silva Jardim, nº 4.141 - Santa Cruz - São José do Rio Preto/SP - CEP: 15.014-050	Próprio	22.368,35
06 Taipas	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Raimundo Pereira de Magalhães, nº 11.980 - Parada de Taipas - São Paulo/SP - CEP:	Próprio	47.820,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			02.938-000		
07 Dourados	MS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Marcelino Pires, nº 4.822 - Vila Industrial - Dourados/MS - CEP: 79.840-630	Próprio	28.600,00
08 Taguatinga-AT	DF	Estabelecimento de Atacado de Entrega	QNL 01 Setor L Norte - Área Especial 03, s/nº (Qd Res. - Área A) - Taguatinga - Brasília/DF - CEP: 71.920-540	Próprio	27.001,00
09 Maringa-AT	PR	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rua Mitsuzo Taguchi, nº 1.940 (Esq. Rua José A. Nendo) - Cafelândia - Maringá/PR - CEP: 87.045-110	Alugado	36147,12
101 Palmas-AT	TO	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Quadra 912 Sul - Alameda 15, s/nº (Lote 01 A 06) - Plano Diretor Sul - Palmas/TO - CEP: 77.023-472	Alugado	12.944,50
102 Goytacazes Guarus	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Carlos Alberto Chebabe, s/nº (Km 04) - Parque Guarus - Campos dos Goytacazes/RJ - CEP: 28.073-506	Próprio	42.119,88
103 Vila Velha-AT	ES	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. Darly Santos, nº 4.393 (Anexo A) - Nossa Senhora da Penha - Vila Velha/ES - CEP: 29.110-340	Alugado	30.805,00
104 Atibaia	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Sever do Vouga, nº 295 - Recreio Estoril - Atibaia/SP - CEP: 12.944-006	Próprio	24.435,44
105 Campinas Jd. Yeda	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Ruy Rodriguez, nº 3.100 - Jardim Yeda - Campinas/SP - CEP: 13.060-646	Próprio	31.159,58
107 Gravataí	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. RS 118, nº 2.245 - Marrocos - Gravataí/RS - CEP: 94.045-340	Próprio	92.209,40
109 Aracaju-AT	SE	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Chanceler Osvaldo Aranha, nº 2.445 (Setor Parte B - BR 235) - Novo Paraíso - Aracaju/SE - CEP: 49.082-110	Próprio	4.682,00
110 Fortaleza-AT	CE	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. Anel Viário, nº 2.700-A - Pedras - Fortaleza/CE - CEP: 60.874-401	Alugado	111.300,00
111 Matriz-AT	SP	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169 (Lado B) - Parque Novo Mundo - São Paulo/SP - CEP: 02.170-901	Alugado	501,25
113 São Luiz	MA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Jerônimo de Albuquerque Maranhão, nº 160 - Bequimão - São Luís/MA - CEP: 65.060-645	Próprio	35.297,70
114 João Pessoa-AT	PB	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rua Norma de Araújo Batista, nº 951 (Galpão 02) - Distrito Industrial - João Pessoa/PB - CEP: 58.082-260	Alugado	-
115 Ilhéus	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 415, s/nº (Km 24) - Salobrinho - Ilhéus/BA - CEP: 45.662-000	Próprio	44.302,50
117 Rio Verde	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 060, s/nº (Setor Industrial) - Vila Mariana - Rio Verde/GO - CEP: 75.906-605	Próprio	40.505,98
118 Manaus Grande Circular	AM	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Autaz Mirim, nº 3.330 - Zumbi dos Palmares - Manaus/AM - CEP: 69.084-005	Próprio	31.507,10
119 Manaus-AT	AM	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Autaz Mirim, nº 3.330 (Loja 01) - Zumbi dos Palmares - Manaus/AM - CEP: 69.084-005	Próprio	24.284,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

120 Jacui	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dr. Custódio de Lima, nº 297 A - Cruzeiro do Sul - São Paulo/SP - CEP: 08.071-000	Alugado	32.670,39
121 Santa Maria	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. RST 287, nº 5.500 - Camobi - Santa Maria/RS - CEP: 97.105-030	Próprio	61.649,56
122 Pelotas	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente João Goulart, nº 6.161 - Fragata - Pelotas/RS - CEP: 96.040-000	Próprio	50.060,48
123 Rio Grande	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Itália, nº 1.343 - Vila Maria José - Rio Grande/RS - CEP: 96.203-000	Próprio	107.109,26
124 Feira de Santana-AT	BA	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Eduardo Fróes da Mota, nº 5.500 (Loja B) - Sobradinho - Feira de Santana/BA - CEP: 44.021-215	Próprio	13.129,00
125 Itajai-AT	SC	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. Jorge Lacerda, nº 835 (Bloco B) - Espinheiros - Itajai/SC - CEP: 88.317-100	Alugado	50.820,91
126 Teresina Primavera	PI	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Duque de Caxias, nº 2.732 - Primavera - Teresina/PI - CEP: 64.006-220	Próprio	55.213,80
127 Imperatriz	MA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 010, nº 05 (Km 1.345) - Morada do Sol - Imperatriz/MA - CEP: 65.913-410	Próprio	34.539,36
128 Cuiaba Chapada	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Emanuel Pinheiro, s/nº (Km 0) - Jardim Florianópolis - Cuiabá/MT - CEP: 78.055-799	Próprio	38.985,00
130 Macaé	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Amaral Peixoto, s/nº (Km 181) - Barreto - Macaé/RJ - CEP: 27.971-130	Próprio	50.000,00
131 Aparecida de Goiânia Vera Cruz	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Rio Verde, s/nº (Quadra 05 - Lote Área Quadra 05/15/16 - Loja 01) - Cidade Vera Cruz - Aparecida de Goiânia/GO - CEP: 74.935-530	Alugado	36.172,09
132 Novo Hamburgo	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Primeiro de Março, nº 2.711 - Ideal - Novo Hamburgo/RS - CEP: 93.332-043	Alugado	47.013,48
133 Ipiranga	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua do Manifesto, nº 931 (Loja 01) - Ipiranga - São Paulo/SP - CEP: 04.209-000	Alugado	27.509,85
134 Campinas Dunlop	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Império do Sol Nascente, s/nº (Quadra/Quartirão 6.946 - Lote Gleba 10 Loja 01) - Jardim Aurélia - Campinas/SP - CEP: 13.033-050	Alugado	39.536,35
135 Ponta Grossa	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Visconde de Taunay, s/nº - Contorno - Ponta Grossa/PR - CEP: 84.052-000	Próprio	86.163,00
136 Santa Cruz	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Brasil, s/nº (Área Remanescente 2 Lote 31) - Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 23.570-030	Próprio	111.240,15
137 Campo Grande Aeroporto	MS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Duque de Caxias, nº 2.400 - Santo Antônio - Campo Grande/MS - CEP: 79.101-000	Próprio	32.606,54
138 Ananindeua BR	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-316, s/nº (Km 9 Área 01) - Centro - Ananindeua/PA - CEP: 67.030-007	Próprio	53.409,16
139 Bauru	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Nações Unidas, nº 50/98 (Anexo Ceagesp) - Núcleo Residencial Presidente Geisel -	Alugado	32.282,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			Bauru/SP - CEP: 17.033-260		
14 Taguatinga	DF	Loja de Atacado de Autosserviço	Q QNL AE, s/nº (Área B) - Taguatinga Norte - Brasília/DF - CEP: 72.150-000	Próprio	66.146,33
140 Marília	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Luiz Gabaldi Filho, nº 50 - Jardim Riviera - Marília/SP - CEP: 17.507-650	Próprio	68.798,62
141 Rio Branco	AC	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-364 (Rio Branco-Cruzeiro Do Sul), s/nº (Km 5) - Distrito Industrial - Rio Branco/AC - CEP: 69.920-193	Próprio	41.071,59
142 Sapucaia-AT	RS	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. BR 116, nº 958 (Loja 02) - Três Portos - Sapucaia do Sul/RS - CEP: 93.212-220	Próprio	28.923,00
143 Taubaté	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dom Pedro I, nº 3.060 - Campos Eliseos - Taubaté/SP - CEP: 12.090-000	Próprio	54.704,41
144 Caucaia	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Estruturante, CE 085, s/nº (Esquina com Rod. 090) - Itambé - Caucaia/CE - CEP: 61.602-815	Próprio	49.198,19
145 Araraquara	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Aroeiras, nº 285 - 7º Distrito Industrial (Antonio Zanin) - Araraquara/SP - CEP: 14.800-656	Próprio	46.184,14
146 Santa Rita	PB	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Henrique Vieira, s/nº (Entroncamento BR 101 - BR 230) - Várzea Nova - Santa Rita/PB - CEP: 58.304-500	Próprio	50.105,58
147 Juiz de Fora	MG	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Garcia Rodrigues Paes, nº 12.415 - Industrial - Juiz de Fora/MG - CEP: 36.081-500	Próprio	70.605,22
148 Arapiraca	AL	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. AL 220, nº 359 - Itapoá - Arapiraca/AL - CEP: 57.314-190	Próprio	34.842,89
149 Manaus Cidade Nova	AM	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Max Teixeira, nº 3.856 (Loja A) - Cidade Nova - Manaus/AM - CEP: 69.090-002	Alugado	28.600,00
150 Igarassu	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Barão de Vera Cruz, s/nº (BR-101 - Km 47) - Inhama - Igarassu/PE - CEP: 53.625-815	Próprio	40.755,00
151 Itapevi	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Engenheiro Renê Benedito da Silva, nº 965 - São João - Itapevi/SP - CEP: 06.683-000	Próprio	51.235,63
152 Camaragibe	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Doutor Belmino Correia, nº 4.817 - Alberto Maia - Camaragibe/PE - CEP: 54.771-000	Próprio	40.216,00
153 Belém Icoaraci	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Augusto Montenegro, s/nº (Km 11) - Agulha-Icoaraci - Belém/PA - CEP: 66.811-000	Próprio	34.490,45
154 Belém-AT	PA	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. Augusto Montenegro, s/nº (Loja A - Km 11) - Agulha-Icoaraci - Belém/PA - CEP: 66.811-000	Próprio	20.530,00
155 Imperatriz-AT	MA	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. BR 010, nº 05 (Loja A - Km 1.345) - Jardim Morada do Sol - Imperatriz/MA - CEP: 65.913-410	Próprio	11.482,37
156 Serra	ES	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Governador Mario Covas, s/nº - Colina das Laranjeiras - Serra/ES - CEP: 29.167-183	Próprio	33.747,00
157 Cabo Frio	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. RJ 140, s/nº (Km 05) - Campo Redondo - São Pedro da Aldeia/RJ - CEP: 28.940-000	Próprio	16.520,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

158 Fortaleza Eusébio	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Barão de Aquiraz - CE 040, s/nº - Cauassu - Eusébio/CE - CEP: 61.760-000	Próprio	39.699,00
159 Macapá JK	AP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Juscelino Kubitschek de Oliveira, s/nº (Setor 22 Lote 12) - Universidade - Macapá/AP - CEP: 68.903-419	Próprio	39.021,00
16 Salvador Barros Reis	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Barros Reis, nº 334 - Cabula - Salvador/BA - CEP: 41.150-200	Próprio	36.960,00
160 Teresina Bela Vista	PI	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Prefeito Wall Ferraz, nº 10.197 (Zona Sul) - Bela Vista - Teresina/PI - CEP: 64.030-005	Próprio	36.000,00
161 Anápolis	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-060, s/nº (Km 123) - Setor Tropical - Anápolis/GO - CEP: 75.095-235	Próprio	33.451,46
162 Santa Cruz-AT	RJ	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Brasil, s/nº (Área Remanescente 2 Lote 31) - Santa Cruz - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 23.570-030	Próprio	24.418,55
163 Supeco Sorocaba	SP	Supeco	Rua Maria Cinto de Biaggi, nº 377 - Jardim Santa Rosália - Sorocaba/SP - CEP: 18.095-410	Alugado	7.000,00
164 Santo André Estado	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. dos Estados, nº 5.200 - Vila Metalúrgica - Santo André/SP - CEP: 09.220-570	Próprio	34.438,00
165 Camaçari	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Via Parafuso (Antiga BA-535), s/nº - Polo Petroquímico - Camaçari/BA - CEP: 42.810-200	Próprio	28.995,71
166 Santa Bárbara d'Oeste	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua da Agricultura, nº 3.650 - Loteamento Industrial - Santa Bárbara D'Oeste/SP - CEP: 13.454-005	Próprio	26.685,00
167 Betim	MG	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua da Sertaneja, nº 100 - Morada do Trevo - Betim/MG - CEP: 32.600-834	Próprio	73.274,91
168 Itajaí	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Governador Adolfo Konder, nº 555 - Cidade Nova - Itajaí/SC - CEP: 88.308-001	Próprio	27.940,59
169 Varzea Grande	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Julio Domingos de Campos (Lot. Jd. Estados), nº 5.458 - Jardim dos Estados - Várzea Grande/MT - CEP: 78.158-034	Próprio	86.150,00
17 Praia Grande	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente Kennedy, nº 1.876 (Sítio Taperinha) - Vila Guilhermina - Praia Grande/SP - CEP: 11.702-200	Próprio	31.827,55
170 Governador Valadares	MG	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Rio Bahia, nº 667 - Vila Isa - Governador Valadares/MG - CEP: 35.044-000	Próprio	35.400,00
171 Londrina Ceasa	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Brasília, nº 5.650 - Ideal - Londrina/PR - CEP: 86.027-020	Próprio	26.449,24
172 Cascavel	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Tancredo Neves, nº 3.401 - Pioneiros Catarinenses - Cascavel/PR - CEP: 85.805-516	Próprio	50.062,00
173 Sobral	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Fernandes Tavora, nº 605 - Cidade Gerardo Cristino de Menezes - Sobral/CE - CEP: 62.051-315	Próprio	33.460,00
174 Duque de Caxias	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Washington Luiz, nº 12.139 (Área B3) - Chácara Rio-Petropolis - Duque de Caxias/RJ -	Próprio	31.600,21

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			CEP: 25.230-005		
175 Presidente Prudente	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Antônio Rota, nº 855 - Jardim Vale do Sol - Presidente Prudente/SP - CEP: 19.063-600	Próprio	60.207,80
176 Araguaína	TO	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Amazílio Correa Camargo Neto, nº 140 - Residencial Camargo - Araguaína/TO - CEP: 77.808-650	Alugado	19.370,19
177 Curitiba- AT	PR	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rua Salgado Filho, nº 750 (Anexo A) - Jardim Amelia - Pinhais/PR - CEP: 83.330-110	Próprio	45.624,57
178 Foz do Iguaçu	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Nelson da Cunha Júnior, nº 350 - Vila Pérola - Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.865-228	Próprio	27.757,00
179 Boa Vista	RR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Brasil, nº 2.516 (Quadra 186 - Lote 170) - Centenário - Boa Vista/RR - CEP: 69.312-600	Próprio	33.348,90
18 Guarulhos Dutra	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Presidente Dutra, s/nº (Km 213 - Quadra GL3) - Cumbica - Guarulhos/SP - CEP: 07.178-580	Próprio	50.787,00
180 Contagem	MG	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-040, nº 2.420 (Km 2,5) - Morada Nova - Contagem/MG - CEP: 32.145-480	Próprio	41.456,00
181 Betim-AT	MG	Estabelecimento de Atacado de Entrega	BR 262 Km 359, s/nº (Fazenda Nova Cabana) - Aroeiras - Betim/MG - CEP: 32630-898	Alugado	44.674,20
182 Santarém	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Engenheiro Fernando Guilhon, s/nº - Santarémzinho - Santarém/PA - CEP: 68.035-000	Próprio	27.559,96
183 CD Jacareí	SP	Centro de Distribuição	Rod. Presidente Dutra, s/nº (Km 161 - Setor 02 - Quadra 500 - Loja 01) - Parque Meia Lua - Jacareí/SP - CEP: 12.335-010	Próprio	219.000,00
184 Ferraz de Vasconcelos	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 1.000 (Esq. Rua São João) - Jardim Anchieta - Ferraz de Vasconcelos/SP - CEP: 08.530-460	Próprio	28.788,35
185 Santo Antonio de Jesus	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Juerana, s/nº (Km 27 da Rodovia BA-046) - São Benedito - Santo Antônio de Jesus/BA - CEP: 44.573-520	Próprio	22.444,50
186 Vilhena	RO	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Celso Mazutti, nº 7.303 - Jardim Araucária - Vilhena/RO - CEP: 76.987-487	Próprio	44.000,00
188 Manaus Educando	AM	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Leopoldo Peres, nº 646 - Educandos - Manaus/AM - CEP: 69.070-250	Próprio	28.910,28
189 Fortaleza Osório	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. General Osório de Paiva, nº 6.297 - Canindezinho - Fortaleza/CE - CEP: 60.731-335	Próprio	50.767,98
190 Jandira	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Sebastião Jordão, nº 400 (Lote 11, 12, 13 e 14) - Núcleo Micro Industrial Presidente Wilson - Jandira/SP - CEP: 06.602-000	Próprio	19.167,00
191 Feira Subaé	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Deputado Luís Eduardo Magalhães, s/nº - Subaé - Feira de Santana/BA - CEP: 44.079-002	Próprio	36.020,00
192 Alagoinhas	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. 110, nº 300 - Sede - Alagoinhas/BA - CEP: 48.010-970	Próprio	29.000,53

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

193 Itaboraí	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Governador Mário Covas, s/nº (BR-101 Km 24) - Vila Gabriela (Manilha) - Itaboraí/RJ - CEP: 24.856-000	Próprio	31.516,61
194 Jundiaí	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Antônio Frederico Ozanan, nº 4.501 - Jardim Liberdade - Jundiaí/SP - CEP: 13.215-485	Próprio	61.587,00
195 Caraguatatuba	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. José Herculano, s/nº - Travessão - Caraguatatuba/SP - CEP: 11.669-330	Próprio	29.745,00
196 Tamboré	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Piracema, nº 1.605 - Tamboré - Barueri/SP - CEP: 06.460-030	Alugado	28.619,00
197 Lucas do Rio Verde	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Universitária, s/nº (Lote 15B - Quadra 014 - Setor 10) - Parque das Emas - Lucas do Rio Verde/MT - CEP: 78.455-000	Próprio	26.803,43
198 Estrela	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Governador Leonel de Moura Brizola (BR- 386), nº 945 - Indústrias - Estrela/RS - CEP: 95.880-000	Próprio	27.890,00
199 Patos	PB	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-230, nº 2.000 (Km 334) - Sete Casas - Patos/PB - CEP: 58.705-275	Próprio	47.506,67
20 Santo Amaro	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Estrada do M'Boi Mirim, nº 380 - Jardim das Flores - São Paulo/SP - CEP: 04.905-000	Próprio	20.577,00
200 Marabá	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-230, s/nº (Quadra 45) - Nova Marabá - Marabá/PA - CEP: 68.507-765	Próprio	40.916,52
201 Ji-Paraná	RO	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Transcontinental, nº 2.799 - Riachuelo - Ji-Paraná/RO - CEP: 76.913-811	Próprio	35.778,00
202 São Gonçalo	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Jornalista Roberto Marinho, nº 407 - Mutondo - São Gonçalo/RJ - CEP: 24.451-715	Próprio	30.797,88
203 Chapecó	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Atílio Francisco Xavier Fontana - E, nº 501-E - Engenho Braun - Chapecó/SC - CEP: 89.809-000	Alugado	22.338,00
204 Mogi das Cruzes	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Ipiranga, nº 1.418 - Jardim Santista - Mogi das Cruzes/SP - CEP: 08.730-000	Alugado	15.709,81
205 Tangará da Serra	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Domingos Parente de Sá Barreto, nº 303-S - Jardim Shangrila - Tangará da Serra/MT - CEP: 78.300-000	Próprio	51.443,56
206 Teixeira de Freitas	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. São Paulo, nº 2.500 - Vila Verde - Teixeira de Freitas/BA - CEP: 45.990-678	Próprio	30.028,34
207 Resende	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Francisco Fortes Filho, nº 5 - Jardim Aliança - Resende/RJ - CEP: 27.525-598	Próprio	47.776,57
208 Barra do Garças	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Valdo Varjão, nº 5679 - BR 070 - Barra do Garças/MT - CEP: 78.600-000	Próprio	38.499,56
209 Ribeirão Via Norte	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Eduardo Andrea Matarazzo, nº 4045 - Ipiranga - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14.060-810	Próprio	23.987,08
21 Santo André Centro	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Queiróz dos Santos, nº 888 (Esq. Siqueira Campos) - Centro - Santo André/SP - CEP: 09.015-	Alugado	10.367,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			310		
210 Jacarepaguá	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Estrada dos Bandeirantes, nº 3285 - Jacarepaguá - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.775-113	Próprio	31.611,05
211 Itapecerica da Serra	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Armando Salles, nº 5888 - Recreio Campestre - Itapecerica da Serra/SP - CEP: 06856-000	Próprio	59.221,22
212 Blumenau	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-470, nº 3000 - Salto do Norte - Blumenau/SC - CEP: 89.065-800	Alugado	-
213 Porto Velho-AT	RO	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. BR 364, nº 7.081 (Km 03) - Lagoa - Porto Velho/RO - CEP: 76.812-317	Próprio	27.900,00
214 Goiânia Romeiros	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. dos Romeiros, s/nº - Fazenda das Caveiras - Goiânia/GO - CEP: 06.412-000	Próprio	43.734,26
216 Maceió-AT	AL	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Dr. Durval de Góes Monteiro, nº 4.466 - Tabuleiro do Martins - Maceió/AL - CEP: 57.061-000	Próprio	58.783,49
217 Maceió Praia	AL	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Comendador Gustavo Paiva, s/nº - Cruz das Almas - Maceió/AL - CEP: 57.031-530	Próprio	36.606,00
218 Sorocaba Campolim	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Francisco Moron Fernandes, nº 1275 - Parque Campolim - Sorocaba/SP - CEP: 18047-770	Próprio	31.524,56
219 São José do Rio Preto Falavina	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Alfredo Antonio de Oliveira, nº 3415 - Residencial Caetano - São José do Rio Preto/SP - CEP: 15.046-840	Próprio	43.582,05
221 São Carlos	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Miguel Petroni, nº 5170 - Loteamento Habitacional São Carlos 1 - São Carlos/SP - CEP: 13.563-470	Alugado	19.100,00
222 São José dos Pinhais	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Rui Barbosa, nº 7992 - Águas Belas - São José dos Pinhais/PR - CEP: 83.040-564	Alugado	25.314,40
223 Osasco Centro	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Hilario Pereira de Souza, nº 588 - Centro - Osasco/SP - CEP: 06.090-010	Alugado	38.954,52
224 Parnamirim-AT	RN	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. BR-101, nº 5300 (Km 15, Lotes 9 e 10, Quadra 2) - Nova Esperança - Parnamirim/RN - CEP: 59.143-360	Próprio	29.046,97
225 Simões Filho	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Engenheiro Walter Aragão de Souza, nº 473 - KM 25 - Simões Filho/BA - CEP: 43.700-000	Próprio	17.875,68
226 Aricanduva	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Aricanduva, nº 3500 - Vila California - São Paulo/SP - CEP: 03490-000	Alugado	17.654,12
227 Maringá Colombo	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Colombo, nº 67 - Vila Nova - Maringá/PR - CEP: 87045-000	Próprio	36.527,64
228 Recife Boa Viagem	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Francisco Correia de Moraes, Imbiribeira, nº 100 - Imbiribeira - Recife/PE - CEP: 51.030-840	Alugado	36.556,03
229 Interlagos	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Interlagos, nº 4211 - Jardim Umuarama - São Paulo/SP - CEP: 04.661-300	Alugado	20.000,00
23 Campinas Dom Pedro	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Dom Pedro I, s/nº (Km 139.900) - Jardim Santa Genebra - Campinas/SP - CEP: 13.080-395	Próprio	190.000,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

230 Castanhal	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente Getúlio Vargas, nº 188 - Cristo Redentor - Castanhal/PA - CEP: 68741-000	Próprio	35.246,33
231 Itumbiara	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Via Expressa Múcio de Souza Rezende, nº 3271 - Parque Vale dos Buritys I - Itumbiara/GO - CEP: 75515-490	Próprio	27.895,00
232 Goiânia-AT	GO	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. BR-153, s/nº (Lote 1 (Galpão 1,2 e 3)) - Retiro do Bosque - Acrescimo - Aparecida de Goiânia/GO - CEP: 74990-840	Alugado	18.217,00
233 Irecê	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BA-052, s/nº (KM 353) - Rodovia - Irecê/BA - CEP: 44.900-000	Próprio	30.010,18
234 Guaratinguetá	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia Presidente Dutra BR 116, s/nº (KM 59) - Vila São José - Guaratinguetá/SP - CEP: 12.522-640	Próprio	42.669,50
235 Itanhaém	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia PC Jordão Brambilla, s/nº - Jardim Belas Artes - Itanhaém/SP - CEP: 11.740-000	Próprio	24.759,87
236 Barretos	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Avenida Antônio José Junqueira de Azevedo, nº 25 - Jockey Club - Barretos/SP - CEP: 14787-284	Próprio	30.000,00
237 Três Lagoas	MS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Ranulpho Marques Leal, nº 3680 - Distrito Industrial II - Três Lagoas/MS - CEP: 79613-000	Próprio	28.000,00
238 Ananindeua Castanheira	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BR 316, s/nº (KM 3) - Coqueiro - Ananindeua/PA - CEP: 67113-000	Alugado	26.163,29
239 São Vicente	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Penedo, nº 585 - Catiapoa - São Vicente/SP - CEP: 11370-400	Próprio	29.197,08
240 Serra Talhada	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. João Gomes de Lucena, nº 5075 (KM 407) - José Alves de Carvalho de Lucena - Serra Talhada/PE - CEP: 56904-320	Próprio	42.000,00
241 Uberaba	MG	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Santos Dumont, nº 1750 - Mercês - Uberaba/MG - CEP: 38.050-400	Alugado	22.883,25
242 Viamão	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Salgado Filho, nº 4742 - Viamópolis - Viamão/RS - CEP: 94470-000	Próprio	35.121,00
243 Caruaru Pólo	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BR-104, , s/nº (Km 62) - Nova Caruaru - Caruaru/PE - CEP: 55014-908	Próprio	39.805,02
244 Petrolina	PE	Loja de Atacado de autosserviço	Av. Dr. Ulisses Guimarães, s/nº (Quadra 142, Lotes 120/183) - Jardim Amazonas - Petrolina/PE - CEP: 56.318-525	Próprio	36.997,69
245 Parnamirim	RN	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR-101, nº 5300 (Km 15, Lotes 9 e 10, Quadra 2) - Nova Esperança - Parnamirim/RN - CEP: 59.143-360	Próprio	23.090,25
246 Curitiba Bairro Alto	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	BR-116, nº 3041 - Bairro Alto - Curitiba/PR - CEP: 82590-100	Próprio	21.172,25
247 Realengo	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Bernardo de Vasconcelos, nº 702 - Realengo - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21715-252	Próprio	21.709,98
248 Boa vista-AT	RR	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Brasil, nº 2.516 (Quadra 186 - Lote 170) - Centenário - Boa Vista/RR - CEP: 69.312-600	Próprio	15.693,60

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

249 Benfica	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Brasil, nº 3700 - Benfica - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20930-040	Próprio	30.000,00
250 Ribeirão Pires	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Francisco Monteiro, nº 1701 (Anexo Area 1A) - Santana - Ribeirão Pires/SP - CEP: 09406-300	Próprio	18.540,80
252 Salvador Bonoco	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Mário Leal Ferreira, nº 500 - Brotas - Salvador/BA - CEP: 40285-600	Alugado	16.961,10
253 Picos	PI	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Deputado Raimundo de Sá Urtiga, nº 2869 - Bomba - Picos/PI - CEP: 64601-382	Próprio	43.677,00
254 Criciúma	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia SC 445, nº 152 (Quadra 444 Lote 45) - Presidente Vargas - Içara/SC - CEP: 88820-000	Próprio	55.559,20
255 Macapá Zona Norte	AP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BR-156, nº 2438 (KM 3) - Boné Azul - Macapá/AP - CEP: 68909-094	Próprio	33.000,00
256 Macapá-AT	AP	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rodovia BR-156, nº 2438 (KM 3) - Boné Azul - Macapá/AP - CEP: 68909-094	Próprio	27.000,00
257 Araçatuba	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Clibas de Almeida Prado, nº 200 - Casa Nova - Araçatuba/SP - CEP: 16078-095	Alugado	23.220,00
258 Cambé	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Melo Peixoto, nº 1314 (BR 369) - Parque Maracana - Cambé/PR - CEP: 86185-700	Alugado	28.728,24
259 Nova Friburgo	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Governador Roberto Silveira, nº 100 - Duas Pedras - Nova Friburgo/RJ - CEP: 28635-000	Próprio	18.076,51
261 Umuarama	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Portugal, nº 7039 - Parque Bandeirantes - Umuarama/PR - CEP: 87504-530	Próprio	28.095,00
262 Cotia Raposo KM 21	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Peloponeso, s/nº - Jardim Semiramis - Cotia/SP - CEP: 06709-360	Próprio	19.464,33
264 Paulista	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Prefeito José Eustáquio de Queiroz, nº 200 - Centro - Paulista/PE - CEP: 53401435	Próprio	30.841,79
265 Teresina-AT	PI	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Prefeito Wall Ferraz, nº 10.197 (Área 14) - Bela Vista - Teresina/PI - CEP: 64.030-005	Próprio	20.196,19
267 Mogi Mirim	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av Pedro Botesi, nº 2855 (Loja A) - Jardim Scomparim - Mogi Mirim/SP - CEP: 13806-635	Alugado	21.154,57
273 Maceió Petrópolis	AL	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Durval Góes Monteiro, nº 6775 - Petrópolis - Maceió/AL - CEP: 57062-280	Próprio	33.367,98
274 Aracaju Tancredo Neves	SE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Pres.Tancredo Neves, nº 3550 - Ponto Novo - Aracaju/SE - CEP: 49097-510	Próprio	18.500,00
275 Bonsucesso	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Itaoca, nº 886 - Bonsucesso - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21.061-020	Próprio	16.684,88
279 Campina Grande Itararé	PB	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Argemiro de Figueiredo, s/nº - Vila Cabral - Campina Grande/PB - CEP: 58.408-330	Próprio	24.685,65
28 Cuiaba Porto	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. XV de Novembro, nº 981 - Porto - Cuiabá/MT - CEP: 78.015-285	Próprio	21.290,25

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

285 Cuiabá Miguel Sutil	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Miguel Sutil , nº 7582 - Jardim Mariana - Cuiabá/MT - CEP: 78040-790	Próprio	34.336,58
289 Volta Redonda	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dois, nº 12 - Jardim Vila Rica - Tiradentes - Volta Redonda/RJ - CEP: 27.259-010	Alugado	21.927,78
30 Uberlândia	MG	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Cesário Crosara, nº 925 - Presidente Roosevelt - Uberlândia/MG - CEP: 38.401-119	Próprio	26.979,00
31 Campo Grande Costa e Silva	MS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Costa e Silva, nº 1.525 - Vila Olinda - Campo Grande/MS - CEP: 79.060-005	Próprio	33.029,00
32 Limeira	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Miguel Guidotti, nº 2.315 (Rod. Anhanguera Km 150) - Pq. Egisto Ragazzo - Limeira/SP - CEP: 13.485-342	Próprio	63.047,08
35 Sao Miguel	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Marechal Tito, nº 2.501 - São Miguel Paulista - São Paulo/SP - CEP: 08.022-000	Alugado	38.000,00
39 Londrina Tiradentes	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Tiradentes, nº 313 - Jardim Shangri-La A - Londrina/PR - CEP: 86.070-545	Alugado	11.261,00
42 Maringá Fernão Dias	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Fernão Dias, nº 300 - Zona Armazém - Maringá/PR - CEP: 87.014-000	Próprio	12.600,00
43 Carapicuíba Km 21	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Antônio Faustino dos Santos, nº 310 - Vila Municipal - Carapicuíba/SP - CEP: 06.327-290	Próprio	25.395,50
44 Rondonópolis	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Bandeirantes, nº 2.432 - Jardim Oliveira - Rondonópolis/MT - CEP: 78.720-000	Próprio	34.898,00
45 Cuiaba Tijucal	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 7.975 - Tijucal - Cuiabá/MT - CEP: 78.085-000	Próprio	71.799,63
46 Santos	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Nossa Senhora de Fátima, nº 298 (Esq. Boris Kauffmann) - Chico Paula - Santos/SP - CEP: 11.085-202	Próprio	21.746,70
47 Recife Iputinga	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Prof. Joaquim Cavalcanti, nº 721 - Iputinga - Recife/PE - CEP: 50.800-010	Próprio	34.186,08
48 Itaquera	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Estrada do Pêssego, nº 100 - Itaquera - São Paulo/SP - CEP: 08.260-000	Próprio	44.731,15
49 Guarulhos Aeroporto	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Otávio Braga de Mesquita, nº 3.116 - Jardim São Geraldo - Guarulhos/SP - CEP: 07.140-230	Próprio	23.499,00
50 Olinda	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Pan Nordestina, nº 778 - Varadouro - Olinda/PE - CEP: 53.010-210	Próprio	27.799,55
51 Natal Sul	RN	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dão Silveira, nº 7.796 - Pitimbu - Natal/RN - CEP: 59.066-180	Próprio	43.840,00
52 Lauro Freitas	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Santos Dumont, s/nº (Km 6,5) - Lauro de Freitas - Lauro de Freitas/BA - CEP: 42.700-000	Próprio	58.236,00
53 Guaruja	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Tancredo Neves, nº 191 - Cachoeira - Guarujá/SP - CEP: 11.435-000	Próprio	29.609,75

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

54 Suzano	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Vereador João Batista Fitipaldi, nº 380 - Vila Maluf - Suzano/SP - CEP: 08.685-000	Próprio	201.455,00
55 Jaboatão Prazeres	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Barreto de Menezes, nº 958 - Prazeres - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.310-310	Próprio	39.750,34
56 Caruaru Petrópolis	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. João de Barros, nº 101 - Petrópolis - Caruaru/PE - CEP: 55.030-280	Próprio	31.441,70
57 Parelheiros	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Teotônio Vilela, nº 8.030 - Jardim São Rafael - São Paulo/SP - CEP: 04.864-002	Próprio	52.756,75
58 Cajazeiras	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Coqueiro Grande, nº 614 - Cajazeiras - Salvador/BA - CEP: 41.342-846	Próprio	46.000,00
59 Cotia Centro	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Prof. José Barreto, nº 1.217 - Jardim Dinorah - Cotia/SP - CEP: 06.703-000	Próprio	74.339,70
60 Vila Maria	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.157 - Vila Maria - São Paulo/SP - CEP: 02.170-000	Próprio	33.275,50
61 Brasília Asa Norte	DF	Loja de Atacado de Autosserviço	ST STN, s/nº (Conjunto H) - Asa Norte - Brasília/DF - CEP: 70.770-100	Próprio	32.500,55
62 Natal Norte	RN	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dr. João Medeiros Filho, nº 778 - Potengi - Natal/RN - CEP: 59.104-095	Próprio	27.119,04
63 Automovel Clube	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Vicente de Carvalho, nº 730 - Vicente de Carvalho - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21.210-000	Alugado	87.544,29
64 Goiânia Goiás Norte	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Goiás, nº 6.505 - Setor Criméia Oeste - Goiânia/GO - CEP: 74.563-220	Alugado	111.943,50
65 Guadalupe	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Brasil, nº 22.950 - Guadalupe - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 21.660-000	Alugado	83.000,00
66 Feira Morada das Árvores	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Eduardo Fróes da Mota, nº 5.500 - Morada das Árvores - Feira de Santana/BA - CEP: 44.021-215	Próprio	32.903,42
67 Nova Iguaçu Maria da Luz	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Alan Kardec, nº 464 - Maria da Luz - Nova Iguaçu/RJ - CEP: 26.220-110	Alugado	47.594,40
68 Aracaju BR	SE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Chanceler Osvaldo Aranha, nº 2.445 (BR-235) - Novo Paraíso - Aracaju/SE - CEP: 49.082-110	Próprio	50.632,18
69 Mossoro	RN	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua João de Escóssia, nº 1.724 - Nova Betânia - Mossoró/RN - CEP: 59.600-000	Próprio	87.176,00
70 Sinop	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua João Pedro Moreira de Carvalho, nº 4.240 - Jardim Planalto - Sinop/MT - CEP: 78.551-630	Próprio	102.645,66
71 Franca	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Rio Negro, nº 1.200 (Loja 01) - São Miguel - Franca/SP - CEP: 14.406-005	Alugado	34.593,00
72 Porto Velho	RO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 364, nº 7.081 (Km 03) - Lagoa - Porto Velho/RO - CEP: 76.812-317	Próprio	40.648,19
73 Juazeiro	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 407, KM 06, Área-01 A, s/nº (Desmemb. Porto Seco) -	Próprio	53.244,22

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			Zona Urbana - Juazeiro/BA - CEP: 48.900-000		
74 Joao Pessoa	PB	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Doutor Manoel Lopes de Carvalho, nº 200 - Ernesto Geisel - João Pessoa/PB - CEP: 58.075-427	Próprio	56.245,00
75 Sapucaia do Sul	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 116, nº 958 - Cohab - Sapucaia do Sul/RS - CEP: 93.212-220	Próprio	111.657,00
77 Valparaíso	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua 43 (Quadras 79 A 82,84), s/nº - Pacaembu - Valparaíso de Goiás/GO - CEP: 72.872-330	Próprio	65.431,52
78 Vila Velha	ES	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Darly Santos, nº 4.393 (Parte E) - Nossa Senhora da Penha - Vila Velha/ES - CEP: 29.110-340	Alugado	79.213,32
80 Fortaleza Aeroporto	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Senador Carlos Jereissati, nº 3.001 (Quadra D-40) - Serrinha - Fortaleza/CE - CEP: 60.741-215	Próprio	62.297,81
81 Tijucal-AT	MT	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Archimedes Pereira Lima, nº 6.944 - São José - Cuiabá/MT - CEP: 78.088-505	Próprio	30.770,00
82 Juazeiro do Norte	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Padre Cícero, nº 4.385 - São José - Juazeiro do Norte/CE - CEP: 63.024-015	Próprio	50.187,50
83 Vitória da Conquista	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente Dutra, s/nº (Setor Gleba 04) - Rodas Felícia - Vitória da Conquista/BA - CEP: 45.045-970	Próprio	110.059,00
84 Jacareí	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Presidente Dutra, s/nº (Km 161 - Setor 02 - Quadra 500) - Parque Meia Lua - Jacareí/SP - CEP: 12.335-010	Próprio	81.000,00
85 Piracicaba	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Ricardo Melotto, nº 578 - Santa Terezinha - Piracicaba/SP - CEP: 13.411-068	Próprio	19.077,68
86 São Bernardo do Campo	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Piraporinha, nº 837 - Planalto - São Bernardo do Campo/SP - CEP: 09.891-001	Próprio	41.685,21
87 Igarassu-AT	PE	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Barão de Vera Cruz, s/nº (Km 47) - Inhama - Igarassu/PE - CEP: 53.625-815	Próprio	94.963,00
88 Sertório	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Sertório, nº 6.767 (Loja 01) - Sarandi - Porto Alegre/RS - CEP: 91.110-581	Alugado	35.000,00
89 Campina Grande Manoel Tavares	PB	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Manoel Tavares, nº 1.800 - Jardim Tavares - Campina Grande/PB - CEP: 58.402-020	Próprio	31.334,34
90 Palmas Rodoviária	TO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. 1212 Sul - ARSE 125 Rod. TO 050, s/nº (Quadra 204) - Plano Diretor Sul - Palmas/TO - CEP: 77.024-546	Próprio	44.075,36
91 São José dos Campos JK	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 6.005 - Vila Industrial - São José dos Campos/SP - CEP: 12.220-000	Alugado	34.755,30
92 Ribeirão Anhanguera	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Henry Nestlé, nº 100 (Sub Setor L 11) - Parque dos Lagos - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14.094-140	Próprio	61.714,00
93 Eunapolis	BA	Loja de Atacado	Av. Antonio Carlos Magalhães,	Próprio	50.237,80

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

		de Autosserviço	s/nº - Loteamento Recanto das Árvores - Eunápolis/BA - CEP: 45.825-580		
94 Vitória da Conquista-AT	BA	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Presidente Dutra, s/nº (BR 116 - Km 839) - Conveima - Vitória da Conquista/BA - CEP: 45.045-970	Próprio	21.589,00
96 Ribeirão Preto-AT	SP	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Henry Nestlé, s/nº (Setor - Sub Setor L 11 - Anexo Lado A) - Setor Leste - Ribeirão Preto/SP - CEP: 14.094-000	Próprio	12.077,00
97 Mauá Itapark	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Itapark, nº 3.633 - Jardim Itapark Velho - Mauá/SP - CEP: 09.350-000	Próprio	18.308,00
98 Maceió Aeroporto	AL	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dr. Durval de Góes Monteiro, nº 4.466 - Tabuleiro dos Martins - Maceió/AL - CEP: 57.061-000	Próprio	142.389,00
99 Barreiras	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Cleriston Andrade, nº 3.707 - Mimoso - Barreiras/BA - CEP: 47.803-550	Próprio	46.477,59
Logística	SP	Centro de Distribuição	Av. Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169 (Lado B) - Parque Novo Mundo - São Paulo/SP - CEP: 02.170-901	Alugado	86.717,96
Matriz ADM	SP	Matriz	Av. Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169 - Vila Maria Baixa - São Paulo/SP - CEP: 02.170-901	Alugado	12.732,00
Venda Externa SP-AT	SP	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Morvan Dias de Figueiredo, nº 6.169 (Lado B) - Parque Novo Mundo - São Paulo/SP - CEP: 02.170-901	Alugado	300,75
306 Santarém-AT	PA	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Engenheiro Fernando Guilhon, s/nº - Santarémzinho - Santarém/PA - CEP: 68.035-000	Próprio	1.847,35
308 Rio Branco-AT	AC	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Rod. BR-364 (Rio Branco-Cruzeiro Do Sul), nº 5000 (Km 5) - Conjunto Tucuma - Rio Branco/AC - CEP: 69.920-193	Próprio	4.919,16
322 Montes Claros-AT	MG	Estabelecimento de Atacado de Entrega	Av. Viriato Ribeiro de Aquino, nº 10 - Canelas - Montes Claros/MG - CEP: 39.402-665	Alugado	15.824,67
260 Guarapuava	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Aragão de Mattos Leão Filho, nº 293 - Dos Estados - Guarapuava/PR - CEP: 85100-000	Próprio	18.503,58
299 Aparecida de Goiânia BR 153	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BR 153, s/nº ( Km 506, s/no - Qd CHC Lt 18 ) - Vera Cruz - Aparecida de Goiânia/GO - CEP: 74.912-650	Alugado	20.939,64
293 Recife Avenida Recife	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Recife, nº 5005 (Loja 0000) - Areias - Recife/PE - CEP: 50.781-000	Próprio	61.945,01
296 Cuiabá CPA	MT	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Otávio Canavarro, s/nº - Bela Vista - Cuiabá/MT - CEP: 78.050-568	Próprio	26.939,00
297 Gama	DF	Loja de Atacado de Autosserviço	AE de Industria 1 Faculdade, nº 1 (Lote 1 Anexo A) - Setor Leste Gama - Brasília/DF - CEP: 72.444-210	Próprio	30.000,00
283 São Leopoldo	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Arnaldo Pereira da Silva, nº 1223 - Santos Dumont - São Leopoldo/RS - CEP: 93.115-000	Próprio	15.009,00
284 Caxias do Sul	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Estrada RST 453, nº 4140 (KM 2) - Desvio Rizzo - Caxias do Sul/RS	Alugado	56.000,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			- CEP: 95.110-310		
282 Joinville	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BR 101, s/nº (KM40) - Gloria - Joinville/SC - CEP: 89.216-500	Próprio	22.581,62
251 Inajar de Souza	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Inajar de Souza, nº 5180 - Vila Rica - São Paulo/SP - CEP: 02861-190	Alugado	12.037,38
278 Mendanha	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Estrada do Mendanha, nº 3245 (1 A 8488 DP do KM 3) - Campo Grande - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 29.092-001	Alugado	35.764,12
294 Barra	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Ayrton Senna, nº 2300 - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.775-003	Próprio	46.500,00
300 Curitiba Parolin	PR	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Presidente Wenceslau Braz, nº 1172 - Guaira - Curitiba/PR - CEP: 81.010-000	Alugado	18.769,00
291 Nova Iguaçu Comendador Soares	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Porto Carrito, s/nº (KM 18 5 Rod Presidente Dutra) - Comendador Soares - Nova Iguaçu/RJ - CEP: 26.280-260	Próprio	21.568,94
304 Fortaleza BR 116	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Alberto Craveiro, nº 507 - Dias Macedo - Fortaleza/CE - CEP: 60.860-005	Próprio	77.721,41
288 Porto Alegre Ceasa	RS	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Vitor Valpirio, nº 850 - Anchieta - Porto Alegre/RS - CEP: 90.200-300	Alugado	45.775,71
290 Florianópolis JK	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 469 - Estreito - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-120	Próprio	30.186,18
276 Ananindeua Coqueiro	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia BR 316, s/nº (KM 03) - Guanabara - Ananindeua/PA - CEP: 67.110-000	Próprio	33.117,37
277 Palmas Pq Cesamar	TO	Loja de Atacado de Autosserviço	Q.412 SUL Av. NS10, s/nº (QUADRAASR SE 45 Lotes 06 a 09) - Plano Diretor Sul - Palmas/TO - CEP: 77021230	Alugado	20.496,00
295 Brasília SIA	DF	Loja de Atacado de Autosserviço	Sia Trecho 14, s/nº ( Lote 05) - - - Brasília/DF - CEP: -	Alugado	59.358,00
301 Salvador Iguatemi	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Trancredo Neves, nº 3413 (Loja) - Caminho das Árvores - Salvador/BA - CEP: 41.820-021	Próprio	40.955,85
302 Salvador Pirajá	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. BR 324, nº 9069 (Loja) - Pirajá - Salvador/BA - CEP: 41.290-550	Próprio	66.828,09
292 Goytacazes Pq. Santo Amaro	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Dr. Nilo Peçanha, nº 1038 - Parque Santo Amaro - Campos dos Goytacazes/RJ - CEP: 28.030-035	Próprio	18.860,00
303 São José Educandário	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua João Grumiche, nº 755 - Rocado - São José/SC - CEP: 88102-600	Alugado	45.000,00
307 Goiânia Perimetral	GO	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Perimetral Norte, nº 3231 - Set Empresarial - Goiânia/GO - CEP: 74.583-285	Próprio	22.143,78
298 Teresina Ilhotas	PI	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Higino Cunha, nº 2055 - Ilhotas - Teresina/PI - CEP: 64.014-220	Próprio	19.949,18
286 Manaus Japiim	AM	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. General Rodrigo Otávio, nº 900 (Lote 1) - Japiim - Manaus/AM	Próprio	31.626,76

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

			- CEP: 69.077-000		
281 Manaus Moderna	AM	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Lourenço da Silva Braga, nº 1640 - Centro - Manaus/AM - CEP: 69.005-015	Alugado	24.289,24
271 Mauá João Ramalho	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. João Ramalho, nº 1504 - Vila João Ramalho - Mauá/SP - CEP: 09371-520	Alugado	27.840,00
312 Jaboatão Centro	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia PE 07, s/nº (KM 21 658) - Vargem Fria - Jaboatão dos Guararapes/PE - CEP: 54.125-130	Próprio	53.000,00
270 Rio das Ostras	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Professor Leandro Farias Sarzedas, s/nº (Área E1B) - Atlantica - Rio das Ostras/RJ - CEP: 28.895-640	Próprio	21.913,91
215 Belém Portal	PA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua do Arsenal, nº 380 - Cidade Velho - Belém/PA - CEP: 66.023-110	Próprio	31.253,83
305 Fortaleza Barra do Ceará	CE	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Francisco Sá, nº 3175 - Carlito Pamplona - Fortaleza/CE - CEP: 60.310-055	Próprio	27.696,71
269 Anchieta	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Marginal Direita Anchieta, s/nº (Bloco B) - Jardim Santa Cruz - São Paulo/SP - CEP: 04182-001	Alugado	10.066,07
266 Indaiatuba	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia Engº. Ermênio de Oliveira Penteado, s/nº (KM 52-SP 0475) - Itaici - Indaiatuba/SP - CEP: 13340-600	Alugado	29.303,21
311 Salvador Trobogy	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Artêmio Castro Valente, nº 1 - Canabrava - Salvador/BA - CEP: 41260-300	Próprio	58.000,00
309 Sumaré	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rodovia Virginia Viel Campos Dall'orto, s/nº - Chacara Monte Alegre - Sumaré/SP - CEP: 13175-585	Próprio	25.867,00
280 Garanhuns	PE	Loja de Atacado de Autosserviço	BR-423, s/nº (Lote TU01A) - José Maria Eduardo - Garanhuns/PE - CEP: 55.293-970	Próprio	30.000,00
319 Maricá	RJ	Loja de Atacado de Autosserviço	Rod. Ernani do Amaral Peixoto, s/nº (Quadra Area Lote 00B6 2) - Flamengo - Maricá/RJ - CEP: 24.904-100	Próprio	16.003,92
313 Salvador ACM	BA	Loja de Atacado de Autosserviço	Av Antonio Carlos Magalhães, s/nº - Parque Bela Vista - Salvador/BA - CEP: 40.280-000	Alugado	11.449,88
272 São José dos Campos Dutra	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Deputado Benedito Matarazzo, nº 5601 - Parque residencial Aquarius - São José dos Campos/SP - CEP: 12.246-840	Alugado	26.420,28
314 Biguaçu	SC	Loja de Atacado de Autosserviço	R Alexandre Sergio Godinho, nº 853 - Mar Das Pedras - Biguaçu/SC - CEP: 88160-500	Alugado	18.023,85
317 Várzea Paulista	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Duque de Caxias, nº 1000 (Lote G62D) - Jardim Promeça - Várzea Paulista/SP - CEP: 13.223-025	Próprio	24.000,00
318 Sorocaba Itavuvu	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Av. Itavuvu, nº 3233 - Jardim Santa Cecília - Sorocaba/SP - CEP: 18.078-005	Alugado	16.227,93
310 Osasco Yolanda	SP	Loja de Atacado de Autosserviço	Rua Humberto de Campos, nº 311 - Vila Yolanda - Osasco/SP - CEP: 06126-280	Alugado	40.272,35

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante****(B) Principais ativos imobilizados do CCI**

Cidade	Estado	Tipo de negócio	Endereço	Próprio ou Alugado	Área do terreno (m²)
Brasília	DF	Hipermercado	Setor Terminal Norte Loja J	Próprio	46.826
		Centro Comercial			
São Paulo	SP	Hipermercado	Rua João Rudge, 282; Rua Zanzibar, 162 e 96/104; Rua Domingos Fasolari, 51 e 53, e Rua Marambaia, 200	Alugado	21.738
São Paulo	SP	Hipermercado	Avenida Paulo Faccini, 240	Próprio	130.381,03
Belo Horizonte	MG	Hipermercado	Avenida dos Andradas, nº 3.000. Santa Efigência	Alugado	10.000(*)
Contagem	MG	Hipermercado	Rodovia Fernão dias, BR 381, 3.000	Próprio	96.502,50
Belo Horizonte	MG	Hipermercado	Av. Presidente Carlos Luz, nº 3001	Alugado	11.794,33(*)
Belo Horizonte	MG	Hipermercado	Av. Presidente Carlos Luz, nº 4055	Próprio	46.719,53
Belo Horizonte	MG	Hipermercado	Rodovia BR 356, nº 3049, Belvedere, Lojas 40, 41, 42, 43, 44 e 61 do Shopping Boulevard Belo Horizonte	Próprio	11.332,00
São Paulo	SP	Hipermercado	AV. MUTINGA, 1300	Alugado	18.926,00
Santo André	SP	Hipermercado	Av. Pereira Barreto, 290	Próprio	36.230,00
Brasília	DF	Hipermercado	ST SCEE SUL S/N LOTE B (Área do Estacionamento)	Próprio	59.403,56
Santos	SP	Hipermercado	Av. Alexandre Martins, 80 - lj 43	Próprio	25.174,31(*)
Brasília	DF	Hipermercado	Unidade "A", lote 2, QS 3, Rua 420, Aguas Claras, Taguatinga	Próprio	48.278,64
São Paulo	SP	Hipermercado	Avenida Salim Farah Maluf s/n	Próprio	34.441,50
São Paulo	SP	Hipermercado	Avenida Salim Farah Maluf s/n	Alugado	5.534,15
São Gonçalo	RJ	Hipermercado	RUA DR. ALFREDO BACKER, 500	Alugado	22.205,00
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	AV. JORGE JÚLIO DA COSTA SANTOS, 200	Alugado	97.526,34
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	ESTRADA DAS CAPOEIRAS, 355	Alugado	9.983,00
Osasco	SP	Centro de Distribuição	Rua Dr. Mauro Lindemberg Monteiro, 322	Próprio	213.669,00
Manaus	AM	Centro de Distribuição	Av. Torquato Tapajós; nº 7841, Galpão 02 - Módulos 09 a 12	Alugado	14.798,00(*)
Brasília	DF	Centro de Distribuição	RODOVIA DF, Nº 290 - KM 1,2 - LOTES 13 À 17	Alugado	25.842,00(*)
Duque de Caxias	RJ	Centro de Distribuição	Av Sn 1, 280, Lotes 5/4e3 Qd:A 1Dt	Alugado	23.172,00(*)
Barueri	SP	Centro de Distribuição	Rodovia Castelo Branco KM 33,8 Qd: GL Lote Quinhão 1	Alugado	75.000,00(*)
Contagem	MG	Centro de Distribuição	Av. Wilson Tavares Ribeiro, nº 1651, Bairro Fazenda Boa Vista	Alugado	20.168,00(*)
Cabo De Santo Agostinho	PE	Centro de Distribuição	BR 101 Sul, nº 3.791 - Gleba 07 A1, Ponte dos Carvalhos	Alugado	23.769,00
Vacaria	RS	Centro de Distribuição	Rod. BR116, 665	Alugado	13.818,00(*)
Manaus	AM	Hipermercado	AV. DJALMA BATISTA, 482 LOJA ÂNCORA B	Alugado	6.952,00(*)
Canoas	RS	Hipermercado	Rua Mathias Velho, 555	Próprio	59.028,00
Campinas	SP	Hipermercado	Rod. Dom Pedro I, s/n, Km 127/128	Próprio	71.260,74

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

Campinas	SP	Hipermercado	Av. Engenheiro Francisco de Paula Souza, 3900	Próprio	93.737,97
São Jose do Rio Preto	SP	Hipermercado	AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 6363	Alugado	6.000,00 <sup>(*)</sup>
Pinhais	PR	Hipermercado	Rodovia Deputado Leopoldo Jacomel, nº. 10.154	Próprio	114.106,22
Curitiba	PR	Hipermercado	R. Deputado Heitor Alencar Furtado, 1210	Próprio	89.972,19
Curitiba	PR	Hipermercado	Av. Marechal Floriano Peixoto 3031	Próprio	37.316,80
Farroupilha	RS	Hipermercado	Rodovia RS 122, Km 120,5	Próprio	73.840,00
Duque de Caxias	RJ	Hipermercado	AV. BRIGADEIRO LIMA E SILVA, 1363	Alugado	57.620,02
Diadema	SP	Hipermercado	Av. Presidente Kennedy, 635	Próprio	18.008,39
Campo Grande	MS	Hipermercado	Avenida Afonso Pena, nº 4.909	Próprio	35.211,00
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Casalbuono, 120	Alugado	13.568,89 <sup>(*)</sup>
Campinas	SP	Hipermercado	AV. PROJETADA, 140	Alugado	20.020,36 <sup>(*)</sup>
São Paulo	SP	Shopping Jardim Pamplona	RUA PAMPLONA, 1704	Próprio	11.790,00
		Hipermercado			
Cajamar	SP	Centro de Distribuição	RODOVIA ANHANGUERA, 420, KM 38 (GALPÃO7 - MOD. 4 e 5)	Alugado	64.000,00 <sup>(*)</sup>
Presidente Prudente	SP	Hipermercado	AV. MANOEL GOULART, 2400	Alugado	10.102,97 <sup>(*)</sup>
São Paulo	SP	Hipermercado	AV. REBOUÇAS, 3970	Alugado	13.669,00 <sup>(*)</sup>
Santos	SP	Hipermercado	Rua Conselheiro Nébias, 802	Próprio	5.196,00
		Hipermercado			
Fortaleza	CE	Hipermercado	PARTE DO IMÓVEL AV. BARÃO DE STUDART, 2200	Alugado	8.200,00
Fortaleza	CE	Hipermercado	Av. Godofredo Maciel , nº. 3190	Próprio	44.360,00
Goiânia	GO	Hipermercado	AV. BRASIL, 505	Alugado	4.168,00 <sup>(*)</sup>
Goiânia	GO	Hipermercado	Av. Dep. Jamel Cecílio, nº 3.900	Próprio	62.660,74
Guarulhos	SP	Hipermercado	Av. Benjamin H. Hunnicutt, s/n	Próprio	99.029,90
Gravataí	RS	Hipermercado	AV. DORIVAL CANDIDO LUZ DE OLIVEIRA, 165	Alugado	15.341,18
Goiânia	GO	Hipermercado	AV. T9, S/N, LOTE 01B	Alugado	37.657,57
Guarujá	SP	Hipermercado	Av. Dom Pedro I, 2131	Próprio	16.989,89
Jundiaí	SP	Hipermercado	Av. Marginal Norte Via Anhanguera, km 59	Próprio	80.292,19
Juiz de Fora	MG	Hipermercado	Av. Barão do Rio Branco, nº. 5001	Próprio	71.380,84
João Pessoa	PB	Hipermercado	Rua Empresário João Rodrigues Alves, nº. 85, Bancários	Próprio	91.720,5
João Pessoa	PB	Hipermercado	Rua Bel. Irenaldo Albuquerque, nº. 701, 935 e 1070, Aeroclub, João Pessoa.	Próprio	97.034,79
Londrina	PR	Hipermercado	Rodovia Celso Garcia, KM 377	Próprio	60.000,00
Manaus	AM	Hipermercado	Av Jornalista Humberto Calderaro Filho, 203	Alugado	18.000,00
Manaus	AM	Hipermercado	Avenida Djalma Batista 276	Próprio	30.000,00
Manaus	AM	Hipermercado	AV. PEDRO TEIXEIRA, 52	Alugado	37.488,72
Natal	RN	Hipermercado	Rodovia BR 101, s/n	Próprio	104.200,00
São Paulo	SP	Matriz	Rua George Eastman 213	Próprio	19.961,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

Natal	RN	Hipermercado	AV. DR. JOÃO MEDEIROS FILHO	Alugado	25.572,00
Osasco	SP	Hipermercado	Av. dos Autonomistas, 1542 a 1790	Próprio	159.289,00
Piracicaba	SP	Hipermercado	Av. Ruy Teixeira Mendes, 300, St 28, quadra 0074	Próprio	130.328,86
Porto Alegre	RS	Hipermercado	Rua Albion, 111	Próprio	59.028,00
Porto Alegre	RS	Hipermercado	Av. Plínio Brasil Milano, 2333/2343	Próprio	34.642,15
Recife	PE	Hipermercado	AV. Domingos Ferreira e Rua Francisco da Cunha 919	Alugado	115.650,31
Recife	PE	Hipermercado	Rua José Bonifácio, nº. 1.135	Próprio	77.413,11
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	Av. das Américas, 5150	Próprio	104.158,00
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	Av. Washington Luiz, 4735	Próprio	88.278,63
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	Av. Marechal Fontenele, nº. 3555	Próprio	99.247,07
Campos dos Goitacazes	RJ	Hipermercado	Rua Doutor Oliveira Botelho, 349	Próprio	99.525,04
Rio de Janeiro	RJ	Hipermercado	Avenida Dom Helder Camara, 5474, loja A	Próprio	50.186,00
Ribeirão Preto	SP	Hipermercado	Rua Municipal, 252	Próprio	48.161,00
Ribeirão Preto	SP	Hipermercado	Av. Presidente Vargas, 2970	Próprio	25.854,33
São Vicente	SP	Hipermercado	Av. Prefeito José Monteiro, 1045	Próprio	59.633,48
São Bernardo do Campo	SP	Hipermercado	Av. Senador Vergueiro, nº. 2000	Próprio	93.241,15
São Bernardo do Campo	SP	Hipermercado	Av. Maria Servidei Demarchi, 398	Próprio	36.405,87
São Paulo	SP	Hipermercado	AV. SANTO AMARO, 4.815	Alugado	9.789,00
São Bernardo do Campo	SP	Hipermercado	Av. Taboão, 2000	Próprio	20.023,06
São Caetano	SP	Hipermercado	Rua Aquidaban, 301 E Av. do Estado, n 1.750	Próprio	103.899,00
São Paulo	SP	Hipermercado	AV. ENGENHEIRO GEORGE CORBISIER, 273	Alugado	8.789,30
São Jose dos Campos	SP	Hipermercado	Av. Deputado Benedito Matarazzo, 5701	Próprio	78.421,25
São Jose do Rio Preto	SP	Hipermercado	Av. Tancredo Neves, 900	Próprio	187.986,52
Santa Maria	RS	Hipermercado	Av. Rio Branco 732	Alugado	8.138,64
Sorocaba	SP	Hipermercado	Av. Brasil, 376	Próprio	89.609,00
Sorocaba	SP	Hipermercado	Av. Gisele Constantino 1870	Próprio	40.500,00
São Paulo	SP	Hipermercado	Via Anchieta, nº 3398, Km 10,50 (119.349.0253-4)	Próprio	76.712,31
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Professor Francisco Morato, 2718	Próprio	53.925,14
		Terreno	Av. Eliseu de Almeida		
São Paulo	SP	Hipermercado	Praça Alberto Lion, 100	Próprio	70.339,77
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Jacu Pêssego, nº. 1.400	Próprio	71.554,64
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Alberto Augusto Alves, nº. 50	Próprio	55.869,67
São Paulo	SP	Hipermercado	AV. AMADOR BUENO DA VEIGA, 2521	Próprio	16.264,00
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Interlagos, 2255	Próprio	57.850,00
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Otaviano Alves de Lima, 1824	Próprio	41.643,9
São Paulo	SP	Hipermercado	Rod. Raposo Tavares, s/n, Km 17, 160 metros	Próprio	97.000,00

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

São Paulo	SP	Hipermercado	Av. das Nações Unidas, nº. 15.187	Próprio	61.049,00
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Rio das Pedras, nº 555 e Av. Aricanduva, nº. 6250	Próprio	83.197,46
São Paulo	SP	Hipermercado	Rua Ribeiro Lacerda, 940	Próprio	25.323,74
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Morvan Dias de Figueiredo, 3177	Próprio	74.263,63
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. José Cesar de Oliveira, s/nº	Próprio	15.480,00
Santo André	SP	Hipermercado	Av. Pedro Américo, 23	Próprio	73.648,75
Santo André	SP	Hipermercado	Rua do Oratório, 85	Próprio	42.838,63
Taboão Da Serra	SP	Hipermercado	Rod. Régis Bittencourt, 1835, Km 271,5	Próprio	40.000,00
Taubaté	SP	Hipermercado	Av. Charles Schneider, nº. 1201	Próprio	34.928,00
Barueri	SP	Hipermercado	Av. Piracema, 669 (Alameda Araguaia, nº. 2800)	Próprio	23.297,00
São Paulo	SP	Hipermercado	Av. Regente Feijó, nº. 1759, bloco B do Jd, Anália Franco	Próprio	27.234,25
Uberlândia	MG	Hipermercado	Av. João Naves de Ávila, nº. 1.441	Próprio	59.886,81
Vila Velha	ES	Hipermercado	Avenida Luciano das Neves, 2.418	Alugado	9.799,73 <sup>(*)</sup>
São Paulo	SP	Dark Store	Avenida Santo Amaro, 3907	Próprio	2.529,00
São Paulo	SP	Matriz Banco CSF	Av. Dr. Chucri Zaidan, 296 - Vila Cordeiro	Alugado	3.811,97

(\*) Para estes ativos relevantes, alugamos somente o imóvel (building), então a área indicada corresponde ao valor da área construída do imóvel e não à área do terreno.

**b. Ativos intangíveis, tais como patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia, nomes de domínio na rede mundial de computadores***I. Marcas registradas e aplicações de marca no Brasil materiais para a Companhia*

<b>Descrição do Ativo</b>	Em 31 de Dezembro de 2021, nossas principais marcas ("CARREFOUR", "BANCO CARREFOUR", "CARREFOUR BAIRRO", "CARREFOUR DROGARIA", "CARREFOUR SELECTION", "ATACADÃO", "CARREFOUR EXPRESS", "EXPRESS", "CARREFOUR MARKET" e "CYBERCOOK") estavam devidamente registradas junto ao INPI. Nesta data, tínhamos aproximadamente 123 (cento e sessenta e quatro) marcas, de diferentes classes e formatos, registradas ou em processo de registro como aplicação no Brasil. Algumas destas marcas pertencem aos Acionistas Controladores, principalmente aquelas com o nome "CARREFOUR", utilizadas pela Companhia através de um Contrato de Licença. Uma parte das marcas pertence à Companhia e suas Subsidiárias, incluindo as marcas registradas com o nome "ATACADÃO".
<b>Duração</b>	10 anos a partir da data de registro (renovável por períodos semelhantes) - pela Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9279/96).
<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	Além dos eventos legalmente prescritos, não estamos cientes, neste momento, de qualquer circunstância que possa conduzir à perda dos direitos sobre qualquer marca em particular.
<b>Consequências da perda dos direitos</b>	A perda de direitos sob qualquer marca registrada pode implicar na incapacidade de impedirmos que outras pessoas usem as marcas e, possivelmente, descontinuidade de uso, sendo que nenhum destes é antecipado por nós em virtude das informações fornecidas no item acima.

*II. Nomes de Domínio*

<b>Descrição do Ativo</b>	Em 31 de Dezembro de 2021, nossos principais domínios, entre outros, eram os seguintes:
---------------------------	---

**9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

	<p><a href="http://www.carrefour.com.br">www.carrefour.com.br</a>, <a href="http://www.carrefoursolucoes.com.br">www.carrefoursolucoes.com.br</a>, <a href="http://www.atacado.com.br">www.atacado.com.br</a>, <a href="http://www.cartaoatacado.com.br">www.cartaoatacado.com.br</a>, <a href="http://www.grupocarrefourbrasil.com.br">www.grupocarrefourbrasil.com.br</a>, <a href="http://actforfood.carrefour.com.br">actforfood.carrefour.com.br</a>, <a href="http://cybercook.com.br">cybercook.com.br</a>. Estes domínios estão registrados em nome da Companhia ou de suas Subsidiárias, sendo que alguns são gerenciados diretamente por seu Acionista Controlador, através de um parceiro local.</p>
<b>Duração</b>	A duração depende do tipo de registro do nome de domínio. Podemos solicitar prazos de 1, 2, 5 e 10 anos, a depender da relevância do nome de domínio para nós, ou seja, solicitamos termos prolongados para nomes de domínio que são mais valiosos para nós, como os acima definidos.
<b>Eventos que podem causar a perda dos direitos</b>	A ausência de pedido de renovação do registro junto ao órgão responsável para manter o registro ou a falha ao executar o pagamento atrelado à renovação do nome de domínio podem resultar na perda de direitos sobre tais ativos.
<b>Consequências da perda dos direitos</b>	Uma perda de direitos sob qualquer nome de domínio registrado pode acarretar incapacidade de impedir que terceiros usem o nome de domínio.

## 9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Ao invés de descrever extensa lista dos nossos ativos imobilizados, entendemos ser mais útil aos nossos acionistas e ao mercado em geral, as informações incluídas no item 9.1 (Descrição dos bens do ativo não circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades do emissor), por meio do qual é possível verificar uma descrição mais completa e detalhada dos imóveis relevantes para o exercício das nossas atividades.

## 9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Ao invés de descrever extensa lista dos nossos ativos intangíveis, entendemos ser mais útil aos nossos acionistas e ao mercado em geral, as informações incluídas no item 9.1 (Bens do ativo não-circulante outros), por meio do qual é possível obter uma perspectiva geral dos principais ativos intangíveis da Companhia.

**9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)	Data	Valor (Reais Unidade)			
Banco CSF S.A.	08.357.240/0001-50	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Atividades relacionadas a financiamento e bancárias e serviços relacionados a cartões de crédito.	51,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2021	-0,030000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2021	1.350.656.597,66		
31/12/2020	8,030000	0,000000	0,00					
31/12/2019	19,907060	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Sociedade por meio da qual a Companhia realiza atividades relacionadas a financiamento e bancárias e serviços relacionados a cartões de crédito.								
BSF Holding S.A.	05.676.559/0001-50	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	51,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2021	-0,890000	0,000000	234.000.000,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2021	1.377.409.020,72		
31/12/2020	11,150000	0,000000	82.000.000,00					
31/12/2019	18,000000	0,000000	100.000.000,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Sociedade por meio da qual a Companhia mantém participações societárias em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.								
Carrefour Comércio e Indústria Ltda.	45.543.915/0001-81	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Compra, venda, revenda, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, refeições prontas, bebidas em geral, perfumaria, entre outros, no mercado de varejo.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
31/12/2021	14,380000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2021	7.722.713.170,71		

31/12/2020	10,110000	0,000000	0,00
31/12/2019	-3,332690	0,000000	0,00

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Sociedade por meio da qual a Companhia desenvolve as atividades de venda, revenda, importação e exportação no mercado de varejo

Cosmopolitano Shopping Empreendimentos S.A	19.332.623/0001-09	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Incorporação e a implementação do Shopping Center denominado Shopping Cosmopolitano, localizado no município de São Paulo, Estado de São Paulo.	50,000000
--	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	---	-----------

**Valor mercado**

31/12/2021	-10,030000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2021	69.402.441,38
31/12/2020	-26,290000	0,000000	0,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00		

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Sociedade por meio da qual a Companhia busca o desenvolvimento, comercialização e locação de unidades pertencentes ao Shopping Center.

Cotabest Informação e Tecnologia SA	23.460.076/0001-03	-	Coligada	Brasil	SP	São Paulo	Plataforma digital que reúne diversos atacadistas, distribuidores e indústria, permitindo ao usuário cadastrado com CNPJ ou CPF comparar preços e realizar compras a preço de atacado, sem intermediários.	51,000000
-------------------------------------	--------------------	---	----------	--------	----	-----------	--	-----------

**Valor mercado**

31/12/2021	-861,750000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2021	-4.525.796,69
31/12/2020	0,000000	0,000000	0,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00		

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Sociedade por meio da qual a Companhia busca acelerar o processo de transformação digital e inovação.

E-Wally Tecnologia SA	00.714.671/0001-14	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Fintech especializada em serviços financeiros digitais, com uma cesta de serviços.	99,990000
-----------------------	--------------------	---	------------	--------	----	-----------	--	-----------

**Valor mercado**

31/12/2021	-10,030000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b> 31/12/2021	34.119.840,42
31/12/2020	-26,290000	0,000000	0,00		
31/12/2019	0,000000	0,000000	0,00		

**Razões para aquisição e manutenção de tal participação**

Sociedade por meio da qual a Companhia busca acelerar o processo de transformação digital e inovação, além de ampliar seu ecossistema de pagamentos e distribuição de produtos e serviços digitais no Brasil.

**9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
<b>Exercício social</b>	<b>Valor contábil - variação %</b>	<b>Valor mercado - variação %</b>	<b>Montante de dividendos recebidos (Reais Unidade)</b>		<b>Data</b>	<b>Valor (Reais Unidade)</b>		
Pandora Participações Ltda.	17.948.556/0001-07	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Participação societária em empresas com atividades relacionadas a aquisição, gerenciamento e negociação de ativos patrimoniais e de direitos creditórios e de serviços decorrentes de faturamento da venda de bens ou da prestação de serviços de qualquer natureza.	100,000000
				<b>Valor mercado</b>				
<b>31/12/2021</b>	-2,290000	0,000000	0,00	<b>Valor contábil</b>	31/12/2021	272.953.954,52		
<b>31/12/2020</b>	-3,880000	0,000000	0,00					
<b>31/12/2019</b>	-1,860000	0,000000	0,00					
<b>Razões para aquisição e manutenção de tal participação</b>								
Sociedade por meio da qual a Companhia mantém participações societárias em empresas com atividades relacionadas a aquisição, gerenciamento e negociação de ativos patrimoniais e de direitos creditórios.								

## **9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada na seção 9.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem as expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos no item 4 – Fatores de Risco e outros assuntos estabelecidos no Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 e suas respectivas notas explicativas. As demonstrações financeiras consolidadas auditadas foram preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, ou BR GAAP e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board, ou IASB.

Os comentários dos diretores estatutários visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para (i) os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de exercício para exercício, e (iii) os principais fatores que explicam essas alterações.

Também descrevemos algumas métricas de desempenho chave que a Administração usa para avaliar os negócios, medir o desempenho, identificar tendências de negócios e tomar decisões estratégicas. Adicionalmente, os comentários dos diretores estatutários fornecem certas informações sobre os resultados financeiros dos três segmentos de negócio, conforme descritos na nota 30 das demonstrações financeiras, para proporcionar aos investidores uma melhor compreensão de como cada um desses segmentos e seus resultados operacionais podem afetar a condição financeira do consolidado e os resultados operacionais.

Os termos “AH” e “AV” nas colunas de determinadas tabelas no item 10 do Formulário de Referência da Companhia significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As referências a vendas mesmas lojas (“*like-for-like*” ou vendas “LFL”) comparam as vendas brutas no período relevante com as do exercício imediatamente anterior, com base nas vendas brutas realizadas por lojas comparáveis, que são definidas como lojas que estão abertas e operantes há pelo menos doze meses e que não foram objeto de encerramento ou renovação dentro deste período. Além disso, as vendas brutas de uma loja que foi convertida de um formato para outro são excluídas do cálculo de vendas LFL. Outras empresas de varejo podem calcular as vendas LFL de forma diferente da Companhia e, portanto, seu desempenho de vendas histórico e futuro LFL pode não ser comparável com outras métricas similares usadas por outras empresas.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

##### Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A Administração revisa regularmente as principais métricas de liquidez e financeira descritas abaixo para avaliar seus negócios.

---

Exercício findo em 31 de dezembro

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(Em milhões de R\$, exceto os índices)	2021	2020	2019 pós IFRS 16
Patrimônio líquido	18.396	17.045	14.705
Lucro líquido	3.366	2.844	1.328
EBITDA Ajustado(1)	5.715	5.610	4.754
Margem EBITDA Ajustado(2)	7,8%	8,3%	8%
Dívida bruta(3)	(9.115)	(5.791)	(4.489)
(Dívida financeira líquida) ou Caixa líquido(4)	(1.471)	540	1.130
Caixa e equivalentes de caixa	6.945	5.672	5.322
Títulos e valores mobiliários	497	358	297
Fluxo de caixa livre(5)	2.127	2.473	883
Índice caixa financeiro líquido / Patrimônio líquido	(0,08)	0,03	0,08
Índice caixa financeiro líquido / EBITDA Ajustado	0,26	0,10	0,24

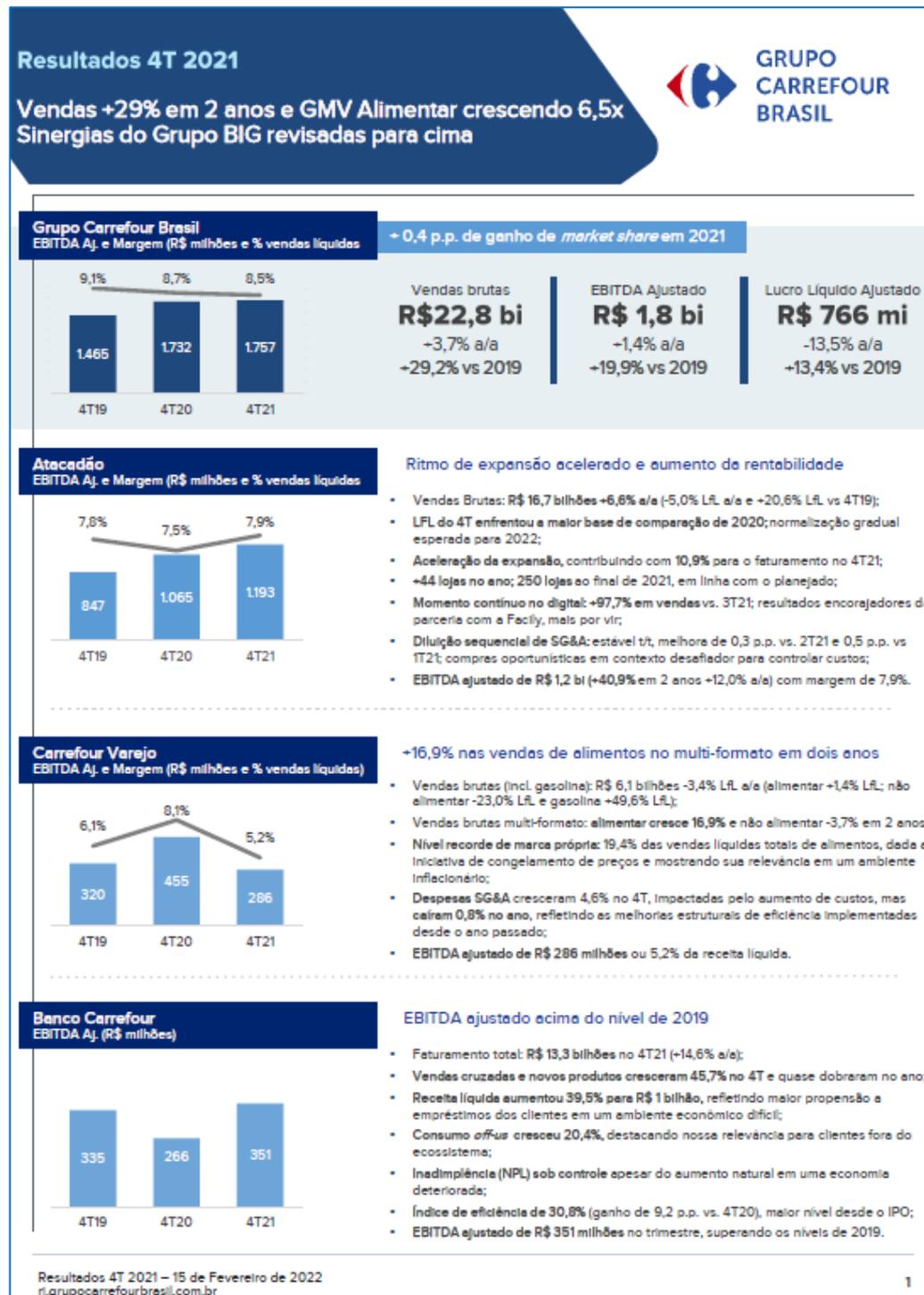
- O EBITDA Ajustado foi calculado como o “Lucro líquido do exercício” (ou período) ajustado pelo “Resultado financeiro líquido”, pelo “Imposto de renda e contribuição social” e pela “Depreciação e amortização” (incluindo depreciação e amortização logísticas incluídas nos custos de venda) e excluindo outras receitas e despesas (compreendendo perdas ou ganhos na alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas a demandas judiciais, e o reconhecimento de créditos de ICMS relativos a exercícios anteriores). O EBITDA Ajustado da Companhia foi calculado por meio do EBITDA acrescido ou reduzido de itens que no entendimento possuem número de ocorrências limitado, claramente identificáveis, não usuais e que têm impacto material em seus resultados. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro líquido ou como uma medida de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez. O EBITDA Ajustado não tem um significado padronizado, e sua definição que a Companhia utiliza pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. Para uma conciliação do lucro líquido com o EBITDA Ajustado do respectivo período, vide o Relatório da Administração incluído nas demonstrações financeiras auditadas.
- A “Margem EBITDA Ajustado” foi calculada como o EBITDA Ajustado dividido pelas vendas líquidas do respectivo período, expressa em percentual.
- “Dívida bruta” é igual ao total de empréstimos e financiamentos, que é a soma dos saldos de curto e longo prazos de empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento e instrumentos financeiros derivativos registrados no passivo.
- A “Dívida financeira líquida”/“Caixa líquido” foi calculada como Dívida bruta menos caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos registrados no ativo (circulante e não circulante). A Dívida financeira líquida não é uma medida de desempenho financeiro segundo os BR GAAP ou IFRS. A Dívida financeira líquida não tem significado padronizado, não deve ser considerada como uma medida de liquidez ou endividamento, e a definição de Dívida financeira líquida da Companhia pode não ser comparável com aquelas usadas por outras empresas. Vide item 3.2 deste *Formulário de Referência* para uma conciliação da Dívida bruta da Companhia com a Dívida financeira líquida.
- O “fluxo de caixa livre” foi calculado como caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, menos os juros recebidos em investimentos de curto prazo, mais caixa utilizado (resgatado) em variações de depósitos judiciais, menos o caixa fornecido pela alienação de ativos não operacionais, menos o caixa utilizado em adições aos ativos intangíveis. O fluxo de caixa livre não é uma medida do desempenho financeiro de acordo com o BR GAAP ou IFRS. O fluxo de caixa livre não tem significado padronizado, não deve ser considerado como uma medida de liquidez, e a definição de fluxo de caixa livre da

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Companhia pode não ser comparável com aquelas utilizadas por outras empresas. Para uma conciliação do EBITDA Ajustado com o fluxo de caixa livre da Companhia para o período relevante, consulte o Relatório da Administração das demonstrações financeiras auditadas, consulte o item 3.2 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%
Vendas Brutas	22.781	21.963	3,7%	16.722	15.692	6,6%	6.059	6.271	-3,4%			
Vendas Líquidas	20.661	19.873	4,0%	15.196	14.276	6,4%	5.465	5.597	-2,4%			
Lucro Bruto	4.262	3.940	8,2%	2.362	2.012	17,4%	1.268	1.394	-9,0%	638	539	18,4%
Margem Bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	15,5%	14,1%	1,4 p.p.	23,2%	24,9%	-1,7 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.757	1.732	1,4%	1.193	1.065	12,0%	286	455	-37,1%	351	266	32,0%
Margem EBITDA Ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,9%	7,5%	0,4 p.p.	5,2%	8,1%	-2,9 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	766	886	-13,5%									
Margem Líquida Ajustada	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -5 milhões e R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -67 milhões em 2021 e R\$ -69 milhões em 2020.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%
Vendas Brutas	81.185	74.751	8,6%	58.993	51.817	13,8%	22.192	22.934	-3,2%			
Vendas Líquidas	73.552	67.640	8,7%	53.595	47.058	13,9%	19.957	20.582	-3,0%			
Lucro Bruto	14.876	13.918	6,9%	8.137	7.040	15,6%	4.745	5.161	-8,1%	2.016	1.740	15,9%
Margem Bruta	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.	15,2%	15,0%	0,2 p.p.	23,8%	25,1%	-1,3 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	5.715	5.610	1,9%	3.925	3.605	8,9%	1.114	1.502	-25,8%	930	698	33,2%
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.	7,3%	7,7%	-0,3 p.p.	5,6%	7,3%	-1,7 p.p.			
Lucro Líquido Ajustado, controlador	2.399	2.758	-13,0%									
Margem Líquida Ajustada	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -22 milhões e R\$ -23 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -232 milhões em 2021 e R\$ -172 milhões em 2020.

**Stéphane Maquaire, CEO, declarou:**

“ O Grupo Carrefour Brasil apresentou um desempenho muito resiliente no 4T e no ano de 2021, com crescimento nas vendas brutas e EBITDA ajustado, mesmo diante de uma base de comparação muito difícil. A expansão do Atacadão acelerou e o Banco Carrefour continuou sua forte recuperação, enquanto as vendas de alimentos do Carrefour Varejo voltaram a crescer e a recuperação da Unidade de Negócios está a caminho. O Carrefour está ao lado dos consumidores brasileiros no ambiente desafiador do país, como visto em sua decisão de congelar os preços dos produtos alimentícios de marca própria, protegendo assim o poder de compra. Nosso ecossistema multi-formato e multi-canal se fortaleceu ainda mais, e o fechamento da aquisição do Grupo BIG esperado até junho, cujas metas de sinergias foram elevadas, deve contribuir para mais um ano de crescimento em 2022. ”

Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
ri.grupocarrefourbrasil.com.br

2

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Aquisição do Grupo BIG

---

#### Um novo passo para o fechamento, sinergias revisadas para cima

Mais próximo do fechamento

Conforme divulgado em Fato Relevante de 25 de janeiro de 2022, a Superintendência-Geral do CADE recomendou a aprovação da aquisição do Grupo BIG pelo Grupo Carrefour Brasil, anunciada em março de 2021. A decisão final deve ser publicada até junho.

A recomendação baseia-se na celebração de um Acordo em Controle de Concentrações que prevê a alienação de operações para mitigar problemas de concentração excessiva. A Superintendência menciona até 11 das 388 lojas do Grupo BIG, representando até 2,8% do portfólio total de lojas.

**Sinergias: no mínimo 15% de aumento potencial**

As sinergias esperadas identificadas pelo Grupo Carrefour Brasil no momento da assinatura da operação totalizaram em um EBITDA adicional de R\$ 1,7 bilhão anualmente três anos após o fechamento.

Após a revisão, atualmente vemos pelo menos 15% de aumento em relação ao valor inicialmente comunicado. Nesse momento estimamos que o montante de sinergias seja de no mínimo R\$ 2,0 bilhões no ano de 2025. As principais oportunidades incluem:

- I. Maiores ganhos relacionados à densidade de vendas e conversão de lojas
- II. Sinergias de compras
- III. Otimização de despesas gerais e maior eficiência da cadeia de suprimentos

SINERGIAS

+15% potencial

No mínimo

**Portfólio atual**

O Grupo BIG vem transformando suas lojas e adaptando sua exposição a diferentes formatos. As seguintes alterações ocorreram em relação aos números de dezembro de 2020:

Marca				 
Formato	Atacarejo	Clube	Hipermercado	Supermercado e Proximidade
Dez 2020	49	35	107	196
	↓ +14	↓ +8	↓ -21	↓ -
Portfólio Atual	63	43	86	196
388 LOJAS				

Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
[ri.grupocarrefourbrasil.com.br](http://ri.grupocarrefourbrasil.com.br) 3

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Novos Avanços em ESG

O Grupo Carrefour Brasil avançou ainda mais nos aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ESG) no 4T21.

#### Ambiental

**Desmatamento Zero**

Dentre as fazendas monitoradas 87% estão em conformidade com a política de compra de carne do Grupo e os 13% que não estão conformes estão bloqueados ou em processo de requalificação

**84 toneladas de embalagens evitadas**

Economia Circular

**Consumo de energia**

21% de redução 2021 vs. 2020  
1ª loja com painel solar e 100% das novas aberturas nesse modelo

**28% de aumento em produtos coletados via logística reversa**



#### Social

**Um ano do lançamento do Plano Antirracismo do Grupo**

8 compromissos públicos

49 ações

100% do plano de ação de 2021 alcançado

**Aceleração do empreendedorismo negro**

Inclusão e promoção de 10 fornecedores negros em nossas lojas

Criação de um *squad* comercial focado em fornecedores negros

**Investimentos no combate ao racismo**

R\$ 115 milhões em investimentos em ações de combate ao racismo até o final do Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

300 bolsas para qualificação profissional em tecnologia para jovens negros em situação de vulnerabilidade social

**Liderança**

38% mulheres

53% negros em Dezembro 2021

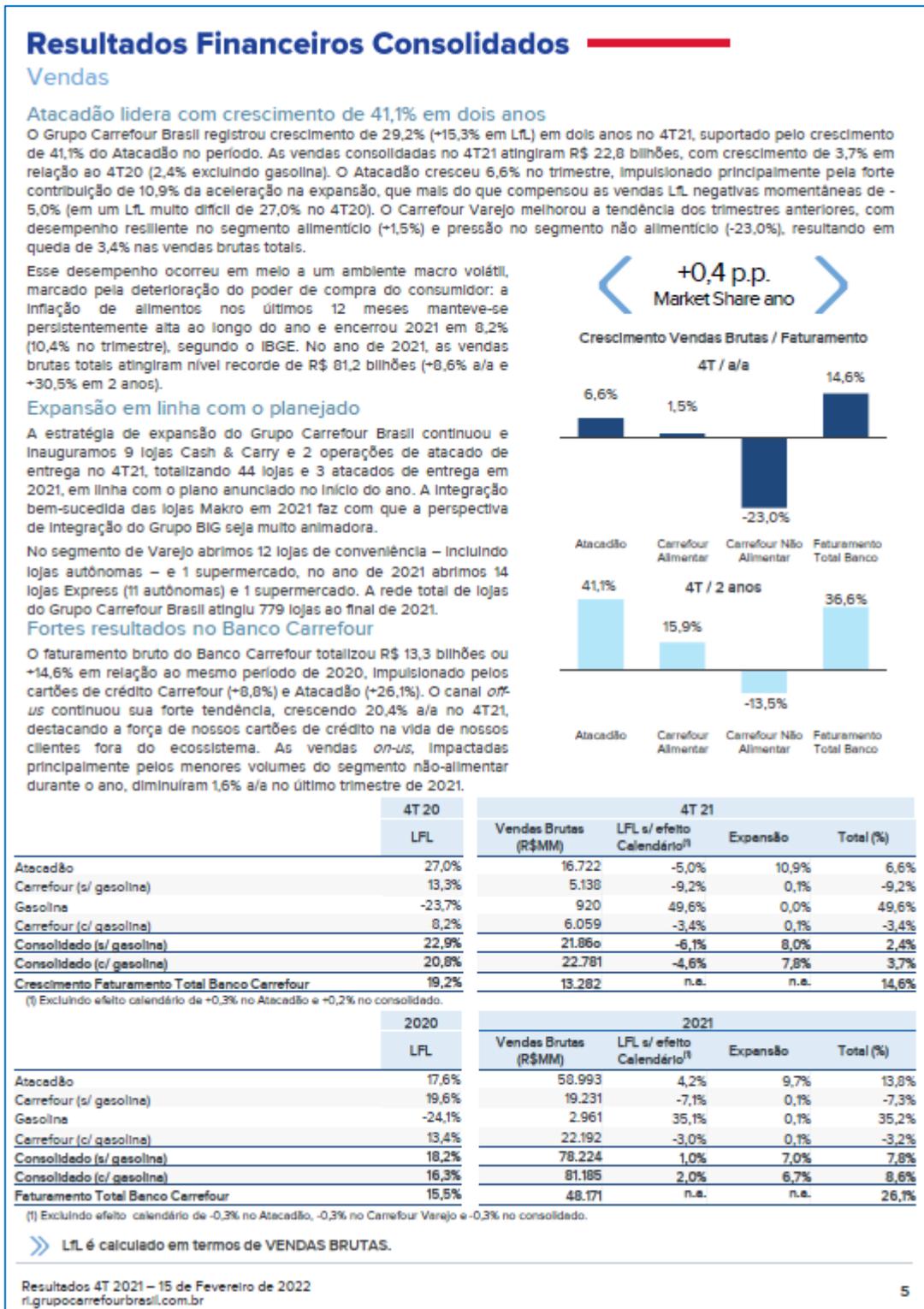
**2 mulheres na alta gestão**





Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
[ri.grupocarrefourbrasil.com.br](http://ri.grupocarrefourbrasil.com.br) 4

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Outras Receitas

#### Operações financeiras suportando aumento de 30,0% a/a

Outras receitas cresceram 30,0% e atingiram R\$ 1,2 bilhão, Impulsionadas principalmente pelo aumento das receitas do banco, refletindo uma maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil, bem como a continuidade do crescimento do *marketplace* do Atacadão.

### Margem Bruta Consolidada e VG&A

#### Conhecimento de mercado e recuperação do Banco suportando os resultados

O lucro bruto atingiu R\$ 4,3 bilhões no 4T21, crescendo 8,2%, Impulsionado pelo crescimento das vendas do Atacadão e do Banco Carrefour, que mais uma vez conseguiram mais do que compensar a pressão esperada nas operações de Varejo. A margem bruta consolidada foi de 20,6%, aumentando 0,8 p.p. a/a, Impulsionada principalmente pelas compras oportunísticas do Atacadão em meio ao ambiente inflacionário desafiador.

As despesas VG&A totalizaram R\$ 2,5 bilhões, 13,4% acima e representando 12,2% da receita líquida no 4T21, um aumento de 1,0 p.p. a/a, principalmente devido à aceleração da expansão. Em uma base sequencial as despesas VG&A como percentual da receita líquida mantiveram-se estáveis.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%	4T 21	4T 20	Δ%
Vendas Brutas	22.781	21.963	3,7%	16.722	15.692	6,6%	6.059	6.271	-3,4%			
Vendas Brutas ex-gasolina	21.860	21.348	2,4%	16.722	15.692	6,6%	5.138	5.656	-9,2%			
Vendas Líquidas	20.661	19.873	4,0%	15.196	14.276	6,4%	5.465	5.597	-2,4%			
Outras Receitas (1)	1.203	926	30,0%	47	40	16,6%	155	169	-8,5%	1.007	722	39,5%
Vendas Totais	21.864	20.799	5,1%	15.243	14.316	6,5%	5.620	5.766	-2,5%	1.007	722	39,5%
Lucro Bruto	4.262	3.940	8,2%	2.362	2.012	17,4%	1.268	1.394	-9,0%	638	539	18,4%
Margem Bruta	20,6%	19,8%	0,8 p.p.	15,5%	14,1%	1,4 p.p.	23,2%	24,9%	-1,7 p.p.			
Despesas VG&A (2)	(2.518)	(2.221)	13,4%	(1.173)	(951)	23,3%	(991)	(948)	4,6%	(287)	(273)	5,1%
VG&A de Vendas Líquidas	12,2%	11,2%	1,0 p.p.	7,7%	6,7%	1,1 p.p.	18,1%	16,9%	1,2 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	1.757	1.732	1,4%	1.193	1.065	12,0%	286	455	-37,1%	351	266	32,0%
Margem EBITDA Ajustada	8,5%	8,7%	-0,2 p.p.	7,9%	7,5%	0,4 p.p.	5,2%	8,1%	-2,9 p.p.			
Lucro Líquido Aj., controlador	766	886	-13,5%									
Margem Líquida Ajustada	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -6 milhões e R\$ -5 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -67 milhões em 2021 e R\$ -49 milhões em 2020.

Em R\$ milhões	Consolidado			Atacadão			Carrefour Varejo			Banco Carrefour		
	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%	2021	2020	Δ%
Vendas Brutas	81.185	74.751	8,6%	58.993	51.817	13,8%	22.192	22.934	-3,2%			
Vendas Brutas ex-gasolina	78.224	72.561	7,8%	58.993	51.817	13,8%	19.231	20.744	-7,3%			
Vendas Líquidas	73.552	67.640	8,7%	53.595	47.058	13,9%	19.957	20.582	-3,0%			
Outras Receitas (1)	4.199	3.551	18,2%	178	147	21,1%	546	494	10,5%	3.497	2.933	19,2%
Vendas Totais	77.751	71.191	9,2%	53.773	47.205	13,9%	20.503	21.076	-2,7%	3.497	2.933	19,2%
Lucro Bruto	14.876	13.918	6,9%	8.137	7.040	15,6%	4.745	5.161	-8,1%	2.016	1.740	15,9%
Margem Bruta	20,2%	20,6%	-0,4 p.p.	15,2%	15,0%	0,2 p.p.	23,6%	25,1%	-1,3 p.p.			
Despesas VG&A (2)	(9.211)	(8.360)	10,2%	(4.225)	(3.448)	22,5%	(3.668)	(3.698)	-0,8%	(1.086)	(1.042)	4,2%
VG&A de Vendas Líquidas	12,5%	12,4%	0,2 p.p.	7,9%	7,3%	0,6 p.p.	18,4%	18,0%	0,4 p.p.			
EBITDA Ajustado (1) (2)	5.715	5.610	1,9%	3.925	3.605	8,9%	1.114	1.502	-25,8%	930	698	33,2%
Margem EBITDA Ajustada	7,8%	8,3%	-0,5 p.p.	7,3%	7,7%	-0,3 p.p.	5,6%	7,3%	-1,7 p.p.			
Lucro Líquido Ajustado, controlador	2.399	2.758	-13,0%									
Margem Líquida Ajustada	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.									

(1) Inclui eliminação intragrupo de R\$ -22 milhões e R\$ -23 milhões entre Banco e Varejo em 2021 e 2020, respectivamente; (2) Inclui despesas com funções globais de R\$ -232 milhões em 2021 e R\$ -172 milhões em 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

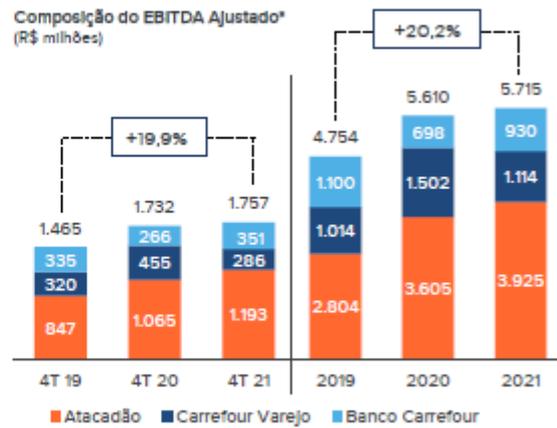
### EBITDA Ajustado

#### Ecosistema poderoso levando a um crescimento de dois dígitos em dois anos

O EBITDA ajustado consolidado no 4T foi de R\$ 1,8 bilhão, 1,4% a/a, com margem de 8,5%. Esse resultado se deve à combinação do forte desempenho das lojas do Atacadão e da continuidade da tendência de recuperação do Banco Carrefour. Isso mais do que compensou o desempenho da divisão Varejo, que foi negativamente impactada pelo segmento não alimentar.

Em um acumulado de dois anos, o EBITDA Ajustado consolidado do 4T cresceu 19,9%, demonstrando mais uma vez a assertividade da nossa estratégia e o poder do nosso ecossistema.

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado atingiu R\$ 5,7 bilhões (margem de 7,8%) aumentando 1,9% em relação a 2020 e 20,2% em dois anos.



\*Total inclui funções globais e eliminações intragrupo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Desempenho Operacional por Segmento

#### Iniciativas digitais

Contínuo momento das vendas digitais de alimentos no Atacadão

O GMV total no 4T21 atingiu R\$ 1.012 bilhão, um aumento de 6,6% a/a, Impulsionado pelas vendas digitais de alimentos.

O GMV Alimentar multiplicou 2,5x (+146,5%) no 4T21 em relação ao mesmo período do ano anterior e já representa 46,6% do GMV total. Esse desempenho é ainda mais relevante considerando a forte base comparável do ano passado. O canal digital do Atacadão continua ganhando força (aumento de 100,7% vs 3T21), representando 2,1% de suas vendas totais no trimestre ou 73,7% do total de vendas de alimentos via canal digital do Grupo, reforçando o poder e escalabilidade do nosso modelo. No ano de 2021, o GMV alimentar cresceu +77,7% e, em dois anos, o segmento cresceu seis vezes.

A tendência no segmento não alimentar foi semelhante à observada no 3T21 e foi amplamente impactada pela forte base de comparação. Eletrodomésticos foi a categoria mais impactada no 1P no trimestre, apresentando queda de -48,1% vs. 4T20 e -35,1% no acumulado do ano.

O 3P, que é quase inteiramente constituído por produtos não alimentares do Varejo, apresentou a mesma dinâmica.

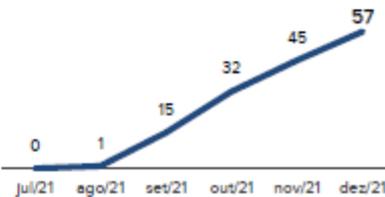
#### Implementando novas iniciativas

O Atacadão continua evoluindo suas parcerias com os operadores de entrega de rápida, agora disponíveis em 121 lojas em 20 estados. No 4T21, em linha com sua estratégia de oferecer mais serviços digitais aos clientes B2B, o Atacadão iniciou uma parceria com o app Facily: uma plataforma de compras em grupo que, por meio de seu modelo de negócios, atende a regiões remotas e de difícil acesso. Com esta nova parceria, o Atacadão reforça mais uma vez sua capacidade de oferecer comodidade e melhores preços a todos os clientes.

No Varejo, a implementação do *in-store picking* está evoluindo e no final do ano já estava presente em 57 lojas, substituindo gradualmente as *side stores*. Em dez/2021, o número total de clientes mais que dobrou, pois alcançamos quase 40% de novos clientes após a implementação da iniciativa (vs. 25% anteriormente), impulsionando as vendas de e-commerce alimentar no Varejo, que dobraram também. Esses resultados reforçam a assertividade do nosso novo modelo com maior sortimento, ralo de entrega/tempo reduzido e o mesmo preço das lojas.

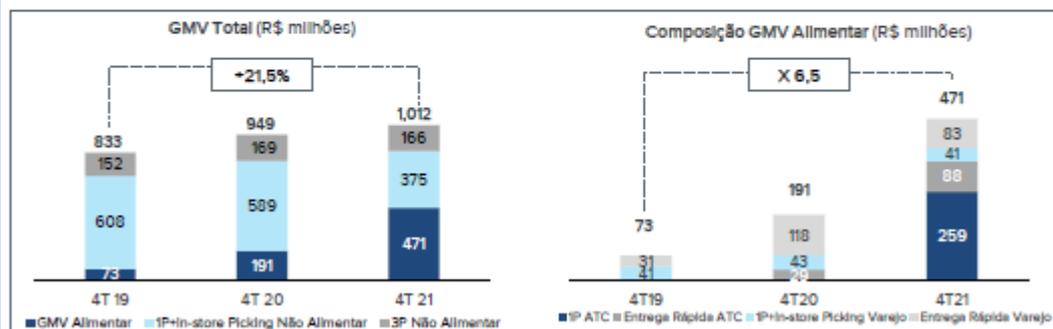
Vendas alimentos digitais  
6,5x crescimento em 2 anos  
47% do GMV total no 4T21

Evolução Picking nas Lojas (# de lojas)



	Crescimento Total				Crescimento Total			
	4T 21 (R\$ MM)	4T 21 vs 4T 20	4T 20 vs 4T 19	4T 21 vs 4T 19	2021 (R\$ MM)	2021 vs 2020	2020 vs 2019	2021 vs 2019
Serviço de entrega rápida <sup>(1)</sup>	172	17,0%	369,0%	449,5%	631	41,1%	376,1%	571,6%
In-store picking Varejo Alimentar	20	n.a.	n.a.	n.a.	20	n.a.	n.a.	n.a.
1P Alimentar	280	529,4%	7,5%	576,6%	569	137,9%	119,3%	421,8%
<b>GMV Alimentar</b>	<b>471</b>	<b>146,5%</b>	<b>163,3%</b>	<b>549,2%</b>	<b>1.220</b>	<b>77,7%</b>	<b>238,3%</b>	<b>500,9%</b>
In-store picking Varejo Não Alimentar	3	n.a.	n.a.	n.a.	3	n.a.	n.a.	n.a.
1P Não Alimentar	371	-37,0%	-3,1%	-39,0%	1.463	-26,4%	23,0%	-0,9%
3P	166	-1,7%	10,9%	9,0%	529	-19,9%	52,1%	21,9%
<b>GMV Não Alimentar</b>	<b>540</b>	<b>-28,7%</b>	<b>-0,3%</b>	<b>-28,9%</b>	<b>1.995</b>	<b>-24,7%</b>	<b>29,8%</b>	<b>-2,2%</b>
<b>GMV Total (inc. serv. entrega rápida)</b>	<b>1.012</b>	<b>6,6%</b>	<b>13,9%</b>	<b>21,5%</b>	<b>3.215</b>	<b>-3,6%</b>	<b>48,7%</b>	<b>43,4%</b>

(1) Last-mile delivery is already included in multi-format and Atacadão's sales.



Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
rf.grupocarrefourbrasil.com.br

8

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Atacadão: 2021 marcado por rápida expansão, forte crescimento LfL em 2 anos

#### Aceleração na expansão compensa a desafiadora base de comparação de LfL

O ano de 2021 foi marcado pela aceleração da expansão do Atacadão, e o 4T21 demonstrou isso novamente. As vendas brutas atingiram R\$ 16,7 bilhões no trimestre, e apesar de uma evolução LfL negativa de -5,0% a/a, a expansão mais acelerada de 10,9% a/a, aliada ao bom desempenho do canal digital – que representou 2,1% das vendas totais do Atacadão - levaram a um crescimento total de 6,6% a/a.

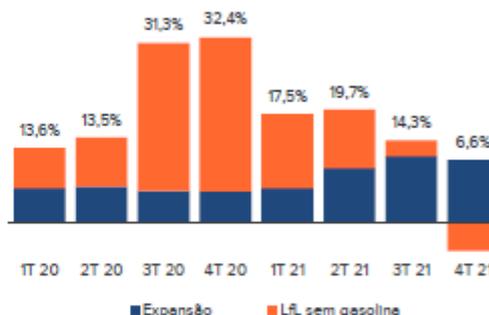
O desempenho LfL negativo esperado no trimestre vem em cima da base de comparação mais forte de 2020 - o LfL no 4T20 foi de 27,0% - e em meio a um ambiente macro em deterioração. Com a inflação persistentemente alta – o IPCA Alimentação em Domicílio encerrou o ano em 8,2% (10,4% no trimestre) segundo o IBGE – a queda nos volumes era esperada. A partir de janeiro de 2022, esperamos uma normalização gradual nos níveis de volume e, consequentemente, no LfL do Atacadão.

A expansão continuou em ritmo constante e inauguramos 9 novas lojas de Cash & Carry no trimestre, reforçando a relevância do formato em um ambiente de crise.

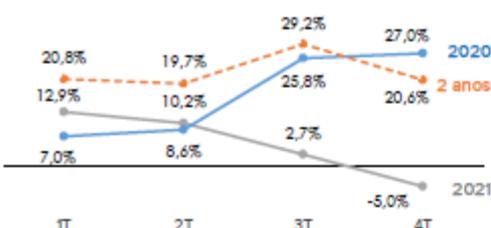
Comprometidos em acelerar o ritmo de expansão e em linha com o anunciado no início de 2021, nos últimos 12 meses inauguramos 44 lojas Cash & Carry – sendo 22 Makro e 22 lojas orgânicas – e 3 operações de atacado de entrega. Encerramos o ano com 250 lojas Cash & Carry e 33 atacados de entrega.

Em um período de dois anos, entregamos um crescimento total de 41,1% (21% LfL).

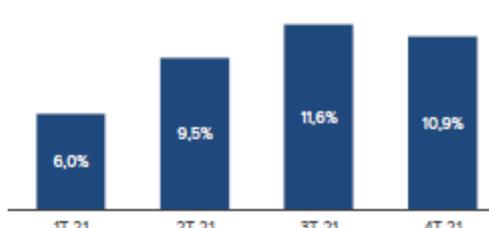
Evolução vendas Atacadão a/a



LfL sem gasolina



Expansão



Crescimento vendas brutas totais em 2 anos



Evolução da abertura de lojas



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Mais um trimestre de EBITDA recorde, demonstrando a força do modelo

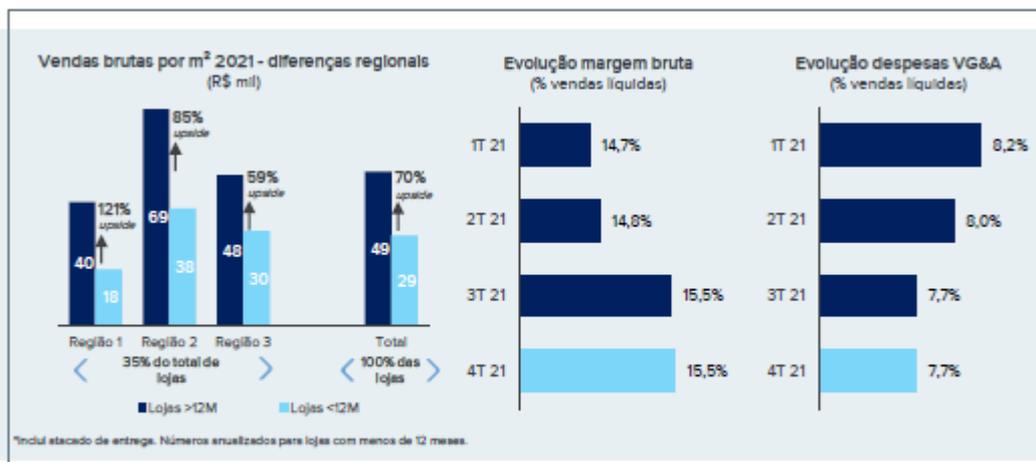
Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Vendas Brutas	16.722	15.692	11.055	6,6%	41,1%	58.993	51.817	42.055	13,8%	40,3%
Vendas Líquidas	15.196	14.276	10.790	6,4%	40,8%	53.595	47.058	38.220	13,9%	40,2%
Outras Receitas	47	40	40	16,6%	16,6%	178	147	140	21,1%	27,1%
Vendas Totais	15.243	14.316	10.830	6,5%	40,7%	53.773	47.205	38.360	13,9%	40,2%
Lucro Bruto	2.362	2.012	1.669	17,4%	41,5%	8.137	7.040	5.895	15,6%	38,0%
Margem Bruta	15,5%	14,1%	15,5%	1,4 p.p.	0,1 p.p.	15,2%	15,0%	15,4%	0,2 p.p.	-0,2 p.p.
Despesas VG&A	(1.173)	(951)	(823)	23,3%	42,5%	(4.225)	(3.448)	(3.101)	22,5%	36,2%
SVG&A de Vendas Líquidas	7,7%	6,7%	7,6%	1,1 p.p.	0,1 p.p.	7,9%	7,3%	8,1%	0,6 p.p.	-0,2 p.p.
EBITDA Ajustado	1.193	1.065	847	12,0%	40,9%	3.925	3.605	2.804	8,9%	40,0%
Margem EBITDA Ajustada	7,9%	7,5%	7,8%	0,4 p.p.	0,0 p.p.	7,3%	7,7%	7,3%	-0,3 p.p.	0,0 p.p.

O 4T21 seguiu as mesmas tendências observadas no 3T21, e continuamos enfrentando um ambiente de alta inflação e menor elasticidade do consumidor em relação aos preços, principalmente em produtos básicos. Nesse cenário, realizamos compras oportunísticas e conseguimos novamente um posicionamento de preço competitivo, crescimento de receita e altos níveis de rentabilidade.

O lucro bruto total do Atacadão aumentou 17,4% no trimestre para R\$ 2,4 bilhões e a margem bruta ficou em 15,5%, +1,4 p.p. vs 4T20 e estável vs 3T21. Despesas VG&A aumentaram para R\$ 1,2 bilhão (+23,3%), principalmente devido à aceleração das aberturas de lojas.

As despesas com vendas, gerais e administrativas como percentual da receita líquida apresentaram aumento de 1,06 p.p. a/a, impactadas pela aceleração da expansão. Apesar desse aumento, a tendência sequencial é estável t/t e melhorou 0,3 p.p. vs 2T21 e 0,5 p.p. vs 1T21, resultado da maturação de novas lojas.

O EBITDA Ajustado atingiu impressionantes R\$ 1,2 bilhão no trimestre, superando o forte patamar do 3T21 e 12% superior a/a, com margem de 7,9%. Comparado ao 4T19, o EBITDA ajustado foi 40,9% superior em termos nominais com margem estável, demonstrando mais uma vez a força do modelo, capacidade de crescimento e integração rápida de M&A com execução superior.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Carrefour Varejo

#### Resiliência do segmento alimentar e rentabilidade estável em 2 anos

As vendas totais do Carrefour Varejo atingiram R\$ 6,1 bilhões no 4T21, uma queda de 3,4% de LfL vs. 4T20 (-9,2% LfL ex-gasolina). Isso marca uma continuação das tendências observadas durante 2021.

A categoria alimentar mostrou novamente sua resiliência e registrou um crescimento LfL positivo de 1,4%, além do forte crescimento de 14,2% 4T20, Impulsionado por um ambiente atípico de COVID-19. Ao longo de dois anos, as vendas totais permaneceram sólidas e encerraram o 4T21 em território positivo (+3,0%), Impulsionadas pelo crescimento de 15,9% do segmento alimentar no período.

Nossos produtos de marca própria continuam quebrando recordes a cada trimestre. No 4T21, eles representaram 19,4% das vendas líquidas totais de alimentos (+4,5 p.p. vs 4T20) e os volumes continuaram a crescer +33% no 4T21 a/a, com forte desempenho principalmente na categoria de produtos frescos (volumes +65%). Encerramos o trimestre com aproximadamente 3.240 SKUs (+16,9% ou 470 SKUs a/a).

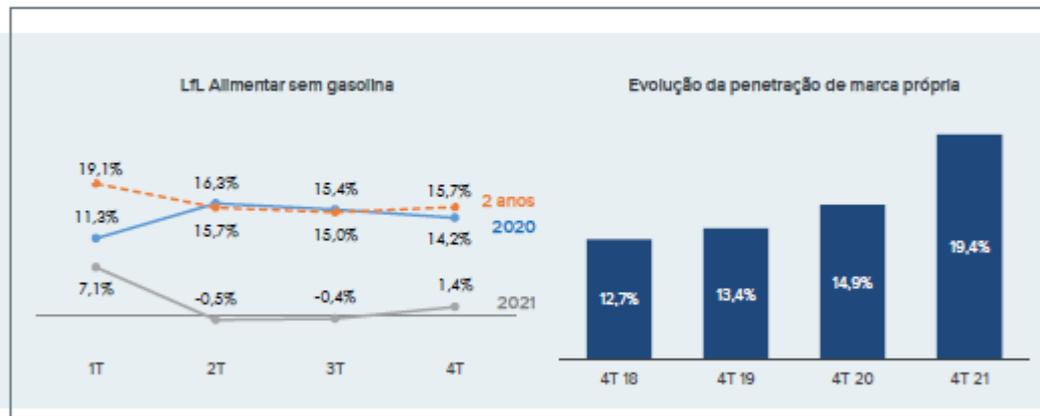
Também tivemos um crescimento significativo de 35% a/a no 4T21 de frutas e vegetais "Únicos" – aqueles que não atendem aos padrões usuais em termos visuais, mas são perfeitos para consumo e vendidos a preços promocionais.

O Grupo Carrefour Brasil reconhece seu papel na sociedade e acredita que os itens de marca própria têm maior relevância nas cestas de clientes no atual ambiente inflacionário volátil e desafiador que impacta o poder de compra. Assim, pela segunda vez durante este período de pandemia, decidimos congelar os preços dos nossos produtos de marca própria de novembro/21 a janeiro/22.

As vendas LfL de produtos não-alimentares caíram 23,0% no 4T21 a/a, uma vez que continuaram sendo impactadas por uma base de comparação muito desafiadora e também pela deterioração do ambiente econômico já mencionada.

	4T 21 (R\$ MM)	LFL		Crescimento Total		2021 (R\$ MM)	LFL		Crescimento Total	
		4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19		2021 vs 2020	2021 vs 2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Multi-formato com serv. entrega rápida	4.746	-5,6%	9,4%	-5,5%	9,4%	17.601	-4,7%	12,9%	-5,0%	12,8%
Alimentar	3.231	2,1%	16,8%	2,2%	16,9%	11.819	2,5%	16,0%	2,3%	16,0%
Não Alimentar <sup>(1)</sup>	1.515	-18,5%	-3,6%	-18,6%	-3,7%	5.781	-16,6%	7,0%	-16,9%	6,7%
E-commerce	392	-37,9%	-39,9%	-37,9%	-39,6%	1.630	-26,5%	-4,9%	-26,7%	-4,9%
Alimentar IP	21	-50,7%	-49,5%	-50,7%	-49,2%	168	-28,8%	54,1%	-29,0%	53,9%
Não Alimentar IP <sup>(1)</sup>	371	-37,0%	-39,3%	-37,0%	-39,0%	1.463	-26,2%	-8,9%	-26,4%	-8,9%
Carrefour (s/ gasolina): Multi-formato + E-comm	5.138	-9,2%	2,9%	-9,2%	3,0%	19.231	-7,1%	11,1%	-7,3%	11,0%
Alimentar	3.252	1,4%	15,7%	1,5%	15,9%	11.907	1,8%	16,4%	1,6%	16,4%
Não Alimentar <sup>(1)</sup>	1.886	-23,0%	-13,6%	-23,0%	-13,5%	7.244	-18,8%	3,4%	-19,1%	3,2%
3P	161	-2,5%	5,6%	-2,5%	6,1%	512	-21,4%	17,8%	-21,7%	17,8%
Carrefour + GMV (s/ gasolina)	5.300	-9,0%	3,0%	-9,0%	3,1%	19.743	-7,5%	11,3%	-7,7%	11,2%

(1) Includes drugstores.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Melhorias estruturais confirmadas em 2021

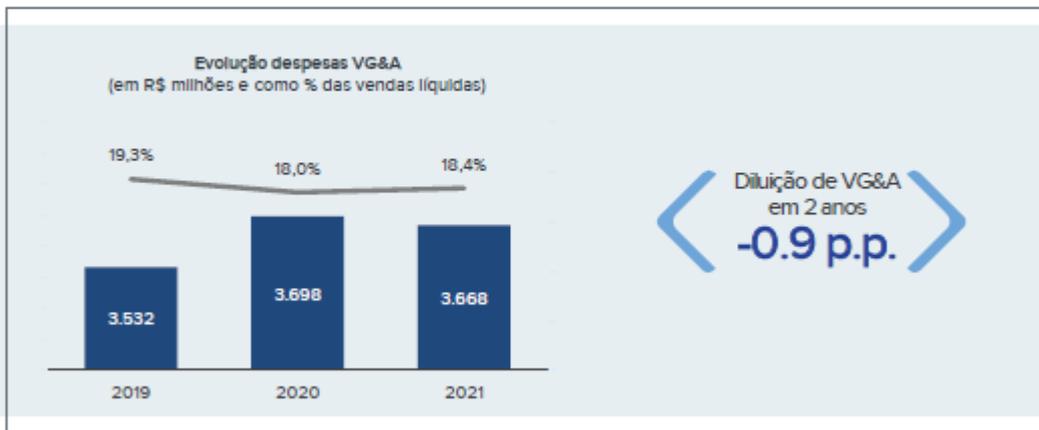
O lucro bruto consolidado do Carrefour Varejo atingiu R\$ 1,3 bilhão ou 23,2% no 4T21, 1,7 p.p. abaixo do mesmo período do ano passado, Impactado pelo novo programa de fidelidade e pelo já esperado *trade down* dos consumidores em meio ao ambiente desafiador atual. Além disso, a margem bruta do ano passado foi levemente Impulsionada pelo cancelamento da Black Friday, o que não ocorreu no 4T21.

Embora as despesas VG&A tenham aumentado 4,6% para R\$ 991 milhões no 4T21, Impactadas pelo aumento dos custos de energia e mão de obra, as melhorias de eficiência estrutural implementadas desde o ano passado resultaram em uma redução de 0,8% no ano. É importante mencionar que ainda temos despesas adicionais relacionadas ao COVID-19.

Em um período de dois anos, as despesas com vendas, gerais e administrativas do Carrefour Varejo aumentaram 5,7% e ficaram praticamente estáveis em relação à receita líquida.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 Vs 2019
Vendas Brutas	6.059	6.271	5.783	-3,4%	4,8%	22.192	22.934	20.165	-3,2%	10,1%
Vendas Brutas ex-gesolina	5.138	5.656	4.987	-9,2%	3,0%	19.231	20.744	17.321	-7,3%	11,0%
Vendas Líquidas	5.465	5.597	5.224	-2,4%	4,6%	19.957	20.582	18.299	-3,0%	9,1%
Outras Receitas	155	169	130	-8,5%	18,9%	546	494	460	10,5%	18,7%
<b>Vendas Totais</b>	<b>5.620</b>	<b>5.766</b>	<b>5.354</b>	<b>-2,5%</b>	<b>5,0%</b>	<b>20.503</b>	<b>21.076</b>	<b>18.759</b>	<b>-2,7%</b>	<b>9,3%</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.268</b>	<b>1.394</b>	<b>1.248</b>	<b>-9,0%</b>	<b>1,6%</b>	<b>4.745</b>	<b>5.161</b>	<b>4.507</b>	<b>-8,1%</b>	<b>5,3%</b>
<i>Margem Bruta</i>	<i>23,2%</i>	<i>24,9%</i>	<i>23,9%</i>	<i>-1,7 p.p.</i>	<i>-0,7 p.p.</i>	<i>23,8%</i>	<i>25,1%</i>	<i>24,6%</i>	<i>-1,3 p.p.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>
<b>Despesas VG&amp;A**</b>	<b>(991)</b>	<b>(948)</b>	<b>(938)</b>	<b>4,6%</b>	<b>5,7%</b>	<b>(3.668)</b>	<b>(3.698)</b>	<b>(3.532)</b>	<b>-0,8%</b>	<b>3,9%</b>
<i>%VG&amp;A de Vendas Líquidas</i>	<i>18,1%</i>	<i>16,9%</i>	<i>18,0%</i>	<i>1,2 p.p.</i>	<i>0,2 p.p.</i>	<i>18,4%</i>	<i>18,0%</i>	<i>19,3%</i>	<i>0,4 p.p.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>
<b>EBITDA Ajustado**</b>	<b>286</b>	<b>455</b>	<b>320</b>	<b>-37,1%</b>	<b>-10,6%</b>	<b>1.114</b>	<b>1.502</b>	<b>1.014</b>	<b>-25,8%</b>	<b>9,9%</b>
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	<i>5,2%</i>	<i>8,1%</i>	<i>6,1%</i>	<i>-2,9 p.p.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>	<i>5,6%</i>	<i>7,3%</i>	<i>5,5%</i>	<i>-1,7 p.p.</i>	<i>0,0 p.p.</i>

O EBITDA Ajustado consolidado do Carrefour Varejo totalizou R\$ 286 milhões ou 5,2% da receita líquida no 4T21. No ano, o EBITDA Ajustado totalizou R\$ 1,1 bilhão ou 5,6% da receita líquida, praticamente estável em dois anos, beneficiando-se da resiliência do Varejo e melhorias estruturais contínuas no digital.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Banco Carrefour

#### Resultados fortes em um ambiente em deterioração

O faturamento do Banco Carrefour cresceu 14,6% e atingiu R\$ 13,3 bilhões no 4T21, impulsionado pelos cartões de crédito Carrefour e Atacadão, que apresentaram crescimento de +8,8% e +26,1%, respectivamente. As vendas cruzadas e novos produtos, que compreendem principalmente empréstimos pessoais, também apresentaram números sólidos de R\$ 155 milhões.

O canal *off-us* continuou sua forte tendência de crescimento de 20,4% a/a no 4T21, destacando a força de nossos cartões de crédito e o potencial que temos na vida de nossos clientes fora do ecossistema. As vendas *on-us*, impactadas principalmente pelos menores volumes do segmento não alimentar no Varejo durante o ano, caíram 1,6% a/a no último trimestre de 2021.

A carteira de crédito total atingiu R\$ 15,4 bilhões, alta de 13,4% a/a (IFRS9), confirmando a assertividade de nossa estratégia nos últimos dois anos, equilibrando foco no crescimento com exposição disciplinada ao risco.

Nossa receita aumentou 39,5% a/a no 4T21, favorecida pela sazonalidade usual no último trimestre do ano, mas também refletindo uma maior propensão a empréstimos dos clientes em um ambiente econômico difícil.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Faturamento cartão Carrefour	8.486	7.802	6.879	8,8%	23,4%	30.907	25.919	23.650	19,2%	30,7%
Faturamento cartão Atacadão	4.641	3.680	2.721	26,1%	70,6%	16.624	11.971	8.966	38,9%	85,4%
Outros produtos*	155	106	122	45,7%	26,8%	640	325	482	96,7%	32,8%
<b>Faturamento Total</b>	<b>13.282</b>	<b>11.588</b>	<b>9.722</b>	<b>14,6%</b>	<b>36,6%</b>	<b>48.171</b>	<b>38.216</b>	<b>33.097</b>	<b>26,1%</b>	<b>45,5%</b>
Total da carteira de crédito	15.351	13.535	11.570	13,4%	32,7%	15.351	13.535	11.570	13,4%	32,7%

\*Outros produtos incluem empréstimos pessoais e pagamento de contas com o cartão.

#### Carga de risco: Nível adequado em um ambiente econômico deteriorado

A carga de risco permaneceu praticamente nos mesmos níveis observados em 2021 e atingiu R\$ 369 milhões no 4T, -5,1% t/t. Na comparação a/a, cresceram 101,6%, refletindo a abordagem de provisionamento adequada diante de um ambiente econômico deteriorado.

Embora o 4T21 seja sazonalmente favorecido pelo pagamento do 13º salário, nosso nível de inadimplência (Non-Performing Loans - NPLs) continuaram aumentando no 4T21, após o processo natural de envelhecimento observado desde o final de 2020. O indicador Over 90 atingiu 10,7% e Over 30 foi 14,7%.

O índice de eficiência – índice que mede a eficiência na gestão das despesas do Banco – atingiu 30,8% no trimestre, seu melhor patamar desde o IPO do Grupo Carrefour Brasil e uma melhoria de 9,2 p.p. em relação ao 4T20.

Mesmo com o impacto adicional da Lei 14.183/21, que elevou a alíquota do imposto de renda para Instituições financeiras de 45% para 50% de julho a dezembro de 2021, o lucro líquido atingiu R\$ 193 milhões no último trimestre de 2021, um aumento de 35,9%.

Evolução Portfólio de Crédito (R\$ bilhões)



Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	4T 19	4T 21 vs 4T 20	4T 21 vs 4T 19	2021	2020	2019	2021 vs 2020	2021 vs 2019
Receitas da Intermediação financeira	1.007	722	829	39,5%	21,5%	3.497	2.933	2.965	19,2%	17,9%
Carga de risco	(369)	(183)	(239)	101,6%	54,4%	(1.481)	(1.193)	(898)	24,1%	64,9%
<b>Resultado bruto da Intermediação financeira</b>	<b>638</b>	<b>539</b>	<b>590</b>	<b>18,4%</b>	<b>8,1%</b>	<b>2.016</b>	<b>1.740</b>	<b>2.067</b>	<b>15,9%</b>	<b>-2,5%</b>
Despesas VG&A	(287)	(273)	(255)	5,1%	12,5%	(1.086)	(1.042)	(967)	4,2%	12,3%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>351</b>	<b>266</b>	<b>335</b>	<b>32,0%</b>	<b>4,8%</b>	<b>930</b>	<b>698</b>	<b>1.100</b>	<b>33,2%</b>	<b>-15,5%</b>
Despesa com depreciação e amortização	(12)	(9)	(9)	33,3%	33,3%	(44)	(36)	(34)	22,2%	29,4%
<b>EBIT ajustado</b>	<b>339</b>	<b>257</b>	<b>326</b>	<b>31,9%</b>	<b>4,0%</b>	<b>886</b>	<b>662</b>	<b>1.066</b>	<b>33,8%</b>	<b>-16,9%</b>
Outras receitas (despesas)	(28)	(14)	(13)	100,0%	115,4%	(69)	(59)	(54)	16,9%	27,8%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(6)</b>	<b>(4)</b>	<b>(6)</b>	<b>50,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>(15)</b>	<b>(13)</b>	<b>(25)</b>	<b>15,4%</b>	<b>-40,0%</b>
Imposto de renda	(112)	(97)	(84)	15,5%	33,3%	(339)	(237)	(344)	43,0%	-1,5%
<b>Lucro líquido (100%)</b>	<b>193</b>	<b>142</b>	<b>223</b>	<b>35,9%</b>	<b>-13,5%</b>	<b>463</b>	<b>353</b>	<b>643</b>	<b>31,2%</b>	<b>-28,0%</b>

Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
 ri.grupocarrefourbrasil.com.br

13

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<b>Resultado Financeiro Consolidado</b>							
<b>(Após EBITDA Ajustado)</b>							
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>							
Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ milhões de R\$	2021	2020	Δ milhões de R\$	
Custos de reestruturação	(7)	(4)	(3)	(50)	(26)	(24)	
Ganhos (perdas) líquidos na baixa e alienação de ativos	(32)	(19)	(13)	(47)	(105)	58	
Receitas e despesas relativas a demandas judiciais	204	138	66	325	208	117	
Projeto Pinheiros	0	0	-	495	0	495	
Despesas com transações de M&A e outras	(17)	(59)	42	(89)	(83)	(6)	
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>148</b>	<b>56</b>	<b>92</b>	<b>634</b>	<b>(6)</b>	<b>640</b>	

Outras receitas aumentaram R\$ 92 milhões para R\$ 148 milhões no 4T21, Impulsionadas por maiores receitas relacionadas a litígios, principalmente devido a: (I) decisões favoráveis e acordos de conciliação alcançados em processos administrativos (esfera cível); e (II) autuações recentes no Atacadão relacionadas à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

### Imposto de Renda

As despesas com Imposto de renda e contribuição social atingiram R\$ 230 milhões no 4T21, R\$ 134 milhões ou 36,8% inferior ao mesmo período do ano anterior. A alíquota efetiva no trimestre foi de 17,4% vs. 26,5% no 4T20, favorecida pelo efeito de R\$ 107 milhões de uma decisão do Supremo Tribunal Federal que declarou a Inconstitucionalidade da tributação dos valores relativos à taxa Selic recebidos em caso de pagamento indevido de impostos. Isso mais do que compensou a maior contribuição em nosso lucro consolidado antes de impostos do nosso banco, cuja alíquota de imposto de renda e contribuição social era de 50% de julho a dezembro de 2021, conforme determinado pela Lei 14.183/21 (de 45% antes). A alíquota efetiva ajustada para itens não recorrentes ficou em 28,1% no 4T21 e 29,4% em 2021

Alíquota efetiva de 2021  
**22,2%**  
 (29,4% ajustada)

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ	Δ%	2021	2020	Δ	Δ%
EBITDA Ajustado	1.757	1.732	25	1,4%	5.715	5.610	105	1,9%
Outras receitas e despesas operacionais	148	56	92	163,9%	634	(6)	640	n.m.
Depreciação e amortização	(314)	(278)	(36)	13,0%	(1.223)	(1.092)	(131)	12,0%
Receitas e despesas financeiras	(266)	(140)	(126)	89,7%	(786)	(579)	(207)	35,8%
Lucro Antes dos Impostos*	1.325	1.370	(45)	-3,3%	4.340	3.933	407	10,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(230)	(364)	134	-36,8%	(965)	(1.081)	116	-10,7%
Alíquota Efetiva	17,4%	26,5%			22,2%	27,5%		

Em R\$ milhões	4T 21	Ajustes	4T 21 Ajustado	2021	Ajustes	2021 Ajustado
Lucro antes dos impostos e contribuições*	1.325	(151)	1.174	4.340	(639)	3.701
Imposto de Renda e Contribuição Social	(230)	(100)	(330)	(965)	(125)	(1.090)
Alíquota Efetiva	17,4%		28,1%	22,2%		29,4%

\*Não inclui resultado de equivalência patrimonial.

### Lucro Líquido e Lucro Líquido Ajustado, Acionista Controlador

O lucro líquido ajustado fornece uma visão mais clara do lucro líquido recorrente. É calculado como lucro líquido, menos outras receitas e despesas operacionais e o correspondente efeito financeiro e no imposto de renda.

Como resultado dos efeitos mencionados e também do impacto do aumento das despesas financeiras (maior nível de endividamento e taxas de juros), o lucro líquido ajustado atingiu R\$ 766 milhões ou 3,7% da receita líquida no 4T21. Em 2021 o lucro líquido ajustado totalizou R\$ 2,4 bilhões ou 3,3% da receita líquida do Grupo Carrefour Brasil.

Lucro Líquido 2021  
**R\$ 2,4 bi**  
 em uma forte base de comparação

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Lucro líquido, controladores	1.017	935	8,8%	3.144	2.671	17,7%
(+/-) Outras receitas(despesas)	(148)	(56)	163,8%	(635)	6	n.m.
(+/-) Resultado financeiro (não recorrente)	(3)	2	-268,5%	(4)	67	-105,6%
(+/-) Imposto de renda de outros itens de receita (despesas)	(100)	5	n.m.	(125)	14	n.m.
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	0	0	n.m.	19	0	n.m.
Lucro líquido ajustado, controladores	766	886	-13,5%	2.399	2.758	-13,0%
Margem líquida	3,7%	4,5%	-0,7 p.p.	3,3%	4,1%	-0,8 p.p.

Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
 n.grupocarrefourbrasil.com.br

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

**Capital de Giro**

Demonstrando a forte sazonalidade do último trimestre do ano, nosso capital de giro permaneceu em níveis comparáveis ao do 4T20, com estoques 2 dias acima, impulsionados pelas compras do Atacadão. Antes dos recebíveis, o capital de giro representou um recurso líquido de R\$ 5,8 bilhões (34 dias) no 4T21. Ao todo, representou um recurso líquido de R\$ 4,8 bilhões ou 29 dias.

Capital de giro líquido  
**R\$ 4,8 bi**

	4T21		3T21		2T21		1T21		4T20	
	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias	R\$ Milhões	Dias
(+) Estoques	8.788	52	8.534	53	7.867	50	7.958	52	7.709	50
(-) Fornecedores (**)	(14.553)	(87)	(8.670)	(54)	(9.194)	(56)	(8.428)	(55)	(13.860)	(90)
(+) Capital de Giro antes dos recebíveis	(5.766)	(34)	(136)	(1)	(1.327)	(8)	(470)	(3)	(6.151)	(40)
(+) Contas a Receber (*)	951	6	2.503	15	1.659	11	1.429	9	1.051	7
<b>(+) Capital de Giro incluindo recebíveis</b>	<b>(4.815)</b>	<b>(29)</b>	<b>2.367</b>	<b>15</b>	<b>332</b>	<b>2</b>	<b>959</b>	<b>6</b>	<b>(5.100)</b>	<b>(33)</b>

(\*) Recebíveis comerciais, excluindo recebíveis de aluguel das galerias (Carrefour Property) e fornecedores  
 (\*\*) Excluindo fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis e líquido de descontos a serem recebidos de fornecedores  
 Os índices de capital de giro acima são calculados usando o Custo de Mercado das Vendidas

**Perfil da Dívida e Resultado Financeiro Líquido**

Os empréstimos líquidos de derivativos para cobertura totalizaram R\$ 6,9 bilhões em dezembro de 2021, R\$ 3,3 bilhões superior ao final de 2020, explicado por duas linhas de crédito rotativo contratadas com o Carrefour Finance em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, das quais a Companhia já utilizou valor total de € 725 milhões (R\$ 4,6 bilhões) – a Companhia já pagou R\$ 3,0 bilhões desse valor com vencimento em dezembro de 2021. Houve também um empréstimo com quatro bancos no valor de R\$ 1,9 bilhão assinado em setembro.

Com efeito da recente entrada de capital da referida nova dívida e também como resultado de sua forte geração de caixa, a Companhia encerrou 2021 com caixa líquido de R\$ 565 milhões. Incluindo os recebíveis descontados, o Grupo Carrefour Brasil encerrou dezembro com dívida líquida de R\$ 2,4 bilhões ou 0,43x EBITDA Ajustado LTM. Considerando a dívida líquida média LTM (R\$ 5,9 bilhões, incluindo recebíveis descontados e usando números de final de trimestre), a alavancagem representaria 1,03x o EBITDA Ajustado LTM em dezembro de 2021 (vs 0,51x em 2020).

Em R\$ milhões	Dez. 21	Dez. 20
Empréstimos	(6.877)	(3.617)
Caixa e equivalentes de caixa	6.945	5.672
Títulos e valores mobiliários – Banco Carrefour	497	358
<b>(Dívida Líq.) Caixa Líquido</b>	<b>565</b>	<b>2.413</b>
Recebíveis descontados	(3.013)	(2.100)
<b>(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ recebíveis descontados)</b>	<b>(2.448)</b>	<b>313</b>
Dívida com aluguéis (IFRS 16)	(2.038)	(1.860)
<b>(Dívida Líq.) Caixa Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)</b>	<b>(4.486)</b>	<b>(1.547)</b>
<i>(Dívida Líquida) Caixa Líquido (c/ recebíveis descontados) / EBITDA Ajustado LTM</i>	-	0,43x
<i>(Dívida Líquida) Caixa Líquido (c/ recebíveis descontados e aluguéis) / EBITDA Ajustado LTM</i>	-	0,79x

O custo líquido da dívida (incluindo recebíveis descontados) totalizou R\$ 169 milhões no 4T21, impulsionado pelo aumento do nível de endividamento em relação a 2020 e também pelo aumento das taxas de juros no Brasil. O resultado financeiro líquido representou uma despesa de R\$ 266 milhões neste trimestre, R\$ 126 milhões superior ao 4T20.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Custo da dívida bancária, bruto	(178)	(52)	242,2%	(426)	(199)	114,0%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(40)	(14)	187,1%	(66)	(89)	-25,6%
Receita Financeira	49	10	390,7%	67	47	42,7%
<b>Custo da dívida, Líquido (c/ recebíveis descontados)</b>	<b>(169)</b>	<b>(56)</b>	<b>201,9%</b>	<b>(425)</b>	<b>(241)</b>	<b>76,4%</b>
Despesas com juros sobre aluguéis (IFRS 16)	(52)	(49)	6,1%	(211)	(183)	15,3%
<b>Custo da dívida, Líquido (c/ aluguéis e recebíveis descontados)</b>	<b>(221)</b>	<b>(105)</b>	<b>110,5%</b>	<b>(636)</b>	<b>(424)</b>	<b>50,0%</b>
Juros líquidos sobre provisões e depósitos judiciais	(33)	(18)	84,5%	(109)	(70)	56,0%
Variação cambial, ganhos e (perdas) líquida	(1)	(7)	-82,6%	(1)	(32)	n.m.
Outros	(11)	(10)	8,6%	(40)	(53)	-24,8%
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(266)</b>	<b>(140)</b>	<b>89,7%</b>	<b>(786)</b>	<b>(579)</b>	<b>35,8%</b>

Resultados 4T 2021 – 15 de Fevereiro de 2022  
 ri.grupocarrefourbrasil.com.br

15

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Investimentos

O Capex total foi de R\$ 927 milhões no 4T21 (+34,3% a/a) Impulsionado principalmente pela contínua aceleração da expansão do Atacadão (+9 lojas orgânicas no 4T21 em clima de 35 até setembro) e também pelo aumento dos custos relacionados à construção. O valor negativo no efeito do IFRS 16 (ativos de direito de uso) no 4T21 refere-se a um ajuste contábil de R\$ 55 milhões devido à revisão dos valores de aluguéis registrados a serem pagos pela Companhia no futuro. Os investimentos totais foram de R\$ 911 milhões no 4T21.

Em R\$ milhões	4T 21	4T 20	Δ%	2021	2020	Δ%
Expansão*	670	434	54,4%	2.035	1.028	98,0%
Manutenção	122	94	29,6%	338	293	15,2%
Reformas de Lojas	26	39	-33,6%	87	85	2,2%
TI e outros	109	123	-11,3%	324	277	16,8%
<b>Capex Total</b>	<b>927</b>	<b>690</b>	<b>34,3%</b>	<b>2.784</b>	<b>1.683</b>	<b>65,4%</b>
Direito de uso de arrendamento	-16	463	-103,5%	360	651	-44,7%
<b>Total de adições de ativo fixo</b>	<b>911</b>	<b>1.153</b>	<b>-21,0%</b>	<b>3.144</b>	<b>2.334</b>	<b>34,7%</b>
Aquisição lojas Makro	-	1.333	n.m.	170	1.529	-88,9%
Aquisição Grupo BIG	-	-	n.m.	900	-	n.m.
<b>Investimentos Totais Capex + M&amp;A</b>	<b>911</b>	<b>2.487</b>	<b>-63,4%</b>	<b>4.214</b>	<b>3.863</b>	<b>9,1%</b>

\* Inclui o valor referente à conversão das lojas Makro.

### Fluxo de Caixa Livre

O Grupo Carrefour Brasil conseguiu manter uma geração de caixa muito forte mesmo quando comparado ao ano atípico de 2020, graças ao seu sólido desempenho das operações e também da gestão do capital de giro. Com isso, o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais cresceu 14,3%.

Incluindo o efeito do aumento do Capex (+65,4%) para suportar a expansão mais acelerada do Atacadão (+44 lojas em 2021 vs. +20 lojas em 2020), o Fluxo de Caixa Livre totalizou R\$ 2,1 bilhões (-15,1% vs. 2020).

Em R\$ milhões	2021	2020	Δ%
<b>Fluxo de Caixa Bruto das Operações</b>	<b>5,543</b>	<b>5,416</b>	<b>2,3%</b>
Imposto de renda pago	-1,144	-1,201	-4,7%
<b>Fluxo de Caixa Bruto das Operações, líquido de imposto de renda</b>	<b>4,399</b>	<b>4,215</b>	<b>4,4%</b>
Variação nas exigências de capital de giro de mercadorias	-285	342	-183,3%
Variação em Contas a pagar	693	2,371	-70,8%
Variação em Estoques	-1,079	-1,760	-38,7%
Variação em Contas a receber	100	-269	-137,3%
Variação em Outros Ativos e Passivos Circulantes	333	-393	-184,7%
Variação no crédito ao consumidor, líquido concedido por empresa de serviços financeiros	109	-178	-161,2%
<b>Variação do Capital de Giro</b>	<b>157</b>	<b>-229</b>	<b>-168,6%</b>
<b>Fluxo de Caixa das Operações</b>	<b>4,556</b>	<b>3,986</b>	<b>14,3%</b>
Capex (excluindo direito de uso e aquisições do Makro e Grupo BIG)	-2,784	-1,683	65,4%
Variações em contas a pagar aos fornecedores de ativos fixos	277	81	241,4%
Alienação de ativos fixos	11	42	-73,8%
<b>Fluxo de Caixa de Investimentos operacionais</b>	<b>-2,496</b>	<b>-1,560</b>	<b>60,0%</b>
<b>Fluxo de Caixa Livre (*)</b>	<b>2,060</b>	<b>2,426</b>	<b>-15,1%</b>
Lease operacional (IFRS16)	-339	-290	16,9%
Custo da dívida	-193	-275	-29,8%
<b>Fluxo de Caixa Livre Acionista</b>	<b>1,528</b>	<b>1,861</b>	<b>-17,9%</b>

(\*) conforme definido no glossário.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Rede de lojas

No 4T, inauguramos 9 novas lojas Cash & Carry nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia e 2 atacados de entrega nos estados de Minas Gerais e Acre. Sob as bandeiras Carrefour foram 12 lojas de proximidade - incluindo lojas autônomas - e 1 abertura de supermercado e fechamos 1 drogaria no estado de São Paulo.

Atualmente operamos 779 lojas com área total de 2.180.514 m<sup>2</sup>.



Número de lojas	Dez. 20	Aberturas	Fechamentos	Dez. 21
Atacadão	206	44		250
Hipermercados	100			100
Supermercados	53	1		54
Lojas de conveniência	130	14		144
Atacado	30	3		33
Drogarias	125	1	5	121
Postos de combustível	77			77
<b>Grupo</b>	<b>721</b>	<b>63</b>	<b>5</b>	<b>779</b>

Área de vendas	Dez. 20	Dez. 21	Δ (%)
Atacadão	1.136.762	1.348.527	18,6%
Hipermercados	704.876	700.179	-0,7%
Supermercados	67.781	68.403	0,9%
Lojas de conveniência	23.023	23.736	3,1%
Drogarias	8.035	7.811	-2,8%
Postos de combustível	31.858	31.858	0,0%
<b>Área de vendas total (m<sup>2</sup>)</b>	<b>1.972.335</b>	<b>2.180.514</b>	<b>10,6%</b>

\*No 4T21, alinhamos o critério de mensuração das áreas de vendas entre os nossos segmentos (Atacadão e Varejo). Dados históricos também foram ajustados.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### b. Estrutura de capital

A tabela abaixo apresenta a estrutura de capital, bem como os passivos circulante e não circulante nas datas indicadas:

<i>(Em milhões de R\$, exceto os índices)</i>	<b>Exercício findo em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019 – pós IFRS 16</b>
Patrimônio líquido (capital próprio) (a)	18.396	17.045	14.705
Passivo circulante e não circulante (capital de terceiros) (b)	40.528	34.779	30.207
<b>Total patrimônio líquido (capital próprio) e passivo circulante e não circulante (c)</b>	<b>58.924</b>	<b>51.824</b>	<b>44.912</b>
Índice de capital próprio (a)/(c)	0,31	0,33	0,33
Índice de capital de terceiros (b)/(c)	0,69	0,67	0,67

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era adequada considerando a estratégia de negócios e de crescimento da Companhia.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Índice de liquidez corrente

<i>(Em milhões de R\$, exceto os índices)</i>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019 pós IFRS 16</b>
Ativocirculante (a)	30.838	25.413	22.155
Passivocirculante (b)	29.076	24.720	20.059
Índice de liquidez corrente (a)/(b)	1,1	1,0	1,1

O índice de liquidez corrente da Companhia, que representa a divisão de todos os ativos circulantes pelos passivos circulantes, se manteve próximo de 1,1 em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019. O valor registrado no ativo circulante de R\$ 30.838 milhões em 31 de dezembro de 2021 é suficiente para a Companhia honrar com suas obrigações financeiras de curto prazo (fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento, operação com cartão de crédito e instrumentos derivativos financeiros circulantes), equivalentes a R\$ 29.076 milhões.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia tem financiado suas operações, capital de giro e despesas de capital, principalmente com caixa líquido gerado por suas atividades operacionais, debêntures emitidas pelo seu segmento Atacadão, e da venda sem regresso de contas a receber de clientes (principalmente contas a receber de cartão de crédito) a instituições financeiras.

No Brasil, para as vendas em lojas com pagamento através de cartões de crédito, os varejistas recebem pagamento para tais vendas através dos emissores dos cartões (incluindo, mas não se limitando a Visa, Mastercard, Banco Carrefour) em até 30 dias após a data da venda. É, portanto, uma prática comum de mercado vender esses recebíveis a instituições financeiras com desconto e sem direito de regresso, com base, conforme necessário, para financiar as necessidades de capital de giro do negócio relevante.

Para mais informações sobre a venda de recebíveis de cartões de crédito pela Companhia, em particular o saldo de recebíveis de cartões de crédito Visa e Mastercard, cedidos a instituições financeiras ao final de cada período comentado, vide nota explicativa 7 às demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

Os empréstimos em aberto em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 estão detalhados abaixo no item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia tinha R\$ 6.945 milhões, R\$ 5.672 milhões e R\$ 5.322 milhões em caixa e equivalentes de caixa, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, a Companhia tinha R\$ 497 milhões, R\$ 358 milhões e R\$ 297 milhões de títulos e valores mobiliários circulantes e não circulantes, respectivamente.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobrir deficiências de liquidez

O montante de financiamento necessário para capital de giro e investimentos flutua ao longo do ano, principalmente devido à sazonalidade dos segmentos Atacado e de Varejo. As necessidades de capital de giro também são afetadas pelas condições de pagamento que a Companhia acordou com seus fornecedores.

A Companhia acredita, com base nos atuais planos operacionais e de investimento atuais, que o saldo de caixa e equivalentes de caixa, juntamente com outras fontes de financiamento e o caixa gerado pelas operações da Companhia, serão suficientes para atender a necessidade de caixa para o capital de giro, passivos financeiros, gastos de capital e expansão de negócios para o futuro previsível.

Além disso, periodicamente, avaliamos potenciais aquisições e investimentos para implementar ainda mais a estratégia de negócios e podemos financiar essas aquisições e investimentos com caixa gerado pelas operações da Companhia, financiamento bancário, emissões de dívida ou capital próprio, ou uma combinação deles. A Companhia também pode explorar fontes de financiamento adicionais e meios para diversificar ou aumentar seu financiamento, aumentar sua flexibilidade financeira ou diminuir seu custo de capital.

### f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas com relação ao endividamento da Companhia nas datas indicadas. Para obter outras informações sobre sua exposição aos riscos de taxa de juros, de moeda e de liquidez, consulte a nota explicativa 28 às suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas.

(Em milhões de R\$)	Saldo em 31 de dezembro de			Taxa de juros	Data de vencimento
	2021	2020	2019		
<b>Circulante</b>					
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Carrefour Finance	1.588	480	-	VC + 0,6% a.a.	12/2021 e 01/2022
Resolução nº 4131	858	6	-	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução nº 4131	6	-	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024
<b>Em moeda local</b>					
Debêntures	-	-	9	104% CDI	04/2021
Debêntures	8	2	4	106% CDI	04/2023
Debêntures	461	3	6	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução n.º 4131	18	-	-	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letrasfinanceiras	80	83	-	106% CDI	06/2021
	<b>3.019</b>	<b>574</b>	<b>19</b>		
<b>NãoCirculante</b>					
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Resolução nº 4131	830	1.667	-	1% a 2,4% a.a.	04/2022 a 04/2023
Resolução n.º 4131	1.371	-	-	0,9% a 1,9% a.a.	09/2023 a 09/2024

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(Em milhões de R\$)	Saldo em 31 de dezembro de			Taxa de juros	Data de vencimento
	2021	2020	2019		
<b>Em moeda local</b>					
Debêntures	-	-	1.000	104% CDI	04/2021
Debêntures	500	500	500	106% CDI	04/2023
Debêntures	550	1.000	1.000	CDI + 0,45 a 0,65 a.a.	06/2022 a 06/2026
Resolução nº 4131	620	-	-	R\$ (Pré 10,4840%)	09/2024
Letras Financeiras	102	177	337	106% CDI	12/2023
	<b>3.973</b>	<b>3.344</b>	<b>2.837</b>		
<b>Total empréstimos</b>	<b>6.992</b>	<b>3.918</b>	<b>2.856</b>		

**Debêntures**

Em abril de 2018, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, totalizando R\$ 1.500 milhões. A primeira série, no valor de R\$ 1.000 milhão e taxa de juros 104,4% do CDI, cujo vencimento ocorreu em 27 de abril de 2021 e já foi liquidada. A segunda série, no valor de R\$ 500 milhões tem vencimento em 27 de abril de 2023 e sua taxa de juros é de 105,75% do CDI.

Os recursos captados foram utilizados para pagamento de três séries de notas promissórias, no valor de R\$ 500 milhões cada, cujos vencimentos eram 11 de maio de 2018, 12 de julho de 2018 e 10 de janeiro de 2019.

**Pagamentos:**

Em 28 de dezembro 2020, a Companhia realizou o resgate antecipado da totalidade das debêntures dos debenturistas da primeira série da 1ª emissão.

A Companhia também fez duas emissões de debêntures não conversíveis ao longo do ano de 2019, sendo a primeira realizada em 07 de janeiro, quando foram emitidos R\$ 900 milhões. A segunda emissão de debêntures foi realizada em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 200 milhões com vencimento em 08 de março de 2019 e a 2ª série no valor de R\$ 700 milhões com vencimento em 06 de janeiro de 2020.

A 3ª emissão foi realizada em 18 de novembro de 2019, no valor total de R\$ 1 bilhão, sendo realizada em três séries: a primeira de R\$ 450 milhões, a segunda de R\$ 350 milhões e a terceira de R\$ 200 milhões, com vencimentos em junho de 2022, 2024 e 2026, respectivamente.

As 2ª e 3ª emissões tiveram o propósito de financiar o capital de giro da Companhia ao longo do ano e, ao final de 2019, de alongamento da dívida com o pagamento antecipado e consequente refinanciamento da segunda série emitida no início do ano, no valor de R\$ 700 milhões.

**Letras Financeiras**

Com o objetivo de melhorar a performance de *funding* das suas atividades, o Banco CSF emitiu captações, classificadas como dívida operacional na rubrica de operações com cartão de crédito, e descritas abaixo:

- Em 11 de junho de 2018, o Banco CSF concluiu a 2ª emissão de letras financeiras, no valor total de R\$ 700 milhões, em duas séries, sendo: 1ª série no valor de R\$ 300 milhões com vencimento em junho de 2020 (à taxa de 104% do DI) e a 2ª série no valor de R\$ 400 milhões com vencimento em 2021 (à taxa de 104,75% do DI). Ambas com pagamentos de juros semestrais e já foram liquidadas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Em 22 de outubro de 2019, foi feita nova emissão de letras financeiras, no valor de R\$ 500 milhões, em duas séries, sendo: 1ª série no valor de R\$ 387 milhões com vencimento em 2021 (à taxa de 100% do DI + 0,34% a.a.) que já foi liquidada; e a 2ª série no valor de R\$ 113 milhões com vencimento 2023 (à taxa de 100% do DI + 0,54% a.a.). Ambas com pagamentos de juros semestrais.
- Em 28 de dezembro de 2020, o Banco CSF emitiu letras financeiras (LTEL-LFG - Resolução nº 4.795, de 2 de abril de 2020) de R\$ 284 milhões, com data de vencimento em dezembro de 2021 (à taxa de 100% do DI + 0,6% a.a) as quais já foram liquidadas.
- Em maio de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 300 milhões, com taxas que variam de DI+1,10% a.a. a DI + 1,20% a.a e com vencimentos em 2023. As amortizações de juros são semestrais e as amortizações do valor principal nas datas dos respectivos vencimentos.
- Em junho de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 100 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as amortizações do valor principal nas datas dos respectivos vencimentos.
- Em julho de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 50 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as amortizações do valor principal nas datas dos respectivos vencimentos.
- Em setembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 150 milhões, à taxa DI+1,30% a.a. e com vencimento em 2024. As amortizações de juros são semestrais e as amortizações do valor principal nas datas dos respectivos vencimentos.
- Em novembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 316 milhões, com taxas que variam de DI+1,00% a.a. a DI+1,10% a.a e com vencimentos em 2023 e 2024. As amortizações de juros são semestrais e as amortizações do valor principal nas datas dos respectivos vencimentos.
- Em dezembro de 2021, o Banco CSF concluiu algumas emissões de Letras Financeiras Bilaterais (Privadas), no valor total de R\$ 184 milhões, com taxas que variam de DI+1,00% a.a. a DI+1,10% a.a ou 109% do DI e com vencimentos em 2023 e 2024. As amortizações de juros são semestrais e e as amortizações do valor principal nas datas dos respectivos vencimentos.
- Em dezembro de 2021, o Banco CSF concluiu a emissão de de Letras Financeiras Garantidas, no valor total de R\$ 114 milhões, à taxa SELIC+0,75% a.a. e com vencimento em 2022. As amortizações de juros e de principal são no vencimentoO saldo de R\$ 182 milhões dessas letras financeiras (R\$ 80 milhões no passivo circulante e R\$ 102 milhões no passivo não circulante) classificado como dívida financeira, considera a dívida oriunda da operação de compra do direito de exclusividade do cartão Atacadão, conforme disposto na seção deste Formulário de Referência referente a partes relacionadas. Esse saldo era de R\$ 260 milhões em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 377 milhões em 31 de dezembro de 2019.

### Captação de empréstimos

Nos meses de janeiro, março e junho de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 725 milhões, equivalentes a R\$ 4,6 bilhões. A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. com vencimentos de até um ano. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 com Carrefour Finance (RevolvingCreditFacilities). No ano de 2021 foi pago, conforme vencimento, o montante de € 550 milhões, sendo € 75 milhões captados em 2020.

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizam o equivalente a R\$ 2 bilhões com vencimento em 24 e 36 meses.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos (NDA e Swaps) com a finalidade de cobertura da sua exposição ao risco de variação cambial, estes instrumentos são designados para contabilidade de *hedge*, conforme descritos na nota 28.8 das demonstrações financeiras. Esses Swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo (dívida em moeda estrangeira + Swap para reais em % do CDI). Os termos e as condições do empréstimo e do derivativo configuram-se como operação casada, tendo como resultante econômica uma dívida em % do CDI em reais no balanço da Companhia.

### **Linhas de crédito não utilizadas**

Em janeiro de 2020 e dezembro de 2019, seguindo as boas práticas de governança e acompanhamento de mercado, a Companhia fez novas cotações no mercado de capitais e de crédito local, bem como no mercado externo para captação de novos recursos financeiros, encontrando a melhor cotação junto à Coligada Carrefour Finance na Bélgica. Neste contexto, assegurando a continuidade do custo de financiamento das emissões recentes e visando assegurar os bons níveis de liquidez, foram contratadas linhas de crédito firme (compromissadas), no montante, respectivamente de € 325 milhões, para a linha contratada em 2019 e € 450 milhões, para a linha contratada em janeiro de 2020, com a Carrefour Finance.

Nos meses de janeiro e fevereiro 2020, a Companhia captou através dessas linhas de crédito o montante de € 250 milhões, junto à sua coligada Carrefour Finance (conforme descrito anteriormente). O empréstimo foi contratado com uma taxa de juros do de 0,60% a.a. e com vencimentos em janeiro e fevereiro de 2021. Em dezembro de 2020, foi pago em antecipação o montante de € 125 milhões, deixando um saldo usado de € 75 milhões, com vencimento em janeiro 2021, e um saldo não usado de € 700 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, não havíamos contratado nenhuma linha de crédito firme (compromissada) com outras instituições financeiras. Em janeiro de 2021 foi pago o montante de € 75 milhões, conforme saldo informado no item anterior, tendo sido liquidado o empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não havia utilizado qualquer montante em relação a essas linhas de crédito. Além das linhas de crédito com sua coligada, descritas acima, em 31 de dezembro de 2019, tínhamos duas linhas de crédito firmes não utilizadas, a primeira no Banco Carrefour, com o Banco Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$ 240 milhões, com vencimento programado para 04 de setembro de 2020, com taxa de juros anual equivalente a 118% da taxa de juros do CDI e a segunda no segmento Atacadão, no valor de R\$ 400 milhões junto ao banco Safra, com taxa de juros de 120% do CDI e vencimento em 26 de fevereiro de 2020, esta linha de crédito não foi renovada devido à assinatura da linha de crédito junto à Coligada Carrefour Finance descrita anteriormente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha duas linhas de crédito firmes não utilizadas, a primeira no Banco Carrefour, com o Banco Itaú S.A., no valor total de R\$ 170 milhões, com vencimento programado para 12 de setembro de 2019, com taxa de juros anual equivalente a 118% da taxa de juros do CDI e a segunda no segmento Atacadão, no valor de R\$ 400 milhões junto ao banco Safra, com taxa de juros de 120% do CDI e vencimento em 26 de fevereiro de 2019. Essa linha de crédito foi aditada em fevereiro de 2019, com novo vencimento em fevereiro de 2020.

### *ii. Outras transações de longo prazo com instituições financeiras*

A Companhia mantém relações estreitas com as principais instituições financeiras no mercado brasileiro, mas não possui transação de longo prazo com nenhuma instituição financeira.

A Companhia possui uma participação acionária de controle de 51% no Banco CSF, sendo que a participação remanescente de 49% pertence ao Itaú Unibanco.

### *iii. Grau de subordinação de dívidas*

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

*iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.*

Os termos dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes estão descritos no item 10.1 f (i) acima, não havendo quaisquer restrições impostas em razão da celebração desses instrumentos.

### g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Conforme descrito anteriormente, nos meses de janeiro, março e junho de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 725 milhões, equivalentes a R\$ 4,6 bilhões. A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. com vencimentos de até um ano. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020 com Carrefour Finance (RevolvingCreditFacilities). No ano de 2021 foi pago, conforme vencimento, o montante de € 550 milhões, sendo € 75 milhões captados em 2020.

Conforme descrito na nota 35 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 (eventos subsequentes), em janeiro de 2021, a Companhia contratou empréstimo no montante de R\$ 2,2 bilhões junto à sua coligada Carrefour Finance na França. A taxa de juros do empréstimo é de 12% a.a. com vencimento em março de 2023.

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As mudanças significativas nos itens principais da demonstração consolidada de resultados, demonstração consolidada dos fluxos de caixa e balanço patrimonial consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 são discutidas abaixo.

## Resultados das Operações

### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

Salvo disposição em contrário do contexto, na discussão a seguir, as referências a 2021 e 2020 são para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os componentes das demonstrações consolidadas do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	2021	AV%	2020	AV%	AH%
<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>					
Vendas líquidas .....	73.552	100,0%	67.640	100,0%	8,7%
Outras receitas .....	4.199	5,7%	3.551	5,2%	18,2%
<b>Receita operacional líquida .....</b>	<b>77.751</b>	<b>105,2%</b>	<b>71.191</b>	<b>105,2%</b>	<b>9,2%</b>
Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(62.875)	-85,5%	(57.273)	-84,7%	9,8%
<b>Lucro bruto.....</b>	<b>14.876</b>	<b>20,2%</b>	<b>13.918</b>	<b>20,6%</b>	<b>6,9%</b>
Receitas (despesas)					
Despesas de vendas, gerais e administrativas .....	(9.211)	-12,5%	(8.360)	-12,4%	10,2%
Depreciação e amortização .....	(1.173)	-1,6%	(1.040)	-1,5%	12,8%
Resultado de equivalência patrimonial .....	(9)	0,0%	(8)	0,0%	12,5%
Outras receitas (despesas).....	634	0,9%	(6)	0,0%	N.A.
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>5.117</b>	<b>7,0%</b>	<b>4.504</b>	<b>6,7%</b>	<b>13,6%</b>
Receitas financeiras .....	1.147	1,6%	948	1,4%	21,0%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***(em milhões de R\$, exceto percentuais)*

Despesas financeiras .....	
<b>Resultado financeiro</b> .....	
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	
Imposto de renda e contribuição social – corrente	
Imposto de renda e contribuição social – diferido	
<b>Lucro líquido do período</b> .....	

Exercício findo em 31 de dezembro				
2021	AV%	2020	AV%	AH%
(1.933)	-2,6%	(1.527)	-2,3%	26,6%
(786)	-1,1%	(579)	-0,9%	35,8%
<b>4.331</b>	<b>5,9%</b>	<b>3.925</b>	<b>5,8%</b>	<b>10,3%</b>
(1.279)	-1,7%	(1.021)	-1,5%	25,3%
314	-0,4%	(60)	-0,1%	N.A.
<b>3.366</b>	<b>4,6%</b>	<b>2.844</b>	<b>4,2%</b>	<b>18,4%</b>

**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia inclui vendas líquidas e outras receitas. A receita operacional líquida aumentou 9,2%, ou R\$ 6.560 milhões, para R\$ 77.751 milhões em 2021, de R\$ 71.191 milhões em 2020, principalmente devido ao aumento nas vendas líquidas de 8,7%, conforme explicado em detalhes abaixo.

**Vendas líquidas**

As vendas líquidas da Companhia aumentaram 8,7%, ou R\$ 5.912 milhões, para R\$ 73.552 milhões em 2021, de R\$ 67.640 milhões em 2020, impulsionadas principalmente pelo aumento de 13,9% nas vendas do segmento Atacadão. O crescimento das vendas líquidas da Companhia deveu-se principalmente a (i) alta inflação de alimentos nos últimos 12 meses, encerrando 2021 em 8,2%, segundo o IBGE; (ii) vendas brutas totais em 2021 atingiram nível recorde de R\$ 81,2 bilhões (+8,6% a/a e +30,5% em 2 anos); e (iii) a abertura de 44 novas lojas e 3 atacados de autosserviço e de entrega, ressaltando a integração bem-sucedida das lojas Makro em 2021.

A tabela a seguir apresenta a composição das vendas líquidas por segmento da Companhia.

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2021	2020	Variação
Atacadão	53.595	47.058	13,9%
Varejo*	19.957	20.582	-3,0%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>73.552</b>	<b>67.640</b>	<b>8,7%</b>

(\*) Inclui vendas líquidas da plataforma do comércio eletrônico assim como drogarias e vendas de postos de combustível.

**Segmento Atacadão**

As vendas líquidas geradas pelo segmento Atacadão aumentaram 13,9%, ou R\$ 6.537 milhões, para R\$ 53.595 milhões em 2021, de R\$ 47.058 milhões em 2020, principalmente devido (i) a um crescimento de vendas LFL de 4,2% excluindo efeitos de calendário e de fechamento de lojas; (ii) a abertura de 44 novas lojas, das quais 22 atacado e 22 conversões de lojas Makro; e (iii) a plataforma de *e-commerce* que já representa 1,35% do valor das vendas totais.

**Segmento de Varejo**

As vendas líquidas geradas pelo segmento de Varejo diminuíram 3,0%, ou R\$ 625 milhões, para R\$ 19.957 milhões em 2021, de R\$ 20.582 milhões em 2020, devido principalmente a redução LFL de 7,5%, excluindo postos, devido principalmente a uma base de comparação muito desafiadora de 2020 e também pela deterioração do ambiente econômico brasileiro.

As vendas totais do Carrefour Varejo atingiram R\$ 6,1 bilhões no 4T21, uma queda de 3,4% de LfL vs. 4T20 (-9,2% LfLexgasolina). Isso marca uma continuação das tendências observadas durante 2021. A categoria

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

alimentar mostrou novamente sua resiliência e registrou um crescimento LfL positivo de 1,4%, além do forte crescimento de 14,2% 4T20, impulsionado por um ambiente atípico de COVID-19. Ao longo de dois anos, as vendas totais permaneceram sólidas e encerraram o 4T21 em território positivo (+3,0%), impulsionadas pelo crescimento de 15,9% do segmento alimentar no período.

Os produtos da Companhia de marca própria continuam quebrando recordes a cada trimestre. No 4T21, eles representaram 19,4% das vendas líquidas totais de alimentos (+4,5 p.p. vs 4T20) e os volumes continuaram a crescer +33% no 4T21 a/a, com forte desempenho principalmente na categoria de produtos frescos (volumes +65%). A Companhia encerra o trimestre com aproximadamente 3.240 SKUs (+16,9% ou 470 SKUs a/a).

A Companhia também teve um crescimento significativo de 35% a/a no 4T21 de frutas e vegetais “Únicos” – aqueles que não atendem aos padrões usuais em termos visuais, mas são perfeitos para consumo e vendidos a preços promocionais.

O Grupo Carrefour Brasil reconhece seu papel na sociedade e acredita que os itens de marca própria têm maior relevância nas cestas de clientes no atual ambiente inflacionário volátil e desafiador que impacta o poder de compra. Assim, pela segunda vez durante este período de pandemia, o Grupo Carrefour Brasil decidiu congelar os preços dos produtos da Companhia de marca própria de novembro/21 a janeiro/22.

As vendas LfL de produtos não-alimentares caíram 23,0% no 4T21 a/a, uma vez que continuaram sendo impactadas por uma base de comparação muito desafiadora e também pela deterioração do ambiente econômico já mencionada.

### Vendas líquidas por categoria

A tabela a seguir apresenta as vendas líquidas de alimentos e produtos não alimentares da Companhia, bem como outros serviços (postos de combustível e drogarias):

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2021	2020	Varição
Produtos alimentares	62.364	56.115	11,1%
Produtos não-alimentares	7.808	8.890	-12,2%
Outras vendas líquidas*	3.380	2.635	28,3%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>73.552</b>	<b>67.640</b>	<b>8,7%</b>

(\*) Inclui vendas líquidas de drogarias e postos de combustível

As vendas líquidas de produtos alimentares em lojas de Varejo da Companhia, atacados de autosserviço e de entrega aumentaram 11,1% ou R\$ 6.249 milhões, para R\$ 62.364 milhões em 2021, de R\$ 56.115 milhões em 2020. O segmento Atacadão é responsável por 97,7% ou R\$ 6.104 milhões desse aumento.

As vendas líquidas de produtos não-alimentares reduziram 12,2% ou R\$ 1.082 milhões, para R\$ 7.808 milhões em 2021 em relação a R\$ 8.890 milhões em 2020.

### Grupo Carrefour Brasil

A evolução do *marketshare* global na venda de produtos de grande consumo (“PGC”) apresentou aumento de 0,4 ponto percentual em relação à 2020 (fonte: Nielsen – Metodologia Scantrack).

### Outras receitas

As outras receitas aumentaram 18,2%, ou R\$ 648 milhões, com R\$ 4.199 milhões em 2021, e R\$ 3.551 milhões em 2020, reflexo do aumento de receitas do segmento de Soluções Financeiras. A tabela a seguir apresenta a composição de outras receitas por segmento:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2021	2020	Varição
Soluções Financeiras	3.497	2.933	19,2%
Varejo	546	494	10,5%
Atacadão	178	147	21,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***(em milhões de R\$, exceto percentuais)*

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2021	2020	Variação
Eliminações	(22)	(23)	-4,3%
<b>Outras receitas</b>	<b>4.199</b>	<b>3.551</b>	<b>18,2%</b>

**Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras.**

O custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras aumentaram 9,8%, ou R\$ 5.602 milhões, para R\$ 62.875 milhões em 2021, de R\$ 57.275 milhões em 2020, principalmente devido ao aumento de vendas LFL da Companhia em todos os seus segmentos, e a abertura de novas lojas em todos os segmentos da Companhia, o que resultou no aumento nas vendas líquidas.

**Lucro bruto**

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2021	2020	Variação
<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>			
Atacado	8.137	<b>7.040</b>	15,6%
Varejo	4.745	<b>5.161</b>	-8,1%
Soluções Financeiras	2.016	<b>1.740</b>	15,9%
Eliminações	(22)	<b>(23)</b>	-4,3%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>14.876</b>	<b>13.918</b>	<b>6,9%</b>

O lucro bruto da Companhia aumentou 6,9%, ou R\$ 958 milhões, para R\$ 14.876 milhões em 2021 de R\$ 13.918 milhões em 2020 principalmente como resultado do melhor desempenho operacional nos segmentos do Atacado e de Soluções Financeiras. A margem bruta, no segmento Atacado em 2021, foi de 15,6%, refletindo o sucesso das iniciativas de expansão orgânica no ano.

**Despesas de vendas, gerais e administrativas.**

As despesas de vendas, gerais e administrativas aumentaram 10,2%, ou R\$ 851 milhões, para R\$ 9.211 milhões em 2021, de R\$ 8.360 milhões em 2020. Esse aumento foi principalmente resultado de:

- i. um aumento de 6,2%, ou R\$ 280 milhões, nas despesas com benefícios a empregados, para R\$ 4.778 milhões em 2021, de R\$ 4.498 milhões em 2020, devido ao aumento do quadro de funcionários para apoiar a expansão orgânica e aumento salarial decorrente do acordo coletivo anual; e
- ii. um aumento de R\$ 126 milhões em despesas com energia, água e gás.

Como percentual das vendas líquidas, as despesas de vendas, gerais e administrativas foi de 12,5% em 2021 comparado com 12,4% em 2020, devido às iniciativas de otimização de despesas implementadas no segmento de Varejo e dentro da sede, bem como o contínuo controle rígido de despesas operacionais no segmento Atacado.

**Depreciação e amortização**

A depreciação e amortização aumentou 12,0%, ou R\$ 131 milhões, para R\$ 1.223 milhões em 2021, principalmente ao contínuo programa de expansão das lojas no segmento Atacado.

**Outras receitas (despesas)**

As outras receitas (líquidas de despesas) totalizaram receita de R\$ 634 milhões (outras despesas de R\$ 6 milhões em 2020). Os impactos referem-se em sua maior parte a: (i) resultado do ajuste de valor justo na permuta de ativos do Projeto Pinheiros, que consiste numa permuta de imóveis, onde a Companhia irá ceder o terreno da sua loja localizada na Avenida das Nações Unidas, na zona sul de São Paulo, e receberá em troca uma nova loja, junto com uma nova área de galeria comercial, vagas de estacionamento, e unidades de uma nova torre corporativa, a serem construídos pelo seu parceiro, no valor de R\$ 495 milhões; (ii) reversões de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

provisões tributárias devido a adesão de anistias e decadência de cesta básica. Em 2020, o valor refere-se em sua maior parte a: (i) provisão baseada em decisões desfavoráveis dos autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; (ii) decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e (iii) provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS.

### Resultado financeiro

A tabela a seguir apresenta a composição dos resultados financeiros, líquidos de receitas financeiras e despesas financeiras.

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais).</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Variação
Receitas financeiras	1.147	948	21,0%
Despesas financeiras	(1.933)	(1.527)	26,6%
<b>Resultado financeiro, líquido.</b>	<b>(786)</b>	<b>(579)</b>	<b>35,8%</b>

A tabela a seguir apresenta os componentes dos resultados financeiros:

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais).</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	Variação
Receita sobre aplicações financeiras	67	47	42,6%
Juros sobre financiamentos	(189)	(138)	37,0%
Juros de antecipação de cartões de crédito	(66)	(89)	-25,8%
Juros sobre aluguéis	(211)	(183)	15,3%
<b>Custos financeiros, líquido.</b>	<b>(399)</b>	<b>(363)</b>	<b>9,9%</b>
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas.	(387)	(216)	79,2%
<b>Resultado financeiro, líquido.</b>	<b>(786)</b>	<b>(579)</b>	<b>35,8%</b>

O resultado financeiro líquido R\$ 786milhões, devido à uma posição de maior dívida líquida, associada a um aumento das taxas de juros sobre as provisões relacionadas às demandas judiciais, e aos resultados de instrumentos financeiros derivativos.

### Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, reduziu 10,7%, ou R\$ 116 milhões, para R\$ 965 milhões em 2021, de R\$ 1.081 milhões em 2020, devido a maiores pagamentos de Juros sobre Capital Próprio em 2021 aliado ao efeito do IFRIC 23 sobre a inconstitucionalidade do oferecimento à tributação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre a taxa SELIC recebida pelo contribuinte na repetição de indébito tributário. A alíquota efetiva consolidada representando 22,0% em 31 de dezembro de 2021.

### Lucro líquido do exercício

Em decorrência do exposto acima, o lucro líquido consolidado da Companhia aumentou 18,4%, ou R\$ 522 milhões, para R\$ 3.366 milhões em 2021, de R\$ 2.844 milhões em 2020. Como percentual das vendas líquidas, o lucro líquido do exercício aumentou para 4,6% de 4,2% em 2020.

### Resultado das Operações

#### **Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

Salvo disposição em contrário do contexto, na discussão a seguir, as referências a 2020 e 2019 são para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta os componentes das demonstrações consolidadas do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	2020	AV%	2019	AV%	AH%
<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>					
Vendas líquidas .....	67.640	100,0%	56.519	100,0%	19,7%
Outras receitas .....	3.551	5,2%	3.545	6,3%	0,2%
<b>Receita operacional líquida .....</b>	<b>71.191</b>	<b>105,2%</b>	<b>60.064</b>	<b>106,3%</b>	<b>18,5%</b>
Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras	(57.273)	-84,7%	(47.615)	-84,2%	20,3%
<b>Lucro bruto.....</b>	<b>13.918</b>	<b>20,6%</b>	<b>12.449</b>	<b>22,0%</b>	<b>11,8%</b>
Receitas (despesas)					
Despesas de vendas, gerais e administrativas .....	(8.360)	-12,4%	(7.744)	-13,7%	8,0%
Depreciação e amortização .....	(1.040)	-1,5%	(1.022)	-1,8%	1,8%
Resultado de equivalência patrimonial .....	(8)	0,0%	(1)	0,0%	n.a.
Outras receitas (despesas).....	(6)	0,0%	(901)	-1,6%	-99,3%
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>	<b>4.504</b>	<b>6,7%</b>	<b>2.781</b>	<b>4,9%</b>	<b>62,0%</b>
Receitas financeiras .....	948	1,4%	181	0,3%	423,8%
Despesas financeiras .....	(1.527)	-2,3%	(683)	-1,2%	123,6%
<b>Resultado financeiro .....</b>	<b>(579)</b>	<b>-0,9%</b>	<b>(502)</b>	<b>-0,9%</b>	<b>15,3%</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.925</b>	<b>5,8%</b>	<b>2.279</b>	<b>4,0%</b>	<b>72,2%</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente	(1.021)	-1,5%	(880)	-1,6%	16,0%
Imposto de renda e contribuição social – diferido ..	(60)	-0,1%	(71)	-0,1%	-15,5%
<b>Lucrolíquido do período.....</b>	<b>2.844</b>	<b>4,2%</b>	<b>1.328</b>	<b>2,3%</b>	<b>114,2%</b>

**Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia inclui vendas líquidas e outras receitas. A receita operacional líquida aumentou 19,7%, ou R\$ 11.121 milhões, para R\$ 71.191 milhões em 2020, de R\$ 60.064 milhões em 2019, principalmente devido ao aumento nas vendas líquidas de 10,2%, conforme explicado em detalhes abaixo:

**Vendas líquidas**

As vendas líquidas da Companhia aumentaram 19,7%, ou R\$ 11.121 milhões, para R\$ 67.640 milhões em 2020, de R\$ 56.519 milhões em 2019, impulsionadas principalmente pelo aumento de 22,9% nas vendas do segmento Atacadão e 12,5% nas vendas do segmento de Varejo. O crescimento das vendas líquidas da Companhia deveu-se principalmente a (i) um aumento de 22,9% nas vendas totais LFL, com um aumento das vendas LFL no segmento de Atacadão de 27,0% excluindo efeitos de calendário e de fechamento de lojas, e de 13,3% no segmento de Varejo excluindo gasolina; (ii) a abertura de 34 novas lojas de varejo e atacados de autosserviço e de entrega; (iii) bem como o desempenho do *e-commerce* que apresentou um forte desempenho de vendas em 2020 e já representou aproximadamente 49%; e em conjunto com a nova plataforma de *e-commerce* do Atacadão, que já representava 2% das vendas do negócio.

A tabela a seguir apresenta a composição das vendas líquidas por segmento da Companhia.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2020	2019	Variação
<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>			
Atacadão	47.058	38.220	23,1%
Varejo*	20.582	18.299	12,5%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>67.640</b>	<b>56.519</b>	<b>19,7%</b>

(\*) Inclui vendas líquidas da plataforma do comércio eletrônico assim como drogarias e vendas de postos de combustível.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Segmento Atacadão

As vendas líquidas geradas pelo segmento Atacadão aumentaram 23,1 %, ou R\$ 8.838 milhões, para R\$ 47.058 milhões em 2020, de R\$ 38.220 milhões em 2019, principalmente devido (i) a um crescimento de vendas LfL de 17,6% excluindo efeitos de calendário e de fechamento de lojas, (ii) a abertura de 22 novas lojas, das quais 1 atacado e 6 conversões de lojas Makro; e (iii) a recém-lançada plataforma de *e-commerce* que já representava 2% do valor das vendas totais.

### Segmento de Varejo

As vendas líquidas geradas pelo segmento de Varejo aumentaram 12,5%, ou R\$ 2.283 milhões, para R\$ 20.582 milhões em 2020, de R\$ 18.299 milhões em 2019, devido principalmente ao crescimento LfL de 13,7%, excluindo postos, a expansão da operação de *e-commerce*, que já representa 16,1% das vendas, tendo forte desempenho em 2019, e a abertura de 3 lojas do formato Market e 5 do formato Express.

Em 2020, as vendas totais cresceram 12,5%, atingindo R\$ 20,582 bilhões, incluindo gasolina. Excluindo gasolina, as vendas totais aumentaram 19,8%, devido ao sólido crescimento de 19,6% das vendas (“LfL”).

O segmento não alimentar também apresentou forte crescimento LfL no 4T (+ 12,2%), apesar de uma base comparável muito difícil, pois o 4T19 já havia registrado crescimento de 20,8%, com contribuição das vendas de Black Friday, evento que teve todas as suas campanhas canceladas em 2020 após o incidente ocorrido em Porto Alegre. Em um período de 2 anos, o crescimento do segmento não alimentar atingiu 36% (vs. 38% na comparação de 2 anos encerrada em setembro de 2020). O desempenho é particularmente impressionante considerando que as lojas de todos os varejistas reabriram no 3T20. Excluindo o período de Black Friday\*, o crescimento LfL foi de 19,6%, sendo que o segmento não alimentar atingiu 25,9%.

Como resultado, o crescimento LfL do ano consolidado foi de 19,6% em 2020. Embora esse desempenho tenha se beneficiado do ambiente incomum, os ganhos de *marketshare* em hipermercados de outros aumentaram 1,5 p.p. em 2020 (vs. 2019), e altos níveis de NPS comprovam a força do posicionamento da Companhia e destacam a excelente execução. Em 2019 e 2020, o *marketshare* dos hipermercados aumentou cerca de 2 p.p.

Mais uma vez a operação multiformato da Companhia apresentou resultados expressivos e atingiu um crescimento LfL de 15,8%, principalmente impulsionado por alimentos, que continuou a superar a inflação e cresceu 14,4% em base LfL. O segmento não alimentar também teve outro trimestre forte, com crescimento de 18,3% de LfL, embora os varejistas tradicionais tenham reaberto no 3T20 (+26,3% excluindo o período de Black Friday – 20 a 30 de novembro). Devido à sua dinâmica diferente em relação à alimentação (menor recorrência) e após a decisão pelo cancelamento das campanhas de Black Friday entre 20 e 30 de novembro, devido ao trágico evento ocorrido em Porto Alegre, uma desaceleração dos níveis observados no 2T e 3T20 já era antecipada. No geral, pelo terceiro trimestre consecutivo, os hipermercados da Companhia tiveram desempenho superior ao do mercado, alcançando ganhos de participação de mercado de 1,5 p.p. em 2020. O tíquete médio aumentou 33,1% a.a. no 4T20, enquanto o número de tíquetes ainda caiu 12,9%, destacando o impacto da atual crise sanitária no comportamento do cliente.

A marca própria da Companhia continuou com seu excelente desempenho, apresentando crescimento de 22% em volumes ano a ano, principalmente impulsionado por PGC, que cresceu 35% pelo segundo trimestre consecutivo. A penetração continuou alcançando novos recordes, crescendo para 14,9% do total de vendas líquidas de alimentos no 4T20 (+1,5 p.p. a.a.) e o número de SKUs de marca própria ficou em cerca de 2.800.

O bom desempenho da marca própria da Companhia baseia-se na regra dos três pilares estabelecidos para o desenvolvimento do segmento, que é ainda mais relevante em um ambiente inflacionário. O produto deve ser: (i) aprovado por mais de 50% dos participantes em teste cego; (ii) cerca de 30% mais barato que o líder de mercado; e (iii) nutritivo.

Após desacelerar sua expansão no segmento de Varejo durante a maior parte de 2020 para analisar os impactos do COVID-19, a Companhia retomou as inaugurações no 4T com 7 novas lojas Express e 1 nova loja

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Market, todas em São Paulo. As lojas de conveniência registraram seu melhor desempenho LFL desde o início da pandemia.

### Vendas líquidas por categoria

A tabela a seguir apresenta nas vendas líquidas de alimentos e produtos não alimentares, bem como outros serviços (postos de combustível e drogarias):

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2020	2019	Varição
Produtos alimentares	56.115	46.154	21,6%
Produtos não-alimentares	8.890	7.085	25,5%
Outras vendas líquidas*	2.635	3.280	-19,7%
<b>Vendas líquidas</b>	<b>67.640</b>	<b>56.519</b>	<b>19,7%</b>

(\*) Inclui vendas líquidas de drogarias e postos de combustível

As vendas líquidas de produtos alimentares em lojas de varejo da Companhia, atacados de autosserviço e de entrega aumentaram 21,6% ou R\$ 9.961 milhões, para R\$ 56.115 milhões em 2020, de R\$ 46.154 milhões em 2019. O segmento Atacadão é responsável por 86,8% ou R\$ 8.644 milhões desse aumento.

As vendas líquidas de produtos não-alimentares cresceram 25,5% ou R\$ 1.805 milhões, para R\$ 8.890 milhões em 2020 em relação a R\$ 7.085 milhões em 2019.

### Grupo Carrefour Brasil

A evolução do *marketshare* global na venda de produtos de grande consumo (PGC) apresentou aumento de 0,4 ponto percentual em relação à 2019 (fonte: Nielsen – Metodologia Scantrack).

### Outras receitas

As outras receitas não tiveram variações significativas, com R\$ 3.574 milhões em 2020, e R\$ 3.545 milhões em 2019. A tabela a seguir apresenta a composição de outras receitas por segmento:

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2020	2019	Varição
Soluções Financeiras	2.933	2.945	-0,4%
Varejo	494	460	7,4%
Atacadão	147	140	5,0%
<b>Outras receitas</b>	<b>3.574</b>	<b>3.545</b>	<b>0,8%</b>

### Custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras

O custo das mercadorias vendidas, serviços prestados e operações financeiras aumentaram 20,3%, ou R\$ 9.658 milhões, para R\$ 57.273 milhões em 2020, de R\$ 47.615 milhões em 2019, principalmente devido ao aumento das vendas LFL da Companhia em todos os seus segmentos, e a abertura de novas lojas em todos os segmentos da Companhia, o que resultou no aumento nas vendas líquidas.

### Lucro bruto

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i>	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2020	2019	Varição
Atacadão	7.040	5.895	19,4%
Varejo	5.161	4.507	14,5%
Soluções Financeiras	1.740	2.047	-15,0%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>13.941</b>	<b>12.449</b>	<b>12,0%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O lucro bruto da Companhia aumentou 12,0%, ou R\$ 1.492 milhões, para R\$ 13.941 milhões em 2020 de R\$ 12.449 milhões em 2019, principalmente como resultado do melhor desempenho operacional. A margem bruta, no segmento Atacadão em 2020, foi de 15,0%, praticamente estável em relação ao ano anterior, refletindo o sucesso das iniciativas comerciais da Companhia, que resultaram em vendas favoráveis sem impactar a rentabilidade, mesmo com um cenário mais competitivo.

### Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas, gerais e administrativas aumentaram 8,0%, ou R\$ 616 milhões, para R\$ 8.360 milhões em 2020, de R\$ 7.744 milhões em 2019. Esse aumento foi principalmente resultado de:

- i. um aumento de 11,6%, ou R\$ 467 milhões, nas despesas com benefícios a empregados, para R\$ 4.498 milhões em 2020, de R\$ 4.031 milhões em 2019, devido ao aumento do quadro de funcionários para apoiar a expansão orgânica e aumento salarial decorrente do acordo coletivo anual; e
- ii. um aumento de R\$ 83 milhões em serviços de terceiros e custos de manutenção e reparação para R\$ 2.063 milhões em 2020, de R\$ 1.980 milhões em 2019, principalmente em relação aos custos adicionais incorridos com a expansão em ambos os segmentos Atacadão e de Varejo; e em relação ao aumento das despesas de cobrança de crédito e débito e taxas relacionadas ao processamento de transações de cartão de crédito no segmento de Soluções Financeiras devido à expansão do segmento.

Como percentual das vendas líquidas, as despesas de vendas, gerais e administrativas se manteve em 12,4% em 2020, devido às iniciativas de otimização de despesas implementadas no segmento de Varejo e dentro da sede, bem como o contínuo controle rígido de despesas operacionais no segmento Atacadão.

### Depreciação e amortização

A depreciação e amortização aumentou 1,9%, ou R\$ 20 milhões, para R\$ 1.092 milhões em 2020, principalmente como resultado de um aumento de investimentos em ativos em um montante de R\$ 3.211 em 2020, decorrente de (i) aquisição de 25 lojas do Makro Atacado, (ii) a expansão das lojas nos segmentos Atacadão e de Varejo, e (iii) investimentos em infraestrutura de tecnologia da informação e sistemas.

### Outras receitas (despesas)

As outras receitas (líquidas de despesas) totalizaram despesa de R\$ 6 milhões (outras despesas de R\$ 901 milhões em 2019). Os impactos referem-se em sua maior parte a: (i) provisão baseada em decisões desfavoráveis dos autos de infração referente ao imposto sobre cupons cancelados; (ii) decisão do STF referente ao pagamento de IPI por varejistas retroativa há 5 anos; e (iii) provisão baseada em decisões desfavoráveis referente a pagamento de COFINS. Em 2019, o valor refere-se em sua maior parte a: (i) perda decorrente da revisão de probabilidade de perda do não estorno de créditos tributários reconhecidos sobre produtos da cesta básica, líquido da reversão de pagamentos sobre programas de anistia lançados no ano; e (ii) despesa com provisão para realização ao valor recuperável de créditos tributários.

### Resultado financeiro

A tabela a seguir apresenta a composição dos resultados financeiros, líquidos de receitas financeiras e despesas financeiras da Companhia.

<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais).</i>	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	Variação
Receitas financeiras	948	181	1,1%
Despesas financeiras	(1.527)	(683)	26,5%
<b>Resultado financeiro, líquido.</b>	<b>(579)</b>	<b>(502)</b>	<b>39,1%</b>

A tabela a seguir apresenta os componentes dos resultados financeiros:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em milhões de R\$, exceto percentuais).	Exercício findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	Variação
Receita sobre aplicações financeiras	47	21	123,8%
<i>Juros sobre financiamentos</i>	(138)	(169)	-18,3%
<i>Juros de antecipação de cartões de crédito</i>	(89)	(126)	-29,4%
<i>Juros sobre aluguéis</i>	(183)	(109)	67,9%
<b>Custos financeiros, líquido.</b>	<b>(363)</b>	<b>(383)</b>	<b>-5,2%</b>
Outras receitas e despesas financeiras, líquidas.	(216)	(119)	81,5%
<b>Resultado financeiro, líquido.</b>	<b>(579)</b>	<b>(502)</b>	<b>15,3%</b>

O resultado financeiro líquido R\$ 579 milhões, devido à uma posição de maior dívida líquida, associada a um aumento das taxas de juros sobre as provisões relacionadas às demandas judiciais, e ao aumento do passivo de arrendamento.

**Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido**

A despesa de imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido, aumentou 13,7%, ou R\$ 130 milhões, para R\$ 1.081 milhões em 2020, de R\$ 951 milhões em 2019, devido à maior contribuição do Banco Carrefour para o lucro líquido consolidado, já que a alíquota do imposto de renda é de 40%. Adicionalmente, a mudança de alíquota do Banco de 40% em 2019 para 45% em 2020 impactou o reconhecimento dos impostos diferidos ativos no Banco Carrefour em 31 de dezembro de 2019, e a variação da parcela de impostos diferidos não reconhecidos. A alíquota efetiva consolidada representando 28,0% em 31 de dezembro de 2019.

**Lucro líquido do exercício**

Em decorrência do exposto acima, o lucro líquido consolidado da Companhia aumentou 114,2%, ou R\$ 1.516 milhões, para R\$ 2.844 milhões em 2020, de R\$ 1.328 milhões em 2019. Como percentual das vendas líquidas, o lucro líquido do exercício aumentou para 4,2% de 2,3% em 2019.

**Balanco patrimonial****Em 31 de dezembro de 2021 em relação a 31 de dezembro de 2020**

Comparação entre as principais contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Ativo	Exercício findo em 31 de dezembro				
		2021	AV%	2020	AV%	AH% 2021x2020
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		6.945	11,8%	5.672	10,9%	22,4%
Títulos e valores mobiliários		47	0,1%	-	0,0%	N.A.
Contas a receber		1.298	2,2%	1.330	2,6%	-2,4%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras		11.038	18,7%	9.417	18,2%	17,2%
Estoques		8.788	14,9%	7.709	14,9%	14,0%
Impostos a recuperar		1.294	2,2%	721	1,4%	79,5%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		30	0,1%	106	0,2%	-71,7%
Instrumentos financeiros derivativos		95	0,2%	116	0,2%	-18,1%
Despesas antecipadas – Grupo BIG		900	1,5%	-	0,0%	N.A.
Outras contas a receber		403	0,7%	342	0,7%	17,8%
<b>Total do Ativo circulante</b>		<b>30.838</b>	<b>52,3%</b>	<b>25.413</b>	<b>49,0%</b>	<b>21,3%</b>
<b>Não circulante</b>						
Contas a receber		9	0,0%	4	0,0%	125,0%
Crédito ao consumo concedido pela empresa de soluções financeiras		485	0,8%	457	0,9%	6,1%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Ativo	Exercício findo em 31 de dezembro				
		2021	AV%	2020	AV%	AH% 2021x2020
	Instrumentos financeiros derivativos	107	0,2%	185	0,4%	-42,2%
	Títulos e valores mobiliários	450	0,8%	358	0,7%	25,7%
	Impostos a recuperar	2.812	4,8%	4.101	7,9%	-31,4%
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	633	1,1%	482	0,9%	31,3%
	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	107	0,2%	-	0,0%	N.A.
	Despesas antecipadas	48	0,1%	40	0,1%	20,0%
	Depósitos e bloqueios judiciais	2.570	4,4%	2.401	4,6%	7,0%
	Outras contas a receber	142	0,2%	87	0,2%	63,2%
	Estoques	300	0,5%	-	0,0%	N.A.
	Propriedades para investimentos	560	1,0%	397	0,8%	41,1%
	Investimentos em controladas	104	0,2%	111	0,2%	-6,3%
	Imobilizado	17.417	29,6%	15.465	29,8%	12,6%
	Intangível e ágio	2.342	4,0%	2.323	4,5%	0,8%
	<b>Total do Ativo não circulante</b>	<b>28.086</b>	<b>47,7%</b>	<b>26.411</b>	<b>51,0%</b>	<b>6,3%</b>
	<b>Total do Ativo</b>	<b>58.924</b>	<b>100,0%</b>	<b>51.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,7%</b>

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Passivo	Exercício findo em 31 de dezembro				
		2021	AV %	2020	AV %	AH % 2021 x 2020
	<b>Passivo circulante</b>					
	Fornecedores	15.449	26,2%	14.423	27,8%	7,1%
	Empréstimos	3.019	5,1%	574	1,1%	426,0%
	Passivo de arrendamento	161	0,3%	139	0,3%	15,8%
	Operação com cartão de crédito	8.249	14,0%	7.534	14,5%	9,5%
	Impostos a recolher	372	0,6%	531	1,0%	-29,9%
	Imposto de renda e contribuição social a pagar	267	0,5%	101	0,2%	164,4%
	Obrigações trabalhistas	825	1,4%	891	1,7%	-7,4%
	Dividendos a pagar	65	0,1%	49	0,1%	32,7%
	Receitadiferida	33	0,1%	55	0,1%	-40,0%
	Outras contas a pagar	551	0,9%	410	0,8%	34,4%
	Instrumentos financeiros derivativos	85	0,1%	13	0,0%	553,8%
	<b>Total do Passivo circulante</b>	<b>29.076</b>	<b>49,3%</b>	<b>24.720</b>	<b>47,7%</b>	<b>17,6%</b>
	<b>Passivo não circulante</b>					
	Empréstimos	3.973	6,7%	3.344	6,5%	18,8%
	Passivo de arrendamento	1.877	3,2%	1.721	3,3%	9,1%
	Operação com cartão de crédito	1.266	2,1%	223	0,4%	467,7%
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	439	0,7%	602	1,2%	-27,1%
	Provisões	3.290	5,6%	3.618	7,0%	-9,1%
	Imposto de renda e contribuição social a pagar	582	1,0%	510	1,0%	14,1%
	Receita diferida	18	0,0%	18	0,0%	0,0%
	Outras contas a pagar	7	0,0%	23	0,0%	-69,6%
	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>11.452</b>	<b>19,4%</b>	<b>10.059</b>	<b>19,4%</b>	<b>13,8%</b>
	<b>Patrimônio líquido</b>					
	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	<b>17.079</b>	<b>29,0%</b>	<b>15.709</b>	30,3%	8,7%
	Participação de não controladores	1.317	2,2%	1.336	2,6%	-1,4%
	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>18.396</b>	<b>31,2%</b>	<b>17.045</b>	<b>32,9%</b>	<b>7,9%</b>
	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>58.924</b>	<b>100,0%</b>	<b>51.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>13,7%</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Ativos circulantes

#### Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentou em R\$ 1.273 milhões ou 22,4%, para R\$ 6.945 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 5.672 milhões em 31 de dezembro de 2020, representado pelo saldo líquido de caixa gerado pelas atividades operacionais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 4.444 milhões e pelo caixa utilizado pelas atividades de investimento de R\$ 3.567 milhões e pelo caixa utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 396 milhões.

#### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes (que são principalmente compostas por recebíveis do segmento Atacadão relacionados com os atacados de entrega e de verbas comerciais a receber) diminuíram em R\$ 27 milhões ou 2,0%, para R\$ 1.307 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 1.334 milhões em 31 de dezembro de 2020. A variação do saldo de contas a receber de um exercício a outro não depende apenas da variação das vendas líquidas consolidadas, mas também da cessão de recebíveis, sem direito de regresso.

#### Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (circulante e não circulante)

O saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (circulante e não circulante) aumentou R\$ 1.649 milhões ou 16,7%, para R\$ 11.523 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 9.874 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função do aumento refletindo o aumento do portfólio de clientes e no faturamento do Banco Carrefour.

#### Estoques

O saldo de estoques (circulante e não circulante) aumentou 17,9%, para R\$ 9.908 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 7.709 milhões em 31 de dezembro de 2020, em função da maior atividade nos segmentos de Varejo e Atacadão aliado ao reconhecimento de lajes corporativas no valor de R\$ 300 milhões referente ao Projeto Pinheiros.

#### Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

Os impostos a recuperar (circulante e não circulante) diminuíram 14,8%, para R\$ 4.106 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 4.822 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente em função das iniciativas de compensação dos créditos tributários nas operações no valor de R\$ 627 milhões referente a decisão de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS.

#### Ativo não circulante

##### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo aumentou 31,3% para R\$ 633 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 482 milhões em 31 de dezembro de 2020.

##### Depósitos e bloqueios judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais aumentaram 7,0%, para R\$ 2.570 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 2.401 milhões em 31 de dezembro de 2020. Para mais detalhes sobre os depósitos judiciais, consulte a nota 11 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia.

#### Imobilizado

O imobilizado aumentou 12,6%, para R\$ 17.417 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 15.465 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente ao contínuo projeto de expansão no segmento do Atacadão

#### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis e o ágio mantiveram estáveis, com um aumento de 0,8%, para R\$ 2.342 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 2.323 milhões em 31 de dezembro de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Passivo circulante

#### Fornecedores

Os fornecedores aumentaram 7,1%, para R\$ 15.449 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 14.423 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente a um aumento na atividade no segmento do Atacadão em 2021.

#### Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) aumentaram 78,5%, para R\$ 6.992 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 3.918 milhões em 31 de dezembro de 2020, principalmente devido a captação junto ao Carrefour Finance de empréstimo no valor de 725 milhões de euros, equivalente a R\$ 4,6 bilhões.

#### Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

O passivo de arrendamento teve um aumento de 9,6% ou R\$ 178 milhões, para R\$ 2.038 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 1.860 milhões em 31 de dezembro de 2020 principalmente devido a renovação e novos contratos de aluguel.

#### Operação com cartão de crédito (circulante e não circulante)

A operação com cartão de crédito (circulante e não circulante) cresceu 22,7%, para R\$ 9.515 milhões em 31 de dezembro de 2021, R\$ 7.757 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido ao crescimento da carteira de crédito ao consumidor no segmento de Soluções Financeiras.

#### Imposto de renda e contribuição social a pagar

O imposto de renda e contribuição social a pagar (circulante e não circulante) aumentaram 39,0%, para R\$ 849 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 611 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido ao aumento da despesa de imposto de renda e contribuição do exercício.

### Passivo não circulante

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos diminuíram 27,1%, para R\$ 439 milhões em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 602 milhões em 31 de dezembro de 2020.

#### Provisões

O valor das provisões diminuiu em 6,2%, para R\$ 3.872 milhões em 31 de dezembro de 2021, de \$ 4.128 milhões em 31 de dezembro de 2020. A diminuição é principalmente devido a (i) impactos positivos na adesão de programas de anistias; (ii) decisões favoráveis referentes a cupons cancelados; e (iii) decadência de Cesta Básica.

### Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou 31,2%, para R\$ 18.396 milhões em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 17.045 milhões em 31 de dezembro de 2020, devido principalmente ao lucro do exercício de R\$ 3.366 milhões reduzido da distribuição e pagamento de dividendos em 2021.

### Outros itens do balanço patrimonial

Os itens do balanço patrimonial não discutidos acima não sofreram alterações significativas ao comparar os valores em 31 de dezembro de 2021 com os valores em 31 de dezembro de 2020 e / ou os valores não representam parcela significativa do total do ativo ou passivo nas respectivas datas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Fluxos de caixa consolidado

#### Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020

A tabela a seguir apresenta as informações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos indicados:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2021	2020	Varição
<b>Fluxos de caixa</b>			
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	4.444	4.033	10,2%
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.567)	(3.323)	7,3%
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	396	(360)	N.A.
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.273</b>	<b>350</b>	<b>263,7%</b>

#### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 411 milhões, para R\$ 4.444 milhões em 2021 comparado com R\$ 4.033 milhões em 2020.

O aumento no caixa gerado das operações se deu principalmente pelo aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, se comparado à 2020, bem como uma maior variação do crédito ao consumidor líquido concedido pela empresa de soluções financeiras.

#### Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos aumentou em R\$ 244 milhões, para R\$ 3.567 milhões em 2021 comparado com R\$ 3,323 milhões em 2019. Principalmente pelo adiantamento aquisição Grupo BIG no valor de R\$ 900 milhões, parcialmente compensado pelo efeito da aquisição de ativos do Makro Atacadista S.A. em 2020.

#### Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento foi uma geração de R\$ 396 milhões em 2021, comparado com uma utilização de R\$ 360 milhões em 2020 devido principalmente ao aumento da captação de empréstimos em 2021 parcialmente compensado por uma maior distribuição de dividendos no mesmo ano.

### Balanco patrimonial

#### Em 31 de dezembro de 2020 em relação a 31 de dezembro de 2019

Comparação entre as principais contas do balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Ativo	Exercício findo em 31 de dezembro				
		2020	AV%	2019	AV%	AH% 2020x2019
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa		5.672	10,9%	5.322	11,8%	6,6%
Títulos e valores mobiliários		-	0,0%	287	0,6%	0,0%
Contas a receber		1.330	2,6%	1.206	2,7%	10,3%
Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras		9.417	18,2%	8.426	18,8%	11,8%
Estoques		7.709	14,9%	5.949	13,2%	29,6%
Impostos a recuperar		721	1,4%	591	1,3%	22,0%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		106	0,2%	64	0,1%	65,6%
Instrumentos financeiros derivativos		116	0,2%	-	0,0%	0,0%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Ativo	Exercício findo em 31 de dezembro				
		2020	AV%	2019	AV%	AH% 2020x2019
	Despesas antecipadas	114	0,2%	83	0,2%	37,3%
	Outras contas a receber	228	0,4%	227	0,5%	0,4%
	<b>Total do Ativo circulante</b>	<b>25.413</b>	<b>49,0%</b>	<b>22.155</b>	<b>49,3%</b>	<b>14,7%</b>
	<b>Não circulante</b>					
	Contas a receber	4	0,0%	5	0,0%	0,0%
	Crédito ao consumo concedido pela empresa de soluções financeiras	457	0,9%	440	1,0%	3,9%
	Instrumentos financeiros derivativos	185	0,4%	-	0,0%	0,0%
	Títulos e valores mobiliários	358	0,7%	10	0,0%	3480,0%
	Impostos a recuperar	4.101	7,9%	3.612	8,0%	13,5%
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	482	0,9%	476	1,1%	1,3%
	Despesas antecipadas	40	0,1%	28	0,1%	42,9%
	Depósitos e bloqueios judiciais	2.401	4,6%	2.382	5,3%	0,8%
	Outras contas a receber	87	0,2%	26	0,1%	234,6%
	Propriedades para investimentos	397	0,8%	408	0,9%	-2,7%
	Investimentos em controladas	111	0,2%	127	0,3%	-12,6%
	Imobilizado	15.465	29,8%	12.915	28,8%	19,7%
	Intangível e ágio	2.323	4,5%	2.328	5,2%	-0,2%
	<b>Total do Ativo não circulante</b>	<b>26.411</b>	<b>51,0%</b>	<b>22.757</b>	<b>50,7%</b>	<b>16,1%</b>
	<b>Total do Ativo</b>	<b>51.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>44.912</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,4%</b>

(em milhões de R\$, exceto percentuais)	Passivo	Exercício findo em 31 de dezembro				
		2020	AV %	2019	AV %	AH % 2020 x 2019
	<b>Passivo circulante</b>					
	Fornecedores	14.423	27,8%	12.187	27,1%	18,3%
	Empréstimos	574	1,1%	19	0,0%	2921,1%
	Passivo de arrendamento	139	0,3%	182	0,4%	-23,6%
	Operação com cartão de crédito	7.534	14,5%	5.941	13,2%	26,8%
	Impostos a recolher	531	1,0%	282	0,6%	88,3%
	Imposto de renda e contribuição social a pagar	101	0,2%	239	0,5%	-57,7%
	Obrigações trabalhistas	891	1,7%	690	1,5%	29,1%
	Dividendos a pagar	49	0,1%	90	0,2%	-45,6%
	Receita diferida	55	0,1%	10	0,0%	450,0%
	Outras contas a pagar	410	0,8%	414	0,9%	-1,0%
	Instrumentos financeiros derivativos	13	0,0%	5	0,0%	160,0%
	<b>Total do Passivo circulante</b>	<b>24.720</b>	<b>47,7%</b>	<b>20.059</b>	<b>44,7%</b>	<b>23,2%</b>
	<b>Passivo não circulante</b>					
	Empréstimos	3.344	6,5%	2.837	6,3%	17,9%
	Passivo de arrendamento	1.721	3,3%	1.446	3,2%	n/c
	Operação com cartão de crédito	223	0,4%	986	2,2%	-77,4%
	Imposto de renda e contribuição social diferidos	602	1,2%	534	1,2%	12,7%
	Provisões	3.618	7,0%	3.847	8,6%	-6,0%
	Imposto de renda e contribuição social a pagar	510	1,0%	466	1,0%	9,4%
	Receita diferida	18	0,0%	18	0,0%	0,0%
	Outras contas a pagar	23	0,0%	14	0,0%	64,3%
	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>10.059</b>	<b>19,4%</b>	<b>10.148</b>	<b>22,6%</b>	<b>-0,9%</b>
	<b>Patrimônio líquido</b>					

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	Exercício findo em 31 de dezembro				
	2020	AV %	2019	AV %	AH % 2020 x 2019
<i>(em milhões de R\$, exceto percentuais)</i> <b>Passivo</b>					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	<b>15.709</b>	30,3%	<b>13.504</b>	30,1%	16,3%
Participação de não controladores	1.336	2,6%	1.201	2,7%	11,2%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>17.045</b>	<b>32,9%</b>	<b>14.705</b>	<b>32,7%</b>	<b>15,9%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>51.824</b>	<b>100,0%</b>	<b>44.912</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,4%</b>

**Ativos circulantes****Caixa e equivalentes de caixa**

O caixa e equivalentes de caixa aumentou em R\$ 350 milhões ou 6,6%, para R\$ 5.672 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5.322 milhões em 31 de dezembro de 2019, representado pelo saldo líquido de caixa gerado pelas atividades operacionais para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 4.033 milhões e pelo caixa utilizado pelas atividades de investimento de R\$ 3.323 milhões e pelo caixa utilizado nas atividades de financiamento de R\$ 350 milhões.

**Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes (que são principalmente compostas por recebíveis do segmento Atacado relacionados com os atacados de entrega e de verbas comerciais a receber) aumentaram em R\$ 123 milhões, ou 10,2%, para R\$ 1.334 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.211 milhões em 31 de dezembro de 2019. A variação do saldo de contas a receber de um exercício a outro não depende apenas da variação das vendas líquidas consolidadas, mas também da cessão de recebíveis, sem direito de regresso.

**Crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (circulante e não circulante)**

O saldo de crédito ao consumidor concedido pela empresa de soluções financeiras (circulante e não circulante) aumentou R\$ 1.008 milhões, ou 11,4%, para R\$ 9.874 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 8.866 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente em função do aumento refletindo o aumento do portfólio de clientes e no faturamento do Banco Carrefour.

**Estoques**

O saldo de estoques aumentou 29,6%, para R\$ 7.709 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 5.949 milhões em 31 de dezembro de 2019, em função da maior atividade nos segmentos de Varejo e Atacado. Em 31 de dezembro de 2020, o número médio de dias em que os produtos ficaram armazenados aumentaram de 46 dias para 50, comparado a 31 de dezembro de 2019.

**Impostos a recuperar (circulante e não circulante)**

Os impostos a recuperar (circulante e não circulante) aumentaram 14,7%, para R\$ 4.822 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 4.203 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente em função do reconhecimento, de créditos tributários referente ao ICMS ST, e reconhecimento de créditos de PIS e COFINS no valor de R\$ 537 milhões referente ao trânsito em julgado da ação pela exclusão do ICMS na base de cálculo destes tributos em maio de 2019. Este valor é passível de atualização monetária, que resultou em um acréscimo no montante de créditos de R\$ 22 milhões em 2020.

A Administração vem executando ações a fim de viabilizar a realização destes créditos tributários. Estas medidas incluem pedidos de compensação baseados em regimes especiais, mudanças na cadeia de suprimento, pedidos adicionais de regime de substituição, transferência de créditos para terceiros, pedidos de restituição, dentre outros. O Grupo possui alguns regimes especiais e está em negociação com as secretarias das fazendas estaduais para a obtenção de outros. No quarto trimestre de 2019, o Carrefour Comércio e Indústria Ltda obteve regime especial no estado de São Paulo.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Ativo não circulante

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo aumentou 1,3% para R\$ 482 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 476 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### Depósitos e bloqueios judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais aumentaram 0,8%, para R\$ 2.401 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 2.382 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao aumento dos depósitos relacionados a créditos tributários no segmento de Soluções Financeiras relacionados à disputa sobre a alíquota de contribuição social aplicável às instituições financeiras. Anualmente, o Banco Carrefour contabiliza uma despesa de contingência relacionada a essa disputa por um valor igual a 6% de seu lucro tributável, efetuando um depósito judicial pelo mesmo valor. Para mais detalhes sobre os depósitos judiciais, consulte a nota 11 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia.

#### Imobilizado

O imobilizado aumentou 19,7%, para R\$15.465 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 12.915 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente (i) compra de ativos do Makro Atacadista S.A. (25 lojas) e 10 postos de combustível, tendo realizado desembolso de R\$ 1.725 milhões (ii) a um aumento nas despesas de capital em bens e equipamentos relacionados com a renovação e revitalização de algumas lojas, principalmente no segmento de Varejo e (iii) a expansão e abertura de novos atacados de autosserviço e de entrega no segmento Atacadão e novas lojas no segmento de Varejo.

#### Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis e o ágio diminuíram 0,2 %, para R\$ 2.323 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 2.328 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido a amortização de software relacionados à infraestrutura de tecnologia da informação e principalmente relacionados à plataforma de *e-commerce*.

### Passivo circulante

#### Fornecedores

Os fornecedores aumentaram 18,3%, para R\$ 14.423 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 12.187 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente a um aumento na atividade em ambos os segmentos de Varejo e Atacadão nos últimos meses de 2020 quando comparado aos dois últimos meses de 2019. O prazo de pagamento de fornecedores se manteve estável em 90 dias em 31 de dezembro de 2020.

#### Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) aumentaram 37,2%, para R\$ 3.918 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 2.856 milhões em 31 de dezembro de 2019, principalmente devido a captação junto ao Carrefour Finance de empréstimo no valor de R\$ 2.147 milhões.

#### Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

O passivo de arrendamento teve um aumento de 14,3% ou R\$ 232 milhões, para R\$ 1.860 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 1.628 milhões em 31 de dezembro de 2019 principalmente devido a renovação e novos contratos de aluguel.

#### Operação com cartão de crédito (circulante e não circulante)

A operação com cartão de crédito (circulante e não circulante) cresceu 12% para R\$ 7.757 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 6.927 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido ao crescimento da carteira de crédito ao consumidor no segmento de Soluções Financeiras.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Imposto de renda e contribuição social a pagar

O imposto de renda e contribuição social a pagar reduziu 57,7% para R\$ 101 milhões em 31 de dezembro de 2020, R\$ 239 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido a redução da despesa de imposto de renda e contribuição do exercício.

### Passivo não circulante

#### Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos aumentaram 12,7%, para R\$ 602 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 534 milhões em 31 de dezembro de 2019.

#### Provisões

O valor das provisões diminuiu em 4,3%, para R\$ 4.128 milhões em 31 de dezembro de 2020, de R\$ 4.313 milhões em 31 de dezembro de 2019. A diminuição é principalmente devido a reclassificação de R\$ 152 milhões, de contingência de impostos a pagar, referente ao montante que será pago no primeiro trimestre de 2021 da adesão do programa de anistia do Estado do Rio de Janeiro.

### Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou 32,7%, para R\$ 17.045 milhões em 31 de dezembro de 2020 de R\$ 14.705 milhões em 31 de dezembro de 2019, devido principalmente ao lucro do exercício de R\$ 2.844 milhões reduzido da distribuição de juros sobre capital próprio no período no valor de R\$ 1.241 milhões.

### Outros itens do balanço patrimonial

Os itens do balanço patrimonial não discutidos acima não sofreram alterações significativas ao comparar os valores em 31 de dezembro de 2020 com os valores em 31 de dezembro de 2019 e / ou os valores não representam parcela significativa do total do ativo ou passivo nas respectivas datas.

### Fluxos de caixa consolidado

#### **Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019**

A tabela a seguir apresenta as informações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos indicados:

(Em milhões de R\$)	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2020	2019	Varição
<b>Fluxos de caixa</b>			
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	4.033	2.665	51,3%
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(3.323)	(1.804)	84%
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(360)	(186)	94%
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>350</b>	<b>675</b>	<b>-48%</b>

### Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 1.368 milhões, para R\$ 4.033 milhões em 2020 comparado com R\$ 2.665 milhões em 2019.

O aumento no caixa gerado das operações se deu principalmente pelo expressivo aumento do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, se comparado à 2019, bem como melhorias na gestão do capital de giro, com redução do uso de recebíveis descontados ao longo do ano, melhorando a eficiência financeira.

### Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos aumentou em R\$ 1.519 milhões, para R\$ 3.323 milhões em 2020 comparado com R\$ 1.804 milhões em 2019, principalmente pela aquisição de ativos do

## **10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Makro Atacadista S.A. (25 lojas) e 10 postos de combustível, tendo realizado desembolso de R\$ 1.725 milhões. Em 2020, o Grupo ainda abriu 22 lojas do segmento Atacadão.

### **Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades de financiamento**

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento aumentou R\$ 174 milhões, para R\$ 360 milhões em 2020 comparado com R\$ 186 milhões em 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (a) resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

##### Nossos Segmentos de Negócios

As operações da Companhia estão organizadas nos seguintes segmentos de negócios: (i) Atacadão; (ii) Varejo; e (iii) Soluções Financeiras.

- **Atacadão:** O segmento Atacadão consiste basicamente na venda de gêneros alimentares sob a bandeira Atacadão para consumidores finais, revendedores e fornecedores do setor de serviços de alimentação, que buscam preços baixos e compras em grande volume. Os 250 atacados de autosserviço (incluindo uma loja de atacado de autosserviço operando sob a bandeira Supeco) estão localizados em grandes áreas urbanas, com uma área de venda média de 5.394 metros quadrados. Além dos atacados de autosserviço, a Companhia opera também 33 atacados de entrega especializados no fornecimento para os maiores clientes *business-to-business* ou B2B por meio de serviços de entrega. Produtos alimentares representaram 95,2% das vendas líquidas do segmento Atacadão para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.
- **Varejo:** O segmento de Varejo consiste em vendas de produtos alimentares e não-alimentares aos consumidores finais em: (i) hipermercados sob a bandeira Carrefour; (ii) supermercados sob a bandeira Carrefour Bairro e Carrefour Market; (iii) lojas de conveniência ou conceito de proximidade, sob as bandeiras Express; (iv) drogarias e postos de combustível sob as bandeiras Carrefour e Atacadão; (v) produtos não-alimentares (desde 2016) e alimentares (desde outubro 2017) por meio do *website* de *e-commerce* carrefour.com.br ou aplicativo de celulares. Os 100 hipermercados estão localizados nas principais regiões econômicas do Brasil e possuem uma área média de vendas de aproximadamente 7.002 metros quadrados. Os 54 supermercados (incluindo 13 Markets) estão localizados no estado de São Paulo e nas áreas metropolitanas de Belo Horizonte e Brasília, com uma área média de vendas de aproximadamente 1.267 metros quadrados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 144 lojas de conveniência 'Express' localizadas em áreas residenciais comerciais de grande movimento na região da grande São Paulo. Como serviço complementar aos clientes, a Companhia opera 121 drogarias e 77 postos de gasolina. As drogarias estão em geral localizadas nas galerias em volta dos hipermercados e supermercados, e algumas delas são próximas a lojas selecionadas do Atacadão. A maior parte dos postos de gasolina estão localizados nas áreas de estacionamento dos hipermercados Carrefour e atacados de autosserviço e de entrega Atacadão.
- **Soluções Financeiras:** A Companhia oferece aos seus clientes soluções de crédito essencialmente por meio de cartões de crédito co-bandeirados, crédito ao consumidor e produtos de seguro ("Soluções Financeiras"). As Soluções Financeiras dão suporte às operações de varejo com soluções de pagamento convenientes, ofertas de crédito competitivo e descontos em produtos. O Banco CSF lançou em 2017 nos atacados de autosserviço e de entrega um cartão de crédito co-bandeirado para consumidores individuais que é feito sob medida para o segmento Atacadão.

Além disso, a Companhia incorreu, como "Funções Corporativas", em custos centrais em relação às funções corporativas e da sede que não são específicas a qualquer um dos segmentos de negócios da Companhia. Estas compreendem (i) custos de operações de *holding*; e (ii) alocações de custos da controladora.

#### Descrição dos Principais Componentes de Resultados Operacionais da Companhia:

Segue abaixo um resumo dos itens que compõem a demonstração de resultados da Companhia:

##### Receita operacional líquida

##### Vendas líquidas e outras receitas

A receita operacional líquida inclui vendas líquidas e outras receitas. As vendas líquidas incluem a receita proveniente de vendas de produtos alimentares e não-alimentares realizadas pelos clientes por meio de (i) lojas físicas e comerciais; (ii) instalações de atacado dedicadas ao cumprimento das ordens dos maiores

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

negócios entre empresas ou B2B, os clientes através da entrega; (iii) plataforma de *e-commerce*; e (iv) as vendas de produtos em farmácias e postos de combustível.

Outras receitas incluem receitas derivadas principalmente de (i) taxas cobradas dos clientes em relação ao uso dos cartões de crédito co-bandeirados da Companhia; (ii) receitas derivadas de outras soluções de financiamento ao consumidor fornecidas aos clientes (como refinanciamento de cartão de crédito em circulação, saldos e empréstimos pessoais); (iii) serviços e comissões, principalmente de seguro de proteção financeira e de agenciamento de vendas de assistência técnica e operadora de telefonia celular; e (iv) receitas derivadas da locação de imóveis para terceiros, principalmente unidades de aluguel em galerias e *shoppings* em torno dos hipermercados e alguns dos supermercados e lojas do Atacadão.

Em 03 de novembro de 2020, a Companhia lançou o Programa “Minhas Recompensas”, conectado a todos os formatos de lojas do Carrefour (hipermercados, supermercados, conveniência, postos de gasolina, drogarias), *e-commerce* (alimentar e não alimentar) e ao *balancedscorecard* (“BSC”). As moedas recebidas por clientes são reconhecidas como redutor da receita de vendas e a receita diferida é estimada com base no valor justo das moedas emitidas, sendo reconhecida no resultado quando as moedas são resgatadas ou quando as moedas expiram.

### Custo das vendas

O custo das vendas consiste principalmente em custos relacionados a vendas de produtos, incluindo o preço de compra dos bens adquiridos para revenda, volume de estoque, custos de logística (que inclui custos de armazenamento e transporte e depreciação de ativos logísticos), provisão para obsolescência de estoque e outros custos (principalmente os custos associados às operações de Soluções Financeiras). Em relação à compra de produtos de fornecedores de alimentos e produtos não-alimentares, a Companhia recebeu a consideração dos fornecedores por meio de vários programas, incluindo, mas não limitados a incentivos de volume, licenças de logística, reembolso de *markdown*, proteção de margem, contribuição promocional e publicitária. Os pagamentos desses fornecedores são reconhecidos como uma redução dos custos de vendas.

O IFRS 9 permite que os ganhos e perdas com derivativos e variação cambial possam ser demonstrados na demonstração dos resultados do exercício tanto na rubrica de resultado financeiro quanto no resultado operacional, dependendo da natureza do item protegido. O Grupo Carrefour entende que a classificação destes ganhos e perdas de acordo com a natureza econômica da transação proporciona informações mais relevantes e confiáveis uma vez que reflete o resultado esperado da transação no momento da decisão da importação de um determinado bem. Dessa forma, os ganhos e perdas com instrumentos derivativos de *hedge* e importações e, os ganhos e perdas com variação cambial de fornecedores a pagar no exterior (incluindo aqueles saldos a receber com suas coligadas no exterior para os quais não são contratados instrumentos de *hedge*) são reconhecidos como custo das mercadorias vendidas, de acordo com a natureza da operação.

### Despesas de vendas, gerais e administrativas

As despesas de vendas gerais e administrativas consistem principalmente em despesas relacionadas a folha de pagamento, honorários, custos de energia e eletricidade incorridos em conexão com as instalações, despesas de propaganda, entre outros. Para maiores informações sobre as despesas de vendas gerais e administrativas, vide nota 24 às demonstrações financeiras consolidadas.

### Outras receitas (despesas)

Outras receitas (despesas) são itens que não puderam ser classificados em outras rubricas da demonstração do resultado e podem incluir itens que são limitados em número, claramente identificáveis, incomuns e que têm um impacto relevante nos resultados consolidados. Para maiores informações sobre as despesas de vendas, gerais e administrativas, vide nota 25 às demonstrações financeiras consolidadas.

### Receitas financeiras

A receita financeira consiste principalmente na remuneração da posição de tesouraria da Companhia ao longo do ano.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Esse fator também é impactado pela variação do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos executados para proteger a Companhia contra a volatilidade cambial decorrente da dívida denominada em Euro e Dólar norte-americano, o que pode levar a ganhos cambiais, entre outros. Para maiores informações sobre as despesas de vendas gerais e administrativas, vide nota 26 às demonstrações financeiras consolidadas.

### Despesas Financeiras

A despesa financeira consiste (i) no custo dos empréstimos denominados em moeda estrangeira em Euro às condições de mercado europeu (Euribor + margem) e às condições de mercado dos Estados Unidos (LIBOR + margem); (ii) no custo dos empréstimos denominados em Reais às condições de mercado local contabilizadas como “Juros sobre empréstimos”; e (iii) no custo dos instrumentos derivados contabilizados como “Juros sobre instrumentos derivativos”.

No primeiro semestre de 2020 foram captados empréstimos em Dólar e Euro junto ao Carrefour Finance, na Bélgica, e a instituições no exterior. O custo desses empréstimos está registrado como “Juros sobre financiamentos”. Visando a proteção contra perdas cambiais, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge*. Para maiores informações sobre os empréstimos e os instrumentos financeiros, vide nota 28 às demonstrações financeiras consolidadas.

Nos meses de janeiro, março e junho de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 725 milhões, equivalentes a R\$ 4,6 bilhões. A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. com vencimentos de até um ano. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e em fevereiro de 2020 com Carrefour Finance (RevolvingCreditFacilities). No ano de 2021 foi pago, conforme vencimento, o montante de € 550 milhões, sendo € 75 milhões captados em 2020.

Em 20 de setembro de 2021, a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras no exterior que totalizam o equivalente a R\$ 2 bilhões com vencimento em 24 e 36 meses.

As despesas financeiras também incluem custo de garantias bancárias, correções monetárias sobre depósitos e bloqueios judiciais, juros sobre provisões, custo de vendas de recebíveis, entre outros.

### Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda inclui o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a uma combinação de negócios ou a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Além dos principais fatores discutidos nos itens 10.1 (a) e 10.1 (h) do Formulário de Referência, bem como os impactos das taxas de juros, inflação e taxas de câmbio descritos abaixo no item 10.2 (c) do Formulário de Referência, os seguintes fatores também influenciam significativamente os resultados operacionais da Companhia:

*Poder de compra do consumidor.* Embora o setor de Varejo de alimentos no Brasil tenha demonstrado, recentemente, certa resiliência por meio de ciclos econômicos adversos, a indústria de varejo é sensível a reduções no poder de compra do consumidor, especialmente em mercados de varejo de produtos não-alimentares. A taxa de desemprego é um indicador com um impacto direto sobre o poder de compra dos clientes. A taxa média anual de desemprego no Brasil em 2021 foi de 12,6% em comparação com 14,1%, em 2020 e 11,9% em 2019, demonstrando uma leve queda, se comparada com o ano de 2020, mas ainda impactada pelos efeitos da pandemia de COVID-19. Além disso, a inflação é outro fator que influencia diretamente o poder de compra do consumidor e, em 2021 o índice IPCA fechou o ano em 10,06%, ante a 4,52% em 2020 e 4,3% em 2019. Um prolongamento da recessão atual poderia resultar em uma queda ainda maior do consumo do agregado familiar como resultado da elevada taxa de desemprego e da alta taxa de inflação. Por outro lado, o aumento do consumo no Brasil é, muitas vezes, associado a uma diminuição na taxa

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

de desempregue das taxas de inflação, combinadas com um aumento na renda e no nível de distribuição da renda.

*Demandas de clientes e os padrões de compra em evolução.* Embora a Companhia esteja convicta de que sua plataforma *omnicanal*, dual-model e multiformato a deixe bem posicionada para atender todas as necessidades atuais de seus clientes, a capacidade de antecipar e responder em tempo hábil aos padrões de compras, bem como às tendências ou preferências de consumo em constante mudança, continuará a ser fundamental para o sucesso dos negócios da Companhia. Em particular, os consumidores, que historicamente têm usado os canais físicos de comércio para a compra de produtos não-alimentares e, em menor medida, produtos alimentares, têm migrado ao *e-commerce* e espera-se que continuem essa migração. A Companhia acredita que as vendas *on-line* de produtos alimentares e não-alimentares apresentem significativas oportunidades em um país com penetração de varejo *on-line* relativamente baixa, mas em rápida expansão. Em 2016, a Companhia vendia pela *internet* apenas os produtos não-alimentares comercializados em hipermercados, mas este sortimento foi ampliado amplamente em 2017 chegando a 9% da venda de segmento do varejo em 2021, com uma leve queda em relação aos 10% em 2020 e 16% em 2019.

O *e-commerce* alimentar continua ganhando participação de mercado, com um aumento do GMV de 77,7% (incluindo serviço de entrega rápida). O serviço de entrega rápida, *Drive* e *Clique & Retire* continua em ritmo de expansão, ainda decorrente das mudanças de comportamento dos consumidores trazidas pela pandemia da COVID-19. A Companhia continua evoluindo suas parcerias com os operadores de entrega de rápida, agora disponíveis em 121 lojas em 20 estados. No 4T21, em linha com sua estratégia de oferecer mais serviços digitais aos clientes B2B, a Companhia iniciou uma parceria com o app "Facily": uma plataforma de compras em grupo que, por meio de seu modelo de negócios, atende a regiões remotas e de difícil acesso. Com esta nova parceria, a Companhia reforça mais uma vez sua capacidade de oferecer comodidade e melhores preços a todos os clientes.

O *e-commerce* não-alimentar ultrapassou R\$ 1,9 bilhões em vendas em 2021 e R\$ 540 milhões no 4T21, quatro anos após o seu lançamento, já representando 29% das vendas totais do varejo não-alimentar e contribuindo de forma significativa para as vantagens competitivas da Companhia.

No Varejo, a implementação do *in-store picking* está evoluindo e, no final do ano, já estava presente em 57 lojas, substituindo gradualmente as *side stores*. Em dezembro de 2021, o número total de clientes mais que dobrou, alcançando quase 40% de novos clientes após a implementação da iniciativa (contra 25% anteriormente), impulsionando as vendas de *e-commerce* alimentar no Varejo, que dobraram também. Esses resultados reforçam a assertividade do novo modelo da Companhia, com maior sortimento, raio de entrega/tempo reduzido e o mesmo preço das lojas.

### **(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Para obter informações sobre as mudanças na receita e os motivos dessas alterações, consulte o item 10.1 (h) deste Formulário de Referência.

### **(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A Companhia atua no setor de varejo brasileiro e suas operações consistem principalmente na venda de produtos alimentares, estando sujeita a diversos fatores que afetam seus resultados operacionais e a sua condição financeira que, entre outros, incluem:

- o ambiente macroeconômico brasileiro;
- a inflação, o poder de compra dos consumidores e disponibilidade de crédito; e
- as demandas de clientes e hábitos de compra em evolução.

Ambiente macroeconômico brasileiro: a Companhia atua no Brasil e, portanto, a maioria das suas receitas, despesas e ativos é auferida em Real. Conseqüentemente, as mudanças macroeconômicas no Brasil,

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

especialmente no que diz respeito à inflação, taxas de juros a curto e longo prazo, taxas de câmbio, níveis salariais e emprego, disponibilidade de crédito e a confiança do consumidor podem afetar os resultados de suas operações. A tabela a seguir estabelece crescimento real do PIB, as taxas de inflação, taxas médias de juros e variações cambiais (em Real *versus* Dólar dos EUA e *versus* Euro) nos períodos indicados.

	Para o exercício findo em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Crescimento do PIB	4,6%	(4,14%)	1,1%
Inflação (IGP-M) <sup>(1)</sup>	17,78%	23,14%	7,30%
Inflação de alimentos (IPCA Food at Home) <sup>(2)</sup>	8,23%	18,2%	6,4%
Inflação (IPCA) <sup>(2)</sup>	10,06%	4,52%	4,3%
Taxa de CDI <sup>(3)</sup>	4,42%	2,78%	5,96%
TJLP <sup>(4)</sup>	5,32%	4,55%	5,6%
SELIC <sup>(5)</sup>	9,25%	2,81%	5,8%
Valorização/(depreciação) do Real em relação ao Euro	(0,89%)	(41,6%)	(3,4%)
Valorização/(depreciação) do Real em relação ao dólar norte-americano	(7,40%)	(29,2%)	(4,7%)
Taxa de câmbio no fim do período (em R\$ por € 1,00) <sup>(6)</sup>	6,32	6,38	4,53
Taxa de câmbio no fim do período (em R\$ por US\$ 1,00) <sup>(6)</sup>	5,58	5,20	4,03
Taxa média de câmbio (R\$ por € 1,00) <sup>(7)</sup>	6,39	5,89	4,41
Taxa média de câmbio (R\$ por US\$ 1,00) <sup>(7)</sup>	5,40	5,16	3,95

Fontes: IBGE e Banco Central.

- (1) Índice Geral de Preços-Mercado, ou IGP-M, é mensurado pela FGV.
- (2) Inflação (IPCA) e Inflação de alimentos são índices de preços ao consumidor abrangente mensurado pelo IBGE.
- (3) Certificado de Depósito Interbancário ou CDI é a média das taxas fixas de depósitos interbancários aplicáveis no Brasil em dias úteis, conforme registrada e definida pelo sistema CETIP (usando a taxa acumulada no ano).
- (4) Taxa de juros a longo prazo ou TJLP é exigida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou BNDES para financiamentos em longo prazo (fim dos dados do período).
- (5) Taxa média de juros anual da SELIC, a taxa básica definida pelo Banco Central do Brasil.
- (6) Taxa de câmbio (venda) do último dia do período.
- (7) Média das taxas de câmbio (venda) do período (<https://www.bloomberg.com>).

Nos últimos três exercícios sociais, o ambiente macroeconômico desafiador combinado com a crise sanitária de COVID-19 impactou adversamente a economia brasileira. O PIB nacional cresceu a uma taxa de 4,6% em 2021, ante a retração de -4,1% em 2020 e ante o crescimento de 1,1% em 2019. A inflação de alimentos em 2021 foi de 8,23% ante 18,2% em 2020 e de 6,4% em 2019. Segundo estimativas de dezembro de 2021 feitas pelo Banco Central do Brasil, ou BACEN, prevê-se que o crescimento do PIB real anual brasileiro será de 0,36% em 2022 e aumentará para 1,8% em 2023. Geralmente, qualquer deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, mudanças nas taxas de juros, taxa de desemprego ou níveis de preços pode limitar a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra dos clientes da Companhia e, assim, afetar adversamente a demanda pelos produtos vendidos pela Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Os resultados das operações da Companhia também são, até certo ponto, afetados pelas flutuações cambiais. A Companhia paga em moeda estrangeira por alguns dos produtos comprados para revenda em suas lojas. Portanto, as flutuações cambiais impactam o custo dos produtos e não podem ser repassadas aos clientes, o que afeta o resultado das operações. Além disso, uma parcela significativa do endividamento e algumas contas a pagar a fornecedores estavam denominados em outras moedas diferentes do Real e, dessa forma, as flutuações nas taxas cambiais impactaram diretamente as despesas e receitas financeiras, apesar da celebração dos contratos derivativos e instrumentos financeiros semelhantes que a Companhia contrata, os quais visam cobrir o risco de desvalorização do Real.

*Taxas de juros:* O Banco Central altera periodicamente a taxa básica de juros, a fim de gerenciar a inflação. As variações nas taxas de juros afetam principalmente as despesas financeiras da Companhia, bem como comprometem o custo e a disponibilidade de crédito ao consumidor, o que influencia principalmente as vendas dos itens de maior tíquete, tais como eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos que são, na maioria, comprados a crédito.

*Inflação:* Enquanto pequenas variações no índice de inflação podem ser repassadas aos clientes sem representar um impacto relevante sobre a demanda dos produtos vendidos, a Companhia acredita que um aumento significativo no índice de inflação possa afetar adversamente a demanda pelos produtos e serviços ou do outro lado os preços de venda, o que pode (i) prejudicar a confiança dos consumidores e (ii) afetar adversamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, algumas das despesas de vendas gerais e administrativas são diretamente influenciadas pelas alterações na inflação, tais como os custos de mão de obra e despesas de aluguéis. A inflação também compromete indiretamente o custo das vendas dos segmentos de Varejo e Atacadão. Ao contrário, a Companhia acredita que uma diminuição significativa no índice de inflação possa alterar o preço dos produtos vendidos e por consequência suas vendas.

*Disponibilidade de crédito.* As vendas parceladas são um componente importante do resultado das operações das empresas de varejo no Brasil – para produtos alimentares e não-alimentares. Um aumento significativo nas taxas de juros pode restringir a disponibilidade de crédito ao consumo e, assim, afetar a demanda pelos produtos comercializados. A taxa básica de juros (taxa Selic) diminuiu de 6,5% em dezembro de 2018 para 5,8% em dezembro de 2019 e 2,81% em dezembro de 2020, porém voltou a crescer, chegando a 9,25% em dezembro de 2021. Além disso, reduções na disponibilidade de crédito e políticas de crédito mais rigorosas usadas pela Companhia e empresas de cartão de crédito podem afetar as vendas negativamente. Por outro lado, um aumento na disponibilidade de crédito também contribui para um aumento na demanda pelos produtos.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável. Não houve criação ou alienação de segmentos operacionais.

### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Além da aquisição pela Companhia do Grupo Big (conforme definido no início da Proposta), que engloba a compra pela Companhia da totalidade das ações de emissão do Grupo Big pelo montante total de R\$ 7.500 bilhões, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária que tenha causado ou se espera que cause impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e em seu resultado.

A aquisição do Grupo Big permitirá que o Grupo Carrefour Brasil expanda seus formatos tradicionais (principalmente atacado e hipermercados) e, também, reforçará a presença do Grupo Carrefour Brasil em formatos nos quais tem presença mais limitada, em particular os supermercados e *soft discount*. Além disso, o Grupo Carrefour Brasil atuará em um novo segmento de mercado com o formato Sam's Club, por meio de um contrato de licenciamento com o Walmart Inc. Este modelo de negócio único, *premium* e altamente rentável, voltado para o segmento B2C, é baseado em um sistema de associados, com mais de 2 milhões de membros e tem um forte foco em produtos de marca própria.

A Operação (conforme definido no início da Proposta) enriquecerá o ecossistema de produtos e serviços do Grupo Carrefour Brasil que, atualmente, atende mais de 45 milhões de clientes e ampliará a sua base de clientes com a adição de mais 15 milhões de clientes do Grupo Big.

### c. Eventos ou operações não usuais

A Companhia avalia que não existem eventos esperados ou operações não usuais que possam causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras e em seus resultados, que não estejam já em outros itens deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 01 de janeiro de 2021, ocorreram mudanças nas práticas contábeis, nas normas CPC 15 (R1), 38, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 26 (R1), CPC 23, CPC 00 (R2) e CPC 06 (R2), as quais não tiveram impactos relevantes nas demonstrações do Grupo Carrefour Brasil.

Em 01 de janeiro de 2020, ocorreram mudanças nas práticas contábeis, como por exemplo alterações na norma IFRS 16 esclarecendo aspectos de tratamento de expediente prático e divulgação de concessões em contratos de arrendamento mercantil como consequência da pandemia da Covid-19, e alterações nas normas IFRS 3, IAS 1, IAS 8, IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, as quais não tiveram impactos relevantes nas demonstrações do Grupo Carrefour Brasil.

Em 01 de janeiro de 2019, o Grupo Carrefour Brasil adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 que teve impacto relevante com relação ao reconhecimento de arrendamentos, impactando todos os segmentos do Grupo Carrefour Brasil.

Na data de transição, os ativos e passivos de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento, considerando que:

- o Grupo Carrefour Brasil utilizou o expediente prático e não reconheceu ativos e passivos para arrendamentos de baixo valor, sem opção de compra, e contratos com duração inferior a 12 meses;
- exclui os custos iniciais para entrar no contrato (luvas, fundo de comércio); e
- o Grupo Carrefour Brasil não possui contratos classificados como financeiros pelo CPC 06 (R1) / IAS 17

Os ativos de direito de uso do Grupo Carrefour Brasil referem-se a contratos de arrendamento de ativos imobiliários nos quais algumas lojas da Companhia (Atacadão e Varejo), centros de distribuição e prédios administrativos estão localizados.

Ocorreram também outras mudanças nas práticas contábeis, como por exemplo a adoção inicial do IFRIC 23, alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas de IFRS, alterações no CPC 15 / IFRS 03, CPC 26 / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8, as quais não tiveram impactos relevantes nas demonstrações do Grupo Carrefour Brasil.

### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os impactos da adoção da norma IFRS 16 nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que não são comparáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, estão apresentados no quadro abaixo:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras (a)	2	15
Vendas, gerais e administrativas	61	205
Depreciação e amortização	(43)	(167)
Resultado financeiro	(38)	(109)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	7	7
<b>Resultado do exercício</b>	<b>(11)</b>	<b>(49)</b>

(a) O efeito positivo na linha de custo das mercadorias vendidas, dos serviços prestados e das operações financeiras se deu pela redução do valor do custo de ocupação de R\$ 5 milhões e pelo aumento da despesa de depreciação do direito de uso de R\$ 3 milhões na controladora e, pela redução da despesa de ocupação de R\$ 40 milhões e pelo aumento da despesa de depreciação do direito de uso de R\$ 25 milhões no consolidado.

Os ativos do direito de uso são apresentados na rubrica do ativo imobilizado no balanço patrimonial e em uma linha separada da nota explicativa. Os passivos de arrendamento são apresentados na rubrica de passivo de arrendamento, no balanço patrimonial. Os valores reconhecidos na adoção inicial da IFRS 16 / CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, estão demonstrados abaixo:

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases***(Em milhões de Reais)*

	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Direito de uso	282	887
Passivo de arrendamento - circulante	(30)	(142)
Passivo de arrendamento – não circulante	(252)	(745)

Os compromissos de arrendamento assumidos, relacionados a locações, divulgados na nota 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram determinados com base nos arrendamentos não canceláveis e no prazo de ativos imobiliários que leva em conta a existência de disposições legais ou contratuais para término antes do vencimento dos contratos, e portanto, não são totalmente representativos da dívida de aluguel que foi reconhecida na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16. A conciliação entre os saldos é apresentada no quadro abaixo:

<b>Compromissos futuros em 31 de dezembro de 2018 (antes de IFRS 16)</b>	<b>1.736</b>
Contratos que não atendem os critérios de arrendamento	(35)
Outras diferenças	37
Ajuste a valor presente do passivo de arrendamento	(851)
<b>Passivo de arrendamento em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>887</b>

**c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não aplicável. Não houve qualificação ou ênfase nas questões contidas na opinião do auditor para os exercícios findos em dezembro de 2021, 2020 e 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são realizadas estimativas e utilizadas premissas que podem afetar os valores informados de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como as divulgações contidas nas notas explicativas. A Companhia revisa suas estimativas regularmente para assegurar que são razoáveis à luz da experiência passada e da situação econômica atual. Os efetivos resultados podem divergir materialmente de tais estimativas, em razão de premissas ou condições diferentes. Além da utilização de estimativas, a Administração da Companhia deve exercer julgamento ao determinar o tratamento contábil apropriado de certas transações e atividades e como deve ser aplicado.

A Companhia acredita que as seguintes políticas contábeis críticas são mais afetadas pelas estimativas e julgamentos aplicados para a elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

### **Estoques**

Os estoques são mensurados ao menor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda. A Companhia ajusta regularmente a realização do valor de estoque devido a perdas e danos.

As provisões para perdas de estoques são registradas com base em percentuais aplicados a mercadorias com baixo giro de estoque e nas perdas médias de estoque nos últimos 12 meses. Mudanças nestas estimativas podem afetar os resultados e a condição financeira da Companhia de forma material.

### **Provisão para redução ao valor recuperável dos impostos a recuperar**

A Companhia tem créditos fiscais recuperáveis em relação a ICMS, Substituição Tributária do ICMS (ICMS-ST), PIS e COFINS. A estimativa de recuperabilidade futura destes créditos é baseada em estudo de recuperação preparado pela Administração por Estado que inclui, entre outros itens, o histórico de realização, as mudanças na cadeia de suprimentos, pedidos adicionais do regime de substituição, previsões de crescimento futuro e de saldos consumidos por dívidas oriundas das operações. Estes estudos foram preparados baseados em informações derivadas do plano de negócio estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Estas estimativas requerem o uso de julgamento e são sujeitos a incertezas. Para informações acerca dos impostos a recuperar, vide nota explicativa 10 às demonstrações financeiras auditadas e demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia. Mudanças nessas estimativas e premissas podem afetar resultados e a condição financeira da Companhia de forma material.

### **Valor recuperável de ágio, outros ativos intangíveis e imobilizado**

Em conformidade com o CPC 01 (IAS 36) - redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*), os ativos intangíveis e os bens do imobilizado são testados para redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças no ambiente de mercado indicarem que o valor recuperável de um ativo individual e/ou uma unidade geradora de caixa ("UGC") puder ser menor que seu valor contábil.

Para os ativos com uma vida útil indefinida - principalmente o ágio - o teste é realizado anualmente. Os testes de valor recuperável para o imobilizado são realizados ao nível das lojas individuais (UGCs) para todos os formatos. O valor recuperável é definido como o maior entre o valor em uso e o valor justo menos os custos de alienação.

A estimativa do valor recuperável pode requerer *inputs* e premissas que façam um julgamento de valor, alguns dos quais podem apresentar incertezas, como os fluxos de caixa futuros esperados a ser gerados por um ativo e a taxa de desconto adequado a usar para descontar os fluxos de caixa a valor presente. Mudanças nestas premissas podem afetar os resultados e a condição financeira da Companhia de forma material.

### **Utilização do julgamento na determinação do prazo de Arrendamento**

De acordo com a norma CPC 06 (R2) / IFRS 16, todos os arrendamentos devem ser apresentados nos balanços patrimoniais através do reconhecimento de um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

correspondente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento devido durante o prazo razoavelmente certo do arrendamento.

O Grupo Carrefour Brasil aplica o julgamento para determinar a aplicação ou não da opção de renovação ou saída antecipada de determinados contratos. Este julgamento é feito levando em consideração o período para o qual o Grupo Carrefour Brasil possui razoável certeza sobre esses exercícios, a existência de incentivos econômicos para permanecer no contrato e outros elementos que podem impactar significativamente o valor dos ativos e passivos de arrendamento.

### **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos e disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais podem ser utilizados prejuízos fiscais**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre todas as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos na demonstração do balanço patrimonial consolidado e as respectivas bases fiscais (exceto nos casos específicos mencionados no CPC 32 (IAS 12) e sobre os prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em relação aos prejuízos fiscais não utilizados na medida em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual estes devem ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos a cada data do balanço patrimonial e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Julgamento da Administração é requerido para determinar a recuperabilidade do imposto de renda e da contribuição social diferidos, com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros contidas no plano de negócios e o montante de passivos fiscais diferidos no final do período e estratégias futuras de planejamento tributário. Ver nota explicativa 17 às demonstrações financeiras auditadas e as demonstrações financeiras intermediárias não auditadas. Mudanças nestas estimativas e julgamento podem afetar os resultados e a condição financeira da Companhia de forma material.

### **Provisões para contingências**

A Companhia está envolvida em um certo número de processos judiciais e reclamações no curso normal dos negócios, envolvendo litígios fiscais, trabalhistas, previdenciários, cíveis e outros processos judiciais, para qual foi provisionado o valor de R\$ 3.290 milhões, em 31 de dezembro de 2021.

De acordo com o CPC 25 (IAS 37) – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, uma provisão deve ser reconhecida quando, no final do período, o Grupo Carrefour Brasil tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado e há alta probabilidade de que será necessária uma saída de recursos da entidade capaz de gerar benefícios econômicos para liquidar a obrigação, e que possa ser feita uma estimativa confiável do montante da obrigação. O valor da provisão é estimado com base na natureza da obrigação e no desfecho mais provável.

A avaliação da probabilidade de perda leva em conta evidências disponíveis, a hierarquia das leis, jurisprudência, bem como o parecer da assessoria jurídica. As provisões são revisadas pela Diretoria da Companhia, juntamente com os consultores jurídicos externos independentes e apresentadas ao Conselho de Administração da Companhia para revisão e validação. As provisões são ajustadas para refletir mudanças nas circunstâncias, tais como a evolução em termos de natureza tributária, trabalhista ou regulamentos cíveis, jurisprudências recentes, prazo de prescrição aplicável e a documentação disponível.

A probabilidade de perda de cada processo, litígio ou disputa é avaliada como “remota”, “possível” ou “provável”. Para casos apresentando chances de perda provável, uma provisão considerada suficiente para cobrir a obrigação é reconhecida, como a probabilidade de uma saída de recursos para cobrir a obrigação é considerada mais provável que não. As perdas possíveis ou remotas não obrigam a Companhia a registrar uma provisão em suas demonstrações financeiras consolidadas. Mudanças nestas estimativas e premissas podem afetar os resultados e a condição financeira da Companhia de forma material.

### **Provisão da carteira de empréstimos ao consumidor das soluções financeiras**

Sob o CPC 48/IFRS 9, a carteira de instrumentos financeiros sujeitos a *impairment* está dividida em três estágios, com base nas mudanças na qualidade do crédito desde o seu reconhecimento inicial:

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- **Estágio 1:** o Banco CSF S.A. classifica neste estágio o instrumento financeiro considerado saudável, adimplente ou com inadimplência igual ou inferior a 30 dias, ou que não tenha um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. A provisão sobre este ativo representa o default resultante de possíveis não cumprimentos no decorrer dos próximos 12 meses;
- **Estágio 2:** se for identificado um aumento significativo no risco desde o reconhecimento inicial, sem evidência objetiva de *impairment* (evento de inadimplência), ou se observada inadimplência superior a 30 dias, o instrumento financeiro será classificado dentro desse estágio. Neste caso, o valor referente à provisão para perda esperada por inadimplência reflete o *default* estimado da vida residual do instrumento financeiro. Para a avaliação do aumento significativo do risco de crédito são utilizados os indicadores monitorados na gestão normal de risco de crédito como o critério de atraso (30 dias) e o aumento da probabilidade de *default*; e
- **Estágio 3:** perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera ativos em *default* (atraso acima de 90 dias ou 30 dias para instrumentos de reestruturação de dívida).

A classificação por estágio de cada um dos créditos está avaliada para cada fechamento das demonstrações financeiras.

### Descontos comerciais

Os descontos comerciais de fornecedores são mensurados com base nos acordos negociados com os mesmos. A Companhia reconhece descontos comerciais somente quando (i) há evidência de acordos com fornecedores; (ii) o valor pode ser confiavelmente mensurado; e (iii) sua realização é provável. Com base no histórico dos descontos comerciais sobre as compras, estima-se o montante registrado como redutor do custo dos estoques.

Mudanças nessas estimativas podem afetar os resultados e a condição financeira da Companhia de forma material.

## 10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os compromissos assumidos e recebidos que não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia correspondem a obrigações contratuais cujo desempenho depende da ocorrência de condições ou transações após o encerramento do período. Existem dois tipos de compromissos não registrados no balanço, relacionados a (i) transações de gerenciamento de caixa e (ii) operações de varejo. Os compromissos futuros de locação têm origem no recebimento de aluguel de unidades em shopping centers e galerias de propriedades arrendadas a terceiros pela Companhia (compromissos recebidos).

**Os compromissos não registrados no balanço relacionados com transações de caixa incluem:**

- compromissos de crédito e limites de crédito “pré-aprovados” oferecidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. São divididos em dois tipos sendo (i) limites cartões de crédito já aprovados e não utilizados e (ii) empréstimos pessoais “pré-aprovado”. A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto são classificados como curto prazo;
- hipotecas e outras garantias prestadas ou recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias da Companhia; e
- linhas de crédito confirmadas, mas não utilizadas no final do período.

**Os compromissos não registrados no balanço relacionados com operações de varejo incluem:**

- compromisso de compra de energia até 5 anos;
- compromisso de compra de combustível em relação às vendas dos postos de combustíveis do Grupo Carrefour Brasil; e
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais (como, por exemplo, contratação de serviços de mídia).

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não houve baixa de carteiras de recebíveis sobre as quais a Companhia mantém os riscos e responsabilidades não evidenciados nas demonstrações financeiras auditadas e nas demonstrações financeiras intermediárias não auditadas.

**iii. contratos de compra e venda futura de produtos ou serviços**

Compromissos de compra de energia no âmbito do programa de redução de custos:

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Carrefour Brasil detinha 48 contratos de compra de energia comparado a 2020 que o Grupo Carrefour Brasil detinha 19 contratos de compra de energia, representando um compromisso total não-cancelável para compra de energia elétrica futura de R\$ 519 milhões.

O volume mínimo de compra de energia comprometido no âmbito desses contratos não é fixo por mês, mas para cada ano de duração do contrato.

Compromisso de comprar combustível para revenda nos postos de combustível:

Os compromissos de compra futura de combustível em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 399 milhões ante 31 de dezembro de 2020 que foram de R\$ 1.159 milhões, com três principais fornecedores: Raízen Combustíveis S.A. (uma *joint venture* controlada pela Shell e Cosan), Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (distribuidora de combustível controlado pela Ultrapar Participações S.A.) e BR Distribuidora S/A (distribuidora

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

de combustível). Esses contratos comprometem a Companhia a adquirir um volume mínimo mensal de combustível para revenda nos postos de combustível localizados junto a algumas das suas lojas físicas.

**iv. contratos de construção não terminada**

Não aplicável, visto que não houve contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras auditadas e nas demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, visto que não houve contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras auditadas e nas demonstrações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável. A Companhia não detém outros itens que não tenham sido evidenciados em suas demonstrações financeiras.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

<b>Compromissos assumidos</b> (em milhões de R\$)	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>			
	<b>2021</b>	<b>Dentro de 1 ano</b>	<b>Dentro de 1 a 5 anos</b>	<b>Após 5 anos</b>
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa – empresas de soluções financeiras	24.118	24.118	-	-
Relacionado com operações	819	611	208	-
<b>TOTAL</b>	<b>24.937</b>	<b>24.729</b>	<b>208</b>	<b>-</b>

<b>Compromissos recebidos</b> (em milhões de R\$)	<b>Exercício findo em 31 de dezembro</b>			
	<b>2021</b>	<b>Dentro de 1 ano</b>	<b>Dentro de 1 a 5 anos</b>	<b>Após 5 anos</b>
Relacionadas com transações de gerenciamento de caixa	5.416	5.416	-	-
Atacadão	5.416	5.416	-	-
Relacionados com locações de imóveis	494	200	289	5
<b>TOTAL</b>	<b>5.910</b>	<b>5.516</b>	<b>289</b>	<b>5</b>

Para mais informações, veja nota explicativa 33 das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia.

**b. natureza e o propósito da operação**

As transações não evidenciadas nas demonstrações financeiras da Companhia (*off balance sheet transactions*) são conduzidas no curso normal de seus negócios.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

**Compromissos assumidos:**

**Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:**

- compromissos de crédito e limites de crédito “pré-aprovados” oferecidos aos clientes pela CSF, empresa de soluções financeiras no decurso das suas atividades operacionais. São divididos em dois tipos sendo: (i) limites cartões de crédito já aprovados e não utilizados no montante de R\$ 12 bilhões (R\$ 14 bilhões em 31 de dezembro de 2020); e (ii) empréstimos pessoais “pré-aprovado” no montante de R\$ 12 bilhões (R\$ 13 bilhões em 31 de dezembro de 2020). A CSF tem a possibilidade de rever as linhas de crédito oferecidas aos seus clientes a qualquer momento, portanto são classificados como curto prazo.

**Relacionados com operações incluem:**

- compromissos de compra de energia até 5 anos;
- compromissos de compra de combustível em relação à atividade de venda de combustíveis da Companhia;
- compromissos diversos decorrentes de contratos comerciais (como por exemplo contratação de serviços de mídia); e
- outros compromissos assumidos.

**Compromissos recebidos:**

**Relacionados com transações de gerenciamento de caixa incluem:**

- linhas de crédito confirmadas, mas não utilizadas pelo Grupo no final do período.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****Relacionados com operações incluem:**

- hipotecas e outras garantias recebidas, principalmente no âmbito das atividades imobiliárias do Grupo; e
- outros compromissos recebidos.

**Relacionados com locação de imóveis:**

O Grupo também possui diversos *shoppings* e galerias construídos principalmente nos mesmos locais que seus hipermercados e supermercados e alugados a terceiros. Os aluguéis mínimos futuros a receber dessas unidades de varejo - determinados com base no compromisso máximo dos arrendatários em termos de duração e valor para cada um dos arrendamentos em vigor no encerramento do período - totalizaram R\$ 494 milhões em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 335 milhões em 31 de dezembro de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### a. investimentos, incluindo:

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os gastos de capital (capex) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 4.214 milhões. Isto incluiu os gastos de capital relacionados com aquisição lojas Makro, adiantamento aquisição Grupo BIG, abertura de 63 novas lojas, bem como melhorias e revitalização das lojas existentes e investimentos em software.

Em R\$ milhões	12M21	12M20	Δ	12M19	Δ
Expansão	2.035	1.028	-3,5%	1.065	-3,5%
Manutenção	338	293	4,3%	281	4,3%
Reformas de Lojas	87	85	-33,1%	127	-33,1%
TI e outros	324	277	-6,4%	296	-6,4%
<b>Total Capex</b>	<b>2.784</b>	<b>1.683</b>	<b>-4,9%</b>	<b>1.769</b>	<b>-4,9%</b>
Direito de uso de arrendamento	360	651	n.m.	1.031	n.m.
Total de adições de ativo fixo	3.144	2.334	-16,6%	2.800	-16,6%
Aquisição lojas Makro	170	1.529	-88,9%	-	n.m.
Aquisição Grupo BIG	900	-	n.m.	-	n.m.
Investimentos Totais Capex + M&A	4.214	3.863	9,1%	2.800	n.m.

Os investimentos no futuro previsível serão focados (i) na expansão geográfica contínua através da abertura de novas lojas, principalmente no segmento Atacadão, bem como expandir os formatos de lojas de conveniência no segmento de Varejo, e (ii) nos investimentos estratégicos para se tornar cada vez mais *omnicanal*.

#### ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos realizados pela Companhia estão descritas no item 10.1(d) acima deste Formulário de Referência. Vide item 10.1(d) acima.

#### iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável. Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou desinvestimentos previstos.

### b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme fato relevante publicado em 24 de março de 2021 pela Companhia, o Conselho de Administração aprovou, na referida data, a celebração do *SharePurchase, Merger Agreement and Other Covenants* (“Acordo”) entre a Companhia (na qualidade de compradora), de um lado, e Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S, companhia controlada pelo Walmart Inc. (na qualidade de vendedores, “Vendedores”), por meio do qual, sujeito ao cumprimento de determinadas condições precedentes, a Companhia e os Vendedores acordaram a aquisição, pela Companhia, e a venda, pelos Vendedores, da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. (“Grupo BIG”) pelo montante total de R\$ 7.500.000.000,00, sujeito aos demais ajustes nos termos do Acordo (“Operação”).

Acerca da estrutura da Operação, a Companhia adquirirá, por meio de compra e venda, ações ordinárias representativas de 70% do capital social do Grupo BIG, pelo montante de R\$ 5.250.000.000,00, em dinheiro (“Compra e Venda”), e, subsequentemente, na mesma data, os Acionistas da Companhia reunidos em assembleia geral deliberarão a incorporação, pela Companhia, de ações ordinárias representativas dos 30% remanescentes do capital social do Grupo Big (“Incorporação de Ações”, individualmente, e em conjunto com “Compra e Venda” será denominada “Aquisição 256”).

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Cumprir destacar que a aquisição do Grupo BIG constitui excelente oportunidade estratégica para a Companhia, apresentando forte complementaridade geográfica, vez que expandirá a presença da Companhia em regiões onde tem penetração limitada, como o Nordeste e Sul do país. A aquisição do Grupo Big tem o intuito de complementar as operações da Companhia, permitindo que a Companhia expanda seus formatos tradicionais, além de permitir que reforce a sua presença em formatos nos quais tem presença mais limitada.

Em 12 de novembro de 2021, a Superintendência-Geral do CADE, emitiu declaração de complexidade relacionada à aquisição do Grupo Big (fato relevante publicado em 24 de março de 2021). A declaração de complexidade é uma etapa processual que já era esperada pela Companhia em função das características da operação.

Em 25 de janeiro de 2022, o CADE emitiu o Despacho SG nº 85/2022, com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo Big pela Companhia, mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”) que prevê o desinvestimento de algumas lojas. A Operação está em análise pelo Tribunal do CADE que tem até junho de 2022 (caso decida utilizar o prazo máximo regulamentar, incluindo extensões) para decidir de forma definitiva sobre as recomendações da Superintendência-Geral do CADE, incluindo os termos do ACC negociado.

A proposta de ACC negociada pela SG com a Companhia e com o Grupo BIG prevê o desinvestimento de algumas lojas, mas em patamar inferior àquele divulgado na declaração de complexidade emitida pela SG em 12 de novembro de 2021 (i.e., menos de 10% dos estabelecimentos do Grupo BIG), conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia naquela mesma data.

A Transação será agora analisada pelo Tribunal do CADE, que tem até junho de 2022 (caso decida utilizar o prazo máximo regulamentar, incluindo extensões) para decidir de forma definitiva sobre as recomendações da SG, incluindo os termos do ACC negociado. Após o fechamento da Operação, a Companhia iniciará os trabalhos para a conversão de 388 lojas, sendo 63 Maxxi, 43 Sam’s Club, 86 BIG, 45 Super Bompreço, 54 Nacional e 97 TodoDia (esses valores estão atualizados até o encerramento do exercício social de 2021 que ocorreu em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia incorreu em custos relacionados à Operação referentes a honorários advocatícios, custos de *due diligence* e de avaliação de ativos. Estes custos foram registrados como ‘Outras despesas’ na demonstração de resultado.

As sinergias esperadas identificadas pelo Grupo Carrefour Brasil no momento da assinatura da Operação totalizaram em um EBITDA adicional de R\$ 1,7 bilhão anualmente três anos após o fechamento. Após a revisão, atualmente a Companhia observa pelo menos 15% de aumento em relação ao valor inicialmente comunicado. Nesse momento a Companhia estima que o montante de sinergias seja de no mínimo R\$ 2,0 bilhões no ano de 2025. As principais oportunidades incluem:

- i. maiores ganhos relacionados à densidade de vendas e conversão de lojas;
- ii. sinergias de compras; e
- iii. otimização de despesas gerais e maior eficiência da cadeia de suprimentos.

**c. novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados, e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### (a) objeto da projeção

No contexto do Ofício CVM nº 124/2021/CVM/SEP/GEA-2 e conforme Fatos Relevantes divulgados pela Companhia em 24 de setembro de 2021 ("Fato Relevante 24.09.2021"); em 15 de fevereiro de 2022 ("Fato Relevante 15.02.2022"); em 8 de Novembro de 2022 ("Fato Relevante 08.11.2022") e em 24 de abril de 2023 ("Fato Relevante 24.04.2023") a Companhia divulgou projeções relacionadas **(i)** ao valor das vendas brutas da sua unidade de negócios de atacarejo, conduzida sob a marca 'Atacadão' ("Unidade Atacadão") e **(ii)** ao aumento do EBITDA Ajustado<sup>1</sup> da Companhia, decorrente da revisão das potenciais sinergias a serem capturadas no âmbito da aquisição do Grupo BIG Brasil S.A. ("Grupo BIG"), que depende, dentre outras condições precedentes, da aprovação do CADE ("Operação")<sup>2</sup>. **(iii)** ao portfólio total de lojas do formato Cash & Carry (atacarejo) até 2026 **(iv)** ao número de aberturas de lojas orgânicas do formato Cash & Carry (atacarejo) em 2023.

A Companhia ressalta que as informações sobre perspectivas de negócios, projeções e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração, as quais dependem das condições do mercado em geral, do cenário econômico brasileiro e do setor em que a Companhia atua e, ainda, dependem da conclusão da Operação. Eventuais mudanças na percepção ou nos fatores descritos acima podem fazer com que os resultados efetivos sejam diferentes daqueles previstos nas estimativas aqui apresentadas, sendo que a Companhia poderá revisá-las para patamares superiores ou inferiores, de acordo com as novas expectativas. Para mais informações sobre eventos que afetaram os resultados da Companhia, vide item 10.2 deste Formulário de Referência, em "*fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*".

### (b) período projetado e o prazo de validade da projeção

#### (i) Valor das Vendas Brutas Unidade Atacadão

O período projetado é o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024.

#### (ii) Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia

As sinergias estimadas e o respectivo impacto positivo no EBITDA Ajustado da Companhia são projetados para o ano de 2025.

#### (iii) Portfólio total de lojas do formato Cash & Carry (atacarejo)

O período projetado é o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2026.

#### (iv) Abertura de lojas orgânicas do formato Cash & Carry (atacarejo) em 2023

O período projetado é o exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2023.

### (c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais ao seu controle

#### (i) Valor das Vendas Brutas Unidade Atacadão

A projeção se baseia na taxa de crescimento anual composta (CAGR) histórica da Unidade Atacadão, de 15% ao ano, obtida com base no faturamento bruto da referida unidade de negócios entre os anos de 2017 e 2020 ("CAGR Histórica"). Além disso, o montante mencionado no item 11.1 (d) abaixo inclui o faturamento de 2020 da unidade de atacarejo do Grupo BIG, conduzida sob a marca "Maxxi".

<sup>1</sup> O EBITDA ajustado para a alínea da demonstração do resultado "outras receitas e despesas" (abrange perdas sobre a alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas com litígios, e créditos fiscais recuperados relativos a períodos anteriores).

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a Operação, vide Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2021 e Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 25 de janeiro de 2022.

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

### (ii) Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia

A projeção se baseia nas potenciais sinergias oriundas da Operação, principalmente: (a) a ganhos de densidade de vendas e conversão de lojas; (b) sinergias de *procurement*; e (c) à otimização dos custos indiretos e maior eficiência da cadeia de suprimentos. As sinergias esperadas baseiam-se no histórico de integrações passadas e no melhor entendimento da Companhia sobre o potencial das operações e estruturas combinadas.

### (iii) Portfólio total de lojas do formato Cash & Carry (atacarejo)

A projeção se baseia em 270 lojas do formato em 31 dezembro de 2022 somadas a 70 conversões do Grupo BIG e 20 lojas Maxxi restantes - já anunciadas na apresentação da conclusão da operação com o Grupo BIG de 13 de junho de 2016 - e uma média de mais de 25 lojas por ano até o final de 2026.

### (iv) Abertura de lojas orgânicas do formato Cash & Carry (atacarejo)

A projeção se baseia nas condições de mercado e de investimento, levando em consideração a aquisição do Grupo BIG e conversão de lojas do mesmo.

### (d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

#### (i) Valor das Vendas Brutas Unidade Atacadão

Conforme divulgado no Fato Relevante 15.02.2022, a Companhia possui a projeção abaixo para as vendas brutas da Unidade Atacadão, no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024:

Indicador	Valor
<b>(1) Vendas Brutas da Unidade Atacadão para 31 de dezembro de 2024</b>	R\$100.000.000.000,00 (cem bilhões de reais)

### (ii) Sinergias Grupo BIG - EBITDA Ajustado da Companhia

Conforme apresentado no Fato Relevante 15.02.2022, a Companhia projeta que as sinergias estimadas no âmbito da potencial aquisição do Grupo BIG adicionarão R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) ao EBITDA Ajustado da Companhia em 2025.

### (iii) Portfólio total de lojas do formato Cash & Carry (atacarejo)

Conforme apresentado no Fato Relevante 08.11.2022, a Companhia estima ter um portfólio de 470 lojas de Cash & Carry (atacarejo) até 2026.

### (iv) Abertura de lojas orgânicas do formato Cash & Carry (atacarejo)

Conforme apresentado no Fato Relevante 24.04.2023 a Companhia projeta a abertura de 10 a 15 novas lojas orgânicas em 2023.

## 11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

Conforme Fatos Relevantes divulgados pela Companhia em 24 de setembro de 2021 (“Fato Relevante 24.09.2021”) e em 15 de fevereiro de 2022 (“Fato Relevante 15.02.2022”), a Companhia divulgou projeções relacionadas (i) ao valor das vendas brutas da sua unidade de negócios de atacarejo, conduzida sob a marca 'Atacadão' (“Unidade Atacadão”) e (ii) ao aumento do EBITDA Ajustado<sup>1</sup> da Companhia, decorrente da revisão das potenciais sinergias a serem capturadas no âmbito da aquisição do Grupo BIG Brasil S.A. (“Grupo BIG”), que depende, dentre outras condições precedentes, da aprovação do CADE (“Operação”)<sup>2</sup>.

A Companhia ressalta que as informações sobre perspectivas de negócios, projeções e metas financeiras são meras previsões, baseadas nas expectativas atuais da administração, as quais dependem das condições do mercado em geral, do cenário econômico brasileiro e do setor em que a Companhia atua e, ainda, dependem da conclusão da Operação. Eventuais mudanças na percepção ou nos fatores descritos acima podem fazer com que os resultados efetivos sejam diferentes daqueles previstos nas estimativas aqui apresentadas, sendo que a Companhia poderá revisá-las para patamares superiores ou inferiores, de acordo com as novas expectativas. Para mais informações sobre eventos que afetaram os resultados da Companhia, vide item 10.2 deste Formulário de Referência, em “fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais”.

### (a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas

Conforme consta no Fato Relevante 15.02.2022, a Companhia mantém a projeção divulgada no Fato Relevante 24.09.2021 de atingir R\$100.000.000.000,00 bilhões em vendas brutas no exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2024, exclusivamente relacionadas à unidade de negócios de atacarejo, conduzida sob a marca “Atacadão” (“Unidade Atacadão”). A Companhia também mantém a projeção relativa ao aumento do EBITDA Ajustado da Companhia, decorrente da revisão das potenciais sinergias a serem capturadas no âmbito da Operação.

Para mais informações sobre as referidas projeções, vide item 11.1 deste Formulário de Referência.

### (b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Dos períodos já transcorridos, conforme consta no Fato Relevante 15.02.2022, a projeção de atingimento de R\$60,0 milhões em vendas brutas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (divulgada no Fato Relevante 24.09.2021), exclusivamente relacionada à Unidade Atacadão e baseada na CAGR Histórica, totalizou, em [•], aproximadamente R\$59,0 bilhões, valor marginalmente abaixo dos R\$60,0 milhões estimados (-1,7%), conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais da Companhia apresentadas em 15 de fevereiro de 2022. Este desvio marginal é natural da dinâmica do ambiente competitivo e oscilações do cenário macroeconômico, que podem afetar, dentre outros, o poder de compra dos consumidores.

Indicador	Valor Estimado	Valor Realizado	Desvio
(1) Vendas Brutas da Unidade Atacadão para 31 de dezembro de 2021	R\$60.000.000.000	R\$58.993.206.100	-1,7%

<sup>1</sup> O EBITDA ajustado para a linha da demonstração do resultado “outras receitas e despesas” (abrange perdas sobre a alienação de ativos, custos de reestruturação, receitas e despesas relacionadas com litígios, e créditos fiscais recuperados relativos a períodos anteriores).

<sup>2</sup> Para mais informações sobre a Operação, vide Fato Relevante divulgado pela Companhia em 24 de março de 2021 e Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia em 25 de janeiro de 2022.

## **11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções**

**(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A nossa administração é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria. Ainda, de modo a auxiliar os administradores e os acionistas da Companhia, foram instalados o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Estratégia e o Comitê de Recursos Humanos, todos estatutários e em caráter permanente. Além disso, o Estatuto Social prevê a eleição de um conselho fiscal não permanente, por solicitação dos acionistas.

### **a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

**(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

#### **I. Conselho de Administração**

O Conselho de Administração é composto de, no mínimo, 8 (oito) e no máximo por 10 (dez) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitidas a destituição e a reeleição. No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, ficando estabelecido que o número de Conselheiros Independentes não poderá ser inferior a 2 (dois). A caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como Conselheiros Independentes deverá ser deliberada na Assembleia Geral de acionistas da Companhia que os eleger.

O Conselho de Administração possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de maio de 2017 e que pode ser consultado no nosso website [www.grupocarrefourbrasil.com.br](http://www.grupocarrefourbrasil.com.br).

**Responsabilidades do Conselho de Administração:** Além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto Social e Regimento Interno do Conselho de Administração, é de responsabilidade do Conselho de Administração:

#### **A. De acordo com o Estatuto Social:**

(i) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como deliberar sobre a oportunidade de levantamento de balanços semestrais, ou em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(ii) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º do Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(iii) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Parágrafo 2º do Artigo 6º do Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição e de debêntures conversíveis; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos Acionistas na outorga e no

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;

(iv) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(v) deliberar sobre a emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, debêntures conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie ou garantia;

(vi) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

(vii) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a emissão de quaisquer instrumentos de crédito para a captação de recursos, sejam notas promissórias comerciais, *bonds*, *notes*, *commercial papers*, ou outros de uso comum no mercado, bem como para fixar as suas condições de emissão e resgate, podendo, nos casos que definir, exigir a prévia autorização do Conselho de Administração como condição de validade do ato;

(viii) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos Acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(ix) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá conter a opinião da Administração sobre eventual aceitação da oferta e sobre o valor econômico da Companhia e manifestação sobre outros pontos que o Conselho de Administração considerar relevantes, bem como as informações exigidas e pelo Regulamento do Novo Mercado e pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(x) eleger e destituir os Diretores e estabelecer sua remuneração, dentro do limite da remuneração global anual aprovada pela Assembleia Geral, e estabelecer suas funções e limites de poder que deverão ser detalhados em seu regimento interno;

(xi) eleger e destituir os membros dos Comitês;

(xii) aprovar seu próprio regimento interno e o regimento interno da Diretoria e de todos os Comitês;

(xiii) aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e gerenciamento de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores; e

(xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

### **B. De acordo com o Regimento Interno do Conselho de Administração:**

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (i) definir a estratégia, as metas e os objetivos da Companhia e de suas subsidiárias, e controlar sua implementação;
- (ii) determinar o número de Diretores da Companhia, nomear, renovar e destituir cada um deles, estabelecendo seus deveres, cargos e respectivas competências;
- (iii) determinar a remuneração, os bônus e o pacote de incentivos dos Diretores, dos membros do Conselho de Administração e dos Comitês da Companhia e do CCI;
- (iv) supervisionar as operações da Companhia e fiscalizar a qualquer momento, os livros e papéis da Companhia e solicitar informação sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos da Companhia e de suas subsidiárias;
- (v) analisar, alterar e aprovar o plano estratégico consolidado da Companhia e de suas subsidiárias, proposto pelos Diretores;
- (vi) analisar, alterar e aprovar o orçamento anual da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo, pelo menos, o balanço patrimonial detalhado, o demonstrativo de lucros e prejuízos e de fluxo de caixa, e o plano de expansão e investimento, incluindo o CAPEX, referente ao exercício ("Orçamento Anual"), propostos pelos Diretores;
- (vii) aprovar qualquer projeto de aquisição, alienação ou criação de ônus (por meio de contribuição, venda, subscrição para aumento de capital ou outro) pela Companhia ou suas subsidiárias com relação a qualquer ativo (incluindo ações e ativos intangíveis), negócios ou atividades, envolvendo, por transação, um montante superior a R\$ 36.000.000,00, (abril de 2017), indexado ao IPCA, exceto se previsto no Orçamento Anual;
- (viii) aprovar qualquer projeto de investimento ou despesa pela Companhia ou suas subsidiárias (incluindo investimentos em projetos imobiliários), cujo montante envolvido por transação ou operação supere R\$ 36.000.000,00, (abril de 2017), indexado ao IPCA, exceto se expressamente previsto no Orçamento Anual;
- (ix) aprovar eventual criação de qualquer joint venture pela Companhia ou suas subsidiárias com terceiros e que envolvam investimentos individuais superiores a R\$ 36.000.000,00, (abril de 2017), indexado ao IPCA;
- (x) aprovar a celebração de qualquer acordo pela Companhia ou suas subsidiárias que envolva por transação um montante superior a R\$ 36.000.000,00, (abril de 2017), indexado ao IPCA;
- (xi) aprovar a contratação de qualquer empréstimo ou financiamento pela Companhia ou suas subsidiárias (incluindo empréstimos, financiamentos e outros tipos de dívida, garantidos ou não, tais como debêntures não conversíveis) com terceiros (incluindo fornecedores), envolvendo montantes por transação superiores a R\$ 36.000.000,00, (abril de 2017), indexado ao IPCA, a não ser que previamente aprovado no Orçamento Anual;
- (xii) aprovar a criação de qualquer ônus sobre os ativos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, a outorga de garantias, incluindo penhores, hipotecas, servidões ou usufrutos (incluindo ativos intangíveis, ativos imobiliários e ações) pela Companhia ou suas subsidiárias com ou em benefício de terceiros, envolvendo, por transação, um montante superior a R\$ 36.000.000,00, (abril de 2017), indexado ao IPCA;
- (xiii) aprovar e determinar os termos e condições de uma oferta pública inicial;
- (xiv) aprovar qualquer reorganização societária (incluindo fusão, cisão, etc.) da Companhia, além daquelas previstas nos itens (xxvi) a (xxxii) e sujeita às competências da Assembleia Geral;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (xv) aprovar a Política de Indicação de Administradores e a Política de Remuneração de Administradores e os programas motivacionais e culturais da Companhia;
- (xvi) emitir parecer sobre o relatório da administração dos Diretores e sobre as demonstrações financeiras da Companhia;
- (xvii) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia e de suas subsidiárias;
- (xviii) convocar a Assembleia Geral da Companhia e aprovar todas as propostas do Conselho de Administração à Assembleia Geral da Companhia;
- (xix) estabelecer e aprovar a política de dividendos da Companhia;
- (xx) aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;
- (xxi) estabelecer comitês especiais responsáveis por apresentar propostas ou recomendações ao Conselho de Administração e seus respectivos deveres e composição;
- (xxii) nomear e destituir os membros dos comitês especiais do Conselho de Administração, incluindo a indicação de seus respectivos presidentes e membros externos;
- (xxiii) aprovar e alterar os regimentos internos dos comitês especiais do Conselho de Administração;
- (xxiv) submeter matérias e questões e solicitar pareceres relativos às funções dos comitês especiais e adicionalmente relativas a outras matérias, as quais sejam adequadas e necessárias aos comitês especiais e Diretores;
- (xxv) instruir os comitês especiais e os Diretores com poderes específicos e responsabilidades;
- (xxvi) aprovar a contratação pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias de empréstimos, financiamentos ou outros tipos de dívidas, garantidas ou não, incluindo qualquer garantia de dívidas e a criação de quaisquer ônus sobre ativos da Companhia ou de qualquer de suas subsidiárias, seja em uma única transação ou em uma série de transações relacionadas ao longo de um mesmo exercício social que, resulte ou razoavelmente possa resultar, ao final do exercício em questão, em um índice de endividamento líquido financeiro consolidado/EBITDA superior a 3 (três) vez o EBITDA consolidado da Companhia;
- (xxvii) aprovar eventuais projetos, envolvendo a Companhia ou suas subsidiárias, de incorporação ou aquisição de sociedades, negócios ou fundos de comércio (seja via compra e venda em dinheiro, permuta por ações, subscrição de capital ou outros) cujo EBITDA consolidado represente mais que 1/3 (um terço) do EBITDA consolidado da Companhia, evidenciado nas recentes demonstrações financeiras consolidadas aprovadas da Companhia;
- (xxviii) aprovar o envolvimento da Companhia ou de suas subsidiárias em novas atividades, incluindo novas linhas de negócios, não relacionadas a (i) atividade de varejo (seja qual for o formato), atividades de serviços financeiros ou atividades imobiliárias; ou (ii) atividades acessórias a tais atividades e não previstas no Estatuto Social e a cessação de atividades que tenham impacto relevante sobre os negócios da Companhia e de suas subsidiárias consideradas em conjunto;
- (xxix) aprovar e determinar os termos e condições da oferta pública de ações de qualquer subsidiária da Companhia;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(xxx) aprovar o envolvimento da Companhia ou de suas Subsidiárias em operações com partes relacionadas, nos termos de sua Política de Transações com Partes Relacionadas e Gerenciamento de Conflito de Interesses, bem como a celebração de contratos, acordos ou aditamentos (incluindo contratos de *cost sharing*, licenciamento de marcas, etc.) com o Carrefour S.A. e/ou quaisquer sociedades controladas ou sob mesmo controle ("Afilias"), em qualquer caso desde que tais contratos, acordos, aditivos ou aditamentos envolvam a realização de pagamentos ao Carrefour S.A. ou suas Afilias pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias excedendo: 0,22% das vendas líquidas anuais consolidadas (excluindo imposto sobre vendas) da Companhia e suas subsidiárias (as "Vendas Líquidas Anuais") para o ano fiscal de 2017, ou superior a um valor total de R\$168.000.000,00 (cento e sessenta e oito milhões de reais) (abril 2017), indexado ao IPCA para cada exercício; desde que (x) contratos celebrados no curso ordinário de negócios (por exemplo, fornecimento de produtos) e em bases equitativas entre a Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias e o Carrefour S.A. e/ou qualquer de suas Afilias, e (y) acordos de financiamento entre a Companhia ou qualquer de suas subsidiárias e o Carrefour S.A. e/ou qualquer de suas Afilias celebrados em condições de mercado não serão computados para fins de determinar as Vendas Líquidas Anuais ou limites agregados acima;

(xxxi) aprovar qualquer venda ou cisão de sociedades ou negócios cujo EBITDA consolidado represente mais de um terço do EBITDA consolidado da Companhia evidenciado nas recentes demonstrações financeiras consolidadas aprovadas da Companhia;

(xxxii) aprovar qualquer projeto de incorporação, venda ou aquisição de sociedades, negócios ou fundos de comércio (seja via compra e venda em dinheiro, permuta por ações, subscrição de capital ou outros) pela Companhia ou por qualquer de suas subsidiárias com, para ou a partir do Carrefour S.A. e/ou suas Afilias, exceto no caso em que tal operação (x) for acessória a uma operação maior com um terceiro e (y) não for o objetivo principal de tal operação maior; e

(xxxiii) exercer as demais prerrogativas e deveres previstos na legislação aplicável, nas regulamentações da CVM e da B3 e no Estatuto Social, desde que dentro da competência do Conselho de Administração.

Os limites estabelecidos acima serão redefinidos anualmente (para refletir a indexação supracitada) pelo Conselho de Administração na mesma reunião em que o Conselho de Administração aprova o orçamento anual.

### II. Comitês estatutários de assessoramento do Conselho de Administração

A Companhia tem os seguintes Comitês permanentes e obrigatórios para assessorar o Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê de Estratégia; e (iii) Comitê de Recursos Humanos.

O Comitê de Auditoria Estatutário, estabelecido como comitê de assessoramento permanente do Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 3 (três) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 (um) deles deve ser um Conselheiro Independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado.

O Comitê de Estratégia, estabelecido como comitê de assessoramento permanente do Conselho de Administração, composto por 5 (cinco) membros, nomeados pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Recursos Humanos, estabelecido como comitê de assessoramento permanente do Conselho de Administração, composto por 5 (cinco) membros, nomeados pelo Conselho de Administração.

Em 19 de maio de 2017, o Conselho de Administração aprovou o regimento interno dos nossos comitês de assessoramento, o qual é igualmente aplicável ao Comitê de Auditoria Estatutário, ao Comitê de Estratégia e ao Comitê de Recursos Humanos. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário possui um regimento interno

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

próprio, também aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de maio de 2017 e alteração aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de dezembro de 2017.

O regimento interno dos nossos comitês de assessoramento, bem como o específico do Comitê de Auditoria Estatutário podem ser consultados no nosso website [www.grupocarrefourbrasil.com.br](http://www.grupocarrefourbrasil.com.br).

### **Responsabilidades dos comitês estatutários de assessoramento do Conselho de Administração**

#### **A. Comitê de Auditoria Estatutário.**

De acordo com o nosso Estatuto Social, as responsabilidades do Comitê de Auditoria Estatutário, conforme seu próprio regimento interno específico, incluem:

(i) recomendar ao Conselho de Administração a contratação ou destituição dos auditores independentes da Companhia, e aconselhar ao Conselho de Administração na contratação da empresa de auditoria independente para realizar serviços que não sejam de auditoria;

(ii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) sua adequação às necessidades da Companhia;

(iii) supervisionar os departamentos de controles internos da Companhia e de reporte financeiro (*financial reporting*) e consolidação e quaisquer outros departamentos responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras da Companhia;

(iv) supervisionar o departamento de auditoria interna da Companhia, monitorando a efetividade e adequação de sua estrutura, e a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo recomendações de melhorias ao Conselho de Administração, se assim necessário;

(v) monitorar a qualidade e integridade (a) dos mecanismos de controles internos; (b) das informações financeiras trimestrais, e das demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia; (c) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis e não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras, propondo recomendações, se assim necessário;

(vi) avaliar e monitorar as exposições de risco incorrido pela Companhia, com poderes para requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com: (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; e

(vii) avaliar e monitorar, conjuntamente com a administração e o departamento de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações com a Política de Transações com Partes Relacionadas.

#### **B. Comitê de Estratégia.**

De acordo com o Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração, as principais responsabilidades do Comitê de Estratégia, incluem:

(i) analisar e fornecer aconselhamento e opinião ao Conselho de Administração no que tange à estratégia e definição de metas e objetivos da Companhia;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(ii) analisar e fornecer aconselhamento e opinião ao Conselho de Administração quanto às oportunidades relevantes de aquisições e fusões da Companhia e de suas subsidiárias; e

(iii) solicitar e receber atualização da Diretoria sobre a implementação do plano de investimento e expansão.

### **C. Comitê de Recursos Humanos.**

De acordo com o Regimento Interno dos Comitês do Conselho de Administração, as principais responsabilidades do Comitê de Recursos Humanos, incluem:

(i) examinar candidatos a serem eleitos ao cargo de membro do Conselho de Administração;

(ii) analisar o cumprimento dos requisitos aplicáveis aos candidatos ao cargo de membros independentes do Conselho de Administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado;

(iii) examinar candidatos para nomeação ao cargo de membro da Diretoria;

(iv) examinar candidatos para nomeação ao cargo de membro dos Comitês do Conselho de Administração;

(v) revisar a Política de Indicação de Administradores da Companhia;

(vi) revisar a Política de Remuneração de Administradores da Companhia;

(vii) revisar programas motivacionais e culturais; e

(viii) revisar propostas de novo plano de opção de ações da Companhia.

### **Outros órgãos da estrutura de controle e gerenciamento de fatores de risco**

Identificamos, abaixo, os órgãos participantes da estrutura organizacional de controle e de gerenciamento de riscos. Para mais informações, inclusive sobre as atribuições destas áreas, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

#### **Auditoria Interna**

O Grupo Carrefour Brasil tem um departamento de Auditoria Interna, reportando para o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia desde maio de 2017, baseado em São Paulo, e que conduz auditorias financeiras e operacionais nos segmentos de Varejo e Atacadão, incluindo TI e Imobiliário. A Auditoria Interna do Grupo Carrefour Brasil é responsável por: (i) avaliar a operação de gerenciamento de riscos de ativos e sistemas de controles internos relacionados ao realizar as tarefas incluídas no plano anual de auditoria; e (ii) regularmente monitorar, testar, auditar e fazer todas as recomendações necessárias com o objetivo de melhorar esses sistemas.

#### **Diretoria de Gestão de Riscos**

Atua diretamente na prevenção de perdas e na proteção dos ativos da Companhia (pessoas, processos e sistemas) e no desenvolvimento da estrutura de gerenciamento e resposta a crises e apoiar o funcionamento dos planos de continuidade e tem como principal atribuição monitorar e gerenciar os níveis de exposição aos Riscos Operacionais

#### **Diretoria de Compliance e Controles Internos**

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Tem como principal atribuição, no âmbito dos controles internos, promover ambiente de controles internos efetivos, para apoiar no gerenciamento de Riscos Corporativos, na mitigação de fraude, na exatidão e a fidedignidade dos seus dados contábeis, na eficiência operacional e no cumprimento regulatório. Já no âmbito das atividades de compliance, promove e monitora a aderência da estrutura organizacional e dos processos às leis e regulamentos, Código de Conduta, princípios éticos e políticas internas e promove processos de prevenção, detecção e tratamento de suborno, tráfico de influência e corrupção. A área de Compliance coordena as atividades dos Comitês de Conduta e Consequências, os de Ética e Conformidade e mantém reporte à alta administração.

Esta Diretoria e a Diretoria de Gestão de Riscos se reporta ao (i) Conselho de Administração e seu Comitê de Auditoria; (ii) Comitês de Riscos; (iii) Comitês de Ética; (iv) Comitê de Gestão de Crises; (v) Comitê de Investimentos Brasil (CIB); e (vi) qualquer outra reunião do comitê ad hoc convocado de acordo com as necessidades identificadas pela Companhia.

### Comitês de Riscos

Os Comitês de Riscos são órgãos colegiados de cada unidade de negócios responsáveis por apoiar e assessorar a liderança das respectivas Unidades de Negócio no acompanhamento da efetividade da gestão de riscos em linha com as respectivas diretrizes e apetite à risco. Também compete aos Comitês de Riscos monitorar as exposições de Riscos Corporativos, a variação dos níveis de riscos e a efetividade das medidas de controle implementadas, assim como a implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências que importem riscos altos e as deficiências identificadas pela Auditoria Interna e Externa.

### Comitês de Ética

Os Comitês de Ética e Conformidade são os órgãos colegiados de cada unidade de negócio, bem como da Divisão Holding que, dentre outras atribuições, são responsáveis por zelar pela cultura de ética e integridade, por apoiar e promover o Sistema de Integridade, Programa Anticorrupção e o Sistema de Gestão Antissuborno, bem como zelar pelo cumprimento do Código de Conduta e Ética e Políticas de Anticorrupção em todo o Grupo Carrefour do Brasil.

### Comitê de Gestão de Crises

Comitê de Gestão de Crises é órgão colegiado acionado em cada Unidade de Negócio que tem como atribuição responder a situações de emergência, declarar e analisar crise, bem como direcionar as ações dos negócios durante processos críticos. É também papel do Comitê realizar a medição da efetividade dos planos para gestão de crise, de modo a redirecionar ações em caso de necessidade.

### Comitê de Investimentos Brasil (CIB)

O Comitê de Investimentos Brasil é órgão colegiado componente da governança da Companhia e responsável pela aprovação de projetos de investimento em bens de capital de todas as diretorias e unidades de negócio pertencentes ao Grupo Carrefour Brasil.

***(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto***

A Companhia possui um Comitê de Auditoria Estatutário, que atende plenamente os requisitos da regulação emitida pela CVM e ao Regulamento do Novo Mercado. Realizamos a descrição das principais atribuições e da

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

forma de funcionamento do Comitê de Auditoria Estatutário no subitem (i) acima juntamente com a descrição dos demais comitês de assessoramento do Conselho de Administração.

***(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado***

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria, é responsabilidade do Conselho de Administração nomear e destituir os nossos auditores independentes, bem como os de nossas subsidiárias. O Comitê de Auditoria Estatutário auxilia o Conselho de Administração em assuntos relativos à contratação de empresa de auditoria independente para realizar serviços que não sejam de auditoria. Adicionalmente, está incluso entre as funções do Comitê de Auditoria Estatutário a recomendação da contratação ou destituição de auditores independentes, bem como supervisionar os trabalhos dos referidos profissionais a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) sua adequação às nossas necessidades.

Vale notar, ainda, que a Companhia observa regras aplicáveis ao Grupo Carrefour para a contratação de serviços extra-auditoria, que envolvem (i) a pré-aprovação pelo Comitê de Auditoria; (ii) a pré-aprovação da contratação de determinados serviços pelo departamento financeiro em contratações de menor valor; (iii) o reporte regular dos serviços extra-auditoria para o Comitê de Auditoria; e (iv) a vedação de contratação de (a) serviços que envolvam qualquer participação na gestão ou tomada de decisão da Companhia; (b) escrituração e preparação de registros contábeis ou demonstrações financeiras; e (c) desenvolvimento e implementação de procedimentos de controle interno ou de gerenciamento de riscos relacionados à elaboração ou controle de informações financeiras ou ao desenvolvimento e implementação de sistemas de TI financeiros.

**b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A Diretoria, cujos membros são eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, tendo prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, é composta de, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 7 (sete) membros, alocados em duas divisões distintas, denominadas “Divisão Holding” e “Divisão Atacadão”. Os Diretores terão designações e atribuições distintas com base na divisão a que pertencerem, conforme o disposto abaixo:

(a) a Divisão Holding é composta de até 4 (quatro) Diretores: um Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil, um Diretor Vice-Presidente de Finanças – Grupo Carrefour Brasil, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor Executivo – Grupo Carrefour Brasil;

(b) a Divisão Atacadão é composta de até 3 (três) Diretores, sendo um Diretor-Presidente – Atacadão, um Diretor Vice-Presidente de Finanças – Atacadão e um Diretor Vice-Presidente de Operações - Atacadão; e

(c) os Diretores poderão acumular cargos.

A Diretoria possui regimento interno próprio, o qual foi devidamente aprovado pela reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de maio de 2017 e que pode ser consultado no nosso website [www.grupocarrefourbrasil.com.br](http://www.grupocarrefourbrasil.com.br).

### **Responsabilidades dos Diretores.**

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Nossos Diretores representam a nossa Companhia e são responsáveis por gerenciar o nosso negócio em conformidade com as orientações definidas por nossos Conselheiros de Administração. Além das responsabilidades previstas nos termos da Lei das Sociedades Anônimas do Brasil e em nosso Estatuto Social, a Diretoria, como entidade colegiada, é responsável pelo seguinte:

- (i) aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração ao Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Companhia acompanhados do relatório dos auditores independentes (em forma de minuta), bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, os quais serão elaborados pelos Diretores da Divisão Holding;
- (ii) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o plano de negócios, o planejamento estratégico de longo prazo e os planos de expansão e investimento da Divisão Holding e da Divisão Atacadão, conforme aplicável, as serem elaborados pelos Diretores das respectivas divisões;
- (iii) deliberar sobre a abertura e o encerramento de filiais, depósitos, centros de distribuição, escritórios, agências, representações por conta própria ou de terceiros, em qualquer lugar do País ou do exterior, observadas as competências específicas de cada Divisão; e
- (iv) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

De acordo com o Artigo 26 do nosso Estatuto Social, os seguintes atos constituem obrigação privada e exclusiva dos Diretores da Divisão Holding:

- (i) sugerir ao Conselho de Administração, e após aprovação pelo Conselho de Administração, implementar a política macro de negócios da Companhia e suas subsidiárias;
- (ii) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o plano de negócios, o planejamento estratégico de longo prazo, plano de expansão e investimento da Companhia e suas subsidiárias;
- (iii) anualmente, preparar, revisar e aprovar, para avaliação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras e o relatório e as contas da Diretoria;
- (iv) implementar qualquer decisão tomada pelo Conselho de Administração em relação às subsidiárias da Companhia;
- (v) representar a Companhia na qualidade de acionista, sócia ou quotista em deliberações societárias de suas subsidiárias;
- (vi) sugerir ao Conselho de Administração e implementar políticas gerais a serem observadas pela Companhia e todas suas subsidiárias;
- (vii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos, jurídica, tributária, consolidação e reporte financeiro (*financial reporting*) da Companhia e de todas suas subsidiárias;
- (viii) supervisionar e administrar as relações públicas da Companhia e de suas subsidiárias, em especial, vis-à-vis as autoridades, a imprensa, os investidores, os acionistas e as agências de classificação de risco (*rating*); e
- (ix) administrar e supervisionar os níveis de caixa e endividamento da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo a decisão de celebrar acordos financeiros.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Nos termos do Regulamento Interno da Diretoria, os seguintes atos constituem obrigação privada e exclusiva dos Diretores da Divisão Holding:

(i) aprovar as decisões, tomadas pelos Diretores da Divisão Atacadão, em relação aos seguintes atos relativos ao negócio da Divisão Atacadão, salvo se esse ato tenha sido aprovado pelo Conselho de Administração e no orçamento anual da Companhia:

- qualquer projeto de aquisição, alienação ou venda (por meio de contribuição, venda, subscrição para aumento de capital ou outro) pela Companhia, de qualquer ativo (incluindo ações e ativos intangíveis), negócios ou atividade cujo montante por transação seja superior a R\$ 25.000.000,00 (abril de 2017), indexado pelo IPCA;

- qualquer projeto de investimento ou despesa a ser implementado pela Companhia (inclusive como parte de projetos de investimentos imobiliários e eventual joint venture com terceiros) cujo montante por transação ou operação seja superior a R\$ 25.000.000,00 (abril de 2017), indexado pelo IPCA;

- qualquer acordo a ser firmado pela Companhia que envolva montante por transação superior a R\$ 25.000.000,00(abril de 2017), indexado pelo IPCA;

- a criação de qualquer ônus sobre os ativos da Companhia e outorga de garantias, incluindo penhores, hipotecas, servidões ou usufrutos sobre quaisquer ativos (incluindo ativos intangíveis, ativos imobiliários e ações) pela Companhia com ou em benefício de terceiros, cujo montante por transação seja superior a R\$ 10.000.000,00 (abril de 2017), indexado pelo IPCA;

- ingresso pela Companhia ou de suas subsidiárias em novas atividades, incluindo novas linhas de negócios, não relacionadas a (i) atividade de varejo (seja qual for o formato), (ii) atividades de serviços financeiros ou (iii) atividades imobiliárias; ou atividades acessórias a tais atividades e não previstas no Estatuto Social ou em acordo de acionistas da Companhia, e a cessação de atividades que tenham impacto relevante sobre os negócios da Companhia e de suas subsidiárias em conjunto; e

- qualquer transação, contrato ou acordo fora do escopo do objeto social principal da Companhia, seja com duração superior a cinco (5) anos ou montante por transação superior a R\$ 10.000.000,00 (abril de 2017), indexado ao IPCA.

De acordo com o artigo 27 do nosso Estatuto Social, os seguintes atos constituem obrigação privada e exclusiva dos Diretores da Divisão Atacadão, sob a supervisão dos Diretores da Divisão Holding:

(i) operar e administrar todos os negócios e operações executados sob a bandeira Atacadão; e

(ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar todas as atividades acessórias às operações executadas sob a bandeira Atacadão, incluindo a supervisão dos departamentos relacionados às operações comercial, de logística, de planejamento, e de recursos humanos e os empregados da Divisão Atacadão.

**Diretor-Presidente - Grupo Carrefour Brasil:** As responsabilidades do Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil estão estabelecidas nos termos do artigo 28, I, do nosso Estatuto Social e incluem (dentro de ambas divisões):

(i) implementar as deliberações das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;

(ii) estabelecer metas e objetivos para a Companhia e suas subsidiárias;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

- (iii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, de logística, de planejamento e de recursos humanos, bem como todos os negócios e operações da Companhia;
- (iv) dirigir e orientar a realização de análises de mercado, da política da qualidade e diretrizes bem como a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais;
- (v) coordenar as atividades dos demais Diretores e empregados de suas respectivas divisões;
- (vi) dirigir, no mais alto nível, as relações públicas da Companhia e orientar a publicidade institucional;
- (vii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- (viii) aprovar a estrutura organizacional da Companhia;
- (ix) dirigir as atividades relacionadas às áreas ou funções de planejamento geral, jurídica da Companhia e de suas subsidiárias;
- (x) sugerir ao Conselho de Administração, e após aprovação pelo Conselho de Administração, implementar a política macro de negócios da Companhia e suas subsidiárias;
- (xi) propor ao Conselho de Administração o orçamento anual, o plano de negócios, o planejamento estratégico de longo prazo, plano de expansão e investimento da Companhia e suas subsidiárias e implementá-los, conforme aplicável, após aprovação do Conselho de Administração;
- (xii) anualmente, preparar, para revisão e aprovação do Conselho de Administração, as demonstrações financeiras e o relatório da administração da Companhia;
- (xiii) implementar qualquer decisão tomada pelo Conselho de Administração em relação às subsidiárias da Companhia;
- (xiv) representar a Companhia na qualidade de acionista, sócia ou quotista em deliberações societárias de suas subsidiárias;
- (xv) sugerir ao Conselho de Administração e implementar políticas gerais a serem observadas pela Companhia e todas suas subsidiárias;
- (xvi) supervisionar e administrar as relações públicas da Companhia e de suas subsidiárias; e
- (xvii) outros deveres que lhe forem atribuídos, de tempos em tempos, conforme determinação do Conselho de Administração.

**Diretor-Presidente - Divisão Atacadão:** As responsabilidades do Diretor-Presidente – Divisão Atacadão estão estabelecidas nos termos do artigo 28, II, do nosso Estatuto Social e incluem (dentro da Divisão Atacadão):

- (i) implementar o orçamento anual, o plano de negócios, o planejamento estratégico de longo prazo e o plano de expansão e de investimento, conforme o caso, dentro da Divisão Atacadão, sujeito à discussão com os outros Diretores, após aprovação pelo Conselho de Administração;
- (ii) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas comercial, de logística, de planejamento, de recursos humanos, empregados da Divisão Atacadão, bem como todos os negócios e operações da Divisão Atacadão; e

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(iii) dirigir e orientar a realização de análises de mercado, da política da qualidade e diretrizes bem como a implantação de normas, métodos e rotinas operacionais da Divisão Atacadão.

O Diretor Presidente-Atacadão deverá se reportar ao Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil no exercício de suas funções.

**Diretor Vice-Presidente de Finanças - Grupo Carrefour Brasil:** As responsabilidades do Diretor Vice-Presidente de Finanças – Grupo Carrefour Brasil estão estabelecidas nos termos do artigo 28, III, do nosso Estatuto Social e incluem (dentro de ambas divisões):

(i) coordenar, administrar e supervisionar as áreas financeira, contábil e de controle de gestão da Companhia, sendo responsável por dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual de ambas divisões;

(ii) monitorar as atividades de tesouraria da Companhia, incluindo a captação e gestão de recursos;

(iii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos, tributária, consolidação e reporte financeiro (financial reporting) da Companhia e de suas subsidiárias;

(iv) supervisionar e administrar as relações com agências de classificação de risco (rating);

(v) supervisionar e administrar os níveis de caixa e endividamento da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo a decisão de celebrar acordos financeiros;

(vi) todas os demais assuntos administrativos que não sejam expressamente atribuídos aos demais Diretores; e

(vii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil.

**Diretor Vice-Presidente de Finanças - Divisão Atacadão:** As responsabilidades do Diretor Vice-Presidente de Finanças – Divisão Atacadão estão estabelecidas nos termos do artigo 28, IV, do nosso Estatuto Social e incluem:

(i) coordenar, administrar e supervisionar as áreas financeira, contábil e de controle de gestão da Divisão Atacadão, sendo responsável por dirigir e orientar a elaboração do orçamento anual da Divisão Atacadão;

(ii) supervisionar e administrar as áreas ou funções de controles internos, gerenciamento de riscos, consolidação e reporte financeiro (*financial reporting*) da Divisão Atacadão;

(iii) todos os demais assuntos administrativos relacionados à Divisão Atacadão que não sejam expressamente atribuídos aos demais Diretores; e

(iv) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente – Divisão Atacadão.

O Diretor Vice-Presidente de Finanças - Atacadão deverá se reportar ao Diretor Vice-Presidente de Finanças – Grupo Carrefour Brasil no exercício de suas funções.

**Diretor de Relações com Investidores:** Além do acima referido, é de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores, conforme artigo 28, V, do nosso Estatuto Social:

(i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia;

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

(ii) manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação; e

(iii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil.

**Diretor Executivo – Grupo Carrefour Brasil:** Além do acima referido, é de responsabilidade do Diretor Executivo – Grupo Carrefour Brasil, conforme artigo 28, VI, do nosso Estatuto Social, todas as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente – Grupo Carrefour Brasil.

Diretor Vice-Presidente de Operações - Atacadão (dentro da Divisão Atacadão): Além do acima referido, é de responsabilidade do Diretor Vice-Presidente de Operações - Atacadão todas as atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor-Presidente – Atacadão.

**(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Nosso Conselho Fiscal não é de funcionamento permanente e, até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foi instalado.

Nosso Conselho Fiscal não possui regimento interno próprio, tendo suas responsabilidades definidas apenas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social.

**(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração.**

No início de 2022, a Companhia implementou mecanismos de avaliação periódica de desempenho do Conselho de Administração e de seus Comitês de Assessoramento, como órgãos colegiados, e da Diretoria, com base nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

**d.i. periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros**

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, os membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia realizam, pelo menos uma vez por mandato, a avaliação formal, sendo que, para o Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento, tal avaliação abrange o desempenho do órgão, e, para a Diretoria, a avaliação individual

**d.ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação**

O processo de avaliação é de responsabilidade do Comitê de Recursos Humanos e do presidente do Conselho de Administração e se dá através do preenchimento de formulários específicos direcionados a cada um dos órgãos (metodologia de autoavaliação).

Os órgãos devem ser avaliados de acordo com suas diretrizes gerais, performance, metas e contribuições derivadas do planejamento estratégico da Companhia. Adicionalmente, também devem ser consideradas as matérias tratadas nas reuniões realizadas, bem como parâmetros envolvendo as demonstrações financeiras, gerenciamento de riscos e controles internos e responsabilidade da administração e da auditoria interna. Dentre

## **12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa**

os principais critérios utilizados na avaliação estão as competências e comportamentos esperados para esses órgãos e cargos, conforme aplicável, que consideram necessidades da Companhia, além de critérios gerais mercadológicos.

### **d.iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão;**

Os resultados consolidados das avaliações serão divulgados ao Conselho de Administração pelo presidente do Conselho de Administração e serão utilizados para estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos e comitês da Companhia, além de contribuir para a definição de metas para o ano subsequente.

### **d.iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não havia contratado serviços de consultoria ou assessoria externos para avaliação de desempenho de seus órgãos e comitês.

## **12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**

### **a. Prazos de Convocação**

As assembleias de acionistas são convocadas pelo menos 21 (vinte e um) dias antes da data marcada para a reunião em primeira convocação e 8 (oito) dias antes da data da reunião em segunda convocação, nos termos da Lei das S.A.

Vale notar que a CVM poderá em determinadas circunstâncias, determinar que a primeira convocação para Assembleias Gerais de acionistas seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral, o que é devidamente seguido pela Companhia. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação da Assembleia Geral Extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembleia.

### **b. Competências**

Além dos poderes atribuídos pela legislação vigente e por nosso Estatuto Social, compete à Assembleia Geral de Acionistas:

1. tomar as contas dos administradores, bem como examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras;
2. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos;
3. eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado;
4. fixar a remuneração global anual dos administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;
5. aprovar planos de concessão de ações ou de outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas;
6. alterar o Estatuto Social;
7. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação da Companhia ou de qualquer sociedade na Companhia;
8. aprovar previamente a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão nas hipóteses cuja aprovação em Assembleia Geral seja prescrita na regulamentação em vigor;
9. deliberar a saída do Novo Mercado;
10. deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta na CVM;
11. suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A. e em observância do Parágrafo único do art. 12 do Estatuto social da Companhia;
12. eleger e destituir o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;  
e
13. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

### **c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Endereço do nosso Departamento de Relações com Investidores: Rua George Eastman, 213, Vila Tramontano, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05690-000.

Endereço eletrônico: <https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/>; [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)

Ademais, os acionistas poderão entrar em contato com nossa área de relações com investidores, no telefone (011) 3779-8500 ou pelo e-mail [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com).

## **12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**

### **d. Identificação e administração de conflitos de interesses**

De acordo com o estabelecido no Artigo 17 do nosso Estatuto Social, nossos administradores não podem ter acesso a informações, participar de reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, ou intervir, de qualquer forma, em qualquer assunto, negócio ou operações da Companhia com relação aos quais esses administradores tenham ou representem um interesse pessoal conflitante com os interesses de nossa Companhia.

Em conformidade com a lei, nossos administradores que se encontrarem em situação de conflitos de interesse devem informar aos outros membros do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria sobre seu impedimento e registrar, nas atas da reunião do nosso Conselho de Administração ou da nossa Diretoria, a natureza e a extensão de seu impedimento.

Além disso, de acordo com o artigo 21, XIV, do nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração aprovou em 19 de maio de 2017 nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Gerenciamento de Conflitos de Interesses, que contém regras para identificação e gestão de conflitos de interesse descritas no item 16 deste Formulário de Referência.

No nosso Manual das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária de 26 de abril de 2022, no tópico sob o título 3.4 "Conflito de Interesses", tratamos da situação de eventual conflito de interesses dos acionistas em relação aos temas trazidos à deliberação das assembleias ou que tenham a sua independência comprometida, sendo que deveriam tais acionistas comunicar tal fato e abster-se da discussão e da votação da matéria. Destacamos também, no referido manual, que (i) os acionistas presentes que tivessem ciência de conflito de interesse de outro acionista deveriam manifestar-se e (ii) caso o acionista conflitado se recusasse a abster-se das deliberações, o presidente das assembleias deveria determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

### **e. solicitações de procuração pelos administradores para delegação de direitos de voto**

A Companhia não possui regras ou práticas específicas para a solicitação de procurações para o exercício do direito de voto nas assembleias gerais, devendo tais solicitações, se for o caso, seguirem os requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

### **f. formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico**

Nos termos do artigo 126º, parágrafo 1º, da Lei das S.A., acionistas individuais podem ser representados por procuradores que tenham sido nomeados nos últimos 12 (doze) meses, e que sejam acionistas, advogados, instituições financeiras ou administradores da Companhia.

Nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades Anônimas, os acionistas que são pessoas jurídicas podem ser representados por seus representantes legais ou procuradores devidamente nomeados como tal, de acordo com o Estatuto Social da Companhia ou com as regras previstas no Código Civil. Assim, no caso de pessoas jurídicas, seus procuradores não precisam ser acionistas, advogados ou administradores da Companhia.

Para a participação na Assembleia, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Pessoa física: cópia do documento de identificação do Acionista.

## 12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias

b) Pessoa jurídica: cópias do estatuto social consolidado ou contrato social mais recente e dos documentos societários que possam evidenciar a representação legal do Acionista, além do documento de identificação do representante legal.

c) Acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento: cópias do regulamento consolidado mais atualizado do fundo, do estatuto social ou atos constitutivos consolidado(s) mais atualizado(s) do administrador ou gestor, conforme o caso, de acordo com a política de voto do fundo, e documentos societários que possam evidenciar poderes de representação, além do documento de identificação do representante legal.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade, enquanto eles incluem uma fotografia do portador: Documento de identidade (RG), carteira de identidade para estrangeiros (RNE) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou passaporte

A Companhia não exigirá a tradução juramentada de documentos cujos originais foram elaborados em português, inglês ou francês, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas.

Os documentos devem ser enviados aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, localizado na Rua George Eastman, 213, Vila Tramontano, CEP 05690-000, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Desde as Assembleias Gerais Ordinárias de 2019 e de 2020, a Companhia adotou procedimento de cadastramento de acionistas representados por procurador logo após a publicação do Edital de Convocação. Dessa forma, solicitou que os Acionistas que optassem por ser representados por procurador efetuassem seu cadastramento com até 2 (dois) dias de antecedência da Assembleia Geral Ordinária, mediante o envio dos documentos necessários aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. A solicitação de entrega prévia da documentação não representou óbice à participação de acionistas, mas somente procedimento para facilitar os trabalhos de preparação da Assembleia.

As Assembleias Gerais Ordinárias de 2021 e 2022 foram realizadas de forma exclusivamente digital. Na hipótese de realização de assembleias neste formato ou de forma parcialmente digital, a Companhia se reserva o direito, nos termos do §3º do artigo 5º da Instrução CVM 481/09, de exigir do acionista que pretende participar pelo sistema eletrônico o envio dos documentos mencionados acima por e-mail a ser comunicado no respectivo Edital e demais documentos aplicáveis, com cópia para o e-mail [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com), em até 2 (dois) dias antes da data de realização da assembleia, de forma que não será admitido o acesso à plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.

Excepcionalmente para as Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 2021 e 2022, a Companhia dispensou a necessidade de envio das vias físicas e autenticadas dos documentos de representação dos Acionistas para o escritório da Companhia, bastando o envio de arquivo (.pdf) da cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com).

A Companhia não admite procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico (i.e., procurações assinadas digitalmente sem qualquer certificação digital), mas poderá dispensá-las por ocasião da Assembleia Geral, conforme informado no Manual para a Participação em Assembleias.

**g. formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização**

## **12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**

Os acionistas que decidirem exercer direitos de voto a distância por meio do envio direto para a Companhia devem enviar os seguintes documentos para o Departamento de Relações com Investidores, localizado na Rua George Eastman, 213, Vila Tramontano, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05690-000, ou por correio eletrônico para [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com), tal como previsto na regulamentação aplicável.

(a) cópia física do boletim de voto a distância, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e

(b) documentos de representação do acionista, conforme descritos no item (f ) acima.

Conforme já informado acima, a Companhia não exigirá a tradução certificada de documentos cujos originais foram elaborados em português, inglês ou francês, nem dos documentos anexados com as respectivas traduções para esses idiomas.

Os boletins de voto a distância, acompanhados da respectiva documentação, serão recebidos pela Companhia com até 7 (sete) dias de antecedência da assembleia geral, e serão apontados, pela Companhia, como recebidos, se estiverem em plena ordem e de acordo com o disposto acima em até 3 (três) dias do recebimento dos referidos documentos.

Nos termos do artigo 21-U da Instrução CVM 481/09, a Companhia comunicará ao acionista se os documentos recebidos são satisfatórios para que o voto seja considerado válido, ou, caso necessário, os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio.

A Companhia esclarece ainda que poderá dispensar a necessidade de envio das vias físicas e autenticadas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, a seu exclusivo critério, bastando o envio de arquivo (.pdf) da cópia simples das vias originais de tais documentos para o seguinte email da Companhia: [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com).

### **h. Sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância**

Nos termos do Artigo 21-C, inciso I da Instrução CVM 481/09, nós não fornecemos nenhum sistema eletrônico para o recebimento pela Companhia do boletim de voto a distância enviado pelo acionista.

Nos termos do artigo 21-C, inciso II da Instrução CVM 481/09, a Companhia pode, a seu exclusivo critério, disponibilizar sistema eletrônico para participação a distância durante a assembleia, de forma que, além da possibilidade de participação presencial e via boletim de voto a distância, as assembleias da Companhia poderão ser realizadas de modo exclusivamente digital, caso os acionistas somente possam participar e votar por meio dos sistemas eletrônicos, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto, ou de modo parcialmente digital, caso os acionistas possam participar e votar tanto presencialmente quanto a distância, sem prejuízo do uso do boletim de voto a distância como meio para exercício do direito de voto. Nesses casos, a participação do acionista, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, poderá ser via plataforma digital a ser disponibilizada pela Companhia, caso em que o acionista poderá: (i) simplesmente participar da assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto a distância; ou (ii) participar e votar na assembleia, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o boletim de voto a distância e que, caso queira, vote na assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de boletim de voto a distância serão desconsideradas.

### **i. instruções para que o acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância**

Nos termos do Artigo 21-L da Instrução CVM 481/09, os acionistas que pretendem incluir propostas de deliberação ou de candidatos para o Conselho de Administração ou para o Conselho Fiscal sob a forma de voto

## **12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**

a distância devem enviar suas propostas pelo correio para a Rua George Eastman, 213, Vila Tramontano, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05690-000, para a Diretoria de Relações com Investidores, juntamente com os documentos relativos à proposta (incluindo as informações mencionadas no Artigo 21-M, da Instrução CVM 481/09) e à qualidade e participação do acionista, ou por correio eletrônico para [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com), tal como previsto na regulamentação aplicável.

### **j. manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias**

Não mantemos nenhum fórum ou página da Web para recepção ou partilha de comentários de acionistas sobre as questões em pauta para qualquer assembleia de acionistas.

### **k. outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância**

Os acionistas detentores de ações emitidas pela Companhia podem exercer seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços. Assim, deverão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância aos seus respectivos agentes de custódia, ou ao agente escriturador das ações de emissão da Companhia, conforme suas ações estejam ou não depositadas em depositário central, e desde que observadas as regras por eles determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o agente escriturador das ações de emissão da Companhia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para envio das instruções de voto via boletim de voto a distância, bem como os documentos e informações que venham a ser por eles exigidos.

## 12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

Nosso Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada, responsável por definir nossas diretrizes gerais de negócio e decidir sobre questões estratégicas.

Nosso Conselho é composto por um mínimo de 8 (oito) e um máximo de 10 (dez) membros, todos os membros são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. Pelo menos 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração, devem ser Conselheiros de Administração Independentes, conforme definido no regulamento do Novo Mercado, especificando-se que o número de Conselheiros de Administração Independentes não pode ser inferior a 2 (dois).

O Conselho de Administração deve ter 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos por maioria simples dos presentes na primeira reunião do Conselho de Administração realizada imediatamente após a posse de tais membros, ou sempre que uma destituição ou vacância em tais cargos ocorrer.

Na hipótese de vacância permanente do Presidente, o Vice-Presidente automaticamente assumirá o cargo e deverá convocar uma reunião do Conselho de Administração em até 60 (sessenta) dias a partir da data de vacância, para a nomeação do novo Presidente do Conselho de Administração de forma permanente, até o término do prazo do mandato original, ou convocar uma Assembleia Geral com o objetivo de nomear o novo Presidente do Conselho de Administração para substituí-lo, até o término do prazo do mandato original.

A Companhia adota uma Política de Indicação de Administradores, aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de maio de 2017, segundo a qual o Comitê de Recursos Humanos considerará as seguintes qualificações mínimas que deverão ser satisfeitas por qualquer candidato a um cargo como membro do Conselho de Administração: (i) a mais elevada ética e integridade pessoal e profissional; (ii) realizações e competência na área do candidato e a capacidade de exercer sólido julgamento em termos de negócios; (iii) competências complementares às dos membros existentes do Conselho de Administração; (iv) a capacidade de ajudar e apoiar a administração e de fazer contribuições significativas para o sucesso da Companhia; (v) compreensão das responsabilidades fiduciárias necessárias para um membro do Conselho de Administração; (vi) comprometimento do tempo e energia necessários para cumprir, de forma diligente, as responsabilidades fiduciárias; e (vii) conformidade com quaisquer requisitos legais e normativos, conforme o caso.

As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas com pelo menos 8 dias de antecedência da reunião, e com indicação da data, hora, lugar, ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião.

Sujeito às disposições do nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

Cada conselheiro terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do Conselho de Administração, sendo que as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros presentes em reunião.

### **a. número de reuniões do último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias**

Nos termos do artigo 20 do nosso estatuto social, nosso Conselho de Administração reúne-se pelo menos 6 (seis) vezes a cada ano, de acordo com o calendário anual a ser aprovado pelo Conselho de Administração e, extraordinariamente, sempre que necessário. Reuniões extraordinárias do Conselho podem ser convocadas por meio de uma convocação com 8 dias de antecedência feita pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração.

A tabela abaixo define as datas das reuniões do Conselho de Administração realizadas em 2021.

**12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**

<b>2021</b>	<b>Tipo de reunião</b>
12.02.2021	Ordinária
23.03.2021	Extraordinária
30.03.2021	Extraordinária
22.04.2021	Extraordinária
11.05.2021	Ordinária
26.05.2021	Extraordinária
08.06.2021	Extraordinária
11.06.2021	Extraordinária
18.06.2021	Extraordinária
19.07.2021	Extraordinária
27.07.2021	Ordinária
06.08.2021	Extraordinária
25.08.2021	Extraordinária
01.09.2021	Extraordinária
27.09.2021	Ordinária
15.10.2021	Extraordinária
09.11.2021	Ordinária
30.11.2021	Extraordinária

**b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho**

Não há restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do Conselho de Administração.

**c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesse**

Sob nossa Política de Indicação de Administradores, a existência de potencial conflito de interesse é uma das diretrizes usadas pelo Comitê de Recursos Humanos para examinar qualquer candidato para o cargo de membro do Conselho de Administração.

De acordo com o art. 17 do nosso Estatuto Social e com nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e de Gerenciamento de Conflitos de Interesses, os Conselheiros de Administração que se encontrarem em situação de conflitos de interesse devem informar aos outros membros do Conselho de Administração sobre seu impedimento e ter registrado, nas atas de uma reunião, a natureza e a extensão de seu impedimento.

Ó Código de Conduta da Companhia, aplicável a todos os colaboradores e, inclusive, aos membros da administração, traz um capítulo específico sobre conflito de interesses. Nesse sentido, nos casos em que se entende que existe um potencial conflito, o conflitado deve-se declarar impedido de decidir ou de realizar determinadas atividades, inclusive se retirando de reuniões e se abstendo de tomada de decisões, sempre que o respectivo ato for capaz de gerar um conflito de interesses real ou em potencial. Além disso, a Política de Transações com Partes Relacionadas também traz disposições específicas para o tratamento de situações de conflito de interesses nesse tipo de transação. Assim, em situações em que qualquer Transação com Partes Relacionadas exija aprovação prévia nos termos desta Política, a pessoa envolvida no processo de aprovação, que estiver em uma situação de conflito de interesses pessoais, deverá informar essa situação ao Departamento Jurídico e, se relevante, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário, responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Além disso, nos termos do art. 156 da Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração não podem ter acesso a informações, participar de reuniões do Conselho de Administração ou intervir, de

## 12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA

qualquer forma, em qualquer assunto, negócio ou operações da Companhia com relação aos quais esses Conselheiros tenham ou representem um interesse pessoal conflitante com os interesses da Companhia.

**d. Se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:**

**i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Possuímos uma Política de Indicação de Administradores aprovada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de maio de 2017. Referida política pode ser consultada no nosso website [www.grupocarrefourbrasil.com.br](http://www.grupocarrefourbrasil.com.br) e também nas páginas da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

**ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros**

O Comitê de Recursos Humanos utilizará as diretrizes estabelecidas na nossa Política de Indicação de Administradores para: (i) examinar os candidatos à nomeação como membros do Conselho de Administração; e (ii) avaliar o cumprimento dos requisitos aplicáveis aos candidatos ao cargo de membro independente do Conselho de Administração, conforme estabelece o Regulamento do Novo Mercado.

O processo de indicação dos membros do Conselho de Administração deverá observar as seguintes etapas: (i) o Comitê de Recursos Humanos deverá formular suas recomendações a serem aprovadas pela maioria simples dos votos e então apresentadas ao Conselho de Administração; (ii) após apresentadas as recomendações do Comitê de Recursos Humanos ao Conselho de Administração, os nossos acionistas tomarão a decisão final para definir os candidatos a serem nomeados como membros do Conselho de Administração.

Ao realizar as avaliações previstas na Política de Indicação de Administradores, o Comitê de Recursos Humanos poderá, a seu critério, solicitar o auxílio do nosso departamento de Recursos Humanos.

### *Diretrizes de Avaliação dos candidatos a membro do Conselho de Administração*

O Comitê de Recursos Humanos utilizará as seguintes diretrizes para examinar qualquer indivíduo cuja nomeação como membro do Conselho de Administração seja recomendada:

- (i) o tamanho e a composição atual do Conselho de Administração e suas necessidades; e
- (ii) elementos tais como caráter, integridade, capacidade de julgamento, diversidade de experiência, independência, área de especialização, experiência corporativa, tempo de serviço, possíveis conflitos de interesses e outros compromissos

### *Qualificações Mínimas dos candidatos a membro do Conselho de Administração*

O Comitê de Recursos Humanos considerará as seguintes qualificações mínimas que deverão ser satisfeitas por qualquer candidato a membro do Conselho de Administração:

- (i) a mais elevada ética e integridade pessoal e profissional;
- (ii) realização e competência na área do candidato e a capacidade de exercer sólido julgamento em termos de negócios;
- (iii) competências complementares às dos membros atuais do Conselho de Administração;
- (iv) a capacidade de ajudar e apoiar a administração e de fazer contribuições significativas para o nosso sucesso;

## **12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**

- (v) compreensão das responsabilidades fiduciárias necessárias a um membro do Conselho de Administração;
- (vi) dedicação de tempo e energia necessários ao cumprimento das responsabilidades fiduciárias de forma diligente; e
- (vii) observância de quaisquer requisitos legais e regulatórios, conforme o caso.

### *Avaliação dos membros dos candidatos a membro independente do Conselho de Administração*

O Comitê de Recursos Humanos, conforme suas atribuições, deve realizar uma análise prévia quanto ao cumprimento, pelos candidatos a membro independente do Conselho de Administração aos requisitos previstos no Regulamento do Novo Mercado. Com base na recomendação do Comitê de Recursos Humanos, o Conselho de Administração deve manifestar-se quanto ao cumprimento pelos referidos candidatos aos critérios de independência aplicáveis, manifestação essa que deverá constar na proposta da administração de Assembleia Geral de Acionistas convocada para elegê-los. Por fim, a Assembleia Geral de Acionistas tomará a decisão final quanto ao enquadramento dos candidatos a membros independentes do Conselho de Administração, nos termos do art. 17 do Regulamento do Novo Mercado.

**12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**

De acordo com o artigo 47 do nosso Estatuto Social, a Companhia, nossos acionistas, nossos administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos ou suplentes, quando nomeados, ficam obrigados a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer controvérsia ou litígio que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, especificamente decorrentes das disposições contidas em nosso Estatuto Social, na Lei nº 6.385/76, nas normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas estabelecidas pelo Regulamento do Novo Mercado, pelo Contrato de Participação no Novo Mercado, e pelos demais regulamentos da B3, que deve ser realizada pela Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, em conformidade com o Regulamento de tal Câmara.

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Marco Aparecido de Oliveira	30/01/1970	Pertence apenas à Diretoria	07/02/2023	Três anos	0
068.212.018-97	Administrador de Empresas	19 - Outros Diretores	07/02/2023	Sim	0%
Não exerce outros cargos na Companhia		Diretor Presidente - Atacadão			
Eric Alexandre Alencar		Pertence apenas à Diretoria	31/03/2023	0	1
285.232.758-94	Engenheiro	12 - Diretor de Relações com Investidores	24/04/2023	Sim	0%
Laurent Charles René Vallée	28/02/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	1
000.000.000-00	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
O Sr. Laurent Vallée também exerce a função de Secretário Geral do Grupo Carrefour, assim como é membro do Comitê de Talentos, Cultura e Integração da Companhia.					
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot	14/06/1976	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	1
000.000.000-00	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
A Sra. Elodie Perthuisot também exerce a função de Diretora Executiva de E-commerce, Transformação Digital e Dados do Grupo Carrefour, assim como é membro do Comitê Estratégia e Projetos Transformacionais da Companhia.					
Matthieu Dominique Marie Malige	25/04/1974	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	6
712.152.911-40	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Não	100%
Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e Membro do Comitê de Estratégia, assim como é membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais da Companhia.					

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	28/12/1936	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	8
001.454.918-20	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	13/04/2023	Sim	100%
Exerce também o cargo de Presidente do Comitê de Talentos, Cultura e Integração da Companhia					
Vânia Maria Lima Neves	14/06/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	1
849.481.757-49	Matemática	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
Exerce também o cargo de membro independente do Comitê de Talentos, Cultura e Integração da Companhia.					
Cláudia Almeida e Silva	24/09/1973	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	1
000.000.000-00	Administradora	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
A Sra. Cláudia Almeida e Silva também exerce a função de Diretora Independente e membro dos Comitês de Auditoria e CSR do Grupo Carrefour. É também membro independente do comitê de auditoria estatutária da companhia.					
Eduardo Pongrácz Rossi	08/11/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	8
162.864.248-30	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
Exerce também o cargo de membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais					
Claire Marie Du Payrat	31/10/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	5
000.000.000-00	Especialista em Finanças	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário					
Jérôme Alexis Louis Nanty	20/04/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	4
000.000.000-00	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
Membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais e membro do Comitê de Talentos, Cultura e Integração da Companhia					
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin	21/09/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	0
042.310.558-23	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/04/2023	Sim	93.33%
Presidente do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais da Companhia.					
Alexandre Arie Szapiro	13/11/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	1
153.603.388-06	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/04/2023	Sim	100%
Membro independente do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais da Companhia.					
Alexandre Pierre Alain Bompard	04/10/1972	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	1
000.000.000-00	Administrador de Empresas	20 - Presidente do Conselho de Administração	13/04/2023	Sim	100%
Não exerce outros cargos na Companhia					
Stéphane Samuel Maquaire	01/10/1976	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	13/04/2023	Um ano	2
900.046.978-39	Administrador de empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	13/04/2023	Sim	100%

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
O Sr. Stéphane Maquaire foi eleito para o cargo de Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil em 07.02.2023. Este é seu segundo mandato como Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil.					
Genival Francisco da Silva	18/11/1959	Conselho Fiscal	13/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	0
003.736.268-27	Contador	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/04/2023	Não	0%
Tiago Cury Isaac	16/06/1982	Conselho Fiscal	13/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	0
303.612.048-33	Administrador	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2023	Sim	0%
Márcio Bonfiglioli	11/07/1961	Conselho Fiscal	13/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	0
065.847.078-73	Advogado	46 - C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador	13/04/2023	Sim	0%
Rosana Cristina Avolio	14/07/1981	Conselho Fiscal	13/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	0
090.732.247-64	Economista	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2023	Sim	0%
Alexandre Pedercini Issa	06/03/1982	Conselho Fiscal	13/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	0
054.113.616-05	Administrador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/04/2023	Não	0%
Marcelo Amaral Moraes	10/06/1967	Conselho Fiscal	13/04/2023	Até a AGO a ser realizada em 2024	0
929.390.077-72	Bacharel em Economia	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/04/2023	Sim	0%
<b>Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência</b>					

---

Marco Aparecido de Oliveira - 068.212.018-97

Marco Aparecido de Oliveira é membro de nossa Diretoria desde 19 de novembro de 2014. Tem um mestrado no INSPER (uma das principais escolas de negócios do Brasil). Marco Aparecido de Oliveira iniciou sua carreira no Carrefour em 1996 como analista, depois como Líder de Setor, Gerente de Setor, Diretor de Preços, Diretor Financeiro. Em dezembro de 2014 foi nomeado Diretor Financeiro – Atacadão e, em 09 de maio de 2019, foi nomeado Diretor Vice-Presidente de Operações - Atacadão. Em 06 de agosto de 2021 foi eleito Diretor Presidente da unidade de negócios Atacadão.

---

Eric Alexandre Alencar - 285.232.758-94

O Sr. Eric Alencar tem mais de 20 anos de experiência no mercado brasileiro, tendo acumulado passagens como CFO do Aché Laboratórios Farmacêuticos, do Grupo Oncoclínicas e da Cyrela Brazil Realty. É formado em Engenharia Robótica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e possui MBA pela The Wharton School, University of Pennsylvania.

A adição do Sr. Eric Alencar ao time do Grupo Carrefour Brasil fortalece a capacidade de execução de nossa estratégia de crescimento, tanto orgânico quanto via a integração das operações do Grupo BIG, trazendo extensa experiência na gestão financeira de empresas brasileiras de capital aberto.

---

Laurent Charles René Vallée - 000.000.000-00

Laurent Vallée é formado pela ESSEC Business School, Institut d'études politiques de Paris e École Nationale de l'Administration (ENA).

Ele começou sua carreira no Conseil d'État, Supremo Tribunal Administrativo da França, onde serviu em particular como Comissário do Governo e Conselheiro Constitucional do Secretário Geral do Governo. De 2008 a 2010, Laurent Vallée foi advogado do escritório de advocacia Clifford Chance, antes de ser nomeado Diretor de Assuntos Cíveis do Ministério da Justiça em abril de 2010. Ele foi então Secretário Geral Corporativo do grupo Canal+ de 2013 a 2015. Desde março de 2015, ele atua como Secretário Geral do Conseil Constitutionnel, o conselho constitucional da França. Em 30 de agosto de 2017, Laurent Vallée juntou-se à equipe de Gestão Executiva como Secretário Geral do grupo Carrefour.

---

Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot - 000.000.000-00

Elodie Perthuisot ingressou no Carrefour como Diretora de Marketing em 2018. Ela então ocupou o cargo de Diretora Executiva de E-commerce e Marketing antes de ser nomeada Diretora de E-commerce e Supply Chain de E-commerce da França em 2020. Em março de 2021, ela foi nomeada Diretora Executiva de E-commerce, Transformação Digital e Dados para o grupo Carrefour. Antes de ingressar no Carrefour, Elodie Perthuisot foi Diretora Comercial da Fnac e depois Fnac Darty por cerca de seis anos.

---

Matthieu Dominique Marie Malige - 712.152.911-40

Matthieu Dominique Marie Malige é Presidente do nosso Conselho de Administração e Coordenador do nosso Comitê de Auditoria Estatutário desde 8 de dezembro de 2017 e, desde 26 de setembro de 2019, é membro do nosso Comitê de Estratégia. Matthieu Dominique Marie Malige é graduado pela HEC e pela Ecole des Travaux Publics e possui mestrado pela Master's Degree in Science (UCLA). O Sr. Malige começou sua carreira na Lazard Frères em Paris onde trabalhou como Diretor Assistente de Assuntos Financeiros. De 2003 a 2011, Matthieu Dominique Marie Malige ocupou diferentes cargos no Grupo Carrefour: Diretor de Desenvolvimento e Estratégia, Diretor Financeiro da Bélgica e Diretor Financeiro da França. Em agosto de 2011, Matthieu Dominique Marie Malige foi nomeado como Diretor Financeiro do Grupo Fnac e em 2017, Diretor Financeiro Superintendente do Grupo Carrefour.

---

ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ - 001.454.918-20

Abilio dos Santos Diniz é membro do nosso Conselho de Administração desde 17 de dezembro de 2014. O Sr. Diniz graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Juntamente com seu pai, foi responsável pela criação e desenvolvimento do Grupo Pão de Açúcar, cujo Conselho de Administração presidiu até setembro de 2013. Entre 1979 e 1989, foi membro do Conselho Monetário Nacional Brasileiro. Desde 2010, ministra um curso de Liderança 360º, em parceria com a FGV, para o desenvolvimento de jovens líderes. Atualmente, o Sr. Diniz é presidente da Península Participações, a empresa de investimentos que pertence à sua família.

---

Vânia Maria Lima Neves - 849.481.757-49

Vânia Maria Lima Neves é formada em matemática pela Universidade Federal Fluminense e é pós-graduada em análise de sistemas pela PUC/RJ e administração de telecomunicações pela FGV/RJ. Adicionalmente, Vânia possui MBA pela PUC/RJ.

Com extensa carreira na área de TI, Vânia ocupou diversos cargos de líder sênior de TI, com experiência em liderança global e regional, com ampla atuação em equipes nos EUA, América, Oriente Médio, África, Ásia e Europa, gerenciando a complexidade entre as regiões. Possui vasta experiência em estratégia de TI, Gerenciamento de TI, gerenciamento de programas e projetos multi-países, gerenciamento de portfólio de projetos, aplicação de TI em fusões e aquisições, entre outros. Antes de ingressar no Carrefour, Vânia foi Chief Technology Officer na VALE, além de atuar como conselheira na HSM Management Magazine

---

Cláudia Almeida e Silva - 000.000.000-00

Cláudia Almeida e Silva é sócia gerente da Singularity Capital, um fundo de investimento dedicado a startups, e conselheira dentro da incubadora Startup Lisboa. Ela começou sua carreira em 1997 como consultora na Coopers & Lybrand em Portugal, depois na PricewaterhouseCoopers, onde foi nomeada gerente da prática de Customer Relationship Management (CRM) em 1999. Em 2002, Cláudia Almeida e Silva ingressou no grupo de varejo Conforama em Portugal, onde atuou como Diretora Comercial responsável por Marketing, Supply Chain e Gestão de Produtos. Em 2005, ela ingressou na Fnac, onde se tornou Gerente Geral da subsidiária portuguesa em 2008 e, a partir de 2013, membro do Comitê Executivo do Grupo responsável pela supervisão da Espanha e do Brasil. Ela é formada pela Escola de Negócios e Economia de Lisboa, da qual é atualmente Executiva em Residência. Seu profundo conhecimento do setor inicial e sua experiência no varejo no sul da Europa e no Brasil são ativos valiosos para apoiar o plano de transformação do Grupo, "Carrefour 2022".

---

Eduardo Pongrácz Rossi - 162.864.248-30

Eduardo Pongrácz Rossi é membro do nosso Conselho de Administração desde 17 de dezembro de 2014, membro de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, do nosso Comitê de Recursos Humanos e do nosso Comitê de Estratégia. O Sr. Rossi é administrador de empresas, com dupla graduação em Finanças e Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde foi eleito Representante dos Estudantes do Conselho de Administração. Ele também se formou com menção honrosa no curso de Master Business Administration na Universidade de Columbia (NY). Desde 2010, o Sr. Rossi é integrante da Península Participações, grupo de empresas de investimentos que pertence à família Diniz e, no presente momento, atua como Vice Chairman e Chief Investment Officer (CIO) do Grupo. Possui mais de vinte anos de experiência no mercado financeiro, incluindo a vice-presidência no JP Morgan e no Salomon Smith Barney em Nova Iorque. Ele também é membro associado de duas ONGs: Instituto Península, desde 2010 e Criança Segura, desde 2005.

---

Claire Marie Du Payrat - 000.000.000-00

Claire Marie Du Payrat é membro do nosso Comitê de Auditoria Estatutário desde 25 de julho de 2018, atuando no mesmo como especialista em contabilidade e membro do Conselho de Administração desde 26 de setembro de 2019. Claire Payrat graduou-se pela HEC e no Grupo Savencia foi auditora no período de 1991 a 1993, sendo responsável pelas unidades de negócio na França e nos Estados Unidos, Brasil, Argentina, Espanha, Inglaterra e Bélgica. Em 1997, iniciou na Nestlé França, sendo gerente de controladoria (1997-1999), "Head" Financeiro (1999-2005) e gerente de projetos (2005-2006). Em 2006, iniciou na Sagem Mobiles (Grupo Safran) como "Head" de controle de gestão. Ingressou na Veolia em 2008, tornando-se sua Diretora de Controladoria em 2013. Em maio de 2018, ingressou no Carrefour França como "Head" de controle Financeiro.

---

Jérôme Alexis Louis Nanty - 000.000.000-00

Jérôme Alexis Louis Nanty é membro do nosso Conselho de Administração, Presidente do nosso Comitê de Estratégia e membro do nosso Comitê de Recursos Humanos da Companhia desde 26 de setembro de 2019. Formado no Institut d'études politiques de Paris, possui mestrado em Direito Público. Iniciou sua carreira em 1986 na Société Générale. Em 1989, ingressou no Departamento de Mercados Financeiros do Crédit Lyonnais como Operador de Dívida Pública e, posteriormente, foi nomeado Chefe de Carteira de Emissores de Títulos. Em 1998, ingressou no Departamento de Recursos Humanos como Chefe de Política de Emprego e Relações de Trabalho. Foi Diretor de Relações Trabalhistas do Grupo Crédit Lyonnais no período 2001 a 2004 e ocupou o mesmo cargo em paralelo no Grupo Credit Agricole desde 2003, sendo responsável pelos aspectos sociais da fusão entre o Grupo Crédit Lyonnais e o Crédit Agricole. Foi nomeado Diretor de Recursos Humanos da LCL em 2005 e posteriormente do Grupo Caisse des Dépôts em 2007. Entre 2013 e 2016, foi Secretário Geral do Grupo Transdev e também Presidente do Conselho de Supervisão da SNCM. Em julho de 2016 ingressou no Grupo Air France KLM como Vice – Gerente Geral encarregado da Secretária Geral de Recursos Humanos e o gerenciamento da transformação do Grupo. Ingressou no Grupo Carrefour em outubro de 2017 como Diretor Executivo de Recursos Humanos do Grupo e da França. Desde 01 de julho de 2019, é responsável também no que se refere aos aspectos imobiliários de propriedades do Grupo.

---

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

Patrice Etlin associou-se à Advent International em 1997 como sócio responsável pelos investimentos do fundo no Brasil. Atualmente é Managing Partner, com foco na estratégia global e investimentos da empresa especialmente na América Latina. Antes de ingressar na Advent, foi Sócio-Diretor da International Venture Partners em São Paulo, responsável pelo gerenciamento de um fundo de investimento de mídia e telecomunicações e anteriormente, Representante Geral para o Brasil da Matra Marconi Space. Patrice foi também Presidente do Conselho da Latin American Private Equity & Venture Capital Association (LAVCA) durante seis anos. Patrice possui MBA pelo INSEAD, mestrado em engenharia industrial pela École Centrale de Paris e é formado em engenharia eletrônica pela Universidade de São Paulo.

---

Alexandre Arie Szapiro - 153.603.388-06

Alexandre Arie Szapiro é formado em marketing pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, em 1993. Atualmente é Sócio-Gerente e Presidente do Softbank Group Corp. no Brasil, cargo que possui desde 2021. Foi Vice-Presidente e Gerente Geral da Amazon no Brasil de 2012 a 2021, Gerente Geral da Apple no Brasil de 2007 a 2012, Gerente Geral e Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Palm no Brasil de 2003 a 2007, bem como Gerente Geral Chile e Cone Sul na mesma empresa de 2002 a 2003, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Office Net no Brasil entre 2000 e 2002, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Submarino.com entre 1999 e 2000, Diretor de Vendas e Desenvolvimento de Negócios da Motorola no Brasil entre 1996 e 1999. Foi trainee do Citibank entre 1993 e 1994, e Diretor de Empréstimos Corporativos na mesma empresa entre 1994 e 1996.

---

Alexandre Pierre Alain Bompard - 000.000.000-00

Alexandre Bompard é graduado pelo Institut d'études Politiques de Paris, com diploma em Direito Público e pós-graduação em Economia. Ele também é graduado pela École Nationale de l'Administration (ENA) (classe Cyrano de Bergerac). Após graduar-se na ENA, Alexandre Bompard ingressou na Inspeção Geral de Finanças da França (1999-2002). Ele passou a ser o assessor técnico de François Fillon, então Ministro para Assuntos Sociais, Trabalho e Solidariedade (Abril-dezembro de 2003). De 2004 a 2008, ocupou vários cargos dentro do grupo Canal+, notadamente como Chefe de Gabinete do Presidente Bertrand Méheut (2004-2005) e Diretor de Esportes e Assuntos Públicos (junho de 2005 a junho de 2008). Em junho de 2008, ele foi nomeado Presidente e Diretor Executivo da Europa 1 e da Europa 1 Sport. Em janeiro de 2011, Alexandre Bompard juntou-se ao grupo Fnac, onde foi nomeado Presidente e Diretor Executivo. Em 20 de junho de 2013, ele lançou a IPO da Fnac. No outono de 2015, Fnac ofereceu-se para assumir o grupo Darty e em 20 de julho de 2016 Alexandre Bompard tornou-se Presidente e Diretor Executivo da nova entidade Fnac Darty. Ele é um Chevalier de l'Ordre des Arts et des Lettres (França). Desde 18 de julho de 2017, Alexandre Bompard é Presidente e Diretor-Presidente da Carrefour. Além disso, ele tem presidido a Fundação Carrefour desde 8 de setembro de 2017.

---

Stéphane Samuel Maquaire - 900.046.978-39

O Sr. Stéphane Maquaire está no Grupo Carrefour desde 2019 como Diretor Presidente (CEO) do Grupo Carrefour Argentina, onde liderou com sucesso um plano de transformação, com foco na centralização no cliente e estratégia digital, levando a melhorias significativas no desempenho financeiro da empresa, um aumento substancial na satisfação do cliente e uma consolidação da liderança do Carrefour Argentina. O Sr. Maquaire, possui vasta expertise internacional no segmento de varejo, tendo trabalhado como CEO de empresas como Monoprix, Vivarte e Manor.

---

Genival Francisco da Silva - 003.736.268-27

Mestrando em Agronegócios pela FGV/Esalq. Bacharel em Ciências Contábeis pela PUC/SP. MBA Executivo em administração avançada Harvard Business School Boston/USA, Pós graduação em Política Estratégica USP/SP. Diplomado na Escola Superior de guerra ADESG/SP, Conselheiro Fiscal Certificado IBGC/SP Brasil. Atualmente é Consultor Financeiro e atua na Golfox Serviços Financeiros, implementando governança corporativa em empresas familiares de médio porte, além de atuar na reestruturação organizacional e participar de conselhos fiscais. De 1982 à 1992 atuou na Ernst Young Auditoria e Consultoria. De 1992 e 1994 foi Diretor de controladoria no Banco ABC Roma S.A. De 1994 a 2007 – Atuou na diretoria e presidência do Banco FICSA S.A. Já atuou como membro do conselho fiscal da LAUREATE – Anhembi Morumbi Instituto de Ensino, da Azevedo Travassos Engenharia S.A., da Companhia de gás de São Paulo S.A. – COMGÁS e da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN. Atuou, também, no conselho de administração do Banco da Amazônia S.A.. Atualmente é conselheiro fiscal da São Paulo Turismo

---

Tiago Cury Isaac - 303.612.048-33

Atualmente é membro do Conselho de Administração do Banco do Estado do Sergipe – BANESE, da BBM Logística e Festcolor, além de ser membro suplente do Conselho de Administração da Klabin (suplente). O Sr. Tiago também é, atualmente, membro efetivo do Conselho de Fiscal da Petz e da Hmobi e membro suplente dos Conselhos Fiscais da Zamp (ex-Burger King) e Ômega Energia (desde 2020). Foi membro suplente do Conselho Fiscal da Totvs de 2021 a 2022, além de ter ocupado cargo no Conselho de Administração da DGH Foods, onde também foi CEO (de 2020 a 2022). Foi o responsável pela área de mercado de capitais da B3 na última década, onde liderou as áreas de empresas listadas, IPOs e bancos de investimento. Coordenou a aprovação das regras do atual regulamento em vigor do Novo Mercado, é coautor do Código Brasileiro de Governança Corporativa das Companhias Abertas e de livros na área de Governança Corporativa e IPOs. Foi membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA, conselheiro consultivo da Associação Brasileira de Venture Capital e Private Equity – ABVCAP e do fundo de pensão Mercaprev. É também professor do curso de formação de conselheiros de administração e de comitê de auditoria do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC. Anteriormente teve passagens como executivo da área de Estratégia e M&A da Bunge, além de ter sido consultor da Deloitte.

---

Márcio Bonfiglioli - 065.847.078-73

Márcio é atualmente membro dos Comitês de Auditoria da Caixa Vida e Previdência (desde dezembro/2021) e da Caixa Consórcio (desde outubro/2022), que são joint ventures da francesa CNP Assurances com a Caixa Seguridade. Possui Certificações para Conselheiro de Administração e Membro de Comitê de Auditoria pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Márcio foi Diretor Jurídico do Banco J.P. Morgan no Brasil de outubro/2006 até agosto/2018, e atuou, na sequência, como Senior Legal Advisor até fevereiro/2021. Foram no total 24 anos, em dois períodos (1992-2001 e 2006-2021), gerindo os grupos do Jurídico e de Compliance. Integrou os principais fóruns de governança da instituição e foi ativo aliado de todos os grupos de diversidade e inclusão. Além disso, Márcio contribuiu de forma relevante com as atividades pró-bono do banco, bem como nas decisões de alocação de recursos para entidades no Brasil através da JPMorgan Foundation. Anteriormente, (a) de 2003 a 2006, foi responsável pelo Jurídico e Compliance do Citibank-Brasil, (b) de 2001 a 2003, chefiou os grupos do Jurídico e de Compliance do Bank of America-Brasil, (c) de 1988 a 1992 estruturou e geriu o Jurídico do Banco BBA (atual Banco Itaú-BBA), e (d) de 1982 a 1988 foi estagiário e advogado associado no escritório Pinheiro Neto Advogados. Graduiu-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1983.

Rosana Cristina Avolio - 090.732.247-64

A Sra. Rosana atua há mais de 15 anos no setor petroquímico, e exerceu diversas funções de liderança na área financeira (tesouraria, financiamento de projetos e finanças corporativas). É, atualmente, membro efetivo do Conselho Fiscal da Zamp S.A. Desde 2015, a Sra. Rosana atua como diretora de relações com investidores, planejamento estratégico e inteligência de mercado corporativo na Braskem S.A. Sra. Rosana é graduada em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui Mestrado Profissional em Economia pela Fundação Getúlio Vargas.

Alexandre Pedercini Issa - 054.113.616-05

Outras sociedades ou organizações do terceiro setor: É membro titular do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES, setor bancário (desde 2021). É membro titular do Conselho Fiscal da COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo S.A., setor de distribuição de gás (desde 2020). É membro titular do Conselho Fiscal da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento S.A, setor de saneamento (desde 2020). É membro do Conselho de Administração da São Paulo Turismo S.A., setor de turismo e eventos (desde 2018). Foi membro titular do Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. - BASA, setor bancário (de 2017 a 2021), membro do Conselho Fiscal da Cia. de Saneamento do Estado de São Paulo S.A. – SABESP, setor de saneamento (de 2017 a 2020), e membro titular do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, setor de transmissão de energia elétrica (de 2015 a 2018). Formado em Administração pela Faculdade Milton Campos (2004) e possui MBA – Pós Graduação em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Fumec (2012). Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC na Modalidade CCle. Não possui condenação criminal ou administrativa que o impeça de exercer cargos de administração. Nos últimos 5 anos, não houve qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial desse membro do conselho fiscal da Companhia. Não é pessoa politicamente exposta. É membro independente. Critério de independência: nos termos do artigo 162 da Lei das Sociedades Anônimas.

Marcelo Amaral Moraes - 929.390.077-72

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986-1990), concluiu MBA pela COPPEAD na UFRJ em (1993) e pós-graduação em Direito Societário e Arbitragem pela Fundação Getúlio Vargas em (2003). Ele atua como Membro do Conselho de Administração da CPFL Energia S.A. (desde 2017), onde também é Coordenador do Comitê de Auditoria e Coordenador do Comitê de Partes Relacionadas. O Sr. Moraes também é Membro do Conselho Fiscal da GOL Linhas Aéreas S.A. (desde 2018), Membro do Comitê de Auditoria da Ser Educacional S.A. (desde 2021) e Presidente do Conselho Fiscal da HMOBI S.A. – Metro Rio de Janeiro (desde 2022). Ele foi Presidente do Conselho Fiscal da Vale S.A. (2004-2022), onde também ocupou o cargo de Membro Suplente do Conselho de Administração (2003), Membro do Conselho Fiscal do Linx S.A. (2018-2021), Membro do Conselho Fiscal da Ultrapar S.A. (2019-2021), Presidente do Conselho Fiscal da Aceco TI S.A. (2016-2018), Membro do Conselho de Administração da Eternit S.A. (2016-2018) e Membro Observador do Conselho de Administração da InfinityBio-Energy S.A. (2011-2012). Suas principais experiências profissionais nos últimos anos incluem: (i) Diretor Executivo da Stratus Investimentos Ltda. (2006-2010), gestora de private equity e (ii) Diretor Executivo da Capital Dynamics Investimentos Ltda. (2012-2015), gestora de private equity.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Marco Aparecido de Oliveira - 068.212.018-97

N/A

Eric Alexandre Alencar - 285.232.758-94

N/A

Laurent Charles René Vallée - 000.000.000-00

N/A

Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot - 000.000.000-00

N/A

Matthieu Dominique Marie Malige - 712.152.911-40

N/A

ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ - 001.454.918-20

---

N/A

---

Vânia Maria Lima Neves - 849.481.757-49

---

N/A

---

Cláudia Almeida e Silva - 000.000.000-00

---

N/A

---

Eduardo Pongrácz Rossi - 162.864.248-30

---

N/A

---

Claire Marie Du Payrat - 000.000.000-00

---

N/A

---

Jérôme Alexis Louis Nanty - 000.000.000-00

---

N/A

---

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 042.310.558-23

---

N/A

---

Alexandre Arie Szapiro - 153.603.388-06

---

N/A

---

Alexandre Pierre Alain Bompard - 000.000.000-00

---

N/A

---

Stéphane Samuel Maquaire - 900.046.978-39

---

N/A

---

Genival Francisco da Silva - 003.736.268-27

---

N/A

---

Tiago Cury Isaac - 303.612.048-33

---

N/A

---

Márcio Bonfiglioli - 065.847.078-73

---

N/A

---

Rosana Cristina Avolio - 090.732.247-64

---

N/A

---

Alexandre Pedercini Issa - 054.113.616-05

---

N/A

---

Marcelo Amaral Moraes - 929.390.077-72

---

N/A

**12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
Claire Marie Du Payrat	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	31/10/1968	13/04/2023	Um ano
000.000.000-00		Especialista em Finanças		07/02/2023	2	100%
Matthieu Dominique Marie Malige	Comitê de Auditoria		Membro do Comitê (Efetivo)	25/04/1974	13/04/2023	Um ano
712.152.911-40		Administrador de Empresas		07/02/2023	5	100%
Membro do Conselho de Administração e Membro do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais da Companhia.						
Cláudia Almeida e Silva	Comitê de Auditoria		Outros	24/09/1973	13/04/2023	
000.000.000-00		Administradora	Membro Independente	07/02/2023	1	100%
A Sra. Cláudia Almeida e Silva também exerce a função de Diretora Independente e membro dos Comitês de Auditoria e CSR do Grupo Carrefour, assim como é membro independente do Conselho de Administração da Companhia.						
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	Outros Comitês		Presidente do Comitê	28/12/1936	13/04/2023	Um ano
001.454.918-20	Comitê de Talentos, Cultura e Integração	Administrador de Empresas		07/02/2023	1	100%
Vice-Presidente do Conselho de Administração						
Laurent Charles René Vallée	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/02/1971	13/04/2023	Um ano
000.000.000-00	Comitê de Talentos, Cultura e integração	Advogado		07/02/2023	1	100%
Jérôme Alexis Louis Nanty	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/1961	13/04/2023	Um ano
000.000.000-00	Comitê de Talentos, Cultura e Integração	Administrador de Empresas		07/02/2023	4	100%
Vânia Maria Lima Neves	Outros Comitês		Outros	14/06/1965	13/04/2023	Um ano
849.481.757-49	Comitê de Talentos, Cultura e Integração	Matemática	Membro Independente	07/02/2023	1	100%
Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin	Outros Comitês		Presidente do Comitê	21/09/1963	13/04/2023	Um ano

**12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
<b>Outros cargos/funções exercidas no emissor</b>						
000.000.000-00	Comitê de Estratégia e Comitê de Estretégia e Projetos Transformacionais	Engenheiro		07/02/2023	1	100%
Matthieu Dominique Marie Malige	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	25/04/1974	13/04/2023	Um ano
712.152.911-40	Comitê de Estratégia Projetos Transformacionais	Administrador de Empresas		07/02/2023	5	100%
Stéphane Samuel Maquaire	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/10/1976	13/04/2023	Um ano
900.046.978-39	Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	Administrador de empresas		07/02/2023	1	100%
Diretor Preseidente (CEO) do Grupo Carrefour Brasil						
Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	14/06/1976	13/04/2023	Um ano
000.000.000-00	Comitê de Estratégia e projetos Transformacionais	Administrador		07/02/2023	1	100%
Jérôme Alexis Louis Nanty	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	20/04/1961	13/04/2023	Um ano
000.000.000-00	Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	Administrador de Empresas		07/02/2023	4	100%
Eduardo Pongrácz Rossi	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/11/1971	13/04/2023	Um ano
162.864.248-30	Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	Administrador de Empresas		07/02/2023	8	100%
Alexandre Arie Szapiro	Outros Comitês		Outros	13/11/1970	13/04/2023	Um ano
153.603.388-06	Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais	Administrador	Membro Independente	07/02/2023	1	100%

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Claire Marie Du Payrat - 000.000.000-00

Claire Marie Du Payrat é membro do nosso Comitê de Auditoria Estatutário desde 25 de julho de 2018, atuando no mesmo como especialista em contabilidade e membro do Conselho de Administração desde 26 de setembro de 2019. Claire Payrat graduou-se pela HEC e no Grupo Savencia foi auditora no período de 1991 a 1993, sendo responsável pelas unidades de negócio na França e nos Estados Unidos, Brasil, Argentina, Espanha, Inglaterra e Bélgica. Em 1997, iniciou na Nestle França, sendo gerente de controladoria (1997-1999), "Head" Financeiro (1999-2005) e gerente de projetos (2005-2006). Em 2006, iniciou na Sagem Mobiles (Grupo Safran) como "Head" de controle de gestão. Ingressou na Veolia em 2008, tornando-se sua Diretora de Controladoria em 2013. Em maio de 2018, ingressou no Carrefour França como "Head" de controle Financeiro.

---

Matthieu Dominique Marie Malige - 712.152.911-40

---

Matthieu Dominique Marie Malige - 712.152.911-40

Matthieu Dominique Marie Malige é Presidente do nosso Conselho de Administração e Coordenador do nosso Comitê de Auditoria Estatutário desde 8 de dezembro de 2017 e, desde 26 de setembro de 2019, é membro do nosso Comitê de Estratégia. Matthieu Dominique Marie Malige é graduado pela HEC e pela Ecole des Travaux Publics e possui mestrado pela Master's Degree in Science (UCLA). O Sr. Malige começou sua carreira na Lazard Frères em Paris onde trabalhou como Diretor Assistente de Assuntos Financeiros. De 2003 a 2011, Matthieu Dominique Marie Malige ocupou diferentes cargos no Grupo Carrefour: Diretor de Desenvolvimento e Estratégia, Diretor Financeiro da Bélgica e Diretor Financeiro da França. Em agosto de 2011, Matthieu Dominique Marie Malige foi nomeado como Diretor Financeiro do Grupo Fnac e em 2017, Diretor Financeiro Superintendente do Grupo Carrefour.

---

Cláudia Almeida e Silva - 000.000.000-00

Cláudia Almeida e Silva é sócia gerente da Singularity Capital, um fundo de investimento dedicado a startups, e conselheira dentro da incubadora Startup Lisboa. Ela começou sua carreira em 1997 como consultora na Coopers & Lybrand em Portugal, depois na PricewaterhouseCoopers, onde foi nomeada gerente da prática de Customer Relationship Management (CRM) em 1999. Em 2002, Cláudia Almeida e Silva ingressou no grupo de varejo Conforama em Portugal, onde atuou como Diretora Comercial responsável por Marketing, Supply Chain e Gestão de Produtos. Em 2005, ela ingressou na Fnac, onde se tornou Gerente Geral da subsidiária portuguesa em 2008 e, a partir de 2013, membro do Comitê Executivo do Grupo responsável pela supervisão da Espanha e do Brasil. Ela é formada pela Escola de Negócios e Economia de Lisboa, da qual é atualmente Executiva em Residência. Seu profundo conhecimento do setor inicial e sua experiência no varejo no sul da Europa e no Brasil são ativos valiosos para apoiar o plano de transformação do Grupo, "Carrefour 2022".

---

ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ - 001.454.918-20

Abilio dos Santos Diniz é membro do nosso Conselho de Administração desde 17 de dezembro de 2014. O Sr. Diniz graduou-se em administração de empresas na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Juntamente com seu pai, foi responsável pela criação e desenvolvimento do Grupo Pão de Açúcar, cujo Conselho de Administração presidiu até setembro de 2013. Entre 1979 e 1989, foi membro do Conselho Monetário Nacional Brasileiro. Desde 2010, ministra um curso de Liderança 360º, em parceria com a FGV, para o desenvolvimento de jovens líderes. Atualmente, o Sr. Diniz é presidente da Península Participações, a empresa de investimentos que pertence à sua família.

---

Laurent Charles René Vallée - 000.000.000-00

Laurent Vallée é formado pela ESSEC Business School, Institut d'études politiques de Paris e École Nationale de l'Administration (ENA).

Ele começou sua carreira no Conseil d'État, Supremo Tribunal Administrativo da França, onde serviu em particular como Comissário do Governo e Conselheiro Constitucional do Secretário Geral do Governo. De 2008 a 2010, Laurent Vallée foi

advogado do escritório de advocacia Clifford Chance, antes de ser nomeado Diretor de Assuntos Cíveis do Ministério da Justiça em abril de 2010. Ele foi então Secretário Geral Corporativo do grupo Canal+ de 2013 a 2015. Desde março de 2015, ele

atua como Secretário Geral do Conseil Constitutionnel, o conselho constitucional da França. Em 30 de agosto de 2017, Laurent Vallée juntou-se à equipe de Gestão Executiva como Secretário Geral do grupo Carrefour.

---

Jérôme Alexis Louis Nanty - 000.000.000-00

---

Jérôme Alexis Louis Nanty - 000.000.000-00

Jérôme Alexis Louis Nanty é membro do nosso Conselho de Administração, Presidente do nosso Comitê de Estratégia e membro do nosso Comitê de Recursos Humanos da Companhia desde 26 de setembro de 2019. Formado no Institut d'études politiques de Paris, possui mestrado em Direito Público. Iniciou sua carreira em 1986 na Société Générale. Em 1989, ingressou no Departamento de Mercados Financeiros do Crédit Lyonnais como Operador de Dívida Pública e, posteriormente, foi nomeado Chefe de Carteira de Emissores de Títulos. Em 1998, ingressou no Departamento de Recursos Humanos como Chefe de Política de Emprego e Relações de Trabalho. Foi Diretor de Relações Trabalhistas do Grupo Crédit Lyonnais no período 2001 a 2004 e ocupou o mesmo cargo em paralelo no Grupo Crédit Agricole desde 2003, sendo responsável pelos aspectos sociais da fusão entre o Grupo Crédit Lyonnais e o Crédit Agricole. Foi nomeado Diretor de Recursos Humanos da LCL em 2005 e posteriormente do Grupo Caisse des Dépôts em 2007. Entre 2013 e 2016, foi Secretário Geral do Grupo Transdev e também Presidente do Conselho de Supervisão da SNCM. Em julho de 2016 ingressou no Grupo Air France KLM como Vice – Gerente Geral encarregado da Secretária Geral de Recursos Humanos e o gerenciamento da transformação do Grupo. Ingressou no Grupo Carrefour em outubro de 2017 como Diretor Executivo de Recursos Humanos do Grupo e da França. Desde 01 de julho de 2019, é responsável também no que se refere aos aspectos imobiliários de propriedades do Grupo.

---

Vânia Maria Lima Neves - 849.481.757-49

Vânia Maria Lima Neves é formada em matemática pela Universidade Federal Fluminense e é pós-graduada em análise de sistemas pela PUC/RJ e administração de telecomunicações pela FGV/RJ.

Adicionalmente, Vânia possui MBA pela PUC/RJ.

Com extensa carreira na área de TI, Vânia ocupou diversos cargos de líder sênior de TI, com experiência em liderança global e regional, com ampla atuação em equipes nos EUA, América, Oriente Médio, África, Ásia e Europa, gerenciando a

complexidade entre as regiões. Possui vasta experiência em estratégia de TI, Gerenciamento de TI, gerenciamento de programas e projetos multi-países, gerenciamento de portfólio de projetos, aplicação

gerenciamento de serviços, integração de TI em fusões e aquisições, entre outros. Antes de ingressar no Carrefour, Vânia foi Chief Technology Officer na VALE, além de atuar como conselheira na HSM Management Magazine

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 000.000.000-00

Patrice Etlin associou-se à Advent International em 1997 como sócio responsável pelos investimentos do fundo no Brasil. Atualmente é Managing Partner, com foco na estratégia global e investimentos da empresa especialmente na América Latina. Antes de ingressar na Advent, foi Sócio-Diretor da International Venture Partners em São Paulo, responsável pelo gerenciamento de um fundo de investimento de mídia e telecomunicações e anteriormente, Representante Geral para o Brasil da Matra Marconi Space. Patrice foi também Presidente do Conselho da Latin American Private Equity & Venture Capital Association (LAVCA) durante seis anos. Patrice possui MBA pelo INSEAD, mestrado em engenharia industrial pela École Centrale de Paris e é formado em engenharia eletrônica pela Universidade de São Paulo.

Stéphane Samuel Maquaire - 900.046.978-39

O Sr. Stéphane Maquaire está no Grupo Carrefour desde 2019 como Diretor Presidente (CEO) do Grupo Carrefour Argentina, onde liderou com sucesso um plano de transformação, com foco na centralização no cliente e estratégia digital, levando a melhorias significativas no desempenho financeiro da empresa, um aumento substancial na satisfação do cliente e uma consolidação da liderança do Carrefour Argentina. O Sr. Maquaire, possui vasta expertise internacional no segmento de varejo, tendo trabalhado como CEO de empresas como Monoprix, Vivarte e Manor.

Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot - 000.000.000-00

Elodie Perthuisot ingressou no Carrefour como Diretora de Marketing em 2018. Ela então ocupou o cargo de Diretora Executiva de E-commerce e Marketing antes de ser nomeada Diretora de E-commerce e Supply Chain de E-commerce da França

em 2020. Em março de 2021, ela foi nomeada Diretora Executiva de E-commerce, Transformação Digital e Dados para o grupo Carrefour. Antes de ingressar no Carrefour, Elodie Perthuisot foi Diretora Comercial da Fnac e depois Fnac Darty por cerca de seis anos.

Eduardo Pongrácz Rossi - 162.864.248-30

Eduardo Pongrácz Rossi é membro do nosso Conselho de Administração desde 17 de dezembro de 2014, membro de nosso Comitê de Auditoria Estatutário, do nosso Comitê de Recursos Humanos e do nosso Comitê de Estratégia. O Sr. Rossi é administrador de empresas, com dupla graduação em Finanças e Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde foi eleito Representante dos Estudantes do Conselho de Administração. Ele também se formou com menção honrosa no curso de Master Business Administration na Universidade de Columbia (NY). Desde 2010, o Sr. Rossi é integrante da Península Participações, grupo de empresas de investimentos que pertence à família Diniz e, no presente momento, atua como Vice Chairman e Chief Investment Officer (CIO) do Grupo. Possui mais de vinte anos de experiência no mercado financeiro, incluindo a vice-presidência no JP Morgan e no Salomon Smith Barney em Nova Iorque. Ele também é membro associado de duas ONGs: Instituto Península, desde 2010 e Criança Segura, desde 2005.

Alexandre Arie Szapiro - 153.603.388-06

Alexandre Arie Szapiro é formado em marketing pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP, em 1993. Atualmente é Sócio-Gerente e Presidente do Softbank Group Corp. no Brasil, cargo que possui desde 2021. Foi Vice-Presidente e Gerente Geral da Amazon no Brasil de 2012 a 2021, Gerente Geral da Apple no Brasil de 2007 a 2012, Gerente Geral e Vice-Presidente de Marketing e Vendas da Palm no Brasil de 2003 a 2007, bem como Gerente Geral Chile e Cone Sul na mesma empresa de 2002 a 2003, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Office Net no Brasil entre 2000 e 2002, Diretor de Desenvolvimento de Negócios da Submarino.com entre 1999 e 2000, Diretor de Vendas e Desenvolvimento de Negócios da Motorola no Brasil entre 1996 e 1999. Foi trainee do Citibank entre 1993 e 1994, e Diretor de Empréstimos Corporativos na mesma empresa entre 1994 e 1996.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Claire Marie Du Payrat - 000.000.000-00	
---	--

N/A

Declara que não possui na República Federativa do Brasil: (a) qualquer condenação criminal; (b) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (c) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

---

Matthieu Dominique Marie Malige - 712.152.911-40

---

Matthieu Dominique Marie Malige - 712.152.911-40

---

Cláudia Almeida e Silva - 000.000.000-00

---

ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ - 001.454.918-20

---

Laurent Charles René Vallée - 000.000.000-00

---

Jérôme Alexis Louis Nanty - 000.000.000-00

---

Jérôme Alexis Louis Nanty - 000.000.000-00

---

Vânia Maria Lima Neves - 849.481.757-49

---

Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin - 000.000.000-00

---

Stéphane Samuel Maquaire - 900.046.978-39

---

Elodie Vanessa Ziegler Perthuisot - 000.000.000-00

---

Eduardo Pongrácz Rossi - 162.864.248-30

---

Alexandre Arie Szapiro - 153.603.388-06

## **12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas aos administradores da Companhia, controladas e acionistas controladores.

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

**Exercício Social 31/12/2021****Administrador do Emissor**

Matthieu Dominique Marie Malige	712.152.911-40	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Estratégia			

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Não aplicável			

**Observação**

Matthieu Dominique Marie Malige é também Diretor Financeiro Superintendente do Grupo Carrefour

**Administrador do Emissor**

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac		Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Auditoria Estatutário			

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Não aplicável			

**Observação**

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac é também Group General Counsel do Grupo Carrefour

**Administrador do Emissor**

Claire Marie Du Payrat		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário			

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Não aplicável			

**Observação**

Claire Marie Du Payrat é também Diretora Executiva do Controle Financeiro e Eficiência Operacional do Grupo Carrefour

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Jérôme Alexis Louis Nanty		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Estratégia			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Não aplicável			
<b>Observação</b>			
Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos do Grupo Carrefour e da França			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	001.454.918-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Membro do Conselho de Administração			
<b>Observação</b>			
Não aplicável			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Stéphane Samuel Maquaire	900.046.978-39	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil e Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Sem mandato no Carrefour S.A.			
<b>Observação</b>			
Stéphane Samuel Maquaire é Diretor Executivo América Latina do Grupo Carrefour S.A			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Marc-Oliver Pierre Jean François Rochu		Subordinação	Controlador Direto

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Não aplicável			
<b>Observação</b>			
Marc-Oliver Pierre Jean François Rochu é Co-Diretor de Fusões e Aquisições do Grupo Carrefour.			

**Exercício Social 31/12/2020****Administrador do Emissor**

Matthieu Dominique Marie Malige	712.152.911-40	Subordinação	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Estratégia			

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Nenhum mandato.			

**Observação**

Matthieu Dominique Marie Malige é também Diretor Financeiro Superintendente do Grupo Carrefour.

**Administrador do Emissor**

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac		Subordinação	Controlador Direto
Vice-Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê de Recursos Humanos e membro do Comitê de Auditoria Estatutário.			

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
----------------	--------------------	--	--

**Observação**

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac é também Group General Counsel do Grupo Carrefour.

**Administrador do Emissor**

Clarie Marie Du Payrat	000.000.000-00	Subordinação	Controlador Direto
------------------------	----------------	--------------	--------------------

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário.			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Nenhum mandato			
<b>Observação</b>			
Clarie Marie Du Payrat é também Diretora Executiva do Controle Financeiro e Eficiência Operacional do Grupo Carrefour.			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Jérôme Alexis Louis Nanty		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Estratégia.			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Nenhum mandato.			
<b>Observação</b>			
Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos do Grupo Carrefour e da França.			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	001.454.918-20	Subordinação	Controlador Indireto
Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Membro do Conselho de Administração			
<b>Observação</b>			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Noël Frédéric Georges Prioux	711.610.951-01	Subordinação	Controlador Direto
Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil e Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
---------------	----------	---	----------------------------

Sem mandato no Carrefour S.A.

**Observação**

Noël Frédéric Georges Prioux é Diretor Executivo América Latina do Grupo Carrefour

**Administrador do Emissor**

Marc-Olivier Pierre Jean François Rochu

Subordinação

Controlador Direto

Membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Estratégia

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.

05.720.151/0001-38

Sem mandato

**Observação**

Marc-Olivier Pierre Jean François Rochu é Co-Diretor de Fusões e Aquisições do Grupo Carrefour

**Exercício Social 31/12/2019****Administrador do Emissor**

Matthieu Dominique Marie Malige

712.152.911-40

Subordinação

Controlador Direto

Presidente do Conselho de Administração, Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Estratégia

**Pessoa Relacionada**

Carrefour S.A.

05.720.151/0001-38

Nenhum mandato

**Observação**

Matthieu Dominique Marie Malige é também Diretor Financeiro Superintendente do Grupo Carrefour

**Administrador do Emissor**

Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac

Subordinação

Controlador Direto

Vice-Presidente do Conselho de Administração e membro do Comitê de Recursos Humanos

**Pessoa Relacionada**

Carrefour Nederland B.V.

05.720.868/0001-80

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<b>Cargo/Função</b>			
Presidente do Conselho Fiscal do Carrefour Nederland B.V.			
<b>Observação</b>			
Edouard Balthazard Bertrand de Chavagnac é também Group General Counsel do Grupo Carrefour			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Clarie Marie Du Payrat	000.000.000-00	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Nenhum mandato			
<b>Observação</b>			
Clarie Marie Du Payrat é também Diretora Executiva de Controle Financeiro e Eficiência Operacional do Grupo Carrefour			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
Jérôme Alexis Louis Nanty		Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração, do Comitê de Recursos Humanos e do Comitê de Estratégia			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Nenhum mandato			
<b>Observação</b>			
Jérôme Alexis Louis Nanty também é Diretor Executivo de Recursos Humanos e Ativos do Grupo Carrefour e da França			
-----			
<b>Administrador do Emissor</b>			
ABÍLIO DOS SANTOS DINIZ	001.454.918-20	Subordinação	Controlador Direto
Membro do Conselho de Administração			
<b>Pessoa Relacionada</b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
Membro do Conselho de Administração			
<b>Observação</b>			

**12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<b><u>Administrador do Emissor</u></b>			
Noël Frédéric Georges Prioux Diretor Presidente – Grupo Carrefour Brasil e Membro do Conselho de Administração	711.610.951-01	Subordinação	Controlador Direto
<b><u>Pessoa Relacionada</u></b>			
Carrefour S.A.	05.720.151/0001-38		
<b><u>Observação</u></b>			
Noël Frédéric Georges Prioux é Diretor Executivo América Latina do Comitê Executivo Grupo			

## **12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**

Atualmente, somos cobertos por apólices de seguro D&O, que já contempla cobertura no âmbito de mercado de capitais, sendo uma de 1º risco de R\$ 50 milhões contratada com as seguradoras AIG e HDI, sendo 50% deste valor para cada seguradora, e outra de 2º risco excesso de R\$ 50 milhões contratada com a seguradora Tokio Marine, pela qual nossos administradores se beneficiam de uma cobertura de seguro por responsabilidade de gestão. O seguro D&O tem vigência de 1 (um) ano com previsão de renovação anual.

O objetivo do seguro é o de indenizar os administradores em caso de condenações decorrentes de atos ou fatos que ocorreram como parte do desempenho das suas funções, exceto nos casos de dolo.

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 14 de abril de 2020, foi aprovada a alteração do artigo 18 do estatuto social da Companhia para possibilitar a celebração de contratos de indenidade entre a Companhia abertas e seus administradores, membros de comitês e outros beneficiários. Tal aprovação foi realizada em linha com os entendimentos manifestados pela CVM no Parecer Orientação nº 38, de 25 de setembro de 2018.

Em linha com as diretrizes estabelecidas pela Autarquia, a nova redação proposta para o referido dispositivo prevê (i) determinadas excludentes da obrigação do pagamento de indenização pela Companhia, caso sejam verificados padrões de conduta ilegal dos respectivos beneficiários; e (ii) que a Companhia e os respectivos beneficiários deverão celebrar um contrato de indenidade padrão, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.

**12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm****Práticas da Companhia em relação às Assembleias (últimos três anos)**

<b>Assembleia geral</b>	<b>Data</b>	<b>Segunda chamada de instalação</b>	<b>Quórum de instalação</b>
AGOE	16/04/2019	Não	93,66% para AGO 93,85 para AGE
AGOE	14/04/2020	Não	92,94% para AGO 94,36% para AGE
AGOE	13/04/2021	Não	91,51% para a AGO 92,16% para a AGE
AGE	22/12/2021	Não	87,55%

**Práticas da Companhia em relação a avaliação do Conselho de Administração, dos Comitês, da Diretoria e dos membros de cada um dos referidos órgãos**

Conforme descrito no item 12.1 deste Formulário de Referência, desde o início de 2022, temos um processo de avaliação dos membros do Conselho de Administração, de seus Comitês de Assessoramento e da Diretoria. O processo de avaliação é de responsabilidade do Comitê de Recursos Humanos e do presidente do Conselho de Administração, e se dá através do preenchimento de formulários específicos direcionados a cada um dos órgãos.

Nosso Comitê de Recursos Humanos, composto por 4 membros do Conselho de Administração, é o órgão competente para revisão dos critérios de avaliação do desempenho da Diretoria e por definir a remuneração individual com base em tal avaliação.

A remuneração variável de curto prazo, conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência, (ex. participação nos lucros), é baseada no atingimento de indicadores de desempenho: (i) avaliações de desempenho individual, com base em fatores adequados para as atribuições de cada cargo (ex. hierarquia do cargo); e (ii) nossos principais indicadores coletivos de desempenho, além de um conjunto de indicadores individuais.

**Programas de treinamento de membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, da Diretoria e do Conselho Fiscal**

Atualmente não temos programas de treinamento direcionados especificamente aos membros de nosso Conselho de Administração, seus Comitês ou à Diretoria. Nossos diretores estatutários participam de cursos e programas de treinamento direcionados aos executivos em geral.

**Práticas da Companhia em relação reuniões do Conselho de Administração e de seus Comitês.**

Nos termos do art. 20, § 1º, de nosso Estatuto Social, as convocações para as reuniões do Conselho de Administração devem ser enviadas a cada membro do Conselho de Administração com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da reunião e com ordem do dia detalhada e documentos a serem discutidos naquela reunião, de forma que os conselheiros possam analisar as matérias antes das reuniões.

No caso dos Comitês do Conselho de Administração, os regimentos internos estabelecem que as convocações devem ser enviadas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência da reunião, especificando o horário, local e incluindo a ordem do dia detalhada e a documentação necessária e correlata à ordem do dia, também com a finalidade de permitir a análise das matérias antes das reuniões.

**Novo Mercado:**

## 12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm

Em 2000, a B3 SA– Brasil, Bolsa,Balcão (“B3”) introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira.

À época do nosso IPO, o Regulamento de Listagem do Novo Mercado então vigente determinava que o percentual mínimo de ações em circulação que uma companhia precisava manter a fim de ser listada no Novo Mercado deveria ser pelo menos 25% do capital social total, durante todo o período em que seus valores mobiliários estivessem listados para negociação (diversamente do Regulamento do Novo Mercado atual que prevê determinadas exceções).

Em 8 de maio de 2017, antecipando a regra prevista no atual Regulamento do Novo Mercado, a B3 nos concedeu uma dispensa do percentual mínimo de 25% de ações em circulação e nos autorizou a manter em circulação um mínimo de 15% de nosso capital social, desde que observadas certas disposições relativas a:

- (a) ao volume financeiro das ações em circulação após a oferta de, pelo menos R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais); e
- (b) ao volume financeiro médio diário de negociação (ADTV) mínimo das ações de emissão de nossa Companhia, igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), verificado mensalmente, e considerando um período de 12 (doze) meses, após os 18 (dezoito) meses contados da realização da oferta inicial de distribuição de nossas ações.

Caso, em qualquer período de 12 (doze meses), verificado mensalmente, a partir do final do 30º (trigésimo) mês contado da realização da oferta inicial de ações, seja identificado o desenquadramento da média do ADTV de ações de emissão da Companhia, a manutenção de uma porcentagem das ações em circulação superior a 15% permanecerá automaticamente autorizada por um período de 18 (dezoito) meses, a contar do desenquadramento. Ao final do 18º (décimo oitavo) mês contado do desenquadramento, o percentual de ações em circulação deverá corresponder a:

- (a) 25% de nosso capital social; ou
- (b) 15% de nosso capital social, caso a média do ADTV das nossas ações, considerados os negócios realizados nos 12 (doze) meses anteriores, atinja o patamar de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), consistentemente durante 6 (seis) meses consecutivos.

O não cumprimento do percentual de ações em circulação, observadas as regras acima, sujeitará a Companhia e seus acionistas controladores às sanções previstas no Regulamento do Novo Mercado.

A dispensa também foi condicionada ao cumprimento, pela nossa Companhia, do compromisso de determinadas práticas de governança corporativa que posteriormente passaram a ser exigências do atual Regulamento do Novo Mercado.

### **Outras informações relevantes referentes aos itens 12.5/6 e 12.7/8**

- No âmbito de um processo iniciado contra diversos ex-diretores e ex-conselheiros de uma sociedade com sede da Itália, no qual se discute alegada acusação de fraude em declaração de falência, e que não envolve ou tem qualquer relação com sua atuação na Companhia e/ou sociedades pertencentes ao

**12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**

grupo da Companhia, o Sr. Matthieu Malige foi considerado responsável, na qualidade de membro do conselho de administração e em conjunto com outros réus no processo, por decisão de primeira instância proferida pela autoridade competente na Itália, em Fevereiro de 2020. O Sr. Matthieu Malige apresentou recurso contra referida decisão, que considera infundada, e a qual ainda não produz efeitos, aguardando-se respectiva decisão.

- Os membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração (Comitês de Auditoria Estatutário, de Estratégia e Projetos Transformacionais e de Talentos, Cultura e Integração) foram eleitos e não tomaram posse, estando a posse condicionada à eleição do novo Conselho de Administração da Companhia.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

Este item 13 descreve as práticas da Companhia com relação à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários, Diretores não Estatutários e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração. Os membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado, terão sua remuneração determinada pela Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com a legislação aplicável.

**(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Em 19 de maio de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Remuneração da Administração, aplicável aos membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários, e membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração da Companhia. Referida política pode ser consultada no *website* da Companhia (<https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/>) e nos *websites* da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)).

A política visa alinhar a remuneração com o interesse dos acionistas em ter uma companhia com rentabilidade sustentável, maximizar o desempenho sustentável, atrair e reter os melhores talentos e pôr em prática um projeto de remuneração claro e transparente.

A Companhia visa remunerar adequadamente as competências e responsabilidades de seus profissionais, por meio de práticas de remuneração destinadas a desenvolver valores individuais e coletivos. As práticas de remuneração visam alinhar os objetivos da Companhia com a produtividade e eficiência de seus Administradores e equipe de colaboradores, mantendo sua competitividade no mercado em que atuam.

**(b) Composição da remuneração**

**(i) Descrição dos elementos da remuneração e seus objetivos**

**Conselho de Administração:** A atual remuneração do Conselho de Administração é composta apenas por uma remuneração fixa (remuneração-base), paga mensalmente, doze vezes ao ano exclusivamente aos membros independentes do Conselho de Administração. Esta remuneração visa a remunerar os membros independentes do Conselho de Administração pelos serviços prestados em conformidade com as condições gerais do mercado. Os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia têm direito a uma remuneração determinada pelo próprio Conselho de Administração, dentro do valor máximo aprovado pelos acionistas da Companhia.

Os membros do Conselho de Administração e os membros dos comitês que pertençam ao quadro de executivos da controladora não recebem nenhuma remuneração adicional à sua remuneração como executivos. Os únicos membros do Conselho de Administração que recebem remuneração fixa são os conselheiros independentes, conforme mencionado no item 13.2. deste Formulário de Referência. Os demais membros do Conselho de Administração e Comitês poderão ter o direito a receber remuneração, a exclusivo critério do Conselho de Administração.

**Diretoria Estatutária:** A atual remuneração dos Diretores Estatutários da Companhia é composta por:

- Remuneração fixa: salário-base, pago mensalmente, treze vezes ao ano (mais um adicional de férias de um terço do salário mensal), alinhado com as práticas de mercado. O salário-base visa a remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado, visando definir níveis adequados para os cargos e respectivas responsabilidades de cada Diretor Estatutário desempenhadas na Companhia.
- Pacote de benefícios, incluindo plano médico e odontológico, seguro de vida, plano de previdência, refeições, carro executivo (verba), desconto em produtos nas lojas da Companhia. O objetivo é oferecer um pacote de benefícios atrativo e adequado às condições gerais do mercado. Para aqueles que trabalham como expatriados, o pacote de benefícios inclui benefícios adicionais, tais como subsídios de moradia, subsídios escolares para filhos, subsídios para viagens, etc. Os benefícios adicionais oferecidos também estão alinhados com as práticas de mercado;

### 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

- Remuneração variável por meio de um plano de incentivo de curto prazo anual, com o objetivo de alinhar os interesses dos Diretores Estatutários aos dos acionistas da Companhia, considerando uma combinação de metas corporativas, empresariais e individuais. Esse plano se baseia na Legislação sobre Participação nos Lucros ou Resultados — Lei nº 10.101, datada de 19 de dezembro de 2000. A remuneração variável deve ser direcionada, principalmente, pela capacidade financeira e pela estratégia da Companhia; e
- Incentivo de longo prazo, que busca reforçar o compromisso com as estratégias corporativas da Companhia e têm por objetivo reter os melhores executivos selecionados por meio da oferta de um pacote de remuneração competitivo, adicionando uma remuneração de longo prazo aos incentivos de curto prazo, de acordo com as práticas do mercado brasileiro. Esse incentivo de longo prazo é aplicável a alguns executivos selecionados e engloba um plano de opções de compra de ações e outro plano de opções de compra de ações e ações restritas, conforme abaixo:
  - Um plano pré-IPO, aprovado na assembleia geral realizada em 21 de março de 2017 e ratificado em 19 de maio de 2017 e em 26 de junho de 2017, consistindo em outorga única, conforme descrito no item 13.4 abaixo. O objetivo específico deste plano é compensar os esforços dos principais executivos da Companhia para o lançamento e implementação do IPO; e
  - Um plano regular, aprovado na assembleia geral realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em programas de outorgas anuais, a serem aprovadas pelo Conselho de Administração, conforme descrito no item 13.4 abaixo.

**Diretores não Estatutários:** A remuneração dos Diretores não Estatutários é composta por:

- Remuneração fixa: salário-base, pago mensalmente, até treze vezes ao ano (podendo ter mais um adicional de férias de um terço do salário mensal), alinhado com as práticas de mercado. O salário-base visa a remunerar os serviços prestados, em conformidade com as condições gerais do mercado, visando definir níveis adequados para os cargos e respectivas responsabilidades;
- Pacote de benefícios, incluindo plano médico e odontológico, seguro de vida, plano de previdência, refeições, carro executivo (podendo ser verba ou alugado) e desconto em produtos das lojas da Companhia. O objetivo é oferecer um pacote de benefícios atrativo, adequado às condições gerais do mercado. Para aqueles que trabalham como expatriados, o pacote de benefícios pode também incluir benefícios adicionais, tais como subsídios de moradia, subsídios escolares para filhos, subsídios para viagens, etc; estes benefícios oferecidos também estão alinhados com as práticas de mercado;
- Remuneração variável por meio de um plano de incentivo de curto prazo anual, com o objetivo de alinhar os interesses dos Diretores não Estatutários dos acionistas da Companhia, considerando uma combinação de metas corporativas, empresariais e individuais. Esse plano se baseia na Legislação sobre Participação nos Lucros ou Resultados — Lei nº 10.101, datada de 19 de dezembro de 2000. A finalidade da remuneração variável é alinhar as ações dos Diretores não Estatutários aos objetivos estratégicos da Companhia, refletindo a lucratividade e a situação financeira da Companhia; e
- Para alguns Diretores não Estatutários selecionados, incentivo de longo prazo, com base na outorga de ações restritas ou de opções de compra de ações da Companhia. O incentivo de longo prazo busca reforçar o compromisso dos Diretores não Estatutários às estratégias corporativas da Companhia e têm por objetivo reter os melhores executivos selecionados por meio da oferta de um pacote de remuneração competitivo, adicionando uma remuneração de longo prazo aos incentivos de curto prazo, de acordo com as práticas do mercado brasileiro. Esse incentivo de longo prazo é aplicável a alguns executivos selecionados e engloba um plano de opções de compra de ações e ações restritas, conforme descritos acima e sempre aprovados pelo Conselho de Administração.

**Conselho Fiscal:** Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui um Conselho Fiscal instalado e nenhuma política de remuneração específica para os seus membros. A remuneração dos membros

### 13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração

do Conselho Fiscal deverá ser determinada em assembleia geral de acionistas, quando aplicável, em conformidade com as disposições legais pertinentes.

**Membros de Comitês:** Os membros dos Comitês da Companhia poderão ter direito a uma remuneração, especificamente com relação aos serviços prestados na qualidade de membros de comitês, a ser determinado pelo Conselho de Administração, dentro do valor máximo aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

#### (ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na remuneração total

As porcentagens médias de cada componente da remuneração em 2019, 2020 e 2021 são demonstradas nas tabelas a seguir:

2021	Salário	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração de curto prazo (participação nos lucros)	Remuneração variável de longo prazo	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários	41,34%	0,00%	4,47%	35,23%	18,96%	100,00%
Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2020	Salário	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração de curto prazo (participação nos lucros)	Remuneração variável de longo prazo	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários	36,59%	0,00%	6,06%	42,64%	14,72%	100,00%
Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

2019	Salário	Participação em Comitês	Benefícios	Remuneração de curto prazo (participação nos lucros)	Remuneração variável de longo prazo	Total
Conselho de Administração	100%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%
Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários	37,56%	0,00%	4,87%	40,05%	17,53%	100,00%
Comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

### **13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**

#### **(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

A fim de estabelecer a remuneração dos Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários, a Companhia realizou pesquisas de mercado periódicas para avaliar se os critérios e condições relativos à remuneração que oferece são satisfatórios e se eles a possibilitam reter os profissionais. Essas pesquisas são realizadas com consultores, especializados e reconhecidos, contratados pela Companhia, analisando os grandes grupos econômicos que operam no Brasil, em especial companhias do setor varejista.

Quanto à remuneração fixa, usualmente, a tabela salarial é ajustada de acordo com as variações do mercado a fim de manter a competitividade. A remuneração fixa pode ser revisada anualmente, de forma individual e de acordo com o ciclo de análise de desempenho e orçamento disponível.

O incentivo de curto prazo para os Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários está vinculado a um conjunto de metas, conforme estabelecidas pelo Conselho de Administração e Diretores Estatutários, respectivamente. O cálculo do montante a ser pago se baseia em indicadores que consideram um conjunto de objetivos corporativos, comerciais e individuais.

#### **(iv) razões que justificam a composição da remuneração**

As atuais práticas de remuneração adotadas pela Companhia destinam-se a manter o equilíbrio entre os componentes de remuneração de curto, médio e longo prazos, além de garantir o alinhamento com os objetivos corporativos da Companhia, enquanto mantendo competitividade no mercado e a capacidade de atrair e reter seus executivos e principais colaboradores, bem como remunerá-los de acordo com as responsabilidades atribuídas a seus cargos e em linha com seu desempenho individual e visão de longo prazo.

#### **(v) existência de membros não remunerados e a razão para esse fato**

Os membros do Conselho de Administração e os membros dos Comitês que pertençam ao quadro de executivos da controladora não receberam nenhuma remuneração nos anos de 2019, 2020 e 2021. Isso porque é facultativo a remuneração aos membros do Conselho de Administração e aos membros dos Comitês do Conselho de Administração.

Na hipótese de haver remuneração aos membros do Conselho de Administração e aos membros dos Comitês, a Assembleia Geral dos acionistas estabelecerá a remuneração global anual destes membros e dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração, a seu critério, estabelecer a remuneração individual e os benefícios dos membros do Conselho de Administração e membros dos Comitês.

Os únicos membros do Conselho de Administração que receberam remuneração fixa foram os conselheiros independentes, conforme mencionado no item 13.2. deste Formulário de Referência.

#### **(c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Com relação ao incentivo de curto prazo, os principais indicadores de desempenho que a Companhia leva em consideração para determinar os montantes são: (i) avaliações de desempenho individual, com base em um conjunto de indicadores individuais e fatores adequados para as atribuições de cada cargo (ex. hierarquia do cargo); e (ii) os principais indicadores coletivos de desempenho. Estes indicadores são levados em conta na determinação do montante total da participação nos lucros a ser pago.

Nenhum indicador de desempenho é levado em consideração para fins de determinação da remuneração fixa ou dos benefícios, sendo relacionados ao grau de responsabilidade envolvido no cargo de cada indivíduo. Além disso, ao estabelecer a remuneração fixa, a Companhia leva em consideração as qualificações e experiências de cada indivíduo no exercício de sua função.

#### **(d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

De acordo com as atuais práticas de remuneração variável de curto e longo prazos, a participação nos lucros e as concessões de ações restritas ou opções de compra de ações da Companhia são influenciados pelo nível de

### **13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**

cumprimento de determinadas metas de desempenho e pela evolução do valor da ação da Companhia, respectivamente.

Além disso, as práticas atuais preveem diferentes níveis de remuneração concebidos para premiar os Diretores Estatutários da Companhia pelo desempenho individual em seus respectivos cargos, funções e responsabilidades, em consonância com as metas da Companhia, conforme estabelecidas a exclusivo critério do Conselho de Administração.

#### **(e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo**

A Companhia oferece uma remuneração competitiva no mercado, com o objetivo de atrair e reter talentos que ajudem a atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazos. Considerando o modelo de negócios da Companhia, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para o crescimento e, portanto, a estratégia de remuneração deve conter mecanismos que incentivem o comprometimento contínuo por um longo tempo, equilibrando desenvolvimento e crescimento com os resultados da companhia e valor agregado para os acionistas.

A estratégia de remuneração da Companhia procura equilibrar remuneração fixa (na forma do salário-base) com remuneração de curto prazo (participação nos lucros) e incentivos de longo prazo (que podem ser oferecidos na forma de planos de ações restritas e de opções de compra de ações da Companhia). Com isto, busca-se oferecer aos Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários incentivos para atingirem ou superarem suas metas, conforme determinadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária, respectivamente, bem como adotarem medidas de longo prazo desenvolvidas para agregar valor à Companhia.

#### **(f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Com exceção da remuneração descrita nos parágrafos abaixo e indicada no item 13.15 deste Formulário de Referência, a Companhia não possui remuneração de membros de sua administração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

O Grupo Carrefour outorgou em fevereiro de 2019, fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021 planos de outorga de ações restritas com cláusula de performance para seus executivos em uma escala global, sendo contemplados na outorga do referido benefício determinados executivos da Companhia, dentre eles Diretores Estatutários ("Plano de Performance Shares Global").

O Plano de Performance Shares foi outorgado pelo Grupo Carrefour para executivos chave ao grupo em todos os países de atuação. O propósito do Plano de Performance Shares é reter determinados executivos instrumentais que apoiarão o Grupo Carrefour na consecução dos objetivos de médio e longo prazo e obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas do Grupo Carrefour na França. Um selecionado grupo de Diretores, inclusive de subsidiárias da Companhia, nomeados pelo Grupo Carrefour, são participantes desse plano.

#### **(g) Existência de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário**

Exceto a conclusão do IPO, que deu início aos períodos em que as opções se tornaram exercíveis no âmbito do plano de opções de compra de ações da Companhia, não há remuneração ou benefício vinculado a qualquer evento societário ou qualquer operação de fusões ou aquisições envolvendo a Companhia, tal como a alienação do controle acionário ou a realização de parcerias estratégicas.

#### **(h) Práticas e procedimentos adotados pelo Conselho de Administração para definir a remuneração individual do Conselho de Administração e da Diretoria, indicando:**

#### **(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:**

### **13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**

A remuneração anual global dos administradores e dos membros dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração da Companhia deve ser determinada pela Assembleia Geral de acionistas. Cabe ao Conselho de Administração, conforme assessorado pelo Comitê de Recursos Humanos, definir (i) a remuneração individual, os benefícios e outros incentivos dos Diretores Estatutários; e (ii) a seu critério, estabelecer a remuneração individual e os benefícios, caso existam, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês de assessoramento do Conselho de Administração.

#### **(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

O Conselho de Administração adota os seguintes critérios para a fixação da remuneração individual da Diretoria:

- (i) em relação à remuneração anual fixa, o Conselho de Administração se baseia especialmente no cargo e nas responsabilidades desempenhadas por cada Diretor, bem como em sua experiência individual. A revisão da remuneração anual fixa pode ocorrer como parte do processo de avaliação realizado anualmente dos Diretores, levando-se em conta, entre outros, a remuneração total dos Diretores, o saldo de remuneração fixa e variável e as remunerações internas e de mercado;
- (ii) a metodologia da remuneração variável (incluindo remuneração em ações) é revista anualmente para assegurar o alinhamento com a estratégia da Companhia e com requisitos regulatórios, especialmente com relação aos seguintes critérios: (a) o desempenho financeiro da Companhia; e (b) os parâmetros de desempenho individual dos Diretores; e
- (iii) os benefícios de cessação do cargo, benefícios rescisórios e outras remunerações dos Diretores são definidos a exclusivo critério do Conselho de Administração.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, bem como dos Comitês de Assessoramento da Companhia é facultativa e definida a critério do Conselho de Administração, dentro do valor máximo aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. Atualmente, somente os membros independentes do Conselho de Administração recebem remuneração, a qual visa retribuir os serviços prestados no Conselho de Administração e nos Comitês de assessoramento, em conformidade com as condições gerais do mercado. Não obstante, os demais membros do Conselho de Administração da Companhia poderão ter o direito a receber remuneração, a exclusivo critério do Conselho de Administração.

#### **(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

O Conselho de Administração, devidamente orientado pelo Comitê de Recursos Humanos é responsável pela preparação, implementação e revisão da Política de Remuneração.

Cabe ao Comitê de Recursos Humanos periodicamente avaliar a Política de Remuneração de Administradores em relação às práticas de mercado a fim de identificar discrepâncias significativas com relação a empresas similares e propor ao Conselho de Administração os ajustes e revisões necessários.

**13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão****Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 01/01/2022 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,00	3,00	17,00
Nº de membros remunerados	10,00	4,00	3,00	17,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	6.233.362,87	5.779.619,12	6.233.362,87	18.246.344,86
Benefícios direto e indireto	0,00	3.095.691,20	0,00	3.095.691,20
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	462.369,53	0,00	462.369,53
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	16.445.183,59	0,00	16.445.183,59
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	9.749.085,75	0,00	9.749.085,75
<b>Observação</b>	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2022-CVM/SEP		
<b>Total da remuneração</b>	<b>6.233.362,87</b>	<b>35.531.949,19</b>	<b>6.233.362,87</b>	<b>47.998.674,93</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	5,58	0,00	15,58
Nº de membros remunerados	2,00	5,58	0,00	7,58
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.208.499,96	5.305.460,48	0,00	6.513.960,44
Benefícios direto e indireto	0,00	1.974.847,14	0,00	1.974.847,14
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	424.436,84	0,00	424.436,84
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	15.557.214,98	0,00	15.557.214,98
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	8.375.343,32	0,00	8.375.343,32
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.208.499,96</b>	<b>31.637.302,76</b>	<b>0,00</b>	<b>32.845.802,72</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,25	0,00	14,25
Nº de membros remunerados	2,00	4,25	0,00	6,25
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.208.499,96	9.355.913,21	0,00	10.564.413,17
Benefícios direto e indireto	0,00	1.671.969,59	0,00	1.671.969,59
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	748.437,06	0,00	748.437,06
Descrição de outras remunerações fixas		FGTS		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	11.773.067,45	0,00	11.773.067,45
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	4.063.546,42	0,00	4.063.546,42
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>1.208.499,96</b>	<b>27.612.969,72</b>	<b>0,00</b>	<b>28.821.469,68</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	10,00	4,00	0,00	14,00
Nº de membros remunerados	2,00	4,00	0,00	6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	1.208.499,96	8.195.414,20	0,00	9.403.914,16
Benefícios direto e indireto	0,00	1.146.623,32	0,00	1.146.623,32
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	241.699,99	3.383.979,46	0,00	3.625.679,45
Descrição de outras remunerações fixas	Pagamento de INSS.	Pagamento de INSS.		
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.439.634,19	0,00	9.439.634,19
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	3.890.226,75	0,00	3.890.226,75
Observação	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Em linha com a nossa política de remuneração vigente, o presente quadro considera apenas que os membros independentes do nosso Conselho de Administração receberão remuneração. Não obstante, todos os membros do Conselho de Administração poderão receber remuneração nos mesmos patamares da remuneração recebida pelos membros independentes do nosso Conselho de Administração, a ser determinada a critério do Conselho de Administração, dentro do valor máximo aprovado pelos acionistas.	Conforme disposto no OFÍCIOCIRCULAR/CVM/SEP/Nº03/2019, o número de membros remunerados de cada órgão social foi apurado de acordo com a média anual do número de membros remunerados de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	1.450.199,95	26.055.877,92	0,00	27.506.077,87

### 13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável

As atuais práticas de remuneração variável da Companhia para os membros da Diretoria se baseiam no conceito de múltiplos salariais, variando de acordo com a senioridade de cada cargo e determinações do Conselho de Administração para cada exercício social, conforme descrito no item 13.1 do Formulário de Referência. Há também uma diferença para cada nível de cargo, que depende do desempenho individual.

As tabelas abaixo fornecem detalhes da remuneração variável (i) reconhecida nas demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021, levando-se em conta o número de membros de cada órgão corporativo que efetivamente recebe remuneração variável; e (ii) prevista para o exercício social corrente.

Em linha com a Política de Remuneração vigente, as tabelas abaixo consideram apenas os membros independentes do Conselho de Administração da Companhia para fins de remuneração. Não obstante, todos os membros do Conselho de Administração poderão receber remuneração, a ser determinada a critério do Conselho de Administração da Companhia, dentro do valor máximo aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

#### I. Remuneração total prevista para o exercício social corrente:

	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
<b>Número total de membros</b>	10,00	4,00	3,00	17,00
<b>Número de membros remunerados</b>	10,00	4,00	3,00	17,00
<b>Bônus (em R\$)</b>				
<b>Valor mínimo previsto no plano</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor máximo previsto no plano</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor efetivamente reconhecido no resultado</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
<b>Valor mínimo previsto no plano</b>	N/A	4.568.106,55	N/A	4.568.106,55
<b>Valor máximo previsto no plano</b>	N/A	16.445.183,59	N/A	16.445.183,59
<b>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</b>	N/A	9.136.213,11	N/A	9.136.213,11
<b>Valor efetivamente reconhecido no resultado</b>	N/A	N/A	N/A	0,00

#### II. Remuneração total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

	Conselho de Administração	Diretores Estatutários	Conselho Fiscal	Total
<b>Número total de membros</b>	10,00	4,92	0,00	14,92
<b>Número de membros remunerados</b>	2,00	4,92	0,00	6,92
<b>Bônus (em R\$)</b>				
<b>Valor mínimo previsto no plano</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor máximo previsto no plano</b>	N/A	0,00	N/A	0,00

**13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**

	Conselho de Administração	DiretoresEstatutários	Conselho Fiscal	Total
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano	N/A	0	N/A	0
Valor máximo previsto no plano	N/A	20.742.953,30	N/A	20.742.953,30
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	15.557.214,98	N/A	15.557.214,98
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	15.557.214,98	N/A	15.557.214,98

**III. Remuneração total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

	Conselho de Administração	DiretoresEstatutários	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	4,25	0,00	14,25
Número de membros remunerados	2,00	4,25	0,00	6,25
<b>Bônus (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
Valor mínimo previsto no plano	N/A	8.921.647,52	N/A	8.921.647,52
Valor máximo previsto no plano	N/A	35.686.590,07	N/A	35.686.590,07
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	17.843.295,03	N/A	17.843.295,03
Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	11.773.067,45	N/A	11.773.067,45

**IV. Remuneração total do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019**

	Conselho de Administração	DiretoresEstatutários	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	10,00	4,00	N/A	14,00
Número de membros remunerados	2,00	4,00	N/A	6,00

**13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**

<b>Bônus (em R\$)</b>				
<b>Valor mínimo previsto no plano</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor máximo previsto no plano</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Valor efetivamente reconhecido no resultado</b>	N/A	0,00	N/A	0,00
<b>Participação no resultado (em R\$)</b>				
<b>Valor mínimo previsto no plano</b>	N/A	3.699.442,22	N/A	3.699.442,22
<b>Valor máximo previsto no plano</b>	N/A	14.797.768,88	N/A	14.797.768,88
<b>Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</b>	N/A	7.398.884,44	N/A	7.398.884,44
<b>Valor efetivamente reconhecido no resultado</b>	N/A	9.439.634,19	N/A	9.439.634,19

### **13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

#### **(a) Termos e condições gerais do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Atualmente a Companhia possui 1 plano de opções de compra de ações e 1 plano de opções de compra de ações e ações restritas, sendo eles:

- O plano de opções de compra de ações da Companhia de outorga única — (“Plano pré IPO”) — foi aprovado pelos acionistas e pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2017 e ratificado pelos acionistas em 19 de maio de 2017 e em 26 de junho de 2017. O objetivo desse plano, implementado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, foi o de reter um grupo de executivos-chave da Companhia e de suas Subsidiárias para o planejamento e a execução da IPO e obter um maior alinhamento de seus interesses com os dos acionistas. Os Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários, nomeados pelo Conselho de Administração, bem como os das subsidiárias, estão aptos a participar desse plano.
- O plano de opções de compra de ações e ações restritas da Companhia – (“Plano de Incentivo de Longo Prazo”) - foi aprovado pelos acionistas em 26 de junho de 2017, e cada outorga deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração. O Plano de Incentivo de Longo Prazo foi alterado em assembleia geral extraordinária de acionistas realizada em 14 de abril de 2020, e consiste em outorgas anuais que podem ser opções de compras de ações ou ações restritas. O propósito do Plano de Incentivo de Longo Prazo é reter determinados executivos instrumentais que apoiarão a Companhia na consecução dos objetivos de médio e longo prazo e obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas. Os Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários, nomeados pelo Conselho de Administração, bem como os das subsidiárias, estão aptos a participar desse plano.

O Conselho de Administração da Companhia tem amplos poderes para organizar e administrar tanto o Plano Pré-IPO quanto o Plano de Incentivo de Longo Prazo, de acordo com seus respectivos termos, e tem o direito de, a qualquer momento: (i) alterar ou encerrar o Plano Pré-IPO e/ou Plano de Incentivo de Longo Prazo; e/ou (ii) estabelecer as regras aplicáveis a situações não tratadas no Plano Pré-IPO e/ou no Plano de Incentivo de Longo Prazo, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do respectivo beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao respectivo plano. Com relação ao Plano de Incentivo de Longo Prazo, o Conselho de Administração poderá ainda (i) decidir pela outorga de opções e/ou de ações restritas aos respectivos beneficiários; e/ou (ii) estabelecer metas de performance mínimas pessoais e/ou corporativas para outorga das opções e/ou ações restritas.

As decisões do Conselho de Administração com relação as deliberações relacionadas ao Plano Pré-IPO e/ou ao Plano de Incentivo de Longo Prazo são vinculantes à Companhia e aos respectivos beneficiários.

Os termos e condições específicos do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo são estabelecidos em um contrato individual celebrado entre a Companhia e os respectivos beneficiários.

#### **(b) Principais objetivos do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo**

A finalidade do Plano Pré-IPO foi reter determinados executivos e colaboradores chave, necessários para o planejamento e a execução do IPO e obter um melhor alinhamento entre os interesses desses beneficiários e dos acionistas da Companhia.

Já o objetivo do Plano de Incentivo de Longo Prazo é reter determinados executivos instrumentais que apoiarão a Companhia na consecução dos objetivos de médio longo prazo e obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas da Companhia.

#### **(c) Como o Plano Pré-IPO e o Plano de Incentivo de Longo Prazo contribuem para esses objetivos**

O Plano Pré-IPO da Companhia pretende remunerar os esforços de seus beneficiários no IPO.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo busca reter determinados executivos chave da Companhia para a consecução dos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

Os modelos de remuneração baseados em ações são formas de motivar seus beneficiários a (i) contribuírem para o bom desempenho e a valorização das ações da Companhia, considerando que eles participam ativamente dos resultados de tal valorização; e (ii) atingirem os objetivos relevantes da Companhia. Nesse sentido, a Companhia alcança o objetivo dos modelos de remuneração baseados em ações envolvendo os beneficiários nas estratégias, projetos e resultados de longo prazo.

#### **(d) Como o Plano Pré-IPO e o Plano de Incentivo de Longo Prazo se inserem na política de remuneração da companhia**

Os modelos de remuneração baseados em ações estão em conformidade com os princípios da Companhia, considerando que (i) vinculam os beneficiários aos projetos, estratégias e resultados de longo prazo da Companhia; (ii) funcionam como instrumentos de motivação do desenvolvimento individual e do comprometimento; e (iii) permitem a retenção de pessoas-chave, uma vez que o recebimento das ações ocorre no longo prazo.

#### **(e) Como o Plano Pré-IPO e o Plano de Incentivo de Longo Prazo alinham os interesses dos administradores e da companhia a curto, médio e longo prazos**

Os modelos de remuneração baseados em ações são ferramentas altamente eficientes de alinhamento dos interesses da Companhia aos de seus beneficiários, uma vez que, ao permitir que os beneficiários se tornem acionistas, estes são incentivados a agir como “proprietários” do negócio, alinhando, dessa forma, seus interesses com os dos acionistas da Companhia. Além disso, esses modelos incentivam a retenção de colaboradores-chave da Companhia, considerando que, como regra geral, desligar-se voluntariamente da Companhia acarreta a perda de todos os direitos não exercíveis relacionados à remuneração baseada em ações.

#### **(f) número máximo de ações abrangidas**

Vide item “g” abaixo.

#### **(g) Número máximo de opções a serem outorgadas no Plano Pré-IPO e no Plano de Incentivo de Longo Prazo**

O número máximo de opções outorgadas no âmbito do Plano Pré-IPO é 1,0% do total das ações do capital social da Companhia, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas exclusivamente sob o Plano Pré-IPO e não exercidas.

Embora a outorga de ações restritas outorgadas sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo não implique diluição societária relevante, o Plano Pré-IPO e o Plano de Incentivo de Longo Prazo estarão limitados a uma Diluição Societária Referencial máxima de até 2,5% do capital social da Companhia na data de outorga de opções ou ações restritas.

A “Diluição Societária Referencial” corresponde ao percentual obtido pela divisão da quantidade máxima de ações abrangidas pelas opções e ações restritas, na data de outorga de opções ou ações restritas (já exercíveis ou ainda não exercíveis), pela soma dessa quantidade com a quantidade total de ações de emissão da Companhia antes da aprovação de cada Plano, multiplicando o quociente obtido por 100.

#### **(h) Condições de aquisição de ações no Plano Pré-IPO e no Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Os beneficiários somente terão o direito de exercer as opções outorgadas no âmbito do Plano Pré-IPO se as seguintes condições precedentes forem verificadas: (a) ocorrência do IPO da Companhia; (b) decorrência do respectivo período para que as opções se tornem exercíveis, conforme indicados no item “j” abaixo, e, cumulativamente; e (c) vigência do contrato de trabalho ou do mandato do respectivo beneficiário, no momento em que as opções se tornem exercíveis.

Os beneficiários do Plano de Incentivo de Longo Prazo terão o direito de exercer suas opções e/ou ações restritas outorgadas mediante a verificação das seguintes condições precedentes: (a) decorrência do respectivo período para que as opções e/ou ações restritas se tornem exercíveis, conforme indicados no item “j” abaixo; (b) vigência do contrato de trabalho ou do mandato do respectivo beneficiário, no momento em que as opções e/ou ações

### 13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

restritas se tornem exercíveis, exceto nos casos em que o contrato de trabalho ou mandato tenha sido encerrado para que o beneficiário seja transferido para o exterior para assumir cargo em sociedade do grupo da Companhia e, cumulativamente; e (c) atingimento das condições de performance aprovadas pelo Conselho de Administração no momento da outorga.

#### (i) Critérios para a fixação do preço de aquisição ou exercício no Plano Pré-IPO e no Plano de Incentivo de Longo Prazo

Para o Plano Pré-IPO o preço de exercício foi fixado em R\$ 11,70 por ação (alterado pelo Conselho de Administração em razão do grupamento de ações aprovado pelos acionistas em 19 de maio de 2017).

Para o Plano de Incentivo de Longo Prazo:

- (i) no caso das opções, o preço de exercício será determinado pelo Conselho de Administração e será baseado na média do preço de negociação das ações da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, em período a ser determinado pelo Conselho de Administração no momento da outorga das opções e/ou ações restritas, que considerará no máximo 30 pregões anteriores à data da outorga da opção. Para o plano outorgado em 26 de setembro de 2019 o preço de exercício foi fixado em R\$ 21,98; e
- (ii) no caso das ações restritas, a Companhia fará a liquidação do exercício mediante transferência de suas ações em tesouraria para o beneficiário.

#### (j) Critérios para a fixação do prazo de exercício no Plano Pré-IPO e o Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os critérios de fixação do prazo para exercício das opções e/ou ações restritas outorgadas no Plano Pré-IPO e no Plano de Incentivo de Longo Prazo são os seguintes:

##### I. Plano Pré-IPO

As opções outorgadas sob o Plano Pré-IPO se tornarão exercíveis a partir da data do IPO, de acordo com o seguinte esquema:

- (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas no momento do IPO;
- (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO; e
- (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO.

Os beneficiários do Plano Pré-IPO terão direito a exercer as opções que se tornaram exercíveis como descrito acima, dentro de um prazo de seis anos a contar da data de aprovação do plano (21 de março de 2017).

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas sob o Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:

- (i) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
- (ii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
- (iii) 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO;

##### II. Plano de Incentivo de Longo Prazo

No que se refere ao Plano de Incentivo de Longo Prazo, as opções e/ou ações restritas outorgadas se tornarão exercíveis após o cumprimento cumulativo: (i) do prazo de carência de 36 meses após a data de outorga definida pelo Conselho de Administração; e (ii) da eventual meta de performance que vier a ser fixada pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, os beneficiários somente adquirirão o direito de exercer as opções e/ou as ações restritas caso o contrato de trabalho ou mandato do beneficiário com a Companhia esteja vigente no momento do *vesting*, observadas as condições do Plano de Incentivo de Longo Prazo.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

Os beneficiários terão direito a exercer as opções que se tornaram exercíveis como descrito acima, dentro de um prazo de seis anos a contar da data de cada outorga de opção concedida pelo Conselho de Administração. As ações restritas serão transferidas para os beneficiários automaticamente após o período do *vesting* de 3 anos mediante verificação das condições mencionadas acima pelo Conselho de Administração.

#### **(k) Forma de liquidação do Plano Pré-IPO e Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Uma vez que o respectivo beneficiário exerça suas opções sob o Plano Pré-IPO e/ou Plano de Incentivo de Longo Prazo, as ações decorrentes de tal exercício serão emitidas pela Companhia, por meio de um aumento de capital, ou a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, transferir ações mantidas em tesouraria.

Uma vez exercidas as Ações Restritas pelos beneficiários sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo, as ações correspondentes, serão transferidas ações existentes em tesouraria. Caso esteja impossibilitada de utilizar ações em tesouraria, a Companhia poderá promover a liquidação dos exercícios das ações restritas em dinheiro.

#### **(l) Restrições à transferência das ações no Plano Pré-IPO e Plano de Incentivo de Longo Prazo**

As ações adquiridas em conformidade com o exercício das opções e/ou ações restritas outorgadas no âmbito dos planos de remuneração baseado em ações podem ser negociadas por seus titulares mediante a execução do procedimento operacional e respectivo pagamento, sem quaisquer restrições que não os compromissos de *lockup* que possam ter sido celebrados pelos Diretores Estatutários e Diretores não Estatutários e as restrições previstas na Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia.

#### **(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo**

O Conselho de Administração pode, a qualquer momento: (i) alterar ou encerrar o Plano Pré-IPO e/ou o Plano de Incentivo de Longo Prazo; e ou (ii) estabelecer as regras aplicáveis a situações não tratadas no Plano Pré-IPO e/ou no Plano de Incentivo de Longo Prazo, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidos em quaisquer contratos relacionados ao Plano Pré-IPO e/ou ao Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Com relação ao Plano de Incentivo de Longo Prazo, o Conselho de Administração poderá ainda (i) decidir pela outorga de opções e/ou de ações restritas aos respectivos beneficiários; e/ou (ii) estabelecer metas de performance mínimas pessoais e/ou corporativas para outorga das opções e/ou ações restritas.

#### **(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no Plano pré-IPO e no Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Os efeitos da saída dos beneficiários nos direitos previstos no Plano Pré-IPO e no Plano de Incentivo de Longo Prazo, de acordo com o seus respectivos termos e condições, são os seguintes:

##### **I. Saída em decorrência de rescisão de contrato de trabalho por justa causa ou rescisão voluntária**

Em caso de rescisão do contrato de trabalho ou de término de mandato do beneficiário por justa causa ou por qualquer razão análoga, ou por demissão voluntária, todas as opções e/ou ações restritas do beneficiário serão perdidas sem direito à indenização, independentemente de ter tais opções e/ou ações restritas terem se tornado exercíveis ou não.

##### **II. Saída em decorrência de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa ou por aposentadoria**

Em caso de rescisão do contrato de trabalho sem justa causa ou aposentadoria do beneficiário, aplicam-se as seguintes disposições:

- a) quaisquer opções e/ou ações restritas que não tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas exclusivamente na proporção do período de *vesting* decorrido até o término do contrato de trabalho;
- b) as opções e/ou ações restritas que não foram exercidas, seja por não terem sido incluídas no cálculo do item (a) acima ou por encerramento do período de exercício indicado no mesmo item (a) serão perdidas sem direito à indenização;

### 13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações

- c) as opções e/ou ações restritas que já tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias a contar da data do término do mandato ou a rescisão do contrato de trabalho do beneficiário, ou, ainda, até o final do período de exercício das opções e/ou ações restritas, o que ocorrer primeiro; e
- d) para o Plano de Incentivo de Longo Prazo, as opções e/ou ações restritas que se tornarem exercíveis somente poderão ser exercidas após o fim do período de *vesting*.

III. Em caso de expatriação para trabalhar no Carrefour S.A. ou qualquer subsidiária dela, aplicam-se as seguintes disposições:

III.a Para o Plano Pré-IPO:

- (a) caso a expatriação ocorra entre a data de outorga das opções e a data do IPO, o beneficiário terá o direito de exercer 1/3 (um terço) de suas opções na primeira data em que as opções se tornam exercíveis. O direito de exercer as demais opções na segunda e/ou terceira data em que se tornariam exercíveis será determinado a exclusivo critério do Conselho de Administração;
- (b) caso a expatriação ocorra após o IPO e antes de 12 meses após o IPO, o beneficiário manterá o direito de exercer 1/3 (um terço) de suas opções na segunda data em que as opções se tornam exercíveis. O direito de exercer as demais opções de compra na terceira data em que se tornariam exercíveis será determinado a exclusivo critério do Conselho de Administração; e
- (c) caso a expatriação ocorra entre 12 meses e 1 dia e 24 meses após o IPO, o beneficiário manterá o direito de exercer 1/3 (um terço) remanescente das opções na terceira data em que se tornariam exercíveis.
- (d) III.b Plano de Incentivo de Longo Prazo:
- (e) quaisquer opções e/ou ações restritas que não tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas exclusivamente na proporção do período compreendido entre o início do período em que se tornariam exercíveis e a expatriação;
- (f) as opções que e/ou ações restritas não foram exercidas, seja por não terem sido incluídas no cálculo do item (a) acima ou por encerramento do período de exercício indicado no mesmo item (a) serão perdidas sem direito à indenização; e
- (g) as opções e/ou ações restritas que já tiverem se tornado exercíveis poderão ser exercidas no prazo de 30 dias a contar da data da expatriação do beneficiário, ou, ainda, até o final do período de exercício das opções, o que ocorrer primeiro.

IV. Morte e invalidez permanente do beneficiário

Caso o beneficiário venha a falecer ou se torne permanentemente inválido para o exercício de sua função na Companhia, os direitos decorrentes de todas as opções e/ou ações restritas estender-se-ão ao espólio, herdeiros e sucessores do beneficiário, ou ao curador, conforme o caso. Caso o *vesting* das opções não tenha ainda ocorrido, este será antecipado e as opções poderão ser exercidas por um prazo de até 60 meses, contados da data do falecimento ou do evento que causar a invalidez. As opções e/ou ações restritas não exercidas durante este período ficarão extintas sem direito a indenização.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações

As tabelas abaixo apresentam as informações sobre a remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e Diretores da Companhia prevista para o exercício social corrente.

Adicionalmente, cabe destacar que (i) todas as outorgas previstas sob o Plano Pré-IPO foram outorgadas durante o exercício social de 2017; e (ii) o Plano de Incentivo de Longo Prazo não foi objeto de deliberação do Conselho de Administração para determinação de seus beneficiários (conforme esclarecido abaixo).

No âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo, houve outorgas de opções no exercício social de 2019, no exercício social de 2020 e no exercício social de 2021, conforme revisão do referido plano em 14 de abril 2020.

Tendo em vista o exposto acima, seguem abaixo as informações com relação às opções outorgadas (i) durante o exercício social de 2017 sob o Plano Pré-IPO; e (ii) durante os exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021 sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo.

#### **Exercício Social de 2021 – Opções Outorgadas sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Plano Local 2021		
Órgão	Conselho de Administração	Diretores Estatutários
Número total de membros	10	5
Número de membros remunerados	0	4
<b>Com relação a cada outorga de opções: (Programa)</b>		
<i>I. Data de outorga</i>	N/A	25 de Agosto de 2021
<i>II. Quantidade de opções outorgadas</i>	N/A	288.741
<i>III. Prazo para que as opções se tornem exercíveis</i>	N/A	100% (56.594) – 25 de Agosto de 2024
<i>IV. Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	25 de Agosto de 2026
<i>V. Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	Nenhum
<i>VI. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</i>		
(i) em aberto no início do exercício social;	N/A	(i) N/A
(ii) perdidas durante o exercício social;		(ii) N/A
(iii) exercidas durante o exercício social;		(iii) N/A
(iv) expiradas durante o exercício social;		(iv) N/A
<b>Valor justo das opções na data de outorga</b>	N/A	14,56
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	0,10%

#### **Exercício Social de 2020 – Opções Outorgadas sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Plano Local 2020		
Órgão	Conselho de Administração	Diretores Estatutários
Número total de membros	10	5
Número de membros remunerados	0	4

**13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**

Plano Local 2020		
Órgão	Conselho de Administração	Diretores Estatutários
<b>Com relação a cada outorga de opções: (Programa)</b>		
<i>I. Data de outorga</i>	N/A	10 de novembro de 2020
<i>II. Quantidade de opções outorgadas</i>	N/A	56.594
<i>III. Prazo para que as opções se tornem exercíveis</i>	N/A	100% (56.594) – 10 de novembro de 2023
<i>IV. Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	10 de novembro de 2026
<i>V. Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	Nenhum
<i>VI. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</i>		
(i) em aberto no início do exercício social;	N/A	N/A
(ii) perdidas durante o exercício social;		
(iii) exercidas durante o exercício social;		
(iv) expiradas durante o exercício social;		
<b>Valor justo das opções na data de outorga</b>	N/A	17,35
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	0,07%

**Exercício Social de 2019– Opções Outorgadas sob o Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Plano Local 2019		
Órgão	Conselho de Administração	
<b>Número total de membros</b>	10	5
<b>Número de membros remunerados</b>	0	4
<b>Com relação a cada outorga de opções: (Programa)</b>		
<i>I. Data de outorga</i>		26 de setembro de 2019
<i>I. Data de outorga</i>	N/A	819.103
<i>II. Quantidade de opções outorgadas</i>	N/A	(819.103)
<i>III. Prazo para que as opções se tornem exercíveis</i>	N/A	25 de setembro de 2022
<i>IV. Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	25 de setembro de 2025
<i>V. Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	Nenhum
<i>VI. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções/ações:</i>	N/A	(i) R\$ 21,98 (ii) à (iv) N/A

**13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**

Plano Local 2019		
Órgão	Conselho de Administração	
(i) em aberto no início do exercício social; (ii) perdidas durante o exercício social; (iii) exercidas durante o exercício social; (iv) expiradas durante o exercício social;		
<b>Valor justo das opções/ações na data de outorga</b>	N/A	5,20
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções/ações outorgadas</b>	N/A	0,20%

**Exercício Social de 2017 – Opções Outorgadas sob o Plano Pré-IPO**

Órgão	Conselho de Administração	Diretores Estatutários
<b>Número total de membros</b>	10	5
<b>Número de membros remunerados</b>	0	3
<b>Com relação a cada outorga de opções: (Programa)</b>		
<i>I. Data de outorga</i>	N/A	21 de março de 2017
<i>II. Quantidade de opções outorgadas</i>	N/A	2.425.000 <sup>1</sup>
<i>III. Prazo para que as opções se tornem exercíveis</i>	N/A	33,3% (808.333) – 19/07/2017 33,3% (475.000) – 19/07/2018 33,3% (475.000) – 19/07/2019
<i>IV. Prazo máximo para exercício das opções</i>	N/A	21 de março de 2023
<i>V. Prazo de restrição à transferência das ações</i>	N/A	Nenhum
<i>VI. Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:</i> (i) em aberto no início do exercício social; (ii) perdidas durante o exercício social; (iii) exercidas durante o exercício social; (iv) expiradas durante o exercício social;	N/A	(i) R\$ 11,70 (ii) N/A (iii) 11,70 (iv) N/A
<b>Valor justo das opções na data de outorga</b>	N/A	3,7329
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas</b>	N/A	0,14%

<sup>1</sup> Refere-se ao total de opções outorgadas, porém, em virtude da saída de um dos Diretores Estatutários, este total de opções que podem ser exercidas pelos demais Diretores Estatutários é de 1.425.000

**13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto****Opções/ações em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2021**

Seguem, abaixo, informações em relação às opções em aberto da Diretoria Estatutária ao final do último exercício social. A Companhia ressalta que, nos termos de sua Política de Remuneração, o Conselho de Administração faz jus à remuneração anual fixa e a qualquer outra remuneração que o Conselho de Administração possa vir a estabelecer, a seu critério.

	Pré IPO	Grupo 2020	Local 2020	Grupo 2021	Local 2021
<b>Nº total de membros</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>
<b>Opções/ações não exercíveis</b>					
Quantidade	0	65.614	56.594	111.400	288.741
Data em que se tornarão exercíveis	0	100% (65.614) - 26/02/2023	100% (56.594) - 10/11/2023	100% (74.500) - 17/02/2024	100% (56.594) - 25/08/2024
Prazo máximo para exercício das opções	21/03/2023	N/A	10/11/2026	N/A	25 de Agosto de 2026
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	Nenhum	Nenhum
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,70	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor justo das opções/ações no último dia do exercício social	R\$ 3,73	EUR 13,05	R\$ 17,35	11,85	14,56
<b>Opções/ações exercíveis</b>					
Quantidade	1.425.000	0	0	0	0
Prazo máximo para exercício das opções	21/03/2023	26/02/2026	10/11/2026	17/02/2027	25/08/2027
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	R\$ 11,70	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor justo das opções/ações no último dia do exercício social	R\$ 3,73	EUR 13,05	R\$ 17,35	R\$ 11,85	R\$ 14,56
Valor justo do total de opções no último dia do exercício social	R\$ 3,73	EUR 13,05	R\$ 17,35	EUR 14,13	R\$ 14,56

**13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**

Não há registro de opções exercidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária nos exercícios sociais de 2019, 2020 e 2021.

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	<b>10</b>	<b>4,25</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$11,70
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2020**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	<b>10</b>	<b>4,25</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$11,70
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

**Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2019**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Nº total de membros</b>	<b>10</b>	<b>4</b>
<b>Nº de membros remunerados</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
<b>Opções exercidas</b>		
Número de ações	N/A	0
Preço médio ponderado de exercício	N/A	R\$ 11,70

**13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**

	Conselho de Administração	DiretoriaEstatutária
Diferença entra o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	N/A	
<b>Ações entregues</b>		
Número de ações entregues	N/A	N/A
Preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A
Valor justo das opções na data da outorga	N/A	N/A

<sup>(1)</sup> Por questões operacionais, o exercício de fato das opções foi feito a partir de janeiro de 2018, porém o direito e solicitações de exercício das opções foi realizado ainda em 2017.

### 13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções

#### (a) modelo de precificação do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo

O preço das opções de compra é determinado utilizando-se o método binomial, que estabelece um preço justo, considerando a expectativa de dividendos, volatilidade, as taxas de juros livres de risco e o vencimento. Como à época da precificação do Plano Pré-IPO, a Companhia não era listada em bolsa, os parâmetros de volatilidade e de rendimento dos dividendos foram definidos com base em um parâmetro suplementar considerando-se um grupo de companhias varejistas similares do mercado brasileiro negociadas em bolsa.

**(b) dados e premissas utilizadas, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo.**

#### Plano Pré-IPO

- i. preço de exercício da opção: R\$ 11,70;
- ii. valor justo da opção (% - modelo binomial): 31,91%;
- iii. valor justo da opção (R\$): R\$ 3,73; e
- iv. período de exercício das opções: 6 anos após a data da de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017).

#### Plano de Incentivo de Longo Prazo

##### Outorga 2019:

- (i) preço de exercício da opção: R\$ 21,98;
- (ii) valor justo da opção (% - modelo binomial): 27,2%;
- (iii) valor justo da opção (R\$): R\$ 5,20; e
- (iv) período de exercício das opções: 6 anos após a data do *vesting*.

##### Outorga 2020:

- (i) preço de exercício da opção: Não aplicável;
- (ii) valor justo da opção (R\$): R\$ 17,35; e
- (iii) período de exercício das opções: transferência automática após o *vesting*.

##### Outorga 2021:

- (i) preço de exercício da opção: Não aplicável;
- (ii) valor justo da opção (R\$): R\$ 14,56; e
- (iii) período de exercício das opções: transferência automática após o *vesting*.

**(c) método utilizado e premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Considerando-se as regras aprovadas pelo Conselho de Administração e o modelo binomial, nenhum efeito esperado em termos de despesas acumuladas foi incluído no modelo financeiro.

**(d) forma de determinação da volatilidade esperada do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo**

A outorga realizada no exercício de 2019, 2020 e 2021 considerou a volatilidade esperada calculada de acordo com as premissas de um modelo binomial, dada a sua experiência global com planos de opção similares em situações similares anteriores a ofertas públicas iniciais. No entanto, a outorga realizada no exercício de 2020 e 2021 não considerou quaisquer volatilidades.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**

#### **(e) outras características das opções consideradas para mensurar o valor justo do Plano Pré-IPO e do Plano de Incentivo de Longo Prazo**

Todos os critérios e premissas relevantes utilizados na mensuração do valor justo das opções foram indicados nos itens acima.

**13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**

<b>Emissor: Companhia</b>		
<b>Órgão social: Conselho de Administração</b>		
<b>Valormobiliário</b>	<b>Características do valormobiliário</b>	<b>Montante</b>
Ações	Ordinárias	152.210.854
<b>Emissor: Companhia</b>		
<b>Órgão social: DiretoriaEstatutária</b>		
<b>Valormobiliário</b>	<b>Características do valormobiliário</b>	<b>Montante</b>
Ações	Ordinárias	0 <sup>(1)</sup>

<sup>(1)</sup> Sem levar em conta as opções outorgadas aos Diretores no âmbito do plano de opções existente (conforme descrito nos itens 13.4 e 13.5).

<b>Ações detidas pelos membros do Conselho de Administração na companhia Carrefour S.A.</b>		
<b>Valormobiliário</b>	<b>Características do valormobiliário</b>	<b>Montante</b>
Ações	Ordinárias	62.563.160

**13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**

Apenas um dos Diretores Estatutários da Companhia é beneficiado por um plano de previdência vigente atualmente na CCI.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus a planos de previdência.

	Conselho de Administração	Diretores	Total
Número total de membros	N/A	5	5
Número de membros beneficiados	N/A	1	1
Nome do plano			
Número de administradores aptos a se aposentarem	N/A	0	0
Condições para aposentadoria antecipada	N/A	0	0
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	835.938	835.938
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	107.499	107.499
Possibilidade/condições de resgate antecipado	N/A	Em caso do término do contrato de trabalho.	Em caso do término do contrato de trabalho.

**13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019
Nº de membros	5,58	4,25	4,00	10,00	10,00	10,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	5,58	4,25	4,00	2,00	2,00	2,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneraçãoReal	10.917.494,77	9.650.061,56	10.910.740,00	868.875,00	755.100,00	755.100,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneraçãoReal	2.448.643,05	826.230,38	4.756.069,00	755.100,00	695.100,00	695.100,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneraçãoReal	5.758.150,27	5.689.670,00	7.027.471,00	811.987,00	725.100,00	725.100,00	0,00	0,00	0,00

**Observação****Diretoria Estatutária****Conselho de Administração****Conselho Fiscal**

<b>31/12/2021</b>	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado no exercício social de 2021.
-------------------	---

<b>31/12/2020</b>	Nosso Conselho Fiscal não foi instalado no exercício social de 2020.
-------------------	--

<b>31/12/2019</b>	Nosso Conselho Fiscal não foi instalado no exercício social de 2019.
-------------------	--

**13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**

A Companhia não adota uma política específica que contemple remuneração para a rescisão ou aposentadoria de administradores em caso de demissão ou aposentadoria, salvo se houver qualquer indenização decorrente de acordo sindical. Vale observar que a apólice de seguros de responsabilidade civil para Diretores Estatutários e membros do Conselho de Administração, contratada pela Companhia, não oferece cobertura relacionada à demissão, em vez disso, apenas oferece aos membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, proteção financeira e tranquilidade para executar suas tarefas diárias.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**

**13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**

Não foi reconhecida nenhuma remuneração nos resultados da Companhia relativa a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos da Companhia.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.**

**13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**

Nenhum montante foi reconhecido no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, sob qualquer circunstância ou por qualquer motivo que não seja pelo cargo que ocupam.

**13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**

O Grupo Carrefour implementou, em fevereiro de 2019, o Plano de Performance Global, o qual contempla determinados executivos da Companhia, dentro eles Diretores Estatutários. A relação dos valores pagos pelos controladores da Companhia em razão do Plano de Performance Global pode ser verificada nas tabelas abaixo referentes aos anos de 2019, 2020 e 2021:

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2021**

Exercício Social 2021 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	DiretoriaEstatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladoresdiretos e indiretos	-		-	-
Controladas do emissor	-	3.435.969,61	-	3.435.969,61
Sociedades sob controle	-		-	-

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2020**

Exercício Social 2020 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	DiretoriaEstatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladoresdiretos e indiretos	-		-	-
Controladas do emissor	-	3.171.510,90	-	3.171.510,90
Sociedades sob controle	-		-	-

Além do valor expresso na tabela acima, há localmente a provisão no montante de R\$ 762.549,47 de encargos e impostos que devem ser recolhidos no Brasil relativa à remuneração recebida no exterior.

**Exercício Social encerrado em 31 de dezembro 2019**

Exercício Social 2019 - Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	DiretoriaEstatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladoresdiretos e indiretos	-		-	-
Controladas do emissor	-	1.167.868,00	-	1.167.868,00
Sociedades sob controle	-		-	-

Além do valor expresso na tabela acima, há localmente a provisão no montante de R\$ 419.691,39 de encargos e impostos que devem ser recolhidos no Brasil relativa à remuneração recebida no exterior.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem divulgadas sob esse item 13.16

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos***I. Ano encerrado em 31 de dezembro de 2021*

Localização geográfica (Estado)	Atividade	Número de funcionários do Atacadão	Número de funcionários do Carrefour	Número de funcionários do CSF	Total	Total por localização geográfica
AC	Diretor Sênior					270
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	1			1	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	6			6	
	Operacional	263			263	
AL	Diretor Sênior					1083
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5			5	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	25			25	
	Operacional	1053			1053	
AM	Diretor Sênior	1			1	2259
	Diretor		4		4	
	Gerente Corporativo		1		1	
	Gerente de Loja	6	4		10	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	30	64		94	
	Operacional	1109	1040		2149	
AP	Diretor Sênior					478
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	14			14	
	Operacional	461			461	
BA	Diretor Sênior	1			1	4742
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	23			23	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	135			135	
	Operacional	4583			4583	
CE	Diretor Sênior	1			1	2588
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	9	2		11	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	63	29		92	
	Operacional	1989	493		2482	
DF	Diretor Sênior	1			1	2632

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo		1		1	
	Gerente de Loja	5	10		15	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	45	77		122	
	Operacional	961	1529		2490	
ES	Diretor Sênior					<b>797</b>
	Diretor		1		1	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3	1		4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13	15		28	
	Operacional	522	242		764	
GO	Diretor Sênior					<b>2870</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	10	4		14	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	50	57		107	
	Operacional	1836	910		2746	
MA	Diretor Sênior					<b>461</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	11	1		12	
	Operacional	434	12		446	
MG	Diretor Sênior	1			1	<b>4752</b>
	Diretor		7		7	
	Gerente Corporativo		2		2	
	Gerente de Loja	8	23		31	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	54	161		215	
	Operacional	1275	3221		4496	
MS	Diretor Sênior	1			1	<b>1687</b>
	Diretor		1		1	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	6	1		7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	53	14		67	
	Operacional	1421	190		1611	
MT	Diretor Sênior	1			1	<b>2648</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	12			12	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	84	1		85	
	Operacional	2538	12		2550	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

PA	Diretor Sênior					<b>1866</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	10			10	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	66			66	
	Operacional	1790			1790	
PB	Diretor Sênior					<b>1798</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	6	2		8	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	28	34		62	
	Operacional	1198	528		1726	
PE	Diretor Sênior	1			1	<b>4998</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo	1	1		2	
	Gerente de Loja	15	3		18	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	107	61		168	
	Operacional	3917	889		4806	
PI	Diretor Sênior					<b>820</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5			5	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	21			21	
	Operacional	794			794	
PR	Diretor Sênior	1			1	<b>3504</b>
	Diretor		4		4	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	15	4		19	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	100	64		164	
	Operacional	2485	831		3316	
RJ	Diretor Sênior	1			1	<b>7864</b>
	Diretor		9		9	
	Gerente Corporativo		1		1	
	Gerente de Loja	24	9		33	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	144	166		310	
	Operacional	4891	2619		7510	
RN	Diretor Sênior					<b>1984</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo		1		1	
	Gerente de Loja	5	2		7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	26	36		62	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Operacional	1181	731		1912	
RO	Diretor Sênior					<b>781</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	18	2		20	
	Operacional	727	30		757	
RR	Diretor Sênior					<b>293</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	2			2	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	7			7	
	Operacional	284			284	
RS	Diretor Sênior	1			1	<b>4349</b>
	Diretor		6		6	
	Gerente Corporativo		2		2	
	Gerente de Loja	13	6		19	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	79	107		186	
	Operacional	2451	1684		4135	
SC	Diretor Sênior	1			1	<b>1347</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	9			9	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	55			55	
	Operacional	1282			1282	
SE	Diretor Sênior					<b>448</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	14			14	
	Operacional	431			431	
SP	Diretor Sênior	18	53	7	78	<b>42419</b>
	Diretor		126	22	148	
	Gerente Corporativo	31	203	55	289	
	Gerente de Loja	75	72		147	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	764	3037	525	4326	
	Operacional	17320	20041	70	37431	
TO	Diretor Sênior					<b>744</b>
	Diretor					
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	18			18	
	Operacional	722			722	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

<b>Total no Brasil</b>	<b>Diretor Sênior</b>	30	53	7	90	<b>100482</b>
	<b>Diretor</b>		173	22	195	
	<b>Gerente Corporativo</b>	32	212	55	299	
	<b>Gerente de Loja</b>	284	143		427	
	<b>Coordenador/Consultor/Profissionais</b>	2030	3926	525	6481	
	<b>Operacional</b>	57918	35002	70	92990	

*II. Ano encerrado em 31 de dezembro de 2020*

<b>Localização geográfica (Estado)</b>	<b>Atividade</b>	<b>Número de funcionários do Atacadão</b>	<b>Número de funcionários do Carrefour</b>	<b>Número de funcionários do CSF</b>	<b>Total</b>	<b>Total por localização geográfica</b>
AC	Diretor Sênior					<b>223</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	1			1	
	Operacional	218			218	
AL	Diretor Sênior					<b>1.080</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5			5	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	23			23	
	Operacional	1.052			1.052	
AM	Diretor Sênior	1			1	<b>1.938</b>
	Diretor		4		4	
	Gerente Corporativo		1			
	Gerente de Loja	4	3		7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	19	62		81	
	Operacional	809	1.036		1.845	
AP	Diretor Sênior					<b>525</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13			13	
	Operacional	509			509	
BA	Diretor Sênior	1			1	<b>4.187</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	19			19	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	106			106	
	Operacional	4.061			4.061	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

CE	Diretor Sênior	1			1	<b>2.192</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	7	2		9	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	51	27		78	
	Operacional	1.609	493		2.102	
DF	Diretor Sênior	1				<b>2.162</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo		1		1	
	Gerente de Loja	3	9		12	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	37	68		105	
	Operacional	612	1.429		2.041	
ES	Diretor Sênior					<b>818</b>
	Diretor		1		1	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3	1		4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13	12		25	
	Operacional	541	247		788	
GO	Diretor Sênior					<b>2.607</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	8	4		12	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	41	59		100	
	Operacional	1.507	985		2.492	
MA	Diretor Sênior					<b>494</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13			13	
	Operacional	463	15		478	
MG	Diretor Sênior	1			1	<b>4.677</b>
	Diretor		7		7	
	Gerente Corporativo		2		2	
	Gerente de Loja	7	23		30	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	45	164		209	
	Operacional	1.254	3.174		4.428	
MS	Diretor Sênior	1			1	<b>1.636</b>
	Diretor		1		1	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	6	1		7	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Coordenador/Consultor/Profissionais	50	15		65	
	Operacional	1.378	184		1.562	
MT	Diretor Sênior	1			1	<b>2.541</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	11			11	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	74	2		76	
	Operacional	2.432	21		2.453	
PA	Diretor Sênior					<b>1.443</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	7			7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	54			54	
	Operacional	1.382			1.382	
PB	Diretor Sênior					<b>1.822</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	6	1		7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	28	33		61	
	Operacional	1.223	529		1.752	
PE	Diretor Sênior	1			1	<b>4.297</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo	1	1		2	
	Gerente de Loja	12	3		15	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	86	54		140	
	Operacional	3.227	909		4.136	
PI	Diretor Sênior					<b>673</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	19			19	
	Operacional	650			650	
PR	Diretor Sênior	1			1	<b>3.559</b>
	Diretor		4		4	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	14	3		17	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	94	63		157	
	Operacional	2.418	962		3.380	
RJ	Diretor Sênior	1			1	<b>7.499</b>
	Diretor		9		9	
	Gerente Corporativo		1			
	Gerente de Loja	18	10		28	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Coordenador/Consultor/Profissionais	114	176		290	
	Operacional	4.207	2.964		7.171	
RN	Diretor Sênior					<b>1.993</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo		1			
	Gerente de Loja	5	2		7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	26	34		60	
	Operacional	1.179	745		1.924	
RO	Diretor Sênior					<b>787</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	14	1		15	
	Operacional	749	19		768	
RR	Diretor Sênior					<b>301</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	2			2	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	8			8	
	Operacional	291			291	
RS	Diretor Sênior	1			1	<b>3.985</b>
	Diretor		6		6	
	Gerente Corporativo		2			
	Gerente de Loja	10	5		15	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	63	106		169	
	Operacional	2.010	1.784		3.794	
SC	Diretor Sênior					<b>787</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5			5	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	26			26	
	Operacional	756			756	
SE	Diretor Sênior					<b>458</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	11			11	
	Operacional	444			444	
SP	Diretor Sênior	16	43	4	63	<b>42.439</b>
	Diretor		126	25	151	
	Gerente Corporativo	31	225	64	320	
	Gerente de Loja	64	72		136	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	813	3.033	446	4.292	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Operacional	15.742	21.618	117	37.477	
TO	Diretor Sênior					539
	Diretor					
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13			13	
	Operacional	523			523	
Total no Brasil	<b>Diretor Sênior</b>	<b>27</b>	<b>43</b>	<b>4</b>	<b>74</b>	95.445
	<b>Diretor</b>	<b>0</b>	<b>173</b>	<b>25</b>	<b>198</b>	
	<b>Gerente Corporativo</b>	<b>32</b>	<b>234</b>	<b>64</b>	<b>330</b>	
	<b>Gerente de Loja</b>	<b>236</b>	<b>139</b>	<b>0</b>	<b>375</b>	
	<b>Coordenador/Consultor/Profissionais</b>	<b>1.854</b>	<b>3.909</b>	<b>446</b>	<b>6.209</b>	
	<b>Operacional</b>	<b>51.028</b>	<b>37.114</b>	<b>117</b>	<b>88.259</b>	

*III. Ano encerrado em 31 de dezembro de 2019*

Localização geográfica (Estado)	Atividade	Número de funcionários do Atacadão	Número de funcionários do Carrefour	Número de funcionários do Banco CSF	Total	Total por localização geográfica
AC	Diretor Sênior					188
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	1			1	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	5			5	
	Operacional	182			182	
AL	Diretor Sênior					923
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	18			18	
	Operacional	901			901	
AM	Diretor Sênior	1			1	1.853
	Diretor		4		4	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4	4		8	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	19	59		78	
	Operacional	790	972		1.762	
AP	Diretor Sênior					250
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	1			1	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Coordenador/Consultor/Profissionais	5			5	
	Operacional	244			244	
BA	Diretor Sênior	1			1	<b>4.172</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	19			19	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	109			109	
	Operacional	4.043			4.043	
CE	Diretor Sênior	1			1	<b>2.108</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	7	2		9	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	50	25		75	
	Operacional	1.558	463		2.021	
DF	Diretor Sênior	1				<b>2.160</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3	12		15	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	32	66		98	
	Operacional	616	1.428		2.044	
ES	Diretor Sênior					<b>807</b>
	Diretor		1		1	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3	1		4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13	12		25	
	Operacional	530	247		777	
GO	Diretor Sênior					<b>2.577</b>
	Diretor		3		3	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	8	5		13	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	40	54		94	
	Operacional	1.455	1.012		2.467	
MA	Diretor Sênior					<b>513</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13			13	
	Operacional	479	18		497	
MG	Diretor Sênior	1			1	<b>4.394</b>
	Diretor		6		6	
	Gerente Corporativo					

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Gerente de Loja	7	26		33	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	47	148		195	
	Operacional	1.303	2.856		4.159	
MS	Diretor Sênior	1			1	<b>1.556</b>
	Diretor		1		1	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5	1		6	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	43	14		57	
	Operacional	1.302	189		1.491	
MT	Diretor Sênior	1			1	<b>2.382</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	10			10	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	70	2		72	
	Operacional	2.271	28		2.299	
PA	Diretor Sênior					<b>1.262</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	6			6	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	46			46	
	Operacional	1.210			1.210	
PB	Diretor Sênior					<b>1.653</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5	2		7	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	25	31		56	
	Operacional	1.088	500		1.588	
PE	Diretor Sênior	1			1	<b>3.908</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo	1			1	
	Gerente de Loja	12	2		14	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	79	51		130	
	Operacional	2.901	859		3.760	
PI	Diretor Sênior					<b>464</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	2			2	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	10			10	
	Operacional	452			452	
PR	Diretor Sênior	1			1	<b>3.010</b>
	Diretor		4		4	
	Gerente Corporativo					

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Gerente de Loja	11	2		13	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	75	60		135	
	Operacional	1.957	900		2.857	
RJ	Diretor Sênior	1			1	<b>6.487</b>
	Diretor		9		9	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	15	12		27	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	95	173		268	
	Operacional	3.362	2.820		6.182	
RN	Diretor Sênior					<b>1.930</b>
	Diretor		2		2	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	5	3		8	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	25	35		60	
	Operacional	1.170	690		1.860	
RO	Diretor Sênior					<b>753</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4			4	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	18	1		19	
	Operacional	706	24		730	
RR	Diretor Sênior					<b>284</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	2			2	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	7			7	
	Operacional	275			275	
RS	Diretor Sênior	1			1	<b>3.844</b>
	Diretor		6		6	
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	10	9		19	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	63	100		163	
	Operacional	2.003	1.652		3.655	
SC	Diretor Sênior					<b>809</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	4	1		5	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	19	9		28	
	Operacional	589	187		776	
SE	Diretor Sênior					<b>301</b>
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	2			2	

**14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

	Coordenador/Consultor/Profissionais	8			8	
	Operacional	291			291	
SP	Diretor Sênior	15	44	4	63	39.441
	Diretor		122	19	141	
	Gerente Corporativo	28	302	67	397	
	Gerente de Loja	59			59	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	710	2.769	426	3.905	
	Operacional	14.378	20.342	156	34.876	
TO	Diretor Sênior					521
	Diretor					
	Gerente Corporativo					
	Gerente de Loja	3			3	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	13			13	
	Operacional	505			505	
Total no Brasil	Diretor Sênior	26	44	4	74	88.551
	Diretor	0	167	19	186	
	Gerente Corporativo	29	302	67	398	
	Gerente de Loja	215	82	0	297	
	Coordenador/Consultor/Profissionais	1.657	3.609	426	5.692	
	Operacional	46.561	35.187	156	81.904	

**b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)**

Embora a Companhia contrate terceiros que lhes prestem serviços, não é possível estabelecer o número exato de trabalhadores que as empresas terceirizadas utilizam para o feito, pois, nesses casos, a contratação se dá a partir do serviço e dos trabalhadores que estarão disponíveis, podendo variar diante da demanda específica de cada loja frente às sazonalidades.

São exemplos de atividades terceirizadas: (i) manutenção; (ii) limpeza; (iii) segurança e recepção; (iv) funcionários temporários; entre outros.

**c. Índice de rotatividade**

Ano	Total %
2021	38,87%
2020	37,28%
2019	40,63%
2018	38,83%
2017	34,40%

## **14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

## **14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos**

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência não houve alterações relevantes com relação aos números descritos na seção 14.1. acima.

## 14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados

### a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração dos empregados da Companhia é estabelecida de acordo com as práticas de mercado – buscamos oferecer uma remuneração competitiva para atrair e reter talentos que nos ajudam a alcançar nossos objetivos de curto, médio e longo prazo. Considerando nosso modelo de negócios, reter profissionais qualificados e experientes é essencial para nosso crescimento, sendo assim nossa estratégia de remuneração deve incluir mecanismos que os incentivem a continuar conosco por muito tempo, equilibrando seu desenvolvimento e crescimento com os nossos resultados e o valor agregado para os acionistas.

Nossa estratégia de remuneração procura equilibrar remuneração fixa (na forma do salário-base) com remuneração de curto e médio prazo (na forma de participação nos lucros) e incentivos de longo prazo (na forma de opções de ação e/ou ações restritas). Com isso, nosso objetivo é dar aos empregados os incentivos para alcançarem ou superarem suas metas anuais, vinculadas ao nosso programa de participação nos lucros, além de tomar medidas de longo prazo para agregar valor para nós.

São concedidos ajustes por mérito e promoção, de modo a reconhecer e recompensar o desempenho dos funcionários e o progresso profissional, e sempre com base nas avaliações de desempenho individuais periódicas.

### b. políticas de benefícios

Com relação aos benefícios, o intuito de nossa política é ser competitiva, com componentes alinhados com práticas de mercado, como cobertura médica e odontológica, plano de pensão, seguro de vida, reembolsos para creches (conforme o acordo coletivo), vales-transporte, refeições e desconto em mercadorias em nossas lojas.

### c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

Para alguns executivos selecionados, o pacote de remuneração aprovado engloba dois planos de Incentivo de Longo Prazo:

- Um plano regular, aprovado anualmente pela assembleia geral da Companhia, consistindo em programas de outorgas anuais, iniciando-se após o IPO. Cada outorga deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração. Os principais termos e condições desta plano estão descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência.
- Um plano de *Performance Shares* Global do Grupo Carrefour outorgado anualmente para executivos chave para o grupo em todos os países de atuação. Este plano faz parte da estratégia de remuneração executiva Global onde podemos ter outorgas anuais visando melhorar a competitividade do Carrefour e reter os executivos que apoiarão o Grupo na consecução dos objetivos de médio e longo prazo, além de obter um maior alinhamento dos interesses desses executivos com os interesses dos acionistas do Grupo Carrefour na França. Os principais termos e condições desta plano também estão descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

Todos os planos têm por objetivo reter executivos selecionados da Companhia por meio da oferta de um pacote de remuneração competitivo, adicionando uma remuneração de longo prazo aos incentivos de curto prazo, de acordo com as práticas do mercado brasileiro.

**14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**

A Companhia respeita e permite a livre filiação sindical, fortalecendo a legítima representação dos empregados através de diversos sindicatos e um número significativo de filiados a estas entidades.

A Companhia tem participação ativa nas regiões em que atua, incentivando negociações coletivas, conduzidas de forma responsável e o cumprimento total às cláusulas definidas nas convenções e Acordos Coletivos, mantendo um relacionamento amigável e respeitoso com os membros dos comitês executivos dos sindicatos.

A Companhia renegocia, a cada ano, novos acordos coletivos com os diversos sindicatos que representam nossos empregados. Os acordos coletivos têm, em geral, prazo de um ano.

Nos últimos 3 exercícios sociais, não houve paralizações ou greves.

#### **14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos**

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada nos itens acima.

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>ÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
<b>Carrefour Nederland B.V.</b>					
05.720.868/0001-80	Estrangeira / Países Baixos	Sim	Sim	26/07/2017	
770.832.970	36,571	0	0,000	770.832.970	36,571
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>Carrefour S.A.</b>					
05.720.151/0001-38	Estrangeira / França	Sim	Sim	30/01/2015	
651.400.000	30,904	0	0,000	651.400.000	30,904
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>OUTROS</b>					
531.372.207	25,212	0	0,000	531.372.207	25,212

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Península II Fundo de Investimento em Participações</b>						
21.334.767/0001-27	Brasileira	Sim	Não	30/07/2020		
154.159.454	7,313	0	0,000	154.159.454	7,313	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
2.107.764.631	100,000	0	0,000	2.107.764.631	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carrefour Nederland B.V.				05.720.868/0001-80		
Carrefour S.A.						
05.720.151/0001-38	Estrangeira / França	Não	Sim	30/01/2015		
2.259.078.554	100,000	0	0,000	2.259.078.554	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.259.078.554	100,000	0	0,000	2.259.078.554	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carrefour S.A.				05.720.151/0001-38		
Carrefour S.A.						
05.720.151/0001-38	Estrangeira / França	Não	Não	30/01/2015		
9.457.539	1,219	0	0,000	9.457.539	1,219	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
766.895.892	98,781	0	0,000	766.895.892	98,781	
TOTAL						
776.353.431	100,000	0	0,000	776.353.431	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
<b>Carrefour S.A.</b>				<b>05.720.151/0001-38</b>	
<b>Bank of America Merrill Lynch Interna</b>					
	Estrangeira	Não	Não	30/01/2015	
48.511.723	6,250	0	0,000	48.511.723	6,250
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>Carrefour S.A.</b>					
05.720.151/0001-38	Estrangeira / França	Não	Não	30/01/2015	
9.457.539	1,220	0	0,000	9.457.539	1,220
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>Galfa SAS</b>					
	Estrangeira	Não	Não	30/01/2015	
101.915.313	13,140	0	0,000	101.915.313	13,140
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações Unidade</b>	<b>Ações %</b>			
TOTAL	0	0.000			
<b>OUTROS</b>					
553.448.157	71,330	0	0,000	553.448.157	71,330

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Carrefour S.A.				05.720.151/0001-38	
Peninsula Europe SARL					
	Estrangeira	Não	Não	30/05/2015	
62.563.160	8,060	0	0,000	62.563.160	8,060
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
<b>TOTAL</b>					
775.895.892	100,000	0	0,000	775.895.892	100,000

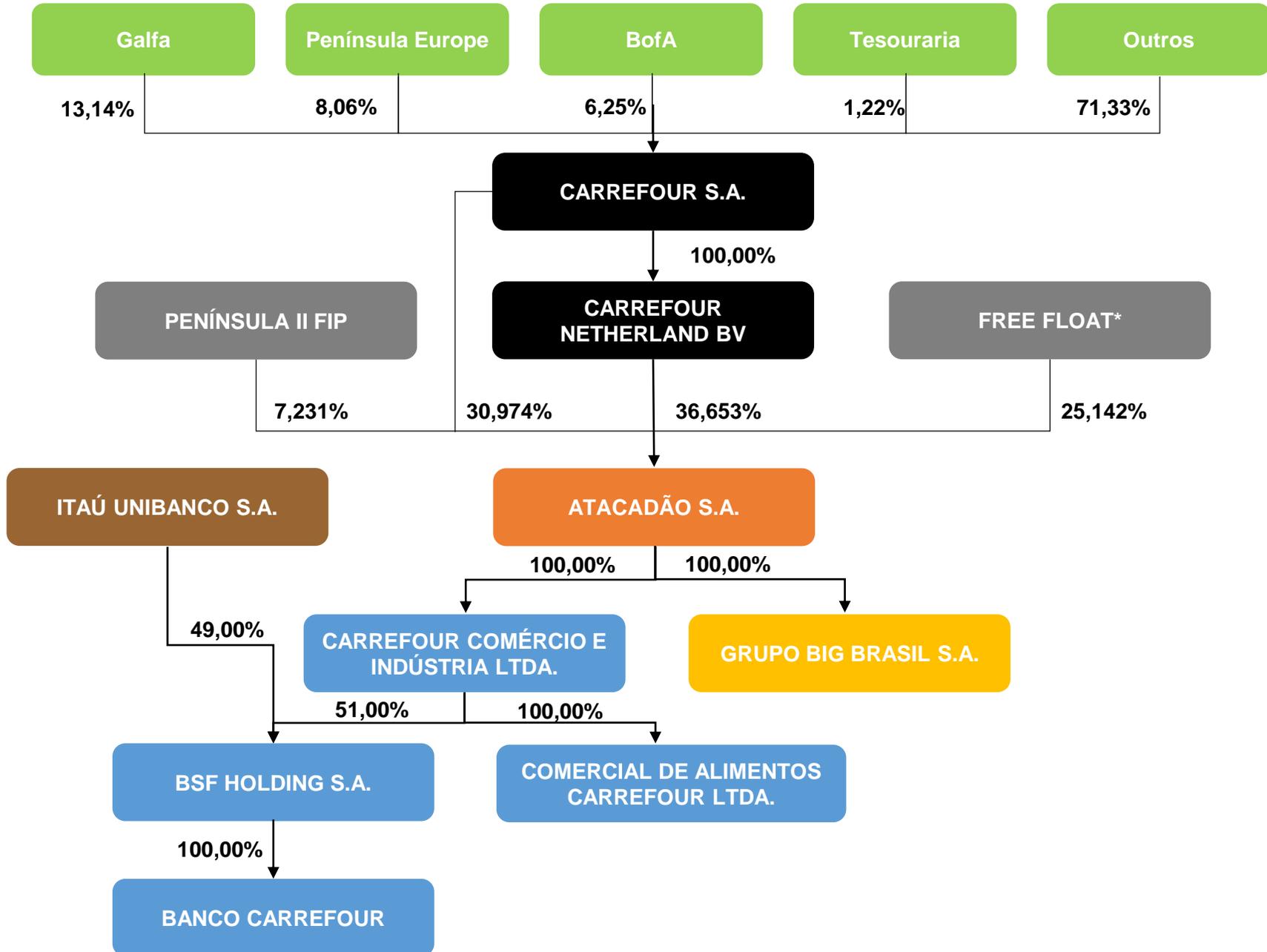
**15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital**

<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	19/05/2022
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	15.516
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	365
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	743

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	528.743.156	25,142%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	528.743.156	25,142%



## **15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**

### **a. Partes**

Carrefour S.A. (“CSA”) e Carrefour Nederland B.V. (“CNBV” e, em conjunto com CSA, “Carrefour”), de um lado, e Península II Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia (“Península”), do outro lado, são partes do acordo de acionistas da Companhia, cujos principais termos e condições encontram-se resumidos a seguir.

### **b. Data de Celebração**

O acordo de acionistas da Companhia foi celebrado em 06 de junho de 2022.

### **c. Prazo de vigência**

O acordo de acionistas estará em vigor até 06 de junho de 2025 sendo tacitamente renovado por um período subsequente de 5 (cinco) anos, exceto na hipótese de denúncia, mediante envio de aviso prévio por escrito 6 (seis) meses antes da data de vencimento.

Adicionalmente, o acordo de acionistas da Companhia será automaticamente rescindido, dentre outras hipóteses: (i) mudança direta ou indireta de controle da Península ou de qualquer de suas Afiliadas detentoras de ações da Companhia; (ii) o número de ações da Companhia detidas pela Península, direta ou indiretamente através de afiliadas, se torne inferior a 4% do nosso capital social ou dos direitos de voto da Companhia, sendo que caso haja emissão de ações pela Sociedade ou diluição do capital social da Companhia, que ocorra após a data de celebração do Acordo de Acionistas e que não preveja direitos de preferência para os acionistas da Companhia, a porcentagem supramencionada será automaticamente reduzida de modo a refletir tal emissão ou diluição, não podendo ser inferior a 3%; e (iii) caso, por qualquer motivo, a Península ou qualquer uma de suas Afiliadas torne-se direta e/ou indiretamente detentora de mais de 10% do capital social de um Concorrente (conforme tal termo é definido no acordo de acionistas) ativo no Brasil.

### **d. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

Não aplicável, tendo em vista que, atualmente, o acordo de acionistas da Companhia não prevê cláusulas relacionadas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

### **e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais**

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração é composto por 13 (treze) membros (ou 12 membros, caso não haja nomeação conjunta do membro indicado no item “(iii)” abaixo), sendo: (i) 7 (sete) indicados pelo Carrefour; (ii) 2 (dois) indicados pela Península; (iii) 1 (um) membro indicados conjuntamente pelo Carrefour e Península; e (iv) 3 (três) membros independentes adicionais, nomeados por maioria simples pela Assembleia Geral dos acionistas, mediante proposta do Conselho de Administração, com base em seleção preparada pelo Comitê de Talento, Cultura e Integração e sujeitos aos requisitos do Regulamento do Novo Mercado.

Especificamente sobre a eleição dos membros independentes do Conselho de Administração, o número de membros independentes efetivamente eleitos pelos acionistas da Companhia (que não o Carrefour ou a Península) poderá ser na medida em que outros conselheiros sejam eleitos pelos sistemas de votação em separado e/ou voto múltiplo. Ou seja, se os acionistas da Companhia (excetuando-se o Carrefour e a Península) puderem eleger 2 (dois) membros do conselho através de votação em separado e/ou múltiplo: (i) os 2 (dois) membros assim eleitos contarão como conselheiros independentes; e (ii) apenas o conselheiro independente restante será eleito através de Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, conforme descrito no item “(iv)” acima. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia serão nomeados entre os membros indicados pelo Carrefour, por maioria simples dos votos dos conselheiros, sendo

## 15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas

que o Sr. Abílio Diniz será nomeado vice-presidente, mantendo-se no cargo enquanto o Acordo de Acionistas permanecer em vigor.

Adicionalmente, nos termos do acordo de acionistas, os comitês estatutários da Companhia deverão ser formados de acordo com os critérios a eles especificamente aplicáveis e observado sempre o seguinte:

- O Comitê de Auditoria deve ser composto por 5 (cinco) membros e 1 (um) observador, sendo, 4 (quatro) membros indicados pelo Carrefour e 1 (um) membro indicado entre os independentes. Ainda, o observador poderá ser indicado pela Península. O Presidente do Comitê de Auditoria deverá ser escolhido pelo Carrefour.
- O Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais deve ser composto por 7 (sete) membros (ou 6 (seis) membros, caso não haja nomeação conjunta do membro indicado de acordo com o item "(iii)" abaixo) entre os membros do Conselho de Administração e 2 (dois) observadores (que podem ou não ser membros do Conselho de Administração), dentre eles, (i) 4 (quatro) indicados pelo Carrefour; (ii) 1 (um) indicado pela Península; (iii) 1 (um) membro nomeado conjuntamente pelo Carrefour e Península e (iv) 1 (um) membro nomeado entre os membros independentes do Conselho de Administração. Os 2 (dois) observadores do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais poderão ser indicados pela Península. O Presidente do Comitê de Estratégia e Projetos Transformacionais deverá ser escolhido pelo Carrefour.
- O Comitê de Talentos, Cultura e Integração deve ser composto por 5 (cinco) membros entre os membros do Conselho de Administração e 2 (dois) observadores, que podem ser ou não membros do Conselho de Administração, dentre eles, (i) 3 (três) indicados pelo Carrefour; (ii) 1 (um) indicado pela Península; e (iii) 1 (um) membro independente, nomeado entre os membros independentes do Conselho de Administração. Os 2 (dois) observadores do Comitê de Talentos, Cultura e Integração poderão ser indicados pela Península. O Presidente do Comitê de Talentos, Cultura e Integração deverá ser escolhido pela Península.

### f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

#### *Restrição à Transferência de Ações*

A Península, bem como suas Afiliadas, durante a vigência do Acordo de Acionistas, não poderão transferir direta ou indiretamente qualquer uma de suas ações para qualquer pessoa (ou para qualquer Afiliada dessa pessoa) que conduzir atividades no varejo de alimentos em massa em qualquer parte do mundo (incluindo através de canais online) que represente, um faturamento consolidado gerado com essa atividade de varejo de alimentos em massa, nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, iguais ou superiores a USD 1.000.000.000 (um bilhão de dólares americanos).

#### *Transferências Permitidas*

Como exceção às restrições de transferência mencionadas acima, o acordo de acionistas estabelece que qualquer transferência direta ou indireta de ações pela Península pode ser feita sem restrições, caso haja (i) transferências efetuadas pela Península para uma de suas Afiliadas ou (ii) transferência de ações ou quotas emitidas pela Península que não resulte em alteração de controle, sendo que a Península e as suas Afiliadas, quando aplicável, devem cumprir determinadas regras previstas no Acordo de Acionistas. O acordo de acionistas também estabelece que qualquer transferência direta ou indireta de ações pelo Carrefour pode ser feita sem restrições, pela CNBV e/ou CSA para uma de suas Afiliadas, sendo que estas últimas devem cumprir determinadas regras previstas no Acordo de Acionistas.

### g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho

## **15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**

### **de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle**

Não aplicável, tendo em vista que, atualmente, o nosso acordo de acionistas não prevê cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

## **15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações acionárias dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

## 15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias

### 2021 - Aquisição do Grupo BIG

Conforme Fato Relevante divulgado em 24 de março de 2021, a Companhia celebrou, com Momentum – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, controlado por entidades sob gestão de entidade afiliada à Advent International Corporation, e Brazil Holdings S.C.S, companhia controlada pelo Walmart Inc. (“Vendedores”), contrato para aquisição da totalidade das ações de emissão do Grupo BIG Brasil S.A. (“Grupo BIG” e “Contrato”).

Por meio do Contrato, a Companhia adquirirá, por meio de compra e venda, ações ordinárias representativas de 70% do capital social do Grupo BIG, pelo montante de R\$ 5.250.000.000,00, em moeda corrente nacional, sujeito à correção e ajustes nos termos do Contrato (“Compra e Venda”), e, subsequentemente, por meio de incorporação de ações, as ações ordinárias remanescentes representativas dos 30% do capital social do Grupo Big (“Incorporação de Ações” e, em conjunto com a Compra e Venda, a “Operação”).

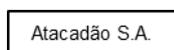
A consumação da aquisição ainda está condicionada à satisfação (ou renúncia, conforme o caso) de determinadas condições precedentes usuais em transações desta natureza.

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 25 de janeiro de 2022, a Superintendência-Geral do CADE (“SG”) emitiu o Despacho SG nº 85/2022 com a recomendação de aprovação da aquisição do Grupo BIG, mediante a celebração de Acordo em Controle de Concentrações (“ACC”).

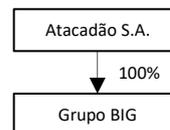
A proposta de ACC negociada pela SG com a Companhia e com o Grupo BIG prevê o desinvestimento de algumas lojas, mas em patamar inferior àquele divulgado na declaração de complexidade emitida pela SG em 12 de novembro de 2021 (i.e. menos de 10% dos estabelecimentos do Grupo BIG), conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia naquela mesma data.

A aquisição do Grupo BIG foi analisada em 25 de maio de 2022 pelo Tribunal do CADE que decidiu, de forma definitiva, em 25 de maio de 2022, aprová-la de forma condicionada à celebração e cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações que inclui obrigações de desinvestimento de 14 lojas (11 hipermercados/atacarejo e 3 supermercados/soft discount). A Companhia poderá realizar os referidos desinvestimentos após o fechamento da operação, quando também iniciará o trabalho de integração das duas companhias, o que inclui a conversão de diversas lojas do Grupo Big.

#### Quadro Societário Antes da Operação



#### Quadro Societário Após a Operação



Em 19 de maio de 2022, foi aprovada (com condição suspensiva), em sede de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a Operação com o conseqüente aumento de capital da Companhia, de R\$7.660.725.261,16 para R\$9.910.725.262,96, mediante a emissão de 116.822.430 novas ações, que se tornará válido na data de fechamento da Operação, com efeitos a partir da satisfação (ou renúncia, conforme o caso) das condições precedentes previstas no Contrato.

### 2020 - Aquisição de lojas e postos do Makro Atacadista

## **15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**

Em 16 de fevereiro de 2020, a Companhia celebrou Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças com o Makro Atacadista S.A. ("Makro"), entre outras companhias do seu grupo econômico, para a aquisição, pela Companhia, de 29 lojas (das quais, 22 são próprias e 7 alugadas) e 13 postos de combustíveis operados pelo Makro, localizados em 17 estados brasileiros, pelo montante total máximo de R\$ 1.953.000.000,00. Em 24 de junho de 2021, a Companhia divulgou Fato Relevante informando a conversão de todas as lojas adquiridas do Makro Atacadista SA para a bandeira Atacadão, e que em 1º de junho de 2021 concluiu a inauguração de todas as lojas, com exceção da loja alugada localizada em São Gonçalo/RJ (e respectivo posto de combustível), que foi excluída da transação, por questões negociais junto ao proprietário do imóvel.

Não houve alteração no quadro societário após a operação, uma vez que a Companhia adquiriu ativos apenas (lojas e postos de combustíveis).

## **15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico**

O Carrefour S.A., companhia aberta francesa, não possui controlador, de maneira que não há necessidade de indicação de seus acionistas no item 15.1/15.2 acima.

Apresentamos abaixo uma descrição das principais condições do Acordo de Acionistas da BSF e do Banco CSF.

### **a. Partes**

CCI e Itaú são parte do acordo de acionistas da BSF e do Banco CSF, cujos principais termos e condições encontram-se resumidos a seguir. O CCI detém 51% do capital social da BSF e o Itaú detém 49% do capital social da BSF.

### **b. Data de Celebração**

O acordo de acionistas foi celebrado em 31 de maio de 2012. O acordo de acionistas estará em vigor até 31 de maio de 2032, sendo automaticamente renovado por um período subsequente de 10 (dez) anos, a não ser que rescindindo mediante envio de aviso prévio antes da data de vencimento.

### **c. Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle**

O acordo de acionistas concede determinados direitos ao Itaú, notadamente com relação às seguintes matérias, as quais exigirão a aprovação do Itaú ou dos conselheiros por ele indicados, conforme o caso:

**(A)** No nível das assembleias gerais da BSF ou do Banco CSF, da seguinte forma:

- (i) qualquer alteração do estatuto social que possa alterar qualquer dos direitos dos acionistas (incluindo qualquer transação que afete o capital social ou as ações);
- (ii) qualquer alteração à política de dividendos; e
- (iii) qualquer reorganização societária, dissolução, liquidação, incorporação, transformação, fusão, cisão, consolidação, ou outras combinações de negócios ou processos de insolvência envolvendo a BSF.

**(B)** No nível do conselho de administração do Banco CSF, da seguinte forma:

- (i) aprovação e revisão do orçamento anual e do plano de negócios do Banco CSF;
- (ii) aprovação de transações específicas (como alienação de ativos) acima de determinados limites.

Em caso de desacordo nas assembleias gerais ou nas reuniões conselho de administração, o acordo de acionistas prevê mecanismos de resolução de impasse.

### **d. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores**

A BSF é administrada por uma diretoria e o Banco CSF é administrado por um conselho de administração e por uma diretoria.

O conselho de administração do Banco CSF é composto por 5 (cinco) membros. O CCI tem o direito de indicar 3 (três) membros, sendo 1 (um) designado como presidente, e o Itaú tem o direito de indicar os demais 2 (dois) membros.

A diretoria do Banco CSF é composta por 6 (seis) membros. O diretor presente e o diretor financeiro são indicados por CCI e Itaú, após um processo de consulta entre os acionistas. Os demais membros da Diretoria são indicados pelo diretor presidente.

### **e. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las**

O acordo de acionistas estabelece que nenhum acionista poderá transferir a totalidade ou parte das ações detidas na BSF a terceiros (a não ser que para uma de suas afiliadas), exceto se respeitados os termos e

**15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico**

condições previstos no acordo de acionistas.

Em especial, transferências de ações de um acionista a terceiros estão sujeitas a (i) direito de preferência do outro acionista; (ii) direito de venda conjunta (*tag along*) em favor do outro acionista (caso a transferência seja da totalidade de ações detidas pelo acionista alienante). Em qualquer caso, o adquirente das ações deverá expressamente aderir a todos os termos e condições do acordo de acionistas.

## 16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

Nossa Política de Transações com Partes Relacionadas e Gerenciamento de Conflitos de Interesse (“Política de Transações com Partes Relacionadas”) foi aprovada por nosso Conselho de Administração, de acordo com nosso Estatuto Social, em 19 de maio de 2017.

O objetivo da Política de Transações com Partes Relacionadas é: (i) guiar as condutas dos Conselheiros e Diretores da Companhia e de suas controladas, bem como dar maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral, no que se refere a transações envolvendo partes relacionadas; e (ii) garantir que tais transações estejam alinhadas com os interesses da Companhia, assegurando, de maneira geral, um tratamento comutativo em tais transações. Nossa política é aplicável a todos os nossos Conselheiros e Diretores, bem como aos de nossas controladas, sendo que se encontra disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores <https://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/>, e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### Política de Transações com Partes Relacionadas

De acordo com nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, “Parte Relacionada” significa, em relação à Companhia, qualquer pessoa física ou jurídica, ou qualquer outra entidade que:

- a) direta ou indiretamente, por meio de um ou mais intermediários: (i) controle a Companhia ou esteja sob controle comum com a Companhia; ou (ii) detenha participação que lhe permita exercer influência significativa sobre a Companhia;
- b) seja conselheiro, diretor ou detenha outro cargo executivo não estatutário que lhe conceda autoridade ou responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia;
- c) seja um membro próximo da família dos indivíduos descritos nos itens (a) e (b) acima;
- d) seja uma entidade direta ou indiretamente controlada pelos indivíduos descritos nos itens (a), (b) e (c) acima;
- e) seja uma coligada da Companhia ou de qualquer dos indivíduos descritos nos itens (a), (b) e (c) acima; ou
- f) seja um fundo de pensão de benefícios pós-aposentadoria, cujos beneficiários sejam os empregados da Companhia.

Para os fins da Política de Transações com Partes Relacionadas (i) os termos “controle”, “coligada” e “influência significativa” serão interpretados de acordo com os dispositivos aplicáveis da Lei das Sociedades por Acionistas; e (ii) entende-se como “familiares próximos” membros da família que se pode esperar que influenciem ou sejam influenciados pela pessoa contratando com a Companhia, incluindo (a) seu cônjuge ou companheiro e filhos; (b) filho de seu cônjuge ou companheiro; e (c) seus dependentes, bem como os cônjuges de seus dependentes.

Para os fins da Política de Transações com Partes Relacionadas, uma “Transação com Partes Relacionadas” significa uma transação em que uma Parte Relacionada, conforme definida acima, celebra um contrato com a Companhia ou com qualquer uma de suas controladas. Além disso, o termo “contrato” refere-se a transações nas quais haja transferência de recursos, prestação de serviços ou assunção de obrigações entre uma Parte Relacionada e a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, independentemente de as partes terem atribuído ou não um valor ou preço à transação.

Adicionalmente, o Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”), sobre transações com partes relacionadas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e aprovado pela CVM, conforme a Deliberação da CVM nº 642/10, conceitua como “transações com partes relacionadas” as “transferências de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida”. São exemplos de transações mais comuns:

## 16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

- Compra ou venda de produtos e serviços;
- Contratos de empréstimos ou adiantamentos (mútuos);
- Contratos de agenciamento ou licenciamento;
- Avais, fianças e quais outras formas de garantias;
- Transferências de propriedade intelectual, pesquisa e tecnologia;
- Compartilhamento de infraestrutura ou estrutura; e
- Patrocínios e doações.

### Procedimentos e aprovações para Transações com Partes Relacionadas

Cada Conselheiro e Diretor da Companhia, bem como de suas controladas, deverá preencher, no momento de sua nomeação, um questionário criado para coletar informações sobre as Partes Relacionadas a ele, de acordo com as definições contidas na Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como deverá informar ao departamento jurídico da Companhia qualquer operação prevista de que tome conhecimento que possa ser caracterizada como uma Transação com Partes Relacionadas. Cada um desses indivíduos também será responsável por obter as informações relevantes de seus familiares próximos e atualizar as informações relevantes periodicamente.

Os diretores não estatutários da Companhia e de suas controladas serão instruídos pelos Diretores da Companhia e orientados a informar ao departamento jurídico qualquer Transações com Partes Relacionadas potenciais ou previstas de que tomem conhecimento antes de sua assinatura e/ou implementação.

Cada Transação com Partes Relacionadas potencial ou prevista informada deverá ser analisada pelo departamento jurídico para determinar se ela, de fato, constitui uma Transação com Parte Relacionada sujeita aos procedimentos da Política de Transações com Partes Relacionadas. O departamento jurídico deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas considerando (i) o montante envolvido; e (ii) se elas dizem respeito a uma operação dentro do curso normal dos negócios ou não, para determinar quais os órgãos competentes responsáveis por sua avaliação e análise e, se aplicável, sua aprovação de acordo com a Política de Transações com Partes Relacionadas. O departamento jurídico poderá consultar previamente o Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário com relação à classificação das Transações com Partes Relacionadas.

Se a análise levar à conclusão de que a Transação com Parte Relacionada deve ser informada ao Comitê de Auditoria Estatutário e/ou ao Conselho de Administração, o departamento jurídico deverá enviar ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração, antecipadamente, todas as informações relevantes que permitam ao Comitê de Auditoria Estatutário e, então, ao Conselho de Administração, analisar a Transação com Parte Relacionada.

Antes de celebrar qualquer Transação com Parte Relacionada e a menos que tal transação seja aprovada pelos acionistas em uma assembleia geral, o processo descrito abaixo deverá ser seguido dependendo do montante em questão e se a Transação com Parte Relacionada será realizada no curso normal dos negócios ou não:

### Transação com Parte Relacionada a ser celebrada no curso normal dos negócios

- g) Valor abaixo de R\$ 50.000.000,00 (em uma única transação ou em uma série de transações celebradas dentro de um período de doze meses): aprovação formal prévia do departamento jurídico com comunicação ao Comitê de Auditoria Estatutário após a assinatura da transação.
- h) Valor entre R\$ 50.000.000,00 e R\$ 100.000.000,00 (em uma única transação ou em uma série de

## 16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

transações celebradas dentro de um período de doze meses): aprovação formal prévia do departamento jurídico, com base no parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, antes da assinatura da transação.

- i) Valor acima de R\$ 100.000.000,00 (em uma única transação ou em uma série de transações celebradas dentro de um período de doze meses): aprovação formal prévia do Conselho de Administração, com base no parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.

### Transação com Parte Relacionada a ser celebrada fora do curso normal dos negócios

- a) Valor abaixo de R\$ 50.000.000,00 (em uma única transação ou em uma série de transações celebradas dentro de um período de doze meses): aprovação formal prévia do departamento jurídico, com base no parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, antes da assinatura da transação.
- b) Valor entre R\$ 50.000.000,00 e R\$ 100.000.000,00 (em uma única transação ou em uma série de transações celebradas dentro de um período de doze meses): aprovação formal prévia do Conselho de Administração, com base no parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.
- c) Valor acima de R\$ 100.000.000,00 (em uma única transação ou em uma série de transações celebradas dentro de um período de doze meses): aprovação formal prévia do Conselho de Administração, com base no parecer do Comitê de Auditoria Estatutário.

O Conselho de Administração ou o departamento jurídico, a seu exclusivo critério, poderão estabelecer, como condição para a aprovação da Transação com Parte Relacionada, qualquer modificação que entendam como necessária para que a transação possa ser concluída de maneira justa e observando o interesse da Companhia e/ou de sua controlada.

Caso uma Transação com Parte Relacionada deva ser aprovada pelos acionistas em uma assembleia geral, essa transação deverá ser submetida aos acionistas, com base em um relatório a ser submetido pelo Conselho de Administração da Companhia.

### Critério para aprovação de Transações com Partes Relacionadas

Na análise das Transações com Partes Relacionadas, bem como em sua decisão ou seu parecer sobre os méritos de tais transações, conforme aplicável, o departamento jurídico, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Conselho de Administração, conforme aplicável, deverão considerar os critérios que considerem relevantes para a análise da transação, em especial:

- a) se há bases justificáveis, do ponto de vista comercial da Companhia e/ou de suas controladas, para a realização da transação com parte relacionada;
- b) se a transação será concluída em bases financeiras ao menos tão favoráveis à Companhia e/ou às suas controladas, àquelas normalmente disponíveis no mercado ou àquelas oferecidas a um, ou por um, terceiro independente em circunstâncias equivalentes;
- c) se ocorreu um processo competitivo para tal transação e o resultado desse processo;
- d) a metodologia de avaliação utilizada e outras abordagens possíveis para avaliação da transação;
- e) possíveis disposições ou limitações impostas à Companhia e/ou às suas controladas em consequência da celebração da transação ou se a transação incluir qualquer risco potencial à Companhia e/ou às suas controladas (incluindo risco reputacional); e
- f) extensão da participação da parte relacionada na transação, levando em consideração o montante envolvido na transação, a situação financeira geral da parte relacionada, a natureza direta ou indireta da participação da parte relacionada na transação e a natureza contínua ou não da transação, dentre outros aspectos que considerarem relevantes.

Ainda, cabe destacar que, com a alteração da Lei 6.404/76 pela Lei 14.195/21, cabe à Assembleia Geral a

## 16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.

aprovação de Transações com Partes Relacionadas caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da companhia constantes do último balanço aprovado.

### **Transações com Partes Relacionadas excetuadas dos procedimentos da Política de Transações com Partes Relacionadas**

As transações com partes relacionadas a seguir não estarão sujeitas aos procedimentos prévios de análise e aprovação previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas, especificamente em suas cláusulas 3 e 4:

- a) remuneração (incluindo remuneração fixa e variável e possíveis planos de incentivo de longo prazo (incluindo na forma de planos de opção de compra de ações) e outros benefícios (como a disponibilização de um celular de trabalho, computador, veículos de trabalho, garantias pela Companhia em contratos de aluguel, etc.) dos Conselheiros e Diretores da Companhia e/ou de suas controladas, desde que tenham sido determinados pelos respectivos órgãos societários de cada respectiva entidade;
- b) transações entre a Companhia e qualquer controlada da Companhia;
- c) concessão de garantias pela Companhia a controladas, desde que os termos e condições contidos nos contratos que regem a garantia concedida pela Companhia cumpram aqueles previamente aprovados pelo Conselho de Administração;
- d) renovação de transações com partes relacionadas já aprovadas pelo departamento jurídico ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, desde que estejam sob os mesmos termos e condições pré-existentes;
- e) reembolso de despesas de viagem e treinamento, desde que elas sejam devidamente justificadas e razoáveis, em linha com os respectivos procedimentos de viagem e treinamento aplicáveis; e
- f) venda e/ou fornecimento de produtos, desde que os termos e condições do contrato de fornecimento e suas condições financeiras tenham sido celebrados em bases comutativas com um nível adequado de qualidade de produtos.

### **Conflito de Interesses**

Nos termos de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, entende-se como conflito de interesses o evento ou a circunstância em que uma parte relacionada que possua qualquer tipo de negócio ou potencial transação com a Companhia e/ou qualquer de suas controladas, encontre-se envolvida em processo decisório em que ela tenha o poder de influenciar ou direcionar o resultado de tal processo, assegurando um ganho e/ou benefício para si ou algum familiar próximo, em detrimento da Companhia e/ou de suas controladas.

Em situações em que qualquer Transação com Parte Relacionada exija aprovação prévia, a pessoa envolvida no processo de aprovação que estiver em uma situação de conflito de interesses pessoal, deverá informar essa situação ao departamento jurídico e, conforme aplicável, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatuário responsável pela análise e/ou aprovação e deverá explicar seu envolvimento na transação e, mediante solicitação, fornecer detalhes e explicações sobre os termos e condições da transação e sua situação.

Nos termos do Artigo 156 da Lei das S.A., os Conselheiros ou Diretores da Companhia que estejam em situação de interesse pessoal conflitante deverão cientificar os demais membros do Conselho de Administração ou da Diretoria de seu impedimento e fazer consignar, em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria, a natureza e a extensão do seu impedimento.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**

### **Violações**

Se qualquer Transação com Parte Relacionada não tiver sido submetida aos procedimentos de aprovação previstos na Política de Transações com Partes Relacionadas antes de sua assinatura e/ou implementação, essa transação deverá ser informada ao departamento jurídico para análise e aprovação pelo Conselho de Administração ou pelo próprio departamento jurídico, conforme aplicável. Tal órgão deverá conduzir a análise conforme previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas e deverá considerar, ainda, todas as opções disponíveis à Companhia, incluindo a ratificação, alteração ou término da transação.

O departamento jurídico, o Comitê de Auditoria Estatutário e, conforme o caso, o Conselho de Administração, deverão examinar também os fatos e circunstâncias relacionados à não submissão da Transação com Parte Relacionada à aprovação nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas e deverão tomar as medidas que considerem apropriadas, garantindo a eficácia da Política de Transações com Partes Relacionadas.

### **Divulgação de Transações com Partes Relacionadas**

De acordo com os termos do artigo 247 da Lei das Sociedades por Ações e da Deliberação da CVM nº 642/10, a Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas em suas demonstrações financeiras, fornecendo detalhes suficientes para identificar as Partes Relacionadas e todos os termos essenciais de tais transações. A divulgação de tais informações deverá ser feita, de forma clara e precisa, nas notas das demonstrações financeiras da Companhia, em conformidade com as regras contábeis aplicáveis.

A Companhia também divulgará as Transações com Partes Relacionadas de acordo com a regras aplicáveis da CVM.

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CCI e Carrefour Marchandises Internationales		7.166.000,00	R\$ 7.322.000,00	100%	Não aplicável	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Valor de repasse de custos referente ao pagamento para Carrefour Merchandises Internationales, empresa do Grupo responsável por prestação de serviços, a nível global, relacionados às atividades operacionais e de expansão. Valor mensalizado de acordo com Budget divulgado pelo Grupo, e liquidado com base na emissão das Invoices.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços						
Atacadão e Banco CSF	15/09/2016	825.000.000,00	R\$ 274.000.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada.						
<b>Objeto contrato</b>	O objetivo do contrato foi outorgar ao Banco CSF (segmento de soluções financeiras do Grupo Carrefour Brasil) o direito exclusivo de explorar produtos e serviços financeiros nas redes de loja da Companhia. Os ativos intangíveis outorgados pela Companhia serão explorados pelo Banco CSF durante a prazo do contrato. Por se tratar de uma transação com uma controlada indireta, o valor é reconhecido na companhia apenas no limite da participação do minoritário na BSF Holding S.A., controlada direta do Banco CSF S.A – 49,0%.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Haverá inadimplemento relevante de qualquer obrigação prevista no contrato, não sanada em 60 dias; (ii) se uma das partes estiver sujeita a recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial; e (iii) qualquer evento de força maior que impeça o Banco CSF, por um período superior a 180 dias, de fornecer serviços financeiros.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Contrato de exclusividade para uso da marca						
Atacadão e Carrefour Systèmes D'information	22/04/2014	29.037.000,00	R\$ 22.450.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum (Carrefour S.A.)						
<b>Objeto contrato</b>	Carrefour Systèmes d'Information fornece para a Companhia serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços.						
CCI e Maison Joannes Boubee		774.000,00	R\$ 695.000,00	100%	Não aplicável	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Maison Joannes Boubee. adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo a CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Várias ordens de compra ao longo do ano.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Fornecimento de mercadorias						
CCI e Sociedad Compras Modernas		575.000,00	R\$ 600.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum (Carrefour S.A.)						
<b>Objeto contrato</b>	Referente a compra de bens do fornecedor. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Várias ordens de compra ao longo do ano. Repasse de despesa de pessoal e despesas diversas, pagas pela Folha local aos Expatriados,. Não há nenhum contrato formal assinado.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Compra e venda de mercadorias / Despesa de pessoal						
CCI e Carrefour Import S.A.		251.618.000,00	R\$ 83.531.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Objeto contrato</b>	Carrefour Import S.A.S. adquire bens de fornecedores externos e revende para as entidades do Grupo Carrefour e Grupo Carrefour Brasil que atuam no ramo de varejo, sendo a CCI uma delas. Não há nenhum contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Várias ordens de compra ao longo do ano.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Fornecimento de mercadorias.						
CCI e INC S.A.		2.963.000,00	R\$ 15.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Compras, pela entidade controlada CCI, de produtos alimentícios de outra entidade sob controle comum INC S.A.. Não existe contrato formal assinado, os preços de compra são determinados sob condições de mercado para todas as transações. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Foram realizadas várias ordens de compra ao longo do ano.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Fornecimento de mercadorias						
CCI e Carrefour Systèmes D'information	22/04/2014	32.341.000,00	R\$ 30.262.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Carrefour Systèmes d'Information fornece para a Companhia e para a CCI serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços.						

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CCI e Carrefour S.A.		59.747.000,00	R\$ 50.437.000,00	100%	Não aplicável	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista controlador.						
<b>Objeto contrato</b>	Carrefour S.A fornece para a Companhia e para a CCI serviços de referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços						
CCI e Carrefour Management		147.000,00	R\$ 147.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Repasse de despesa de pessoal e despesas diversas, pagas pela Folha local aos Expatriados, que prestam serviços diretamente ligados as operações de Intercompany no Brasil, alocados na área comercial. Não há nenhum contrato formal assinado.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Despesa de pessoal						
CCI e Compagnie D'activite et De Commerce International -Caci-		592.000,00	R\$ 592.000,00	100%	Não aplicável	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Compagnie D'activite et De Commerce International fornece para a Companhia e para o CCI mercadoria. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Não há contrato formal assinado.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Fornecimento de mercadorias.						

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Atacadão e Cotabest	13/03/2020	15.000.000,00	R\$ 11.947.000,00	100%	3 anos.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada.						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de mútuo a ser integralmente utilizado para financiamento das atividades da controlada, nos termos dos Planos de Negócios e Orçamentos Anuais aprovados pelo Conselho de Administração da controladora.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	As obrigações assumidas no contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, ao seu integral cumprimento.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>							
Atacadão e CCI	29/05/2020	1.000.000.000,00	R\$ 1.079.000.000,00	100%	2 anos.	SIM	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de mútuo entre a Companhia e sua controlada (CCI), com limite de R\$ 1 bilhão, que poderia ser utilizado de modo fracionado mediante demanda do CCI. Durante os meses de junho e julho de 2021, o CCI contratou a totalidade do limite disponível (R\$ 1 bilhão) e os juros acumulados ao fim do exercício deste ano foram de R\$ 79 milhões.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	As obrigações assumidas no contrato têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus eventuais sucessores, ao seu integral cumprimento.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo. Taxa de juros de CDI +1,62%.						
CCI e Carrefour World Trade	06/12/2004	71.231.000,00	R\$ 37.281.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum						
<b>Objeto contrato</b>	Estes montantes referem-se principalmente aos benefícios comerciais remetidos pela CWT para a Companhia, com base na verificação de condições e compromissos estabelecidos em acordos internacionais negociados pela CWT com fornecedores, objetivando a geração de sinergias para as companhias do grupo Carrefour ao adotar uma estratégia harmonizada na seleção de fornecedores. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	(i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro de um mês a contar da notificação da outra parte; (ii) o contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência, à outra parte; e (iii) a exclusivo critério da Carrefour World Trade, no caso de mudança direta ou indireta do controle da Companhia, caso o adquirente do controle da Companhia seja, diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias do Grupo Carrefour e do Grupo Carrefour Brasil.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Benefícios comerciais em acordos internacionais realizados pela parte relacionada						
Atacadão e Carrefour World Trade		177.421.000,00	R\$ 81.780.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Estes montantes referem-se principalmente aos benefícios comerciais remetidos pela CWT para a Companhia, com base na verificação de condições e compromissos estabelecidos em acordos internacionais negociados pela CWT com fornecedores, objetivando a geração de sinergias para as companhias do grupo Carrefour ao adotar uma estratégia harmonizada na seleção de fornecedores. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	(i) inadimplemento de quaisquer obrigações não sanadas dentro de um mês a contar da notificação da outra parte; (ii) o contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência, à outra parte; e (iii) a exclusivo critério da Carrefour World Trade, no caso de mudança direta ou indireta do controle da Companhia, caso o adquirente do controle da Companhia seja, diretamente ou indiretamente, um concorrente das companhias do Grupo Carrefour e do Grupo Carrefour Brasil.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Benefícios comerciais de acordos internacionais realizado pela parte relacionada.						
Atacadão e Carrefour Finance	01/01/2021	4.629.845.000,00	R\$ 1.589.185.000,00 (EUR 251.457.300,00)	100%	Não aplicável.	SIM	0,600000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Contrato de empréstimo na modalidade de 'revolving credit facility' limitado ao valor global de EUR 725.000.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões de Euros), destinado a finalidades corporativas gerais 'RCF' Taxa de juros: Euribor + 0,60% por ano, sobre o volume utilizado. Taxa de compromisso: 0,20% ao ano sobre o limite disponível e não utilizado, a ser pago no fim de cada trimestre ou, no caso da linha de crédito ser cancelada na sua totalidade, na data de cancelamento (pro rata).						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	O evento de mudança de controle da Companhia é considerado como hipótese de vencimento antecipado dos desembolso em aberto, e do cancelamento da linha de crédito prevista no Contrato.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Empréstimo na modalidade revolving credit facility.						
Atacadão e Banco CSF S.A.		25.170.000,00	R\$ 44.787.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	O Banco CSF contrata a Companhia para oferecer serviços bancários, como correspondente bancário, para clientes de suas lojas, adesão ao cartão "Cartão Atacadão", pagamento de faturas, processamento de relatórios, propostas e coleta de dados. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os valores cobrados são baseados em percentual, variando de 0,23% a 0,27%, aplicado sobre as faturas pagas pelos clientes do Banco CSF, bem como um valor fixo de R\$ 35.730,00 por cada posto de atendimento.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	(i) notificação prévia, por parte do Banco CSF ou da Companhia, com 60 dias de antecedência; (ii) violação relevante de qualquer termo, condição ou obrigação do contrato, não sanada pela parte responsável, após notificação por escrito, com comprovante de recebimento, pela outra parte. (iii) rescisão imediata, sem notificação judicial ou extrajudicial, a qualquer momento, se uma das partes estiver sujeita a recuperação judicial ou extrajudicial, falência, liquidação judicial ou extrajudicial, a intervenção de um agente do governo, a dissolução ou a qualquer outra forma de cessação de atividades.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços.						
Atacadão e Banco CSF	15/09/2016	109.662.000,00	R\$ 9.249.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada						
<b>Objeto contrato</b>	Valor refere-se a montantes a receber de aluguel, pelo Banco CSF, de um espaço perto dos caixas em todas as lojas da Companhia para a promoção e apresentação dos produtos e serviços do Banco CSF, e para o atendimento de clientes, bem como repasse dos custos operacionais do Cartão Atacadão e outras atividades nas lojas. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os valores cobrados pela Companhia do Banco CSF são baseados na quantidade de metros quadrados de cada loja utilizados para publicidade do Banco CSF e baseado no número de produtos anunciados nos adesivos de publicidade.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Aluguel de espaço nas lojas / Repasse de custos operacionais						
CCI e Carrefour Hypermarket Hong Kong		980.000,00	R\$ 342.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Entidades sob controle comum.						
<b>Objeto contrato</b>	Repasse de despesa de pessoal e despesas diversas, pagas pela Folha local aos Expatriados, que prestam serviços diretamente ligados as operações de Intercompany no Brasil, alocados na área comercial. Não há nenhum contrato formal assinado.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Rescisão ou extinção</b>	Não aplicável.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Despesa de pessoal.						
Atacadão e Carrefour S.A.	21/03/2016	67.933.000,00	R\$ 64.452.000,00	100%	Não aplicável.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Acionista controlador (Carrefour S.A.)						
<b>Objeto contrato</b>	Carrefour S.A fornece para a Companhia, serviços de manutenção, operação e apoio com relação a aplicativos de tecnologia de informação referentes a aplicações de alimentos, mercadoria, inteligência de negócios, inteligência de consumidor e e-commerce. O valor descrito no item "montante envolvido" está relacionado aos valores envolvidos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.						
<b>Garantia e seguros</b>	Não aplicável.						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Se qualquer uma das partes entrar em falência, recuperação judicial ou outro procedimento de reestruturação de dívida, ou liquidação judicial ou extrajudicial. Se qualquer uma das partes já não pertencer ao mesmo grupo econômico da outra parte, ou, se por qualquer motivo, qualquer parte não controlar, for controlada por, ou estiver sob controle comum com a outra parte. O contrato poderá ser rescindido por qualquer uma das partes mediante notificação prévia, por escrito, com 30 dias de antecedência.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Prestação de serviços						

## 16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

### *(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses*

Nosso Estatuto Social e Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 19 de maio de 2017, estabelecem um conjunto de regras relacionadas à aprovação de Transações com Partes Relacionadas, conforme mencionadas no item 16.1 acima.

Com relação às transações divulgadas no item 16.2 acima, celebradas anteriormente à aprovação de nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, todas foram realizadas de acordo com nosso Estatuto Social e com as práticas estabelecidas em lei.

Adicionalmente, em Reunião de Conselho de Administração realizada em 19 de maio de 2017, nossos Conselheiros ratificaram, por unanimidade de votos, incluindo os votos afirmativos de nossos Conselheiros Independentes, as seguintes transações, descritas no item 16.2 acima:

- a. Contrato de Compartilhamento de Custos entre a Companhia, CCI, Carrefour S.A. e Carrefour Systèmes D'information firmado em 21 de março de 2016;
- b. Contrato de Prestação de Serviços *intercompany* entre a Companhia, CCI, Carrefour S.A. e Carrefour Systèmes D'information firmado em 21 de março de 2016; e
- c. Contrato de Licenciamento de Marca entre CCI e Carrefour S.A. firmado em 26 de fevereiro de 2015.

### *(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado.*

Em dezembro de 2019, seguindo as boas práticas de governança e acompanhamento de mercado, a Companhia fez novas cotações no mercado de capitais e de crédito local, bem como no mercado externo para captação de novos recursos financeiros, encontrando a melhor cotação junto à Coligada Carrefour Finance na Bélgica. Neste contexto, assegurando a competitividade do custo de financiamento das emissões recentes e visando assegurar os bons níveis de liquidez, foi contratada linha de crédito firme (compromissada), no montante de € 325 milhões, com a Carrefour Finance. A contratação dessa linha de crédito foi submetida ao nosso Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Em consequência do fechamento da aquisição das lojas do Makro, anunciado em fevereiro 2020, a Companhia realizou novamente cotações no mercado de capitais e de crédito local, bem como no mercado externo para captação de novos recursos financeiros, visando assegurar o financiamento da transação anunciada, encontrando a melhor cotação junto à Coligada Carrefour Finance na Bélgica, em novo montante de € 450 milhões em nova linha de crédito firme (compromissada). A contratação dessa linha de crédito foi submetida ao nosso Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho de Administração.

Nos meses de janeiro, março e junho de 2021, a Companhia contratou empréstimos junto à sua Coligada na Bélgica, Carrefour Finance, no montante de € 725 milhões. Estes empréstimos foram feitos utilizando os limites disponíveis das linhas de crédito contratadas em dezembro de 2019 e fevereiro de 2020, descritas acima.

A taxa de juros do empréstimo é de 0,60% a.a. em Euros para as duas linhas compromissadas, com vencimentos de até 1 ano, renováveis por mais 1 ano, conforme necessidade e a critério da Companhia.

**16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade**

A Companhia e suas subsidiárias, quando celebrando contratos ou estabelecendo uma relação comercial, sempre observam as condições de mercado práticas em tal momento e as transações são conduzidas com objetivo de melhorar a sua performance, sempre levando em consideração os critérios de melhor preço, prazo, capacidade técnica, obrigações contratuais e financeiras, compatíveis com as práticas de mercado, garantindo as bases de comutatividade dos termos e condições acordados, tais como para empréstimos intercompany, compra de produtos perecíveis, divisão de custos, entre outros.

Especificamente com relação a compras recorrentes de produtos com partes relacionadas, apesar de existirem contratos formais celebrados, os preços de compra são determinados de acordo com as condições de mercado para todas as operações.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas**

Para definir as transações com partes relacionadas a serem reportadas nesse Formulário de Referência, a Companhia se baseou nos critérios de materialidade definidos no anexo F da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022.

[Com relação ao acordo de licenciamento mencionado no item 16.2 acima, por meio do qual o Carrefour S.A. concede à CCI o direito de utilizar as marcas com o nome Carrefour nos segmentos de Varejo e de Soluções Financeiras, tal contrato de licenciamento não se aplica às marcas “Atacadão”, que são de nossa propriedade. Mencionado contrato de licenciamento com o Carrefour S.A. prevê que o valor dos *royalties* pelo uso das marcas “*Carrefour*” descrito acima deverá ser calculado mediante a aplicação de um percentual que varia de 0% a 0,125% (dependendo da margem do EBIT ajustado atingida pelo CCI) das vendas líquidas do segmento de Varejo (excluindo postos de combustível), deduzido de um valor equivalente a 8% dos custos de publicidade incorridos no Brasil para o desenvolvimento das marcas “*Carrefour*”.

**17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social**

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital Unidade	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias Unidade	Quantidade de ações preferenciais Unidade	Quantidade total de ações Unidade
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
15/05/2023	9.959.228.605,46		2.107.764.631	0	2.107.764.631
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
15/05/2023	9.959.228.605,46		2.107.764.631	0	2.107.764.631
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
15/05/2023	9.959.228.605,46		2.107.764.631	0	2.107.764.631
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
31/03/2023	9.930.833.292,46		2.104.765.615	0	2.104.765.615
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
31/03/2023	9.930.833.292,46		2.104.765.615	0	2.104.765.615
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
31/03/2023	9.930.833.292,46		2.104.765.615	0	2.104.765.615
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
07/02/2023	9.921.937.255,90		2.104.005.270	0	2.104.005.270
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
07/02/2023	9.921.937.255,96		2.104.005.270	0	2.104.005.270
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
07/02/2023	9.921.937.255,96		2.104.005.270	0	2.104.005.270
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
09/11/2022	9.917.725.255,96		2.103.645.270	0	2.103.645.270
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				

09/11/2022	9.917.725.255,96		2.103.645.270	0	2.103.645.270
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
09/11/2022	9.917.725.255,96		2.103.645.270	0	2.103.645.270
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
12/09/2022	9.917.302.008,46		2.103.609.095	0	2.103.609.095
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
12/09/2022	9.917.302.008,46		2.103.609.095	0	2.103.609.095
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
12/09/2022	9.917.302.008,46		2.103.609.095	0	2.103.609.095
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
19/05/2022	9.910.725.262,96		2.103.046.980	0	2.103.046.980
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
19/05/2022	9.910.725.262,96		2.103.046.980	0	2.103.046.980
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
19/05/2022	9.910.725.262,96		2.103.046.980	0	2.103.046.980
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
25/04/2022	7.660.725.261,16		1.986.224.550	0	1.986.224.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
25/04/2022	7.660.725.261,16		1.986.224.550	0	1.986.224.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
25/04/2022	7.660.725.261,16		1.986.224.550	0	1.986.224.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
25/03/2022	7.660.023.261,16		1.986.164.550	0	1.986.164.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				

25/03/2022	7.660.023.261,16		1.986.164.550	0	1.986.164.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
25/03/2022	7.660.023.261,16		1.986.164.550	0	1.986.164.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
27/07/2021	7.650.370.761,16		1.985.339.550	0	1.985.339.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
27/07/2021	7.650.370.761,16		1.985.339.550	0	1.985.339.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
27/07/2021	7.650.370.761,16		1.985.339.550	0	1.985.339.550
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
26/05/2021	7.649.818.930,66		1.985.292.385	0	1.985.292.385
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
26/05/2021	7.649.818.930,66		1.985.292.385	0	1.985.292.385
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
26/05/2021	7.649.818.930,66		1.985.292.385	0	1.985.292.385
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
30/03/2021	7.649.116.930,66		1.985.232.385	0	1.985.232.385
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
30/03/2021	7.649.116.930,66		1.985.232.385	0	1.985.232.385
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
30/03/2021	7.649.116.930,66		1.985.232.385	0	1.985.232.385
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
25/09/2020	7.648.726.911,16		1.985.199.050	0	1.985.199.050
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				

25/09/2020	7.648.726.911,16		1.985.199.050	0	1.985.199.050
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
25/09/2020	7.648.726.911,16		1.985.199.050	0	1.985.199.050
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
26/05/2020	7.646.620.911,16		1.985.019.050	0	1.985.019.050
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
26/05/2020	7.646.620.911,16		1.985.019.050	0	1.985.019.050
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
26/05/2020	7.646.620.911,16		1.985.019.050	0	1.985.019.050
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
09/04/2020	7.645.727.007,76		1.984.942.648	0	1.984.942.648
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
09/04/2020	7.645.727.007,76		1.984.942.648	0	1.984.942.648
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
09/04/2020	7.645.727.007,76		1.984.942.648	0	1.984.942.648
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
20/02/2020	7.644.865.887,76		1.984.869.048	0	1.984.869.048
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
20/02/2020	7.644.865.887,76		1.984.869.048	0	1.984.869.048
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
20/02/2020	7.644.865.887,76		1.984.869.048	0	1.984.869.048
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
06/11/2019	7.636.368.470,26		1.984.142.773	0	1.984.142.773
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				

06/11/2019	7.636.368.470,26		1.984.142.773	0	1.984.142.773
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
06/11/2019	7.636.368.470,26		1.984.142.773	0	1.984.142.773
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
26/09/2019	7.635.943.842,10		1.984.106.480	0	1.984.106.480
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
26/09/2019	7.635.943.842,10		1.984.106.480	0	1.984.106.480
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
26/09/2019	7.635.943.842,10		1.984.106.480	0	1.984.106.480
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
24/07/2019	7.632.201.749,20		1.983.786.643	0	1.983.786.643
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
24/07/2019	7.632.201.749,20		1.983.786.643	0	1.983.786.643
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
24/07/2019	7.632.201.749,20		1.983.786.643	0	1.983.786.643
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
09/05/2019	7.629.428.896,00		1.983.549.647	0	1.983.549.647
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
09/05/2019	7.629.428.896,00		1.983.549.647	0	1.983.549.647
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
09/05/2019	7.629.428.896,00		1.983.549.647	0	1.983.549.647
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
26/02/2019	7.628.612.236,00		1.983.479.847	0	1.983.479.847
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				

26/02/2019	7.628.612.236,00		1.983.479.847	0	1.983.479.847
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
26/02/2019	7.628.612.236,00		1.983.479.847	0	1.983.479.847
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
06/12/2018	7.626.779.770,30		1.983.323.226	0	1.983.323.226
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
06/12/2018	7.626.779.770,30		1.983.323.226	0	1.983.323.226
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
06/12/2018	7.626.779.770,30		1.983.323.226	0	1.983.323.226
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
07/11/2018	7.619.166.498,40		1.982.672.519	0	1.982.672.519
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
07/11/2018	7.619.166.498,40		1.982.672.519	0	1.982.672.519
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
07/11/2018	7.619.166.498,40		1.982.672.519	0	1.982.672.519

**17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
20/09/2018	Conselho da Administração	20/09/2018	9,508,180.50	Subscrição particular	812,665	0	812,665	0.04100548	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
07/11/2018	Conselho da Administração	07/11/2018	175,500.00	Subscrição particular	15,000	0	15,000	0.00075660	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
06/12/2018	Conselho da Administração	06/12/2018	7,613,271.90	Subscrição particular	650,707	0	650,707	0.08540400	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
26/02/2019	Conselho da Administração	26/02/2019	1,832,465.70	Subscrição particular	156,621	0	156,621	0.00000210	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
09/05/2019	Conselho da Administração	09/05/2019	816,660.00	Subscrição particular	69,800	0	69,800	0.00351900	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
24/07/2019	Conselho da Administração	24/07/2019	2,772,853.20	Subscrição particular	236,996	0	236,996	0.01194700	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								

**17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
26/09/2019	Conselho de Administração	26/09/2019	3,742,092.90	Subscrição particular	319,837	0	319,837	0.01612000	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
06/11/2019	Conselho de Administração	06/11/2019	424,628.16	Subscrição particular	36,293	0	36,293	0.00556091	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
20/02/2020	Conselho de Administração	20/02/2020	8,497,417.50	Subscrição particular	726,275	0	726,275	0.03660397	11.70	R\$ por Lote de Mil
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
09/04/2020	Conselho de Administração	09/04/2020	861,120.00	Subscrição particular	73,600	0	73,600	0.00370800	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
26/05/2020	Conselho de Administração	26/05/2020	893,903.40	Subscrição particular	76,402	0	76,402	0.00384900	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
25/09/2020	Conselho de Administração	25/09/2020	2,106,000.00	Subscrição particular	180,000	0	180,000	0.00906800	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								

**17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
30/03/2021	Conselho de Administração	30/03/2021	390,019.50	Subscrição particular	33,335	0	33,335	0.00167900	11.70	R\$ por Lote de Mil
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
26/05/2021	Conselho de Administração	26/05/2021	702,000.00	Subscrição particular	60,000	0	60,000	0.00302232	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
27/07/2021	Conselho de Administração	27/07/2021	551,830.50	Subscrição particular	47,165	0	47,165	0.00237600	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício da opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
25/03/2022	Conselho de Administração	25/03/2022	9,625,500.00	Subscrição particular	825,000	0	825,000	0.04155500	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício da opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
25/04/2022	Conselho de Administração	25/04/2022	702,000.00	Subscrição particular	60,000	0	60,000	0.00302100	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício da opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
19/05/2022	Assembleia Geral Extraordinária	19/05/2022	2,250,000,001.80	Subscrição particular	116,822,430	0	116,822,430	0.29370587	19.26	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		A quantidade de ações a serem atribuídas aos acionistas do Grupo Big S.A. em decorrência da incorporação de ações foi definida de mútuo acordo entre a companhia e vendedores enquanto partes independentes no âmbito do Contrato de Compra e Venda de Ações, Incorporação de Ações e Outras Avenças (Share Purchase, Merger Agreement and Other Covenants), celebrado em 23 de março de 2021, sendo certo que caso a quantidade total de ações de emissão do Grupo Big S.A. seja alterada até o fechamento da operação, a relação de troca será ajustada de acordo, mas, em qualquer caso, a quantidade total de ações a serem atribuídas aos acionistas do Grupo Big S.A. (i.e., 116.822.430) não será afetada.								

**17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão Unidade	Tipo de aumento	Ordinárias Unidade	Preferenciais Unidade	Total ações Unidade	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista mediante a incorporação de ações ordinárias representativas de 30% do capital social do Grupo Big S.A. de acordo com a ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 19 de maio de 2022.								
12/09/2022	Conselho de Administração	12/09/2022	6,576,745.50	Subscrição particular	562,115	0	562,115	0.02672860	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
09/11/2022	Conselho de Administração	09/11/2022	423,427.50	Subscrição particular	36,175	0	36,175	0.00171970	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
07/02/2023	Conselho de Administração	07/02/2023	4,212,000.00	Subscrição particular	360,000	0	360,000	0.01711320	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
31/03/2023	Conselho de Administração	31/03/2023	8,896,036.50	Subscrição particular	760,345	0	760,345	0.03613798	11.70	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								
15/05/2023	Conselho de Administração	15/05/2023	28,395,313.00	Subscrição particular	2,999,016	0	2,999,016	0.14228400	9.71	R\$ por Unidade
<b>Critério para determinação do preço de emissão</b>		O preço por ação foi definido conforme a metodologia de precificação do preço de exercício de opção de compra de ações outorgada aos administradores da Companhia no âmbito do Plano Pré-IPO.								
<b>Forma de integralização</b>		As ações foram integralizadas à vista em moeda corrente nacional.								

**17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação Unidade			Quantidade de ações depois da aprovação Unidade		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
<b>Grupamento</b>						
19/05/2017	3,550,153,178	0	3,550,153,178	1,775,076,589	0	1,775,076,589

## **17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não houve qualquer redução do capital social da Companhia nos últimos três exercícios fiscais.

## **17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social**

Não há informações adicionais a serem reportadas.

**18. Valores mobiliários / 18.1 - Direitos das ações**

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	Aos nossos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 0,1% (um décimo por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	De acordo com o Artigo 8º de nosso estatuto social, nos casos previstos por lei, o valor de reembolso das ações, a ser pago por nós aos acionistas dissidentes de deliberação tomada em Assembleia Geral de Acionistas que tenham exercido o direito de retirada, deve corresponder ao valor econômico de tais ações sempre que tal montante for inferior ao valor contábil previsto no mais recente balanço aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas. O valor econômico será determinado por um procedimento de avaliação realizado nos termos dos parágrafos 3º e 4º do Artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, No caso da nossa liquidação, reembolsaremos nossos acionistas na proporção de sua participação em nosso capital social, após o pagamento de todas as nossas obrigações. Não há nenhuma prioridade de reembolso de capital.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	A Lei das Sociedades Anônimas determina que os acionistas não sejam desprovidos dos seguintes direitos: (i) o direito de participar na distribuição de dividendos (incluindo juros sobre o capital próprio) e de compartilhar de nossos ativos remanescentes em caso de liquidação; (ii) o direito de preferência para subscrição de ações (ou valores mobiliários convertíveis em ações) exceto nas circunstâncias previstas no artigo 7 do nosso estatuto social; (iii) o direito de fiscalizar a nossa gestão, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e (iv) o direito de retirada nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Outros direitos que não os previstos neste item como inalteráveis poderão ser alterados por assembleias gerais de acionistas, de acordo com o respectivo quórum de instalação e deliberação previsto na Lei das Sociedades por Ações.
<b>Outras características relevantes</b>	(i) Em caso de alienação do nosso controle, o adquirente deverá realizar uma oferta pública para aquisição das ações de todos os demais acionistas, de acordo com as condições e prazos da legislação aplicável e do Regulamento do Novo Mercado, para garantir que todos os acionistas se beneficiem de um tratamento igualitário. (ii) No caso de deixarmos de ser listados no Novo Mercado, nossos acionistas terão direito a participar de uma oferta pública conforme as regras e os procedimentos da regulamentação da CVM e nos termos do artigo 42 do Regulamento do Novo Mercado. A referida oferta pública deve ser realizada a preço justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da companhia, na forma estabelecida na legislação societária, e acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

## **18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**

O nosso estatuto social não impõe qualquer limitação aos direitos de voto de um acionista significativo e não os obriga a realizar uma oferta pública. Adicionalmente, também não há regra estatutária que obrigue os acionistas a realizar oferta pública, salvo no caso de alienação de controle, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e do artigo 46 de nosso estatuto social.

Assim, em caso de alienação do nosso controle, o adquirente do controle se compromete a realizar uma oferta pública de aquisição das ações de todos os nossos demais acionistas, de acordo com as condições e os prazos descritos pela legislação aplicável e pelo Regulamento do Novo Mercado, a fim de garantir que todos os acionistas se beneficiem de um tratamento tal qual o oferecido ao acionista controlador alienante.

Além disso, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, fica o acionista controlador obrigado, no caso de saída do Novo Mercado, a realizar oferta pública para a aquisição de ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas nos termos das regras e procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta. A referida oferta pública deve ser realizada a preço justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da companhia, na forma estabelecida na legislação societária, e acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Por fim, na hipótese da sanção de saída compulsória do Novo Mercado, deverá ser realizada oferta pública com as mesmas características descritas acima. Caso o percentual para saída do Novo Mercado não seja atingido após a realização da oferta pública, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses, contados da realização do leilão da oferta, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

## 18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos

O artigo 12, XI, de nosso estatuto social autoriza a Assembleia Geral de Acionistas a suspender o exercício de direitos de um acionista, incluindo direitos de voto, que deixar de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades Anônimas e em observância ao Parágrafo único do artigo 12 do nosso estatuto social.

De acordo com o artigo 9º do nosso estatuto social, qualquer indivíduo, pessoa jurídica ou qualquer outra entidade, agindo isoladamente ou vinculado(a) por acordo de voto, que se torne detentor de um número de ações representando participação societária ou direitos de voto maiores ou igual a 1% de nosso capital social ou dos nossos direitos de voto, ou qualquer múltiplo inteiro deste percentual, deverá nos notificar, observado que tal notificação deverá:

- (i) incluir as informações requeridas nos termos do artigo 12 da Resolução CVM nº 44/21, o número total de ações e direitos de voto detidos, bem como os valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações e direitos de voto a eles potencialmente relativos; e
- (ii) ser enviada imediatamente após o limiar de negociação ser alcançado ou ultrapassado.

A obrigação de nos informar também se aplica ao acionista cuja participação societária ou direitos de voto detidos se reduza abaixo dos percentuais mencionados acima.

Caso o aumento de participação societária ou dos direitos de voto vise a provocar ou provoque uma mudança no nosso controle ou em nossa estrutura administrativa ou, de outra forma, enseje a necessidade de realização de oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, o acionista ou grupo de acionistas adquirentes, deverá revelar e divulgar essas informações ao mercado por meio da publicação de anúncios nos mesmos canais de comunicação habitualmente utilizados por nós para nossas próprias publicações.

Qualquer violação às disposições acima descritas sujeitará o acionista infrator à pena de suspensão de direitos prevista no Artigo 12, Item XI de nosso estatuto social.

Nosso Diretor de Relações com Investidores está obrigado a enviar assim que recebidas pela Companhia cópias de tais informações à CVM e às bolsas de valores nas quais nossos valores mobiliários estejam admitidos à negociação.

**18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários****Exercício social 31/12/2021**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.257.603.450	22,18	17,95	R\$ por Unidade	18,60
30/06/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.257.386.680	22,91	19,71	R\$ por Unidade	21,00
30/09/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.719.382.280	20,79	16,98	R\$ por Unidade	18,34
31/12/2021	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.431.313.840	18,26	14,78	R\$ por Unidade	16,00

**Exercício social 31/12/2020**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	5.957.765.850	23,49	16,76	R\$ por Unidade	21,09
30/06/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	7.130.767.840	20,84	16,73	R\$ por Unidade	18,47
30/09/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	8.647.660.790	22,11	18,67	R\$ por Unidade	19,81
31/12/2020	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	6.767.691.400	20,59	18,45	R\$ por Unidade	19,19

**Exercício social 31/12/2019**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado Unidade	Valor maior cotação Unidade	Valor menor cotação Unidade	Fator cotação	Valor média cotação Unidade
31/03/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.098.285.258	20,67	17,71	R\$ por Unidade	19,50
30/06/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	4.017.603.418	23,37	19,29	R\$ por Unidade	21,05
30/09/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.428.415.098	23,91	20,53	R\$ por Unidade	22,24
31/12/2019	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	3.834.177.546	23,64	17,92	R\$ por Unidade	19,75

**18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries
<b>Data de emissão</b>	18/11/2019
<b>Data de vencimento</b>	18/06/2026
<b>Quantidade</b>	1.000.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor total R\$</b>	1.000.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	1.010.646.818,07
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Podemos resgatar antecipadamente as Debêntures, desde que sejam resgatadas em sua totalidade (todas as Séries) na mesma data ("Resgate Antecipado Facultativo Total"), sem necessidade de anuência prévia dos Debenturistas. Nesta situação, estes receberão:(i) no caso das Primeira Série, o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, conforme o caso, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do resgate antecipado Facultativo Total; e (b) dos Encargos Moratórios devidos até a data do resgate, sem acréscimo de prêmio; (ii) no caso da Segunda Série, o Valor Nominal Unitário ou seu saldo, acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) dos Encargos Moratórios devidos até a data do resgate; e (c) (A) de prêmio flat, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, correspondente a 0,05% se o resgate acontecer até 19 de novembro de 2020 (exclusive); ou (B) sem prêmio, se o resgate acontecer após 19 de novembro de 2020 (inclusive); e (iii) no caso da Terceira Série, o Valor Nominal Unitário ou seu saldo acrescido (a) da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) dos Encargos Moratórios devidos até a data do resgate; e (c) de prêmio flat, incidente sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do pagamento, correspondente a (A) 0,15%, se o resgate acontecer até 19 de novembro de 2020 (exclusive); ou (B) 0,10%, se o resgate acontecer entre 19 de novembro de 2020 (inclusive) e 18 de novembro de 2021 (exclusive); ou (C) 0,05%, se o resgate acontecer entre 18 de novembro de 2021 (inclusive) e 17 de novembro de 2022 (exclusive); ou (D) sem prêmio, se o resgate acontecer após 17 de novembro de 2022. Adicionalmente, podemos realizar uma oferta de resgate antecipado total das Debêntures, mediante comunicação escrita a cada Debenturista, assegurada a igualdade de condições a todos, sem que haja necessidade de aceitação dos Debenturistas. Caso ocorra uma oferta de resgate antecipado, o valor de resgate será correspondente ao Valor Nominal Unitário ou saldo da(s) respectiva(s) Série(s), acrescido da respectiva Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data programada para o resgate antecipado.

**18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil****Características dos valores mobiliários de dívida**

São hipóteses de vencimento automático:

i) inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento; (ii) (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora; (iii) propositura, pela Emissora e/ou pela Carrefour Comércio e Indústria Ltda., de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (iv) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido na escritura) da Emissora e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a R\$100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas; (v) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 2 Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Emissora e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora e/ou pela CCI ao Agente Fiduciário) ou (b) decisão judicial ou arbitral, dentre outras, conforme previsto na Escritura de Emissão.

**Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários**

As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme o caso.

**Outras características relevantes**

As Debêntures serão emitidas em 3 (três) Séries, sendo (i) R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série; e (ii) R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Segunda Série; e (iii) R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) correspondentes às Debêntures da Terceira Série. As Debêntures de cada série terão o vencimento conforme indicado acima.

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Identificação do valor mobiliário</b>	Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries
<b>Data de emissão</b>	25/04/2018
<b>Data de vencimento</b>	25/04/2023
<b>Quantidade</b>	1.500.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor total R\$</b>	1.500.000.000,00
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	507.704.310,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim

**18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Poderemos, a nosso exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures, sem necessidade de consentimento prévio dos detentores das Debêntures, desde que a totalidade das Debêntures da respectiva série seja resgatada antecipadamente, na mesma data. O montante devido a título de resgate antecipado facultativo total será correspondente ao valor nominal unitário das Debêntures somado à remuneração da respectiva série, calculada pro rata temporis a partir da data da integralização ou da última data de pagamento da remuneração até a efetiva data de resgate. Adicionalmente, poderemos realizar uma oferta de resgate antecipado sobre a totalidade das Debêntures de cada série, em relação a qual os titulares das Debêntures poderão aderir individualmente. Caso ocorra uma oferta de resgate antecipado, o valor de resgate das Debêntures será correspondente ao valor nominal unitário, acrescido da respectiva remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de integralização ou da data de pagamento de remuneração imediatamente anterior até a data programada para o efetivo resgate antecipado, sem a aplicação de qualquer prêmio.
<b>Características dos valores mobiliários de dívida</b>	São hipóteses de vencimento automático: (i) o inadimplemento, pela Emissora, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 3 Dias Úteis contados da data do respectivo vencimento; (a) decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não elidido no prazo legal; ou (d) liquidação, dissolução, declaração de insolvência ou extinção da Emissora; (e) propositura, pela Emissora e/ou pela CCI, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora e/ou pela CCI, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer Dívida Financeira (conforme definido na escritura) da Emissora e/ou da CCI não decorrente das Debêntures cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a R\$100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas; (f) inadimplemento, pela Emissora e/ou pela CCI, de qualquer obrigação pecuniária decorrente de qualquer Dívida Financeira, exceto as obrigações decorrentes das Debêntures, não sanado no respectivo prazo de cura, se houver, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$100.000.000,00 ou o valor equivalente em outras moedas, salvo se referido inadimplemento tiver seus efeitos suspensos em até 2 Dias Úteis contados da data do inadimplemento em virtude de (a) negociação entre a Emissora e/ou a CCI com o respectivo credor (desde que comprovado pela Emissora e/ou pela CCI ao Agente Fiduciário) ou (b) decisão judicial ou arbitral, dentre outras, conforme previsto na Escritura de Emissão.
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	As Assembleias Gerais de Debenturistas podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10%, no mínimo, das Debêntures em Circulação ou das Debêntures da respectiva série em Circulação, conforme o caso.
<b>Outras características relevantes</b>	As Debêntures foram emitidas em 2 (duas) Séries, sendo o monte de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais) correspondentes às Debêntures da Primeira Série e o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondente as Debêntures da Segunda Série. As Debêntures da Primeira Série terão vencimento em 25 de abril de 2021 (conforme previsto acima) e as Debêntures da Segunda Série terão vencimento em 25 de abril de 2023.

**18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	89

## **18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**

As ações de nossa emissão estão listadas no segmento “Novo Mercado” de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código (ticker) CRFB3.

As nossas Debêntures conforme descritas no item 18.5 acima são admitidas à negociação por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”) administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento CETIP UTVM (“B3”) e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”) administrado e comercializado pela B3.

## **18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável dos itens 18.7.a. - 18.7.j.

## **18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

**18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição**

1. Em 18 de novembro de 2019, foi realizada oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, da nossa terceira emissão, no montante total de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para mais informações sobre as debêntures da nossa terceira emissão, fazemos referência ao item 18.5.

2. Em 07 de janeiro de 2019, foi realizada oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 (duas) séries, da nossa segunda emissão, no montante total de R\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para mais informações sobre as debêntures da nossa segunda emissão, fazemos referência ao item 18.5.

**18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas****Debêntures emitidas em 07 de janeiro de 2019:****a. A utilização dada aos recursos resultantes da oferta:**

Os recursos levantados com a colocação das debêntures foram alocados para alongamento do perfil de nossa dívida, reforço do nosso capital de giro e gestão ordinária dos nossos negócios na forma prevista no nosso objeto social.

**b. Se houve quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da distribuição:**

Não aplicável.

**c. As razões para tais desvios, se aplicável:**

Não aplicável.

**Debêntures emitidas em 18 de novembro de 2019:****a. A utilização dada aos recursos resultantes da oferta:**

Os recursos levantados com a colocação das debêntures foram alocados para alongamento do perfil de nossa dívida, reforço do nosso capital de giro e gestão ordinária dos nossos negócios na forma prevista no nosso objeto social.

**b. Se houve quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da distribuição:**

Não aplicável.

**c. As razões para tais desvios, se aplicável:**

Não aplicável.

## **18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**

Não aplicável, visto que não foram realizadas, nos últimos três exercícios sociais, quaisquer ofertas públicas de aquisição feitas, pela Companhia, relativas a ações de emissão de terceiros.

**18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Como complemento do item 18.4, os valores de cotação por trimestre ajustados por proventos dos exercícios sociais findos em 31/12/2019 e 31/12/2020 se dão de acordo com a tabela a seguir. Os valores referentes ao exercício social findo em 31/12/2021 já estão ajustados no item 18.4.

<b>Trimestre</b>	<b>Valor Maior Cotação</b>	<b>Valor Menor Cotação</b>	<b>Valor Média Cotação</b>
31/03/2019	R\$ 19,30	R\$ 17,36	R\$ 18,34
30/06/2019	R\$ 21,79	R\$ 18,22	R\$ 21,79
30/09/2019	R\$ 21,91	R\$ 19,54	R\$ 20,95
31/12/2019	R\$ 21,99	R\$ 16,97	R\$ 18,65
31/03/2020	R\$ 23,12	R\$ 16,58	R\$ 20,78
30/06/2020	R\$ 20,22	R\$ 16,14	R\$ 18,17
30/09/2020	R\$ 21,34	R\$ 18,27	R\$ 19,47
31/12/2020	R\$ 20,02	R\$ 17,60	R\$ 18,89
31/03/2021	R\$ 22,16	R\$ 17,93	R\$ 18,87
30/06/2021	R\$ 22,89	R\$ 19,69	R\$ 21,30
30/09/2021	R\$ 20,77	R\$ 16,97	R\$ 18,59
31/12/2021	R\$ 18,24	R\$ 14,77	R\$ 16,23

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não temos nenhum plano de recompra.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Até a data deste Formulário de Referência, não temos nenhum valor mobiliário em tesouraria.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não há nenhuma outra informação relevante que não tenha sido informada no item 19.

## 20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação

<b>Data aprovação</b>	<b>05/12/2019</b>
<b>Órgão responsável pela aprovação</b>	Conselho de Administração
<b>Cargo e/ou função</b>	Companhia, acionistas controladores, Administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria), membros do Conselho Fiscal (quando instalado), membros de nossos Comitês ou de outros órgãos estatutários que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas, inclusive membros observadores, que tenham conhecimento pessoal de Fato Relevante, e qualquer pessoa que, devido à sua função ou posição na Companhia ou em nossas subsidiárias possa ter conhecimento de nossas Informações Privilegiadas.

### Principais características e locais de consulta

A política de negociação foi formulada de acordo com as normas da CVM, em especial a Instrução CVM 358/02, posteriormente substituída pela Resolução CVM 44/22, com a qual é compatível, com o Regulamento do Novo Mercado da B3, com o Código Brasileiro de Governança Corporativa, e observando as melhores práticas de mercado. Ao longo do documento são estabelecidas regras e procedimentos sobre: (a) à divulgação de atos ou Fatos Relevantes, (b) à observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia; (c) aos padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Sujeitas à Política; e (d) ao cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do Insider Trading. As principais características da Política estão no item 20.2 em razão do limite de caracteres disponível.

A Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários ("Política de Divulgação e Negociação") pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia ([ri.grupocarrefourbrasil.com.br/](http://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/)) e nos sites da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).

<b>Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização</b>	As Pessoas Sujeitas à Política deverão aderir expressamente à Política de Negociação, mediante Termo de Adesão e não poderão negociar Valores Mobiliários (i) durante os Períodos de Restrição à Negociação, nos termos do item 8.2.1 da Política de Divulgação e Negociação; e (ii) quando o Diretor de Relações com Investidores decidir sobre outros Períodos de Restrição à Negociação, caso em que deverá indicar quais as Pessoas Sujeitas à Política e o início e o final da vigência desses Períodos de Restrição à Negociação adicionais, nos termos do item 8.2.2 da Política de Divulgação e Negociação. Ressalta-se que o Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a informar os motivos da determinação do Período de Restrição à Negociação. Ainda, as Pessoas Sujeitas à Política não poderão negociar Valores Mobiliários da Companhia: (i) no caso de não divulgação de Fato Relevante, nos termos do item 8.3 da Política de Divulgação e Negociação; (ii) no período de 15 (quinze) dias anterior à publicação das demonstrações trimestrais da Companhia (ITR), das demonstrações financeiras padronizadas da Companhia (DFP) e qualquer divulgação das informações financeiras mencionadas anteriormente, nos termos do item 8.4.1 da Política de Divulgação e Negociação; e (iii) no caso de ex-administradores, pelo período de 6 (seis) meses após seus respectivos afastamentos ou até a divulgação pela Companhia de Fato Relevante relacionado a qualquer negócio ou fato iniciado durante o seu período de administração ao mercado, nos termos do item 8.5.1 da Política de Divulgação e Negociação. Informações mais detalhadas acerca deste item estão no item 20.2.
--	---

## 20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação

### Descrição da política de negociação de valores mobiliários

#### a. Órgão de Aprovação e Data:

Nossa Política de Divulgação e Negociação foi aprovada pelo nosso Conselho de Administração em 19 de maio de 2017 e alterada nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de junho de 2017, 8 de novembro de 2017 e 05 de dezembro de 2019.

#### b. Função e/ou posição:

Nossa Política de Divulgação e Negociação se aplica aos acionistas controladores, Diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), funcionários com acesso a Informações Privilegiadas, membros de nossos Comitês, inclusive observadores nomeados, bem como de outros órgãos estatutários que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas, que tenham conhecimento pessoal de Fato Relevante, e qualquer pessoa que, devido à sua função ou posição na Companhia ou em nossas subsidiárias possa ter conhecimento de nossas Informações Privilegiadas ("Pessoas Sujeitas à Política", conforme definido na Política).

A Política aplica-se a todas as Pessoas Sujeitas à Política, mesmo que não tenham a ela aderido expressamente.

#### c. Principais disposições:

Nossa Política de Divulgação e Negociação tem por objetivo estabelecer as regras e os procedimentos relacionados: (a) à divulgação de atos ou fatos relevantes; (b) à observância das melhores práticas para a negociação dos Valores Mobiliários emitidos pela Companhia; (c) aos padrões de boa conduta que devem ser observados pelas Pessoas Sujeitas à Política; e (d) ao cumprimento das leis e regras que coíbem a prática do *Insider Trading*.

As proibições previstas na Política se aplicam a negócios feitos na B3 e/ou quaisquer outras bolsas de valores ou mercado de balcão ("Bolsa") ou sem a intervenção de uma instituição integrante do sistema de distribuição. As restrições e vedações à negociação com Valores Mobiliários previstas na Política aplicam-se às operações de empréstimo de Valores Mobiliários realizadas pelas Pessoas Sujeitas à Política na posição de mutuante (doadores), sendo vedada a realização, pelas Pessoas Sujeitas à Política, de operações de empréstimo de Valores Mobiliários na posição de mutuário (tomadores).

As regras disciplinadas em nossa Política também se aplicam às negociações realizadas, direta ou indiretamente, por Parentes Próximos (conforme definido na Política), incluindo os casos em que essas negociações são realizadas através de pessoas interpostas, conforme descrito em nossa Política.

Com o intuito de assegurar padrões adequados de negociação de Valores Mobiliários e o respeito às regras estabelecidas na Política, todas as negociações realizadas pela Companhia ou pelas Pessoas Sujeitas à Política serão realizadas por intermédio das Corretoras Credenciadas, sempre que tais negociações exigirem a participação de uma instituição intermediária.

Dessa forma, é vedada a realização de negociações pela Companhia ou por Pessoas Sujeitas à Política por meio de outras corretoras que não as Corretoras Credenciadas, sempre que as negociações exigirem a participação de uma instituição intermediária, observados os termos e condições previstos na Política.

Por fim, a Política não permite o uso de planos de investimento.

## **20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação**

### **d. previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação durante esses períodos:**

As Pessoas Sujeitas à Política são proibidas de exercer opções de aquisição de ações e/ou negociar os valores mobiliários durante os Períodos de Restrição à Negociação, que significam qualquer período em que a negociação de valores mobiliários é proibida por determinação regulamentar ou por uma deliberação do Diretor de Relações com Investidores.

As Pessoas Sujeitas à Política não podem negociar nossos valores mobiliários no período de 15 dias antes da divulgação ou publicação, conforme o caso, de: (i) ITRs; (ii) DFPs; e (iii) qualquer divulgação antecipada de informações financeiras indicadas nos itens (i) ou (ii) acima.

O Período de Restrição à Negociação de 15 dias será antecipado em caso de qualquer divulgação antecipada de informações financeiras, sendo que o Diretor de Relações com Investidores informará as Pessoas Sujeitas à Política, assim que possível, depois de ter tomado conhecimento de tal divulgação antecipada.

Além dos Períodos de Restrição à Negociação regulares, o Diretor de Relações com Investidores poderá decidir sobre Períodos de Restrição à Negociação adicionais, devendo indicar a vigência desses Períodos de Restrição à Negociação adicionais. O Diretor de Relações com Investidores não é obrigado a informar as razões para a determinação do referido período. Em todo caso, as Pessoas Sujeitas à Política de Divulgação e Negociação deverão manter as informações sobre a determinação do Período de Restrição à Negociação adicional confidenciais.

Não poderemos negociar com os nossos próprios valores mobiliários durante os Períodos de Restrição à Negociação, exceto para negociação de operações de exercício de opção de compra.

Todos os nossos Diretores e membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal (quando instalado), dos Comitês, inclusive observadores, e de quaisquer outros de nossos órgãos que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas são obrigados a nos comunicar qualquer participação acionária que detenha, ou qualquer Parente Próximo, possa deter nossos valores mobiliários, bem como qualquer alteração nessas participações acionárias.

Nosso Diretor de Relações com Investidores também enviará um e-mail mensalmente, solicitando aos Administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), dos Comitês e de Órgãos Estatutários que preencham e devolvam o formulário padrão ao Diretor de Relações com Investidores, com informações sobre a posição inicial, negociações de valores mobiliários realizados e saldo final no último mês, para fins de divulgação obrigatória de informações à CVM e B3.

### **e. locais em que a política pode ser consultada:**

A Política de Divulgação e Negociação pode ser consultada no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e em nosso site de Relações com Investidores ([ri.grupocarrefourbrasil.com.br/](http://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/)).

## **21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**

Adotamos uma Política de Divulgação de Informações e Negociação de Valores Mobiliários, aprovada pelo nosso Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de maio 2017 e alterada nas reuniões do Conselho de Administração realizadas em 26 de junho de 2017, 8 de novembro de 2017 e 5 de dezembro de 2019, conforme exigido pela Instrução CVM nº 358/02, substituída pela Resolução CVM nº 44/21, com a qual é compatível, cujas regras devem ser respeitadas por todas as Pessoas Sujeitas à Política (conforme definido a seguir).

Para fins de nossa Política de Divulgação e Negociação, “Pessoas Sujeitas à Política” são as pessoas indicadas no artigo 13 da Instrução CVM nº 358/02, incluindo a Companhia, os nossos acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), funcionários com acesso à Informações Privilegiadas (conforme definido a seguir), e além disso, os membros de qualquer um de nossos Comitês ou de outros órgãos estatutários que possam ser criados com funções técnicas ou consultivas e qualquer pessoa que, devido à sua função, ou posição na Companhia e/ou em nossas subsidiárias, possa ter conhecimento de Informações Privilegiadas, conforme definido abaixo (“Pessoas Sujeitas à Política”).

A ciência, a adesão e o estrito cumprimento da Política são obrigatórios para todas as Pessoas Sujeitas à Política, mas esta se aplica às Pessoas Sujeitas à Política, mesmo que não tenham a ela aderido expressamente.

Conforme previsto na Política de Divulgação e Negociação, “Informação(ões) Privilegiada(s)” é qualquer informação relevante relacionada à Companhia, ainda não divulgada ao mercado, que possa vir a se tornar um Fato Relevante.

De acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e com a nossa Política de Divulgação e Negociação, é considerado Fato Relevante qualquer decisão do acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos nossos órgãos de administração, ou qualquer outro ato ou fato de natureza político-administrativa, técnica, negocial ou econômico-financeira que tenha ocorrido ou esteja relacionado aos nossos negócios e possa influenciar de modo ponderável na (a) cotação dos nossos valores mobiliários ou a eles referenciados, ou (b) decisão dos investidores de comprar, vender ou manter esses valores mobiliários, ou (c) decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular dos nossos valores mobiliários ou a eles referenciados (“Fato Relevante”).

A divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e à B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), bem como a adoção de outros procedimentos previstos na Política de Divulgação e Negociação são de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores. No entanto, as Pessoas Sujeitas à Política com acesso a Fatos Relevantes serão responsáveis pela comunicação dessas informações ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia e por verificar se, após a comunicação, o Diretor de Relações com Investidores

## 21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos

tomou as medidas previstas na Política de Divulgação e Negociação e na legislação aplicável com relação à divulgação dessas informações.

Se as Pessoas Sujeitas à Política verificarem a omissão, por parte do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, em cumprir com seu dever de comunicar e divulgar o Fato Relevante, mesmo após o Diretor de Relações com Investidores ser formalmente questionado a respeito, e, desde que a confidencialidade relativa a tal Fato Relevante não tenha sido determinada por uma exceção à política de divulgação prevista na Política de Divulgação e Negociação, essas Pessoas Sujeitas à Política deverão comunicar imediatamente o Fato Relevante à CVM, a fim de se eximirem da responsabilidade imposta a eles pela regulamentação aplicável a esses casos.

Sempre que a CVM ou qualquer entidade do mercado exigir do Diretor de Relações com Investidores esclarecimentos adicionais à comunicação e divulgação de Fato Relevante, ou caso haja uma oscilação atípica na cotação ou no volume de negociação dos nossos valores mobiliários emitidos ou a eles referenciados, o Diretor de Relações com Investidores deverá inquirir as pessoas com acesso a informações sobre o Fato Relevante, a fim de verificar se essas pessoas tiveram conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Nossos administradores e outros funcionários que poderão ser inquiridos conforme previsto acima, deverão responder imediatamente à solicitação do Diretor de Relações com Investidores. Se não for possível entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores no mesmo dia em que os administradores ou funcionários ficarem cientes da exigência da CVM ou das entidades do mercado financeiro, os administradores ou funcionários em questão deverão enviar um *e-mail* com as informações e esclarecimentos para [ribrasil@carrefour.com](mailto:ribrasil@carrefour.com).

Caso seja excepcionalmente imperativo que a divulgação de um Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor de Relações com Investidores poderá, mediante comunicação de tal Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às entidades de mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos nossos valores mobiliários ou a eles referenciados, durante o tempo necessário para concluir a disseminação adequada dessas informações. O Diretor de Relações com Investidores deverá comprovar junto às entidades de mercado brasileiras que a suspensão de negociação solicitada também ocorreu nas entidades de mercado estrangeiras.

As principais características desta Política de Divulgação e Negociação encontram-se descritas no item 21.2 deste Formulário de Referência.

## **21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**

## 21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

### Procedimentos de divulgação de fatos relevantes

A divulgação e comunicação imediata de um Fato Relevante à CVM e às entidades do mercado, bem como a adoção de outros procedimentos estabelecidos na nossa Política de Divulgação e Negociação, é de responsabilidade do nosso Diretor de Relações com Investidores, sendo que a divulgação deverá ocorrer pelos seguintes canais:

(a) nos websites da CVM e das entidades do mercado, antes ou depois do encerramento da negociação nas entidades do mercado. Se e quando os nossos valores mobiliários forem negociados simultaneamente em entidades do mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra geral, antes ou depois do encerramento da negociação em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro; e

(b) nas páginas na rede mundial de computadores (internet) do portal de notícias “Rede Divulgação” no endereço [www.rededivulgacao.com.br](http://www.rededivulgacao.com.br) e do site de Relações com Investidores da Companhia no endereço [ri.grupocarrefourbrasil.com.br/](http://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/).

O nosso Diretor de Relações com Investidores poderá ser assessorado por um Comitê de Divulgação, para auxiliá-lo nos processos decisórios relacionados a esta política, em conformidade com as disposições do Regimento Interno do Comitê de Divulgação.

O Comitê de Divulgação possui regimento interno próprio e é acionado a pedido do Diretor de Relações com Investidores, sendo composto pelo Diretor de Relações com Investidores, que preside tal comitê, pelo Diretor Presidente – Holding, pelo Diretor Jurídico e pelo Diretor de Relações Institucionais, os quais poderão indicar outros membros, se necessário.

### Procedimentos relativos à manutenção de sigilo

As Pessoas Sujeitas à Política deverão manter o sigilo das informações referentes à Informações Privilegiadas relacionadas a nós, nossas acionistas controladoras, subsidiárias e coligadas, às quais estas têm acesso privilegiado devido ao cargo, posição ou função ocupada, até sua divulgação efetiva ao mercado, e garantir que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, sendo solidariamente responsáveis em caso de não cumprimento.

Além disso, os procedimentos a seguir também devem ser observados:

(a) envolver somente pessoas consideradas necessárias às ações que envolvam Informações Privilegiadas;

(b) não discutir sobre informações confidenciais na presença de terceiros que não estejam cientes das mesmas, inclusive familiares ou outros conhecidos, mesmo que se possa esperar que esses terceiros não possam intuir o significado da conversa;

(c) não discutir sobre informações confidenciais em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem são os participantes;

(d) tomar as medidas necessárias e adequadas para manter a confidencialidade dos documentos, em formato físico ou eletrônico, que contenham informações confidenciais (i.e., manter os documentos em local seguro e reservado, proteção por senha, não dividir login ou senha com terceiros, etc.); e

## 21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação

(e) sem prejuízo à responsabilidade de quem estiver transmitindo as informações confidenciais, exigir de um terceiro, que não pertença a nós, que precise ter acesso a informações confidenciais, a assinatura de um termo de confidencialidade.

As Pessoas Sujeitas à Políticas devem também seguir os seguintes procedimentos de conduta para a comunicação com terceiros:

- a) direcionar qualquer contato externo feito por áreas de pesquisa ou de venda de ações de bancos e investidores de modo geral para o Diretor de Relações com Investidores ou para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia;
- b) não conceder entrevistas ou fazer qualquer pronunciamento à imprensa sem a orientação e recomendação expressa do Diretor de Relações com Investidores e do Diretor Presidente e sem o conhecimento da área de assessoria de imprensa da Companhia;
- c) direcionar qualquer contato de jornalista para a área de assessoria de imprensa da Companhia;
- d) antes de participar de eventos externos como representante da Companhia, consultar o Diretor de Relações com Investidores ou o Departamento de Relações com Investidores, para contemplar em seu discurso apenas informações públicas; e
- e) caso um terceiro comente ou questione sobre alguma Informação Privilegiada ou algum Fato Relevante, informar imediatamente o Diretor de Relações com Investidores.

Uma cópia da Política de Divulgação e Negociação está disponível no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), no site da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e em nosso site de Relações com Investidores ([ri.grupocarrefourbrasil.com.br/](http://ri.grupocarrefourbrasil.com.br/)).

## **21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e monitoramento de nossa Política de Divulgação e Negociação é o Diretor de Relações com Investidores da nossa Companhia.

O nosso Diretor de Relações com Investidores poderá ser assessorado por um Comitê de Divulgação, para auxiliá-lo nos processos decisórios relacionados à Política de Divulgação e Negociação, em conformidade com as disposições do Regimento Interno do Comitê de Divulgação.

O Comitê de Divulgação possui regimento interno próprio e é acionado a pedido do Diretor de Relações com Investidores, sendo composto pelo Diretor de Relações com Investidores, que preside tal comitê, pelo Diretor Presidente – Holding, pelo Diretor Jurídico e pelo Diretor de Relações Institucionais, os quais poderão indicar outros membros, se necessário.

## **21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação**

Todas as informações relevantes referentes a este tema foram divulgadas nos itens anteriores.